

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS

Vol. 6, Nº 10 | janeiro-junho de 2021 | ISSN 2527-0524





Revista Discente dos
Cursos de História
da Universidade
Federal de Pelotas

Vol. 6, Nº10 | janeiro - junho de 2021 | ISSN 2527-0524



Reitora:

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora:

Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612 Biblioteca Campus Porto - UFPel

O32 Ofícios de Clio: Revista Discente dos

Cursos de História da
 Universidade Federal de Pelotas /
 Universidade Federal de Pelotas.
 Laboratório de Ensino de História
 – v.6, n.10 (2021) - Pelotas:
 UFPel, 2021 -.

Semestral
ISSN: 2527-0524.

História - Periódico. I. Universidade Federal
de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

EXPEDIENTE

Editores-Chefe

Prof^ª Dr^ª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editor Assistente

Luiz André Gasparetto Pagoto - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Ariane Regina Bueno Cunha - *Universidade Federal de Pelotas*

Bethânia Luísa Lessa Werner - *Universidade Federal de Pelotas*

Etiane Carvalho Nunes – *Universidade Federal de Pelotas*

Francine Sedrez Bunde – *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Branco Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Jéssica Camargo Trisch - *Universidade Federal de Pelotas*

Larissa Ceroni de Moraes – *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Borges da Cunha – *Universidade Federal de Pelotas*

Capa

Domínio público

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Márcia Janete Espig – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^a. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Adelmir Fabiani
Ana Vitória Castanheira Rocha
Anita Leocádia Prestes
Carmen Ücker
Caroline Tecchio
Elisiane Chaves
Fabiane Mirian Furquim
Fabrício de Oliveira Farias
Felipe Ferreira Marta
Franciele Rocha de Oliveira
Gisela da Silva Castro
Giovani Costa Ceroni
Gustavo Rugoni de Sousa
Ivan Araújo Lima
Izabel Durli Menin
Jéssika Paiva França
Lina Maria Brandão de Aras
Lisiane Sias Manke
Lorena Almeida Gill
Luana Schubert Ledermann
Marcos Gerhardt
Mônica da Silva Ribeiro
Mônica Renata Schmidt Pegoraro
Natália Garcia Pinto
Rita Morais de Andrade
Stella Ferreira Gontijo
Stephane Ramos da Costa
Suzana Salgado Ribeiro
Waldir Ferreira de Abreu

Agradecimento especial à Camila Ávila e Márcia Chico por sua disponibilidade e excelência na correção dos abstracts que compõem este número.

Sumário

Apresentação do número 10

Equipe Editorial.....p. 8

Dossiê: Etnografia nos arquivos e a produção de conhecimento sobre populações subalternizadas

Apresentação do dossiê

Érika Catarina de Melo Alves e Marianna de Queiroz Araújo.....p. 13

As disputas em torno da legislação do trabalho, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1943-1945)

Luíz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva.....p. 19

Dois candangos: Trabalho, morte e indenização na construção da Universidade de Brasília (1962)

Ramon Lamoso de Gusmão.....p. 36

Relações de gênero e direitos na história da hotelaria pelotense: Estudo de processos trabalhistas envolvendo mulheres entre 1940 e 1960

Renata Duarte.....p. 49

“E insuflou-me a espancar”: Relações de gênero e violência em Sant’Anna do Catú no pós-Abolição, Bahia

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus e Tainara Cecília Pereira Santos.....p. 63

Sociabilidade e lazer no cotidiano dos populares da Comarca de Bragança-PA (1910-1920)

Filipe de Souza Miranda.....p. 80

“Segurança alimentar, proteção familiar e pensando no futuro do nosso planeta”: Narrativas de produtores agroecológicos nas cidades de Pelotas e Canguçu no contexto de pandemia

Laís Schillim da Silva.....p. 100

Dossiê Educação

História local nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro: Uma investigação curricular das Licenciaturas em História

Gabriel Costa de Souza.....p. 114

A experiência do PIBID/História na E.M.E.F prof^a Maria Nadir Filgueira Valente

Élita Paloma Américo Magalhães.....p. 134

Artigos Livres

“Impedido de entrar porque falava português”: Relações interétnicas e espaços de sociabilidades em Mallet-PR (1930-1940)

Loiana Maiara Zviegicoski Ferrando.....p. 145

Pombalismo e a agenda reformista, por uma atuação mais reguladora no Portugal de meados do século XVIII

Pâmela Campos Ferreira.....p. 163

Trejeitos de batuqueiros: Agências africanas e afro-brasileiras nas crônicas de João do Rio

Thiago Campos da Silva.....p. 179

Valorização social dos percursos da vida em tempos de alta retórica do Idadismo

Artur Pereira Quintero Costa e Edilza Maria Medeiros Detmering.....p. 198

Carucango, resistência quilombola no Rio de Janeiro

Gleudson Fernando Rocha dos Santos.....p. 217

A aprovação da lei do divórcio de 1977: Uma revisão bibliográfica acerca do tema e as revistas **Machete** e **Veja** como fontes para a pesquisa histórica

Lauren Cavichioli Quissini.....p. 236

A representação de Getúlio Vargas no jornal **A Federação** durante os anos de 1936 e 1937

Yuri Batista da Silva.....p. 246

A importância da conservação e preservação de têxteis em instituições museológicas

Laiana Pereira da Silveira e Lilian Fetzer.....p. 263

Anna Amélia: Feminismo brasileiro à luz de um arquivo pessoal

Alessandra Nóbrega Monteiro e Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa.....p. 274

Uma cidade sobre duas rodas: Ciclismo e gênero em Belém do Pará (1890-1910)

João Arnaldo Machado Gomes e Laura Camila Silva da Silva.....p. 294

A violência contra mulheres e meninas indígenas durante o conflito armado interno peruano (1980-2000)

Heloísa Motelewski Trippia e Lucas José Mascarello de Jesus.....p. 312

Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: Aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência

Kelvin Oliveira do Prado.....p. 327

Resenha

Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma abordagem social dos artesãos centro-africanos do século XVIII

Danilo Moura Monteiro..... **p. 346**

Apresentação do Número 10

Estimados (as) parceiros (as) e leitores (as) da Revista Discente Ofícios de Clio, é com imenso prazer e gratidão que a equipe editorial anuncia a publicação de seu décimo número, um marco importantíssimo para este projeto que recebe tanta dedicação e apreço de seus colaboradores. Ainda enfrentando momentos difíceis, especialmente devido aos ataques direcionados à ciência e, recentemente, ao ocorrido à plataforma Lattes, a Ofícios de Clio busca continuar seu trabalho de fomento ao saber e erudição por meio da publicação de seu primeiro número do ano de 2021. Nesta edição, figuram seis artigos do Dossiê Temático *Etnografia nos arquivos e a produção de conhecimento sobre populações subalternizadas*, proposto pela doutoranda em ciências sociais Érika Catarina de Melo Alves, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pela doutoranda em antropologia Marianna de Queiroz Araújo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), as quais realizam a apresentação dos artigos referentes ao Dossiê.

Damos início às apresentações pelo dossiê Educação, que conta com dois trabalhos aprovados. No artigo *História local nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro: Uma investigação curricular das Licenciaturas em História*, o mestrando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGH-UFRRJ), Gabriel Costa de Souza, explora por meio de estatística e análise de conteúdo os currículos dos cursos de licenciatura em história das universidades estaduais do Norte do Brasil, a fim de compreender o espaço da História Local no processo de formação dos futuros professores.

O artigo *A experiência do PIBID/História na E.M.E.F. prof^{ta} Maria Nadir Filgueira Valente* apresenta as experiências didático-pedagógicas da autora e recém graduada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Élita Paloma Américo Magalhães, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Ao refletir sobre novas possibilidades de interação e de ensino-aprendizagem, o relato contempla, especificamente, a abordagem em relação a dois conteúdos curriculares: *Introdução ao estudo de História* e *A vida humana no Paleolítico e Neolítico*.

Passamos a apresentar os artigos livres da presente edição, iniciando com o manuscrito de Loiana Maiara Z. Ferrando, mestranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). A autora reflete sobre as relações interétnicas estabelecidas em espaços de sociabilidades do município de Mallet, Paraná, a partir da análise de inquéritos policiais e processos criminais em seu trabalho que possui o título *“Impedido de entrar porque falava*

português”: *Relações interétnicas e espaços de sociabilidades em Mallet-PR (1930-1940)*. O recorte temporal corresponde ao período de 1930 a 1940, em virtude da grande quantidade de ocorrências criminais envolvendo imigrantes. Estes, ao se instalarem no território malletense, promoveram sociabilidades formais e informais, entre si e com os demais, seja pelas associações ou por meio dos ambientes públicos, com interesses e objetivos variados. Todavia, em alguns momentos, ocorreram conflitos, evidenciando questões que permeavam os grupos étnicos.

Já Pâmela Campos Ferreira faz uma reflexão a respeito das reformas que tiveram lugar na monarquia lusa a partir de meados do século XVIII, movimento inspirado nas linhas do *cameralismo* alemão e na *police* francesa, e que teve como fundamental a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. A autora, que é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), se debruça, sobretudo, sobre a agenda reformista em seu artigo *Pombalismo e a agenda reformista, por uma atuação mais reguladora no Portugal de meados do século XVIII*.

Utilizando a micro-história como aporte teórico-metodológico, o mestrando pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) Thiago Campos da Silva, em seu manuscrito *Trejeitos de batuqueiros: Agências africanas e afro-brasileiras nas crônicas de João do Rio*, examina as crônicas de João do Rio, pseudônimo de Paulo Coelho Barreto, publicadas no ano de 1904 no periódico *Gazeta de Notícias*. O autor visa identificar se essas fontes oferecem indícios sobre as agências e práticas culturais de sujeitos marginalizados, neste caso a população negra no Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX. Segundo sua análise, os escritos expressam inúmeros aspectos relativos à complexa realidade da modernidade carioca e servem para refletir acerca de questões raciais, sociais, culturais e toda a pluralidade desses indivíduos em um contexto de transição.

O artigo intitulado *Valorização social dos percursos da vida em tempos de alta retórica do Idadismo* dos autores Artur Pereira Quintero Costa, mestrando em antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB), e Edilza Maria Medeiros Detmering, doutoranda em antropologia pela mesma instituição, tem por objetivo discutir o processo de envelhecimento humano em sociedades variadas, como a chinesa, a iorubá, a yanomami e a brasileira. Além disso, busca debater a respeito do fenômeno da velhice, ao considerá-lo socialmente construído. Nota-se, conforme os autores, a associação de valores negativos às pessoas mais velhas, o que causa exclusão social em diversos âmbitos. Nesse sentido, apoiam-se nas considerações de pensadores como Louis Dumont e Michel Foucault. O texto ainda

apresenta uma reflexão que relaciona o tema com o contexto de pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus, e com discursos políticos por parte dos governantes.

O especialista em geografia, meio ambiente e história pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Gleidson Fernando Rocha dos Santos, apresenta um estudo sobre a história de um quilombo existente em Macaé, no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Neste artigo, que tem por título *Carucango, resistência quilombola no Rio de Janeiro*, o autor contextualiza a escravidão e a resistência negra no Brasil e na América Latina a fim de detalhar a situação do negro no Rio de Janeiro e, a partir daí, analisar a história do Quilombo de Carucango, nomeado em homenagem a seu líder, um ex-escravizado moçambicano. As interpretações trazidas pelo artigo pretendem provocar uma melhor compreensão histórica acerca dessa temática, bem como um maior entendimento sobre a significância dessa personalidade histórica para os povos quilombolas.

O trabalho intitulado *A aprovação da lei do divórcio de 1977: Uma revisão bibliográfica acerca do tema e as revistas Manchete e Veja como fontes para a pesquisa histórica*, da mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF), Lauren Cavichioli Quissini, traz uma revisão bibliográfica a respeito da história do divórcio no Brasil, com ênfase na década de 1970, orientada pelos escritos de Moura (2010), De Senna (2006) e De Fáveri (2007). A autora também expõe a possibilidade teórica do uso da imprensa como fonte histórica e apresenta, como resultado de sua pesquisa, a oportunização de um crescimento da compreensão de valores, questionamentos, permanências e mudanças de acordo com o aumento do estudo da consequência social do divórcio brasileiro.

Sob autoria de Yuri Batista da Silva, graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), apresentamos o artigo intitulado *A representação de Getúlio Vargas no jornal A Federação durante os anos de 1936 e 1937*. O autor utiliza como fonte para sua pesquisa o jornal *A Federação*, traçando o histórico do mesmo e analisando sua inserção no contexto dos anos 1930. Assim, a partir do seu recorte temporal, apresenta uma análise sobre as tensões entre o Executivo estadual rio-grandense e o Executivo Nacional.

O manuscrito *A importância da conservação e preservação de têxteis em instituições museológicas*, das mestrandas do programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Laiana Pereira da Silveira e Lilian Fetzer, propõe-se a analisar a forma como o vestuário, principalmente o presente em acervos e museus, pode representar diferentes indivíduos, das mais diversas camadas sociais. Para sua

interpretação, utilizam objetos têxteis pertencentes ao Museu da Baronesa, ao Museu da República e ao Museu Histórico Nacional, evidenciando a importância de sua conservação, preservação e observação.

O artigo *Anna Amélia: Feminismo brasileiro à luz de um arquivo pessoal*, das autoras Alessandra Nóbrega Monteiro, graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa, graduanda em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vêm somar ao esforço de luta contra o apagamento feminino. Nesse sentido, analisam a militância feminista de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, poetisa, tradutora, escritora e ativista política, a partir de documentos disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), sob a perspectiva de um “feminismo bem-comportado” conforme proposto pela historiadora Céli Regina Jardim Pinto.

Em *Uma cidade sobre duas rodas: Ciclismo e gênero em Belém do Pará (1890-1910)*, os autores João Arnaldo Machado Gomes, doutorando em História Social pela Universidade Federal do Pará (PPGH-UFPA), e Laura Camila Silva da Silva, recém graduada em História pela mesma instituição, abordam a chegada da bicicleta em Belém do Pará a partir de análise da imprensa. Entre os debates propostos, encontram-se as diferentes funções da bicicleta na sociedade da época, a relação simbólica com o progresso e modernidade da região no período e uma análise a partir da categoria de gênero.

No trabalho sob o título *A violência contra mulheres e meninas indígenas durante o conflito armado interno peruano (1980-2000)*, os autores, provenientes da graduação em história da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Heloísa Motelewski Trippia e Lucas José Mascarello de Jesus, analisam o Conflito Armado Interno do Peru (1980-2000) a partir de uma reflexão sobre as questões de gênero e raça sob uma perspectiva descolonial. Apresentando o contexto anterior e durante o conflito, há um enfoque nas questões de violência sexual contra mulheres indígenas, que, como se conclui, foi maior do que com as demais – o que aponta uma relação entre a colonialidade e a violência.

No artigo *Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: Aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência*, Kelvin Oliveira do Prado, graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestrando em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), propõe uma análise da escrita da história a partir de uma abordagem que não seja colonialista. Para tanto, aborda as teorias pós-colonial e decolonial, colocando-as em uma perspectiva latino-americana. Propondo

que o campo historiográfico abranja outras visões de mundo, o autor vai além da visão tradicionalista intelectual europeia e conclui que é importante termos em mente que a narrativa histórica está longe de unívoca, mas, sim, plural.

Apresentamos, por fim, a resenha escrita pelo mestrando da Universidade Federal de São Paulo (PPGH-UNIFESP), Danilo Moura Monteiro, sobre a obra *Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras*, de autoria de Crislain Alfagali e lançada no ano de 2018. O livro discorre sobre a instalação de uma fábrica de ferro no interior da Angola, especificamente na região de Ilamba, centralizando a discussão sobre a elite africana e as relações econômicas e sociais. Ao destacar o protagonismo dos agentes históricos de diferentes classes sociais, o autor acrescenta novos entendimentos para a historiografia sobre a temática.

Desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!

Equipe Editorial:

Márcia Janete Espig

Ariane R. Bueno Cunha

Bethânia L. Lessa Werner

Etiane Carvalho Nunes

Francine Sedrez Bunde

Isabelle Brancão Chaves

Jéssica Camargo Trisch

Larissa Ceroni de Moraes

Luiz André G. Pagoto

Vitor Borges da Cunha

Apresentação do Dossiê

Dossiê: Etnografia Nos Arquivos e a Produção de Conhecimento Sobre Populações Subalternizadas

Érika Catarina de Melo Alves,¹ UFRRJ

Marianna de Queiroz Araújo,² UFPB

Quando propusemos um dossiê dedicado a recolher etnografias nos arquivos, tínhamos como principal interesse interligar distintos estudos e objetos, pois entendemos que a escrita histórica alinhada à prática etnográfica é uma junção fundamental na produção de conhecimento científico, servindo como ponto de partida, ou mesmo como retórica, nas pesquisas dos profissionais das ciências humanas. Aqui, a categoria de “subalterno” e os conceitos derivados da ideia de subalternidade, contemporaneamente, ocupam os debates e servem de base aos estudos acadêmicos que se alinham aos trabalhos propostos por Gramsci (2002), Said (2007) e Spivak (2010), entre outros. Arquivos, textos jornalísticos e jurisdicionais, por vezes, denotam como determinados grupos eram – e alguns ainda são – tutelados, ordenados e reagrupados pelas instituições governamentais ou/e eclesiásticas.

Ao analisar os fenômenos históricos, sociopolíticos e culturais, os trabalhos que aqui se encontram reunidos, carregam e apresentam discussões que confrontam visões estabelecidas por instâncias de poder. Os textos, assim, refletem esforços analíticos centrados em alguns conceitos-chave, marcas de perspectivas voltadas à compreensão de processos e dinâmicas que envolvem atores e agências sociais em campos de disputas. Numa clave que abarca a Etnografia nos arquivos, percebemos o resultado de coletas de materiais de diferentes formatos que passam a compor acervos construídos com variadas intenções institucionais.

Nesse particular, ao associar a leitura etnográfica de documentos, passíveis de explicitar as relações de poder impressas na elaboração e utilização dos papéis, essa operação metodológica subverte as formas de entendimentos elaboradas pelas racionalidades administrativas que produzem e conservam os acervos documentais. Dessa forma, compreende-

¹ **Érika Catarina de Melo Alves** - Doutoranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA-UFRRJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Território e Identidade (GETI-PPGA-CNPq) e do Laboratório de Estudos em Processos Técnicos (Téchnai-NDIHR-CNPq).

² **Marianna de Queiroz Araújo** - Doutoranda em Antropologia – PPGA-UFPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Território e Identidade (GETI-PPGA-CNPq) e do Laboratório de Estudos em Processos Técnicos (Téchnai-NDIHR-CNPq).

se que essa postura epistemológica levou ao desenvolvimento de abordagens críticas e imaginativas de fontes tradicionais. Como se verá, o principal objetivo desse dossiê é escavar vozes subalternas e silenciadas, resgatar ações (ou agências), percepções e pequenos gestos de resistência daqueles situados à margem dos registros oficiais (FERREIRA; LOWENKRON, 2020).

Na esteira dessas reflexões, torna-se preciso atentar para os conflitos e as contradições que permearam os modos pelos quais esses agrupamentos humanos se (re)organizaram em torno dos cenários econômicos e políticos da sociedade envolvente, indicando como cada coletividade atravessou as mudanças em suas configurações relacionais, não vistas enquanto elementos de “aculturação”, mas consideradas enquanto fenômenos sociais complexos que permitem compreender os protagonismos exercidos por esses sujeitos. Nessa perspectiva, a análise etnográfica de documentos considera os arquivos públicos ou privados como espaços de produção, circulação e preservação material. Entendemos que a escrita histórica alinhada à prática etnográfica é fundamental na produção de um conhecimento científico e reflexivo sobre as populações.

Ao propormos a “etnografia nos arquivos” como molde de “produção de conhecimento sobre as populações subalternizadas”, queremos trazer à tona questões recorrentes nos estudos antropológicos e historiográficos – temas tão caros para nossas áreas de interesse e estudo, como reflexividade, poder e desigualdade social. Ao abrir espaço para as inflexões dos pesquisadores que estudam, dialogam e escrevem sobre grupos diretamente afetados pelas relações estatais, com suas multifacetadas faces e interpelações de poder, queremos discutir o próprio processo de reflexão sobre os dados, as teorias, a etnografia e a posição do pesquisador em campo entendendo-as como partes integrantes da produção do conhecimento.

O artigo que abre este dossiê é uma verdadeira empreitada frente aos documentos judiciais e aos conflitos entre as classes sociais, ou seja, entre dominantes e trabalhadores, entre patrões e seus subordinados. Trata-se de uma análise riquíssima sobre as relações de trabalho em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O período escolhido, como aponta o autor do texto *As disputas em torno da legislação do trabalho, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1943-1945)*, Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva, compreende o intervalo temporal entre 1943 e 1945, e é um relato claro das repercussões do Estado Novo na constituição do próprio estado nacional e suas novas diretrizes no campo econômico como também na geopolítica. Vale destacar, e é ponto analisado pelo graduando em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que em 1942, o Brasil embarca na Segunda Guerra Mundial ao lado da Aliança

que confronta as tropas nazi-fascistas na Europa. Esta decisão política e militar tem reflexos em solo brasileiro, muito embora os campos de guerra fossem noutra continência, nossa população sentiu os efeitos da guerra, mesmo antes da entrada oficial do país no conflito. A criação de decretos governamentais restabeleceu e reorganizou as relações patronais nacionais de maneiras ambíguas. As transformações na legislação vigente repercutiram na organização trabalhista, criando um cenário de contenção e também de resistência nas arenas judiciais no lócus da pesquisa.

No trabalho seguinte, intitulado *Dois candangos: Trabalho, morte e indenização na construção da Universidade de Brasília (1962)*, percorremos as insígnias das lutas travadas pelos trabalhadores em seus ambientes de trabalhos. O caso emblemático do processo judicial de indenização instaurado por uma das viúvas de um dos dois operários mortos durante a construção da Universidade Federal de Brasília (UnB) em abril de 1962, demonstra como o acesso a acervos tão ricos podem colocar em relevo e subverter a lógica histórica que tende a não enxergar os candangos como sujeitos partícipes dos processos históricos. Ramon Lamoso de Gusmão, recém graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), nos revela um documento inédito e precioso sobre o processo indenizatório e avança numa análise sobre as condições e relações trabalhistas na capital do país, permitindo ao leitor uma constituição sobre memórias que não se apagam. Tendo em vista que um dos objetivos do artigo é exatamente denotar como a narrativa sobre o soterramento destes dois candangos preencheu, de certa forma, a memória coletiva daquelas cercanias mesmo tendo sobreposições de outras memórias sobre esta.

No artigo *Relações de gênero e direitos na história da hotelaria pelotense: Estudo de processos trabalhistas envolvendo mulheres entre 1940 e 1960*, a graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Renata Duarte propõe uma instigante reflexão sobre os cargos e atividades desempenhadas pelas mulheres nos hotéis em Pelotas, suas principais solicitações na Justiça do Trabalho, e o desfecho de tais atuações. Neste percurso, ela analisa documentalmente 15 processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas entre 1940 e a primeira metade da década de 1960, que envolvem mulheres nas posições de “reclamantes” ou de “reclamadas”, verificando a existência de salários mais baixos para as mulheres. Da mesma forma ressalta a importância da pesquisa documental nos processos trabalhistas por tratar diretamente da relação empregador-empregado, trazendo as reivindicações do período selecionado, bem como o surgimento de cargos, atribuições e a existência de desigualdade salarial e melhor compreensão das relações de poder. A autora nos leva em direção à

necessidade de evidenciar a atuação das mulheres enquanto força de trabalho no ramo hoteleiro, bem como sua participação na justiça frente à luta por seus direitos trabalhistas.

No manuscrito “*E insuflou-me a espancar*”: *Relações de gênero e violência em Sant’Anna do Catú no pós-Abolição, Bahia*, Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus, mestranda em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e Tainara Cecília Pereira Santos, graduanda em Letras Vernáculas pelas Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), trabalham com a importante interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a partir do estudo de um caso de espancamento de Felicidade Maria de Santana, mulher negra e ex-escravizada, ocorrido em Catu em 1910, trazendo uma análise historiográfica sobre as práticas de violência contra mulheres ocorridas no município nas primeiras décadas do pós-abolição e da República na Bahia. As autoras nos lembram que não existe racismo sem sexismo, e que a colonização foi generificada, ou seja, a dominação colonial foi também uma dominação de gênero que, mesmo com o fim do colonialismo, a subordinação da mulher (em especial a mulher negra e pobre) ainda é vista com naturalidade. Dialogando com as feministas negras e mostrando a força da reflexão epistemológica que vem destes estudos, as autoras ressaltam que muitas vezes, conscientes do papel que ocupavam na sociedade e como a mesma as enxergavam, muitas mulheres negras não se submeteram a supremacia masculina.

Em *Sociabilidade e lazer no cotidiano dos populares da Comarca de Bragança-PA (1910-1920)*, o graduado em História e mestrando em Ciências do Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Filipe de Sousa Miranda, costura de forma substancial a imputação criminal aferida sobre os agrupamentos mais vulneráveis da sociedade bragantina. As festas, as brincadeiras e as danças populares tinham desfechos policiais devido aos conflitos que transpareciam nesses espaços. A narrativa contida nos Autos Criminais levantada pelo pesquisador aponta que o perfil dos envolvidos nas queixas era de indivíduos que não sabiam ler ou apenas assinavam os nomes e que residiam distantes do centro moderno da cidade. Ao colocar não somente os substratos dos arquivos que revelam tais conflitos, o autor apresenta um conjunto de elementos constitutivos do próprio cotidiano dos grupos envolvidos. Ao elencar os momentos de lazer e sociabilidade em espaços como as tavernas, botequins, igrejas ou nas residências, as conhecidas rodas de conversação e interação social revelam o que Norbert Elias (1992) destaca como práticas de lazer, como uma série de atividades em que os indivíduos administram suas emoções e manejam aprovação social.

Fechando o dossiê, temos a mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Lais Schillim da Silva, que nos propõe uma instigante reflexão sobre os motivos que

levam produtores rurais a adotarem a produção agroecológica, tendo seu recorte geográfico nas cidades de Pelotas e Canguçu em seu manuscrito “*Segurança alimentar, proteção familiar e pensando no futuro do nosso planeta*”: *Narrativas de produtores agroecológicos nas cidades de Pelotas e Canguçu no contexto de pandemia*. O artigo consiste em analisar historicamente a agricultura com viés capitalista, indicando a insuficiência do modelo pautado no agronegócio e a emergência das discussões sobre segurança alimentar, frente ao contexto pandêmico. Valendo-se da metodologia de história oral, a autora traz depoimentos de produtores ecológicos, dentro das disputas de poder que ocorrem no campo da agricultura apresentando alternativas não apenas políticas, mas epistemológicas, para se pensar na necessidade da construção de estudos mais democráticos, que enfatizem as vivências de produtores e suas demandas sociais, alimentares e ambientais.

Este dossiê trata de como o uso de arquivos enquanto base reflexiva sobre a realidade estudada pode apresentar níveis de resistências sociais, alçar inflexões sobre questões de gênero, e correlacionar em diferentes escalas às relações patronais. Nesse sentido, reflexões sobre raça, classe e segurança alimentar são alguns dos temas utilizados pelas autoras e autores. Para tanto, estes trabalhos e as pesquisas apresentadas manuseiam as memórias dos sujeitos históricos para dar conta das complexidades destes constructos. Corroborando com a assertiva de que a aproximação entre a antropologia e a história deve partir de uma perspectiva crítica (COMAROFF, 2010).

As abordagens aqui reunidas buscam ampliar novos *insights* para a construção de uma antropologia histórica, pois cabe à prática empírica constituir estes objetos e os sentidos políticos, culturais e sociais que, por vezes, resultam das relações de forças dos distintos grupos que integram o Estado-nação. Mais uma vez destacamos que diante da constituição deste campo eminentemente político é que notamos, enquanto pesquisadores, que as representações autorizadas sobre o passado e o presente tomam significados diferentes, particularmente visíveis e sinalizados nos arquivos.

Referências

- COMAROFF, J; COMAROFF, J. “Etnografia e Imaginação Histórica”. **Revista Proa**, 2(1):1-72. Tradução de Iracema Dulley& Olívia Janequine, 2010.
- ELIAS, N. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.
- FERREIRA, L; LOWENKRON, L (Orgs.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAID, E. **O Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

As disputas em torno da legislação do trabalho, no contexto da Segunda Guerra Mundial em Santa Maria (1943-1945)

Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva,¹ UFSM

Resumo

O presente artigo busca apresentar as disputas em torno na legislação trabalhista entre empregados e patrões, na cidade de Santa Maria, entre os anos de 1943 e 1945. O período não foi escolhido por acaso, uma vez que, desde 1942, o governo brasileiro do Estado Novo, decidira ingressar ativamente na Segunda Guerra Mundial, e embora o conflito propriamente dito, nunca tenha chegado às terras brasileiras, inúmeras consequências do ingresso do país do conflito seriam sentidas pelo conjunto da população, especialmente a classe trabalhadora, que se viu diante da “flexibilização” de muitas das garantias que havia conquistado há pouco tempo, e que estarão colocadas no centro das contendas no âmbito da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Estado Novo; História do trabalho.

Abstract

The present article aims to present the disputes around the labor legislation, between employees and employers, in the city of Santa Maria, between the years 1943 and 1945. The period was not chosen by chance. Since 1942, the Estado Novo (New State) government had decided to actively participate in the Second World War, and although the conflict itself never reached Brazilian lands, many consequences of the country's participation in the conflict would be felt by the population as a whole, especially the working class, which was faced with the "flexibilization" of many of the guarantees it had conquered a short time before.

Keywords: Labor Justice; Estado Novo; Labor History.

Introdução

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado de Estados Unidos, da União Soviética, da França, da Inglaterra e de outras potências Aliadas, pode ser entendida, entre outras coisas, também como resultado da pressão popular. Desde o princípio do conflito, o Governo do Estado Novo havia buscado manter uma ambígua política de neutralidade, que lhe permitia preservar os negócios com seus dois principais parceiros econômicos da época, os Estados Unidos e a Alemanha. Além disso, dentro do próprio Governo, havia setores que pendiam para diferentes lados do confronto, refletindo as diferenças de afinidade ideológica entre o alto escalão da ditadura. Enquanto importantes nomes como Filinto Müller, chefe da polícia política, Lourival Flores, número um do DIP, e o próprio ministro da Justiça, Francisco Campos, eram notórios apoiadores do nazifascismo, outros, como o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, tinham uma posição pró-EUA (CAPELATO, 2019).

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail para contato: luizeduardo96.domingues@yahoo.com.br

Após sucessivos ataques a navios de carga brasileiros na costa dos Estados Unidos por Alemanha e Itália, o ataque dos alemães a um navio com passageiros, em águas brasileiras, em agosto de 1942, resultando na morte de mais de 600 pessoas (KOIFMAN, 2019), causou grande impacto na opinião pública nacional, especialmente depois do afundamento de vários outros navios por submarinos alemães, culminando na proliferação de massivas manifestações de rua por todo o País, exigindo que o Governo adotasse uma posição mais contundente e declarasse guerra ao Eixo. Finalmente, em 22 agosto daquele ano, na esteira das mobilizações populares, é declarado o Estado de Guerra contra Alemanha e Itália.

Indo além de uma simples declaração de guerra formal, o Governo Brasileiro se engajou efetivamente na conflagração, tanto através do envio de enfermeiras para os campos de batalha no exterior – marcando a participação ativa das mulheres brasileiras na conflagração – quanto da criação, em agosto do ano seguinte, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a qual enviaria mais de 25 mil soldados para combater as forças do Eixo na Europa, junto ao exército estadunidense, dos quais, no total, mais de 400 militares brasileiros morreriam. Para o Governo do Estado Novo, porém, em termos políticos e econômicos, os saldos desse engajamento foram bastante positivos, tendo pesado consideravelmente na liberação de um vultoso empréstimo do Governo dos Estados Unidos para financiar a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), emblema do projeto varguista de industrialização do País.

Em que pese o fato de o Governo Brasileiro ter abandonado oficialmente a sua política de neutralidade, assumindo uma posição diante da Segunda Guerra Mundial, apenas em meados de 1942, com a sua declaração de apoio aos países Aliados e de guerra à Alemanha e Itália, após o citado caso do ataque a navios brasileiros por submarinos alemães, os efeitos do conflito que tinha a Europa como palco principal, já se faziam sentir por aqui há mais tempo, seja através da carência de bens de consumo, tais como combustíveis e alimentos, seja pelas diversas modificações na legislação do trabalho, postas em prática a partir de decretos-lei do Governo Federal. Alguns desses decretos atingiam diretamente os setores patronais, como por exemplo, aqueles que considerava uma determinada empresa como de “interesse militar”. Nesses casos, um nome das Forças Armadas era indicado pelo Governo para exercer o cargo de Diretor-Técnico das empresas. Na maioria dos casos, esse tipo de intervenção se deu junto à indústria química e metalúrgica. Por outro lado, também, foram editados decretos que alteravam, significativamente, as relações de trabalho, muitas vezes enfraquecendo ou restringindo os direitos anteriormente assegurados aos trabalhadores. Invocando os “esforços de guerra” ou a “batalha da produção”, o Governo passou a flexibilizar alguns pontos das leis trabalhistas, como

os que tratavam das jornadas de trabalho, entre outros. Um desses decretos é o de número 4.639, de agosto de 1942. Nele, o Governo prorrogava para dez horas diárias a jornada de trabalho naqueles setores que fossem considerados de interesse à produção e à defesa nacional, devendo, nesses casos, porém, ser acrescido um montante de, no mínimo, 20% sobre a remuneração pelas horas normais de trabalho. No preâmbulo do decreto, assinado por Vargas e pelo então Ministro do MTIC, Alexandre Marcondes Filho, o Governo apelava para que fosse dada por todas as classes a sua “quota de sacrifício” diante do Estado de beligerância, alegando que o próprio povo trabalhador, o qual “jamais regateou à Pátria a sua colaboração eficiente e dedicada”, teria apelado para que fossem tomadas medidas nesse sentido.

Ao mesmo tempo, também, foram adotadas algumas deliberações para a proteção do emprego. O Decreto 4.902, de 31 de outubro de 1942, por exemplo, garantia que fosse pago pelo 50% do salário daquele trabalhador que fosse convocado para o serviço militar, pelo tempo que durasse a convocação. Outro Decreto-lei, o 5.689, de julho de 1943, ia no mesmo sentido de proteção do emprego, e proibia a demissão – a menos que por vontade expressa do empregado ou por justa causa – de trabalhadores reservistas em idade de convocação militar. Já o Decreto nº 4.638 de, 31 de agosto de 1942, garantia a estabilidade daqueles trabalhadores que contavam com dez anos ou mais de atividade em uma determinada empresa, porém, excluía dessa proteção, imigrantes alemães, italianos ou japoneses (SOARES, 2016).

É nesse contexto de ambiguidade em relação à legislação trabalhista, e no qual, convertidos em “soldados-operários”, os trabalhadores observam a perda, mesmo que momentânea de algumas garantias, muitas delas, inclusive, recém conquistadas, que a Justiça do Trabalho é efetivamente instalada, em 1941 e que, no ano seguinte, surge o símbolo máximo da política trabalhista do Varguismo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na qual estava plasmado o conjunto da legislação do trabalho editado até então, e que se tornará objeto de disputa – no âmbito da Justiça ou fora dele – entre patrões e trabalhadores, inclusive na conjuntura da Guerra (GOMES, 2002).

Buscaremos aqui,² mostrar como os trabalhadores se apropriaram da legislação para fazer valer os seus direitos, tendo como base, principalmente, o já mencionado Decreto-lei n. 5689, de 22 de julho de 1943, o qual previa que trabalhadores reservistas em idade de convocação militar, não poderiam ser dispensados enquanto durasse o estado de guerra. Valendo-se dessa excepcionalidade, muitos trabalhadores irão buscar, através do ingresso de

² O presente artigo foi elaborado a partir da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Graduação do autor.

ações na Justiça do Trabalho, a reincorporação a seus postos de trabalho. Como se sabe, ao mesmo tempo em que incorporou ainda durante o Governo Provisório, muito do que eram as reivindicações históricas do Movimento Operário, ao longo de toda a Primeira República, a chamada “Era Vargas” se esforçou para mantê-lo sob o seu controle, através de uma política de intervenção direta na vida política e organizativa dos sindicatos, além da supressão do direito de greve, o que limitava sobremaneira o papel das entidades na luta em defesa dos direitos das categorias por elas representadas. Se nada disso foi capaz de silenciar por completo as vozes dissidentes, ou aniquilar qualquer tipo de resistência, essa agora, deveria necessariamente se expressar também por outros canais – entre eles a luta jurídica –, inclusive como meio para que se pudesse acumular forças para romper o cerco da repressão, possibilitando a recuperação de tradicionais ferramentas de luta, o que se dará, efetivamente, sobretudo a partir do ano de 1945 (KONRAD, 2006).

A Justiça do Trabalho e a política social do Estado Novo

A implementação da Justiça do Trabalho (JT) pela ditadura do Estado Novo no ano de 1941, veio consolidar mecanismos criados ainda durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, e que tinham por principal objetivo, a mediação dos conflitos entre capital e trabalho, e a conciliação de interesses entre patrões e empregados. Criadas em 1932, as Comissões Mistas de Conciliação (CMCs) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs) – predecessoras da JT – assim como o conjunto da legislação do trabalho criada no período, estavam direcionadas aos trabalhadores urbanos que estivessem devidamente sindicalizados. A adoção desses dispositivos vinha acompanhar a transformação que, como vimos, era promovida pelo governo no interior do Movimento Sindical, através de uma nova legislação, se buscava limitar a atuação das entidades de classe, na prática, reescrevendo o seu papel, de maneira a que se constituíssem como peça-chave do funcionamento do sistema corporativo que inspirava o regime (HALL, 2002).

Para um de seus principais idealizadores, o jurista Oliveira Viana – entusiasta do corporativismo e do Estado Novo – a Justiça do Trabalho deveria ter poder normativo, possibilitando assim que setores organizados da sociedade, como patrões e trabalhadores através de seus sindicatos, por exemplo, pudessem contribuir para a formulação de normas jurídicas. Também deveriam cumprir papel importante nesse sentido, as Convenções Coletivas entre sindicatos e o setor patronal, entendidas como um primeiro passo na negociação entre as partes, e que deveriam ser encaradas como uma “nova fonte de norma jurídica”. Essa

ideia de uma relação “construtiva” e não meramente interpretativa da norma legal, defendida por Viana, devia-se, em grande parte, à sua inspiração na chamada jurisprudência sociológica estadunidense (ABREU, 2012).

Na tentativa de estreitar os laços com as classes trabalhadoras, que durante as últimas décadas da Primeira República impuseram a “questão operária” no centro do debate político, com suas reivindicações de melhores condições de vida e trabalho, ainda durante a campanha eleitoral de 1930, a candidatura da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio Vargas, apresentará medidas em favor desse setor. Já após a vitória do Movimento que o alçou à presidência da República, Vargas cumprirá com essas promessas, inaugurando uma série de “novidades” no que se refere à relação entre o Estado e o mundo do trabalho. Uma das primeiras, que também possui um inegável valor simbólico, será a criação, ainda em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), não por acaso, apelidado de “Ministério da Revolução”. Entre as principais iniciativas estão a regulamentação do trabalho feminino e de menores de idade, regulamentação da jornada de trabalho, extensão da estabilidade no emprego, pensões e aposentadorias para diversas categorias, garantidas pelo Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) organizado por categorias profissionais. Já em dezembro de 1930, é criada a chamada “Lei dos 2/3”, que exigia que pelo menos dois terços dos trabalhadores contratados por empresas instaladas no país, fossem brasileiros, o que visaria impedir que a mão de obra nacional fosse preterida em relação aos trabalhadores imigrantes (GOMES, 2002).

Tanto a legislação trabalhista quanto a própria Justiça do Trabalho, não devem ser entendidas como uma tapeação ou mera “armadilha” para afastar os trabalhadores de iniciativas que realmente pudessem trazer algum ganho. Na verdade, sabe-se que a própria efetividade da legislação trabalhista e da própria Justiça do Trabalho, dependia, em grande medida, da disposição dos trabalhadores em garantir que estava previsto na norma legal se cumprisse (FRENCH, 2001), nesse sentido, não cabe aqui uma ideia de trabalhador passivo, que simplesmente aceita de bom grado as “doações” do Estado bem-feitor, que como lembra Emília Viotti da Costa (1989) muitas vezes deu o tom da historiografia sobre o período, não apenas em relação ao Brasil, mas a diferentes experiências similares na América latina.

Além disso, acreditamos que havia sim, por parte do governo, um interesse em que a Justiça fosse “feita”, no sentido de que a pouca efetividade desse aparato jurídico – tanto a Justiça do Trabalho em si, quanto a legislação trabalhista, que muitas vezes era objeto de disputa em suas instâncias – colocaria em xeque o arranjo elaborado pelo próprio governo. Como defende o historiador inglês Edward Palmer Thompson, para se legitimar enquanto

“mediadora” das relações entre as partes em uma sociedade de classes, a legislação deve apresentar um certo grau de autonomia. Segundo ele:

Assim, a lei (concordamos) pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora. Mas devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pela lei, não é o mesmo que dizer que a lei não passava da tradução dessas mesmas relações, em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade (...) Pois as relações de classe eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, *mas através das formas da lei*; e a lei, como outras instituições que, de tempos em tempos, podem ser vistas como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes (como a Igreja ou os meios de comunicação), tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes (THOMPSON, 1986).

Em outro trecho, o historiador britânico reforça a sua concepção de que, para que possa exercer o seu papel de cobrir as fendas da sociedade capitalista com um verniz de igualdade e justiça, a lei necessita apresentar um certo grau de independência frente à classe dominante, o que significa dizer que, mesmo que ocasionalmente, precisava garantir algumas pequenas conquistas às classes subalternas. Para Thompson,

(...). Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa. (Idem, p. 354).

Com isso, evidentemente, não queremos dizer que a Justiça era um terreno “neutro”, onde patrões e trabalhadores tinham as mesmas possibilidades de vitória. Ao mesmo tempo, porém, sem a expectativa de que poderia obter algum ganho, por menor que fosse, não haveria motivos para que trabalhadoras e trabalhadores recorressem a esse expediente.

Os trabalhadores diante dos esforços de guerra

A inserção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, significou a mobilização de um contingente muito maior de forças do que os militares enviados para lutar no exterior. Para os trabalhadores do país, os esforços de guerra se refletiam na “batalha da produção”, o que significava empreender o máximo esforço possível nos locais de trabalho. Aliados, o governo e o setor empresarial, buscavam estabelecer um paralelo entre a missão dos soldados enviados para os campos de batalha e os operários no chão das fábricas. Não à toa, as palavras disciplina

e sacrifício ganharam lugar de destaque nos discursos de Vargas e dos seus ministros. Segundo o historiador Fernando Cauduro Pureza em sua tese de doutorado, *Economia de Guerra, Batalha da Produção e Soldados-operários*, onde estuda os impactos da Segunda Guerra sobre a classe trabalhadora de Porto Alegre,

O Estado, encarnado na figura de Vargas, era sem dúvida, alguma o ‘carro-chefe’ no esforço de guerra brasileiro para converter a economia em uma ‘economia de guerra’. No entanto, a burguesia também tinha interesse na defesa desta ‘economia de guerra’, especialmente no que dizia respeito à mobilização dos trabalhadores brasileiros (PUREZA, 2009).

Nessa perspectiva, de acordo com o autor, havia três eixos que sustentavam um modelo ideal de trabalhador – o “soldado-operário” – evocado tanto pela burguesia industrial quanto pelo governo. Seriam eles, a disciplinarização, a especialização e a sindicalização. O eixo *disciplina*, a título de exemplo, apresentava, pelo menos, duas faces. Em um aspecto mais geral, dizia respeito à garantia da manutenção da “ordem” no país, buscando evitar qualquer conflito aberto entre as classes. Inclusive, de acordo com Pureza, a simples menção a ideias que defendessem a divisão da sociedade a partir de classes sociais antagônicas, era tomada como subversão pela ditadura do Estado Novo. Além desse aspecto geral, esse eixo também estava relacionado à disciplina do trabalho, no interior das fábricas, com cumprimento rigoroso de horários, limitação drástica da possibilidade de faltas, vigilância constante sobre os trabalhadores, etc.

Esses valores de abnegação em nome da pátria, também eram reforçados constantemente nos pronunciamentos públicos dirigidos aos trabalhadores pelo próprio Vargas em cerimônias e comemorações, como o Primeiro de Maio, e encontravam respaldo legal em normas editados pelo governo. O Decreto-Lei, nº 4.637, de agosto de 1942 seguia a mesma linha, e determinava a colaboração dos sindicatos com o poder público, inclusive “no desenvolvimento da consciência nacional”, enquanto durasse o Estado de Guerra. Daí, depreende-se que seria ainda menos tolerável para o regime a atuação política coletiva da classe operária organizada em defesa de seus interesses comuns. Já em sua outra dimensão, essa disciplina correspondia ao comportamento do trabalhador em seu ambiente de trabalho. Seu comprometimento, o cumprimento rigoroso dos horários, a limitação drástica das possibilidades de falta, além de estar submetido à vigilância constante.

Ainda que não se possa descartar um relativo sucesso dessa campanha unificada entre Governo e burguesia em prol dos “esforços de guerra”, o fato é que mesmo que a classe trabalhadora do período tenha se mobilizado, em maior ou menor grau, dependendo, inclusive,

do seu nível de adesão ao regime, em prol da participação do Brasil na Guerra (FORTES, 2001), isso não representou, de forma alguma, uma anulação da sua consciência de classe, nem se verificou uma diluição nas demandas do proletariado em uma pauta única relativa aos interesses nacionais. Dito de outra forma, a guerra não foi capaz de parar a luta de classes, muito pelo contrário, e as disputas no âmbito da Justiça do Trabalho são um exemplo disso.

Os trabalhadores de Santa Maria e a Justiça do Trabalho

A retomada das greves e das mobilizações de rua, a partir de 1945, foi um capítulo decisivo não apenas para a reorganização do Movimento Operário no Brasil, e também no Rio Grande do Sul e na cidade de Santa Maria, mas para a própria derrota da ditadura e do seu aparato repressivo. Essa retomada, evidentemente, não foi fruto de mero espontaneísmo, nem resultado de qualquer inspiração divina. Antes de qualquer coisa, o que vimos foi tanto uma prova de que, mesmo apesar dos intentos do governo ditatorial do Estado Novo, não houve uma ruptura total do Movimento Operário com a sua tradição de lutas do pré-1930, quanto o resultado de anos do que alguns autores, como Gláucia Vieira Ramos Konrad (2006) classificam como “acúmulo de forças”, tendo encontrado, pois, na conjuntura de 1945, sobredeterminada por fatores internos e externos, um momento mais favorável para irromper de maneira mais radical na cena da luta de classes. Na mesma linha, Marcelo Badaró Mattos (2009) considera que o processo de “redemocratização” observado a partir de 1945, possibilitou que conflitos “represados” acabassem por “rebentar em lutas operárias de grandes dimensões”. Para ele, se por um lado o governo Vargas obteve algum sucesso no controle sobre os sindicatos, isso não significa, pelo outro, que se tenha logrado “calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores”, enquanto as lutas abertas de 1945 seriam uma demonstração efetiva disso. (MATTOS, 2009)

Dito isso, devemos considerar que todo esse acúmulo, que enfrentava a todo momento a ameaça do aparato repressivo do Estado Novo, devia, necessariamente, se dar por diversos outros canais, que não os instrumentos convencionais de reivindicação e luta pela manutenção de direitos. Nesse contexto, como explicamos anteriormente, a Justiça do Trabalho cumpriu um papel de grande relevância, ainda que contraditório. Se era, inegavelmente, um canal criado pela própria ditadura, com a pretensão de disciplinar os conflitos de classe, tarefa indispensável para um regime que defendia uma perspectiva ideológica de “pacificação social” (ROMITA, 1999), não podemos negar que foi apropriado pelos trabalhadores como um dispositivo capaz,

de alguma maneira, de fazer ressoar a sua voz contra os abusos da classe patronal, com alguma garantia, mesmo que formal, de que ela seria ouvida. (NEGRO, 2006)

Os casos que apresentaremos, a partir da análise de alguns processos trabalhistas contidos no acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria,³ correspondentes ao período que perpassa os anos 1943 a 1945, mostram, mais uma vez, que longe de aceitar cômoda e passivamente as regas do jogo, cada vez mais adverso para os “de baixo”, imposto pela ditadura e a burguesia a ele aliada, os trabalhadores, em diferentes oportunidades, e de diversas formas, souberam, se não subverter completamente, adaptar essas regras em proveito próprio, mesmo que ainda de maneira muito limitada.

É esse o caso, por exemplo de Alcides Gonçalves Xavier e outros sete trabalhadores da Padaria Holterman, os quais, em fevereiro de 1945, ingressaram com uma reclamação plúrima junto à JT, a fim de exigir que o proprietário da empresa cumprisse com a legislação trabalhista vigente e efetuasse o pagamento de um adicional de 20% ao salário-hora dos funcionários, referente ao trabalho noturno. Ainda que não conste, nesse processo, nenhuma menção à conjuntura de Guerra, vimos, anteriormente, que esse período trouxe uma exploração ainda maior da força de trabalho, respaldada tanto pela invocação do supracitado “esforço de guerra”, quanto pelo já mencionado esgarçamento da legislação de regulação do trabalho. Vale lembrar, também, que, mesmo naquelas atividades que eram consideradas de interesse à “produção e à defesa nacional”, considerando o Estado de Guerra e que, por isso, segundo decreto de agosto de 1942, poderiam fixar uma jornada diária de trabalho de dez horas, os trabalhadores submetidos a essa jornada estendida, deveriam ter garantida remuneração de 20% adicionais sobre o salário correspondente à jornada normal de oito horas diárias:

Baseando a sua reclamatória tanto em artigos da CLT, quanto no Decreto-Lei nº 2.308, de 13 de junho de 1940, que trata da duração das jornadas de trabalho em atividades privadas, esses trabalhadores, representados pela figura do advogado José Garibaldi Filizzola, acusavam Roberto Holterman, então proprietário da Padaria, de não estar cumprindo com a Legislação, desde fevereiro de 1943, quando teria começado a pagar apenas horas-extras aos funcionários pelo trabalho além do horário convencional. Segundo os empregados, o trabalho noturno seria dividido entre dois grupos de trabalhadores. Um que trabalharia das 18h às 2h do dia seguinte, e outro, das 2h até às 10h da manhã, o que lhes configuraria 4 e 3 horas de trabalho noturno, respectivamente. Antes da data prevista para a audiência da data marcado para a audiência,

³ Todos os processos trabalhistas consultados para este trabalho, se encontram disponíveis no Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria, situado no prédio do Foro Trabalhista da cidade.

porém, as partes firmaram um acordo, no qual o proprietário da Padaria Holterman se comprometia a pagar o montante requerido pelos trabalhadores, correspondente aos 20% de acréscimo aos salários, ao longo daqueles últimos dois anos, além do valor correspondente ao período fevereiro até 10 de junho de 1945, data na qual, quando, segundo consta no Termo de Acordo, os reclamantes teriam deixado de ser funcionários da empresa. Esse pagamento, de acordo com o documento, deveria se dar com a contrapartida de abatimento de 15% do valor total a ser pago. Como esse, a maioria dos processos analisados culminaram em acordos entre as partes litigantes, porém nem todos tiveram esse desfecho.

Uma das poucas exceções, por exemplo, é o caso do trabalhador industriário Miguel dos Santos, o qual, em julho de 1944, moveu uma ação trabalhista contra a “Fábrica de Calçados e Curtume”, de propriedade de Prudêncio Endre, localizada na cidade de São Pedro (pertencente à comarca de Santa Maria), da qual teria sido empregado entre maio de 1943 e maio de 1944. Em sua reclamação, o operário sustenta que teria sido despedido indevidamente, dada a sua condição de reservista e o fato de estar em idade de convocação militar. Destarte, reivindicava a sua reincorporação e a condenação do proprietário da empresa, ao pagamento de uma multa.

A contestação de Miguel dos Santos, também tendo por advogado José Garibaldi Filizzola, se sustentava, basicamente, em dois decretos do governo Vargas, diretamente relacionados à conjuntura de Guerra e ao envolvimento do Brasil no conflito. Um deles, o Decreto-Lei n° 5.689, de 22 de julho de 1943, que, entre outras disposições, proibia a rescisão de contrato com trabalhadores reservistas e em idade de convocação militar, pelo tempo que durasse o Estado de Guerra, a menos que por vontade do próprio empregado, ou em casos classificados como de “justa causa”, entre os quais era acrescida a possibilidade de o empregador, por “motivos decorrentes da guerra”, ver-se na necessidade de suprimir determinado cargo ou emprego, visando a economia de recursos. O decreto ainda previa a reincorporação do empregado que fosse indevidamente despedido. O segundo decreto, no qual se baseava o pedido do ex-funcionário da Fábrica de Calçados, era o n° 4.902, de outubro de 1942, cujo artigo 6° previa o pagamento de multa àquele trabalhador que, enquadrado nos termos previstos, tivesse seu contrato de trabalho rescindido pelo empregador. Em aspectos mais gerais, esse Decreto visava dar garantias mínimas àqueles trabalhadores que, por ventura, fossem convocados para o serviço militar, como o seu artigo 1°, o qual assegurava, além da manutenção do posto de trabalho, o recebimento de 50% da remuneração enquanto estivesse licenciado para o cumprimento de tal serviço.

Voltando ao caso de Miguel dos Santos, em contrapartida ao que apresentava a defesa do trabalhador, o proprietário da Fábrica alegava que teria sido o próprio Miguel quem teria se demitido, por, segundo ele, não estar de acordo com a mudança no processo de produção. Durante a audiência de julgamento, além do depoimento de ambas as partes, depuseram como testemunhas apresentadas pelo procurador do proprietário da Fábrica, dois funcionários daquela empresa, ratificando a versão por ele levantada e alegando, além disso, que Miguel dos Santos teria danificado instrumentos de trabalho, além de ter ido ao trabalho portando uma faca, com a possível intenção de intimidar o patrão. No sentido de reforçar a ideia de que o reclamante teria personalidade agressiva, em seu depoimento Rui Viola, procurador do proprietário da Fábrica, pede que fosse anexado aos autos uma certidão, comprovando ter sido aberto um processo contra Miguel dos Santos, no ano de 1943, por ter se envolvido em uma briga de rua. Esse fato foi invocado como prova do “histórico escuro” do sapateiro.

Finda a audiência, foi considerada improcedente a reclamatória de Miguel dos Santos, sendo alegada a ausência de provas suficientes para sustentar a versão por ele apresentada, acolhendo a defesa do proprietário da fábrica de que o empregado havia abandonado o trabalho, e que, justamente por isso, não poderia ser beneficiado pelo Decreto-Lei nº 4.902, de 31 de outubro de 1942, como havia pleiteado.

Outro caso, que não deixa de ser curioso, é o do jornaleiro Basílio Pacheco, o qual, em agosto de 1945, apresentou uma reclamação contra João Pedro Carenotte, alegando que pediu demissão do emprego no qual, segundo ele, João Pedro seria seu patrão, devido ao fato de não estar recebendo remuneração de acordo com o salário mínimo em vigor à época. De acordo com o reclamante, foi empregado de Carenotte, de dezembro de 1943 a janeiro de 1945, em um negócio de produção de carvão a partir da queima de lenha, e que, durante todo esse período, recebeu um salário de apenas CR\$ 20,00 por mês, além de uma parte em “utilidades”, na qual estaria incluído alimentação e habitação, quando o salário mínimo previsto para a Região, naquele momento, seria de CR\$ 260, 00 mensais, de acordo com o Decreto-Lei n 5.977, de 10 de outubro de 1943, no qual fundamentava a reivindicação. Portando, reclamava o pagamento, por João Pedro, de um montante no valor de CR\$ 1. 235,00 além de multas e dos custos do processo.

Durante a audiência, porém, o reclamado, João Pedro Carenotte, alegou que Basílio nunca havia sido empregado seu, mas que os dois seriam sócios e que, portanto, não teria para com ele as obrigações reclamadas, nem teria a Justiça do Trabalho, competência para julgar o caso. Pela parte do reclamante, falou a testemunha Lauro Prestes, comerciário, que alegou ter

comprado carvão de Basílio, e que este, naquela oportunidade, teria lhe informado que era pago com sessenta centavos por saco de carvão que produzia, e que se hospedava e fazia suas refeições na casa de João Pedro Carenotte, dando a entender, portanto, que trabalhava para o reclamado. Mais adiante, no mesmo depoimento, porém, a testemunha parece se contradizer, afirmando que comprava o carvão de Carenotte, sendo que Basílio o acompanhava a fim de conferir a pesagem dos sacos, uma vez que o carvão seria vendido a vinte centavos o quilo. Ainda assim, Lauro Prestes afirmava acreditar que Basílio era funcionário de Carenotte, e não seu sócio.

Já o carroceiro Alberto Alves Oliveira, arrolado como testemunha do reclamado, alegou que Carenotte lhe ofereceu o fornecimento de carvão, informando que Basílio seria o responsável pela fabricação do mesmo, porém, no momento em que teria sido feita a entrega do produto, os dois se apresentaram como sócios. Afirmou, ainda, que este tipo de negócio para a fabricação de carvão, onde o dono do “mato” pagava a uma determinada pessoa para a fabricação, além de lhe dar moradia e alimentação, seria bastante comum na Região.

A segunda testemunha da parte reclamada, o agricultor Afonso Machado, residente do então distrito de São Martinho, foi na mesma direção, afirmando também que o reclamante recebia comida e moradia, na propriedade do reclamado. Declarou ainda, que antes de ir trabalhar para o reclamado, Basílio teria trabalhado para ele, Afonso Machado, também produzindo carvão a partir da queima de lenha que era fornecida pelo declarante, e que seu pagamento era relativo à quantidade de sacos produzidos. Em relação ao vínculo entre Basílio e Carenotte, a testemunha afirmava não ter conhecimento do recebimento, por Basílio, de um salário mensal, uma vez que essa não seria uma prática comum a esse tipo negócio.

Durante as alegações finais, Basílio reiterou a reclamação inicial de que Carenotte fosse condenado a pagar-lhe um montante de CR\$ 1. 235,00 reafirmando que era empregado de João Pedro Carenotte, e que este não cumpria com o pagamento do salário mínimo previsto em Lei. Além disso, afirmou que seria “explorado” pelo reclamado, sendo obrigado a carregar cargas de carvão do distrito de São Martinho até a cidade de Santa Maria, trabalho pelo qual, segundo ele recebia uma quantia “irrisória. O reclamado, por sua vez, alegou que o depoimento das três testemunhas teria comprovado exatamente o contrário, que entre ele e o reclamante nunca havia existido uma relação de patrão e empregado, mas sim uma “parceria”, sendo que esta seria uma modalidade de contrato bastante conhecida na zona rural do estado, e que, por isso, um possível desentendimento entre as partes em relação ao contrato firmado entre elas, seria de competência da Justiça comum, e não da Justiça do Trabalho. Dessa forma, defendeu que fosse considerada

“improcedente” a reclamação contra a sua pessoa. Esse foi o entendimento final do juiz, que decidiu que não havia, de fato qualquer vínculo empregatício entre as partes, mas uma sociedade e que, assim sendo, o caso não dizia respeito à Justiça do Trabalho.

Mais um caso interessante é o de Achilles Galmarini Flôres, de 35 anos, que entrou com uma reclamação contra a “Empresa Jornalística A Razão”, em fevereiro de 1944. Assim como no caso de Miguel dos Santos, Achilles alegava ter sido indevidamente despedido da empresa na qual teria trabalhado como “guarda livros”, entre abril de 1940 e agosto de 1943, mesmo sendo reservista e ainda estando em idade de convocação militar, nos termos do citado Decreto-Lei nº 5.689, de 22 de julho de 1943, reclamando, dessa forma, a sua reintegração à empresa.

Na audiência, ocorrida em maio de 1944, representando a empresa “A Razão”, o seu gerente, Franklin Peres, e seu advogado, Democrata Pereira Soares, alegaram que teria sido o próprio reclamante, Achilles, quem teria rescindido o contrato de trabalho “mediante manifestação expressa da sua vontade”, e que, além disso, Achilles teria se apoderado dos livros de escrituração da empresa e “se retirado da sede”, o que, de acordo com a parte reclamada, configuraria falta grave. O reclamante, por sua vez, confirmou a retirada dos livros, porém, alegou que ela se deu mediante “ordem superior”.

Testemunha da parte reclamada, Evaldo Lang, funcionário da empresa, declarou saber que Achilles havia sido despedido, não sabendo informar, porém, o motivo do desligamento. Questionado pelo advogado da empresa, Evaldo confirmou ter conhecimento de que alguns livros de escrituração haviam sido levados para a casa do reclamante, segundo ele, por ordens do próprio reclamante. Disse, também, que havia ido até a residência do reclamante, mandado pelo então gerente da firma, João Barbosa Tompson, a fim de requerer os livros, sem, contudo, recebê-los de volta. Tompson, ex-gerente do jornal e à época funcionário dos “Diários Associados” de Porto Alegre, foi a segunda testemunha a depor, também convocado pela parte reclamada. Em seu depoimento, confirmou a declaração dada por Evaldo Lang, afirmando ter pedido, sem sucesso, mais de uma vez, a devolução dos livros ao reclamante. A última testemunha, Aurélio de Oliveira, funcionário da empresa, afirmou ter recebido ordens do reclamante para levar “uns pacotes” até sua residência, não sabendo dizer com exatidão, porém, o que havia no interior desses pacotes, sabendo que entre eles estavam alguns livros, mas sem conhecer o seu conteúdo.

Passada à fase das alegações finais, dada a palavra ao reclamante, este afirmou não ter mais nada a acrescentara. A parte reclamada, por seu turno, afirmou que o decreto no qual o reclamante baseia a sua reclamação (Decreto-Lei nº 5.689, de 22 de julho de 1943), não teria

anulado o artigo 5º da Lei nº 62, de 5 de junho de 1935, que dispunha sobre o pagamento de indenização a trabalhadores despedidos, exceto quando houvesse justa causa ou prazo estipulado para a rescisão do contrato. O 5º artigo estabelecia em quais circunstâncias poderia ser considerada justa a causa da demissão. Nas palavras do representante da reclamada, o Decreto invocado, também não impedia que houvesse a rescisão do contrato, quando esta se dava por vontade expressa do trabalhador, o que, segundo ele, teria ocorrido com o reclamante e, conforme provaria o recibo anexado aos autos. Declarou, também, que “para evitar dissídios e em espírito de conciliação” teria sido pago, ao reclamante, indenização referente à “antiguidade” e aviso prévio, mas que a empresa não teria qualquer obrigação nesse sentido, pelo fato de o reclamante segundo ele, ter cometido falta grave, devido à alegada apropriação indevida dos livros de escrituração. Mediante isso, defendeu que fosse declarada improcedente a reivindicação do reclamante. Tendo sido negada pelas partes a possibilidade de conciliação, aventada pelo juiz, este estipulou uma data para a leitura e publicação da sentença.

Na data prevista, foi lida a sentença, na qual o juiz considerou improcedente a reclamação de Achilles Galmarini, alegando ter ficado claro, através de recibos apresentados pela empresa, no qual ele se comprometia, inclusive, a não vir a mover qualquer tipo de ação contra a empresa no futuro em relação a isso, o seu expresso acordo com a rescisão do contrato de trabalho, mediante aviso prévio de 30 dias. Ao mesmo tempo, considerava que “toda prova produzida durante a instrução”, era “desfavorável ao reclamante”. Não obstante, Achilles decidiu recorrer ao Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região, alegando que, embora tenha, de fato, assinado os recibos apresentados, só o fez porque, até aquele momento, não havia tomado conhecimento da existência do Decreto-Lei nº. 5.689, de 22 de julho de 1943, publicado pouco antes de sua demissão, em agosto de 1943.

Mais uma vez, entretanto, o seu pedido foi julgado improcedente, alegando-se que o reclamante teria concordado com a demissão, ao assinar os recibos com o recebimento das indenizações. No acordão da decisão do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região referente ao recurso pedido por Achilles Galmarini, os membros do Conselho, apesar de votarem por unanimidade a improcedência do recurso, confirmando a decisão a qual Achilles recorrera, negaram que, a assinatura dos recibos pelo reclamante, expressasse a sua renúncia ao emprego, ou antes, a sua livre manifestação de acordo com a demissão. Ainda assim, o voto dos conselheiros reiterou a posição do juiz municipal de direito, ao considerar que não havia possibilidade de reintegração, uma vez que teria sido provado o cometimento de falta grave por parte do reclamante, o que garantiria o direito à demissão, apesar do Decreto-Lei nº 5.689, de

22 de julho de 1943. Tomando por base um processo julgado no Rio de Janeiro, em julho de 1944, referente ao caso de um trabalhador da Companhia Carris, Luz e Força, que havia entrado com recurso extraordinário, recorrendo a sentença do Conselho Regional do Trabalho, Achilles Galmarini recorreu da decisão dos conselheiros da 4ª Região, mas estes, julgando não haver qualquer divergência entre a decisão proferida e o acordão referente ao julgamento da questão, indeferiram o seu pedido, trazendo mais uma vez como justificativa, o cometimento de falta grave por parte do trabalhador.

Conclusão

Os casos analisados acima dão uma pequena mostra do quanto a Justiça do Trabalho foi utilizada pelos trabalhadores e trabalhadoras durante o Estado Novo, como uma ferramenta a mais na luta pela garantia de direitos. Embora em nenhum dos processos sobre os quais dos detemos neste artigo tenham culminado com a vitória dos trabalhadores, o fato de se buscar esse expediente demonstra em certa medida a perspectiva de que era possível obter algum ganho, mesmo que fosse um acordo. Ademais, atesta a disposição de muitos trabalhadores em lutar contra o que consideravam abusos de seus empregadores e, valendo-se da legislação trabalhista, inclusive dos decretos-lei que normatizavam as relações de trabalho durante o Estado de Guerra, se empenhavam para que as garantias previstas na lei se efetivassem na prática.

Uma ausência que chama a atenção nos casos estudados, é a dos sindicatos. Mesmo no caso dos trabalhadores da Padaria Holterman, que ingressaram com uma ação plúrimas contra a empresa, isso se deu sem a presença de uma entidade de classe (ao menos não há nada no processo que indique o contrário). Sabemos que a atuação junto à JT foi um meio, entre outros, encontrado pelos sindicatos para manter inclusive a sua legitimidade com a categoria diante dos limites impostos à sua atuação pela repressão do Estado Novo. Ao mesmo tempo, quando muitas dessas direções, diante da retomada das mobilizações a partir de 1945, preferiam continuar apostando apenas na batalha jurídica, eram “atropeladas” pela base, que se utilizava de outros instrumentos, como as comissões de fábrica, por exemplo, para organizar as greves (PUREZA, 2009).

Ainda assim, consideramos que tanto no caso em que ingressavam de maneira coletiva (com ou sem os sindicatos) quanto nas vezes em que recorriam de maneira individual, os trabalhadores e trabalhadoras acabavam por reafirmar a sua identidade de classe, sobretudo em um momento em que, como vimos, havia uma pressão ainda maior por parte do regime

ditatorial do Estado Novo e do setor patronal para que deixassem de lado as suas reivindicações classistas em nome dos interesses gerais da nação, diante da Guerra.

Processos Trabalhistas:

Processo trabalhista: Alcides Gonçalves Xavier e outros. Santa Maria, 09 de fevereiro de 1945. Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria – RS.

Processo Trabalhista. Valdomiro Mello e outros. Santa Maria, 12 de julho de 1945. Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria – RS.

Processo Trabalhista. Miguel dos Santos. Santa Maria, 11 de julho de 1944. Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria – RS.

Processo Trabalhista. Basílio Pacheco. Santa Maria, 28 de agosto de 1945. Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria – RS.

Processo Trabalhista. Achilles Galmarini Flôres. Santa Maria, 26 de fevereiro de 1945. Acervo da Justiça do Trabalho de Santa Maria – RS.

Decretos-Lei:

Decreto-lei Nº 8.567, de 19 de janeiro de 1942. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8567-19-janeiro-1942-459336-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em: 19 mar. 2021

Decreto-lei Nº 4.639, de 31 de agosto de 1942. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4639-31-agosto-1942-414553-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em: 30 mar. 2021. Decreto-Lei nº 2308, de 13 de junho de 1940. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2308-13-junho-1940-412158-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Decreto-lei nº 5689, de 22 de julho de 1943. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5689-22-julho-1943-415730-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Decreto-Lei nº 4.902, de 31 de outubro de 1942. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4902-31-outubro-1942-415122-publicacaooriginal-1-pe.html>>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Autoritarismo e corporativismo no Brasil. In: **XI Encontro Estadual de História, 2012, Rio Grande**. XI Encontro Estadual de História - História, Memória e Patrimônio, 2012.p.172-186.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do Nacional-Estatismo. 9ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2019, p. 103-137.

COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência. Novas tendências da historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se

ganha. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n.29, p.3-16, 1º sem. 1990.

FORTES, Alexandre. **Nos do quarto distrito ...: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. 2001. 602p. Tese (doutorado) – Unicamp, Campinas.

FRENCH, John. D. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: Araújo, Angela. (Org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.p.13-28.

KOIFMAN, Fábio. O Governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Vol. 2. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019, p. 275-314.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho). Campinas: UNICAMP, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NEGRO, Antônio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no Século XX. **Politeia; História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, 2006, p. 193-209.

PUREZA, Fernando Cauduro. **Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ROMITA, Arion Sayão. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 95-112.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SOARES, Tamires Xavier. “Soldados da produção” em busca de seus direitos: a mobilização de guerra e os conflitos trabalhistas nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria (1939-1945) In: **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS**, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Porto Alegre.

Dois candangos: trabalho, morte e indenização na construção da Universidade de Brasília (1962)

Ramon Lamoso de Gusmão,¹ UCDB

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar um documento único, inédito e inexplorado pela historiografia: o processo de indenização trabalhista de um dos dois operários mortos durante a construção da Universidade de Brasília (UnB), em abril de 1962. As mortes de candangos, denominação dada aos trabalhadores que construíram a capital, permanecem como silêncio e tabu na história oficial. O documento revelado e estudado subverte essa lógica, por ser uma evidência inquestionável do que se quer apagar da memória coletiva. Ademais, nos permite avançar com o conhecimento sobre as condições e relações trabalhistas na cidade que permanecia em construção, mesmo após ser inaugurada.

Palavras-chave: Construção de Brasília; Universidade de Brasília; Candangos; Morte de Operários.

Abstract

This article aims to analyze a unique document, unprecedented and unexplored by historiography: the labor indemnity process of one of the two workers killed during the construction of the University of Brasilia (UnB), in April 1962. The deaths of “candangos”, as the workers who built Brasília are known, remain as silence and taboo in official history. The document revealed and studied subverts this logic, as it is unquestionable evidence of what one wants to erase from the collective memory. In addition, it allows us to advance the knowledge about labor conditions and relations in the city that remained under construction even after it was inaugurated.

Keywords: Brasilia Construction; University of Brasilia; Candangos; Death of Workers.

Introdução

Era por volta de uma hora da tarde, do dia 3 de abril de 1962, quando dois operários que trabalhavam na construção da Universidade de Brasília (UnB) foram soterrados em um buraco de cerca de cinco metros de profundidade. Segundo testemunhas, o desmoronamento de terra foi motivado pela trepidação gerada por máquinas de terraplanagem e escavadeiras. Gildemar Marques Pereira e Expedito Xavier Gomes, empregados da Construtora Martins de Almeida S/A (Comasa), morreram vítimas do acidente.

Seria mais um caso esquecido de morte de operários, entre tantos ocorridos durante a construção de Brasília e sobre os quais há apenas vestígios na documentação oficial, como nos

¹ Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL/Portugal, 2016). Especialização em História Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2011). Licenciatura em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, 2020). Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília (UCB, 2004). Professor substituto de História (20h, noturno), em escola de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Contato: rgusmao07@hotmail.com.

boletins de ocorrência policial registrados entre 1957 e 1960 (GUSMÃO, 2019). Mas a história dos dois candangos, como ficou conhecida, ganhou uma dimensão diferente.

A proposta deste artigo é analisar como e porque as mortes de Expedito e Gildemar não foram completamente apagadas da história dos trabalhadores que ajudaram a construir a nova capital. “Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”, afirma Michael Pollak (1989, p. 4).

A fonte documental é o processo com pedido de indenização contra o então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI),² movido por Antônia Rodrigues de Sousa, viúva de Expedito. Trata-se de fonte inédita em pesquisas historiográficas.³ Esse fato, por si só, justificaria a análise. Mas o Processo S3066/62, sob a guarda do Memorial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), revela muito mais.

É o primeiro processo que se conhece por motivo de acidente de trabalho com morte e pedido de indenização relacionado à construção de Brasília. Por isso mesmo, uma exceção, um documento único. Ademais, as mortes de candangos, denominação dada aos operários que construíram a capital, ainda hoje são motivo de silêncio e tabu na história oficial. Ao mesmo tempo uma comprovação do que se quer esconder, negar e apagar, é um vestígio importante para fazer avançar o conhecimento sobre as condições e relações de trabalho nos canteiros de obra de Brasília.

O documento ainda permite comparações entre a situação dos trabalhadores antes e depois da inauguração da cidade. Muitas obras, como a da UnB, só começaram ou continuaram a ser tocadas depois de 21 de abril de 1960.

O que mudou e o que permaneceu na situação dos candangos após essa data? Por que não se conhecem processos semelhantes anteriores a esse, mesmo com acidentes e vítimas fatais registrados em boletins de ocorrência da polícia? São algumas das questões que buscamos responder.

As lacunas na documentação, infelizmente, dificultam a reconstrução de parte da vida e da história dos dois operários. De tal modo que não sabemos quando e como chegaram, porque

² O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em 1936 e atendia aos trabalhadores de empresas privadas do setor industrial.

³ A única referência a esse documento está numa publicação do Memorial do TJDFT sobre processos históricos sob a guarda da instituição. Não se trata de uma análise historiográfica, apenas material de divulgação, com as informações básicas do processo. Foi a partir dele que tomei conhecimento da existência do processo e decidi usá-lo como fonte e objeto de pesquisa. Por ser um processo considerado histórico, o documento original fica exposto ao público no Memorial do TJDFT, em Brasília, mediante agendamento. Agradeço aos servidores do Memorial que, gentilmente, me receberam, em fevereiro de 2020. Eles permitiram a consulta ao processo e que eu tirasse fotos, pois o documento ainda não estava digitalizado.

se deslocaram para Brasília, se participaram de outras obras ou apenas a da universidade. Por isso, buscamos apoio em outros estudos para contextualizar aspectos fundamentais do cotidiano dos candangos.

Objeto de pouco interesse na historiografia nacional, as pesquisas sobre os trabalhadores da construção de Brasília têm algumas referências importantes, como o antropólogo e professor da UnB Gustavo Lins Ribeiro. Na obra *O capital da esperança*, Ribeiro nos brinda com uma explicação a respeito da situação jurídica do canteiro de obras. Sem o trabalho de Ribeiro, dificilmente conseguiríamos juntar o quebra-cabeça dos vestígios documentais e responder às questões colocadas.

Ao confrontar as informações reveladas pelo processo com o discurso ufanista oficial, como no livro de memórias do ex-presidente Juscelino Kubitschek, não há menção a acidentes de trabalho e nem a mortes. Ainda hoje, a história oficial de Brasília é uma tentativa de apagá-los e esquecê-las, respectivamente.

Segundo Le Goff (1990), a memória coletiva, com seus esquecimentos e silêncios, é objeto de luta e de manipulação entre diferentes forças sociais. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1990, p. 427).

É nesse nível de uso da ideologia como justificadora do poder que se impõe uma memória: “armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente” (RICOUER, 2007, p. 92).

Trazer à superfície a morte dos dois candangos soterrados é o que Pollak (1989) chamaria de romper o tabu e permitir que as memórias silenciadas durante décadas invadam o espaço público e passem a disputar com a memória oficial anterior.

Os candangos e a construção

Exedito Xavier Gomes tinha 28 anos de idade e Gildemar Marques Pereira era um jovem com apenas 18 anos. As ausências na documentação nos impedem de ir muito além do que está no processo para contar mais da vida desses operários. Mas conseguimos suprir parte dessas carências.

Há dados disponíveis e já utilizados por outros pesquisadores, como a caracterização geral de quem eram os candangos, como chegaram ao Planalto Central a partir de 1957 e como viviam nos canteiros de obra. Dessa maneira, antes de analisar o processo, é indispensável trazer à luz esse mundo que se instalou provisoriamente para erguer a cidade.

Objetivamente, eram chamados de candangos os migrantes que se deslocaram de todas as regiões do país para construir a nova capital (RIBEIRO, 2008; TEIXEIRA, 1996; HOLSTON, 1993). Foram os operários que literalmente colocaram a mão na massa e levantaram em tempo recorde a cidade modernista projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.⁴

Segundo Holston (1993), a campanha de recrutamento para Brasília abarcou todos aqueles que tinham sido historicamente excluídos do processo: trabalhadores itinerantes; com pouca qualificação profissional e educação formal; os grupos mais pobres de mineiros, goianos e dos estados do Nordeste; os trabalhadores que circulavam sazonalmente pelo país em busca de empregos temporários.

Ribeiro (2008) identificou que esses operários chegavam de duas maneiras: incentivados pela propaganda oficial e já contratados por empresas privadas ou pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a estatal criada especialmente para a construção; ou de forma desordenada, muitas vezes como vítimas de assediadores e contratadores informais conhecidos como “gatos”. O trabalhador ideal era homem, jovem, com boa saúde e o máximo de qualificação possível para a construção civil.

Dava-se preferência aos que fossem sozinhos, mesmo sendo casados. A explicação é que, em obras dessa magnitude, não há infraestrutura adequada, como habitação e serviços básicos (RIBEIRO, 2008). Expedito e Gildemar, as vítimas da construção da UnB, encaixavam-se nesse perfil. No caso do primeiro, apesar de casado e pai de três filhos, a família permaneceu no Ceará enquanto ele trabalhava na capital. Já Gildemar era jovem e solteiro, atendia aos padrões exigidos para a empreitada.

Holston (1993) ressalta que tensões e contradições marcaram o desenvolvimento da nova capital. “Embora tenha sido construída para criar um tipo de sociedade, Brasília foi necessariamente construída e habitada por outra – pelo resto do Brasil, que se pretendia negar” (HOLSTON, 1993, p. 30).

Novamente, as lacunas na documentação nos impedem de afirmar quando Expedito efetivamente chegou a Brasília, porque foi sozinho, se havia a expectativa de levar os filhos e a esposa ou a intenção era retornar para a cidade natal.

O fato é que tanto os trabalhadores casados sem família quanto os solteiros moravam em alojamentos e acampamentos coletivos montados pelas construtoras. Todos os empregados

⁴ Há uma discussão teórica relacionada à origem, ao significado e ao uso do termo “candango” (HOLSTON, 1993) sobre a qual não vamos nos aprofundar.

da Comasa ouvidos como testemunhas no inquérito da morte de Expedito e Gildemar viviam no alojamento da empresa, nas proximidades do Teatro Nacional (TJDFT, Processo S3066/62). Apesar de a informação não constar no processo, não havia motivos para que os dois estivessem fora dos acampamentos. Até o engenheiro responsável morava no alojamento com os operários.

No Censo Experimental realizado pelo IBGE em 1959, 64 mil pessoas habitavam a futura capital. Após a inauguração, em abril de 1960, a população total mais que dobrou. Segundo o Censo do IBGE de 1960, eram mais de 140 mil habitantes. Já entre 1960 e 1970, a taxa de crescimento demográfico em Brasília foi de 14,4% ao ano, firmando-se como um centro de atração de migrantes (SENRA, 2010).

Além de atrair, as estatísticas apontam a fixação desses migrantes e o início da formação de famílias, de relações sociais mais estáveis e duradouras. Infelizmente, não é possível precisar quando Expedito e Gildemar chegaram à capital para saber de qual desses fluxos migratórios eles fizeram parte.

E por que são tão importantes essas informações sobre a ausência das famílias e a moradia nos acampamentos? Na visão das empreiteiras, a presença de esposas e filhos tiraria a atenção e dificultaria o controle e a submissão ao trabalho a que foram submetidos esses operários. Sem família e vivendo em instalações precárias e provisórias, rigidamente controladas pelas empresas e pela polícia, eles se sujeitavam com mais facilidade a extensas jornadas de trabalho. (RIBEIRO, 2008).

A esses aspectos somou-se a urgência para entregar as obras, em 21 de abril de 1960. O chamado “ritmo Brasília” naturalizou as horas de trabalho extraordinárias, inclusive com práticas ilegais. Era normal trabalhar aos domingos e feriados, e fazer as “viradas”, jornadas de 24 horas ou mais seguidas, com curtos intervalos para alimentação. Poderiam ser até três viradas em uma semana (RIBEIRO, 2008).

Apesar de receberem salários consideravelmente maiores com as horas extras, o risco para os trabalhadores aumentou. “Tal ritmo leva a uma dilapidação da força de trabalho dos operários, que passam a estar cada vez mais sujeitos a acidentes em uma obra que não primou pela segurança nos canteiros” (RIBEIRO, 2008, p. 165).

Ribeiro (2008) cita os registros de acidentados feitos pelo antigo hospital do IAPI, entre 1957 e 1960. Saltaram de 342, no primeiro ano, para mais de 10 mil, em 1959. Seria muito improvável que, nesse universo de trabalhadores acidentados, e dadas as condições de trabalho impostas, não houvesse mortes.

De fato houve, como comprovam boletins de ocorrência policial registrados entre 1957 e 1960, sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal (GUSMÃO, 2019). Não possuímos dados sobre o número de acidentes pós-inauguração da cidade, mas o caso dos dois candangos e o processo de Expedito são provas irrefutáveis de que eles aconteceram.

Esse cotidiano de trabalhadores migrantes, sem família, vivendo em acampamentos precários, com jornadas extraordinárias e ilegais, que tinham na bebida alcoólica e na zona do baixo meretrício a diversão possível, foi legitimado pela ausência de poderes constituídos. Como afirma Ribeiro (2008), a construção de Brasília ocorreu sob uma ambiguidade jurídica. Quem decidia, na prática, sobre questões administrativas, policiais e trabalhistas era a superpoderosa Novacap.

O processo

O acidente que vitimou Expedito e Gildemar ocorreu em 1962, com a cidade inaugurada e sede dos poderes da República. Mas entre 1957 e 21 abril de 1960, o território da futura capital viveu uma “cerrada polêmica sobre o seu estatuto jurídico no sentido mais amplo possível” (RIBEIRO, 2008, p. 52). Durante a construção, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), estatal criada com essa finalidade, exercia os três poderes.

“Para os problemas de ordem jurídica, desde crimes como assassinatos até questões trabalhistas, estava o território da construção subordinado concretamente à tutela das vizinhas e pequenas cidades de Luziânia e Planaltina [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 54). No dia a dia dos canteiros, entretanto, os conflitos eram dirimidos pela Novacap. O mesmo ocorria na segurança pública e na repressão aos candangos, cuja solução encontrada foi a criação da Guarda Especial de Brasília (GEB), polícia também subordinada à estatal (BEÚ, 2010; RIBEIRO, 2008; TEIXEIRA, 1996).

Em 1962, no entanto, não era mais possível negar ou ocultar os casos de operários mortos, como se fazia durante o período mais intenso da construção. Dois anos após a inauguração de Brasília, as relações trabalhistas aparentemente não eram tão frouxas quanto antes. Prova disso é que os dois operários mortos tinham carteira assinada e estavam segurados contra acidentes no IAPI (TJDFT, Processo S3066/62).

Assim, o advogado e representante da viúva e dos filhos de Expedito argumentou ao juiz, em setembro de 1962, que estavam preenchidas as condições impostas pelo segurador [o IAPI] para pagamento da indenização (TJDFT, Processo S3066/62).

Com base na análise do documento, conseguimos estabelecer comparações entre acidentes de trabalho com mortes antes e depois de 21 de abril de 1960. Se antes as mortes de operários eram registradas em boletins de ocorrência, sem posterior instauração de inquérito policial ou investigação,⁵ a partir da inauguração a situação parecer ter sido alterada. O caso de Expedito e Gildemar é paradigmático. Houve inquérito policial, depoimentos de testemunhas, fotos, laudo do Instituto de Criminalística e resultou num processo judicial de indenização por acidente de trabalho com morte.

Apesar de viver no Ceará, a viúva de Expedito levou o processo adiante. Antonia Rodrigues de Souza, descrita apenas como “de prendas domésticas”, teve três filhos com o operário e morava na cidade cearense de Ipu (TJDFT, Processo S3066/62).

Como afirmamos no início da discussão, além do fato de ser um documento único e que tem neste artigo a primeira análise historiográfica, o processo possui outras informações que merecem um exame mais detalhado. Algumas delas estão explícitas. Outras, nas entrelinhas ou silenciadas.

A primeira é o fato de que essa mulher, vivendo a milhares de quilômetros de distância, no interior do Ceará, cuidando sozinha de três crianças e caracterizada pelo juiz do caso tão somente como alguém “de prendas domésticas”, seguiu com o processo e o pedido de indenização. Influenciada ou não por advogados, é uma demonstração da luta pela garantia de direitos.

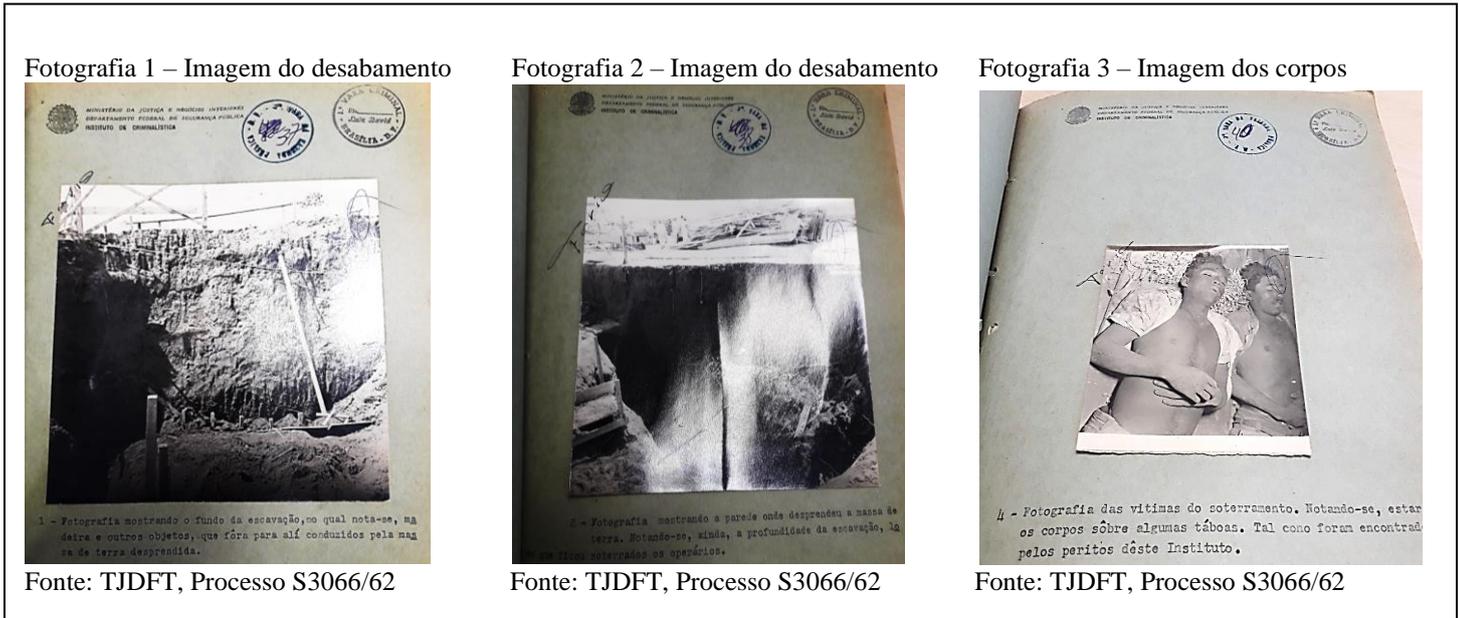
Um segundo aspecto, fundamental para o propósito deste artigo, é o fato de o processo evidenciar, pela própria existência, como o limbo jurídico trabalhista que imperava anteriormente foi parcialmente rompido após 21 de abril de 1960.

De acordo com o laudo do Instituto de Criminalística, os peritos compareceram ao pátio da UnB às 17 horas do dia 3 de abril de 1962, a pedido da 2ª Delegacia. Ao chegar ao local, verificaram que houvera um desmoronamento em uma escavação de dez metros de comprimento, dois de largura e cinco de profundidade. (TJDFT, Processo S3066/62).

Com o desabamento, os andaimes cederam e os operários foram soterrados. Ainda segundo a perícia, o desabamento fora causado pelo peso e vibração de uma máquina de grande porte que fazia o transporte de terra num terreno ao lado. A morte de Expedito e Gildemar teria sido imediata. (TJDFT, Processo S3066/62).

⁵ Livros, artigos, teses e dissertações publicados até o momento sobre o tema não apresentaram nenhum inquérito policial ou processo judicial aberto sobre mortes de operários causadas por acidentes de trabalho entre 1957 e abril de 1960. O que se tem são registros de boletins de ocorrência policial de acidentes e mortes (GUSMÃO, 2019) e de acidentados pelo hospital do IAPI (RIBEIRO, 2008). A documentação mais relevante desse período está sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF).

O processo inclui fotografias que fizeram parte do inquérito e do laudo do Instituto de Criminalística. São imagens do local do desmoronamento e dos escombros (Fotografia 1 e Fotografia 2). A outra foto (Fotografia 3) é dos dois corpos, “tal como foram encontrados pelos peritos”, segundo a legenda original da imagem.



Para além de tudo isso que está dito e explícito no processo, com laudo do Instituto de Criminalística, exame cadavérico, inquérito policial, fotos e depoimentos de testemunhas, há silêncios na documentação.

Mas são essas ausências e lacunas que ajudam a revelar questões cruciais para estabelecer comparações com o limbo jurídico que imperou entre 1957 e abril de 1960. Por exemplo, no laudo pericial não há qualquer referência às condições de segurança, ao uso ou ausência de equipamentos obrigatórios pelos operários mortos.

Ao contrário, em um relatório que integra o inquérito policial juntado ao processo, com data de 16 de abril de 1962, informa-se que o “*doloroso evento não passou de uma obra de fatalidade, pois, tôdas [sic] as cautelas foram tomadas no sentido de evitar qualquer desastre superveniente e, até mesmo haviam sido tomadas medidas preventivas (grifo nosso)*” (TJDFT, Processo S3066/62).

Em uma leitura mais minuciosa, as entrelinhas do inquérito policial deixam escapar um esforço de isentar a construtora de qualquer erro, omissão ou responsabilidade. A culpa foi posta na máquina, que teria feito o terreno instável trepidar e ceder, e causado uma fatalidade, a morte dos empregados. Hoje, para qualquer acidente dessa natureza com operários da

construção civil, a perícia certamente traria informações sobre o uso ou a ausência de equipamentos de segurança obrigatórios.

Edson Beú (2010) afirma que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi solenemente ignorada nos canteiros de obra da capital. As fotos da época da construção não deixam dúvida de que os operários não usavam equipamentos básicos de segurança, como cinto, botas, luvas, capacete.

Mas o que, então, nos permite afirmar que houve uma tentativa de livrar a empresa? Além de tudo que se sabe e analisamos sobre a ausência de direitos trabalhistas, especialmente entre 1957 e 1960, são as lacunas nos documentos, o que não está dito nem explícito, que nos ajudam a firmar essa convicção.

O mesmo inquérito policial que concluiu que o acidente e as mortes foram uma fatalidade, não apresentou as cautelas e medidas preventivas que, segundo o depoimento do engenheiro, teriam sido adotadas para evitar eventos dessa natureza (TJDFT, Processo S3066/62).

E os depoimentos das outras testemunhas denotam mais indícios nessa direção. É o caso do carpinteiro Manoel Soares de Souza. Ele contou à polícia que presenciou o desabamento. Afirmou literalmente que talvez as máquinas de outra construtora, a Camargo Correa, tenham causado o acidente. Ainda de acordo com esse depoimento, o carpinteiro “*acha* [grifo nosso] que não foi discuido [sic] da firma o ocorrido e sim acidente” (TJDFT, Processo S3066/62).

Outros carpinteiros ouvidos como testemunhas acrescentaram que não conheciam Expedito e Gildemar, porque estes eram novatos na Comasa. Esta última informação nos fornece mais um indicativo de que, se de fato havia as medidas preventivas de segurança informadas pelo engenheiro, elas não funcionaram. As vítimas tiveram tempo de receber ou receberam algum treinamento? Usavam equipamentos de segurança? Os trabalhadores que operavam as máquinas calcularam o risco de desabamento, assim como o engenheiro responsável pelas obras? São algumas perguntas que permanecem sem resposta, pelas ausências na documentação.

Essas contradições são reveladas com mais força no depoimento do engenheiro da Comasa. Segundo Felix Vieira de Almeida contou à polícia no dia 5 de abril de 1962, “foram tomadas medidas de segurança tecnicamente indicadas, conforme à [sic] Perícia solicitada ao local esclarecerá” (TJDFT, Processo S3066/62). Mas o laudo pericial disponível no processo em nenhum momento aborda ou esclarece se e quais medidas de segurança efetivamente existiam.

A despeito de os trabalhadores que construíram a UnB não vivenciarem mais o mesmo limbo jurídico dos operários que os antecederam, como o provam a perícia, o inquérito e o processo, nem tudo havia mudado. Os silêncios do processo demonstram que a segurança nos canteiros permaneceu relegada, diante da urgência para entregar obras ainda inconclusas, como a universidade. E o “ritmo Brasília” permaneceu, pois as comemorações pelos dois anos da capital se aproximavam.

Expedito e Gildemar morreram menos de um mês antes da inauguração da UnB, que ocorreria em 21 de abril de 1962. No mesmo dia da morte, em 3 de abril de 1962, o jornal *Correio Braziliense* (CB) publicou uma nota informando que o prefeito, Sette Câmara, havia recebido o presidente da Novacap, quando discutiram “problemas relativos ao aceleração e conclusão de diversas obras de Brasília” (CB, p. 4, 03 abr. 1962).

Quase três semanas depois, em 21 de abril de 1962, a UnB foi inaugurada. Fotografias do Arquivo Central da universidade mostram autoridades políticas, eclesiásticas e acadêmicas reunidas no auditório. Em uma das imagens (Fotografia 4), o então reitor, Darcy Ribeiro, deixa o espaço na companhia de personalidades como o economista Celso Furtado. Eles pisam o chão onde poucos dias antes Expedito e Gildemar tinham morrido soterrados.



Antes de sair, Darcy Ribeiro prestou homenagem aos dois candangos. O discurso que fez lá dentro traz mais uma evidência sobre a imposição e a persistência de um ritmo incomum para entregar as obras a tempo. O registro está na edição especial do jornal *Correio Braziliense* dos dias 21/22 de abril de 1962, em comemoração aos dois anos da capital.

Segundo a reportagem, o reitor afirmou que “o auditório onde se realizava a cerimônia havia sido concluído vinte minutos antes do ato (grifo nosso)”, e “pediu que se desse o nome de Auditório Dois Candangos ao salão” (CB, p. 2, 21 abr. 1962). As palavras de Darcy Ribeiro foram transcritas pelo jornal.

Seria uma singela homenagem aos engenheiros, arquitetos, técnicos e trabalhadores candangos anônimos que se empenharam de forma incomum para concluir esta obra. Entre êstes [sic] destacaram-se dois jovens nordestinos que morreram durante a construção soterrados por uma barreira. (CB, p. 2, 21 abr. 1962)

Levando em consideração os conceitos de documento e monumento discutidos por Le Goff (1990), a oficialização do nome *Dois Candangos* para o Auditório da UnB passa a impressão de um triunfo do monumento sobre o documento. Para o medievalista francês (LE GOFF, 1990), os monumentos são uma herança dada do passado, ao passo que os documentos representam a escolha do historiador. Os documentos saem do campo da memória para o da ciência histórica após o processo de investigação e crítica documental. Transformam-se, dessa maneira, em documento/monumento.

Sob essa perspectiva, a análise do processo nos permite superar a ideia do monumento/*Auditório Dois Candangos* como representação única e definitiva daquele passado. Após ter sido esquecido por décadas e manipulado pelo silêncio, como diria Le Goff (1990), o processo de Expedito torna-se um documento representativo dos vínculos trabalhistas, sociais, do cotidiano dos candangos, das relações entre operários e a estrutura burocrática.

O resultado do pedido de indenização foi um acordo entre as partes, lavrado em cartório quase um ano depois da morte, em de março de 1963. Conforme os autos, o valor total da indenização foi de Cr\$ 645.120,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil e cento e vinte cruzeiros). Foi o IAPI que propôs o acordo. Conforme um documento juntado ao processo, o IAPI informou que estava disposto a pagar a indenização aos beneficiários legais da vítima, desde que fossem satisfeitas as condições impostas pela lei, inclusive com a apresentação do inquérito policial (TJDFT, Processo S3066/62).

Os três filhos menores de idade, Francisco Xavier, Lourival Xavier e Luiz Xavier Gomes de Souza receberam a quantia de Cr\$ 12 mil (doze mil cruzeiros) de indenização pela morte do pai, como atesta o recibo de depósitos judiciais do Banco do Brasil, de 18 de março de 1963.

Considerações finais

O dado mais relevante do Processo S3066/62 é a comprovação de mortes de trabalhadores durante a construção de Brasília. Fato insistentemente negado, apagado e omitido na história oficial, o documento ajuda a quebrar esse tabu.

Até então inexplorado pela historiografia, o processo de Expedito Xavier Gomes também permite explorar aspectos menos conhecidos a respeito de daquele período, considerado um marco no processo de transformação do Brasil de um país agrário-exportador em uma nação urbana e industrializada.

O documento ainda revela informações valiosas sobre o estabelecimento e o funcionamento da estrutura burocrática do Estado na nova capital do país. Com a análise documental, conseguimos, por exemplo, reforçar a tese da existência de um antes e um depois de 21 de abril de 1960. Se antes a Novacap ditava as regras e fazia vista grossa para direitos, acidentes e mortes de operários, as instituições e poderes constituídos na cidade inaugurada impediram que casos como o dos dois candangos se juntassem ao limbo jurídico anterior. A simples existência do processo e o que ele desvela de imediato – como a instauração de inquérito policial e perícia criminal –, demonstram um novo modo de tratar os acidentes e mortes de trabalhadores.

Por outro lado, a mesma crítica documental nos autoriza ir além e afirmar que essas transformações tiveram um limite. Este, o qual é comprovado pela permanência do ritmo incomum para concluir as obras inacabadas e pelas mortes de Expedito e Gildemar. O caso dos dois candangos deve ser considerado como parte desse contexto e não uma fatalidade, como tentou induzir o inquérito policial.

O processo também corrobora o que outros autores e documentos vêm revelando: a cidade foi feita *pelos* candangos, mas não *para* os candangos. Por diferentes fatores que expusemos ao longo do texto, foi-lhes atribuído o papel de construí-la, mas não tiveram o direito de habitá-la e usufruí-la. Novamente, a morte precoce dos dois candangos é sintomática a esse respeito. Um exemplo das contradições que marcaram a construção e que seguem como característica da cidade.

O processo de Expedito deixa a categoria de documento e passar a ser um documento/monumento. Assim, rompe-se um silêncio manipulado pela história oficial. Se imaginarmos a história dos candangos como um prédio em construção, podemos concluir que agora ela ganha uma nova laje, sustentada por vigas de concreto armado. Na linguagem historiográfica, são provas documentais incontestáveis que permitem contrapor a memória dos trabalhadores à história contada e celebrada publicamente até aqui.

Fontes

Candangos homenageados. Correio Braziliense (CB), 21 abr. 1962, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pagfis=6889. Acesso em: 4 de maio de 2021.

Conclusão de diversas obras de Brasília. Correio Braziliense, 3 abr. 1962, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pagfis=6745. Acesso em: 4 de maio de 2021.

TJDFT, **Processo S3066/62.** Processos Históricos – Memorial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Brasília (DF).

UNB. **Convidados na inauguração da Universidade de Brasília saem do auditório Dois Candangos**, BR DFUNB FOTOGRÁFICO-1B22-00100. Abr. 1962. 1 fotografia em papel. Coordenação de Arquivo Permanente/Arquivo Central da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00100>. Acesso em: março de 2021.

Referências

BEÚ, Edson. **Candangos: uma história de trabalho e exclusão.** Revista Tempos Históricos. Volume 14, 1º semestre de 2010, p. 257-279. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5170/3851>. Acesso em: março de 2021.

GUSMÃO, Ramon Lamoso de. **História do cotidiano de Brasília: “experiência” e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961).** Mosaico (Rio de Janeiro), v. 10, 2019 p. 31-49.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Edição, 1993.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas (SP), Editora da UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: março de 2021.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SENRA, Nelson (org). **Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No Tempo da GEB (1956–1960): Trabalho e Violência na Construção de Brasília.** Brasília: Thesaurus, 1996.

Relações de gênero e direitos na história da hotelaria pelotense: estudo de processos trabalhistas envolvendo mulheres entre 1940 e 1960

Renata Duarte,¹ UFPel

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar documentalmente 15 processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas entre 1940 e a primeira metade da década de 1960, relacionados à hotelaria, que envolvem mulheres nas posições de “reclamantes” ou de “reclamadas”. A análise documental, segundo Cellard (2012), tem seu início com uma análise preliminar em cinco dimensões antes de “fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial” (CELLARD, 2012, p. 303). Nesse sentido, verificou-se nos processos trabalhistas a existência de salários mais baixos para as mulheres e, igualmente, que as principais profissões apresentadas possuem relação com os papéis desempenhados no ambiente familiar: camareira e cozinheira. Dessa forma, é notável a necessidade de evidenciar a atuação das mulheres enquanto força de trabalho na hotelaria.

Palavras-chave: História da Hotelaria; Trabalho; Mulheres; Processos Trabalhistas; Pelotas.

Abstract

This study aims to analyze, documentally, 15 labor lawsuits from the Justiça do Trabalho de Pelotas [Pelotas Labor Court] between 1940 and the first half of the 1960s. The lawsuits are related to hospitality and involve women in the positions of “defendant” or “complainants”. Documentary analysis, according to Cellard (2012), begins with a preliminary analysis in five dimensions before “providing a coherent interpretation, taking into account the theme or the initial questioning” (CELLARD, 2012, p. 303). With this in mind, it was verified in the labor processes the existence of lower salariess for women and, equally, that the main professions shown are related to the roles played in the family environment: maid and cook. Thus, the need to highlight the role of women as a work force in the hotel industry is notable.

Keywords: Hotel History; Labor; Women; Labor Lawsuits; Pelotas.

Introdução

O estudo da hotelaria de uma determinada localidade e todas as relações que envolvem essa atividade tem muito a contribuir para o estudo da própria história desses locais, principalmente em se tratando de localidades fortemente influenciadas pelos processos migratórios e imigratórios ocorridos ao longo dos séculos ou situadas em pontos estratégicos muito utilizados no passado. Pelotas, cidade localizada no sul do Rio Grande do Sul, foi, durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, o mais importante município da zona sul do Estado, principalmente pela sua atividade econômica, as charqueadas. A cidade se destacou pela sua economia, mas também pela sua cultura, sendo considerada uma cidade rica e próspera.

¹ Graduanda no Curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq no projeto “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”. E-mail: renata.duarte7@outlook.com.

Nesse contexto, os hotéis e demais meios de hospedagem existentes na cidade foram testemunhas, mas também participantes ativos da vida social, cultural e política da cidade, pois eles, além de hospedar viajantes,

[...] eram palco de reuniões políticas e familiares, banquetes, festas, casamentos e outras atividades de entretenimento, desse modo, tornaram-se importantes centros sociais da comunidade em que se inseriam, registrando a vitalidade da cidade de então (MÜLLER, 2004, p. 11).

Assim, seus estudos podem contribuir para a construção da história do município e da região. É possível observar em estudos como os de Müller (2004) e Teixeira (2018) a relevância que a hotelaria teve no desenvolvimento local e regional.

Por ser parte integrante dos lugares, estudar o setor hoteleiro é fundamental para melhor compreender as dinâmicas sociais, históricas, econômicas e culturais de cada época, uma vez que este se relaciona com a história dos deslocamentos humanos (intermunicipais, interestaduais e internacionais), do surgimento do turismo enquanto fenômeno e atividade e das cidades e seus processos de urbanização e modernização.

As pesquisas sobre a hotelaria em Pelotas que já foram realizadas em jornais, em almanaques, em inventários e testamentos, em registros de batizados, casamentos e óbitos da Cúria Metropolitana de Pelotas, entre outras fontes, vêm permitindo traçar a trajetória da hotelaria pelotense a partir de 1843 até a primeira metade do século XX, as principais características desses hotéis, como localização e proprietários, abertura e fechamento, hóspedes e características estruturais, mesmo que com algumas lacunas. Porém, essas fontes não possibilitam entender as relações de trabalho entre o proprietário do hotel e seus funcionários, as principais funções e o salário desses trabalhadores da hotelaria.

Em razão disso, a pesquisa documental nos processos trabalhistas se apresenta enquanto uma interessante possibilidade de estudo por tratar diretamente da relação empregador-empregado e trazer as reivindicações do período selecionado, bem como o surgimento de cargos, atribuições, as relações de gênero, a existência de desigualdade salarial e melhor compreensão das relações de poder.

Desse modo, enquanto processo de compreensão da história da hotelaria em Pelotas, é fundamental estudar a presença das mulheres e as suas relações trabalhistas, os papéis que desempenhavam, bem como sua participação na justiça frente à luta por seus direitos trabalhistas, uma vez que, “a mulher tem assumido justamente aqueles postos mais precários, fazendo com que a precarização pese mais sobre o sexo feminino” (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 2).

Para o presente artigo foi realizada uma análise documental em 22 processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas que integram o acervo do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Destes, 15 são utilizados neste estudo por envolverem mulheres, tanto como reclamantes como reclamadas.

De acordo com Cellard (2012) a análise documental se inicia com uma análise preliminar dos documentos a partir de cinco dimensões: o exame do contexto no qual foi produzido o documento; os interesses do autor ou dos autores do documento; a qualidade e autenticidade do documento; a natureza ou o suporte do texto; e, a delimitação adequada do sentido das palavras e conceitos. Após a análise preliminar, o pesquisador irá “fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial” (CELLARD, 2012, p. 303).

O documento permite “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”, além de possibilitar a observação do “processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc.” (CELLARD, 2012, p. 295).

O NDH-UFPel é um dos projetos de extensão mais antigos na universidade, tendo sido criado na década 1990 visando atender a uma demanda da própria UFPel para organizar o arquivo da universidade. Atualmente o núcleo conta com o Acervo da Justiça do Trabalho, sendo composto de 93.845 processos da cidade de Pelotas e região da década de 1940 até 1990, “os quais ocupam aproximadamente 327,4 metros lineares, perfazendo um volume aproximado de 36,94 metros cúbicos, dispostos em dois ambientes” (KOSCHIER, 2019, p. 8). Tais processos se encontram disponíveis para a realização de consultas pela população em geral mediante solicitação, sendo muito utilizados por estudantes do ensino superior (graduação e pós-graduação) para pesquisas acadêmicas.

Todos os 15 processos selecionados envolvem mulheres, tanto enquanto “reclamantes” como “reclamadas” e estão relacionados com os seguintes hotéis: Hotel dos Estrangeiros, Hotel Treptow, Paris Hotel, Hotel América, Hotel Brasil, Hotel Mirim, Hotel Heling, Novo Hotel do Comércio, Hotel Luso Brasileiro, Pensão Aurora e o Grande Hotel, mais especificamente a lavanderia desse último. Realizou-se tal análise a partir da leitura e organização das fotografias dos processos que estavam nos arquivos do projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”, coletadas por bolsistas anteriores.

As informações foram coletadas no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, onde estes processos estão armazenados, nos anos de 2017, 2018 e 2019. O servidor do NDH

identificou os processos trabalhistas que envolvem hotéis pelotenses e a partir dessa lista os processos foram consultados *in loco* e fotografados.

A partir da organização dos processos por hotel e da sua leitura, identificou-se a existência de 13 envolvendo mulheres como reclamantes e oito como reclamadas, tendo sido pesquisados 15 processos. Destes, sete envolvem ao mesmo tempo mulheres, tanto como reclamante quanto como reclamada, como por exemplo, o processo 174/1952, cuja proprietária reclamada é Gilberte Debains, do Hotel dos Estrangeiros, e a reclamante é Antônia Santis.

As informações sobre esses hotéis foram organizadas em uma planilha do *Excel*, identificando-se as(os) reclamantes e reclamadas(os), constando suas idades, estado civil, profissões, a média salarial e reivindicações, bem como outros dados referentes aos hotéis, como localização. Nos dois casos, empregado e empregador, pode-se identificar também informações sobre seus advogados e promotores. Com essas informações, iniciou-se a análise.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo a análise documental dos 15 processos trabalhistas da Justiça do Trabalho do município de Pelotas entre 1940 e a primeira metade da década de 1960, relacionados à hotelaria, que envolvem mulheres nas posições de “reclamantes” ou de “reclamadas”. Especificamente, busca-se analisar os cargos e atividades desempenhadas pelas mulheres nos hotéis, seus salários, suas principais solicitações na Justiça do Trabalho, seus estados civis, e o desfecho de seus processos, assim, podendo melhor compreender sua importância na história da hotelaria em Pelotas.

Breves notas sobre a hotelaria em Pelotas

A história da hotelaria pelotense tem seu início no ano de 1843 com a abertura do primeiro hotel que se tem notícias na cidade, o Hotel Aliança (MÜLLER, 2010). Além desse, a autora encontrou informações sobre mais três estabelecimentos de hospedagem na segunda metade da década de 1840: a “casa de hospedagem do Sr. Claussen” o Hotel dos Emigrados e o Hotel Godefroy. Esses podem ser considerados os primeiros hotéis da cidade de Pelotas.

Nas décadas seguintes, há uma intensa movimentação na hotelaria pelotense, com hotéis fechando, outros trocando de proprietários, mas, principalmente, com a abertura de novos hotéis e reformas nos hotéis existentes visando melhorar a qualidade da sua estrutura e dos seus serviços para atender o crescente número de pessoas que chegavam e permaneciam por um tempo na cidade (MÜLLER, 2004). Müller (2004) identificou 46 novos hotéis na década de 1880.

Destaca-se a existência de outros estabelecimentos que abrigavam as pessoas, tais como casas de pasto, pensões, hospedarias, estalagens e restaurantes que, muitas vezes, além do serviço de alimentação também ofereciam hospedagem.

Fortemente influenciada pela emergente elite pelotense em razão do desenvolvimento das charqueadas, a hotelaria passa a se desenvolver juntamente com a economia local. O término da Revolução Farroupilha, a retomada das charqueadas e o desenvolvimento de fábricas ligadas a elas, a chegada de imigrantes, a urbanização com melhoramentos nas ruas e praças, a instalação de serviços básicos, os novos meios de transporte e de comunicação, o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer, foram acompanhados pelo desenvolvimento da hotelaria durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Nesse contexto, os hotéis recebiam muitos hóspedes, como os que vinham até a cidade atraídos pela atividade saladeiril, como negociantes, comerciantes, peões, estancieiros, em busca de vender seus produtos e/ou serviços (TEIXEIRA, 2018), mas também de profissionais liberais, artistas, pessoas que buscavam atendimento médico-hospitalar, desportistas, estudantes e também “excursionistas” (MÜLLER, 2004). Assim, tornando a cidade um ponto importante para o estado do Rio Grande do Sul.

Pelotas recebeu muitos imigrantes durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esses imigrantes vinham de países vizinhos, como o Uruguai e a Argentina e, principalmente da Europa, como portugueses, franceses, espanhóis, italianos, alemães e ingleses.

Os imigrantes tiveram uma significativa participação no município, atuando nas mais diversas atividades, como nos setores comercial e industrial ou ainda enquanto artistas ou operários ou profissionais liberais. Na hotelaria, tiveram uma participação efetiva desde a abertura dos primeiros hotéis na cidade. Müller (2004) destaca a presença de proprietários estrangeiros ou seus descendentes, entre eles, italianos, franceses, alemães e portugueses.

Quintana (2019, p. 48), analisando os hotéis existentes em Pelotas na década de 1940, constatou que dos “24 hotéis em funcionamento na década, nove deles possuíam proprietários alemães ou descendentes de alemães, representando 37,5% da hotelaria pelotense, ressaltando a importância desta etnia para a hotelaria da cidade.” Essa informação revela a importância dos estrangeiros para essa atividade na cidade.

Quintana (2016) também afirma que durante o século XIX e no início do século XX a hotelaria era especialidade dos estrangeiros que, muitas vezes, utilizavam seus sobrenomes ou outras formas para expressar suas origens. Em Pelotas, podemos citar o Hotel Treptow e o Hotel

Heling, e ainda o Hotel Paris, o Hotel Luso Brasileiro, o Hotel dos Estrangeiros e o Hotel América.

No início do século XX, especialmente a partir de 1910, com o surgimento de doenças na cidade, ocorreram mudanças no pensar da hotelaria. Conforme relata Müller (2004),

Nesta década, o governo passou a se preocupar com as habitações coletivas de maneira geral e com os hotéis especificamente, em função das epidemias e endemias que apareceram nas cidades, entre elas a varíola, a peste bubônica, a febre tifoide e a gripe espanhola, doenças epidêmicas; e, a tuberculose, doença endêmica (MÜLLER, 2004, p. 82).

Em razão disso, Pelotas passou por um processo de limpeza de ruas, praças e outros ambientes públicos, além das habitações coletivas. A importância da existência de uma rede de esgotos e abastecimento de água potável tornou-se evidente à medida que a situação se agravava. A hotelaria pelotense também passou a sentir os impactos com a diminuição de ocupação e, até mesmo, fechamento de alguns estabelecimentos.

Porém, outros hotéis se mantiveram por muitas décadas em funcionamento, se adaptando às novas mudanças, fazendo reformas, instalando melhoramentos, como água encanada, esgotos e telefone, e melhorando o atendimento ao hóspede. Pode-se citar, como exemplo, o Hotel Aliança, aberto em 1843, que permaneceu em funcionamento até 1968, e o Hotel Treptow, aberto em 1908, ainda que considerado um hotel colonial (QUINTANA, 2016), por estar localizado em uma região da cidade que ligava o centro urbano com a zona rural, permaneceu em funcionamento até a década de 1980.

Na década de 1920, a hotelaria pelotense passa por uma mudança significativa com a construção e abertura do Grande Hotel, sendo um marco importante para a história da hotelaria na cidade. De acordo com Teixeira (2018), a inauguração do Grande Hotel em 1928 teve grande importância para Pelotas, fato que resultou, também, no contínuo fechamento de diversos outros estabelecimentos hoteleiros por entrarem em decadência, tanto em razão de manterem as características menos “modernas”, quanto da impossibilidade de acompanhar a modernização e a urbanização da cidade.

Com o crescimento e desenvolvimento da cidade e o constante trânsito de viajantes brasileiros e estrangeiros, comerciários, artistas, entre outros, o setor hoteleiro também necessitou se desenvolver e se adaptar às novidades em serviços e tecnologias surgidos, principalmente, nos anos que se seguiram após a Primeira Guerra Mundial.

Assim, “com a Revolução de 1930, eram vislumbradas mudanças políticas e econômicas a nível nacional, mas a cidade de Pelotas estava passando por uma estagnação econômica, que

vinha da década anterior, e esse contexto desfavorável se intensifica com a crise mundial” (QUINTANA, 2016, p. 14). Durante esse período, Pelotas também passou por processos de reestruturação urbana com a implementação de uma rede de esgoto, sistema de abastecimento de água e a chegada da energia elétrica, que possibilitou a instalação de telefones e bondes na cidade, representando um grande avanço, também, nos serviços e confortos oferecidos na hotelaria.

De acordo com Quintana (2016):

Com a quebra da indústria saladeiril a cidade passa por uma transformação econômica, valorizando as atividades de comércio e serviços, investindo no estabelecimento de indústrias, como os frigoríficos, as fábricas de sabão e velas, as fábricas de tecidos, cervejarias, entre outros (QUINTANA, 2016, p.16).

Isto resultou em um aumento populacional significativo, tornando Pelotas a segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Sul em número de habitantes.

A partir da década de 1940 é que se concentram os registros fotográficos de processos trabalhistas envolvendo a hotelaria pelotense e, especificamente, os processos utilizados neste trabalho, os quais envolvem as mulheres enquanto força de trabalho. Esses processos contribuem para a compreensão da história dos empreendimentos identificados e, conseqüentemente, para a história do ramo hoteleiro em Pelotas.

Com exceção do Hotel Aliança, do Hotel Brasil e do Hotel Luso Brasileiro, abertos no século XIX, os demais hotéis pesquisados – Hotel Treptow, Hotel Heling, Paris Hotel, Grande Hotel, Hotel América, Hotel dos Estrangeiros, Hotel Mirim, Novo Hotel do Comércio e a Pensão Aurora – foram inaugurados no século XX, demonstrando que novos hotéis são abertos nas primeiras décadas do século XX.

Processos trabalhistas de Pelotas e a possibilidade de estudo

Os processos trabalhistas são fontes interessantes de estudo, principalmente no que tange a composição e compreensão da história, por permitirem acesso à parte do cotidiano e da identidade dos trabalhadores (quem eram, quais seus ofícios, suas atribuições, salários, carga horária de trabalho, etc.), suas reivindicações, as relações empregador-empregado e igualmente as dinâmicas do judiciário.

É com base nisso que muitos pesquisadores têm se oposto aos processos de descarte de documentação que ocorrem periodicamente ao longo dos anos, visando a “liberação de espaço físico”. Estudos como o de Schmidt e Speranza (2011) têm buscado evidenciar a importância

que tais documentos têm para o estudo da história e igualmente enquanto patrimônio a ser preservado.

Com base nisso, observa-se, também, que “os argumentos em prol da preservação dos documentos do Judiciário Trabalhista, em especial dos processos, vêm se ancorando em dois eixos: o seu valor como prova jurídica e o seu valor histórico” (SCHMIDT; SPERANZA, 2011, p. 5). Tal fato evidencia a importância do surgimento de iniciativas públicas e locais que realizem os processos de separação, conservação e restauro (quando necessário) e o seu arquivamento de forma correta, sendo o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel um grande exemplo disso.

Criado em março de 1990, “aproveitando uma demanda da Reitoria da UFPel da época por um local que também guardasse a documentação sobre a história da universidade” (GILL; LONER, 2014, p. 112), o NDH era o único centro de documentação funcionando em Pelotas. Em seus 30 anos de existência, o núcleo reuniu um considerável acervo sobre os movimentos sociais e políticos da região, dentre eles o acervo da Delegacia Regional do Trabalho – RS e o acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, além de outros documentos referentes às comarcas na cidade.

O acervo da Justiça do Trabalho conta com mais de 100 mil processos que seguem o período entre 1936 e 1995, estando incorporados ao NDH desde 2005. Referente a essa documentação, Gill e Loner (2014) evidenciam que:

Numa análise feita sobre os mil primeiros processos, viu-se que mulheres constituíam apenas 15% dos demandantes, dado que contrasta com a ampla utilização da mão de obra feminina em fábricas de tecidos e de alimentação na cidade. De forma sintomática, na maioria dos casos em que estiveram envolvidas, o processo foi julgado improcedente ou arquivado (GILL; LONER, 2014, p. 120).

De modo igual, a predominância de mão-de-obra feminina em determinados cargos também ocorre no setor hoteleiro desde o seu surgimento até os dias de hoje, abrindo grande espaço para discussão, uma vez que os atributos associados ao feminino são aqueles que remetem às relações afetivas e à reprodução biológica. “São entendidos, assim, como sendo serviços de mulher aqueles que demandam maior disciplina e organização e aqueles que são leves e fáceis” (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 3) em razão da forma como se estruturou, tanto a sociedade quanto a hotelaria.

A presença da mulher no setor hoteleiro pelotense

As mulheres enquanto força de trabalho em determinados postos na hotelaria não é um fato exclusivo do século XXI, também podendo ser observado em registros documentais históricos, tais quais os processos trabalhistas. Nesses processos, há a possibilidade de melhor compreensão das relações de trabalho existentes em determinado recorte temporal, também relacionando com seu contexto histórico.

Nesse sentido, salienta-se a importância da compreensão de gênero enquanto algo construído socialmente, passando por variações de acordo com as diferentes sociedades e culturas existentes. À medida que as sociedades mudam e se transformam, o conceito também perpassa por processos de ressignificação e reconstrução. Assim, “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais” (KERGOAT, 2009, p. 67), referenciadas a partir dos papéis sociais que lhes são atribuídos ao nascer, de acordo com uma lógica binária de gênero.

Em vista disso, ao se tratar da presença da mulher no mercado de trabalho, segundo Fontoura e Piccinini (2016),

Há uma transposição da esfera reprodutiva para a produtiva que se confunde com o que seriam aptidões natas, transformando-as em qualificações e negando-se que a mulher não nasce mulher, mas é formada mulher. O processo de divisão de atividades no seio familiar obriga-a a desenvolver tais aptidões que, posteriormente, vão agir no sentido de cercear sua carreira laboral (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 7).

Isto se reflete igualmente na existente divisão sexual do trabalho, compreendida enquanto a “divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade” (KERGOAT, 2009, p. 67). Seus princípios organizadores, a separação, que define “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”, e a hierarquização, a qual compreende o trabalho do homem enquanto de maior valor, sustentam a inserção da mulher no mundo do trabalho com atribuições remetentes às atividades domiciliares e com seus salários sendo vistos como uma renda complementar.

Kergoat (2009) afirma que:

Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie (KERGOAT, 2009, p. 68).

Isto pode ser mais bem exemplificado com a análise dos processos trabalhistas de Pelotas, destacando os cargos, as atividades desempenhadas pelas mulheres e o salário recebido

no setor hoteleiro pelotense entre os anos de 1940 e 1960 – após o surgimento da carteira de trabalho.

Dentre os 22 processos analisados, 15 apresentam mulheres tanto em posição de “reclamante” como de “reclamada”. Nesse sentido, uma das informações que se destaca em relação às reclamantes mulheres é o cargo que indicam ocupar ao entrar com os processos, podendo-se notar uma repetição e similaridade entre esses. Nos processos 111/1943, 231/1949, 99/1950 e 627/1950, tendo esses a mesma reclamante, 668/1955 e um processo de 1941 de número não identificado, as reclamantes apontaram o cargo de camareira. Já nos processos 89/1942, 170/1949, 37/1950 e 52/1950 é indicado o cargo de cozinheira ou ajudante de cozinha. Apenas os processos 382/1948 e 174/1952 apresentavam cargos diferentes, sendo, respectivamente, serviços gerais e comerciária e o processo 716/1963 não possuía identificação de cargo. Verifica-se que as mulheres empregadas na hotelaria pelotense executam, principalmente, as atividades de camareira, de cozinha e de limpeza.

A partir disso, é possível compreender que, principalmente na hotelaria, “os atributos associados ao feminino são aqueles que remetem às relações afetivas e à reprodução biológica” (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 3), muitas vezes tornando o ambiente de trabalho uma extensão do espaço doméstico para execução dos papéis sociais que se espera que as mulheres assumam.

Nesse sentido, Ferreira e Costa (2017) ressaltam que:

[...] as mulheres, no início da divisão social do trabalho sendo elas livres ou escravas, tinham seu espaço de trabalho delimitado dentro da esfera doméstica, pois eram responsáveis tanto pela subsistência de sua família, quanto por gerar riqueza social (FERREIRA; COSTA, 2017, p. 2).

Tal fato ressoa para o meio hoteleiro, que se constitui enquanto uma “extensão da casa” dos hóspedes a curto prazo e, muitas vezes, funcionando verdadeiramente como moradia, visto que, com o surgimento da hotelaria, tornou-se comum que as pessoas residissem nos hotéis.

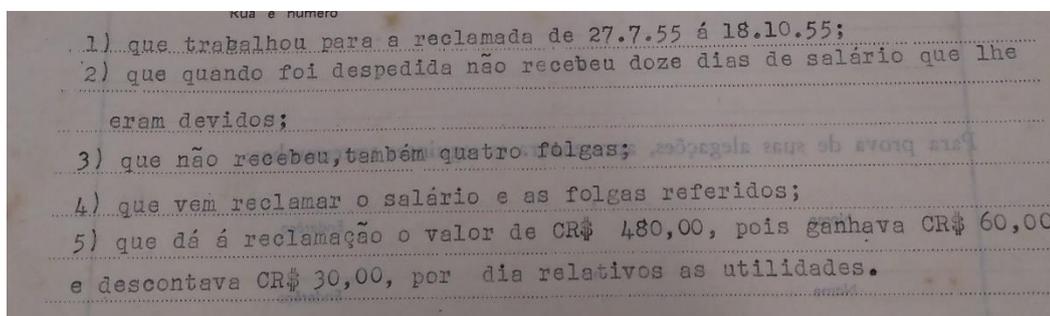
As mulheres, ao trabalharem na hotelaria, passam a assumir cargos ditos femininos, como, por exemplo, dentro das cozinhas, com salários inferiores aos dos homens. Assim, é notável que “a divisão do trabalho advém de construções sociais, sendo que o trabalho feminino é entendido historicamente como inferior ao masculino e sua remuneração complementar ao salário do homem” (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 2). Isso pode igualmente ser observado nos salários indicados nos processos analisados.

Dentre os 13 processos que têm mulheres enquanto reclamantes apenas três possuem o cargo indicado como “cozinheira” ou “ajudante de cozinha”, correspondendo aos anos de 1942,

1949 e 1950. E, apesar de diferença de tempo existente entre o primeiro processo e o último, nota-se não ter havido grandes alterações nos valores, sendo Cr\$ 220,00 em 1942 (Hotel Luso Brasileiro), Cr\$ 60,00 mais a alimentação em 1949 (Hotel Mirim) e Cr\$ 230,00 em 1950 (Hotel dos Estrangeiros).

Já nos correspondentes a década de 1940, os salários das camareiras variam de Cr\$ 208,00 (Hotel dos Estrangeiros), em 1943, a Cr\$ 403,00 (Novo Hotel do Comércio), em 1949, sendo, respectivamente, o menor e o maior valor registrados. O processo 668/1955, tendo Gilberte Debains, proprietária do Hotel dos Estrangeiros, enquanto parte reclamada, é o único depois da década de 1940 em que é indicado o cargo de camareira, no entanto, a forma de pagamento difere dos outros por não apresentar claramente se o salário seria semanal ou mensal, apenas que “ganhava Cr\$ 60,00, e descontava Cr\$ 30,00 por dia relativos as utilidades” (Figura 1). As utilidades citadas no processo se referem à alimentação e moradia, pois, uma característica da hotelaria da época era os trabalhadores residirem no hotel onde trabalhavam (QUINTANA, 2019).

Figura 1 – Fotografia do Processo 668/1955 de 30 de novembro de 1955 da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “A História da Hotelaria em Pelotas na Primeira Metade do Século XX”

Em relação a tal ambiguidade, Gill e Loner (2014) explicam que:

Uma prática bastante presente na década de 1940 – e que foi objeto de grande quantidade de processos –, foi a iniciativa do empregador de alterar a categoria do empregado, fazendo com que ele passasse de mensalista a diarista, ocasionando, com isso, a perda de diversos direitos, dentre eles o descanso semanal (GILL; LONER, 2014, p. 119).

No mesmo processo também pode-se observar que a reclamante pede o salário e as referidas folgas não pagas, visto que “quando foi despedida não recebeu doze dias de salários que lhe eram devidos”. A demissão sem justa causa, o pleiteio do pagamento do aviso-prévio, de férias e de tempo de serviço estão entre as solicitações mais comuns encontradas nos

processos tendo mulheres como reclamantes, podendo, assim, ser compreendido como não apenas um fato isolado, mas um comportamento comum de muitos empregadores entre as décadas de 1940 e 1960, visto que os processos se referem a diferentes hotéis e anos.

A questão salarial se torna muito mais evidente ao realizar uma breve comparação com dois dos processos em arquivo, um de 1945 e outro de 1948, que têm homens enquanto reclamantes e mulheres enquanto reclamadas. No primeiro (152/1945) é indicado o cargo de garçom com salário de Cr\$ 300,00, e no segundo (344/1948) o cargo de porteiro com salário de Cr\$ 370,00 (Cr\$ 100,00 líquidos e alimentação e habitação), assim, tornando-se notável que “se as mulheres ocupam preponderantemente aqueles postos mais precarizados, de baixo status e menos qualificados isto se reflete também na remuneração, pois cabem a elas os piores salários” (FONTOURA; PICCININI, 2016, p. 10).

A partir dos 13 processos envolvendo mulheres como reclamantes foi possível identificar seus estados civis, sendo cinco solteiras, três casadas, duas viúvas (uma com dois processos), uma desquitada e uma menor de idade. Nesse sentido, Sorj (2000) também aponta que “a posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários” (*apud* FONTOURA; PICCININI, 2016, p.2), tornando muito mais evidente a forma como a divisão do trabalho age, também, na hotelaria.

Outro ponto significativo encontrado nos processos trabalhistas foi a existência de seis documentos contendo Gilberte Debains, a proprietária do Hotel dos Estrangeiros, como reclamada. Inaugurado em 1936, o Hotel dos Estrangeiros foi um dos estabelecimentos hoteleiros mais reconhecidos na cidade entre as décadas de 1930 e 1950 (TEIXEIRA; MÜLLER, 2016), recebendo muitos hóspedes. Entretanto, de acordo com os processos, isso não parecia refletir nas relações trabalhistas.

Os processos percorrem de 1943 a 1955, se concentrando, principalmente, na década de 1950 com quatro no total: 37/1950, 52/1950, 174/1952 e 668/1955. As solicitações se relacionam a alegações de demissão sem justa causa, pagamento de aviso-prévio, salário e folgas que não foram remuneradas, tendo apenas um dos processos um homem enquanto reclamante (606/1949). Desta forma, evidencia-se como as relações trabalhistas, de empregador-empregado não diferiam muito nesse período, mesmo em se tratando de uma mulher em posição de empregadora.

Conclusão

Os processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Pelotas constituem uma importante fonte de pesquisa sobre a história da hotelaria na cidade, principalmente em razão de possibilitarem melhor compreensão das relações de trabalho em diferentes épocas, envolvendo os diversos hotéis que existiram em Pelotas. E, igualmente, corroborar para evidenciar a atuação das mulheres enquanto força de trabalho no ramo.

Nesse sentido, é possível observar a relação direta que os cargos ocupados pelas mulheres na hotelaria têm com a estrutura da sociedade brasileira patriarcal e machista estabelecida há muito tempo, em que, ainda que as mulheres estivessem inseridas no mercado de trabalho com cargas horárias iguais ou maiores que as dos homens, seus salários eram mais baixos, vistos enquanto uma renda complementar. As funções que desempenhavam tinham ligações com o meio familiar, como camareiras, cozinheiras e auxiliares e responsáveis pela limpeza do hotel, funcionando enquanto extensão da moradia.

Faz-se necessário ressaltar a relevância da continuidade de pesquisas voltadas para a hotelaria que evidenciem o trabalho feminino e sua importância para esse ramo de atividades e também a partir de reivindicações e suas atuações na Justiça do Trabalho em busca dos direitos, contribuindo, assim, na construção da memória e notabilidade dessas narrativas.

Referências Bibliográficas

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

FERREIRA, Natália Soares; COSTA, Carmem Lúcia. O trabalho feminino em Catalão (GO): relações de gênero e vida cotidiana de trabalhadoras da rede hoteleira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11 & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13th. 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. p. 1-10. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499478051_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG.pdf>. Acesso em: 10 abril 2021.

FONTOURA, Daniele dos Santos; PICCININI, Valmiria. A Casa e o Hotel: o reprodutivo e o produtivo na configuração do mercado de trabalho no Setor Hoteleiro Brasileiro e Português. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, IV. 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2016. p. 1-17. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/51/43>. Acesso em: 10 abril 2021.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL e seus acervos sobre questões do trabalho. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 109-123, ago. 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Professora Beatriz Loner. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 11, p. 1-20, 2019.

MÜLLER, Dalila. **A hotelaria em Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da região: 1843 a 1928**. 2004. 159f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

QUINTANA, Caroline Beskow. **Hotelaria Alemã da década de 1940: O quebra-quebra nos hotéis pelotenses**. 2019. 106f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

QUINTANA, Caroline Beskow. **Hotelaria em Pelotas na década de 1940: Proprietários alemães ou descendentes**. 2016. 63f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. Acervos do Judiciário Trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (org.). **Arquivos do Mundo dos Trabalhadores - Coletânea do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória e Resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 33-48.

TEIXEIRA, Larissa Plamer. **A Trajetória do Hotel Aliança (1843-1968): 124 anos de História em Pelotas/RS**. 2018. 105f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

TEIXEIRA, Larissa Plamer; MÜLLER, Dalila. O Hotel dos Estrangeiros: 20 anos de história em Pelotas-RS. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XXV. 2016, Pelotas. **Anais Eletrônicos [...]**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016, p. 1-4. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA_03182.pdf. Acesso em: 10 abril 2021.

“E insuflou-me a espancar ”: Relações de gênero e violência em Sant’Anna do Catu no pós-Abolição, Bahia.

Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus,¹ UNEB
Tainara Cecília Pereira Santos,² UEFS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal realizar, a partir do estudo de um caso de espancamento ocorrido em Catu em 1910, uma análise sobre as relações de gênero e as práticas de violência contra mulheres ocorridas no município nas primeiras décadas do pós-abolição e República na Bahia. A fonte eleita para realizar tal tarefa, o sumário de culpa, funciona, mesmo com a mediação e intervenção dos agentes jurídicos, como uma pequena fresta detentora de grande potencial para nos auxiliar no exercício de reflexão sobre as ações femininas e os diversos conflitos que permeavam suas existências, principalmente tratando-se de mulheres que pertenciam aos segmentos populares e que, desta maneira, em geral, não tiveram outras formas de preservar e registrar as suas ideias, sensações, dores e aspirações sobre suas vidas e relações com outros sujeitos.

Palavras-chave: Mulheres negras; Violência; Pós-abolição; Bahia.

Abstract

The main objective of this article is to carry out, based on the study of a beating case that took place in Catu in 1910, an analysis of the gender relations and practices of violence against women that occurred in the city in the first decades of the post-abolition and Republic in Bahia. The source chosen to carry out this task, the indictment, works, even with the mediation and intervention of legal agents, as a small gap with great potential to assist us in the exercise of reflection on women's actions and the various conflicts that permeated their existences. It works mainly in the case of women who belonged to the popular segments and who, in this way, generally, had no other ways to preserve and register their ideas, sensations, pains and aspirations about their lives and relationships with other subjects.

Keywords: Black women; Violence; Post-abolition; Bahia.

Introdução

Escrever uma história é, inevitavelmente, silenciar várias outras. Essa assertiva permite, celeremente, destacar que, durante muito tempo, a historiografia ocidental foi em suas linhas e lápis/penas, essencialmente, masculina. Relegado ao ostracismo, como asseverou a historiadora Maria Odila Dias, “o feminino foi excluído do discurso histórico e aprisionado por ele enquanto categoria universal” (DIAS, 2019, p. 359). Apesar disso, Rachel Soihet (1997), no artigo “História das Mulheres”, informa que, entre os recuos e avanços da historiografia sobre as mulheres, foi a onda do movimento feminista, ocorrida a partir de fins da década de 1960, nos

¹ Mestranda em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus V* - Santo Antônio de Jesus. Endereço eletrônico: lainepomuceno@gmail.com.

² Graduanda no curso de Letras Vernáculas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Endereço eletrônico: tainaracecilia.contato@gmail.com

Estados Unidos e em países como a França e Inglaterra, que contribuiu de maneira contundente para o desenvolvimento desse campo.³ Ainda segundo a historiadora, a partir da década de 1970, países como o Brasil passaram a elaborar também pesquisas que se inseriam nesse campo historiográfico.⁴

O processo de inovações teóricas e metodológicas que sempre perpassa os campos historiográficos possibilitou que, a partir de 1980, a categoria gênero fosse incorporada como ferramenta analítica aos estudos historiográficos sobre mulheres, diante a percepção de que o “aspecto relacional entre homens e mulheres” (SOIHET, 1997, p. 404) deveria estar presente nas pesquisas forjadas nesse campo. Tal entendimento impulsionou também no Brasil, a partir da década de 1990, principalmente, à produção de diversas pesquisas que buscaram incorporar o conceito de gênero as suas análises.⁵ Dentre tantos trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas, podemos destacar, por exemplo, a recente pesquisa desenvolvida por Vânia Vasconcelos (2006) que sobre a categoria de gênero e a sua aplicação nos estudos historiográficos, afirmou que:

Ao abrir espaço para novas temáticas, [...], esses novos estudos focalizam espaços alternativos relacionados ao cotidiano, tais como a família, a maternidade, os gestos, a sexualidade e o corpo, entre outros. No Brasil, abordagens mais recentes têm se preocupado com uma análise das relações de gênero levando em conta as resistências femininas, estas abordagens rompem com a ideia da mulher-vítima/ homem-culpado, procurando identificar como no processo de dominação das mulheres, estas se utilizaram de formas, muitas vezes sutis, de resistência, outras vezes, foram mais direta no enfrentamento (VASCONCELOS, 2006, p. 17).

Apesar da considerável produção na historiografia nacional de estudos sobre mulheres que incorporaram a categoria gênero as suas reflexões, acreditamos ser pertinente destacar que tais produções são majoritariamente voltadas para a análise dos fragmentos de vida e do cotidiano de mulheres que viveram em grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e, até mesmo, Feira de Santana - Ba. Localidades interioranas como o município de Catu possuem uma historiografia sobre mulheres, particularmente, pobres, negras ou não, e as relações de gênero parcamente explorada.⁶ Acreditamos que a incipiência na produção, especialmente, com relação a Catu, dentre outros motivos, está associada a falta de interesse

³ Ver também: (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 281 – 300); (PEDRO, 2005, p. 77 – 98).

⁴ Sobre a produção no Brasil, dentro outros títulos, ver: (DIAS, 1984); (SOIHET, 1989); (ENGEL, 1989); RAGO, 1991); (ESTEVEZ, 1989); (PEDRO, 1994).

⁵ Sobre o debate teórico forjado no Brasil sobre a categoria gênero e a historiografia, ver: (DIAS, 1992, p. 39-53); (SAMARA; SOIHET; MATOS, 1997); (MATOS, 1998, p. 67-75); (SOIHET, 1998, p. 77-87); (RAGO, 1998, p. 89-98); (RAGO, 1998, p. 21-41); (PEDRO, 1994, p. 35-44).

⁶ Atualmente, podemos citar apenas: (OLIVEIRA, 2008).

por parte dos historiadores e historiadoras pelo tema ou, até mesmo, a dificuldade em localizar documentos já existentes que possam servir como fonte histórica, a exemplo dos inquéritos policiais e sumários de culpa.

Desta forma, salientamos a pertinência do presente artigo, pois este tem como objetivo principal realizar, a partir do estudo de um caso de espancamento ocorrido em Catu em 1910, uma análise sobre as relações de gênero e as práticas de violência contra mulheres ocorridas no Município nas primeiras décadas do pós-abolição e da República na Bahia. Concernente aos estudos sobre a violência enquanto prática que incide centralmente sobre as mulheres, a pesquisadora Lourdes Maria Bandeira (2019) traz a seguinte reflexão:

Não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, [...], mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas (BANDEIRA, 2019, p. 295).

Segundo Bandeira, as práticas de violência estão inseridas em contextos históricos que não são uniformes e são motivadas pelas expressões de desigualdades ou, como destacou Marilena Chauí (1985), as relações de violência são práticas nas quais as diferenças são convertidas em desigualdades. Isto posto, a análise do sumário de culpa⁷ foi realizada a partir do estudo de uma bibliografia específica, pois a mesma representa também avanços epistemológicos para a historiografia sobre mulheres, que nos deu suporte para pensarmos sobre as diversas experiências e trajetórias desenvolvidas por mulheres negras no pós-abolição no Brasil e na Bahia. Desta forma, podemos afirmar, por exemplo, que as reflexões traçadas pelas pesquisadoras e intelectuais Maria Beatriz Nascimento (2019), Lélia Gonzalez (2019), Virginia Q. Barreto (2016) são elementares para esse artigo.

Junto a isso, a base teórica desse artigo foi feita a partir da articulação entre as categorias de gênero, raça e classe, pois consideramos tal articulação fundamental para a realização do proposto, afinal, partimos da ideia de que as relações humanas em sociedade, em qualquer período histórico, são construídas e engrenadas a partir de demarcadores sociais como os citados acima que, em conjunto e em termos práticos, produzem hierarquias, difundem subalternidades, opressões e discriminações, sobretudo quando suas bases históricas estão fincadas na colonialidade, no patriarcado e na escravidão.

⁷ Processo-crime, Sumário – Lesão Corporal, 1910, Cx. 10; Doc. 02. Disponível: IF Baiano/Campus Catu. A fonte trabalhada aqui faz parte do acervo documental localizado no Instituto Federal *Campus* Catu (Ba), tal acervo foi organizado e catalogado por uma das autoras desse artigo, Larissa C. Nepomuceno de Jesus, no ano de 2018. Devido a esse exercício de organização e catalogação, tivemos condição de acessar o sumário de culpa.

O caso de espancamento de Felicidade Maria: relações de gênero, violência e discriminação racial em Catu, Bahia.

O historiador Marcelo Souza Oliveira (2015), em livro intitulado *A Imperial Vila de Santana de Catu: Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo baiano*, informa, a partir da análise da literatura produzida por Ana Ribeiro (1992), que, com o fim legal da escravidão em 1888, a maior parte dos sujeitos escravizados, em especial pela família Araújo Góes, retirou-se do território no qual, entre outras atividades, trabalhava (BITTENCOURT, 1992). Essa informação pode ser ampliada para a realidade de vários outros trabalhadores e trabalhadoras escravizados no território catuense. Apesar disso, muitos sujeitos, ao traçarem rumos para suas vidas no pós-abolição, escolheram permanecer nas propriedades dos seus ex-senhores ou próximos a eles, estabelecendo novas relações de trabalho, por exemplo.⁸ Possivelmente, esse foi o caso de Felicidade Maria de Santana, mulher negra e ex-escravizada de Jesuino Barbario da França, morador, assim como ela, de Pau Lavrado.

Sobre a localidade, cabe informar que o historiador Carlos Ott, (1996), em *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos*, indica que, em 1858, o território era classificado como fazenda e pertencia ao casal Manoel João de Meirelles e Rosa do Coração de Jesus. Não é propósito desse trabalho analisar o processo de fragmentação dessa propriedade em espaços territoriais e produtivos menores, apesar disso, o sumário de culpa que tivemos acesso permite afirmar que, nos anos iniciais do século XX, o território de Pau Lavrado foi habitado por diversos sujeitos que ocupavam posições sociais distintas.

Aqui estamos falando de proprietários de terras, trabalhadores rurais empobrecidos (lavradores, vaqueiros, carreiros, entre outros) que possuíam apenas sua força braçal como forma de garantir sua sobrevivência, e, certamente, trabalhavam em outros espaços executando atividades de natureza diversa e retornavam às suas moradas ao fim das suas jornadas. A paisagem daquela localidade, sem dúvida, era caracterizada pela presença de sujeitos que possuíam condição socioeconômica diversa, e, em consonância com tal pluralidade de condições, também por habitações e propriedades que variavam em seus tamanhos e disposições.

O sujeito principal da nossa narrativa, Felicidade, era, como afirmamos acima, moradora daquela localidade, porém era natural de Alagoinhas, cidade próxima a Catu, e possuía, no ano do crime, 55 anos de idade. A partir dos indícios verificados na fonte, podemos asseverar que

⁸ Sobre essa discussão, ver: (FRAGA FILHO, 2004).

a mesma era uma trabalhadora rural (lavradora) que atuava de maneira itinerante nas diversas roças daquela região. No dia do ocorrido, 24 de Julho de 1910, a vítima trabalhava em plantação de fumo na malhada de Ângelo Ferreira, em conjunto com “companheiros de lavoura”, e teria sido, segundo a promotoria, sem motivo justificável, agredida por Benedito José de Carvalho, trabalhador da estrada de Ferro, natural de Bonfim, com 28 anos de idade.⁹

Apesar de definir-se enquanto trabalhador da ferrovia, o acusado, provavelmente, atuava também como lavrador e possuía laços de amizade e companheirismo com os sujeitos que foram ouvidos no processo, incluindo, a própria vítima que, ao ser ouvida, relatou “que até muito gostava de trabalhar a Benedito antes desse conflito”.¹⁰ Diante tal informação, afirmamos que a possível proximidade existente entre acusado e vítima, certamente, tenha sido a razão plausível para que, ao encontrar Benedito, Felicidade tenha questionado a presença do mesmo na malhada, conforme relataram as testemunhas ouvidas, em tom injurioso e grosseiro.

Antes de debruçarmos detidamente sobre os meandros do conflito, cabe afirmar que, assim como diversas mulheres empobrecidas e egressas da escravidão, Felicidade teve sua vida caracterizada pela presença cotidiana, enquanto trabalhadora, em espaços como a roça. Tal atuação nesses ambientes era necessária, principalmente, para a manutenção da sua sobrevivência e dos seus familiares. A historiadora Maria Beatriz Nascimento (2019), em análise sobre a mulher negra e o mercado de trabalho, utiliza a expressão “destino histórico” para destacar que, mesmo com a abolição, houve a preservação das mulheres negras ocupando baixas posições na hierarquia social no tocante aos espaços de trabalho:

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, [...], e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais (NASCIMENTO, 2019, p. 261).

Nas andanças de preterimento nesse “destino histórico”, a vítima do sumário de culpa estudado atravessou a fronteira entre a escravidão e a liberdade e, nessa travessia, elaborou vivências e laços de sociabilidade, tornando-se um exemplo do que Bell Hooks (2019) chamou de “feminilidade caída” (HOOKS, 2019, p. 135). Mulher negra, solteira, analfabeta e de idade avançada, Felicidade estava inserida em uma sociedade pautada em normas morais que

⁹ Processo-crime, Sumário – Lesão Corporal, 1910, Cx. 10; Doc. 02, p. 05. Disponível: IF Baiano/Catu (Ba).

¹⁰ Processo-crime, Sumário – Lesão Corporal, 1910, Cx. 10, Doc. 02, p. 03.

definiam os comportamentos femininos e masculinos, modelos idealizados se levarmos em consideração as condições efetivas de vida da maioria da população brasileira e baiana naquele período.

Como destacou Alberto H. Ferreira Filho (2003), na obra “Quem pariu e bateu, que balance!”, nas primeiras décadas do século XX, o papel feminino, principalmente, das mulheres das classes médias e altas, concernente à presença nos espaços públicos nos grandes centros urbanos como Salvador, é redefinido. Segundo o autor, a inserção - “permissão” - das mulheres das camadas médias e altas nesses espaços estava associada à reelaboração da compreensão sobre o papel feminino no tocante a maternidade, pois a família passa a ser entendida como a base para a consolidação da República, como o ponto central para a formação de cidadãos aptos para construir uma nação ordeira e civilizada, pautada no trabalho. Nesse cenário de supervalorização da maternidade, Felicidade, moradora de um espaço rural, assim como outras mulheres pobres, negras ou não, estava distante dos padrões de feminilidade elaborados pelos grupos hegemônicos.

Devemos lembrar que, tratando-se de uma comunidade rural relativamente próxima a Capital,¹¹ Catu estava inserida no cenário das diversas mudanças sociais vividas pela sociedade brasileira tanto com a abolição quanto com a proclamação da República, mesmo que as alterações e impactos fossem sentidos e incorporados de maneira lenta pelos moradores da então Vila. Desta forma, Miléia Santos Almeida (2018), em pesquisa sobre mulheres pobres na região do Alto Sertão Baiano, recorda que “a jovem República Brasileira temia as classes populares e a ameaça que representavam para a consolidação da ordem e do progresso” (ALMEIDA, 2018, p. 18). É nesse contexto de incômodo e busca da preservação do controle político e social por parte das camadas abastadas que a legislação republicana é forjada.

Recordamos celeremente que as leis republicanas, a despeito de sua essência liberal que lançou as bases para o exercício da cidadania no Brasil, não garantiram a equidade entre os membros da sociedade brasileira, pois a estrutura oligárquica e hierarquizada continuou a caracterizar as relações sociais no Brasil limitando o acesso de vários sujeitos a direitos enquanto cidadãos.¹² Concernente à questão feminina, um exemplo da ausência da citada equidade é o fato de que as mulheres, na constituição brasileira de 1891, eram consideradas cidadãs inativas, logo não possuíam direito ao voto.¹³ Em consonância com a Constituição, o

¹¹ O município de Catu está localizado a cerca de 78 km ao norte da capital do Estado, Salvador.

¹² Ver: (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003); (RESENDE, 2018).

¹³ Na constituição de 1891, não a menção as mulheres e o direito ao voto. Ver: (CARVALHO, 1987). Constituição de 1891 disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm (Acesso em: 26.04.2021 às 20h36min)

código civil de 1916 também fez parte desse corpo legal que possuía viés conservador e patriarcal, exemplo disso é a presença de diversos artigos no código que preservavam o homem como o chefe do núcleo familiar.¹⁴

No tocante a legislação criminal, o código penal de 1890, de autoria do jurista Baptista Pereira, trazia em seu âmago, em um contexto de fim da escravidão, a necessidade de disciplinarização da sociedade a partir do modelo de ordem burguesa. Mesmo enquanto instrumento à disposição das elites republicanas para a efetivação do projeto de moralização e controle da população, especificamente, a população pobre, negra e, agora, indistintamente, livre, destacamos que o código de 1890 e a ideia de “igualdade entre as raças apregoada pela letra da lei” (SCHWARCZ, 1996, p. 92) foi alvo de muitas críticas feitas por essas mesmas elites.¹⁵ Desta forma, quando nos debruçamos sobre processos criminais produzidos no recorte temporal da Primeira República, devemos atentar ao fato de que os princípios liberais burgueses perpassaram todo o conjunto de leis da jovem República e que as mesmas foram alvo também de debates realizados, principalmente, por homens que pertenciam a variadas vertentes de pensamento político, científico, por exemplo.

Nesse contexto jurídico, Benedito José de Carvalho, como consta na documentação analisada, “tornou-se criminoso” a partir do artigo 303 do código penal que se referia ao ato de “ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”.¹⁶ Mesmo utilizando-se do argumento de que estaria embriagado no dia do ocorrido e, a partir desse subterfugio, ter negado ser o autor das lesões verificadas e relatadas no auto de corpo de delito, as testemunhas o confirmaram como responsável pela agressão. José Leoncio, lavrador e com 22 anos, afirmou o seguinte:

[...] estando no domingo vinte e quatro do corrente em plantação de fumo de Angelo Ferreira com Benedito, acusado presente, Felicidade Maria Luiza Santana e outras pessoas também do mesmo trabalho, vio a **preta Felicidade** insultando com palavras grosseiras ao companheiro de trabalho Benedito de tal, acusado presente, a testemunha viu ainda naquela mesma ocasião Felicidade seguir em direção de uma malhada e viu a Benedito acusado presente seguir para o mesmo lado e dar umas pancadas em Felicidade.¹⁷

¹⁴ Artigo 233 determinava que “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.” Já o artigo 242 afirmava que “a mulher não pode, sem autorização do marido”. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm (acesso em: 26. 04. 2021 às 19h41min)

¹⁵ Dentre outros trabalhos, ver: (CAULFIELD, 2000).

¹⁶ Fonte: Código Penal de 1890. Disponível: http://planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/1851-1899/D847.htm. (Acesso em: 26.04. 2021 às 19h51min)

¹⁷ Processo-crime, 1910, p. 13. (Grifo nosso)

Ao longo de sua fala, a testemunha, assim como outras que foram ouvidas, definiu Felicidade como preta. Em diversos estudos historiográficos que utilizam processos criminais como fonte de análise há uma concordância no tocante ao silenciamento da cor dos sujeitos envolvidos nos crimes na Primeira República.¹⁸ Se no período da escravidão, como afirmou Hebe Mattos (1998), a condição jurídica e a cor dos sujeitos envolvidos em processos criminais (logo defini-los como pretos, brancos, pardos, escravizados, libertos ou livres), era um elemento informativo que possuía constância, nos anos finais do Império e primeiros anos republicanos, tal preocupação por parte das autoridades perde espaço. Apesar disso, no caso estudado, a condição de ex-escravizada é demarcada pela vítima em seu depoimento inicial e, ao longo de diversos trechos como o destacado acima, Felicidade é descrita e adjetivada pelas testemunhas como preta, crioula, a cor da sua pele é constantemente lembrada.

Para além da descrição, a adjetivação da vítima a partir da cor da sua pele demonstra que, apesar do fim da escravidão e do advento de uma República dita liberal que, desta forma, buscou naturalizar a ideia de igualdade jurídica entre os homens, os laços de sociabilidade e convívio construídos no cotidiano catuense não eram, em geral, ‘dissimulados’, traçados, em sua plenitude, pela conveniência, sutileza ou cordialidade, pelo contrário, tais laços eram perpassados por um pensamento marcadamente hierárquico que desaguava em ações delineadas pela presença de diversos preconceitos, incluindo, nesse ponto, a discriminação racial, afinal a percepção racializada e, para nós, racista, vista pela historiadora Wlamyra Albuquerque (2004), em pesquisa sobre o pós-abolição na Bahia, como “uma arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, demarcando-se fronteiras e antigos territórios” (ALBURQUERQUE, 2004, p. 232), presente também na Primeira República incidia sobre as relações sociais construídas ali no interior baiano.

Nesse sentido, a liberdade, para Felicidade, assim como para muitas outras mulheres negras, era ambígua e não significou igualdade social, pois, cotidianamente, a mesma era lembrada que precisava “saber o seu lugar.” Essa ideia é reforçada quando verificamos que a cor da pele dos outros sujeitos ouvidos no processo não é, nem ao menos, citada, o crivo da racialização, pelo menos, naquele documento, não os atinge. Como uma tentativa constante no processo de inferioriza-la, desqualifica-la enquanto sujeito perante a polícia e a justiça, mesmo que todas as testemunhas tenham afirmado ser Benedito responsável pela agressão, Felicidade é identificada como preta, crioula, não como “Dona” ou “Senhora de Alguém”.

¹⁸ Ver: (MATTOS, 1998); (OLIVEIRA, 2016).

A conservação pela lembrança da cor de Felicidade pode ser explicada pelo que a filósofa Djamila Ribeiro (2019) trata como o “Outro do Outro”. Se considerarmos as mulheres negras como a base da pirâmide social, vemos que elas são tratadas como subalternas, sem direito a fala e nada que justifique seus atos, coisa que não acontece com os homens, que tem sempre seus atos considerados como justificáveis e sujeitos a avaliação.

Por não serem nem brancas nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não são homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, pois são homens, mas não são brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas nem homens, e exercem a função de “outro” do outro” (RIBEIRO, 2019, p. 37).

É possível constatar isso no caso de Felicidade, quando o ato de Benedito é justificado com o possível insulto realizado por Felicidade. Por que maior concentração se faz no insulto do que na violência física em si? Provavelmente porquê Felicidade é uma mulher negra – fato que é destacado a todo tempo ao longo do processo – enquanto Benedito é apenas homem.

Dessa forma, a confirmação da agressão é acompanhada por uma tentativa de justificar o ato violento, de tornar a vítima em algoz, quando José Leoncio relembra que “vio a preta Felicidade insultando com palavras grosseiras ao companheiro de trabalho Benedito de tal.” As palavras “injuriosas” - segundo a testemunha de nome Manoel Galdino, 44 anos, lavrador, Felicidade teria dito o seguinte: “oh senhor Benedito isto é hora do Senhor está por aqui, é hora do senhor ir chegando para a sua casa para ver sua mulher e filhos”¹⁹ - ditas por uma mulher negra e ex-escravizada sobre as ações de um homem em ambiente de trabalho foram interpretadas pelo acusado e pelos companheiros, afinal o primeiro afirmou ter sido, por eles, “insuflado a espancar Felicidade”, como desrespeitosas.

O quadro forjado, então, pode ser analisado desta maneira: as agressões sucessivas mostram que, mesmo elaborando certa autonomia, devido, principalmente, as suas vivências de trabalho, a vítima do processo, Felicidade, assim como outras mulheres negras empobrecidas, não ocupava espaço de igualdade com os homens do seu próprio convívio, que, possivelmente, eram negros também. Pelo contrário, mesmo compartilhando com eles experiências de classe,

¹⁹ Processo-crime, 1910, p. 10.

o cotidiano de Felicidade, certamente, foi traçado pelos efeitos violentos das assimetrias de gênero, do sexismo e do racismo.

A pesquisadora Edinélia M. Oliveira (2016), em artigo intitulado *Questões de gênero, racialização e cultura política na ‘desventurada República’: Santo Antônio de Jesus – Bahia*, demonstra, também a partir do estudo de um processo criminal de agressão praticado contra uma mulher ‘parda’ em Santo Antônio de Jesus no ano de 1929, que situações de violência contra mulheres pobres e trabalhadoras como a analisada aqui foram recorrentes na Bahia, no pós-abolição. Felippa, mulher ‘parda’ agredida, em Santo Antônio, teria, assim como Felicidade, em Catu, por razões distintas, saído do “seu lugar”.

Mulheres e homens, segundo o discurso dominante do período, possuíam genuinamente naturezas diferentes e por isso deveriam ocupar ambientes distintos. Desta forma, as relações entre homens e mulheres eram pautadas a partir da perspectiva de que o ser feminino era inferior, submisso ao ser masculino. O conceito de gênero apresentado por Joan Scott (1990) permite afirmar que cada período histórico é caracterizado pela elaboração de ideias, discursos e ações, constituindo-se enquanto saber, que busca estabelecer como homens e mulheres devem agir e se portar. Evidentemente, esse exercício está entrelaçado ao contexto social, político e econômico de cada momento histórico ou, nas palavras da historiadora norte-americana, como modo de ordenar o mundo, o saber sobre o gênero, não é anterior a organização social, mas inerente a essa organização (SCOTT, 1990, p. 13).

Com isso, vale destacar que, no período estudado, algumas características como submissão, recato, delicadeza, fragilidade eram tidas como universais e inatas às mulheres, pelo menos, para algumas mulheres. Em complemento a essa universalidade, o homem era qualificado como sujeito dotado da razão e da responsabilidade de trabalhar e prover o lar, a família, mas também era possuidor de uma sexualidade e agressividade aflorada. Com essas características tidas como inatas, o homem, na sua relação com o feminino, era naturalmente superior.

Nesse ponto, faz-se necessário também pensar quais mulheres poderiam se dar ao luxo de atrelarem essas características a si. Quais mulheres poderiam ser “submissas, recatadas, delicadas, frágeis...”? (HOOKS, 2019). Certamente, mulheres como Felicidade não poderiam ser assim. Mulheres negras, trabalhadoras, não tinham a oportunidade de assumirem esses aspectos e nem podiam! As mulheres negras que se submetessem a dominação não conquistariam um possível lugar na sociedade para manter seu sustento e forma de sobrevivência.

Em linhas gerais, a perspectiva brevemente exposta acima fazia parte do pensamento ideológico e hegemônico desenvolvido pelas camadas dirigentes do País, porém, a exemplo de Felicidade, mulheres empobrecidas, negras ou não, em sua maioria, como já destacamos anteriormente, não se encaixavam nas características definidas como naturais, pelo contrário, acreditamos que encaixar-se nesse paradigma era, certamente, por diversas razões, a última das prioridades de mulheres como a apresentada nesse texto. A incidência dos valores morais das camadas abastadas era, na grande maioria dos casos, caracterizada pela incongruência com a realidade de vida dos homens e mulheres empobrecidos. As expectativas típicas da sociedade patriarcal dificilmente se concretizavam na realidade vivida por esses sujeitos.

Nesse cenário, casos de violência física se constituíam como parte integrante do cotidiano desses indivíduos. É oportuno destacarmos que a violência se constituiu como uma realidade presente em todas as camadas sociais. Sendo assim, segundo Rachel Soihet (2007), as relações violentas não eram apanágio dos populares, apresentando-se, igualmente, nos segmentos médios e elevados, entretanto, estes possuíam e possuem recursos que impedem, na grande maioria dos casos, que a questão se torne do conhecimento da polícia e do público (SOIHET, 2002, p. 279). Lourdes M. Bandeira (2019), ao refletir sobre a questão da alteridade que circunda a violência contra mulheres, afirma que:

[...] esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Ao contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição do sexo [...] (BANDEIRA, 2019, p. 294).

Desta forma, no período em estudo, a violência masculina não recaía apenas contra as mulheres com as quais os mesmos possuíam vínculos sexo-afetivos, a agressão sofrida por Felicidade demonstra tal afirmação. Benedito não enxergava Felicidade como sua igual, pelo contrário, a enxergava como inferior. A violência física configurou-se como punição a um comportamento definido, para os padrões da época, como transgressor. Tratando-se de uma mulher negra e ex-escravizada, a vítima e o seu corpo foram vistos, pelo agressor, como insignificantes.

O corpo negro, herdeiro desse passado histórico de escravização, desumanização e subalternização, tem como consequência essa carga que dele não foi desvinculada. Tendo em vista esse processo, ele é sempre visto como um corpo sem valor, principalmente se for um corpo negro feminino. A expiação não chega até esses corpos, mesmo quando não estão errados,

são punidos em detrimento de outros corpos masculinos, pois sendo mulheres e negras não estão passíveis a humanidade e direitos a outros corpos permitidos.

Os homens são, historicamente, considerados seres superiores em relação as mulheres. Nesse caso, não seria diferente, visando que cabe a mulher a inferioridade. Mesmo quando um homem agride fisicamente uma mulher, o que é colocado em pauta não é o castigo para tal agressão, mas sim, o que foi feito para ocasionar a mesma. Qual o erro da mulher? O que ela pode ter dito, feito ou até mesmo demonstrado para que um homem pudesse a agredir? Essa superioridade masculina fica mais do que visível no caso de Felicidade, pois o que se faz a todo tempo é inverter os papéis da contenda. Há uma tentativa de invisibilidade da agressão e visibilidade do possível insulto. Dado que, é mais viável culpabilizar a mulher, do que o ser que se faz superior a ela.

Ao término das diligências policiais e investigativas, o delegado da Vila elaborou relatório favorável a vítima destacando a importância da mesma na realização do trabalho na plantação. Diante disso, o caso foi transferido da esfera policial e administrativa e apresentado, através da promotoria, para o Juiz preparador da Vila Francisco Gonsalves Martins. Ao posicionar-se a favor da continuidade do processo em âmbito jurídico, o delegado cumpre a missão civilizatória (SOIHET, 1989, p. 14), destinada ao corpo policial diante a necessidade de, segundo o ideário da elite, nas primeiras décadas da República, controlar os comportamentos e ações dos sujeitos que formavam as camadas subalternas.

Na fase ordinária do processo, após serem ouvidas as testemunhas e acusado, o Juiz optou pela pronúncia de Benedito. Nesse ponto do sumário, observamos, mais uma vez, a engenharia argumentativa construída por parte do réu para livrar-se da pronúncia, pois, se na fase de inquérito o acusado alegou estar embriagado e, por isso, não possuía lembrança do ocorrido, na fase ordinária, o mesmo alegou ser pobre e ter sido, na verdade, agredido por Felicidade. Apesar disso, o recurso foi negado e o réu foi julgado por um júri de sentença formado por três homens. Os cidadãos Jacinto Pedro de Queiroz, Torquato da Silva Oliveira, Firmino de Deus Seixas, ao realizarem a análise dos argumentos da defesa e acusação, chegaram à conclusão, por unanimidade, que o agressor estava, ao cometer o crime, desprovido de sentidos de inteligência.

O júri afirmou também não ter condições de analisar as questões seguintes do libelo referentes à frivolidade que condicionou o ato e a superioridade física do acusado em comparação a vítima, mesmo possuindo a informação de que Felicidade era uma mulher de idade avançada em contraste com o agressor que possuía 28 anos. Deste modo, mesmo

reconhecendo a ocorrência do crime, os jurados decidem pela absolvição do réu demonstrando que, apesar dos anseios civilizatórios e de uma legislação penal que supostamente buscava a igualdade de julgamento entre os indivíduos, a violência física praticada contra mulheres seria uma ação não facilmente punida, principalmente tratando-se de um corpo negro.

Mesmo que, no caso estudado, a demarcação racial tenha sido feita diretamente pelos sujeitos que conviviam com Felicidade, não pelos indivíduos que compuseram o júri e pelos representantes da justiça e da lei, acreditamos que não apenas o critério de gênero, mas também o critério racial, mesmo que de maneira velada, foi, diante da gravidade do espancamento, levado em consideração para a definição da sentença. Em obra intitulada *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (2002) afirma, ao refletindo sobre a lei e sua aplicabilidade, que “não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem que sanciona outra” (FOUCAULT, 2002, p. 243). Desta forma, essa assertiva nos permite destacar que, no período em estudo, a justiça e as decisões tomadas naquele âmbito não estavam isentas de valores e percepções de mundo pertencentes aos homens, afinal eram esses sujeitos que ocupavam esse espaço, em outras palavras, é ilusório crer que a justiça era imparcial.

Regressando nossas reflexões para o sujeito principal desse artigo, destacamos que a escravidão produziu marcas no corpo e na subjetividade de Felicidade, porém, apesar de ter vivenciado um cotidiano permeado por outras situações de violência e abuso, a mesma elaborou táticas, artimanhas que garantiram, principalmente, sua sobrevivência. Mesmo permanecendo na região na qual foi escravizada, próxima do seu ex-senhor, a vítima não se preservou nos domínios desse sujeito, pelo contrário, possuía a sua própria morada, como verificamos ao longo da leitura dos autos a partir de pequenos fragmentos e rastros textuais.

Podemos afirmar que, enquanto mulher empobrecida que circulava entre a zona rural e a urbana da Vila, ser lavradora não era a única ocupação exercida por ela como forma de obter subsídios necessários para a manutenção da vida. Junto a isso, devemos lembrar que ela, devido a sua condição de gênero, raça e classe, certamente, acumulava funções domésticas, em sua morada e na morada de terceiros, ou, até mesmo, atuava no comércio informal, mercadejando. Estudos desenvolvidos pelo já citado Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003), Cecília Soares (2007) e Virginia Queiroz Fonseca (2016) são elementares para concebermos que essa característica de vida, o fato de ocupar diversos espaços executando tarefas, ocupações, foi um elemento comum a muitas mulheres negras pobres, na escravidão e no pós-abolição, que viveram na Bahia, tanto na Capital quanto, como destacou Fonseca, em cidades do interior como Nazaré das Farinhas, localizada no Recôncavo Sul:

Sabe-se, pela documentação da época, que o trabalho executado nas ruas, praças e cais não era ocupação apenas de homens. Escravas, libertas e pobres livres laboravam como ganhadeiras, negociavam serviços, executavam tarefas, enfim, disputavam o mercado de trabalho com homens que, tão pobres quanto elas, dependiam dessas atividades para garantir sua sobrevivência. A presença de mulheres pobres, escravas ou não, nos centros urbanos foi documentada em toda parte onde floresceram as cidades (FONSECA, 2016, p. 38).

A labuta cotidiana de Felicidade, aspecto de vida partilhado com outras sujeitas, gerou reflexos na maneira de pensar e viver, contribuindo para que procedesse de forma menos inibida do que mulheres de outras classes sociais, o que se configurava através de um linguajar mais solto, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões, etc (SOIHET, 1989, p. 24). Angela Davis (2016), na obra *Mulheres, raça e classe*, ajuda a reforçarmos o dito acima ao afirmar que:

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 39).

Concernente a Benedito e aos homens que formavam os segmentos populares é necessário frisarmos que os padrões hegemônicos de gênero influenciavam também as relações cotidianas desenvolvidas por eles. Porém a prática de vida desses sujeitos acabava por revelar uma situação bem diversa do que era idealizado: os homens pobres, negros ou não, devido, dentre outras razões, as suas condições materiais, estavam longe de poderem assumir o papel de mantenedores e dominadores nas relações com suas companheiras, mesmo que eles, muitas vezes, desejassem isso. Nesse cenário, concordamos com a perspectiva elaborada por Sidney Chalhoub (1986), em *Trabalho, lar e botequim*, na qual as violências físicas ou verbais praticadas por homens contra mulheres surgiam, em muitas situações, não como demonstração efetiva de poder e controle, mas, principalmente, como demonstração de impotência, insegurança diante a incapacidade de exercer uma dominação irrestrita sobre as mulheres, sendo suas companheiras ou não.

Conclusão

No processo estudado, a voz de Felicidade, apesar de ocupar um espaço em linhas diminuto,²⁰ é inquietante e viva. Filha de Luzia de Santana e nascida, provavelmente, em 1855,

²⁰ Ao longo do processo, Felicidade foi ouvida apenas na fase de inquérito.

a vítima ultrapassou a expectativa de vida (19 a 27 anos) reservada para os cativos em finais do século XIX (SCWARTZ, 1999, p. 303). Nos anos iniciais do século XX, continuou a superar a estatística que, na data do crime (1910), era de 34,6 anos de idade para as mulheres em geral (BARBOSA; SILVA, 2006, p. 38). Os dados expostos, permitem afirmar que as condições de vida da grande maioria da população empobrecida nas cidades do interior baiano eram caracterizadas pela insalubridade, a subnutrição e a ausência de assistência médica, logo a violência física não era o único elemento que poderia trazer resultados letais para esses sujeitos, em especial, para as mulheres.

Ainda que, muitas vezes, conscientes do papel que ocupavam na sociedade e como a mesma as enxergavam, muitas mulheres negras não se submeteram a supremacia masculina. Essas mulheres procuravam viver suas vidas, ganhar seu sustento e ser independentes, de certa forma, a exemplo de Felicidade, que era lavradora e não se submeteu a violência a ela imposta.

Ao pedir ajuda de indivíduos presentes nos momentos da agressão, a vítima demonstrou, com essa atitude, a não aceitação, enquanto mulher negra, da violência, da sua objetificação. Como outras mulheres que, em algum momento de suas vidas estiveram na condição hostil de escravizadas, Felicidade lançou mão da sua inteligência e resiliência para relacionar-se com outros sujeitos garantindo, desta forma, sua sobrevivência e dignidade.

Nesse sentido, agir passivamente diante a agressão não seria caminho seguido por ela, negar-se a falar para as autoridades sobre o crime muito menos, mesmo pertencendo a uma sociedade “fortemente marcada por hierarquizações, tanto do ponto de vista da condição social, como do ponto de vista da cor/raça e da relação de gênero” (SOUZA, 2016, p. 192) que, como destacou Lélia Gonzalez (2019), em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, buscou a todo o tempo “domesticar” a população negra e, na busca desse objetivo, produziu e produz, ao longo do tempo histórico, efeitos nefastos sobre as mulheres negras nos mais diversos aspectos de suas vidas.

Fontes

Processo-crime, Sumário – Lesão Corporal, 1910, Cx. 10; Doc. 02. Disponível: IF Baiano/*Campus* Catu (Ba).

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, W. R. de. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880 – 1900)**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

- ALMEIDA, S. M. **“Actos delictuosos”:** mulheres e criminalização no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1890 – 1945). 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 293 – 315.
- BARBOSA, O. de L. M.; SILVA, V. do N. População e estatísticas vitais. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.) **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2006.
- BITTENCOURT, A. R. **Longos Serões do Campo**. Infância e juventude. Organização e notas Maria Clara Mariani, - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (Org.) **Perspectivas antropológicas da mulher**, Vol. 04, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, 25 - 62.
- DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 357 – 371.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERREIRA FILHO, A. H. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940**. Salvador, EDUNEB, 2003.
- FONSECA, V. Q. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no recôncavo sul da Bahia (1850- 1888)**. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em História Social), USP, São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir – nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 237 – 259.
- HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo**. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 2019.
- _____, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro Arquivo Nacional, 1998.
- NASCIMENTO, M. B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 259 – 265.
- OLIVEIRA, M.S. **A Imperial Vila de Santana do Catu: Histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo baiano**. Quarteto, Salvador, 2015.
- OTT, C. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos (1536 – 1888)**. Salvador, Bigraf, 1996.
- RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- SCHWARCZ, L. K. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais dm finais do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, Vol. 18, n. 08, 77 – 101, 1996.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Vol. 15, n. 2, 02 – 35, 1990.

SCWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SOARES, C. C. M. **Mulher negra na Bahia do Séc. XIX**. Salvador, EDUNEB, 2007.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

_____, R. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História – Revista do programa de Estudos pós-graduados de História**. São Paulo, Vol. 25, 269 - 289, 2002.

_____, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 – 1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, E. M. O. Questões de gênero, racialização e cultura política na ‘desventurada República’: Santo Antônio de Jesus – Bahia. **História, Histórias – Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UNB**. Brasília, Vol. 4, nº 8, 189 – 202, 2016.

VASCONCELOS, V. N. P. **Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1960 -1990)**. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, Salvador, 2006.

Sociabilidade e lazer no cotidiano dos populares da Comarca de Bragança-PA (1910-1920)

Filipe de Sousa Miranda,¹ UFPA

Resumo

A partir das narrativas contidas nos Autos crimes de ferimentos leves produzidos pela Comarca de Bragança-PA entre os anos de 1910 e 1920, o presente artigo objetiva trazer à tona os momentos de sociabilidade e lazer que compunham o cotidiano dos segmentos populares, que habitavam as diversas localidades sob as quais se estendia a jurisdição desta unidade judiciária. A abordagem proposta é de caráter qualitativa. Os dados foram reunidos mediante pesquisa documental realizada no acervo arquivístico histórico da Comarca de Bragança-PA, que mapeou quatro processos criminais que atendiam aos propósitos da pesquisa. O texto desvela momentos de sociabilidade e lazer, que são reveladores das vivências dos populares em espaços, como botequins, tavernas, igrejas, ou simplesmente, a residência de algum conhecido.

Palavras-chave: Processos criminais; Comarca de Bragança-PA; Sociabilidade; Lazer; Cotidiano.

Abstract

Based on the narratives contained in the proceedings, minor injury crimes committed by the Comarca de Bragança-PA between the years 1910 and 1920, this article aims to bring to light the moments of sociability and leisure that made up the daily life of the popular segments, which inhabited the different locations under the jurisdiction of this unit. The proposed approach is of qualitative nature. The data were gathered through documentary research carried out in the historical archive of the Comarca de Bragança-PA, which mapped four criminal cases that served the purposes of the research. The text unveils moments of sociability and leisure, which reveal the experiences of the people in spaces such as taverns, bars, churches, or, simply, the residence of an acquaintance.

Keywords: Criminal proceedings; District of Bragança-PA; Sociability; Leisure; Daily life.

Introdução

Localizada na região Nordeste do Pará, a Comarca de Bragança-PA é uma das mais antigas do Estado. Sua instituição remonta ao ano de 1839, por ocasião da promulgação da Lei Provincial nº 17, que elevou os Termos de Bragança e Turiaçú à condição de comarca, a partir de uma subdivisão da Comarca da Capital (COSTA; MIRANDA, 2020, p. 61-62; COSTA, 2020, p. 379-380).

¹Mestrando pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural - UFPA. Graduado em História pela Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Bragança. Integra a Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (Repac). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará- Maranhão (GEIPAM-UFPA) e do Grupo de Pesquisa Arte, Corpo e Conhecimento (UFPA). Atua, desde 2017, junto ao Projeto Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos dos Fóruns das Comarcas de Bragança e Ourém no Nordeste do Pará (PRODOC).

Os documentos arquivísticos produzidos ao longo de sua atuação, são reveladores de práticas que caracterizaram o exercício da Justiça Pública no interior da Amazônia em múltiplas temporalidades, assim como dos moldes em que se estruturou a relação entre este Poder e os seus jurisdicionados.

Neste amplo conjunto documental, destacam-se os processos criminais que remetem a delitos de ferimentos leves. Esses registros trazem consigo indícios e vestígios, a partir dos quais é possível desvelar o cotidiano de segmentos tradicionalmente invisibilizados pela historiografia tradicional: pescadores, lavradores, mulheres, órfãos, profissionais liberais de baixo poder aquisitivo, dentre outros.

Diante disso, partindo das narrativas contidas nos Autos crimes de ferimentos leves produzidos pela Comarca de Bragança-PA entre os anos de 1910 e 1920, o presente artigo objetiva trazer à tona os momentos de sociabilidade e lazer que compunham o cotidiano dos segmentos populares, que habitavam as diversas localidades sob as quais se estendia a jurisdição desta unidade judiciária.

O recorte cronológico justifica-se pelo contexto de profundas transformações, sociais, econômicas, políticas e culturais, vivenciadas pela Comarca de Bragança-PA na segunda década do século XX. Com a chegada da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) à cidade de Bragança-PA, no ano de 1908, este território passou a ser impactado pelo florescimento de ideais de “modernidade”, que se substancializaram na construção e reestruturação de espaços de sociabilidade, e na difusão, entre as elites locais, de hábitos pautados em referenciais eurocêntricos de “civilidade” e “moralidade” (NONATO DA SILVA, 2017, p. 111-112; ROSÁRIO, 2000, p. 37-38).

A abordagem proposta é de caráter qualitativa. Os dados analisados foram reunidos mediante pesquisa documental, definida por Antônio Joaquim Severino como aquela em que:

tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2017, p. 93).

Esta foi realizada no acervo arquivístico histórico da Comarca de Bragança-PA, atualmente acondicionado em uma sala, localizada no térreo do prédio onde funciona o Fórum da comarca.

No que tange aos procedimentos adotados, primeiramente foi realizado um levantamento de todos os Autos criminais de ferimentos leves datados de 1910 a 1920. Neste processo foram identificados 17 Autos. Em seguida procedeu-se a leitura dos mesmos, a fim de detectar quais remetiam a momentos de sociabilidade e lazer, sendo selecionados nesta etapa 04 Autos: Autos Crimes de ferimentos leves, em que são réus Domingos Antonio da Silva e Ignácio Pereira de Souza (1912); Autos Crimes de ferimentos leves, em que é réu João de Deus Rayol (1917); Autos Crimes de ferimentos leves, em que é réu Pio Ângelo de Brito (1917) e Autos Crimes de ferimentos leves, em que é réu João Moreira de Souza (1917).

Feito isto, cada uma das narrativas existentes nestes processos criminais, em suas várias versões ali registradas, foi analisada não na busca por uma verdade dos fatos, mas por aquilo que se repete sistematicamente. Pois, de acordo com Sidney Chalhoub “as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas” (2001, p. 40).

Os processos criminais como fontes para a História

Os sujeitos que constituíram os segmentos menos abastados da sociedade bragantina na segunda década do século XX, pouco ou nada deixaram registrado de próprio punho a respeito de seu dia a dia. Diante disso, a exemplo do que propõe Michelle Perrot ao desvelar o cotidiano dos prisioneiros na França do século XIX, esses indivíduos, “desaparecidos de sua história, têm de ser rastreados no que se diz deles” (PERROT, 1988, p. 239). Nessa empreitada, os processos criminais representam fontes privilegiadas para os historiadores.

Keila Grinberg (2009, p. 126) assinala que o uso desses documentos em pesquisas históricas, adquiriu notoriedade a partir da década de 1980, em meio a difusão da História Social no Brasil. Imersos nos debates suscitados pela redemocratização e influenciados pelos escritos de Carlo Ginzburg, Natalie Davis, Michelle Perrot e E.P. Thompson, pesquisadores se debruçaram sobre os documentos produzidos pela Justiça, com o intuito de extrair elementos que denunciassem aspectos do cotidiano dos trabalhadores escravizados e livres em diversas temporalidades.

Intimados para comparecer diante de autoridades policiais e judiciárias na condição de réus, vítimas e testemunhas, homens e mulheres oriundos das camadas populares, elaboraram relatos, que transcritos pelo escrivão, chegaram à contemporaneidade nas páginas dos processos criminais. Esses documentos estão repletos de vestígios que são reveladores de condutas, visões de mundo, práticas culturais, valores morais, dentre outros pontos. Arlette Farge sublinha que:

As palavras ditas, os curtos relatos registrados pelos escrivães e os embriões de explicações balbuciadas são acontecimentos. Nesses discursos truncados, sustentados apesar do medo, da vergonha ou da mentira, há um acontecimento, porque, mesmo em rudimentos, essa linguagem carrega tentativas de coerência pretendidas por aquela ou aquele que proferiu essas respostas, tentativas que criam o acontecimento; nelas se demarcam identidades sociais exprimindo-se por formas precisas de representação de si e dos outros, esboçam-se formas de sociabilidade e maneiras de perceber o familiar e o estranho, o tolerável e o insuportável. Pois aquele que responde ao comissário, com uma imprecisão voluntária ou não, exprime-se forçosamente por meio de imagens que veicula dele mesmo, de sua família e de seus vizinhos (FARGE, 2009, p. 80).

Destarte, Chalhoub (2012) destaca que ao tomar o processo criminal como objeto de análise, o historiador não deve almejar estabelecer a “verdade” do que se passou. Seu olhar, em detrimento, precisa estar atento ao jogo de significados e interesses que sustentam as diversas narrativas registradas nos autos.

Cada versão do ocorrido, mesmo que contraditória, é portadora de indícios que desnudam percepções, redes de solidariedade, conflitos de longa data e sociabilidades. Agrupadas, essas numerosas peças conformam um quadro que permite visualizar o contexto sócio-histórico no qual esses sujeitos estavam inseridos. Na ótica do autor, o esquadramento dessas fontes deve convergir para a identificação daquilo que se repete sistematicamente. Assim,

ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente — da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (CHALHOUB, 2012, p. 40-41).

Boris Fausto (1984, p. 20) caracteriza o processo penal como um “produto artesanal” de determinado tempo. Salienta que suas especificidades estão materializadas em diversos elementos, tais como: a conformação assumida pelos autos, cuidadosamente justapostos com a finalidade de assegurar a sequência lógica da narrativa processual; a linguagem carregada de fórmulas e expressões próprias do meio jurídico, e os erros de grafia, característicos de um texto que em grande medida, deveria ser redigido ao mesmo tempo em que o depoente verbalizava seu relato.

O pesquisador afiança que esse documento remete a dois “acontecimentos” distintos. O primeiro está relacionado ao ato perpetrado que infringiu a norma estabelecida pela legislação vigente. Ao passo em que o segundo, se processa no momento em que, detectada a quebra da

ordem social, os mecanismos repressivos do Poder Judiciário são ativados. A partir de então, as autoridades policiais e judiciárias se dedicam à tarefa de reunir fragmentos do que ocorrera, com o intuito de estabelecer a culpabilidade ou inocência do acusado (FAUSTO, 1984, p. 21).

No decurso da investigação, acusados, vítimas e testemunhas de defesa e acusação, são coagidas a apresentar sua versão dos fatos. As falas proferidas são condicionadas pelas perguntas e indagações feitas por delegados de polícia, promotores, juízes e advogados. Antes de serem registradas nos autos, ainda são submetidas, por meio da ação do escrivão, a um conjunto de diretrizes que normatizam a escrita jurídica. De modo que, seria ingenuidade da parte do pesquisador acreditar que aquilo que lê, corresponde *ipsis litteris* ao que foi narrado no tribunal. Maria Odila da Silva Dias, em análise centrada no cotidiano das mulheres pobres em São Paulo no século XIX, refere-se a esse processo como as distorções produzidas por força dos valores normativos das fontes institucionais (DIAS, 1995, p. 37).

Portanto, cabe ao historiador desenvolver a habilidade de transitar pelas diversas camadas que revestem as narrativas judiciárias, captando os significados ocultos de cada elemento que as compõem. Nas palavras de Ginzburg esses registros:

devem ser lidos como o produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada. No sentido de decifrá-los, devemos aprender a captar, por baixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos. Devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual destes diálogos (GINZBURG, 1991 p. 15).

Compartilhando desses pressupostos, o presente artigo propõe uma imersão nos processos criminais de ferimentos leves produzidos pela Comarca de Bragança-PA entre os anos de 1910 e 1920, com o intuito de perscrutar os momentos de sociabilidade e lazer que compunham o cotidiano dos segmentos populares que habitavam essa unidade judiciária.

Para Alain Corbin (2001, p. 06), a construção da história dos lazeres, perpassa a compreensão de como os tempos sociais foram entendidos, representados, simbolizados, e utilizados em contextos pretéritos. Nessa trajetória, é *mister* voltar o olhar para os mecanismos erigidos no seio de cada sociedade, com o intuito de medir, controlar e dominar esses tempos.

Conforme Norbert Elias (1992, p. 02), o estudo das práticas de lazer requer uma adequada diferenciação das categorias “tempo livre” e “lazer”. Na sua concepção, “todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer” (ELIAS, 1992, p. 145). Tal afirmação está alicerçada na constatação de que o tempo livre engloba uma série de atividades, que não podem ser definidas exclusivamente como lazer. À

nível de exemplo, podem ser citadas aquelas voltadas para a administração familiar e para a provimento de necessidades biológicas.

Por conseguinte, para fins conceituais, compreende-se “lazer” como o conjunto de atividades que, no interior de uma sociedade que compele os indivíduos a um controle cada vez mais rigoroso de suas emoções e pulsões,

proporcionam – dentro de certos limites – oportunidades para experiências emocionais que estão excluídas aos sectores altamente rotineiros da vida das pessoas. As actividades de lazer são uma categoria de actividades em que a restrição rotineira de emoções pode, até certo ponto, ser publicamente reduzida e com aprovação social, mais do que qualquer outras (ELIAS, 1992, p. 150).

Dentro dessa categorização, o estudo proposto centra-se nas práticas de lazer que remetem a momentos de sociabilidade entre os segmentos populares da sociedade bragantina. Novamente é pertinente reportar-se aos escritos de Elias (1992), para quem a sociabilidade constitui um elemento básico de grande parte das atividades de lazer, sobretudo, no tocante a encontros coletivos, como festas, reuniões em bares e visitas a amigos. Nesses cenários

as pessoas reúnem-se sem possuírem necessariamente qualquer competência técnica especializada, sem “actuação” para os outros ou para si próprias (embora isso possa acontecer acidentalmente), só para desfrutarem a companhia uns dos outros, para terem prazer, isto é, um nível mais elevado de calor emocional, de integração social e de estimulação através da presença de outros – uma estimulação divertida, sem obrigações sérias e os riscos inerentes a elas – do que aquele que é possível experimentar em qualquer outra esfera da vida (ELIAS, 1992, p. 180-181).

Tendo em vista essas noções de lazer e sociabilidade, nas próximas seções perquire-se as narrativas contidas nos processos criminais anteriormente citados, com o objetivo de desvelar como esses momentos se delineavam no cotidiano das camadas menos abastadas da sociedade bragantina.

A face inquieta da vida noturna: modinhas, festas dançantes e brincadeiras

As narrativas contidas nos Autos crimes de ferimentos leves produzidos pela Comarca de Bragança entre os anos de 1910 e 1920, descortinam uma importante dimensão do cotidiano das camadas populares que habitavam este território neste contexto: seus momentos de sociabilidade e lazer.

A exemplo do que propõe Robert Darnton (1987), em estudo a respeito do submundo literário francês durante os últimos anos do Antigo Regime, a partir de elementos existentes

nestes registros documentais, desnudam-se vestígios da “vida cultural” de indivíduos que não faziam parte dos grupos abastados desta sociedade. Esta “vida cultural”, marcada por suas próprias tradições, ritos e práticas, não se desenhava nos espaços de sociabilidade frequentados pelas elites locais. Mas sim nos espaços mal iluminados, que materializam aquilo que simbolicamente pode se chamar de zonas mais “obscuras” deste espaço citadino: ruas, becos, bares e tavernas. Malquistos por autoridades policiais e judiciárias, os acontecimentos que se sucediam nestes momentos de sociabilidade e lazer, desvelam importante dimensão da vida nesta Bragança da segunda década do século XX.

Em 20 de outubro de 1912, a Justiça Pública da Comarca de Bragança, ofereceu denúncia contra Domingos Antonio da Silva, trabalhador, casado, de 18 anos de idade, não sabendo ler e escrever, e Ignácio Pereira de Souza, trabalhador, solteiro, também de 18 anos idade, sabendo assinar seu nome. Ambos eram acusados de na noite do dia 28 de setembro do referido ano, próximo ao Largo da Estação da Estrada de Ferro, em frente à casa de Antonio Theodolino de Jesus, terem espancado com cacetes Roberto José da Silva, trabalhador, solteiro, de 23 anos de idade, não sabendo ler nem escrever. Na ocasião, a vítima encontrava-se junto a outros conhecidos a cantar modinhas, acompanhadas pelo toque do violão de Benedicto Mescoutto. Assim são descritos os fatos:

O facto passou-se na noite de 28 do mez de Setembro próximo findo no largo da Estação em frente à casa de Antonio Theodolino de Jesus, onde o individuo se achava em companhia de vários indivíduos a ouvir modinhas acompanhados de violão, por Benedicto Mescolitto. Em o numero dos que se divertiam d’esse modo, porem, não estavam os dennunciados que só depois de 9 horas da noite allí apareceram, armados de cacetes, investindo em acto continuo, contra o dito Roberto em quem descamparam varias cacetadas, só o deixando talvez com vida graças à intervenção de Francisco Pereira e Benedicto Mescolto (PARÁ, 1912, f. 02).

Nestas narrativas, antes do conflito deflagrado, o som que rompia o silêncio noturno advinha das vozes de Francisco Alves Pereira, trabalhador, solteiro, de 33 anos de idade, analfabeto, e Benedicto Mescoutto, lavrador, de 20 anos de idade, sabendo assinar o nome, que junto ao violão cantavam modinhas em frente à casa de Antonio Theodolino de Jesus. Junto a eles foram se aglomerando uma série de outros sujeitos atraídos pela cantoria. Dentre os quais estavam: o guarda da Estação, Annibal de Souza, homem solteiro, de 23 anos de idade; a vítima Roberto José da Silva, que afirmou ter sido convidado para fazer parte da roda por um rapaz com o qual se encontrou mais cedo, quando transitava pelo Largo da Matriz; os réus Domingos Antonio da Silva e Ignácio Pereira de Souza, e seus companheiros Raymundo, Lázaro e Manoel. O depoimento de Annibal narra:

E sendo inquerido disse que em uma noite cuja data não pode ao certo precisar, mas que mais ou menos a que se refere a denúncia, seriam as dez horas da noite achava-se a testemunha em frente a casa de Antonio Theodolino de Jesus ouvindo Benedicto Mescolto e Francisco Alves Pereira que tocava um e cantava outro, achando-se em pé junto a eles Roberto José da Silva quando por lá apareceram Domingos Antonio da Silva e Ignacio Pereira de Souza que vinham brincando entre si jogando os paus que cada qual trazia; que Roberto José da Silva vendo-os quis também entrar na brincadeira com um cacete que tinha na mão, sendo porém mal recebido pelos outros dois que lhe deram umas pancadas dos quais lhe resultou os ferimentos constantes do corpo de delicto (PARÁ, 1912, f. 15).

No que diz respeito a Domingos, Ignácio, Raymundo, Lázaro e Manoel, estes vinham de uma outra festa já finda, ocorrida na casa de um indivíduo chamado Estevam. Ouvindo o som dos cantos, aproximaram-se do grupo que estava reunido em frente à residência de Theodolino. Assim narra Ignácio Pereira de Souza quando inquirido pelo Prefeito de Segurança:

que sábado hontem a noite vindo elle respondente e seus companheiros Domingos, Raymundo Lazaro, Manuel comprar tabaco na taberna de Raymundo Cabeça que fica na travessa Senador Pinheiro de lá sahiram nove horas mais ou menos, em direção a uma festa que havia em casa de Estevam, e lá estiveram até terminar a festa quando sahiram todos em busca de sua casa e ao chegarem um pouco adiante em uma esquina alli viram um grupo onde tocavam violão e cantavam (PARÁ, 1912, f. 10).

A noite aparece revestida de um conjunto de elementos que desmistificam as ideias de recolhimento e tranquilidade. Sendo o dia demandando para o exercício dos ofícios que provinham sua subsistência, à noite, por outro lado, figura como o espaço disponível para reunir-se em momentos de sociabilidade e lazer, seja em casa de companheiros e conhecidos, seja em botequins e tavernas. Observa-se que somente nestes Autos Criminais são feitas referências a dois destes momentos, primeiramente a reunião para “cantar modinhas” em frente à casa de Theodolino, e depois a festa de que os réus tomaram parte na casa de Estevam.

Maria Stella Bresciani, analisando o cotidiano da pobreza em Londres e Paris no século XIX, apresenta este outro ângulo da vida noturna:

É bem verdade que a chegada da noite, da “amável noite”, também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita no interior das casas. Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões em sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com

outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso da mesa de jogo (BRESCIANI, 1982, p. 13).

É interessante notar que figura nessas narrativas um dos principais símbolos erigidos na paisagem citadina enquanto materialização da “modernidade” idealizada para Bragança nas primeiras décadas do século XX, a Estação da Estrada de Ferro. A edificação se faz presente, tanto por meio da alusão ao lugar propriamente dito - este ficava próximo à casa de Theodolino, local onde se deu o ato delituoso-, quanto por meio da pessoa de um de seus guardas, responsáveis pela vigilância e manutenção da ordem naquele espaço.

Nas palavras de Aldair Batista Souza, a Estação “representava a presença do progresso que chegava ao povo no apito do trem, envolvendo os moradores da cidade, modificando seus costumes e hábitos” (2017, p. 83). No entanto, neste cenário, sua aparição vincula-se a acontecimentos que vão de encontro aos discursos de “civildade” e “ordem” difundidos. Sendo um ambiente marcado pela maciça circulação de pessoas em seu interior e adjacências, desvela-se um cotidiano onde estes momentos de sociabilidade marcam presença, relacionando-se, por sua vez, de maneira bastante tênue a episódios de violências e conflitos.

Os Autos crimes de ferimentos leves, datados de 1917, em que é réu João Moreira de Souza, transportam o leitor desse centro mais densamente ocupado da cidade de Bragança, para um povoado situado na Praia de Ajuruteua, a uma distância de aproximadamente 39 km.

João Moreira de Souza, cearense, de 29 anos de idade, pescador, não sabendo ler nem escrever, foi denunciado por agressão impetrada contra Ricardo Benedito Borges, casado, pescador, de 25 anos de idade, sabendo ler e escrever. O ato teria se dado no dia 22 de abril de 1917, em uma festa ocorrida na casa de Francisco Corrêa, pescador, solteiro, de 30 anos de idade, não sabendo ler nem escrever.

De acordo com a denúncia apresentada pela promotoria, e o depoimento das testemunhas arroladas nos autos, por volta das duas horas da manhã aproximadamente, Ricardo Borges convidou Constança Moreira, irmã do réu, para dançar. Diante da negativa de Constança, Ricardo teria ficado descontente, proferindo contra ela palavras ofensivas. Em decorrência disso, João Moreira de Souza confrontou o rapaz. Na ocasião, o réu teria se armado de um remo e tentado atacar a vítima, sendo, entretanto, impedido pelos presentes.

A agressão de que trata a denúncia ocorreu momentos depois, quando João Moreira de Souza recolheu-se para sua casa e retornou armado de uma navalha, instigando Ricardo Borges a um novo conflito. Nesse ínterim, teriam sido produzidos na vítima os ferimentos descritos no Auto de Corpo de delito.

Também nesta narrativa, a noite figura como o espaço de horas em que a comunidade se reúne na casa de algum conhecido, para momentos intitulados: “festas dansantes” (PARÁ, 1917a, f. 08) ou “brincadeiras dansantes” (PARÁ, 1917a, f.10).

O convite para se fazer presente advinha do próprio anfitrião, como se deu no caso de Ricardo Borges. Em depoimento proferido ao Subprefeito de Polícia no dia 24 de abril de 1917, a vítima alegou ter sido convidada por Francisco Corrêa naquele mesmo dia (PARÁ, 1917, f. 08). Assim como, também poderia vir de outros membros da comunidade que se dirigiam ao local, conforme se observa na fala proferida por João Moreira de Souza. O réu, inquirido pela mesma autoridade policial, alegou ter sido convidado a tomar parte na “festa dansante”, quando estava por volta das sete horas da noite, jogando brica na casa de seu cunhado, enquanto organizava sua rede de pesca, - o instrumento era necessário para a prática do ofício que exercia juntamente com seu pai. O convite fora lançado pelos vizinhos Gregório e Francisco Silvano, que na ocasião se dirigiam ao evento. João, ao aceitar, levou consigo a irmã Constança e a mãe (PARÁ, 1917a, f. 10).

Mais uma vez, em lugar do esperado silêncio, a escuridão noturna é irrompida pelo som das músicas que instigavam os convivas a dançarem por horas a fio. A presença de uma orquestra no ambiente é apontada no depoimento do réu.

O ato da dança, realizado em pares constituídos por um homem e uma mulher, é um elemento marcante nesse momento de socialização e lazer. Este poderia destinar-se simplesmente ao entretenimento dos indivíduos, como também representava uma zona de contato propícia para galanteios e flertes. Destarte, o acontecimento que provocou o atrito entre João Moreira de Souza e Ricardo Borges, é a reação do segundo diante da rejeição de Constança Moreira ao convite que lhe fizera para dançarem. Ricardo Borges, em seu depoimento alegou que:

Que no dia vinte e dois do corrente foi convidado por Francisco Corrêa para uma festa dansante em sua residência na praia de Ajurutuea onde o paciente também reside, lá compareceu as sete horas da noite, tendo dançado até as duas horas da manhã sem que consigo se passasse alguma; que mais tarde convidando Constança Sobral para dançar esta se recusou ao que o paciente sentindo-se aborrecido pela recusa de Constança disse palavras textuais: “Não sou pior que os outros” [...] (PARÁ, 1917a, f. 08. – 08v).

Os depoimentos que compõem estes autos criminais, trazem à tona o escalonamento de provocações e ofensas que se sucedem ao surgimento da rixa. Este processo, conforme aponta Chalhoub, antecede a deflagração da luta corporal que é matéria da denúncia, ao passo em que

desvela “o significado social do código machista de conduta que parece ser a linguagem norteadora do ajuste violento entre os homens” (CHALHOUB, 2012, p. 320).

Em seu depoimento, João Moreira de Souza busca demarcar a atitude afrontosa de Ricardo Borges, quando o questionou a respeito das palavras ofensivas direcionadas à sua irmã:

nesse inter terminou a parte que tocava a orchestra e respondente fazendo sentar a dama com quem dançava, dirigiu-se a Ricardo perguntando-lhe se de facto havia insultado sua irmã, no que Ricardo confirmou dizendo que repetia três vezes e até vinte se fosse preciso sendo advertido novamente pelo respondente, que ao terminar foi agarrado por Ricardo pelo pescoço do que conseguiu desvencilhar-se [...] (PARÁ, 1917a, f. 10v).

A terceira testemunha ouvida, Diocleciano Cecilio de Andrade, lavrador, casado, de trinta e seis anos de idade, não sabendo ler nem escrever, relata que:

pedio João Moreira explicações a Ricardo; que repetio a injuria que havia proferido; rezultando dahi o dennunciado dar um impurrão em Ricardo (PARÁ, 1917a, f. 27v).

O código de conduta machista a que Chalhoub (2012) faz referência, manifesta-se no dever assumido pelo réu de tomar satisfação junto a Ricardo Borges, diante das possíveis injúrias e ofensas direcionadas a Constança. Na ausência da figura paterna, cabia ao filho homem velar pela manutenção da honra da irmã junto à comunidade. Destarte, os depoimentos de Ricardo Borges e Diocleciano Cecilio de Andrade, trazem à tona a figura da mãe de Constança e João Moreira, que presenciando as injúrias, dirige-se ao filho cobrando dele uma atitude. De acordo com a vítima, a cena procedeu-se da seguinte maneira:

nesse inter a Mãe de João Moreira que também é mãe de Constança, chama por João que se achava dançando perguntalhe o que fasia com aquelle caboclo ladrão (...) (PARÁ, 1917a, f. 8v).

A petulância do réu, quando confrontado, decerto representou um duro golpe à masculinidade de João Moreira de Souza. Diante disso, o confronto corporal aflorou como mecanismo de afirmação. Entretanto, a primeira tentativa de “acerto de contas” é interrompida pela intervenção dos demais indivíduos ali presentes, vindo a se consolidar posteriormente, quando o réu retornou de sua residência armado de uma gilete.

Como dimensão da vida em sociedade, é notório como também nestas ocasiões voltadas para a sociabilidade e lazer se manifestam os códigos de conduta, papéis sociais de gênero e valores morais sob as quais esta sociedade estava assentada.

Devoção e diversão: a simbiose entre o “sagrado” e o “profano”

No interior, nas vilas e povoados que compõe o território sob a qual se estendia a jurisdição da Comarca de Bragança-PA, uma outra face desses momentos de sociabilidade e lazer é caracterizada pela presença de rituais de devoção, que no geral têm como figura central o culto a São Benedito.² Estas ocasiões são marcadas por três momentos nas narrativas dos autos criminais.

Primeiramente, a “reza” propriamente dita. Quando estes episódios se sucedem nas casas de populares, mencionam-se quase sempre ladainhas em agradecimento a algum benefício alcançado, ou por ocasião da visita da imagem de São Benedito aquela residência. Finalizados os ritos religiosos propriamente ditos, têm-se a festa, regada a cantos, danças e álcool, que se estende até altas horas da madrugada ou até o dia amanhecer. E por último, quando os ânimos se exaltam, o estopim do conflito entre alguns dos presentes. Este é concluído com a fuga ou prisão do agressor, após alguém ser ferido.

No processo crime datado de 1917, em que é réu João de Deus Rayol, lavrador, solteiro, de 21 anos de idade, não sabendo ler nem escrever, este momento de sociabilidade é descrito. A matéria da denúncia diz respeito a agressão sofrida por Evaristo Antonio da Cunha, lavrador, solteiro de 18 anos de idade, não sabendo ler nem escrever, na madrugada do dia 27 de setembro, no lugar denominado “Centro do Cacoal”:

Realizada uma festa, pelo motivo de trazer para sua casa a imagem de São Benedito, no lugar denominado centro do cacoal, o cidadão Apollinario José Furtado, comessada as danças complementares e já por volta de uma hora da madrugada, no terreno da casa atacaram se em luta corporal o denunciado Raiol e Evaristo Antonio da Cunha, dando em resultado sahir da dita luta o referido Evaristo ferido pela faca da qual se achava armado o aludido Raiol, sendo nesta ocasião preso (PARÁ, 1917b, f. 2).

Nos depoimentos das testemunhas que estavam presentes na casa de Apollinário, as “diversões dançantes” e o grande agrupamento de populares que estas congregavam, aparecem como pano de fundo para a descrição do conflito. Geraldo da Cunha Lisboa, lavrador, casado, de 31 anos de idade, sabendo ler e escrever descreve:

Que tendo sido convidado por Apollinário José Furtado, para ir em sua caza na noite de vinte e seis do corrente, a fim de tomar parte em uma diversão dançante e a uma hora da madrugada mais ou menos, ouviu dizer por algumas pessoas que João de Deus Rayol estava brigando com Evaristo Antonio da Cunha, e a poucos minutos mais ouviu Evaristo estar dizendo que João de

²A devoção a São Benedito constitui-se uma das principais marcas identitárias da cultura bragantina. Advinda de uma tradição originada pelos negros que viviam na região sob o julgo da escravidão, tem como ápice a Festa da Marujada, cujas primórdios remontam ao século XVIII. Ver: ROSÁRIO, 2000.

Deus Raiol o tinha esfaqueado, como de facto vio Evaristo banhando em sangue, e Raymundo Pereira Caxias convidou-me para ir prender o criminoso, como de facto o prendemos, sendo nessa ocasião auxiliado por Apolinário José Furtado, além de mais populares que ali se encontravam (PARÁ, 1917b, f. 6v).

Todas as testemunhas iniciam suas narrativas afirmando que haviam sido previamente convidadas por Apollinário José Furtado para participar das celebrações que se dariam em sua casa na noite do dia 26, com exceção é claro do próprio. Ao que tudo indica, a estadia da imagem de São Benedito naquela residência era momento de grande estima para a família junto a seus pares. Na ocasião, esta associava-se a vizinhos e conhecidos para a realização dos ritos devocionais. Em seguida, todos os presentes tomavam parte na “diversão dançante” realizada no terreiro. Este momento se estendia até altas horas da madrugada, ou até a aurora. Aparentemente as narrativas encontradas nestes autos fazem menção ao rito da Esmolação, descrito por Ubiratan Rosário como o momento:

durante o qual os promesseiros em cada lugar do mundo caeteuara abrem suas portas para receber a “comissão” dos foliões e rezadores que dormem nas casas para fazer a Ladainha, bem como a Alvorada, antes de seguir para outras casas de promesseiros (ROSÁRIO, 2000, p. 210).

Desnuda-se nas entrelinhas do processo criminal, uma dimensão característica desta devoção popular, a imbricada relação existente entre o “sagrado”, representado pelo primeiro momento voltado ao ofício religioso, e o “profano”, a parte cultural marcada por cantos e danças que se desenrola logo depois. No cotidiano destes indivíduos estas duas facetas não se localizam em pólos opostos, pelo contrário, estão intimamente ligadas em uma relação de simbiose. O já citado autor ao analisar o tradicional “Arraial”, enquanto signo circunscrito nesta complexa relação sagrado-profano disserta:

O Arraial, como símbolo, signo do “profano”, sempre reuniu significativamente o conjunto sagrado- profano na medida em que o profano, como diferenciação do sagrado, não se apresenta aí jamais como “oposição ao religioso”, antes como complemento mundano permitido, visto que o Arraial, na linguagem brasileira, especialmente amazônica, é o lugar que cria o momento do folgueado, da diversão, do namoro, este muitas vezes tímido na sua forma inicial, porque objetivando o casamento perante o altar (ROSÁRIO, 2000, p. 192).

Entre garrafas e botequins: o consumo de bebidas alcólicas

Neste ínterim, é indispensável atentar-se ainda para outro elemento que se mostra praticamente uma constante nestes episódios, o consumo de álcool. No processo anteriormente trabalhado, em que figura como ofendido Roberto José da Silva, a menção ao consumo de

bebidas alcóolicas ou a um estado de embriaguez só figura no depoimento de Francisco Alves Pereira:

E sendo inquerido disse que no dia e hora a que se refere a denuncia achava-se a testemunha Benedicto Mescolitto e Annibal de Souza junto a casa de Antonio Theodolino tocando em um violão quando delles aproximou-se o offendido Roberto, que vinha bastante alcoolizado conservando-se em pé, junto delles; que nisto em direção a elles vindo de uma festa aproximaram-se os acusados que, ao enfrentarem Roberto, que nessa ocasião depois de já estar sentado, levantou-se, deram-lhe diversas cacetadas, sendo que, logo a primeira dada pelo accusado Domingos, foi Roberto atirado ao chão, que a testemunha interveio pedindo que não fizessem aquillo, retirando-se imediatamente com os seus companheiros e vendo os acusados seguirem depois em sentido opposto, ficando ainda o accusado sobre o chão, digo, ficando ainda o offendido sobre o chão (PARÁ, 1912, f. 19).

No que tange aos demais personagens dessa trama, é possível que grande parte também tenha consumido bebidas alcoólicas naquela noite, principalmente Domingos Antonio da Silva, Ignácio Pereira de Souza e seu grupo de amigos que vinham de uma festa. Porém, a opção por camuflar este fato está intimamente relacionada à necessidade de atribuir valor a seus depoimentos, pois, neste contexto, o consumo recorrente destas bebidas e o estado de embriaguez, é marcado por um conjunto de estigmas frente ao olhar de autoridades policiais e judiciárias.

Já nos autos crimes que fazem menção a briga ocorrida na casa de Apollinário José Furtado, o consumo excessivo de bebidas alcóolicas é apontado pelo próprio réu, ao narrar os acontecimentos que se passaram antes de sua chegada a celebração:

Que sabendo que ia ficar a imagem em caza de Apollinario José Furtado, e que nessa occazião tinha de haver lá uma diversão dansante, na espera dessa diversão, as seis horas da tarde foi na caza commercial de Joaquim Ferreira, e ahi comprou uma quantidade de caxaça e bebeu tudo, chegando mais adiante ao engenho de Antonio Gregorio, comprou três quartilhas de garapa azeda e bebeu tudo de uma so vez, seguindo para a caza de Apollinario José Furtado ahi chegando as oito horas da noite mais ou menos, foi tomar banho em um rio perto da caza (PARÁ, 1917b, f. 7).

A ênfase no consumo de álcool faz parte da estratégia de João de Deus Rayol para se ver livre das acusações. Seu argumento é de que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, antes e durante a diversão na casa de Apollinário, resultou em uma perda momentânea da razão. De modo que, ao voltar a si somente às quatro horas da madrugada quando já estava detido, não tinha consciência ou lembrança da briga em que se envolvera.

O instrumento jurídico evocado neste argumento diz respeito ao §4º do artigo 27 do Código Penal de 1890:

Art. 27. Não são criminosos:

[...]

§ 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime (BRASIL, 1890).

A justificativa é acatada, demonstrando que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas pode atuar, a depender das especificidades do processo penal, em duas vertentes distintas. Uma absolutória, quando o estado de embriaguez significa a perda da consciência de suas ações, e outra condenatória, quando o estado de embriaguez é utilizado como indício da “degeneração” moral do réu.

João de Deus Rayol, é apontado no processo como aquele que “reside ha quatro annos no centro do “Cacoal” com conducta regular” (PARÁ, 1917b, f. 23v). Logo, a segunda vertente torna-se mais plausível aos olhos do Tribunal, que em 28 de março de 1917, profere o seguinte veredito:

Vistos, relatados e discutidos os autos:

Accordão em conferencia publica, absolver, como absolvem, o réu João de Deus Rayol da accusação que lhe foi intentada, por quanto no acto de cometter o crimme que lhe imputa a dennuncia de folhas, se achava, como disseram as testemunhas em estado de completa perturbação de sentidos e de intelligencia o que importa na irresponsabilidade do delinquente (Código Penal, art. 27, §4º) (PARÁ, 1917b, f. 28).

O consumo de bebidas alcoólicas, sobretudo a cachaça, cristaliza-se como presença marcante no cotidiano desses sujeitos, principalmente em momentos de sociabilidade voltados para o lazer e a diversão. Ao discorrer sobre a relação entre álcool, lazer e sociabilidade, Elias aduz:

É bastante mais provável que as pessoas bebam acompanhadas porque pela depressão dos centros inibidores do cérebro facilita-se a estimulação amigável recíproca, a um nível relativamente elevado de emotividade, que é a essência da sociabilidade do lazer. Um copo ou dois favorecem a perda relativamente rápida da habitual armadura de restrições profundamente encravadas e, assim, a abertura a uma divertida excitação mútua que serve de contraponto à relativa solidão do indivíduo e às suas obrigações e rotinas, verificadas nas esferas de não lazer, incluindo as da vida familiar (ELIAS, 1992, p. 182).

Quatro anos antes, em uma tentativa de enrijecer seus mecanismos de controle sobre os espaços de comercialização destas bebidas, a municipalidade promulgou a Lei nº 92 de 26 de abril de 1913, do Código de Polícia Municipal. O diploma legal estabelecia: “os botequins que não sejam de hotéis ou pensões a serem obrigados a fechar as nove (09h00min) horas da noite,

do mesmo modo aos domingos e feriados até ao meio dia, só podendo abrir no dia seguinte” (BRAGANÇA apud SOUZA, 2017, p. 92).

Convém destacar no texto da referida lei, que a proibição não se estende a todos os botequins. Aqueles localizados em hotéis e pensões, possivelmente frequentados por homens de grupos mais abastados, são deixados de fora das medidas punitivas. Fica deste modo nítido que a lógica desta legislação perpassa a repressão aos espaços de sociabilidade frequentados pelas camadas populares. Estes eram vistos por autoridades como ambientes “perniciosos”, logo, focos de “desordens” e “arruaças”. Neste mesmo raciocínio, o consumo de álcool se torna nocivo e prejudicial somente quando visualizado entres estes sujeitos.

Chalhoub (2012), ao analisar este movimento a partir da repressão aos quiosques e botequins na cidade do Rio de Janeiro, aponta-o como um dos mecanismos implementados pelas autoridades cariocas, para impor aos trabalhadores hábitos de trabalho que melhor condizem com os padrões capitalistas de produção. Esta operação é caracterizada pela estigmatização destes espaços e dos indivíduos que o frequentavam:

A associação do espaço fundamental do lazer destes homens com rótulos estigmatizantes do tipo “desordeiros” e “vadios” é sintomática e reveladora. Esse tipo de associação revela mais uma vez o projeto de vida que a jovem República trazia para esses homens: aos chamá-los de “desordeiros” e “vadios”, enfatizando-se novamente queurgia transformá-los em “morigerados” e “trabalhadores”. Mas aqui se revela também algo que talvez se desejasse ocultar: a tentativa de imposição de hábitos de trabalho compatíveis com os desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão (CHALHOUB, 2012, p. 257).

Partindo de uma perspectiva thompsoniana (THOMPSON, 1998) de que a lei nunca antecede o ato que coíbe, pode-se afirmar que a necessidade de implementar uma legislação, que vise estabelecer o controle sobre estes espaços frequentados por sujeitos oriundos das camadas populares, demonstra a ampla popularidade destes lugares e dos produtos ali comercializados. Isto, sobretudo, durante a noite, período do qual trata o texto da legislação. No entanto, conforme também demonstra o referido autor, a tentativa de imposição dos princípios de uma legislação não significa sua anuência por toda a comunidade, principalmente quando estes vão de encontro a elementos constitutivos de suas práticas culturais.

Em Bragança, a pretensão a um controle mais efetivo sobre estes lugares e hábitos malquistos pelas classes dominantes, era ainda mais frágil nas diversas vilas e povoados que mesmo estando circunscritas dentro de sua jurisdição, localizam-se mais afastadas do centro de poder. Deste modo, em 1917, Pio Angelo de Britto, solteiro, lavrador, de 19 anos de idade,

sabendo ler e escrever, réu em um processo crime de ferimento leve, cujo ato delituoso deu-se em um botequim em frente à Igreja da Vila de Urumajó,³ narra:

Que estando no botequim de Benedicto Tavares, por ocasião da resa de São Benedito que se esta celebrando nesta Villa, as nove horas da noite mais ou menos, de hontem tomou cachaxa com Luiz Fortado, sahindo Luiz primeiro para o largo, sahindo elle accusado depois, com espaço de meia hora, e ao passar por Luiz no largo, ouviu uma voz que tratava em seu nome em seguida a esses dizeres voltou-se elle respondente para o lado de Luiz e este deu-lhe um baque no peito, ao que o respondente deu-lhe tambem outro baque, resultando sahir Luiz ferido no ante braço esquerdo. O qual ferimento dizem ser o respondente o autor (PARÁ, 1917c, f. 7v-8).

A priori, salta aos olhos novamente a associação discutida entre o “sagrado” e o “profano”. Estas dimensões da devoção popular, são representadas neste caso pela Igreja da Vila, local em que se dava a celebração em honra a São Benedito, e o botequim de Benedicto Tavares, que se localizava bem em frente ao templo. Esta justaposição traz consigo uma representação simbólica de como estes dois espaços estavam circunscritos de maneira muito próxima no cotidiano destes sujeitos.

Contudo, um outro ponto há de ser elencado nesta narrativa. Estando a citada lei vigente, o botequim não teria autorização legal para funcionar naquele horário, visto já serem por volta de nove horas da noite. No entanto, ao que tudo indica, seria para seu interior e adjacências que se dirigiriam os indivíduos, sobretudo aqueles do gênero masculino, quando fossem concluídas as orações recitadas na Igreja. Este episódio demonstra a resistência de hábitos populares, tidos por autoridades como “incivilizados”, “perniciosos” e “devassos”, frente a determinados mecanismos de controle e repressão.

Partindo de seu campo de análise, a Inglaterra do século XVIII, Thompson afirma que:

A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece na prece das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um (THOMPSON, 1998, p. 19).

Aqui, em uma analogia simbólica construída a partir do caso em estudo, a lei, enquanto signo de uma ideologia dominante, não conseguiu penetrar no botequim de Benedicto Tavares, frequentado por lavradores, como Pio Angello de Brito ou Luiz Furtado. Revelando-se, deste modo, a autonomia destes segmentos populares, que nem sempre estavam dispostos a assimilar

³ Localizada a 39,7 Km de Bragança-PA, em 1961 foi elevada à categoria de município sob o topônimo de Augusto Corrêa. Fonte: IBGE

em suas práticas cotidianas, princípios de uma moral dominante, mesmo quando estes materializam-se em leis.

Considerações Finais

Arlette Farge afirma que ao lidar com registros oriundos do Poder Judiciário, é preciso “aprender a captar essas explosões de vida, intensas e contraditórias, violentas e sempre complexas, para delas tirar o máximo de sentido” (2009, p. 79). Essas explosões foram desveladas neste artigo a partir da análise das narrativas contidas em quatro processos crime de ferimentos leves, localizados no acervo arquivístico histórico da Comarca de Bragança-PA.

A um olhar desatento, os relatos apresentados fazem menção tão somente a episódios corriqueiros de querelas e conflitos entre populares, quase sempre embriagados. Porém, quando abstraídos em sua profundidade, emergem todo um conjunto de elementos constitutivos do cotidiano dos segmentos populares que habitaram os múltiplos espaços que compunham a Comarca de Bragança-PA, na segunda década do século XX. No tocante a esse trabalho, foram destacados momentos de sociabilidade e lazer, que são reveladores das vivências em espaços como botequins, tavernas, igrejas ou simplesmente, a residência de algum conhecido. Tais reuniões compreendiam, rodas para ouvir “modinhas” sob o toque do violão, “festas e diversões dansantes” e celebrações destinadas a louvação do “Santo preto”, em que o “sagrado” e o “profano” constituem imbricadas dimensões de uma devoção popular centenária.

Fontes

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. [S.l.]: **Presidência da República**, 1890, não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htmimpressao.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Comarca de Bragança. **Autos crimmes de ferimentos leves**. Autor: Ministério Público. Réus: Domingos Antonio da Silva e Ignácio Pereira de Souza.1912.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Comarca de Bragança. **Autos crimmes de ferimentos leves**. Autor: Ministério Público. Réu: João Moreira de Souza. 1917a.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Comarca de Bragança. **Autos crimmes de ferimentos leves**. Autor: Ministério Público. Réu: João de Deus Rayol.1917b.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Comarca de Bragança. **Autos crimmes de ferimentos leves**. Autor: Ministério Público. Réu: Pio Angelo de Britto.1917c.

Referências Bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CORBIN, Alain. A história dos tempos livres. In: CORBIN, Alain (Ed.). **História dos**

COSTA, Magda Nazaré Pereira da. O ACERVO HISTÓRICO DA COMARCA DE BRAGANÇA: preservação documental e memórias do poder judiciário do Pará. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 4, n. 2, set. 2020. p. 375-397, 2020. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/399>. Acesso em 01/04/2021.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da; MIRANDA, Filipe de Sousa. Os documentos de arquivo e o direito à memória coletiva e a identidade: uma reflexão preliminar acerca das medidas implementadas junto ao acervo permanente do Fórum da Comarca de Bragança-PA visando sua preservação. **Manduarisawa-Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM**. Manaus, v. 4, n. 1, ago. 2020. p. 60-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/issue/view/405>. Acesso em 01/04/2021.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. Tradução Luis Carlos Borges. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1, n. 21, set 90 - fev 91, p. 9-20.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 119-139.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. Ao apito do trem: uma história da extinta estrada de ferro de Bragança. In: SARQUIS, Giovanni Blanco. **Estrada de ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural**. Belém: IPHAN, 2017, p.111 - 125.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Saga do Caeté: Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônica da Marujada, Zona Bragantina**. Pará. Belém: CEJUP, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2017.

SOUZA, Aldair Batista. Controlar e reprimir: a criminalidade em Bragança-PA no início do século XX. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, ago. 2017. p.81-96, 2017.

tempos livres: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001. p. 5-18.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**“Segurança alimentar, proteção familiar e pensando no futuro do nosso planeta”:
Narrativas de produtores agroecológicos na cidade de Pelotas e Canguçu no contexto de
pandemia¹**

Lais Schillim da Silva,² UFPel

Resumo

O presente trabalho busca entender os motivos que levam produtores rurais a adotarem a produção agroecológica, tendo seu recorte geográfico nas cidades de Pelotas e Canguçu. Realizando uma breve contextualização histórica sobre a agricultura com viés capitalista, indica a insuficiência do modelo pautado no agronegócio e sua contribuição na disseminação da pandemia de COVID-19. Por meio da análise das entrevistas de história oral temática, traz depoimentos de produtores ecológicos, que relatam as mudanças positivas que acompanham esse modo de produção. Procura apontar a necessidade da construção de estudos mais democráticos sobre agricultura, que enfatizem as vivências de produtores e suas demandas sociais, alimentares e ambientais.

Palavras-chave: Agricultura; Agroecologia; História Oral; Pandemia; Agronegócio.

Abstract

The present article aims to understand the reasons that lead rural producers in the cities of Pelotas and Canguçu to adopt an agroecological way of production. A brief historical contextualization about agriculture with capitalist bias was carried out. It indicates the insufficiency of the model based on agribusiness and its contribution to the dissemination of the COVID-19 pandemic. The analysis of thematic oral history interviews enabled the ecological producers to report the positive changes that accompany this mode of production. The research seeks to point out the need to build more democratic studies about agriculture that emphasizes the experiences of producers and their social, food, and environmental demands.

Keywords: Agriculture; Agroecology; Oral History; Pandemic; Agribusiness.

Introdução

A agricultura ao longo da história recebe diversas apropriações. A forma como o solo é manejado dialoga com transformações e adaptações dos ideais de cada sociedade. O período que concerne às mudanças que permanecem presentes na forma contemporânea de agricultura, remonta ao que conhecemos como Revolução Verde que incorpora ao campo as inovações químicas e tecnológicas advindas da Segunda Guerra Mundial. As resoluções capitalistas de uma sociedade pautada na industrialização viam a agricultura intensiva como fundamental na obtenção de “[...] alimentos para a mão-de-obra necessária ao setor urbano-industrial que se

¹ Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso: SILVA, L. S. “**O trabalho com a natureza é puxado, mas compensa**”: Narrativas de produtores agroecológicos na cidade de Pelotas e Canguçu. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas.

consolidava” (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 70). Para alcançar uma alta produtividade, os agroquímicos entram como fator fundamental para o sucesso dessa empreitada. O químico Justus Von Liebig estipula a chamada “lei do mínimo” que possibilita calcular os nutrientes minerais dos quais as plantas necessitam para acelerar o seu crescimento. Os ciclos de plantio acabam sendo foco dessas tecnologias que visam sua superação, mediante de alta adição de produtos químicos. Com essa nova forma de produção, busca-se incorporar ao senso comum que os recursos naturais poderiam ser livremente extraídos, sendo a tecnologia capaz de suprimir os efeitos negativos ao meio ambiente (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 70).

A principal premissa que ampliou a aceitação desse modelo foi pautada na solução da fome mundial, pois com a alta produtividade proporcionada pelos agroquímicos, haveria uma maior disponibilidade alimentar. De fato, nos anos seguintes à implementação das monoculturas, houve crescimento. Os anos de 1950 e 1984 presenciaram um aumento de 40% na disponibilidade alimentar de cada habitante (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 70). Resultados que logo foram acompanhados por alterações climáticas que até então não haviam causado preocupação. Em 1985, o declínio na produção, acompanhado pelos novos problemas ambientais já indicavam a insuficiência das monoculturas. Em 1970, surge a agroecologia como forma de estabelecer base científica de enfrentamento aos danos causados pela agricultura convencional. Por intermédio dela, debates pautados no êxodo rural ganham espaço, devido à incapacidade de pequenos produtores se adaptarem aos avanços tecnológicos exigidos pelo mercado capitalista. Mesmo com o advento da agroecologia e com o reconhecimento da existência de práticas sustentáveis de cultivo do solo, a regra geral da agricultura moderna ainda é pautada nas crenças do modelo agroquímico. A emergência das discussões sobre segurança alimentar, frente ao contexto pandêmico, alertam para a urgência de direcionar nosso olhar aos depoimentos de pequenos agricultores, que há anos realizam o cultivo dos alimentos.

Agronegócio e COVID-19

A hegemonia do agronegócio é alcançada contando com alguns fatores essenciais para sua continuidade. Por meio de estudos enfocando o caráter dos investimentos realizados no setor, percebe-se que o estado destinou em 2014/2015 no Plano Agrícola e Pecuário o total de R \$156,1 bilhões em financiamento, já para a agricultura familiar foram destinados R \$24,1 bilhões (CHÃ, 2018). Esses valores desiguais acabam por demonstrar que o setor recebe investimentos públicos visando seu crescimento. As grandes empresas multinacionais por trás das monoculturas transformam o capital acumulado em poderes políticos, assim os possíveis

percalços são contabilizados nos investimentos públicos realizados no setor (WALLACE, 2020). E quais seriam esses percalços?

Ao implantarem monoculturas, os agroecossistemas são profundamente afetados por essa simplificação da produção. Em outras palavras, a diversificação de cultivos é essencial para a existência de um meio ambiente saudável (PASCHOAL, 2019). O agronegócio causa um esgotamento dos recursos naturais disponíveis em cada área, no entanto, possui o capital e a tecnologia necessários para implantar novos tipos de cultivos, importando sementes e plantas de outros países. Ao introduzir essas novas plantações, força o pequeno produtor a se equiparar tecnologicamente ao seu modelo. Já que junto com essas introduções ocorrem novas pragas, que demandam novos produtos químicos para serem eliminadas (PASCHOAL, 2019). É de conhecimento científico que o aditivo de agrotóxicos em alimentos vem causando constante crescimento de problemas de saúde em quem consome estes produtos (HIGASHI, 2002). Se contabilizados os danos ambientais e sociais que são causados pelo modelo industrial de cultivo do solo, o setor não conseguiria sair da situação com margem de lucro (WALLACE, 2020).

Com a promessa de solucionar o problema da fome, em uma sociedade cada vez mais populosa, o agronegócio investiu em propagar sua (falsa) imagem ecológica (CHÃ, 2018). O chamado “Capitalismo Verde” vem investindo na capacidade de sustentabilidade e solução dos problemas alimentares presentes no agronegócio. De 1985 até 2019, o Brasil sofreu uma perda de 10,25% de seu território nacional, sendo o setor da agropecuária responsável por 90% do total.³ Além desses danos, as pequenas propriedades do entorno também sofrem as consequências desse modelo, seja nos casos de contaminação indireta de suas águas e plantações, ou pela necessidade de adequação às formas de produção. Quando uma semente geneticamente modificada é inserida no mercado, junto dela são necessários para seu cultivo inúmeros agrotóxicos, visando seu crescimento e posterior manutenção das plantações (PASCHOAL, 2019). É impossível ao pequeno produtor a adequação constante às novas tecnologias, o que acaba causando um empobrecimento rural.

A alta produtividade do setor é direcionada visando manter um “papel de provedor de commodities agrícolas e de outros produtos provenientes do campo para exportação [...] esse continua a ser o lugar reservado ao Brasil [...]” (CHÃ, 2018, p. 42). Ou seja, a produção brasileira de alimentos enfoca a manutenção da condição periférica de um país agroexportador, em processo de rápida desindustrialização, pautado em relações de dominação colonial. Nos anos de 2017-2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,3

³ Fonte: Map Biomas Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/> Acessado em: 06/10/2020.

milhões de pessoas vivenciaram uma severa privação de alimentos, de 68,9 milhões de domicílios brasileiros, 36.7% se enquadraram em graus de insegurança alimentar, no total esses dados atingem 84,9 milhões de indivíduos.⁴ Logo, a principal premissa utilizada pelo agronegócio, a solução da fome, anos após a implantação de monoculturas ao redor do globo, ainda se encontra como problema não resolvido, e em estado de agravamento.

E no tocante à pandemia de COVID-19, o papel de colaborador do agronegócio acaba por marcar seu lugar. O modelo industrial de cultivo de alimentos e os desequilíbrios ambientais causados pelas fábricas de aves, bovinos, suínos e a piscicultura são extensões desse sistema. A partir da globalização dos produtos e da maior escala de produção, o transporte de animais (vivos ou mortos) através de grandes distâncias cria locais de interação de patógenos e ambientes favoráveis à disseminação de doenças (WALLACE, 2020). Além disso, as vastas quantidades de territórios que a criação de animais confinados demanda, causam o desmatamento e a perda de *habitats* naturais de animais selvagens. Logo, as barreiras naturais no controle de vírus em potencial são perdidas, e novamente criam-se zonas de interação, com animais selvagens acabando por adentrar as áreas onde se encontram animais confinados (WALLACE, 2020). O impacto social destes acontecimentos deve ser levado em consideração, já que a cada introdução de novas indústrias – sejam elas monoculturas ou grandes fábricas – redesenham os ambientes de populações que veem suas relações sociais serem desmanteladas. Desse modo, aqueles que perdem seus direitos sociais e trabalhistas passam a constituir nichos de pobreza, com indivíduos suscetíveis a contrair doenças, não conseguindo respaldo de um sistema de saúde igualmente precarizado (WALLACE, 2020).

O trabalho não pretende se alongar no que tange os efeitos danosos do agronegócio, sendo o objetivo apenas demonstrar algumas das falhas presentes neste sistema. A insustentabilidade que acompanha nossa forma de cultivo do solo se mostra nas formas de produção pautadas em uma lógica predatória dos recursos naturais, sendo tudo transformado em mercadoria e na destruição dos direitos sociais dos trabalhadores. (ANTUNES, 2000).

Agroecologia e História Oral

A agroecologia, como forma de cultivo do solo, não se extingue quando as monoculturas são implantadas como regra. Portanto, a conotação científica dada ao termo ocorre a partir dos anos 70 (HECHT, 1989). É de suma importância enfatizar que a prática agroecológica vai muito além da não utilização de agrotóxicos ou químicos durante o processo de cultivo (CAPORAL;

⁴ Fonte: IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> Acessado em: 06/10/2020.

COSTABENDER, 2004). A agroecologia busca resgatar conhecimentos que são descartados pela agricultura moderna, e utiliza ciência e tecnologia para criar agroecossistemas que sejam o mais semelhantes aos ecossistemas naturais (GLIESSMAN *apud* ASSIS; ROMEIRO, 2002). Ou seja, a apropriação dos conceitos e adequação do sistema capitalista, para com o produzir ecológico não se materializaram na solução do problema central. Alguns passos devem ser tomados para que se superem as desigualdades sociais no campo, e uma adequação do agronegócio ao produzir ecológico continuaria a causar danos ambientais. O fazer agroecológico deve ir a fundo nos processos de produção, adentrando nas etapas de circulação das mercadorias e dando continuidade a um processo de mudança dos mecanismos de exploração social, que são características de uma sociedade em que as transações são mediadas por valores mercadológicos de troca (SEVILLA GUZMÁN, et al 2000).

A prática da agricultura é parte de um processo social, que integra sistemas econômicos. Logo, um enfoque que somente leve em consideração uma troca de base técnica da agricultura, levará ao surgimento de novas relações sociais ou a um novo tipo de relação entre humanidade e meio ambiente (COSTABENDER et al., 2009). Portanto, deve recair sobre as experiências de pequenos produtores rurais a busca por alternativas mais eficientes. Utilizando-se de vivências de agricultores ecológicos, elaborar propostas de ações sociais coletivas, que enfatizam a lógica predatória do modelo agroindustrial que vem se mantendo hegemônico, se mostra essencial. Somente desta maneira, a construção de uma agricultura socialmente justa, e economicamente viável pode ser pensada nos moldes ecologicamente apropriados (GUZMÁN CASADO et al., *apud* SEVILLA GUZMÁN, 2002).

É essencial que saberes populares se aliem a interdisciplinaridade para que sejam o guia da agroecologia, criando uma ampla esfera de análise, consolidando uma “base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (a cultura dos homens em coevolução com o meio ambiente)” (CAPORAL; COSTABENDER, 2004 p. 17). Logo, pensar a história oral como ferramenta de análise e colaboração para esse saber é de grande importância. De acordo com Meihy (2006), o objetivo da história oral é a transformação, não imediata, mas presente em cada etapa de elaboração do projeto. Todas essas etapas devem se comprometer com a mudança.

O uso de fontes orais suscitou debates sobre seu caráter de fonte histórica e teórico metodológica, sendo inúmeras as produções sobre o assunto (ALBERTI, 1996). O uso das fontes orais, seguido de rigorosos métodos de análise e crítica documental, instiga o pesquisador

a ir além das simplicidades históricas de um acontecimento, alcançando também a memória destes (ALBERTI, 1996).

Ou seja, a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. [...] E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes (ALBERTI, 1996, p. 9).

Em concordância com Alberti, Meihy (2006) reitera que o campo da história oral está sempre em constante avaliação. No mesmo texto o autor coloca que o futuro do campo é incerto, por isso devemos guiar possíveis reformulações no âmbito das pesquisas, valorizando o saber universitário e integração desse saber na prática social. O presente trabalho se desenvolve em um contexto pandêmico, em que as entrevistas foram realizadas a distância. Sendo assim, as discussões acerca das possibilidades da prática da história oral ganham nova dimensão, agora com seu enfoque direcionado para o âmbito das entrevistas *online*. O papel da *internet*, assim como suas possibilidades, limites de uso e seus impactos na pesquisa científica já eram motivos de discussão no campo.

Alguns pontos vêm sendo destacados sobre as vantagens das entrevistas a distância, como a diminuição dos valores necessários na realização de entrevistas que englobam diversos espaços geográficos distantes uns dos outros e as modificações nas relações culturais e sociais que a tecnologia implica (SANTIAGO & MAGALHÃES, 2020). Esses pontos não anulam a necessidade de crítica deste método, por continuar sendo excludente com aqueles cuja *internet* ainda não é uma realidade. Mas é importante que permeiem nas discussões acadêmicas as alterações que ocorrem com o advento de uma sociedade tecnológica e suas implicações nas pesquisas, já que “mudanças tecnológicas reorientam hábitos, costumes e práticas medulares para a comunicação humana [...]” (SANTIAGO & MAGALHÃES, 2020, p. 5). Essas observações devem nos incitar a repensar os significados de ausência e presença, que ganham nova dimensão frente à pandemia de COVID-19, sendo que estas não estão necessariamente ligadas ao distanciamento corporal/físico (SANTIAGO & MAGALHÃES, 2020).

Em conclusão, valer-se da metodologia de história oral, dentro das disputas de poder que ocorrem no campo da agricultura, pode agir enfocando o caráter factual da memória. Ou seja, oferecendo possibilidades de investigar a memória não só onde ela se caracteriza como significado, mas onde é acontecimento e ação (ALBERTI, 1996). O recriar das práticas agroecológicas, que ocorre por intermédio da memória do que já foi, dialoga com o ato de relembrar presente nas entrevistas orais. É por meio destas lembranças que os produtores

resgatam sua cultura e entendem as modificações que ocorrem ao seu entorno, em suas comunidades e em suas propriedades. Os estudos que tratam dessa forma de convívio com o meio ambiente trazem junto de si o entendimento do valor atribuído às práticas de plantio e a saúde da terra. Preservar os espaços, questionando o presente a partir do relembrar do passado.

No que tange o presente trabalho, por meio de um roteiro básico com trinta e seis perguntas, cinco produtores foram entrevistados: Teodoro Wille Sobrinho, de 62 anos; Jair Ribeiro Xavier, de 42 anos; Edmilson Gil Oliveira, de 42 anos; Cléo de Aquino Ferreira, de 56 anos e Marino de Souza Nogueira, de 53 anos. Os entrevistados residem em Pelotas e Canguçu, logo o recorte geográfico do trabalho englobou estas duas regiões próximas, já que a comercialização de produtos advindos da agricultura se entrecruza. As questões propostas nas conversas com os agricultores buscaram compreender e responder ao objetivo do trabalho: o que os levou a optar pela agroecologia?

No primeiro momento, a intenção era realizar entrevistas de história oral de maneira presencial, no entanto devido à pandemia de COVID-19 não foi possível prosseguir com essa proposta. Sendo assim, as entrevistas *online* foram colocadas como opção junto dos produtores, que escolheram a melhor plataforma para a realização das perguntas. Optou-se pelo Google Forms e WhatsApp, locais que estavam mais familiarizados.

Narrativas de produtores

É importante frisar que todos estão inseridos em espaços vinculados essencialmente à agricultura e realizam o manejo ecológico do solo, colocando que as pragas não ameaçam suas plantações. Assim, constroem ecossistemas que se auxiliam, e o controle de espécies danosas é efetuado pelos seus predadores naturais, que conseguem se desenvolver a níveis suficientes para alcançar um equilíbrio ecossistêmico. A construção de ambientes em que a agricultura colabora com a natureza ao redor desmantela a justificativa para o uso de aditivos químicos, que agem destruindo insetos importantes para as plantações. Outros processos relatados são: reutilização de materiais orgânicos (compostagem), adubo de cama de aviário, introdução de sistemas agroflorestais⁵ e cultivo mínimo. Quando esses métodos são aplicados, a fertilização da terra não fica mais dependente de químicos, o que torna os processos de plantio mais autônomos e sustentáveis, sem perder a produtividade desejada.

⁵ De acordo com a EMBRAPA, Sistemas agroflorestais são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em determinados períodos promovendo assim melhorias ecológicas.

A satisfação financeira advinda da agroecologia é relatada pelos agricultores, sendo a qualidade de vida um fator constante nas conversas com os entrevistados. A expansão constante do agronegócio vem deixando sequelas irreparáveis no meio rural. Produtores endividados pela alta dos preços de insumos agrícolas ou expostos a agentes químicos vêm sendo levados ao limite de sua saúde, seja mental ou física.⁶ Já quando nos deparamos com os relatos daqueles que praticam a agroecologia, observamos outra forma de vida, que permite uma relação mais saudável entre aqueles que a praticam. Mediante segurança financeira e alimentar, essa alternativa é essencial para a sobrevivência da agricultura.

Ao serem questionados sobre uma possível alteração no consumo, visto que suas produções seguiam padrões mais saudáveis, os produtores afirmam que já não é possível apenas produzir, a escolha chega ao consumo familiar. Assim, acabam consumindo de outros produtores orgânicos, expandindo suas relações de consumo, pautando-as em uma rede de apoio, ampliando a consciência ambiental e tornando este um estilo de vida, outra maneira de exercício de sua cidadania.

Com sua esposa e filha, Teodoro Wille Sobrinho, produtor de alimentos há 50 anos, reside em Canguçu. Sendo filho de produtores rurais, conta que passou por grandes dificuldades no início da sua comercialização, mas que chegou onde almejava, com muita perseverança. Sentindo a necessidade “de produzir um alimento limpo e ter uma qualidade de vida melhor” (SILVA, 2020, p. 26) optou pela produção agroecológica. Muitos produtores acabam optando pelo abandono do uso de agrotóxico devido às complicações de saúde causadas por estes. A preocupação de quem consome vem alertando os cientistas, pois já é de conhecimento que a exposição ou ingestão prolongada das substâncias contidas nesses produtos podem causar desde câncer até outras doenças. Segundo estudo realizado pelo médico Higashi (2002), que acompanhou 124 pacientes, concluiu que em 100% dos indivíduos havia algum tipo de químico. Em concomitância com este estudo, o pesquisador Stertz (2004) relata que os hormônios, anabolizantes e antibióticos que são utilizados na criação de animais em confinamento e demais compostos químicos utilizados na agricultura, agem transformando a estrutura e os componentes nutricionais dos alimentos.

No Brasil, é obrigação dos Estados e Distritos regulamentar o consumo, os usos e a comercialização de agrotóxicos, previsto na lei N° 7.802, de 11 de julho de 1989. Barbosa (2016) coloca que a partir do momento que órgãos governamentais informam sobre os produtos,

⁶ Fonte: Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/10/depressao-e-suicidio-1569-brasileiros-se-mataram-tomando-agrotoxicos-na-ultima-decada/> Acessado em: 02/11/2020.

acabam efetuando uma mudança nos hábitos alimentares, assim como da noção do que se caracteriza como saudável. O autor demonstra que no contexto brasileiro ocorre uma alteração nas políticas públicas, essas que antes se dirigiam para problemas de populações com rendas muito baixas, agora enfocam toda a população, na qual todos são afetados igualmente (BARBOSA, 2016). O Estado passa a ser mais presente nessas discussões, criando o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), tornando a questão da alimentação um dos direitos sociais dentro da constituição. Portanto, a ação de um órgão regulador, como por exemplo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), age tornando acessível as informações acerca dos produtos para consumo. Em entrevista realizada em 2011, a ANVISA colaborou na alteração dos hábitos alimentares de 87% dos indivíduos que participaram da pesquisa (BARBOSA, 2016).

Portanto, quando Teodoro levanta a importância de produzir um alimento “limpo”, percebe-se que o discurso governamental desempenha papel fundamental na opinião da sociedade. É imprescindível que essa atuação ocorra junto dos consumidores, e essencial que também existam ações voltadas para os produtores. Todos os entrevistados neste artigo frisam que as transformações em seus cultivos obtiveram auxílio das extensões rurais. Atuando junto de pequenos produtores, esses projetos orientam e informam os agricultores sobre os malefícios do uso de químicos, tanto para a saúde de sua família, quanto os danos ao solo causados pelos produtos.

O segundo entrevistado, Jair Ribeiro Xavier, residente em Canguçu no Assentamento Renascer com seus dois filhos, é produtor de alimentos há trinta anos. Conta que já produziu dentro dos padrões da agricultura convencional, mas optou pelo agroecológico e hoje segue essas práticas. Quando conta os motivos que o levaram até a produção ecológica, diz que foi para “melhorar a saúde de quem produz e quem consome melhorando a qualidade de vida e agregando valor no alimento” (SILVA, 2020, p. 29). A fala de Teodoro se entrelaça com a de Jair, sendo o primeiro a elencar o “limpo”, o segundo fala em “valor”. A semelhança das falas está associada à emergência de discursos pautados nos valores nutricionais dos alimentos, seus benefícios à saúde e o que levaram até a mesa do consumidor. Isso demonstra a preocupação dos produtores, bem como o senso de responsabilidade sobre como se cultivou os alimentos.

De acordo com estudos demonstrou-se que pessoas com maior poder aquisitivo e idosos buscam uma alimentação ecológica muitas vezes devido a doenças cardiovasculares ou obesidade (BARBOSA, 2007). Castañeda (2010) pontua que a busca por alimentos dando prioridade ao seu valor nutricional é parte de um movimento denominado *medicalização*, sendo

o discurso médico focado na essencialidade de uma alimentação balanceada. Dessa forma, a importância não estaria na comida (tradição, sabor e gosto), mas sim no alimento (nutrientes e vitaminas). Por fim, outras características são almeçadas no ato de consumir produtos naturais, valorizando assim o cultivo agroecológico, com todo o processo de plantio e colheita visando à manutenção de lavouras sem aditivo químico que agem como limitantes do “valor” do alimento.

O terceiro agricultor entrevistado, Marino de Souza Nogueira, solteiro, reside em Canguçu, junto de seus cinco filhos que também são agricultores. Produzindo alimentos há vinte e três anos, conta que optou pela agroecologia em “uma reunião da pastoral da terra e um curso em Ipê que decidi ficar na agricultura, por descobrir ser a minha vocação e missão. A terra foi uma conquista agroecológica” (SILVA, 2020, p. 29). Marino, além de exemplo da importância das extensões rurais, efetua o resgate de sementes e mudas nativas. Na conversa com o produtor, este constantemente relatou seu amor pela terra, buscando equilíbrio entre a natureza e o homem, sendo para ele essa a característica fundamental da agricultura.

Esse depoimento, junto dos outros levantados acima, demonstra a constante busca por transformação e melhorias na saúde do ambiente e dos consumidores. Em outras palavras, não bastaria apenas a saúde. O bem estar físico e mental tornam-se fundamentais, criando relações entre produtores e consumidores (BARBOSA, 2009). Consagrando essas redes como um local de denúncia ao caráter doentio presente na lógica de mercado, que exige uma alta produtividade. Em concordância com estudo realizado por Castañeda (2010), a busca por uma harmonia entre humano e meio ambiente, que se perde com a agricultura intensiva, também se enquadra na chamada *medicalização*. Nas entrevistas com produtores que começaram sua jornada na agricultura há mais tempo, a noção de perda que o agronegócio instaura à impureza presente nesse modelo é recorrente. Se analisadas, as inovações tecnológicas e químicas que permeiam a agricultura moderna demonstram os motivos que levam os entrevistados a entenderem o ambiente ao redor com olhar mais crítico.

Edmilson Gil Oliveira, solteiro, junto de seu filho reside no 7º Distrito de Pelotas. Há três anos produz alimentos, e a transição para a agroecologia ainda está sendo desenvolvida na sua propriedade. “Segurança alimentar, proteção familiar e pensando no futuro do nosso planeta” (SILVA, 2020, p. 30) são os motivos da escolha pela agroecologia. Edmilson coloca que tem ajuda da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), mas que ainda encontra algumas dificuldades.

“Temos às vezes um produto um pouco mais “feio” que o convencional e o consumidor quer o produto sem manchas e grandes, dificultando um pouco para nós” (SILVA, 2020, p. 30).

Nossa sociedade é permeada por “imposições” de consumo, geradas pela globalização de produtos industrializados, e a propaganda sobre o que advém do campo sofre com esse impacto. A ideia pré-formada que é assimilada das propagandas, faz o consumidor procurar por padrões estéticos nas frutas, vegetais e legumes. Contudo, esses padrões só podem ser alcançados com o aditivo de químicos e processos industriais de produção, fazendo com que o consumidor abra mão do saudável em troca do esteticamente agradável. Logo, quando Edmilson levanta essa problemática, junto dele milhões de pequenos agricultores veem suas produções sendo descartadas, justamente por não seguirem um modelo industrial. Ao alcançar culturas que permaneçam presentes durante o ano todo nos hortifrúteis certamente uma ampla gama de agrotóxicos é utilizada no plantio. Isso ameaça a segurança alimentar das famílias, como colocado no depoimento dos entrevistados.

O último entrevistado, Cléo de Aquino Ferreira é produtor há vinte e nove anos. Morador de Canguçu, com sua esposa e dois filhos, conta que o motivo de optar pela agroecologia foi “porque esse sistema dialoga com meus princípios de cidadania, vida saudável, compromisso social e harmonia com os demais seres que compõe a natureza” (SILVA, 2020, p. 31). O produtor ainda relata que quando produzia de forma convencional, sofreu uma “alta exploração por parte da indústria, falta de tecnologias, difícil acesso ao mercado e (pouco) acesso à propriedade” (SILVA, 2020, p. 31). Quando o produtor levanta o compromisso social, dialoga com as mudanças que ocorrem no ato de consumo, quando a escolha passa a ser mediada de acordo com a saúde e a ética ambiental. Sabe-se que alguns processos não são sustentáveis, e o consumo do resultado desses modos de produção, implica na sua manutenção. Dessa maneira ao assumir responsabilidade sobre aquilo que se compra é de conhecimento do indivíduo o impacto ambiental e as relações de poder que acabam afetando pequenos produtores (BARBOSA, 2016).

Barbosa (2006) coloca que o ato de consumir é um processo social, imbuído de mecanismos sociais que produzem identidades e sentidos. Portilho (2005) propõe que não cabe aos indivíduos o papel de ser responsável pela recuperação do meio ambiente, e que o discurso de consumo responsável pode tirar a evidência daqueles que de fato detém a capacidade de ação. Ao atribuir responsabilidades aos consumidores, o agronegócio consegue alcançar a magnitude política, já que não irá recair sobre ele a resolução de problemas ecológicos. Dessa forma, governantes são patrocinados por grandes multinacionais, que conseguem manejar os

direitos ambientais a seu favor. Por fim, não que mobilizações individuais não devam ocorrer, mas que estas direcionam seu foco para transformações dentro das organizações dos centros de poder. É necessário que se reconheça o papel do agronegócio e sua influência em catástrofes climáticas, alimentares e ambientais. Quando posta em evidência, a agroecologia e os que a exercem podem demonstrar os caminhos para a construção de uma luta política centrada em solução democrática e socialmente adequada.

Considerações finais

Adaptações nos modos de produzir são importantes na sobrevivência do pequeno agricultor, mas somente a criação de alternativas pode trazer opções aos moradores do campo. Os caminhos construídos pelos produtores aqui entrevistados constituem outra forma de perceber a realidade, e também de exercer seus direitos de cidadão, buscando não apenas possibilidades para suas terras serem mais saudáveis, mas pensando no conjunto de indivíduos que compõem suas relações de consumo e produção. Em conclusão, a metodologia de história oral se mostra uma boa forma de introduzir as transformações efetuadas pelas vivências destes sujeitos históricos que alcançam suas capacidades produtivas longe do aditivo químico. Esse artigo pretende ser um meio de troca entre saber universitário e popular, no qual juntos podem contribuir para um modelo que de fato alimente a sociedade, sem que o preço a pagar por isso seja a destruição sem limites do meio ambiente em torno.

Fontes Orais

Entrevista realizada com Jair Ribeiro Xavier, no dia 20 de Agosto de 2020, por meio das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Teodoro Wille Sobrinho, no dia 13 de Agosto de 2020, por intermédio das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Cléu de Aquino Ferreira, no dia 07 de Agosto de 2020, por meio das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Edmilson Gil Oliveira, no dia 17 de Julho de 2020, por intermédio das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Entrevista realizada com Marino de Souza Nogueira, no dia 28 de Agosto de 2020, por meio das plataformas de Formulários do Google e WhatsApp, em Pelotas. Entrevistadora: Lais Schillim da Silva.

Sites

Mapa Biomas Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 06 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2020.

Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/10/depressao-e-suicidio-1569-brasileiros-se-mataram-tomando-agrotoxicos-na-ultima-decada/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/themes/Mirage2/pages/pdfjs/web/viewer.html?file=http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

BARBOSA, Livia. Feijão com arroz na mesa dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a05v1328.pdf> Acesso em: 14 set. 2020.

BARBOSA, Livia. **A Ética e a Estética na Alimentação Contemporânea.** Produção, consumo e abastecimento de alimentos. 1.ed. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, v. 1, p. 95-123.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. (Org.). **Cultura, consumo e identidade.** São Paulo: Editora FGV. 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABENDER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia.** 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.); COSTABENDER, José Antônio R.; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília: 2009.

CASTAÑEDA, Marcelo. A emergência dos alimentos orgânicos: relações com as tendências da alimentação contemporânea. Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo. **V ENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo.** Set. 2010. Rio de Janeiro.

GUZMÁN CASADO, Gloria I.; GONZÁLEZ DE MOLINA NAVARRO, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HECHT, Susanna B. A Evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel (Ed.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. p. 25-41.

HIGASHI, Tsutomu. Agrotóxicos e a saúde humana. **Agroecologia**, dez. 2001/jan. 2002, p.5-8.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n. 155, dez. 2006, p. 191-203. São Paulo, Brasil.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PASCHOAL, Adilson Dias. **Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente: problemas e soluções**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, 2020, p. 1-18.

SILVA, Lais Schillim. **“O trabalho com a natureza é puxado, mas compensa”**: Narrativas de produtores agroecológicos na cidade de Pelotas e Canguçu. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Bacharelado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

STERTZ, Sonia Cachoeira. **Qualidade de hortícolas convencionais, orgânicas e hidropônicas produzidas e/ou comercializadas na Região Metropolitana de Curitiba**, Paraná. Curitiba. Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia. Tese de doutorado, 2004.

WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio: Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

Dossiê Educação

História Local nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro: uma investigação curricular das Licenciaturas em História

Gabriel Costa de Souza,¹ UFRRJ

Resumo

O artigo tem como objetivo central compreender o espaço da História Local no processo de formação dos discentes dos cursos de Licenciatura de História nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro. A pesquisa adota a metodologia estatística e a análise de conteúdo como ferramentas de investigação dos currículos das instituições acadêmicas nortistas que normatizam o ensino de História Local. Deste modo, insere-se esta pesquisa no âmbito da História da Educação, procurando compreender as estruturas conceituais, metodológicas, e pedagógicas que fundamentam a normatização da História Local e a sua relação com a formação docente.

Palavras-chave: Ensino de História; História da Educação; História Local; Universidades Estaduais do Norte.

Abstract

The article aims to understand the space of Local History in the process of training students of history degree courses at the State Universities of Northern Brazil. The article adopts statistical methodology and content analysis as research tools of the curricula of northern academic institutions that standardize the teaching of Local History. Thus, this research is included in the history of education, seeking to understand the conceptual, methodological, and pedagogical structures that underlie the standardization of Local History and its relationship with teacher education.

Keywords: History Teaching; History of Education; Local History; Northern State Universities.

Introdução

Porque diferentemente das demais atividades desempenhadas pelo Historiador, a docência apresenta resultados a curto, médio e longo prazo. Por exemplo, um pesquisador não sabe quando nem que lugares sociais os resultados de suas pesquisas serão (re)conhecidos ou mesmo terão visibilidades; já o docente de História tem a noção, ao fim da aula dada, do semestre concluído, ou do ano letivo finalizado de que elementos, aspectos e acontecimentos da História seus alunos compreenderam e quais competências e habilidades estes serão capazes de desenvolver, além de poder cultivar a convicção de que os conteúdos e saberes apreendidos nas aulas de História fazem diferença no processo de formação do cidadão (SILVA, 2011, p. 5).

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atuou como bolsista do Programa de Residência Pedagógica (2020/2021), bolsista do Programa de Iniciação à Docência da UFRRJ (2018/2020), além de ter desempenhado a representação discente no Colegiado de Curso de História (2019/2020). E-mail de contato: prof.gabriel.costa.souza@gmail.com

As instituições acadêmicas têm aprofundado um contemporâneo debate acerca da mobilização de processos de ensino-aprendizagem que conectem os territórios, ocupados e experienciados pelos estudantes, com a ação pedagógica cotidiana. A formação docente, nesse modelo, surge como esteio dessa relação que expressa os êxitos e as adversidades locais dos grupos comunitários em que a instituição escolar está inserida.

A função social do docente de história, como evidencia o excerto acima da obra *Novas metodologias no ensino de história local*, passa a orientar como o local é observado histórico-temporalmente, se há um movimento de (re)conhecimento dos espaços ocupados, qual o nível de enraizamento memorial que os alunos mobilizam para esse território e, sobretudo, se existe a habilidade de correlacionar historicamente as escalas global-nacional-regional-local. Pensando nisso, as matrizes curriculares dos professores figuram como um profícuo espaço de análise da formação docente, as habilidades teórico-metodológicas que esse profissional é capaz de engendrar em suas atividades, enfim, se a aproximação dos estudantes com o local/regional, correlacionada a outras escalas, ocorrerá de maneira adequada pedagogicamente.

Essas reflexões nos tensionam a refletir sobre o letramento teórico, metodológico e prático experienciado pelos licenciandos em história, especificamente das Universidades Estaduais, da Região Norte do Brasil – marcada por sua heterogeneidade cultural, social e econômica. Os futuros docentes de História formados nessas Universidades possuem um letramento básico sobre o local/regional? Essa formação acontece nas diferentes modalidades e turnos de ensino? Como esses componentes compreendem o localismo/regionalismo?

O desenvolvimento desta investigação oportunizará a busca por essas indagações, bem como ressaltará o cerne investigativo: o espaço do local/regional nos currículos das Universidades Estaduais nortistas. Para tanto, proponho a organização deste artigo em três eixos que facilitarão o entendimento do objeto investigado.

No primeiro eixo, *Ensino de História Local: os fundamentos conceituais*, apresenta-se uma síntese conceitual sobre a História Local como objeto de investigação no âmbito dos estudos histórico-territoriais, bem como destaca-se a relação do localismo com os ambientes de letramento, sobretudo os espaços acadêmicos.

No segundo eixo, *Mapeamento analítico dos currículos: as diretrizes metodológicas para a investigação curricular do ensino de História Local*, detalha-se os instrumentos investigativos usados nos processos de obtenção, catalogação e verificação dos resultados desta análise, além de detalhar os padrões estabelecidos para o seu profícuo entendimento.

O terceiro eixo de análise, *História Local/Regional nas Universidades Estaduais Nortistas: um panorama atual da formação dos licenciandos em História*, demonstra o espaço ocupado pelo local/regional nas matrizes curriculares, a proporção de ocorrência dos componentes obrigatórios, associados ao localismo, nas variadas modalidades e turnos dos cursos de História, como as territorialidades são entendidas, em síntese, ocorre o detalhamento dos resultados deste estudo.

Ensino de História Local: os fundamentos conceituais

A história desenrola-se sempre nos lugares, no espaço. Tanto quanto às datas e aos tempos, o historiador deve estar atento a esta característica fundamental da história. O espaço não é um continente inerte, mais ou menos valorizado, mais ou menos orientado, é mais do que um quadro, é diferente de um quadro no qual a história se desenrolaria em relativa independência. O espaço produz a história tanto quanto é modificado e construído por ela (LE GOFF, 2006, p. 201).

O espaço, como destaca o medievalista Jacques Le Goff, exerce centralidade do entendimento da História como um fenômeno dinâmico, heterogêneo, complexo e, sobretudo, conectado com a vivência individual e coletiva dos indivíduos ao longo do tempo. Com isso, esse conceito se mostra primordial na investigação da História Local correlacionada com os ambientes de letramento e com os fundamentos histórico-territoriais.

A localismo, como estrutura conceitual, mobiliza distintas teorizações sobre as dinâmicas fundamentais – política, sociedade, cultura, natureza, geografia, entre outros – que moldam os estudos sobre a relação da temporalidade com o território como base nas expressões singulares da vida humana em meio aos aspectos universais que as constituem. A História Local, assentada nos estudos do território, é a correlação de escalas, a ampliação da observação crítica e a complexificação dos elementos que integram o espaço dotado de significado pelo indivíduo em sua ação pessoal e coletiva que se modifica e, conseqüentemente, ressignifica a ocupação territorial. O geógrafo Vidal de La Blache destaca que o recorte de um determinado conjunto é:

[...] algo complexo, que resulta conjunto de um grande número de aspectos e da maneira como eles se combinam e se modificam uns aos outros. É preciso ir além e reconhecer que nenhuma parte da Terra contém em si mesma sua explicação. Só se descobre o jogo das condições locais com alguma clareza quando a observação se eleva para além de tais condições quando se é capaz de apreender as analogias naturalmente conduzidas pela generalidade das leis terrestres. [...] Na realidade, a Terra é um todo cujas diferentes partes se esclarecem mutuamente. Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma

região isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto (*apud* RIBEIRO, 2012, p. 25).

A correlação entre múltiplos fatores, como expõe o excerto do pensamento de Vidal de la Blache, é um aspecto indissociável da História Local como um estudo que reconhece o território como um elemento que não se restringe às linhas geográficas, aos símbolos sociais, às características naturais ou às trocas comerciais. O estudo da História Local observa o território como um híbrido das distintas dimensões que apresentam singular historicidade, ou seja, o localismo reconhece o território como um espaço dotado de significado pela ação humana – e suas múltiplas dimensões – de acordo com o momento histórico de sua vivência que constitui uma identidade particular em meio ao conjunto global.

Essa definição conceitual dialoga com o espaço ocupado pela História Local nos ambientes de aprendizagem e letramento, sobretudo os acadêmicos. O artigo *A Word about Local History* lança as bases de entendimento sobre a essencialidade dessa temática no processo de ensino-aprendizagem e do reconhecimento territorial como o elemento central na experiência comunitária da vida do indivíduo: “O fato de que um professor opta por ensinar a história local mostra [...] que seu propósito não é familiarizar seus alunos com eventos, mas despertar neles um interesse sociológico e um hábito de observação social” (HALL, 1904, p. 483).

A formação, constituída da História Local, propicia uma relação autônoma do docente e dos estudantes em relação conjunta no ambiente escolar, constituindo uma posição de aula investigativa em que se mobiliza a função de professor(a)-pesquisador(a) e de aluno(a)-pesquisador(a). Com isso, o localismo se afasta de ideários que recortam essa área de estudo como um agrupamento de datas e lugares estanques para se aproximar de uma observação social e crítica da memória como elemento de consciência territorial, identitária e histórica.

A identidade – característica particular de determinado território – se interconecta com a observação global da História em que os aspectos comuns mobilizam um reconhecimento individual com o coletivo se assentando em padrões geográficos, culturais, políticos e sociais que dialogam ou divergem entre si. A complexidade desses elementos constrói o significado da História Local nos ambientes de aprendizagem em que:

Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos que o compõem e de suas funções. [...] não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros lugares (2008, p. 171-172).

O ensino de História Local, portanto, é o reconhecimento do território como um elemento mutável imerso na política, na geografia, na sociedade, na economia, na natureza e, sobretudo, na História que mobiliza um significado comum que une as particularidades com as universalidades. Ou seguindo as palavras de Graça Filho: “[...] não é possível conhecer o todo sem as partes, nem as partes sem o todo” (2009, p. 11-12).

Mapeamento analítico dos currículos: as diretrizes metodológicas para a investigação curricular do ensino de História Local

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidade individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 7-8).

A construção dos currículos, como destaca a obra *Sociologia e Teoria crítica do currículo*, emerge como um mecanismo de hierarquização de biografias, temporalidades, metodologias, territórios, enfim, dos elementos que dotam a vida humana de significados. Sendo assim, reflexionar sobre o espaço do local/regional no letramento dos licenciandos em História exige compreender as bases que estruturam os seus processos formativos: o currículo.

Compreendendo essa ponderação teórica, a primeira etapa desta pesquisa se dá no mapeamento das instituições estaduais do norte brasileiro que oferecem os cursos de Licenciatura em História. Dessa forma, foi possível identificar que três instituições, de um conjunto total de cinco Universidades Estaduais públicas presentes na região norte, estão inseridos nos princípios que fundamentam a presente investigação, cabendo destacar: a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR).

A efetividade dos cursos de História, em tais estruturas acadêmicas, se dá por 19 matrizes curriculares ativas em múltiplos níveis, modalidades, turnos e unidades de ensino. Todos os cursos ofertados, por todas as instituições analisadas, são Licenciaturas que ocorrem matutidamente na UEPA, no período noturno na UERR e, por fim, a UEA oferece dois modelos para o curso de História: o convênio PARFOR-NESCO-UEA² que acontece pelas manhãs nas

² Programa de formação de professores da rede pública que não possuem formação adequada em sua área de atuação em que se oferece uma segunda graduação a partir do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e com planejamento do Núcleo de Ensino Superior de Coari (NESCO).

unidades de Manaus e de Coari, e o curso oferecido por distintos campi universitários: Uarini, Maraã, Fonte Boa e Tonantins com a escala integral; Tefé com oferecimento dos turnos matutino, vespertino e noturno; Coari com o horário noturno; Manacapuru com o turno Vespertino e com o Noturno; e, finalmente, Parintins com o oferecimento de todos os horários com exceção do período integral.

A investigação das matrizes curriculares dessas instituições estaduais organizou-se a partir da formação básica dos estudantes do curso de Licenciatura em História, ou seja, disciplinas obrigatórias que todos os estudantes necessitam realizar para a obtenção dos seus diplomas. Essa escolha metodológica oportuniza refletir quais os conhecimentos os docentes e futuros docentes, formados nessas Universidades, mobilizaram em suas trajetórias de letramento e, conseqüentemente, como o local/regional estará presente na sua vida profissional.

É evidente que esta pesquisa é caracterizada por uma amplitude das fontes que exige um árduo trabalho de leitura, mapeamento, identificação e catalogação das disciplinas das matrizes curriculares ativas das Universidades Estaduais do Norte do Brasil. Pensando nisso, proponho um conjunto de padrões metodológicos que facilitará a interpretação dos resultados, além de evitar possíveis equívocos investigativos que poderia incorrer caso não fossem adotados. Destaco os seguintes pontos: I - Identificação, setorização e classificação das disciplinas em dois grupos: obrigatórias e obrigatórias associadas ao local/regional; II - Estruturação de uma análise de possíveis padrões de proporcionalidade entre as disciplinas; III- Recorte analítico das disciplinas por horário; IV - Mapeamento temático das disciplinas associadas ao local/regional.

Para o desenvolvimento desta análise foi necessário, primeiramente, compilar os distintos Projetos Políticos Pedagógicos, de cada curso investigado, identificar as matrizes curriculares inseridas nesses documentos institucionais e, por fim, classificar e setorizar os componentes entre os obrigatórios e os obrigatórios associados ao local/regional. Nesta etapa foi possível, a partir de uma consulta digital aos repositórios institucionais das instituições acadêmicas, qualificar e quantificar as fontes para os objetivos organizados na análise do localismo/regionalismo nos currículos das Licenciaturas em História do Norte.

A escolha pela História Digital como metodologia de busca, seleção e catalogação das fontes da futura pesquisa se dá pela facilidade de armazenamento da documentação extensa – capacidade, pela disponibilidade digital das fontes pelas instituições acadêmicas investigadas – acessibilidade, pela oportunidade de comparação e diferenciação entre os documentos de maneira mais simples – flexibilidade – e, sobretudo, a possibilidade de utilizar os dados, observados nas fontes, em gráficos com maior facilidade – manipulabilidade (COHEN;

ROSENZWEIG, 2006). Essa escolha metodológica simplificará esta etapa da pesquisa, possibilitando uma observação sobre as teorizações e conceitos histórico-pedagógicos que as disciplinas mobilizam na formação dos discentes das Licenciaturas em História.

Com o término da interpretação e categorização documental será possível mapear o espaço do local/regional nas instituições acadêmicas investigadas, bem como nos mais variados horários dos cursos nessas Universidades. O estudo avançará na leitura temática e territorial que esses componentes obrigatórios, associados ao localismo/regionalismo, trabalham com os licenciados em História.

A amplitude documental desse estudo, portanto, exige que esse detalhamento de categorias, ferramentas metodológicas e de estratégias procedimentais das fontes utilizadas ocorra para que, na sua leitura crítico-analítica, haja significado dos dados obtidos. Sendo assim, já é possível considerar a percepção dos resultados desta pesquisa no próximo eixo.

História Local/Regional nas Universidades Estaduais Nortistas: um panorama atual da formação dos licenciandos de História

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p. 9).

O processo de ensino-aprendizagem, como o excerto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação evidencia, ocorre a partir de fundamentos nacionais quem tentam equalizar um padrão de qualidade comparável entre os heterogêneos territórios integrados ao Brasil. Entretanto, o (re)conhecimento e a valorização das especificidades histórico-territoriais são esteios de uma perspectiva multicultural que a legislação brasileira preconiza. Com isso, emergem necessidades formativas que mobilizam as bases do sistema educativo: os docentes.

O ensino de História, especialmente o de História Local/Regional, figura como um importante instrumento de aproximação territorial dos estudantes com os aspectos temporais, geográficos, sociais e com os distintos processos históricos experienciados pelas comunidades, bairros, cidades, grupos sociais, aglomerados econômicos, enfim, a partir de inúmeras classificações que se modificam de acordo com o objeto a ser mediado e/ou pesquisado. A formação do docente, licenciado em história, é primordial para acompanhar a complexidade teórica, metodológica e prática da ação educativa centrada nesses aspectos do localismo e do regionalismo.

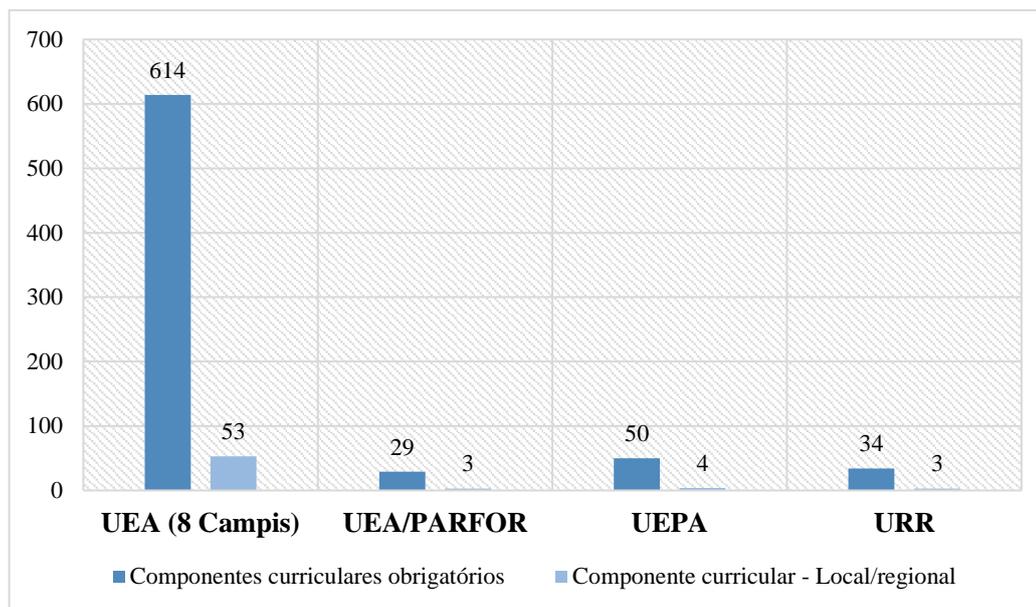
A ação do professor-pesquisador, licenciado em História, passa a ser envolta de inúmeras demandas formativas que envolvem múltiplos agentes sociais, políticos, ideológicos e, sobretudo, comunitários. O território, em que a instituição escolar está inserida, reivindica discussões que, por vezes, escapam das diretrizes padronizadas e reposicionam a função social do docente de História. Nesse sentido, a formação docente é primordial na habilidade de mobilização de aparatos pedagógicos capazes de corresponder aos aspectos locais da sociedade, cultura, economia, em síntese, o espaço que dá significado aos ambientes escolares. Essa preocupação formativa pode ser observada no excerto do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UERR:

Preparar profissionais para o exercício da docência e pesquisa, capazes de dominar os saberes teórico-práticos e metodológicos necessários ao ofício de professor e de historiador e aptos a compreender a sociedade brasileira nas suas múltiplas peculiaridades, numa perspectiva crítica, articulando os conhecimentos construídos ao longo do curso com a história local e universal e sua inter-relação com as diversas áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, p. 10, 2014).

Uma docência crítica, atenta as perspectivas teórico-metodológicas e hábil na correlação do local com o global é, como o excerto do PPP do curso de Licenciatura em História da UERR demonstra, a base de um letramento que identifica a multiplicidade histórico-territorial como uma oportunidade de aproximação das particularidades e complexificação com as universalidades. De maneira igual, o letramento dos discentes de História da UEPA segue esses princípios, como é observado em seu documento institucional: “de acordo com os objetivos do Curso, o Licenciado em História deverá: [...] j- Selecionar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, 2008, p. 22).

Esses documentos institucionais, entretanto, devem ser acompanhados de uma leitura pormenorizada dos componentes curriculares com o intuito de mensurar a proporção do local/regional como elemento obrigatório das matrizes, bem como mapear as temáticas e analisar estatisticamente essas disciplinas por instituições e turnos. Pensando nisso, a presente investigação, das matrizes curriculares dos cursos de História, mapeou uma extensão de 727 disciplinas obrigatórias que ocorrem nas 12 unidades universitárias estaduais de Roraima, do Pará e do Amazonas. Por outro lado, foi possível identificar 63 disciplinas, de temáticas associadas ao local/regional, que aparecem como obrigatórias nos cursos. Como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Mapeamento do currículo das Licenciaturas de História



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Os resultados, detalhados acima, evidenciam um processo formativo centrado em elementos basilares no estudo histórico – teorizações historiográficas, padrões metodológicos das pesquisas, reflexões pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem em história, dinâmicas práticas da efetiva ação do ensino, entre outras múltiplas áreas inseridas no letramento obrigatório de um licenciado em história. É significativo observar que o local/regional logrou êxito em cristalizar-se como elemento basilar na formação dos licenciandos em história do norte, bem como se institucionalizou em currículos de distintas Universidades Estaduais da região.

Essa realidade pode ser reconhecida a partir da correspondência de 614 componentes obrigatórios para 53 disciplinas associadas ao local/regional na UEA, na intersecção 29 matérias fundamentais para 3 componentes interligados ao localismo/regionalismo na UEA/PARFOR, na correlação 50 disciplinas obrigatórias para 4 matérias conectadas aos aspectos locais/regionais na UEPA e, por fim, no padrão 34 componentes basilares para 4 disciplinas relacionadas ao local/regional. Entretanto, é indispensável considerar o caráter burocrático assumido pelas matrizes curriculares, ou seja, é possível que outras disciplinas, classificadas como apenas obrigatórias, trabalhem com estruturas metodológicas, procedimentais e teóricas associadas aos estudos do regionalismo/localismo e que, por ventura, não foram classificadas ou categorizadas em associação ao território nortista.

O delineamento do que é considerado local e/ou regional, e o que não é, está sujeito a uma fluidez classificatória que não se limita a recortes concretos. Com isso, a presente

investigação reconhece que a concepção territorial, estritamente mobilizada para a pesquisa das matrizes curriculares das instituições acadêmicas do Norte, repousa na ideia de recorte administrativo, geográfico e/ou cultural de determinada região. Apropriando-se da definição da obra *O campo da história*:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2013, p.152).

Essas ponderações podem ser associadas ao processo de ensino-aprendizagem da história, bem como à ação pedagógica mediada pelo professorado. Ponderando que o local/regional no aprendizado histórico deve se distanciar das restrições que a “história do meu bairro”, “a história do meu estado” e/ou a “história da minha região” acabam por engendrar em suas delimitações estritamente geográficas. Para tanto, é imprescindível mobilizar uma docência que articule as escalas analíticas, local-regional-nacional-transnacional-global, para dotar de significado o conhecimento histórico. A obra *Reflexões sobre o desenvolvimento regional* realiza uma significativa percepção sobre a temática:

A ideia da não fragmentação dos conteúdos faz com que uma proposta de história regional não deva abordar o regional estanque em si mesmo, mas fazer a leitura do regional a partir de uma relação articulada entre o local e o global, entendendo-se o regional como o intervalo necessário entre o local e o global (SCHALLENBERGER, 2003, p. 21).

O localismo e o regionalismo figuram como elementos de enraizamento histórico-territorial, de reconhecimento identitário e de territorialização sociocultural que criam potencialidades que a história, como disciplina escolar, deve ter como um instrumento de articulação dos conhecimentos históricos com as experiências que os estudantes, em seus ambientes comunitários, acabam por realizar cotidianamente. Com isso, as matrizes curriculares que moldam a formação docente são indicadores significativos das metodologias a serem adotadas, os recortes a serem feitos, as correlações de escalas a serem mobilizadas, enfim, a mediação, ou não, daquilo que:

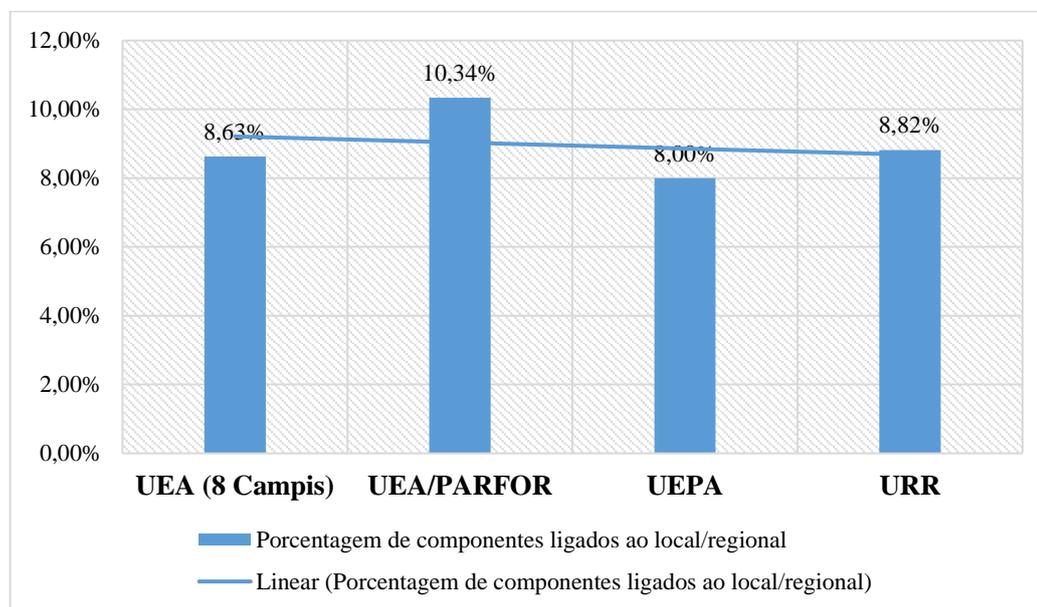
[...] pretende se distanciar da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres do presente, porém busca constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torne dinâmico, problematizador e mais próximo do pesquisador, conseqüentemente, possibilitando uma verdadeira relação entre o passado e o presente, que

proporcione aos estudantes a elaboração de uma concepção crítica acerca do mundo em que vive, capaz de suscitar possíveis transformações na sociedade em que estão inseridos (SILVA, 2013, p. 5).

Os currículos dos cursos de Licenciatura em História da UEA, UEA/PARFOR, UEPA e URR indicam uma trajetória formativa calcada em um arcabouço teórico, metodológico e da prática docente que, para além das pesquisas e estudos regionais, (re)conhece as particularidades territoriais, as instrumentaliza para um aprendizado histórico com significado para os discentes e, sobretudo, ressignifica um aglomerado de “conteúdos” os transformando em um conjunto de potencialidades no conhecimento histórico. Sendo assim, é possível considerar um padrão regional instituído nas Universidades Estaduais para o espaço ocupado no local/regional em suas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em História.

Ao retornar para os resultados estatísticos desta análise, é possível identificar que esse padrão está centrado no quantitativo entre as disciplinas obrigatórias e os componentes obrigatórios associadas ao localismo/regionalismo. Os eixos formativos em história local/regional das Universidades Estaduais nortistas ocupam uma extensão que varia de 8 a 10,34% da totalidade curricular de seus cursos, esse panorama é observável no próximo gráfico:

Gráfico 2 - Proporção da História Local nos currículos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A proporcionalidade das disciplinas obrigatórias, associadas ao local/regional, indica uma preocupação formativa, seja da coordenação institucional dos cursos, seja dos corpos docentes, em que os conhecimentos históricos e, especialmente, o letramento profissional dos licenciandos em história, futuros professores, estejam territorializados com as particularidades

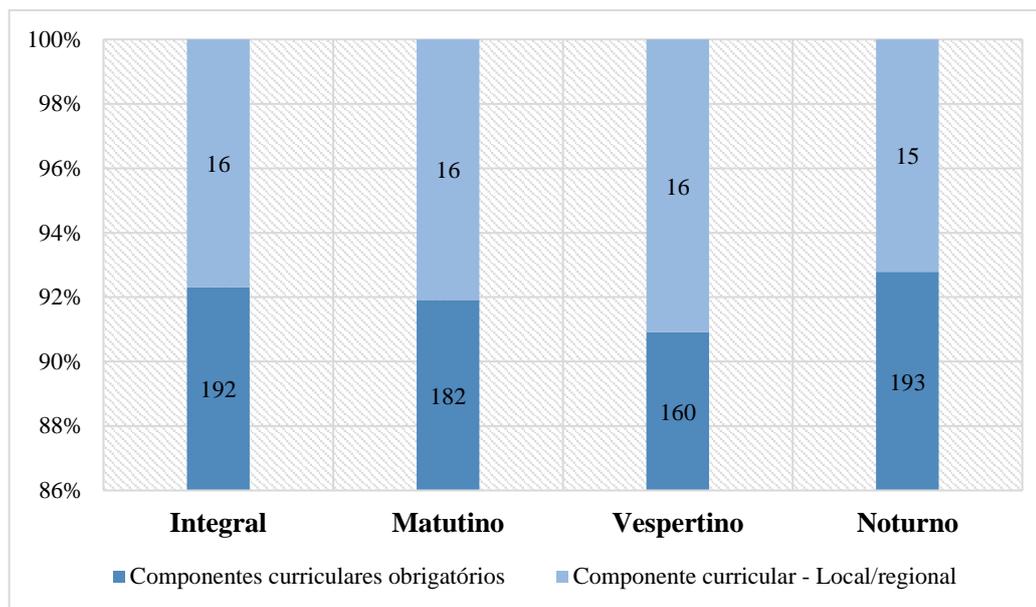
culturais, com as expressões sociais, com as disputas político-territoriais, com as tensões econômicas desses locais, em síntese, um projeto de memória em que o estudante é agente histórico de transformação. Esse argumento é lapidado por inúmeras indagações do artigo *Currículo, cultura e formação de professores*:

Que professores estão sendo formados, por meio dos currículos atuais, tanto na formação inicial como na formação continuada? Que professores deveriam ser formados? Professores sintonizados com os padrões dominantes ou professores abertos tanto à pluralidade cultural da sociedade mais ampla como à pluralidade de identidades presente no contexto específico em que se desenvolve a prática pedagógica? Professores comprometidos com o arranjo social existente ou professores questionadores e críticos? [...] Professores capazes de uma ação pedagógica multiculturalmente orientada? (MOREIRA, 2001, p. 43).

Avaliar que professorado, formado em história, está entrando nas salas de aulas, qual formação teórica, intelectual e metodológica recebeu para mediar os aspectos ligados ao local/regional, além de mensurar como se dará ação docente em balancear os conteúdos obrigatórios, demandados por diretrizes nacionais, com os conhecimentos histórico-territoriais dos estudantes nos indicam qual letramento, esses profissionais, experienciaram em suas graduações. As Universidades Estaduais do Norte, ao institucionalizarem parte significativa de seus componentes para o local/regional, demonstram uma preocupação formativa que tem consequências diretas no espaço que o localismo ocupa nos currículos e na prática docente no ensino básico, posto que todos os cursos são Licenciaturas em História.

Essa preocupação formativa se estende para outro fator primordial na observação crítico-analítica do espaço ocupado pelo local/regional nas matrizes: a disposição dos componentes curriculares obrigatórios, associados ao localismo/regionalismo, nos distintos turnos/horários. Os padrões, detectados na observação regional dos dados, se repetem na investigação dos cursos por turnos, em que o local/regional ocupa: 8,33% dos cursos em tempo integral; 8,79% das disciplinas oferecidas pelos cursos matutinos; 10% da matriz curricular dos cursos vespertinos; e, por fim, 7,77% dos cursos noturnos. Esses dados ficam mais detalhados na leitura do gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Espaço da História Local nos distintos turnos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A proporcionalidade do local/regional nos quatro diferentes turnos, em Universidades territorialmente distantes, é outro profícuo indicador de que o processo formativo dos aspectos teóricos, metodológicos e práticos do localismo independem do perfil do alunato, mas pertence à um projeto que molda o profissional da área de história que, certamente, quando visto sob a necessidade de mobilizar suas habilidades de ensino e pesquisa do regional/local terá uma memória de conhecimento balizada por sua formação.

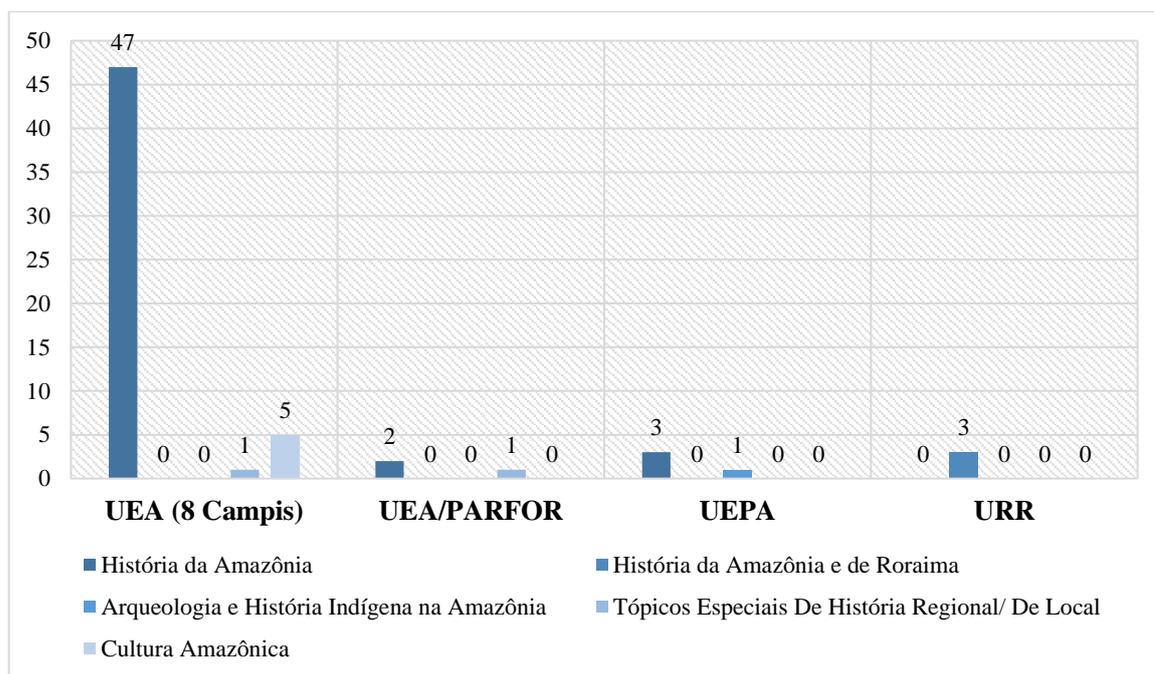
É essencial, da mesma forma, reforçar que esse projeto de formação se dá em espaços de intensa heterogeneidade em que cursos matutinos possuem um delineamento distinto de cursos integrais, bem como a composição dos cursos noturnos é heterogênea da formação das Universidades em horário vespertino. O modelo de formação associado ao local/regional, como já exposto, não está centrado em horários ou em unidades acadêmicas específicas, não é um programa piloto de uma Universidade e de outra não, muito pelo contrário esse é um projeto de localismo/regionalismo que compreende o currículo como um alicerce da identidade múltipla que compõe a Região Norte. Essas relações entre as matrizes curriculares, as identidades e a multiculturalidade estão postas no artigo *Currículo, cultura e formação de professores*:

Considerar o caráter multicultural da sociedade no âmbito do currículo e da formação docente implica respeitar, valorizar, incorporar e desafiar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Implica, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios ou silenciadores da pluralidade cultural, que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, como buscam homogeneizá-las em conformidade com uma perspectiva monocultural (MOREIRA, 2001, p. 41).

O (re)conhecimento e a valorização das “diferentes identidades culturais”, como ressalta o professor-pesquisador Antônio Moreira, são elementos que se efetivam no cotidiano da sala de aula com a incorporação institucional da heterogeneidade como esteio de uma efetiva matriz curricular. Sendo assim, podemos considerar que as instituições acadêmicas do norte brasileiro, especificamente os cursos de história, pluralizam as percepções culturais, prezam pelas particularidades locais, evidenciam a multiplicidade entre os seus territórios e, fundamentalmente, legitimam esse projeto de vida, memória e história.

A institucionalização do localismo/regionalismo, como componente curricular, fica evidente no panorama estatístico apresentado nesta investigação curricular. É, de maneira semelhante, primordial ir para adiante dos dados qualitativos e percorrer uma análise das matrizes curriculares, da UEA, da UEA/PARFOR, da UEPA e da URR, que pondere quais temáticas específicas estão sendo mobilizadas nesses componentes obrigatórios do processo formativo dos estudantes. Esses dados são delineados na observação do gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Temática das disciplinas de História Local



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A leitura temática das disciplinas obrigatórias, associadas ao local/regional, indica uma preocupação histórico-territorial com a Amazônia, como é possível observar nos seguintes dados: 52 disciplinas nomeadas *História da Amazônia*, 5 elementos curriculares denominados *Cultura Amazônica*, 3 componentes intitulados *História da Amazônia e de Roraima*, 2 disciplinas designadas *Tópicos especiais de História Regional/Local* e, finalmente, 1

componente disciplinar intitulado *Arqueologia e História Indígena na Amazônia*. Esses recortes geográficos são indicativos de um padrão de letramento que engendra na formação docente um instrumento de (re)conhecimento dos territórios em que ação profissional do futuro professor se efetivará.

A correlação histórico-territorial é primordial para a mobilização de um aprendizado histórico dotado de significado pedagógico, ou seja, o local/regional não é um mero aglomerado de datas, locais e “personagens” inseridos em determinado limite geográfico, mas é uma ferramenta que potencializa um letramento hábil no reconhecimento das particularidades em meio ao universal, da multiplicidade da agência histórica, da heterogeneidade territorial dos fatos históricos, enfim, na habilidade de mediar um processo de ensino-aprendizagem significativo para a comunidade. Essa relação entre o local/regional e o letramento dos licenciandos em História, entretanto, deve dialogar com um ideário que “[...] reconheça a efetiva complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contém”. (RECKZIEGEL, 1999, p. 21).

Essas potencialidades do local/regional necessitam ser entendidas na leitura das ementas das disciplinas com o intuito de evidenciar um panorama que não se limita aos padrões burocráticos das matérias acadêmicas. Tomemos como exemplo a Universidade Estadual de Roraima que apresenta em sua matriz curricular três variantes da disciplina *História da Amazônia e de Roraima*. Esses componentes são estruturados a partir de uma linha temporal dos “fatos históricos” vivenciados nos territórios amazônico e roraimense. Isso fica evidente nos excertos das ementas dessas disciplinas:

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA I

EMENTA: Estudo das origens e da constituição da sociedade Amazônica e Roraimense. Sociedades indígenas pré-colombianas. O debate historiográfico sobre as sociedades pré-conquista. A ilha das Guianas. A conquista. Trabalho indígena e africano: escravidão e liberdade. Região, fronteira e meio ambiente. A Coroa e o espaço amazônico. Sociedade e mestiçagem. Extrativismo, lavoura e questões ambientais.

[...] HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA II

EMENTA: A Amazônia e o vale do rio Branco no nascimento da nação: Independência e Cabanagem. Extrativismos, agricultura, pecuária e meio ambiente. Políticas Indigenistas do Império e da República Velha. Movimentos migratórios, trabalho e questões ambientais. Modernidade, Urbanização e sua relação com a natureza amazônica.

[...] HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA III

EMENTA: Transformações econômicas, políticas e culturais na Amazônia e em Roraima, da era Vargas ao momento presente. Os soldados da borracha. A criação dos Territórios Federais. Políticas de integração nacional. O Golpe de

1964 e os movimentos de contestação. Novas correntes migratórias, urbanização, pobreza e meio ambiente. A redemocratização. Os movimentos camponeses e indígenas, garimpos e a questão ambiental. A década de 90 e a primeira década do século XXI: a luta pela terra, novas lideranças e o reordenamento na estrutura de poder e da questão ambiental na região (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, 2014, p. 31).

A construção de uma cronologia histórica, especificamente nessas disciplinas, que perpassa os primórdios dos povos originários da região até as experiências territoriais no Século XXI exerce uma função facilitadora da mediação da temática no letramento dos discentes em que a territorialidade passa ser compreendida em sua relação com a temporalidade (BITTENCOURT, 2008, p. 212). O fator temporal dos processos históricos regionais dialoga com os fatos nacionais, evidenciando uma preocupação multiterritorial em que a complexidade da História assume centralidade e, conseqüentemente, afastando uma observação estanque do localismo nortista.

Do ponto de vista histórico-territorial é primordial destacar a correlação escalar que essas disciplinas engendram em suas compreensões do local/regional. As abordagens mediam um aprendizado que detalha os espaços amazônico e roraimense, mas não apresentam uma concentração geográfica desses territórios. O professor-pesquisador Rogério Haesbaert defende que essa metodologia de investigação e mediação mobiliza uma “[...] concepção ‘multiescalar’ e não exclusivista do território [que] trabalha com a ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural)” (2007, p. 77).

A perspectiva híbrida do território fica evidente nas preocupações com os estudos sobre a “região, fronteira e meio ambiente” das disciplinas dos cursos analisados, além da mobilização da História Local como um constructo de múltiplas escalas em que se considera outros territórios – regional, nacional, transnacional e global – como constituidores dos processos históricos locais. As matrizes curriculares das Licenciaturas em História das Universidades Federais do Norte brasileiro mobilizam um letramento enraizado em seu múltiplo território, mas hábil em reconhecer as interconexões que constroem as particularidades locais no espaço global histórico. Essa perspectiva dialoga com as ponderações de Fernand Braudel:

[...] a geografia deixa de ser um fim em si para converter-se em um meio; nos ajuda a recriar as mais lentas realidades estruturais, a ver o todo em uma perspectiva segundo um ponto de fuga da duração mais ampla. Também a geografia pode, como a história dar resposta a muitos indagadores. E em nosso

caso, nos ajuda a descobrir o movimento quase imperceptível da história [...] (1981, *apud* GRAÇA FILHO, 2009, p. 22).

A mediação do localismo no letramento de licenciandos de História atua como um movimento de conhecimento, reconhecimento e afirmação dos múltiplos elementos – internos e externos – que constituem significado ao conjunto social, político, econômico e cultural de determinado território. Essa mobilização preserva os fundamentos da relação entre o território e o sentimento de pertencimento em que “Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o ‘apegar-se à terra’, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível [...] para manter viva a memória” (HAESBAERT, 1999, p. 185).

A multiterritorialidade é a resposta metodológica, conceitual e pedagógica para a desconstituir a desterritorialização do ensino de História. É necessário mobilizar um aprendizado consciente das múltiplas dimensões do território, construindo uma visão heterogênea e dinâmica sobre a História Local a partir das ferramentas que dão significado ao ambiente escolar: a autonomia docente, a valorização dos territórios escolares, a produção de currículos conectados à multiterritorialidade e, sobretudo, a relação entre a pesquisa, legislação e prática pedagógica.

O localismo é múltiplo, heterogêneo, dinâmico e se produz, especialmente, por muitos caminhos que perpassam distintos territórios, nomes e datas. Localizar-se em seu ambiente escolar é multiterritorializar-se, conhecer o seu território é reconhecer a multiplicidade que nos cerca, enfim, a História Local é essencialmente uma História Multiterritorial.

Conclusão

Ao longo dessa pesquisa foi possível compreender o espaço do localismo no letramento teórico, metodológico e prático experienciado pelos licenciandos em História das Universidades Estaduais da Região Norte do Brasil. As ponderações teóricas desta investigação apontam para o uso do território como o fundamento para a adequada mediação da História Local no processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, no letramento de licenciandos. Sendo assim, a multiplicidade do território é a estrutura da relação heterogênea dos processos históricos que reconhece a agência dos indivíduos, afastando as teorias que regimentam o localismo como um padrão geográfico isolado das distintas relações – regionais, nacionais, transnacionais e globais.

A investigação sobre o território, fundamentado no olhar das correlações, compreende a política, a sociedade, a cultura, a natureza, a econômica e os símbolos como ferramentas de

definição dos contornos que sustentavam a História, além de o efetivo papel do pesquisador que, fundamentado em seus objetivos, determina o sentido que busca na observação das dimensões particulares do conjunto universal. Com isso, a territorialidade e a temporalidade assumem centralidade na definição conceitual, teórica e metodológica sobre a tipologia de localismo, os fundamentos que regimentam essa observação e as concepções pedagógicas que as constituem significado.

Ao final deste percurso, é possível observar que as Universidades Estaduais do Norte estruturaram múltiplos projetos formativos que reconhecem a História Local, em sua multiplicidade de escalas e correlações, como um elemento essencial do currículo e da formação básica dos discentes das Licenciaturas em História. Com isso, os futuros docentes, formados nessas instituições, possuem um arcabouço teórico, metodológico e conceitual hábil no reconhecimento da pluralidade que ressalta as particularidades locais em correlação com as universalidades históricas da memória histórica.

Essa centralidade formativa do localismo, correlacionado aos aspectos globais da História, ocorre em distintos turnos das instituições acadêmicas estaduais do Norte, valorizando os múltiplos perfis do alunato. O professor ou a professora de História, com formação acadêmica nessas Universidades, apresenta um letramento que propicia uma mobilização do local como uma ferramenta de consciência histórica e enraizamento territorial das suas investigações e, sobretudo, da sua prática docente.

A investigação evidenciou que as matrizes curriculares dessas instituições acadêmicas compreendem a História Local como um mecanismo de análise teórico-metodológica dos processos históricos em suas múltiplas escalas de investigação, além de ser um instrumento da relação da futura atuação do docente com o território que o espaço escolar ocupa. O letramento dos licenciandos em História das Universidades estaduais do Norte brasileiro constrói um aprendizado consciente das múltiplas dimensões do território em que o localismo possibilita uma ação dinâmica entre a autonomia docente, a valorização dos territórios escolares, a produção de currículos conectados à multiterritorialidade e, sobretudo, entre a pesquisa, a extensão e a prática pedagógica.

A História Local não possui o compromisso de aproximar, enraizar e conectar o estudante ao território estanque, puro, isolado e concreto que apresenta uma história linear, dos grandes feitos de um punhado de homens, sem relação com o ambiente histórico global e que não representa a complexidade dos processos históricos, as tensões, as lutas, enfim, a História. A efetividade pedagógica da metodologia do localismo tem significado por reconhecer que o

indivíduo não ocupa o território, mas ocupa e vivencia muitos territórios, que não é um ser isolado, mas que é forjado nas suas distintas relações de dominação, subjugação, afeição e associação, que não se autoconstrói historicamente, mas que é subsidiário das histórias.

A História Local nas Licenciaturas de História das Universidades Estaduais do Norte brasileiro mobiliza uma ação de multiterritorialidade que reconhece que o aprendizado desta temática exige complexidade, correlação de múltiplas dimensões e, sobretudo, interconexões conscientes dos debates pedagógicos produzidas por licenciandos, futuros docentes, que experienciam uma integral relação da prática curricular com a constante pesquisa de suas ações e, por fim, por pesquisadores e pesquisadoras que relacionam suas pesquisas com a comunidade, com a escola e com os estudantes.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web**. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2007.

HALL, Jennie. A word about local history. **The elementary school teacher**, Chicago, v. 4, n. 7, p. 483-488, 07 mar. 1904. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/992715>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. Centro/Periferia. In: _____; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar em revista**, 2001, n.17, pp.39-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, R.; RIBEIRO, G.; PEREIRA, S. N. (Org.). **Vidal Vidais – Textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SCHALLENBERGER, E. Reflexões sobre o desenvolvimento regional. **Cadernos – Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional**, Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2003.

SILVA, Luis Carlos Borges dos Santos. A importância do estudo de História Regional e Local na educação básica. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_ArtigoHistoriaRegional_NATAL_.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Novas metodologia de história no ensino local: A Gincana Cultural como Estratégia Didática para o Ensino de História do Piauí. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847543_. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE AMAZONAS. Conselho Universitário. **Resolução Nº 40/2015 - CONSUNIV/UEA**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História - Segunda Licenciatura, oferecido pela UEA por meio do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), para os municípios de Coari e Manaus, vinculado ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Resolução Nº 40/2015 - CONSUNIV/UEA, Manaus, 11 ago. 2015. Disponível em: <http://xfiles.uea.edu.br/data/legislacao/ato/p7232.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE AMAZONAS. **Resolução Nº 78/2013-CONSUNIV**. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, oferecido no Centro de Estudos Superiores – Manaus, 30 de dezembro de 2013. Disponível em <<https://cursos1.uea.edu.br/index.php?dest=view&mode=curriculo>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**, Pará, p. 1-72, 2008. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/prograd/index.php/downloads/ppc/ccse/191-projeto-pedagogico-curso-de-historia/download.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**, Roraima, p. 1-52, 2014. Disponível em: <https://uerr.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/projeto-curso-de-historia-uerr.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

A Experiência do PIBID/História na E.M.E.F. prof^a Maria Nadir Filgueira Valente¹

Élita Paloma Américo Magalhães,² UFPA

Resumo

Este artigo tem por objetivo relatar a respeito das experiências didático-pedagógicas do PIBID/História na turma de 6º ano “B”, da E.M.E.F. Prof^a Maria Nadir Filgueira Valente, situada na cidade de Cametá/PA. Precisamente, apresentam-se aqui, as ações desenvolvidas com o Conteúdo Curricular “Introdução ao estudo de História” e “A vida humana no Paleolítico e Neolítico”, com ênfase ao uso diferenciado da utilização do seminário, enquanto estratégia metodológica. Busca-se, com isso, contribuir para o debate pedagógico e epistemológico que possibilite pensar novas formas de interação e de ensino-aprendizagem, capazes de fomentar a curiosidade, o interesse e a criticidade do aluno.

Palavras-chave: Ensino de História; Sala de Aula; Metodologia de Ensino.

Abstract

This article aims to report on the didactic-pedagogical experiences of PIBID/História that took place in the 6th grade class “B”, from E.M.E.F. Prof^a Maria Nadir Filgueira Valente, located in the city of Cametá/PA. Precisely, it presents here the actions developed with the Curricular Content “Introduction to the study of History” and “Human life in the Paleolithic and Neolithic”, with emphasis on the differentiated use of the usage of the seminar as a methodological strategy. This article seeks to contribute to the pedagogical and epistemological debate that makes it possible to think of new forms of interaction and of teaching-learning capable of fostering the student's curiosity, interest and criticality.

Keywords: History teaching; Classroom; Teaching Methodology.

Introdução

O PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) tem proporcionado desde sua implantação, em 2007,³ a capacitação técnica, teórica e metodológica de inúmeros graduandos de cursos de licenciatura. Por meio dele, dentre outros afins, há oportunidade de aplicar, validar e inter-relacionar os saberes obtidos e produzidos no espaço universitário com as inúmeras “realidades”, que se apresentam nas salas de aula de escolas municipais e estaduais públicas do Brasil, antes da etapa do Estágio Curricular Obrigatório, o que, de forma indiscutível, tem contribuído para a formação acadêmica, de modo que ela seja ainda mais sólida e engajada à um ensino de qualidade, plural e democrático.

¹ Este artigo é produto da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, sob a coordenação do prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior e supervisão da prof.^a Raimunda do Socorro Pinto dos Santos.

² Graduação em História pela Universidade do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. E-mail: <americoelita@gmail.com>.

³ O PIBID surgiu por iniciativa do governo federal em parceria com a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com vista a melhorar a formação docente para a Educação Básica Brasileira. Sobre mais detalhes, Ver: (ANDRÉ; FERRAGUT; GATTI; GIMENES, 2014).

Na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, o Subprojeto de Licenciatura Plena em História, sob uma nova coordenação de área, teve início no mês de março de 2018, a partir de seleção prévia de discentes ao quadro de bolsistas,⁴ uma vez que, no programa ainda existe restrição de acesso, devido, entre outras questões, a verba orçamentária que é destinada a ele.

Atualmente, o PIBID/História possui 3 professores supervisores e 30 bolsistas de iniciação à docência distribuídos em três escolas públicas da cidade de Cametá (PA) - a escola básica municipal Professora Maria Nadir Filgueira Valente, situada na Travessa D. Pedro I, no bairro da matinha - a escola estadual General Osório, na Avenida Gentil Bittencourt, centro - e a escola de nível médio Júlia Passarinho, localizada na Avenida Cônego Siqueira.

Nessas instituições públicas de ensino, estão sendo desenvolvidas intervenções em sala de aula, oficinas nos contra-turnos e eventos pedagógicos e culturais com alunos do Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental, juntamente com outros subprojetos de cursos de licenciatura.

Neste artigo, objetiva-se publicizar, especificamente, acerca das experiências didático-pedagógicas que se teve na turma de 6º ano “B”, da E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente, durante o primeiro semestre (mar-jun) de 2019.⁵ Busca-se, com isso, contribuir para o debate pedagógico e epistemológico que possibilite pensar novas formas de interação e de ensino-aprendizagem capazes de fomentar a curiosidade, o interesse e a criticidade do aluno.

Inicialmente, faz-se uma contextualização e apresenta-se o espaço físico-estrutural da E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente e, por conseguinte, relatam-se as ações desenvolvidas com o Conteúdo Curricular “Introdução ao estudo de História” e “A vida humana no Paleolítico e Neolítico”, com a utilização diferenciada do seminário, enquanto estratégia metodológica para compreensão e problematização deste último.

⁴ Os passos seguintes adotados, nessa nova fase do PIBID/História/Cametá, ocorreu no segundo semestre de 2018, período em que aconteceram as observações in loco, (momento em que adentrou-se no ambiente escolar propriamente dito, afim de conhecer a lógica política-administrativa e pedagógica das instituições públicas de Ensino Fundamental e Médio, da sala de aula e as relações entre o professor e o aluno, o professor e a turma, o professor e a disciplina escolar “História”, e a relação que o professor e o aluno tinham com o livro didático) e se iniciou as formações quinzenais para discussão de textos teóricos, afim de instrumentalizar os acadêmicos/bolsistas no exercício de problematizar a realidade escolar e produzir práticas metodológicas capazes de fomentar a consciência histórica crítica do alunado. Quanto as intervenções em sala de aula, essas ocorreram de março a dezembro de 2019.

⁵ A Turma era composta de 36 alunos, numa faixa etária entre 10 e 11 anos.

O Espaço de Experiências

A E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente, juridicamente, foi criada pela Lei n° 7, de 27 de março de 2006, e inaugurada em 19 de agosto. Sua implementação remonta a trajetória da E.M.E.F. Paulo Nogueira, no bairro da Matinha, cidade de Cameté (PA). Em meados de 1994, essa escola inicia suas atividades, na modalidade multissérie, contudo, sem ainda possuir um espaço físico adequado, funcionava na residência de Otacílio Costa Furtado, situada na Trav. Paulo Nogueira, n° 286, Matinha.

Em virtude do aumento da demanda de alunos, em 1997, a escola é transferida para uma segunda residência, a do senhor Manoel Viana Wanzeler, localizada na Trav. D. Pedro I. E é partir deste momento, que é dado início o processo de regularização do ensino ofertado pela instituição.

De acordo com o Projeto político-pedagógico (PPP) da E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente, em 2001, a escola Paulo Nogueira, tornou-se anexo da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, que passou a ceder, “dentro de uma parceria verbal” (PPP, 2016, p. 10) 5 (cinco) salas de aula em período diurno, horário não utilizado pela Universidade. A justificativa para tal feito, deu-se em razão do crescimento desordenado do bairro com o conseqüente aumento da demanda por matrícula, acima de sua capacidade estrutural.

Atualmente, a escola atende a 595 alunos distribuídos entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã e tarde.⁶ Quanto a sua estrutura física, possui: 8 (oito) salas de aulas de ensino regular, 1 (uma) sala destinada à diretoria, outra à secretaria, 1 (uma) sala de arquivos e de professores, sala de recursos audiovisuais, 1 (um) laboratório de informática e 1 (um) de ciências, 1 (uma) sala de leitura, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, algumas dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, 1 (uma) copa/cozinha, 1 (um) depósito para merenda, um refeitório, 4 (quatro) banheiros para funcionários, 2 (dois) banheiros coletivos (feminino e masculino) para alunos, 1 (uma) quadra esportiva (descoberta), 1 (uma) cantina, 1 (um) jardim e 1 (um) bicicletário.

Para atender ao público de alunos, a escola conta, hoje, com um total de 63 (sessenta e três) funcionários atuando em dois turnos (manhã e tarde). Essa é uma das escolas municipais da cidade de Cameté/PA, que oferece formação de nível Fundamental à crianças e adolescentes

⁶ Informações coletadas do site: <<https://www.qedu.org.br/escola/14771-emef-professora-maria-filgueira-valente/sobre>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

na faixa etária frequente de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, residentes nas proximidades da escola e “um número expressivo de crianças e adolescentes que residem em outros bairros mais distantes por ter preferência em desejar estudar nesta Escola” (PPP, 2016, p. 12).

Os primeiros passos na compreensão do estudo da História

As primeiras intervenções na turma de 6º ano “B”, da E.M.E.F. Profª Maria Nadir Filgueira Valente, ocorreram com o objetivo de introduzir o alunado à Ciência Histórica, tendo em vista as prescrições do Currículo Escolar Nacional que a torna a partir dessa série/ano de ensino institucional, uma disciplina específica. Para isso, preocupou-se, inicialmente, em conceituar “o que é a História”, sendo pois a conceituação adotada, a de que é a ciência que “busca compreender as diversas maneiras como homens e mulheres viveram e pensaram suas vidas e de suas sociedades, através do tempo e espaço” (FONSECA, 2013, p. 40), apartando-a assim, de conceituações equivocadas e reducionistas que ainda são pensadas e reproduzidas na sociedade,⁷ para que pudessem, dessa forma, perceber que essas descaracterizam o saber histórico, e entender a importância de tê-la em sua grade curricular de estudos.

Por conseguinte, buscou-se contextualizar com os alunos como se dá o processo de produção do conhecimento histórico: quem escreve a História? com que materiais é escrita? e como é escrita? logo, foi proposto a discussão acerca do ofício do historiador e das fontes históricas.

A respeito dessas últimas, pretendeu-se tornar a definição menos abstraída possível, assim para além das imagens contidas no livro didático⁸ - que em sua totalidade constituíam-se de objetos que referenciavam a um passado distante, e que não fazia referência à História do Tempo Presente⁹ e a História Oral,¹⁰ e mais necessariamente, a concepção de que a História não está somente ligada e voltada a temporalidades com recuo longínquo da qual os alunos vivem - apresentou-se para o alunado, elementos mais contemporâneos e que estavam próximos a eles, como, por exemplo, a caneta esferográfica da qual faziam uso para escrever, os seus

⁷ Uma ideia errônea quando se pensa o Ensino de História e ainda bastante reproduzida nos meios escolares e não-escolares é que a História estuda apenas o passado humano, cuja a preocupação é memorizar fatos e datas, vide “importantes”.

⁸ É importante frisar que o livro didático é um material imposto pela coordenação escolar, de uso obrigatório em sala de aula. O livro didático adotado pela escola foi o do Projeto Araribá, organizado pela Editora Moderna, em sua 4ª edição, do ano de 2014.

⁹ A História do Tempo Presente é um campo historiográfico em que se produzem análises de eventos, fenômenos, acontecimentos, que normalmente é posterior a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para saber mais, conferir: (FERREIRA; DELGADO, 2013).

¹⁰ “A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes [...] surgida [...] no século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2016, p. 155).

cadernos de anotações, o uniforme escolar que usavam, dentre outros, que podem, potencialmente, tornarem-se fontes para o estudo da História, tendo em vista que a História faz-se “com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser” (FEBVRE apud LE GOFF, 2003, p. 107). Movimento que, de certo, contribuiu para que os alunos se percebessem como sujeitos históricos.

Outra noção imprescindível que foi trazida para dentro da sala de aula do 6º ano “B”, da E.M.E.F. Profª Maria Nadir Filgueira Valente, acerca da História, enquanto ciência, foi a de tempo. Procurou-se refletir com os alunos para além do tempo dos relógios e dos calendários,¹¹ o tempo das sociedades humanas, tempo esse que não pode ser uniformemente medido. Para isso, recorreu-se ao uso didático de alguns exemplos, a citar, as atividades que uma sociedade indígena desenvolve ao longo das quatro estações (verão, outono, primavera e inverno), para que compreendessem que não existe a ideia de um tempo comum para todos os povos e sociedades, que avança em linha reta em direção a um futuro uniforme, ou seja, que as sociedades estariam em escalas evolutivas distintas, mas que todas caminhariam para o mesmo ápice evolutivo, o que contribui para desconstruir a ideia errônea de que existe superioridade, quer seja de um povo, de uma sociedade sobre outra.

O Universo do aluno e o Conteúdo Curricular

Partindo da observação de Callai (2001, p. 136-138), que o conteúdo deve estar sempre interligado com a realidade do aluno, de forma que ele possa construir sua cidadania e criticidade, tentou-se ao máximo articular, dentro de sala de aula, elementos da realidade pessoal e local que circunscrevesse o alunado, ao tratar do objeto de conhecimento *As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização*.

Não obstante, os objetivos com esse conteúdo foram: Conhecer e discutir as teorias e hipóteses científicas existentes sobre o surgimento da espécie humana; Perceber e problematizar as mudanças que o ser humano passou durante os períodos históricos, notadamente, chamados de paleolítico e neolítico, enquanto produto de um processo evolutivo e, ademais, compreender, refletir e relacionar as modificações que o ser humano passou durante esses períodos com a produção sociocultural humana dos dias atuais.

¹¹ Basicamente, nesse momento da aula, consistiu em apresentar aos alunos, os diversos instrumentos já inventados pelo ser humano para medir o tempo, como por exemplo, o primeiro relógio que se teve, cuja a marcação das horas era dada pelos raios do sol, a ampulheta, os relógios de bolso, até os mais modernos, como os eletrônicos, bem como, os alunos puderam conhecer um pouco da constituição de 3 calendários existentes na atualidade, o Cristão, Judaico e o Mulçumano.

As ações, nesse sentido, ocorreram, de início, com a discussão das teorias e hipóteses existentes sobre o surgimento da espécie humana, um assunto riquíssimo para debater em sala de aula. Inicialmente, realizaram-se as seguintes perguntas para os alunos: Vocês já se perguntaram de onde viemos? Como surgimos? Quais as explicações vocês conhecem sobre o assunto? As respostas obtidas foram bastantes previsíveis. Os alunos, quase de forma unânime (pois houve aqueles que não quiseram se pronunciar), responderam que “Deus” os havia criado.¹² E utilizando-se de suas respostas, leu-se com a turma, uma passagem bíblica que estava presente no livro didático, o qual descrevia como que esse “Deus” havia criado o ser humano. O movimento seguinte consistiu em analisar o que acabará de ser lido.

A fim de manter a atenção e, fazer com que os alunos se interessassem pelo assunto, um dos recursos de mídia utilizado em sala consistiu no slide. Este que foi usado, principalmente para apresentar imagens, fotografias e ilustrações referentes à temática. Afirma Gejão (2008, p. 1):

Para ensinar com a ajuda de imagens o professor deve ter em mente que a fotografia funciona como um mediador cultural, ou seja, atua na interação entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos. Esta interação ocorre de forma dialógica, onde está presente a ideia de múltiplas vozes, o contato com várias linguagens para se construir um novo conhecimento.

Neste sentido, a primeira imagem¹³ trazida à turma consistiu em um painel de rostos humanos de inúmeras nacionalidades, cor e religião (chinês, americano, negro, islâmico, indiano, indígenas, etc.). A ideia, ao apresentá-la aos alunos, era para que eles, além de atentassem para a diversidade cultural e social humana existente no planeta, que muitos dos representados ali não compartilhavam daquela tese bíblica, a qual foi feita a leitura em sala e que, grosso modo, os alunos não souberam questioná-la, uma vez que o tempo das sociedades humanas não é um tempo comum, ou seja, que algumas sociedades ali apresentadas não compartilhavam dos mesmos signos, principalmente, no âmbito de suas crenças. E, assim, pudessem entender que as teorias, trazidas pelas teses religiosas é produto das experiências humanas que são forjadas no seio de cada sociedade, ou seja, o que é considerado como “verdade” e “correto” para algumas, não é as vezes o certo para outras, em virtude das diferentes experiências que cada uma teve durante a constituição de suas civilizações.

¹² Essa atividade foi necessária, uma vez que é importante conhecer o aluno, “suas descobertas, hipóteses, crenças, opiniões, desenvolvendo diálogo, criando situações onde o aluno possa expor aquilo que sabe” (PISONI, COELHO, 2012, p. 150).

¹³ Vide em: <http://www.bbc.com/news/technology-19923200?hcb=1>.

A imagem seguinte¹⁴ tratava-se de uma uma montagem da célebre pintura *A Criação de Adão*, de Michelangelo, com a representação gráfica da evolução da espécie humana. Essa foi trazida para discutir as teorias explicativas (Criacionismo, Evolucionismo e Design Inteligente) e, por conseguinte, outras imagens também foram incluídas, sendo usadas para ilustrar, referenciar, analisar, discutir e refletir acerca da vida humana nos primeiros períodos históricos (Paleolítico e Neolítico).

Ademais, no que tange ao do modo de vida humana nos primórdios históricos, fez-se uso de dois curtas-metragens, cada um com duração de no máximo 4 minutos, ambos oriundos do universo infanto-juvenil. O primeiro tratava-se do desenho infantil *Os Flintstones*,¹⁵ e o segundo foi o trailer do filme animado *Os Croods*.¹⁶ A utilização dos vídeos tendenciou despertar o interesse introdutório do aluno para a temática que seria tratada em sala,¹⁷ ao passo que fazia com os alunos percebessem que essa não era um assunto alheio e estranho a eles. Por conseguinte, seguiram-se as discussões em torno do assunto propriamente dito, sendo mediado pelas observações e articulações com as cenas observadas nos vídeos.

O Seminário: uma proposta metodológica

Uma das dificuldades que os alunos da rede pública de ensino da cidade de Cametá (PA) apresentam, e quiçá, em muitas outras redes de ensino do Brasil, é em relação a exposição oral dos conteúdos curriculares e demais assuntos que são pertinentes à formação das suas identidades individuais e coletivas que ocorrem, seja na forma de debates em sala de aula, seja na apresentação dos trabalhos escolares.¹⁸ E, tendo como foco propor alternativas a esse problema, uma vez que se percebe que ele contribui para o baixo rendimento escolar e cognitivo, além de comprometer o desenvolvimento social, sendo pois, um dos sintomas clássicos, a timidez, realizou-se, mediante planejamento, organização e sistematização junto à professora supervisora do PIBID/História, a proposta metodológica de utilizar com os alunos do 6º ano “B” da Nadir Valente o seminário, tendo em vista as suas potencialidades, entre as

¹⁴ Vide em: <http://sinmedrn.org.br/artigos/a-origem-do-homem-artigo-de-geraldo-ferreira-publicado-no-novo-jornal/?hcb=1>

¹⁵ *Os Flintstones* (em inglês: *The Flintstones*) é uma série de televisão animada que estreou em 30 de setembro de 1960, criada por William Hanna e Joseph Barbera. O desenho retrata o cotidiano de uma família de classe média da Idade da Pedra.

¹⁶ *Os Croods* é uma animação da DreamWorks lançada em março de 2013. Conta a história de uma família pré-histórica que a abandona a segurança da sua caverna para explorar o mundo.

¹⁷ Os vídeos foram exibidos após ser discutido com os alunos as teorias explicativas do surgimento da espécie humana.

¹⁸ Essas dificuldades foram percebidas durante o período de observação *in loco* nas escolas Julia Passarinho e Nadir Filgueira Valente.

quais se destacam: o aprimoramento intelectual, pronúncia, exposição de ideias, argumentação e socialização.

De acordo com Dolz et al. (2011, p. 185), o seminário “é um discurso que se realiza numa situação de comunicação específica que poderíamos chamar de bipolar, reunindo o orador ou expositor e seu auditório”. Esse orador ou expositor, no caso do ambiente escolar, é um aluno ou grupo de alunos, que discorre sob um determinado tema, sendo os interlocutores também alunos, mas que assumem o papel de auditório. “Esse(s) aluno(s), em alguns momentos, assume(m) o papel de professor, seja quando da apresentação, seja quando da avaliação da apresentação dos colegas” (PEROBELLI, 2018, p. 8).

Tendo em vista que a utilização do seminário enquanto proposta metodológica é muitas vezes realizada de forma equivocada, conforme já observado por Lopes (2010) e Freitas (2016). E sob qual, Dolz et al. (2011, p. 184) afirma da seguinte forma:

a exposição [o seminário] vem de uma longa tradição e é constantemente praticada, muitíssimas vezes, isso se dá sem que um verdadeiro trabalho didático tenha sido efetuado, sem que a construção da linguagem expositiva seja objeto de atividade em sala de aula, sem que estratégias concretas de intervenção e procedimentos explícitos de avaliação sejam adotados.

Assim, levando em consideração o pressuposto acima, foi feito primeiramente um levantamento das bases avaliativas, ou seja, o que seria objeto de avaliação nas exposições dos alunos. Por conseguinte, realizou-se um breve discurso com a turma para explicar a eles do que se tratava um seminário: O que é? Como funciona? Qual é a sua importância?, já que até o presente momento, eles nunca haviam feito um.

Por fim, houve a distribuição de um pequeno roteiro aos alunos, contendo algumas instruções e orientações, como, a citar, para a pesquisa do tema, para a organização da apresentação, para a postura e gestos em público adequados, entre outros aspectos.

Feito isso, partiu-se para a divisão dos grupos¹⁹ e a distribuição das temáticas. Sobre estas optou-se pelo conteúdo curricular *A vida humana no Paleolítico e Neolítico*, vulgarmente conhecido no meio escolar pela expressão *Pré-história*. Esse conteúdo foi discutido em três aulas dialogadas²⁰ anteriores às orientações, elaboração e planejamento dos seminários. No

¹⁹ Esta (divisão) ocorreu sem critério pedagógico, apenas seguindo a sequência da lista de chamada, o que depois percebeu-se que consistiu em um equívoco, uma vez que, dentre outros, o critério da lista de chamada era recorrentemente usado, ou seja, os alunos sempre acabavam realizando as atividades escolares com os mesmos colegas, não permitindo assim que eles pudessem ter novas socializações e construir, por conseguinte, novas amizades.

²⁰ O oposto desse tipo de aula é a “aula expositiva”. De acordo com Nunes (2012) a aula expositiva constitui-se como um tipo de estratégia de ensino, e que “caracteriza-se pela exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor, sem levar em conta conhecimento prévio dos alunos, e espaço para questionamentos”. Nesta estratégia, o foco é

decorrer de quatro aulas seguintes, foram feitas as apresentações de seminário, e que eram compostas de três a quatro alunos.

Os resultados da ação pedagógica da utilização do seminário em sala de aula foram bastante satisfatórios. Percebeu-se maiores expressões de coletividade, cooperação e solidariedade entre os alunos, principalmente entre aqueles mais introspectivos e calados. Livrementemente, os alunos souberam trazer em seus cartazes os temas referentes à *Pré-História* que mais lhes despertaram curiosidade e interesse, nos quais houve destaque para o modo de vida do ser humano nos períodos históricos paleolítico e neolítico, o surgimento do comércio e apontamentos acerca das pinturas rupestres, além de trazerem informações adicionais que não tinham sido discutidas em sala de aula, como foi sugerido no roteiro, apresentando-as aos colegas.

Ademais, a maioria dos alunos fizeram uso de imagens que representa e ajuda ao público a se localizar e entender seus subtemas, apesar de que não souberam, o que faz parte do processo, ser possível ocorrer, intercalar suas falas com as mesmas.

Além do mais, a presente experiência metodológica permitiu que se concluísse o quanto importante são seminários feitos de forma a exercitar a autonomia do educando, dando-lhe liberdade tanto de escolher subtemas e assuntos - dentro de uma temática maior delineada pelo professor (a), que mais lhes despertam a curiosidade e o interesse, pois raras são as vezes em que isso ocorre no ensino básico público - quanto permitir que eles próprios (os alunos) construam, organizem e sistematizem o conhecimento histórico. Sendo, pois, as contribuições ao ensino-aprendizagem, dentre outras, é o de instrumentalizar o professor (a) a perceber qual é a identidade de uma turma e, mais especificamente, quais são as lacunas que esse (a) precisa preencher, no que diz respeito a conteúdos curriculares e não-curriculares, propiciando orientação à prática pedagógica.

Considerações Finais

O PIBID/História se mostrou uma oportunidade importante para a formação docente, possibilitando maior compreensão acerca da realidade escolar e das exigências que são postas pela função educativa. Para além disso, a participação no subprojeto proporcionou que se pudesse (re)pensar propostas educativas de maneira planejada, pois, ao invés de uma inserção

exclusivamente o professor, e o aluno é visto como agente passivo, que recebe as informações pelo docente. E que foi denominada pelo educador brasileiro Paulo Freire de “Educação Bancária”, devido alienar e excluir o aluno do processo de construção do conhecimento.

direta e compulsória, como costuma ocorrer durante os estágios obrigatórios, foi feita uma inserção gradual e autônoma, com acesso a suportes e bases técnicas e teóricas.

No que se refere aos impactos das atividades propostas na turma de 6º ano “B”, da E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente, tanto para a formação docente, quanto para a educação pública em geral, e em particular, na de Cametá/PA, destacam-se: A contribuição para a diminuição das distâncias entre conhecimento teórico e conhecimento prático, uma vez que se articularam as formações teóricas proporcionadas pelo programa e saberes oriundos das aulas de graduação em História com a realidade escolar da sala de aula; a valorização das práticas docentes, como sendo esse um dos passos imprescindíveis a uma sociedade capaz de se fazer verdadeiramente democrática; a aproximação entre a Universidade e a Comunidade Cametaense; a oportunidade para formação continuada da professora supervisora responsável pela E.M.E.F. Professora Maria Nadir Filgueira Valente; o aumento do interesse acadêmico por pesquisas cujas temáticas reportam à prática professoral em história; a percepção e o conhecimento sobre as realidades das comunidades escolares locais; a oportunidade de vivenciar estratégias de transposição do conhecimento acadêmico para os espaços escolares de formação básica, a contribuição para a superação da Educação Bancária e da História factual, positivista e linear que cessa a uma sociedade crítica.

Fontes

PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA. In: Editora Moderna (org). Editora responsável Maria Raquel Apolinário. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanri (Org). **Fontes Históricas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 155-202.

ANDRÉ, Marli E. D. A; FERRAGUT, Laurizete; GATTI, Bernardete A; GIMENES, Nelson A. S. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. – São Paulo: FCC/SEP, 2014. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf>. Acesso em: 19 agost. 2019.

FCALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Revista Terra Livre**. São Paulo. n. 16. jan/jul. 2001 p. 133-152. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/353>. Acesso em: 19 agosto. 2019.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped-FaCOS/CNEC Osório**. v. 2, ago. 2012. p. 144-152. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teor%C3%ADa_e_a_influ%C3%ADncia_na_educacao.pdf. Acesso em: 19 agost. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia do tempo presente e ensino de Historia. **Revista História Hoje**, v.2, nº 4, 2013. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/90/70>. Acesso em: 19 agost. 2019.

DOLZ, Joaquim. A exposição oral. In: SCHNEUWLY, Bernand.; DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 183-211.

E.M.E.F. PROFESSORA MARIA NADIR FILGUEIRA VALENTE. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/14771-emef-professora-maria-nadir-filgueira-valente/sobre>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Patrícia Raquel de. **Produção oral no seminário: possíveis apropriações em uma prática de ensino**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/305691/1/Freitas_PatriciaRaquelde_M.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

GEJÃO, Natália Germano. **Fotografia e ensino de História: Mediadores culturais na construção do conhecimento histórico**. In: VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina, 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/NataliaGGejao.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Quenízia Vieira. **O ensino do gênero exposição oral: um estudo de caso no 5º ano do ensino fundamental**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6491?locale=_BR. Acesso em: 15 jul. 2019.

NUNES, Teresa. **As diferenças entre aulas expositivas e aulas dialogadas**. Disponível em: <http://posgraduando.com/as-diferencas-entre-aulas-expositivas-e-aulas-dialogadas/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

PEROBELLI, Mariza. A construção do objeto de ensino seminário sob o ponto de vista dos gestos didáticos. **Linguagem em Discurso – LemD**. Santa Catarina: Tubarão, v. 18, n. 3, set./dez. 2018. p. 565-581. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/7057/4112. Acesso em: 13 jul. 2019.

PPP. Projeto político-pedagógico da E.M.E.F. Profª. Maria Nadir Filgueira Valente. Cametá, 2016.

Artigos Livres

“Impedido de entrar porque falava português”: Relações Interétnicas e Espaços de Sociabilidades em Mallet-PR (1930-1940)

Loiana Maiara Z. Ferrando,¹ UNICENTRO

Resumo

A finalidade deste trabalho é refletir sobre as relações interétnicas estabelecidas em espaços de sociabilidades de Mallet-PR, tendo como fonte de análise inquéritos policiais e processos criminais. Nosso recorte temporal compreende o ano de 1930 até 1940, devido à grande incidência de ocorrências criminais envolvendo imigrantes. Esses, ao se instalarem no território malletense, ocasionaram sociabilidades informais e formais, entre si e com os demais, seja por meio das associações ou em ambientes públicos, com interesses e objetivos variados. Entretanto, em determinados momentos, esses acontecimentos também resultaram em conflitos, ressaltando questões que permeavam os grupos étnicos.

Palavras-chave: Mallet; Sociabilidades; Imigração; Grupos étnicos.

Abstract

The purpose of this article is to reflect on the interethnic relations established in spaces of sociability in Mallet-PR, having as a source of analysis police investigations and criminal cases. Our time frame covers the years 1930 to 1940, due to the high incidence of criminal incidents involving immigrants. These immigrants, when they settled in Mallet, led to informal and formal sociability, among themselves and with others, either through associations or in public environments, with varied interests and objectives. However, at certain times, these events also resulted in conflicts, highlighting issues that permeated ethnic groups.

Keywords: Mallet; Sociability; Immigration; Ethnic groups.

Introdução

O município de Mallet-PR foi definido a partir dos deslocamentos imigratórios, comportando sujeitos oriundos de diversos países, majoritariamente poloneses e ucranianos, desde 1890,² os quais fixaram-se no território e formaram suas colônias, atraídos pelas condições favoráveis propiciadas pelo governo paranaense, que visava a ocupação dos territórios vistos como “vazios demográficos”, a substituição da mão de obra escrava e a produção de gêneros alimentícios para os centros urbanos.³ Diante disso, no convívio gerado

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Irati-PR. Atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição, na linha de pesquisa *Espaços de Práticas e Relações de Poder*.

² Nesse ano “chegava a região a primeira leva de imigrantes europeus, de nacionalidade polonesa. Cinco anos depois, novos colonos, provenientes da Ucrânia, então sob o domínio da Áustria”. Entretanto, vale mencionar que já existiam algumas famílias brasileiras instaladas no território (IBGE, 2017).

³ Balhana (1996), apresenta tais discussões sobre a política imigratória ocorrida no Paraná.

entre nacionais e imigrantes,⁴ surgiam as diferenças, que antes não eram tão visíveis, e consequentemente o acionamento de fronteiras étnicas, as quais muitas vezes suscitavam desentendimentos, relações conflituosas e de poder.

Por meio da interação, segundo Poutignat e Streiff-Fernat (1998), os grupos étnicos se identificam e estabelecem suas fronteiras, de modo a se diferenciar dos outros, demarcando o “nós” e “eles”, as quais podem ser construídas e reconstruídas dependendo do contato estabelecido e das situações vivenciadas, ocasionando sentimento de pertença entre os membros, configurando-se como um importante elemento da etnicidade.⁵ Em outras palavras, “a manutenção das fronteiras, baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” (POUTIGNAT E STREIFF-FERNAT, 1998, p. 158). Dessa forma, os espaços de sociabilidades tornam-se oportunos para esses contatos interétnicos, sejam eles estabelecidos nas práticas religiosas, nos clubes esportivos e sociais, nos bailes, bares e armazéns, nas vias de circulação, entre outros. São locais que possibilitam momentos sociáveis momentâneos ou regulares. Mas, ao mesmo tempo, são alvos de atritos dos diversos grupos, que visam ocupá-los a partir de seus interesses e objetivos.

Para tal estudo, partimos das noções de sociabilidade formuladas por Georg Simmel (1983), o qual compreende o termo como “a forma autônoma ou lúdica de sociação”. Esse conceito refere-se

[...] a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 1983, p. 166).

Portanto, de acordo com Simmel, os indivíduos estabelecem múltiplas relações e interações, a partir de diversas finalidades, necessidades e motivos, formando uma “unidade”, a qual ele denomina como sociedade. Sendo assim, esses não conseguem viver isoladamente e, consequentemente, estabelecem condições “para influenciar os outros e para ser influenciado por eles” (SIMMEL, 1983, p. 166). Ou seja, o autor acrescenta que, além de estarem sociados a partir de seus propósitos, para que haja sociabilidade é necessário que os membros sintam

⁴ Nesse caso consideramos nacionais os estabelecidos na região antes do processo de colonização, sendo os velhos e os novos. A obra *Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000) de Norbert Elias e Scotson permite aprofundar essas noções.

⁵ Para Poutignat e Streiff-Fernat (1998) a etnicidade é um conjunto de atributos considerados comuns, como religião, língua, costumes, entre outros, que unificam os sujeitos e estabelecem um grupo. Dessa forma, conforme os autores acrescentam, o que define os grupos étnicos é a etnicidade e as fronteiras étnicas, as quais criam uma divisão entre os membros e não membros, compartilhando “critérios de avaliação e julgamento”, sendo “uma forma de organização social” (POUTIGNAT E STREIFF-FERNAT, 1998, p. 193-197).

satisfação mútua de estarem no momento sociável. Desenvolve-se um “mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está ligado ao prazer dos outros”, ao coletivo, onde as características individuais não devem ser evidenciadas. Nesse sentido, a sociabilidade é lúdica a partir do momento que se desvincula de traços da realidade e pura quando ocorre entre iguais (SIMMEL, 1983, p.173).

De acordo com Baechler (1995, p.66), a sociabilidade é definida como “a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações [...]”, nesse caso, para o pesquisador, o termo rede refere-se aos vínculos que um indivíduo constitui com os outros, os quais funcionam em ciclos, sempre ocasionando novas relações com outros sujeitos e assim sucessivamente.

Essas redes, segundo o autor, podem ser classificadas a partir de três formas. A primeira são as instituídas com conhecidos, amigos, vizinhos ou no próprio grupo familiar, e ocorrem “espontaneamente entre os indivíduos”, de maneira não organizada. A próxima, “poderia ser definida por redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros” (BAECHLER, 1995, p. 78). Por fim, partindo das noções de “civildade”, define-se a terceira e última forma de rede, em que os indivíduos deveriam manter-se semelhantes, amenizando “as asperezas de sua personalidade e os traços extravagantes de seu personagem social”, buscando reafirmar-se “como membro aceitável de um círculo de civildade” (BAECHLER, 1995, p. 83).

Ressaltamos que as sociabilidades podem ser definidas de maneira formal e informal. A primeira, de acordo com discussões de Maurice Agulhon (1984), refere-se as relações estabelecidas por sujeitos que se unem em nome de um grupo ou instituição organizada e registrada, como uma associação ou grêmio, sendo mais fáceis de serem analisadas, através das próprias fontes produzidas, como atas de reuniões. Assim Baechler (1995) sintetiza:

[...] a sociabilidade pode traduzir-se em agrupamentos formais e organizados, podendo constituir unidades do ponto de vista jurídico e administrativo, mas cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar juntos (BAECHLER, 1995, p. 82).

Por sua vez, para Uría (2015), as sociabilidades informais são aquelas travadas no cotidiano e de forma espontânea, marcadas pela escassez de fontes. Um exemplo mencionado pelo autor é a taberna, caracterizada por manifestações não organizadas, onde os sujeitos

paravam no momento de ir ou voltar do trabalho, e se reuniam com indivíduos pertencentes a esferas sociais diferentes. Além disso, era um local marcado pelas conversas sobre vários assuntos e pela propagação de notícias.

Diante disso, a proposta de investigação fundamenta-se na pesquisa qualitativa tendo como fonte de análise inquéritos policiais e processos crimes de Mallet-PR, localizados no acervo CEDOC/I da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus de Irati. Essas fontes, por sua vez, possuem diversas informações que podem ser problematizadas, a partir da metodologia empregada e dos questionamentos que se fazem a ela, nesse caso, quais as formas de sociabilidades exercidas pelas diversas etnias, suas interações nesses espaços, seus meios de distinção e ações coletivas, e como se desencadeavam os conflitos.

Nosso recorte temporal compreende o ano de 1930 até 1940, momento em que aumentaram os inquéritos policiais e processos criminais envolvendo imigrantes. Dos 37 registros efetuados entre 1913, emancipação do município, até 1940, os quais mencionam nacionalidade e representam a primeira geração, 27 ocorrem no contexto analisado.⁶ Entretanto, Pochapski (2018, p. 207) questiona esse crescimento em sua pesquisa e discorre que tal fato abrangeu todos os sujeitos, não somente aos oriundos de outros países, pois durante a Era Vargas as ações policiais e jurídicas se expandiram, objetivando a segurança e ordem. Além disso, houve alterações na legislação vigente, resultando em novas visões acerca do que era considerado crime, e conseqüentemente, suas devidas condenações.

Monsma (2000), apresenta discussões e aspectos metodológicos importantes ao pesquisador que deseja analisar inquéritos policiais e processos criminais para compreender as relações interétnicas, ocasionadas em regiões de imigração. Partindo dos conflitos envolvendo italianos em São Carlos-SP, no final do século XIX, o autor discorre que as interpretações produzidas nos depoimentos ressaltam aspectos cotidianos, as interações entre os distintos grupos, suas ações coletivas, suas fronteiras étnicas, seus estereótipos, entre outros, sendo que em determinados momentos, os envolvidos tendem a enfatizar visões produzidas coletivamente. Diante disso, para ele, torna-se extremamente importante comparar as várias versões apresentadas, seja pelas testemunhas, acusados ou vítimas. Sintetizado:

Se, por exemplo, todas as testemunhas de uma etnia enfatizam certos fatos, que tendem a desculpar um réu da mesma etnia, ao passo que todas as testemunhas da etnia da vítima enfatizam outros fatos, que incriminam o réu, o processo sugere uma polarização étnica, levando a diferenças sistemáticas na percepção dos mesmos acontecimentos, ou à disposição de mentir para

⁶ O presente artigo é parte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste e a discussão teórica proposta é fruto da disciplina *Espaços de Sociabilidades*.

ajudar o semelhante. Além disso, a natureza das divergências nos depoimentos indica alguns dos eixos principais de desentendimentos e tensões entre grupos (MONSMA, 2000, p. 2).

Em relação aos estudos que foram produzidos a partir da análise de documentos judiciais que abordam essa temática, mencionamos *Trabalho, lar e botequim* de Sidney Chalhoub, publicado em 1986, o qual analisa as relações cotidianas e as questões em torno da classe trabalhadora carioca no início do século XX. O autor descreve que os conflitos entre imigrantes e nacionais, em espaços de sociabilidades eram comuns, principalmente nos intervalos ou depois do trabalho, longe das normas profissionais, pois as adversidades “podiam ser resolvidas sem pôr em risco os meios de sobrevivência dos contendores”. Tais desavenças estavam, em grande parte, relacionadas as próprias competições trabalhistas ocasionadas entre os grupos (CHALHOUB, 1986, p. 96).

Ao analisar a criminalidade em São Leopoldo, região de imigração alemã, de 1846 a 1871, Mühlen (2017, p. 251) discorre que as sociabilidades eram originadas a partir de “diferentes motivações que acolhiam os distintos grupos sociais”. Ou seja, com o passar do tempo, criaram-se novas formas que compreendiam os espaços considerados públicos, adaptadas ao cotidiano da população, como os bailes, as vendas, festividades religiosas, corridas de cavalo, entre outros, sendo atividades que constituíam importantes momentos de diversão, lazer e interação. Assim como acontecia em Mallet-PR, tornando-se parte das práticas exercidas num contexto majoritariamente rural.

A autora atribui grande relevância as vendas e casas comerciais, locais que se estabeleciam como espaço “multifuncional, frequentado por pessoas de diferentes grupos sociais (origem étnica e posição social e religiosa) no seu tempo livre, onde construía relações afetivas ou antagônicas e competitiva”, mas também em algumas ocasiões, passavam a ser “palco de conflitos violentos e sangrentos”, causados por múltiplos fatores (MÜHLEN, 2017, p. 252).

Vendrame (2013) em seu estudo referente as práticas de justiça na ex-Colônia Silveira Martins, composta por italianos no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do XX, discorre que esses ao se estabelecerem em novas terras, buscavam relacionar-se com os demais membros do grupo, fortalecendo suas ligações, diante disso, fundaram “instituições agregativas”, seja no lazer ou nas práticas religiosas, que lhes garantiam ocasiões sociáveis, bem como, segurança, auxílio mútuo e vantagens em suas ações. Tais estratégias, também eram utilizadas no momento de relatar os crimes que envolviam esses imigrantes. Por sua vez, os espaços de sociabilidades que possibilitavam o contato dos diversos sujeitos, eram permeados

por comentários, provocações e disputas, entre eles novamente destaca-se as casas comerciais, as quais se tornavam “cenário privilegiado para a produção do insulto, onde o peso das palavras aumentava devido à quantidade de pessoas que presenciavam as discussões” (VENDRAME, 2013, p.324).

O território malletense tem chamado a atenção dos pesquisadores e suscitado muitas pesquisas nos últimos anos, as quais trazem importantes contribuições para nossa reflexão. Iniciamos pelo trabalho de Antoczeczen (2015), embora não utilize documentos judiciais como fonte de análise, a autora aborda as fronteiras étnicas estabelecidas entre ucranianos e poloneses na região, em um momento de interação específico, a *Festa das Nações*, realizada no ano de 1993, com o intuito de minimizar as rivalidades entre as etnias.

Conforme relatam seus entrevistados, os embates existentes entre as duas nacionalidades, foram originadas a partir de um “passado histórico”. Tal fato, segundo a autora, influenciava na definição das fronteiras étnicas e nas identidades, onde os sujeitos buscavam se distinguir de outros que não possuísse laços semelhantes aos seus. Ou seja, “para isso os grupos étnicos podem transformar o espaço onde acontecem as disputas étnicas em uma região com diferentes significados”, consequentemente excluindo o que não lhes fazia sentido (ANTOCZECEN, 2015, p. 52). A historiadora conclui que apesar do esforço na organização da festa, observou-se que a participação das etnias não ocorreu na sua totalidade.

Na sociedade interiorana e religiosa de Mallet-PR, além do contato estabelecido nas igrejas e nas atividades privadas, os sujeitos frequentavam e interagiam em armazéns e casas comerciais/negócio. Soczek (2018) ao analisar as práticas criminalizadas nesses espaços, inicialmente parte de uma noção de “sociabilidade violenta” como motivadora do aumento e redução dos registros de crimes nesses locais. Assim sendo, as relações de poder estabelecidas ficavam marcadas nas interpretações presentes nos processos criminais, caracterizando os indivíduos, os quais em determinados momentos contrariavam o ideal regionalista, que definia os imigrantes como pacíficos e ordeiros. Logo, como observa o historiador, as ações desenvolvidas nesses ambientes, se misturavam com condutas violentas, estimuladas pelo álcool, pela coragem e em defesa da honra, a qual nesse contexto era de suma importância.

Por sua vez, Pochapski (2018) em seu estudo referente a relação dos corpos e espaços nos crimes em Mallet-PR de 1931 a 1950, traz discussões importantes em relação ao nosso recorte temporal e as ações produzidas no território brasileiro durante a presidência de Getúlio Vargas. Também nos dá indícios de que para além dos ambientes físicos, as vias de circulação constituíam momentos de sociabilidade, onde os sujeitos se deslocavam de um lugar para o

outro, mas que frequentemente encontravam familiares, vizinhos ou amigos, e interrompiam temporariamente seu percurso para conversar, propagando notícias referentes a comunidade, que posteriormente poderia desencadear desavenças, principalmente se fossem prejudiciais. Conforme acrescenta o autor, “grande parte dessa circulação de informações ocorria nos momentos de encontros, nos instantes de conversas, músicas e chimarrão com vizinhos e compadres” (POCHAPSKI, 2018, p.98).

Stachuk (2017), apresenta análises referentes as interações entre as etnias e dados quantitativos importantes para compreender os conflitos ocasionados e o papel dos espaços de sociabilidades em Mallet-PR, entre os anos de 1925 até 1965, obtidos por meio das fontes criminais, os quais contribuiriam significativamente nessa pesquisa. A autora discorre que esses locais compreendiam 30,7% dos casos registrados, sendo majoritariamente bailes e festas, ocorridos com frequência nas próprias residências dos envolvidos e nos finais de semana, devido as longas jornadas de trabalho. Segundo a historiadora, esses divertimentos eram organizados como gratificação dos serviços prestados, em decorrência dos dias santificados, aniversários ou fruto das uniões matrimoniais firmadas na comunidade, sendo movimentados com bebidas alcoólicas. Em relação as nacionalidades, os ucranianos aparecem mais, seguidos pelos poloneses, depois brasileiros e uma pequena porção de alemães. Dessa forma, os grupos buscavam se divertir nesses ambientes festivos, mas por meio das fontes percebeu-se que tais momentos ocasionavam brigas.

Partindo dessas discussões, buscamos analisar as relações interétnicas estabelecidas em espaços de sociabilidades da região de Mallet-PR na década de 1930, bem como, observar como as fronteiras étnicas eram acionadas, tornando-se mecanismos para se diferenciar, mas também unir aqueles que se consideravam semelhantes. Para tal fim, utilizaremos um inquérito policial datado de 1933 e um processo criminal de 1938, o primeiro ocorre em um espaço de sociabilidade formal e o segundo, informal.

Brasileiros, poloneses e o “JUNAK”

No dia 1º de janeiro de 1933, por volta das dezesseis horas, em uma reunião da Sociedade Junak, no Colégio Nicolau Copérnico em Mallet-PR,⁷ o brasileiro Pedro diz ter sido

⁷ “Identificado como sendo o primeiro colégio polonês de ensino médio no Brasil, e um dos colégios mais equipados do Paraná” (ANTOCZECEN, p. 62). Ou seja, o espaço já estava envolto de significados ligados aos laços comuns de poloneses, inclusive na perpetuação da língua.

agredido pelo polonês José,⁸ por questões do uso da língua nacional. Segundo a vítima, foi impedido de entrar no recinto sob a alegação de que não falava a língua polonesa.⁹

De acordo com Renk (2009, p. 50), “o associativismo foi um traço marcante na organização das comunidades étnicas do Brasil. As comunidades fundavam as associações de caráter recreativo, educacional e de auxílio mútuo”, sendo mecanismos importantes na “manutenção das identidades étnicas”, que se diferenciavam dos demais por meio da língua, fé, valores, costumes, práticas culinárias, músicas, entre outros. Augusto Arriscado (2005, p. 271), aponta que, através dessas organizações, os grupos sociais procuravam “impor seus valores e sinais distintivos [...], para além daquelas sociabilidades marcadamente informais que acolhiam os diversos setores”. Por sua vez, Chermont (2011, p. 60) utiliza a expressão “territórios étnicos”, para se referir a esses espaços que unificam os sujeitos e incentivam a transmissão de aspectos considerados comuns.

A *Sociedade de Educação Física Junak (Towarzystwo Wychowania Fizycznego Junak)*, foi fundada em 1922, entretanto contava com outro nome, sendo alterado no ano seguinte.¹⁰ Essa organização teve como papel principal a difusão do esporte, podendo ser realizado por mulheres e homens. Além disso, o Junak também organizava eventos culturais e bailes entre os associados, configurando-se como um importante meio de socialização e fortalecimento dos valores étnicos (OLIVEIRA, 2009, p. 231).

Oliveira (2019, p. 232) acrescenta que em 1924, “as atividades esportivas do Junak passaram a ser organizadas no interior da União das Sociedades Esportivas Polonesas, entidade que congregava sociedades em cidades menores”. Tal fato proporcionou que essa associação se instalasse e atraísse sócios em várias regiões interioranas do Paraná e Rio Grande do Sul, chegando a “15 filiais e 8 equipes de escoteiros”, unificando os poloneses em solo brasileiro.

Retornando ao inquérito analisado, nas declarações prestadas pelo réu José (natural da Polônia, 30 anos de idade, instrutor de educação física), o conflito teria iniciado quando ao passar pela portaria do “Sarau” da Sociedade, notou que Pedro e o porteiro estavam nervosos, perguntando a ambos o que tinha acontecido, pois a vítima era estranha ao grupo e os dois sujeitos estavam embriagados.¹¹ Em seguida, foi perguntado em polonês seus nomes e se portavam distintivos do Junak. José acrescenta que, nesse momento, o brasileiro gritou “vamos embora e deixe esses desgraçados” e que o polonês retrucou “se você é sócio e desportista, deve

⁸ Utilizamos outros nomes para os envolvidos.

⁹ Acervo CEDOC/ UNICENTRO campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/36.4

¹⁰ JUNAK em polonês significa “jovem destemido, bravo ou valente” (OLIVEIRA, 2019, p.231).

¹¹ Os relatos apontam dois brasileiros envolvidos, entretanto, apenas um compareceu para depor.

saber que não pode se embriagar, deve ir embora para não envergonhar a sociedade”, aconselhando a se retirar. Cerca de duas horas depois, Pedro retornou ao local, questionando se José preferia chama-lo de bêbado ou levar uma “bofetada na cara”, que o declarante não deu importância e continuou dançando, não havendo agressão física e verbal.

Em relação as testemunhas, todas estavam participando do momento sociável onde ocorreu o conflito, ou seja, ambas faziam parte do “Junak”, bem como, apresentavam sobrenomes de origem polonesa. Observa-se em seus depoimentos a preocupação em relatar que a Sociedade realizava suas atividades em polonês e em português, não ocasionado nenhum conflito em relação a isso, afirmando que a mesma é voltada para o esporte e devidamente registrada, tendo seus estatutos e atas em ambos os idiomas.

João, a primeira testemunha, que no episódio estava como porteiro da reunião, afirma que recebeu ordens do superior para que a entrada fosse somente para associados e que utilizassem distintivos da Sociedade. Na ocasião, o depoente ao ver os brasileiros tentando entrar, impediu-lhes dizendo que era só para sócios e acrescenta que, não houve nenhum maltrato e que se isto acontecesse não seria devido a questões relacionadas a língua nacional. No decorrer do depoimento, afirma que José perguntou o que estava acontecendo e pediu em polonês para que os dois brasileiros fossem embora.

Estanislau, a segunda testemunha, afirma que o encontro era somente para associados, que viu as vítimas alcoolizadas e que houve um mal-entendido entre os moços e o porteiro, sendo interrompido por José a fim de evitar vergonhas para a sociedade, da qual faziam parte. Complementando que, no Junak todos falam português e por falarem tem certeza que não houve nenhum constrangimento.

Por fim Tadeu, a terceira e última testemunha, declara que os brasileiros estavam embriagados e que foram questionados em polonês se eram associados, mas que em nenhum momento houve proibição de exercer a língua portuguesa, pois nas reuniões falava-se ambos os idiomas, visto que o Junak somente se preocupava, exclusivamente, com atividades esportivas.

Percebe-se que o fato da vítima não se comunicar em língua polonesa foi um motivo de diferenciação e exclusão. Diante disso, assim como Pochapski (2018, p. 91), pensamos o idioma como um dos fatores que contribuem na constituição de fronteiras étnicas, fortalecendo a etnicidade e garantindo a coesão grupal, além de um meio de comunicação que propiciava trocas e solidariedade entre os semelhantes, principalmente no território malletense, onde muitos sujeitos perpetuavam sua língua de origem. Para o autor, “grande parte das fronteiras

eram produzidas nas instabilidades da vida diária, nos momentos de convívio e tensão, nos lazes e nas brigas”.

Uma das muitas medidas adotadas por Getúlio Vargas, foi a instauração da “Campanha de Nacionalização”,¹² a qual proibiu a utilização do idioma de origem dos imigrantes em espaços públicos, além do fechamento das escolas, dos jornais e das associações étnicas.¹³ Ou seja, para o presidente e para as elites, era necessário conter todas as manifestações que uniam os grupos étnicos e que permitiam a homogeneização, impedindo a integração com os outros habitantes (SEYFERTH, 2000). Porém, nas fontes analisadas não encontramos nenhuma restrição vinculada de maneira direta com essas ações.

Entretanto, Pochapski (2018) apresenta essas discussões e discorre que tal política nacionalista interferiu na vivência cotidiana dessa comunidade, que pode ser perceptível, através da preocupação em usar e transmitir línguas estrangeiras, bem como, da constituição de associações ou outras instituições que abrigassem somente um grupo étnico e difundissem ideais do país de origem. Dessa forma, como acrescenta o autor, as estratégias de controle sob os malletenses não se deram “apenas pela aplicação dos códigos pelas autoridades, mas as regras e leis foram gradualmente subjetivadas pelos moradores, se tornando autônomas e autorreguladoras” (POCHAPSKI, 2018, p. 194).

No documento analisado, nota-se a estratégia do brasileiro em acionar a justiça do Estado para resolver tal desavença, a fim de se reafirmar frente ao grupo do qual fora impedido de socializar e denunciar tal homogeneização. Vale ressaltar que os colonos eram aconselhados a evitar processos, pois segundo Vendrame (2013, p. 394), “era uma forma de atacar o oponente, causando, em contrapartida, prejuízos à reputação individual e familiar daqueles que se viam expostos à investigação e aos julgamentos locais”.

Quando os conflitos chegavam aos tribunais oficiais, os imigrantes acionavam mecanismos de defesa de si e do grupo pertencente, moldando seus depoimentos a partir de seus objetivos. No caso de José, observamos a ação coletiva e o esforço dos membros do Junak em proteger seu conterrâneo e conservar a imagem da organização, temendo as repressões que esse acontecimento poderia ocasionar, principalmente num contexto em que tais valores e comportamentos eram considerados uma ameaça ao Estado.

¹² Entrou em vigor durante o Estado Novo (1937-1946).

¹³ Em 1938, estabeleceu-se o Decreto nº 383, o qual previa que estrangeiros fossem impedidos de associar-se em organizações que remetesse aspectos da sua terra natal, sejam culturais, beneficentes ou de assistência (BRASIL, 1938).

Por fim, percebe-se que o discurso do réu prevaleceu, chegando à conclusão que não houve espancamento, não dando prosseguimento ao julgamento. Diante disso, podemos utilizar as discussões de Pierre Bourdieu (1989), para pensar que os grupos étnicos estão dentro de um espaço de “lutas simbólicas”, constituindo delimitações entre os sujeitos, muitas vezes utilizando classificações, com o objetivo de definir espaços, poder e superioridade uns em relação aos outros.

Conforme Cavaleri (2011, p. 66), “as associações étnicas podem ser compreendidas como agrupamentos sociais, seletivos e excludentes, fundadas em ambientes sociais heterogêneos”, com o intuito de socializar e reunir pessoas que compartilham aspectos comuns, fazendo parte de um grupo. Dessa forma, podem “promover a divulgação de sua língua e sua cultura forjando um elo de ligação com a terra natal”, constituindo vínculos que proporcionam proteção nos momentos necessários. Assim sendo, elementos não pertencentes a esse círculo, eram excluídos, visível no inquérito analisado, bem como, essas organizações acabavam por gerar conflitos, de grupos em relação aos outros.

Cantiga boa é em russo ou polonês?

As divergências em relação ao uso de idiomas também estiveram ligadas aos espaços de sociabilidades informais. Como na ocorrência do dia 22 de abril de 1938, onde o brasileiro Alexandre e o polonês Adão iniciaram uma discussão, resultante numa agressão, no estabelecimento de Afonso Vaigt, situado na Vacinal II, Linha da Esperança, à 18 km da sede Mallet-PR, logo após alguns tragos de cachaça.¹⁴

Conforme consta no documento tal fato ocorreu em uma sexta-feira, por volta das 20:00, possivelmente os envolvidos ao se reunirem no local buscavam um momento de distração e descanso da semana laboriosa, objetivando o lazer e a desvinculação temporária de seus afazeres e responsabilidades. Segundo Stachuk (2017, p. 81), em Mallet-PR, “era comum ao final do dia e depois do trabalho e também em finais de semana tomar um ‘trago de cachaça’, além de jogar partidas de bilhar e baralho”.

Em seu depoimento, Alexandre não nega os fatos e relata que, estava na casa comercial em companhia de Valdomiro, Adão e o dono do requerido estabelecimento divertindo-se, quando em determinado momento da noite, após alguns copos de cachaça, surgiu uma luta corporal entre o ele e alguns presentes, os quais não se recorda, dado o estado de embriaguez em que se encontrava. Em seguida, foi retirado do local e dirigiu-se até sua carroça, quando

¹⁴ Acervo CEDOC/ UNICENTRO campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/122.10

Valdomiro em atitude agressiva veio em sua direção. Nesse momento o réu lhe alertou para que não se aproximasse, não sendo atendido e em atitude defensiva, tirou uma balança e deferiu uma pancada.

Nas declarações, Adão relata que estava fazendo compras quando Alexandre lhe convidou para tomar um “trago”. Em seguida, surgiu uma discussão motivada por questões de autoridade, onde o réu disse que as “autoridades eram velhacas”, o que foi repellido pelo declarante. Na ocasião Alexandre segurou Adão pelo pescoço e derrubou-o no chão, mas que não lhe deu bofetada alguma, saindo com o rosto machucado, julgando ser do tombo que levou. No dia seguinte, soube o acontecido com Valdomiro.

De acordo com os relatos das testemunhas, o conflito teria iniciado após Alexandre cantar algumas “modinhas” em russo, sendo interferido por Adão que cantava em língua polonesa. Diante disso, não tendo gostado da cantiga e da atitude, Alexandre deu um soco no rosto do polonês, sendo retirado da casa comercial, continuando as provocações. Em seguida, o mesmo tirou uma balança e atingiu Valdomiro, que retornava à sua casa, sendo agredido devido à dificuldade de identificar as pessoas na escuridão da noite.

A segunda testemunha relata que ao ver o ferido, mandou chamar o Inspetor de Quarteirão, não tendo realizado a prisão e não estando armado.¹⁵ Esses eram, na maioria das vezes, sujeitos da própria comunidade e responsáveis pela segurança de tal região, atuando como “ligação dos malletenses com a autoridade governamental”. Ou seja, eram um mecanismo estatal para reprimir tais crimes, mas também exercer a presença nessa sociedade (POCHAPSKI, 2018, p. 169).

As informações referentes ao acusado (idade, profissão, estado civil, nacionalidade, instrução), podem ser encontradas na qualificação do processo criminal. Observamos que, no caso de Alexandre, o mesmo é descrito como brasileiro. Porém, Alexandre está culturalmente ligado aos sujeitos de etnia russa.

De um lado podemos pensar que Alexandre passou por um “processo de nacionalização das autoridades locais”, conforme proposto por Pochapski (2018, p. 77), o qual afirma que os envolvidos “declaravam sua origem estrangeira em muitos inquéritos, mas no decorrer do processo passavam a ser denominados como brasileiros”. Por outro, pensamos a partir dos pressupostos de etnicidade, um sentimento construído, onde a nacionalidade nem sempre a define, sendo que essa pode ser manipulada em determinados contextos (WEBER, 2008).

¹⁵ Na narrativa da testemunha observamos a importância dada ao porte de armas. De acordo com Fausto (2000, p. 96) no “século do progresso”, as armas de fogo, em especial o revólver, no imaginário popular eram consideradas um meio de afirmar sua valentia ou acabar com a dos demais.

Portanto, Alexandre poderia ser um descendente de imigrantes russos ou não, mas o fato de ser definido como brasileiro, não o faz se sentir pertencente a essa categoria.

Para Karl Monsma (2007, p. 115) as tensões e os embates cotidianos entre os grupos estavam relacionados a relações de poder, ou seja, quem possuía a autoridade de ordenar, em oposição aquele que deveria ser submisso e acatar as imposições. Por exemplo, “quando um europeu feriu ou matou um afro-brasileiro, geralmente foi depois de este ter afirmado sua igualdade e dignidade abertamente, insistindo em trato igual”. O autor acrescenta que com “certa regularidade situações de sociabilidade e interação amigável explodem em violência”. Como no caso analisado, Alexandre não gostou de ser contrariado em sua cantiga, ainda mais, de outro grupo. Bem como, o polonês não queria se subordinar, mas sim exercer sua superioridade sob o réu.

Doustdar (1990, p. 45) apresenta discussões acerca das rivalidades construídas anteriormente aos processos migratórios e transportadas para a sociedade de adoção, em relação aos sujeitos de origem polonesa. Por exemplo, o autor descreve que os primeiros imigrantes poloneses instalados em Pilarzinho-PR, sofreram com a propagação de estereótipos, ocasionando desavenças, principalmente por parte dos alemães, definido como “germanismo antipolonês”, pois até 1918 a Polônia estava dominada pela Alemanha. Vale ressaltar que o território polonês também se encontrava dividido entre a Rússia e Áustria-Hungria.

Diante disso, no processo em questão, as “modinhas” proferidas em idiomas opostos foram consideradas uma afronta, de ambos os lados, possuindo maior impacto pois estavam ligados à aspectos culturais e situações passadas, nesse caso, pressupomos terem ligações com as invasões e disputas territoriais ocasionadas no território russo e polonês. Além disso, os sujeitos se encontravam em meio a uma sociedade multiétnica, onde os grupos, na maioria das vezes, estavam em constante competição, buscando definir sua dominação e poder em relação aos demais, muitas vezes fazendo uso da violência para tal objetivo, seja ela física ou simbólica.

Segundo Teleginski (2012, p. 107) as casas comerciais “cumpriram um papel imprescindível no sistema de abastecimento de alimentos e de mercadorias”, bem como, “se configuravam um dos principais espaços de sociabilidade”. Na maioria das vezes, eram reservados ao lazer masculino, onde as mulheres compareciam com menor frequência, em outros horários e com propósitos distintos. Ou seja, a autora acrescenta que as vendas ou popularmente chamadas bodegas, expressavam muitas relações sociais e étnicas, e diferentes usos (TELEGINSKI, 2012, p. 191).

Os depoimentos prestados pelo réu e pela vítima nos dão indícios de que ambos estavam conversando tranquilamente sobre questões cotidianas e bebendo juntos antes do ocorrido. Por sua vez, Sousa (2004, p. 22), discorre que as brigas suscitadas pelo consumo de bebidas alcoólicas nos espaços de sociabilidades contemplam dois sentidos, “o poder de reativar as concepções de honra do homem” e o de “possibilitar o ajuste violento de determinadas rixas existentes entre indivíduos e grupos”. A rixa, segundo Sidney Chalhoub (1986, p. 310), pode ser definida como uma “situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente, ao conflito direto entre os contedores”.

Por fim, a Promotoria Pública declara provado a culpabilidade de Alexandre, sendo acusado nas penas do art. 303,¹⁶ que não negou a autoria do crime. Acrescentando que, Valdomiro apenas regressou pacificamente à sua casa, que tomou aquela direção sem intuito de provocar brigas, sendo vítima de uma pancada. Porém, o Juiz Municipal absolveu o réu, por falta de provas absolutas e da divergência nos depoimentos, alegando tratar-se de uma rixa entre os envolvidos, mantida por provocações recíprocas.

Considerações Finais

O município de Mallet-PR atraiu sujeitos de diferentes regiões e países, majoritariamente da Europa, no final do século XIX e início do XX. Tal fato, resultou no contato entre indivíduos que eram distintos e pertencentes a variados grupos, dessa forma, utilizando as palavras de Poutignat e Streiff-Fernarti (1998, p. 141), a etnicidade “se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”. Portanto, consideramos que o território malletense foi produzido a partir de diversos fatores, entre eles, as relações interétnicas estabelecidas, as quais também geraram disputas e conflitos, alguns sendo registrados nos inquéritos policiais e processos criminais.

Em nossas fontes e por meio das discussões apresentadas, observamos que os sujeitos e os grupos exerciam sociabilidades em diversos espaços, sendo formais e informais. Entre eles, estavam as casas comerciais, as quais abrangiam situações que tornavam visíveis as distinções existentes. Por sua vez, esses locais permitiam uma pausa das “tensões reprimidas na vida cotidiana” (FAUSTO, 1984, p. 122). Entretanto, algumas ocasiões eram permeadas por atritos, confusões e confrontos, ocasionados pela interação dos grupos étnicos, onde em alguns

¹⁶ “Art. 303. Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena de prisão celular por tres mezes a um anno” (CÓDIGO PENAL DE 1890).

momentos, buscavam resolver questões produzidas em outros ambientes, sobressair-se e demonstrar sua autoridade frente aos outros, como no caso analisado de Adão e Alexandre.

Percebemos também que em ambos os processos criminais, o consumo de bebidas alcoólicas se fez presente. Stachuk (2017) aponta que em sua pesquisa, dos 42 processos analisados, 39 apresentam o consumo de álcool, sendo que tal uso era popularmente difundido na região, e em excesso, algumas vezes, desencadeava atitudes provocativas e violentas. Droppa (2009), ao analisar os conflitos envolvendo “bêbados” em Ijuí-RS, discorre que a embriaguez poderia ser utilizada pelos agentes de justiça com o intuito de acusar, desmoralizando os sujeitos, principalmente se o seu grupo étnico carregasse tais estereótipos, por exemplo os poloneses, pois são vistos como indivíduos propensos ao consumo de bebidas alcoólicas. Ou então, para isentar os envolvidos, sob a alegação de “privação dos sentidos”.

Os grupos étnicos buscavam acionar variados mecanismos de defesa, desde o momento de relatar os crimes, visíveis em inquéritos e processos criminais, até a constituição de associações que permitiam uma sociabilidade reservada somente aos “comuns”, sendo meios que os unificavam e garantiam solidariedade entre os sujeitos. Bem como, através do registro de suas práticas, reforçavam seus vínculos, demarcando os que não faziam parte do círculo de relacionamentos.

Pudemos constatar que nos espaços de sociabilidades informais, em meio à diferentes grupos, os indivíduos reafirmavam sua “etnicidade”, traçando suas fronteiras e utilizando símbolos que os diferenciavam, como o idioma. Dessa forma, havia uma preocupação com a reputação de tal etnia e de suas organizações frente aos membros da comunidade. Em alguns momentos as relações instituídas terminavam em violência, envolvendo lutas por poder e algumas divergências históricas.

Por muito tempo nas produções acadêmicas enfatizou-se os processos imigratórios e a instalação de novos habitantes em terras brasileiras somente do ponto de vista econômico. Entretanto, tais deslocamentos estiveram permeados por discursos, imaginários pautados no progresso e civilidade, interações sociais, diferentes padrões culturais, valores e disputas. A partir dessas concepções e dos referenciais teóricos, constatamos que tais sujeitos não se dedicaram exclusivamente ao trabalho e a família, conforme idealizado pelo Paranismo,¹⁷ mas que por meio de suas ações cotidianas, estabeleciam sociabilidades e em alguns casos, desentendimentos e conflitos, que acabavam chegando nos tribunais oficiais.

¹⁷ Movimento que visava a formulação de uma identidade paranaense, onde os intelectuais vinculados a ele apresentavam um Paraná sempre pacífico e exemplar, fruto da interação entre as etnias, em que os imigrantes disseminavam somente bons costumes (BATISTELLA, 2012; DANIEL, 2016).

Por fim, os documentos judiciais, nesse caso, permitiram acessar parte do cotidiano dos sujeitos malletenses e informações que não seriam encontradas em outras fontes. Bem como, possibilitaram analisar os motivos que levaram brasileiros e imigrantes a cometerem os conflitos, as interações estabelecidas, as sociabilidades formais e informais, seus meios de distinção, as fronteiras étnicas, estratégias de defesa, os lugares ocupados e como os envolvidos percebiam e narravam tais acontecimentos, levando em consideração aspectos e visões coletivas.

Dessa forma, concluímos com as reflexões de Albuquerque Júnior (2008, p. 58), o qual discorre que as regiões comportam diversos confrontos e fronteiras, bem como, o pesquisador que deseja se debruçar sobre essa temática, deve estar atento que “fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional”. Portanto, podemos pressupor que as relações interétnicas ocasionadas, de alguma forma, influenciam em suas formações.

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Art 303- Lesões Corporaes, 1890.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. **Decreto n. 383 de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 mai. 2020.

CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/36.4

CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati. Fundo Comarca de Mallet, PB003.1/122.10

Referências Bibliográficas

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-Maçons de l’Ancienne Provence.** Paris: Fayard, 1984.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras.** Dourados, v.10, n. 17, p. 55-67, jan/jun, 2008

ANTOCZECEN, Inês Valéria. **O retorno da história: a Festa das Nações (Mallet/PR) – Um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Programa de Pós-graduação em História, Irati, 2015.

ARRISCADO, José Augusto. Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembleia vianense. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, III Série, vol. 6, 2005, p. 271-289.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 87, jan./abr., p. 39-50, 1996.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **História em reflexão: Revista eletrônica de História**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

CAVALERI, Daniel Gonçalves. **Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHERMONT, Lucia Ribeiro. **Memória e experiência de judeus de Higienópolis e arredores, São Paulo (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2011.

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DOUSTDAR, N. M. **Imigração Polonesa: raízes históricas de um preconceito**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1990.

DROPPA, Alisson. **Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a contribuição dos bêbados criminalizados para o estudo da formação social da colônia Ijuí (1890 a 1920)**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime Cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. São Paulo: Brasileira, 1984.

IBGE. **História de Mallet-PR**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mallet/historico>

MONSMA, Karl. Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 11, nº 1, 2007, p. 111-116.

_____. **Histórias de Violência: Processos Criminais e Conflitos Interétnicos**. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, 2000.

MÜHLEN, Caroline von. **Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)**. Tese (Doutorado em História) –Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, Márcio de. Sociabilidades polonesas em Curitiba entre o final do século XIX e início do XX: uma leitura simmeliana de algumas sociedades esportivo-culturais. In: DORÉ, Andréa; RIBERIO, Luiz Carlos Ribeiro (org). **O que é sociabilidade?**. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 215-236.

POCHAPSKI, Gabriel José. **Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998

RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no paraná**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 14, p.143-176, nov. 2000.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um estudo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983.

SOCZEK, Leonardo H. Lopes. **Práticas Criminalizadas em Casas Comerciais (Comarca de Mallet/PR: 1950-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

STACHUK, Angélica. **“Bailes e Festas do Barulho”: Sociabilidade e Crime em Mallet-PR (1925-1965)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2017.

SOUSA, Hugo Freitas. **Sociabilidade popular e Violência Interétnica no Oeste Paulista: 1888-1914**. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TELEGINSKI, Neli. M. **Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

URÍA, Jorge. Espacios, lugares, territórios. In: **Sociabilidades em la Historia**. Actas del VII Congreso de Historia Social de Espana, Tarragona. 16 al 18 de abril de 2015.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2013.

WEBER, Regina. Grupos Étnicos, Estratégias Étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, ARENDT, Isabel, GRÜTZMANN, Ingrid. **Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo**. São Leopoldo: Nova Harmonia, Oikos, 2008. p. 235-255.

Pombalismo e a agenda reformista, por uma atuação mais reguladora no Portugal de meados do século XVIII

Pâmela Campos Ferreira,¹ UFJF

Resumo

A historiografia portuguesa consolidou a partir dos estudos célebres de António Manuel Hespanha, a imagem de uma monarquia corporativa, onde se verifica a existência de uma complexa e intrincada rede de poderes e jurisdições, a materialização de uma arquitetura de poderes, sendo o monarca representado como a “cabeça” de um extenso corpo social. A propósito de tal assertiva, nos interessa pensar as reformas que tiveram lugar na monarquia lusa a partir de meados do século XVIII, movimento inspirado nas linhas do *cameralismo* alemão e na *police* francesa, e que teve na atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo – marquês de Pombal – um papel fundamental. É sobre tal agenda reformista, extremamente alinhada à *police* de Nicolas Delamare que passaremos nesse artigo.

Palavras-Chave: Pombalismo; ciência de polícia; reformas.

Abstract

Portuguese historiography consolidated, from the famous studies by António Manuel Hespanha, the image of a corporate monarchy. This led to the existence of a complex and intricate network of powers and jurisdictions, beyond the materialization of an architecture of powers, in which the monarch is usually represented as the “head” of an extensive social body. Regarding this assertion, we are interested in thinking about the reforms that took place in the Portuguese monarchy from the Middle of 18th century onwards, a movement inspired by the lines of the German *cameralism* and the French *police*, in which Sebastião José de Carvalho e Melo – marquis of Pombal – had the performance of a fundamental role. In this paper, we bring discussions about this reformist agenda, extremely aligned with the police of Nicolas Delamare

Keywords: Pombalism; police science; reforms.

Introdução

Na monarquia tradicional portuguesa, a imagem que se consolidou no imaginário social e jurídico era a de um regime político como sendo um corpo, cuja natureza era compósita e polissinodal, de modo que cada parte se autorregulava, cooperando, de acordo com que pudessem, não havendo a imposição da vontade de um determinado órgão sobre o outro – nem sequer da cabeça (aqui pensada como o monarca)² – mas, por outro lado se prezava por uma relação harmônica entre todos os interesses, pelo respeito mútuo (que em tese) deveria existir entre as distintas jurisdições (HESPANHA, 2014, p. 127).

Hespanha assevera que em uma sociedade como essa, de tipo corporativo, os conflitos entre os distintos e variados corpos (conflitos jurisdicionais e políticos) constituíam disputas

¹ Doutoranda em História pelo PPG história da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes, e-mail para contato: pamelacamposf@hotmail.com

² Para um aprofundamento sobre a discussão acerca da monarquia portuguesa como sendo de tipo corporativo e polissinodal, ver: (HESPANHA, 1997).

sobre “o seu de cada um”; segundo o autor, portanto, os conflitos que se travavam só poderiam ser resolvidos em justiça, por tribunais, “segundo um processo paritário e provido de contraditório”. Isso conferiria às sociedades corporativas um grande grau de estabilidade, por outro lado, representava um aprofundamento de um conservadorismo social, uma vez que dificultaria a ascensão social vertical. Toda e qualquer mudança de status no tecido social deveria ser legitimada pela esfera jurídica.³

O rei, enquanto, “cabeça” desse corpo, e alter ego de Deus era o único que poderia fazer modificações ou alterações no curso da natureza, da tradição e do direito. Aquilo, então, à que hoje chamamos de “tarefas de governo”, àquele momento não eram mais que ações dirigidas a defesa das distintas jurisdições. Neste sentido, segundo Hespanha, reinar era fazer justiça (*iustitiam dare*).

A propósito da arquitetura dos poderes e longe das teorias do direito divino dos reis, e do contrato social, na estrutura corporativa cabia ao rei arbitrar os conflitos internos entre as distintas jurisdições, bem como reconhecê-las e respeitá-las, assim como “dar a cada um o que for de seu foro ou (direito)”, representando a unificação externa de um corpo extremamente diversificado, cujas jurisdições eram muito variadas (HESPANHA, 1997, p. 115).

Segundo o autor português, o paradigma corporativo tinha raízes no pensamento político e social do medievo, que preconizava a existência de uma ordem universal (cosmos), a abrangia os homens e as coisas, e que orientaria e encaminharia os indivíduos em última instância para o Criador. Logo, o que tendemos a verificar era a impossibilidade da existência de um poder político “simples”, ou “puro”, e não partilhado, portanto, o poder era, por natureza, repartido.

Dentro dessa arquitetura de poderes, o direito do rei não era o único direito existente, ao lado dele vigoravam direitos outros, quer sejam os da Igreja (direito canônico), o direito dos concelhos e tribunais (usos e costumes locais, tradições e posturas das câmaras); e também, os usos da vida cotidiana, de longa data estabelecidos e que os juristas consideravam como sendo de uma obediência obrigatória, mais até do que a lei do rei (HESPANHA, 2014, p. 132).

Tratar a sociedade corporativa portuguesa de Antigo Regime, é, portanto, abordar um corpo social marcado por pluralismos políticos e jurisdicionais. Neste sentido, o próprio direito era também perpassado por essas multiplicidades, não existindo um direito geral, unificado e válido territorialmente, e sim as jurisdições (ou prerrogativas de declarar direitos particulares)

³ Segundo o autor, no caso de uma mudança de status, as mesmas deveriam ser “[...] precedidas por um processo, normalmente longo, de habituação da sociedade ao novo estatuto social, que se adquiria por tradição ou por decisão judicial conforme a direitos preexistentes (embora não patentes), que o tribunal reconhecia”. Ver: (SUBTIL; HESPANHA, 2014, p. 130).

concedidas por privilégio ou de origem consuetudinária. Ora, verifica-se então, um modelo de sociedade calcado na pluralidade das micro ordens jurídicas (HESPANHA, 2014, p. 132).

Em relação às tradições e usos de origem consuetudinários, Hespanha lembra a constante sobreposição de várias experiências políticas, que nunca teriam sido completamente absorvidas pelas práticas seguintes. Historicamente falando, existiriam resíduos do sistema político imperial romano – como o direito romano – combinando-se ou fundindo-se com estruturas posteriores, como as da organização eclesiástica – com a sua estrutura benficial dos cargos, bem como sua legitimidade sobrenatural característica – e ainda acoplando-se à elementos como os trazidos pelos reinos germânicos, como as concessões políticas precárias contra obrigações de serviço. Além dos elementos citados, outros viriam se somar como a emergência das guildas e comunas e seus poderes de autorregulação, elementos próprios do mundo doméstico. Todas essas autonomias de poder, se constituíam enquanto jurisdições corporativas, sendo o todo preservado e mantido por uma espécie de equilíbrio entre esses distintos elementos que se sobrepunham, e coexistiam (HESPANHA, 2014, p. 132).

A concepção corporativa, com sua referência a uma ordem “natural” de governo, introduzia significativas restrições ao poder régio, produzindo-se aí importantes consequências institucionais e jurídicas. A doutrina corporativa impunha como núcleo de deveres do monarca o respeito à justiça, estando o rei obrigado a observar o direito, tanto como conjunto de comandos (dever de obediência à lei), como também enquanto instância geradora de direitos particulares (dever de respeito dos direitos adquiridos) (HESPANHA, 1997, p. 120). Segundo o autor partindo de um ponto de vista moral, o paradigma corporativo instituía o primado da ética sobre a conveniência e a utilidade.

Ainda segundo Hespanha, toda essa lógica corporativa, materializada no paradigma corporativo que por sua vez organizava a vida social, lhe dando sentido, foi abundante e solidamente consolidada na teoria política que perdurou até o período pombalino, o que nos dá uma dimensão de sua longevidade. Neste sentido, o paradigma corporativo não cessou de repetir e enfatizar tópicos como o que descrevia o poder monárquico como sendo um poder limitado, a constituição como um elemento inexistente na tradição, assim como a imagem de um governo como mantenedor dos equilíbrios estabelecidos, e o direito como um fundo normativo provindo da natureza. Portanto, nesse primeiro momento, e aqui nos referenciamos aos séculos XV, XVI, XVII e ainda na aurora do XVIII, todo e qualquer pensamento, doutrina,

ideia que acenasse para uma teoria política moderna calcada numa governabilidade baseada no voluntarismo, nomeadamente na vontade arbitrária do monarca, eram em geral rejeitadas.⁴

Nos alinhamos, então, aos postulados defendidos por Hespanha no que tange à defesa de uma monarquia portuguesa tradicional, cuja imagem se sedimentava como a do corpo. Muito do que o autor asseverou em relação ao sistema político do Antigo Regime em Portugal, em particular depois da publicação de *Às Vésperas do Leviathan* (1986), vem confirmando a existência de uma monarquia corporativa caracterizada por sua vez, por um intenso pluralismo político, jurisdicional, e por uma administração passiva que se restringia a exercer a justiça, de onde decorria a “centralidade de um direito, garante desses direitos”. Um direito advindo da doutrina jurídica do *ius commune* (HESPANHA, 1986).

Entendemos ser de cabal importância caracterizarmos o quadro sobre o qual a monarquia portuguesa se constituiu ao longo dos séculos, que compreendem aí o crepúsculo do medievo e o contexto primo-moderno, a fim de minimamente nos familiarizarmos com as questões presentes naqueles momentos. Ora, se o que se verificava até aquele momento era a existência de uma monarquia corporativa, fundada em todos os aspectos já citados, e levando em consideração sua longevidade, poderíamos nos questionar que elemento (os) teria (m) contribuído para o colapso de tal estrutura. Uma vez que a matriz corporativa, típica do Antigo Regime português, vigorava de modo consolidado e efetivo, alguma doutrina, ou linha de pensamento poderia ter questionado tal sistema? Questionando ao ponto de instituir outro paradigma, sendo este último amparado por um racionalismo que se aproxima da ciência?

O Estado de polícia em Portugal: breves apontamentos

Falamos aqui da ciência de polícia, a *police* sobre a qual Nicolas Delamare abordava desde as primeiras décadas do século XVIII, essa mesma *police* constituindo um conjunto de questões – em grande parte urbanas – dirigidas à governabilidade, isto é, o meio urbano, bem como, e, principalmente, os comportamentos sociais precisavam ser enquadrados em lógicas

⁴ Em relação a este ponto é importante pontuarmos que doutrina embasadas no pensamento providencialista, e no voluntarismo régio chegaram a esse Portugal do Antigo Regime, no entanto, não foram fortes o suficiente para colapsar a estrutura corporativa. Como pontuado por Hespanha e Xavier “Durante o século XVII, a influência do pensamento absolutista francês em Portugal parece ser muito pequena, reduzindo-se praticamente a Manuel Fernandes Vila Real (*El político Cristiano*, Pamplona, 1641, Paris, 1642) e António Henriques Gomes (*Política Angelica*, Ruão, 1647) [...]”. Seguem ainda os autores, nesse sentido, “Apesar destas manifestações, uma teorização atualizada – desvinculada do providencialismo e fundada na ideia laicizada da razão natural, mais abrangente e menos sujeita a contestação – não estava ainda estabelecida em Portugal. As obras que hão de levar a cabo vão aparecer durante o consulado pombalino”. Ver: (HESPANHA; XAVIER, 1997, p. 124 e 125).

normatizadoras. Caberia, a partir desse momento à esfera governativa lidar com toda e qualquer questão relativa à variada gama de objetos trazidos pela *police*.

Uma questão que despontaria, portanto, diz respeito a elucidarmos que elementos teriam contribuído no processo de estruturação dos postulados da *police* no universo luso. Para tanto, é preciso que voltemos nosso prisma reflexivo ao governo joanino. Segundo José Subtil, o próprio reinado de d. João V (1707/1750) teria iniciado um novo contexto, o que o autor designa como uma “mudança silenciosa”, segundo a qual já se poderia perceber a perda de espaço e significância do modelo sinodal em detrimento da emergência de um modelo político de governo, onde a atuação régia fosse mais ativa e interventiva (SUBTIL, 2013, p. 37). Assim como a forma dos recrutamentos dos novos secretários de Estado, segundo Nuno Monteiro por não estarem alinhados pela dinâmica de reprodução social do grupo do Grandes, já indicaria um novo ciclo na constituição das elites políticas.

Ainda em relação ao reinado joanino não podemos desconsiderar a crescente importância do papel dos secretários de Estado.⁵ O que se verifica, então, é a centralidade das secretarias de Estado, que gradativamente se tornam: “os centros do governo em detrimento dos conselhos (...) e o governo adquire agora uma feição que se aproxima cada vez mais da moderna” (SUBTIL, 2013, p. 37). De todo modo, de acordo com Subtil o gabinete dos secretários de Estado entrou em declínio político nos últimos anos do reinado de d. João V, colapsando efetivamente depois da morte do Cardeal de Mota.

O que interessa, sobretudo, destacar, é o fato de que o reinado joanino pode ser considerado, por autores como José Subtil, um reinado de transição, e de múltiplas disputas, tensões, conflitos, e a constante luta pelo controle do monopólio do poder (SUBTIL, 2007). Por outro lado, quando pensamos em termos territoriais, podemos entender a Corte como tendo mais de um significado, num sentido mais restrito ela designava a Casa Real, em um sentido mais lato ela se referia ao conjunto da administração central da Coroa, ou seja, o governo do monarca. Em termos tradicionais, a referência a que se fazia à Corte era a de entendê-la como residência do monarca, isto é, a cidade de Lisboa. Sublinha-se, assim, a ideia de que ao nos referirmos à Corte, independente do sentido em que se pense, estaremos nos referindo, efetivamente, à cidade de Lisboa (MONTEIRO, 2000).

Um elemento determinante que iria ocorrer em Portugal na segunda metade do século XVIII, e que de certa forma se consolidou como um dos elementos determinantes⁶ para o efetivo

⁵ O que seria resultado da reforma introduzida nesta matéria por d. João V (1736). Ver: (SUBTIL, 2013, p. 37).

⁶ Aqui é importante destacarmos que entendemos o terremoto de 1755 como um elemento extremamente importante no que tange à desestruturação do modelo corporativo, e dizemos isso por motivos óbvios. Ora, o

colapso do modelo corporativo, foi o sismo de 1755, seguido de incêndios e tsunamis. Em relação ao dito terremoto a historiografia sobre o tema tende a divergir. Neste sentido, as divergências são significativas entre os autores portugueses António Manuel Hespanha, José Subtil e Nuno Gonçalo Monteiro. Essa discordância diz respeito, particularmente falando, as datações em torno do movimento de mudança paradigmática em Portugal.

Por um lado, Hespanha e Subtil conferem um grau maior de importância às rupturas, retratando o período pombalino como sendo um momento de alterações radicais, sobretudo quando se traça uma linha comparativa com o contexto anterior. Nuno Monteiro, por outro lado, embora não negue as mudanças perpetradas, sobretudo, pela atuação pombalina, onde já se avizinha de modo muito claro e contundente uma governabilidade que tem como objetivo último alcançar a “utilidade pública”, lançando mão para tanto de uma atuação mais ativa, tende a salientar em suas análises os elementos de continuidade. Como salientado por Renata Fernandes, para além das divergências historiográficas entre os referidos autores, podemos elencar convergências extremamente significativas no que concerne a percepção de que a estrutura jurisdicionalista segue existindo, ou melhor, coexistindo com os novos atores trazidos à cena pelo maquinário administrativo que ora se implantava (FERNANDES, 2018, p. 71).

Um dos contributos de José Subtil elencados na *História de Portugal*, cuja direção é de José Mattoso, (SUBTIL, 1993) onde o autor ensaiou uma síntese sobre o “progresso” do exercício dos ofícios de secretário do Conselho de Estado para o de ministro e secretário de Estado. Traçando uma espécie de genealogia sobre os secretários que cobriam os secretários de Conselho e de Tribunal, bem como os secretários particulares dos monarcas, os secretários de Estado, os secretários de secretarias sem a categoria “Estado”. Seguindo os passos de José António Escudero que havia aberto campo de estudos, fixando os elementos fundantes para a caracterização formal, política e funcional das variadas “secretarias” e “secretários” (ESCUADERO, 1976).

Por outro lado, Pedro Cardim fazia o mesmo para segunda metade do século XVII (CARDIM, 2002). Vale também lembrar os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro, que retomou o tema sobre a “revolução silenciosa” do reinado de d. João V, categorizando Pombal como um “valido” ou “privado” (do monarca) (OLIVEIRA, 2005) ilustrado do século XVIII (MONTEIRO, 2006). Deixando essas questões relativas aos ministros e suas categorizações à

cataclisma coloca questões demasiadamente problemáticas para o reinado josefino, além das inúmeras perdas humanas e materiais causadas pelo evento. Por outro lado, gostaríamos de enfatizar o fato de que tal advento não foi o único responsável pela estruturação de um modelo mais racional em terras lusas. Elementos outros contribuíram para tal estabelecimento, como a própria atuação pombalina, e a influência de tratados sobre a *police* no pensamento português.

parte, o que nos importa pensar é o estabelecimento de um modelo governativo novo, que se calcava, sobremaneira, numa administração que consumia suas energias no processo de despacho régio. E que por outro lado, se alinhou à uma agenda reformista no que tange uma atuação mais interventiva em variados campos sociais, inaugurando um novo paradigma de “tomada de decisão”, bem como de reflexão sobre os saberes científicos, ora produzidos. Um paradigma sustentado por novas lógicas, mas que encontrou raízes do anterior modelo corporativo.

Gostaríamos de fazer um pequeno adendo em relação ao estabelecimento de determinados paradigmas. Podemos lidar ou perceber a existência de dois (ou até mais) paradigmas, e neste caso pensamos em termos de uma “sobreposição” de uns em relação a outros. Nesse sentido, nos atentamos em particular, para a emergência de um paradigma racional, advindo das lógicas da Razão de Estado, cujo intento maior diz respeito à uma normatização do meio social, bem como dos comportamentos sociais. Quando nos referimos à tal normatização, é importante destacar a tentativa de estabelecimento de tal paradigma, algo a ocorrer de modo “natural”, poderíamos até mesmo dizer sutil. Uma mudança no que tange ao imaginário social, no que concerne às concepções em relação às crenças, num espaço que é o do subjetivo. Um paradigma, certamente pode se instituir, mas assim como ele se estabelece, ele também encontra resistências, e não à toa, mas justamente por lidar com a cultura, crença, e as esferas particulares de cada sujeito. De todo modo, os paradigmas podem sim, se imiscuir a outros. O emergir de um, não anularia as bases doutrinárias de outro.

Pontuamos tal questão, por entendermos que por maiores fossem as rupturas encetadas nesse contexto setecentista português, culminando com o colapso de boa parte do que fora o modelo corporativo e havendo a instituição de um novo paradigma, essa nova dinâmica, por mais inovadora que fosse, traz consigo traços do período anterior. Salientar tal questão é aqui importante, na medida em que destacamos, por um lado, as rupturas que sem dúvidas ocorreram no contexto luso setecentista, e por outro, realçamos o fato de que seguem existindo elementos de continuidade em relação a estrutura anterior, neste caso em particular, a dimensão jurisdicionalista.

De todo modo, o movimento que se percebe sendo efetuado na Europa diz respeito à um alargamento das atribuições do governo, doutrinariamente reformulados, calcados por um lado pela matriz germânica, em torno do *cameralismo* e de tratados como o de Johann Heinrich Gottlob von Justi que abordava a *Polizeiwissenschaft*, o que os franceses iriam chamar de “ciência de *police*” ou tão somente *police*. Esse movimento instaurador de um novo modelo ou

quadro implicou na emergência de uma administração cada vez mais executiva e que passou a dominar as práticas governativas setecentistas. Ainda que não houvesse um rompimento total ou integral com o paradigma vigente, e aqui nos referimos à Portugal de modo particularizado, o Estado passou progressivamente a intervir em esferas que tradicionalmente não pertenciam a seus domínios, pois outros eram os corpos intermediários responsáveis por tais funções.⁷

A monarquia assumiria, assim, protagonismo nas questões relacionadas à concretização do “bem-comum”, alinhando-o a renovadas lógicas sobre o “interesse público” (LAMPÉRIÈRE, 2013). Dentro dessa espécie de projeto interventor do Estado, é de extremada importância a atuação de um poder interventor mais ativo, que se aproximasse da esfera de uma administração racional, objetivando a concretização do projeto sobre a “utilidade pública” e “aumento do Estado” bem como de seus “sócios”,⁸ encaminhando-se assim, para o alcance da “felicidade pública” e do “bom caminho definido pela razão de Estado”.

Pautando-nos em análises como a de José Subtil, o terremoto de 1755, sem dúvidas, acarretou problemas significativos à governança josefina, alterando de modo sistemático a organização da arquitetura de poderes instituídas entre a Nobreza, a Coroa, a Igreja e o Reino. Segundo o autor o colapso da administração régia teria se dado pelo estado irrecuperável dos arquivos, das instalações, tribunais e conselhos régios, ou seja, de problemas de ordem prática. Por outro lado, e ainda fazendo referência aos problemas “técnicos”, tratamos de um contexto de extrema confusão, sendo esta motivada pela dispersão dos ministros e oficiais régios, que se refugiaram em suas casas de campo, e na casa de amigos, havendo uma impossibilidade no processo convocatório.

Numa historiografia pautada pela análise de José Subtil, que aqui é um autor cujos argumentos nos convencem em grande medida, e com os quais nos alinhamos, o sismo de 1755 tem uma centralidade muito grande no que tange pensarmos no processo de colapso do modelo corporativo até então vigente. Para o autor, o terremoto teria mesmo uma importância política, sendo um acontecimento com grandes repercussões no processo político português durante o Antigo Regime. Os desdobramentos catastróficos do sismo que acarretaram a destruição do

⁷ Neste sentido, elementos como os sepultamentos nas Igrejas, a assistência aos doentes, à fiscalização dos alimentos postos à venda, entre outras questões são pontos que passam a contar como funções do Estado. Caberia nesse momento à esfera governativa máxima a resolução de questões que tradicionalmente não estavam sob sua alçada.

⁸ O aumento do número dos “sócios”, é, sem dúvida, um dos elementos de extrema relevância, afinal, esse Estado que se quer grande, poderoso e rico, precisa de “colaboradores” para que tal empreitada fosse de fato efetivada. Esse aumento passa pelo debate da saúde pública, ora, só seria possível pensar em termos de um aumento do número de pessoas, com “políticas” de saúde, que visassem à criação de medidas, minimamente preventivas em relação a possíveis futuras doenças e epidemias. O estímulo à natalidade, deve ser também considerado, como outro fator integrante e presente nos debates sobre a saúde pública.

espaço físico do Paço da Ribeira, bem como das instalações dos tribunais, assim como a própria destruição do espaço cortesão, e de toda ritualística simbólica próprias das reuniões dos conselhos e tribunais, foram elementos problemáticos e que representaram verdadeiros desafios ao reinado josefino.

Ainda seguindo os passos de Subtil, o sentimento de medo e pânico oriundos de uma situação excepcional como essa “forçaram” a emergência de um comando político inorgânico e autônomo, capitaneado por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. A análise central do autor é balizada, portanto, na ênfase dada a magnitude do cataclismo, sublinhando as suas consequências, e como esses desdobramentos foram primordiais para a emergência de uma atuação governativa completamente afastada dos domínios corporativos de outrora.⁹

Nossa posição, portanto, é a de que o sismo foi um dos elementos determinantes no longo e gradual processo de desestruturação do modelo corporativo. No entanto, por mais que o horizonte setecentista português prenunciasse novas dinâmicas, calcadas em um novo paradigma, e que não mais se identificava com a estrutura jurídica de outros tempos, consideramos o fato de que o modelo corporativo do Antigo Regime não fora desconstruído de modo integral.

Por mais que nos alinhemos às concepções esposadas por Subtil, entendemos e enfatizamos o fato de que as mudanças trazidas pela *police*, e pelas reformas pombalinas, não destroem de todo o modelo anterior. Neste sentido, acreditamos ser mais interessante a ideia, de uma sobreposição entre paradigmas, e mesmo no que concerne as instituições. Embora, a ciência de polícia insira neste novo contexto novos atores – sujeitos ligados ao campo científico –, os “togados” de outrora, certamente, seguem “lutando” por um espaço e pelo poder de influência junto ao monarca. Tal movimento tende a evidenciar as tensões existentes entre essas esferas de atuação, a administrativa em relação a jurídica.¹⁰

De todo modo, as rupturas seguem sendo muito significativas no contexto português de meados do século XVIII. Como referendado pelo próprio Subtil o estabelecimento da ciência

⁹ O que não significa dizer que determinadas continuidades não persistissem, como é o caso da existência do modelo jurisdicionalista, já enfatizado ao longo desse primeiro capítulo. Não à toa, reenfatizamos o fato de que o modelo corporativo não foi colapsado de todo, boa parte dele sim, mas alguns traços continuístas podem ser observados.

¹⁰ Como asseverado pelo próprio Subtil, e partindo da lógica conflituosa existente entre as esferas jurídicas e a administração policial: “(...) esta pulsão por governar tudo e todos [fala do Estado de polícia], criou as suas próprias limitações, a começar por alguns juristas que irão opor, no plano doutrinário, as leis fundamentais e o direito à razão de Estado e, ainda por outros que, criticando as práticas de polícia, por serem monstruosas e exorbitantes, amputá-las-ão de legitimidade sempre que precisarem da justiça e dos tribunais para redimirem pleitos e contendas”. Ver: (SUBTIL, 2013, p. 281).

de polícia poderia ser caracterizado nos moldes de um “excesso de governação” efetuado fora da matriz jurisdicionalista, o que segundo o autor teria se dado em função do terremoto (SUBTIL, 2013, p. 327). Por outro lado, é interessante tomarmos nota para o fato de que o mesmo autor não nega nem ignora a continuidade da atuação da magistratura e dos tribunais, que segundo ele “tentariam compensar as perdas de poder”, lançando mão de uma atuação que prejudicaria as pretensões da administração policial.¹¹

Portanto, o que buscamos aqui referendar é o processo de transição do modelo corporativo – e que como já apontado não desaparece de todo, mas registra certas continuidades – para um outro quadro, sendo este último o engendrador de uma nova “arte de governar”. Ainda na esteira dos desdobramentos trazidos pelo sismo de 1755, Subtil assevera que a intervenção política constituída, a fim de responder aos problemas do terremoto, teria levado a associação de diversas e distintas personalidades. Uma vez que as razões que teriam levado à tal aliança cessaram, verificou-se um conflito, que dividiria as “lealdades” desses homens em duas “fracções”, uma vinculada ao duque de Lafões, primo do monarca,¹² e o grupo seguidor de Sebastião José de Carvalho e Melo, o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (SUBTIL, 2013, p. 147).

Empiricamente falando, Subtil retrata de modo detalhado, a evolução do Conselho, antes e depois do terremoto, entre os anos de 1753 e 1760, dando-nos uma ideia de que o tribunal da rainha foi sofrendo, gradativamente, uma apertada vigilância financeira, por um lado; e por outro, poderíamos pensar em termos de um processo de centralização político administrativa, já sendo encetada, na medida em que houve um processo de instrumentalização política que visava a sua dependência aos órgãos centrais da administração régia. Segundo o autor, desde então até a extinção do Conselho, o mesmo não deixou de estar sujeito ao Erário Régio, ao Conselho da Fazenda e a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

A transição da centralidade política para a centralização política ao longo do século XVIII no universo luso, trouxe ao centro do debate novos problemas relacionados ao poder, e consequentemente, a emergência de uma nova administração. Novas questões emergem, e com

¹¹ Em relação – novamente falando – à esfera conflituosa que se abre entre a dimensão jurídica e a administrativa, Subtil aponta que os magistrados, de um modo geral, tendiam a fazer uma: “sabotagem dos processos de contencioso o que conduziu a uma conflitualidade permanente com o *ius policiae*, um confronto político que acabaria por conduzir a uma governamentalidade próxima do modelo liberal”. Ver: (SUBTIL, 2013, p. 327 e 328).

¹² O título de Duque de Lafões foi criado por decreto de 17 de fevereiro de 1718, e confirmado em 7 de setembro do mesmo na, do rei d. João V de Portugal, em favor de seu sobrinho d. Pedro Henrique de Bragança. Dom Pedro foi primogênito de d. Miguel de Bragança e de d. Luísa Casimira de Sousa Nassau e Ligne, Condessa de Miranda. Foi um aristocrata e intelectual português do século XVIII que desempenhou o cargo de magistrado enquanto regedor de justiças nas cortes de d. João V e de D. José I.

elas dúvidas são colocadas, desafios apresentados, talvez a primeira delas fizesse referência à reconstrução de Lisboa, dos edifícios e igrejas destruídos pelo sismo e tsunami. Mas ainda assim, mesmo após o processo de reconstrução se efetivar, as autoridades portuguesas, em particular, o grupo alinhado à agenda reformista pombalina entendia que possivelmente fosse necessário a entrada de Portugal em uma “nova era”.

Um momento mais *ilustrado*, e que de alguma forma, se distanciasse das explicações religiosas. Por outro lado, Portugal não estava isolado do mundo, e certamente tivera acesso as ideias sobre a *police* aplicada pelos franceses, com todo um aparelho administrativo executivo, cujas funções eram objetivas, e buscavam alcançar sucesso a longo prazo. Essas novas experiências vivenciadas pelos germânicos, franceses, e que tiveram aplicação em outros territórios europeus, eram inovadoras, pois propunham como atribuição máxima uma regulação constante e ativa, não apenas no que concerne ao meio urbano, mas também, e, principalmente, em relação aos comportamentos sociais.

As novas preocupações e necessidades,¹³ estavam diretamente associadas com um melhor conhecimento das sociedades, com o objetivo último de traçar as melhores opções de gestão populacional, afirmando-se, assim, a soberania do príncipe. Partindo do conceito foucaultiano de *governamentalidade*, entende-se sobre relação entre as práticas e as técnicas, associadas as tecnologias do “eu”, mas que tem como fim último o coletivo, portanto, estabelecer ia-se, assim, o governo de todos e o governo de cada um.

As dimensões do poder foram, sem dúvidas, reestruturadas em Portugal, na segunda metade do século XVIII, tendo o sismo de 1755, associado a outros elementos, como a crescente valorização dos cargos de secretário de Estado, em detrimento daqueles ocupantes de cargos jurídicos, contribuindo para que tais balizas fossem ressignificadas. Podemos asseverar, que as caracterizações acerca do poder sinalizam para consequências na concepção de um Estado enquanto regulador da vontade dos homens (ELIAS, 1987).

Enquanto agente regulador, ou que em tese, busca regular os comportamentos sociais, fixando ideias sobre o que é considerado “certo” e “errado”, esse Estado deveria lançar mão de uma atuação institucional, que nesse caso não coincide com a esfera jurisdicional, estamos a

¹³ Importante fazermos o seguinte adendo, em nossa perspectiva elementos como os relativos aos hábitos das pessoas, bem como seus comportamentos, sejam eles coletivos ou individuais, assim como questões relacionadas ao território, nas suas mais variadas facetas, sempre estiveram presentes. No entanto, o que verificamos aqui, é a transição, como já apontado por Michel Foucault, do momento em que houve o processo de governamentalização, e as pessoas, passam a progressivamente ser entendidas como “povo” ou “população”, não mais os súditos de outrora. Com tal movimento uma plêiade de questões tende a emergir, questões que muito possivelmente sempre estiveram ali, mas agora o “olhar” lançado sobre esses grupos sociais é outro, e neste sentido, “novas” preocupações passam a estar no centro dos debates políticos.

falar da administração. Segundo Subtil, o termo administração pode ser encontrado nos textos jurídicos, nos regimentos e nas regulamentações, bem como nas leis durante o Antigo Regime, pelo que poderíamos circunscrever o seu sentido a uma determinada categoria conceitual (SUBTIL, 2013, p. 158). O sentido de administração, quando já inserido no contexto setecentista português, foi forjado por um conjunto de ideias que giravam em torno da doutrina designada por *cameralismo*,¹⁴ e por ciência de polícia,¹⁵ que intervinha nos mais variados campos sociais, buscando regulá-los, a partir de concepções consideradas adequadas para cada momento. No âmbito da saúde, por exemplo, noções como as da defesa da salubridade, higiene, o combate às más condições de moradia, e aos hábitos considerados insalubres, são instrumentalizados pelo governo, de modo a percebermos uma atuação governativa que se postule como mais reguladora e interventiva.

As novas formas governativas, que registram, por sua vez, outras lógicas, engendradoras de formas pelas quais a intervenção do Estado se faria, atingiriam os indivíduos de modo muito contundente, entendendo-os como entidades abstratas aptas a serem racionalizadas e reguladas. Fórmulas que prescreviam uma disciplina individual começaram a emergir, estando elas diretamente relacionadas com a existência dos sujeitos. Segundo essa nova arte de governar o que de fato importa são as racionalidades dos métodos e das regras envolvidas nos processos de regulação dos comportamentos, e dos sujeitos em si. Afinal, toda e qualquer atuação deve prescindir de um método, de uma análise predeterminada, de uma reflexão.

Partindo, então de uma configuração mais administrativa, a arquitetura de poderes, certamente, foi alterada. Nesta nova lógica, as funções de cunho administrativo passaram por um distanciamento entre as tarefas de governo e o monarca, exatamente pelo fato de que entre o príncipe e os vassalos se colocava uma vasta rede de “organismos” administrativos cujas funções eram as de remodelar o exercício político praticado até então (SUBTIL, 2013). Embora nos pautemos em grande medida pelos pressupostos de José Subtil, reenfatizamos o fato de que em nossa perspectiva por mais profundas que fossem as mudanças inauguradas por uma *police*, ainda concordamos com percepções como as de Nuno Monteiro quando este defende os traços de continuidade, sendo o mais emblemático a atuação da estrutura jurisdicionalista.

Alguns dos problemas colocados pelo cataclismo, urgiam um conhecimento demográfico e estatístico do território e da população. A já citada “ciência de polícia”, à essa época divulgada, sobremaneira, no restante da Europa, tinha conseguido inventariar,

¹⁴ *Kameralien*, do termo latim câmara, ou seja, câmara real, lugar da intimidade e da vontade do príncipe.

¹⁵ *Polizei*, afirmação da vontade do rei, a boa razão entre as outras razões.

diagnosticar, prometendo soluções eficazes, práticas e objetivas. Concepções como as do “bem público” ou a defesa da “utilidade pública” eram reiteradas como princípios fundantes a orientar a administração, um bem que estivesse acima dos particularismos, e que deveria ser garantido, em última instância, por esse Estado que se queira regulador e interventor.

Retomando, portanto, a ideia de que o terremoto abre condições sem precedentes em Portugal, o que teria “forçado” uma governação para além da matriz jurídica, Subtil irá pontuar a formação de um núcleo inorgânico formado por distintas personalidades, dirigida por Sebastião José de Carvalho e Melo. Segundo o autor o pragmatismo da situação inédita esteve na origem da constituição *ad hoc* deste governo (SUBTIL, 2013, p. 190).

O discurso bem como a prática da *police* formularam princípios que visavam solucionar, ou minimamente responder questões como a de “como ser governado?”, “por quem ser governado?”, “com que métodos se governa?”. Governar segundo um *ius policiae*, era assim, definir uma espécie de programa de ação que visasse escolher as melhores formas e atitudes a serem tomadas para cada momento, e cada particularidade. Diferentemente da *iurisdictio* de outrora, cuja função máxima era a de assegurar os direitos adquiridos, e de se colocar como mantenedor de privilégios e direitos. O primeiro se alinha pela lógica da defesa de uma “utilidade pública”, assim como na eficiência dos resultados obtidos; o segundo se enquadra no interesse comum baseado no respeito à lei, às tradições e os costumes.

De todo modo, o que se percebe como elemento extremamente central trazido pelo *ius policiae*, diz respeito à uma nova dimensão governativa, calcada em uma pluralidade de objetivos práticos a serem atingidos. Passa-se a pensar em termos de “táticas de governo” a serem aplicadas, de forma racional e amoldadas pela ciência, devendo esta última ratificar as decisões tomadas no âmbito governativo.¹⁶

Segundo Subtil a monarquia lusa só teria passado pelo processo de *governamentalização* na segunda metade do século XVIII, e isso porque, partindo de sua análise a administração trazida pela ciência de polícia só teria plenas condições de existir quando tornada autônoma em relação à esfera judicial. Para o autor a coexistência, muito forte entre a esfera jurisdicionalista e o governo de polícia teria bloqueado a efetivação de tal modelo ainda no século XVII, momento em que tais pressupostos já eram disseminados em outros territórios europeus.¹⁷

¹⁶ E aqui nos referimos à determinados saberes como os do campo médico, cartográfico, estatístico, químico, entre outras áreas ou domínios que prescindiam um saber científico mais especializado. Como já asseverado ao longo desse primeiro capítulo é notória a aproximação entre as dimensões governativas e a científica.

¹⁷ Ainda sobre o bloqueio da *governamentalização* da Coroa lusa, o autor pontua: “O exercício do poder direcionado para a soberania e para os limites à arbitrariedade mobilizava os tribunais, os recursos e os saberes pra

Não se pode deixar de considerar movimentos como o da expansão demográfica de meados do século XVI que levantou problemas muito pontuais e contundentes em relação à *população*. A questão demográfica, é sem dúvida de grande importância, na medida em que orientou a governança a execução de mapas estatísticos e cartográficos, com o objetivo de tentar mapear as migrações populacionais e seus movimentos. A estatística ora produzida tendia a apontar para a existência de tessituras muito específicas em relação às realidades sociais. Fenômenos como epidemias, mortalidades endêmicas, trabalho coletivo, mendicância, vagabundagem, criminalidade urbana, fluxos migratórios, comportamentos coletivos etc., contavam como “alvos” da atuação governativa. As próprias famílias eram pensadas como núcleos centrais no interior do governo. O tratamento dessas novas realidades se colocava como dever primordial da governabilidade, um governo que não apenas “mantêm”, mas que “muda as coisas”. Tal projeto político orientava o monarca a recorrer a uma nova forma de administração, associada a ideia do “bem comum” e da “boa razão” que deveriam “preferir a tudo”.

A *police* instituiu em Portugal diversas e novas fórmulas de disciplina individual e social, bem como de controle político estreitamente vinculadas a existência dos indivíduos. Como já lembramos, a governança passou gradativamente a se interessar pelas formas como os métodos poderiam ser aplicados em relação ao meio social e o espaço urbano. Refletir sobre os saberes, as disciplinas, o modo como seriam aplicadas, com o intuito de obter bons resultados, essas eram questões a serem consideradas.¹⁸ Neste sentido a tratadística muito contribuiu com orientações e conselhos ao príncipe, sobre como se portar, quais funções a governabilidade deveria assumir no que concerne o alcance de um “bom governo”, ou como “bem governar”.

Pensando os elementos de continuidade em relação ao tradicional modelo corporativo, é importante ressaltarmos que a separação da administração “executiva” em relação à administração ora vigente mais vinculada a esfera jurisdicionalista, não anulou a existência da pluralidade dos micro poderes, teria antes, refinado as tecnologias disciplinares, visando-se assim, a regulação e a autorregulação da vontade dos homens (SUBTIL, 2013, p. 263). Essas lógicas e dimensões são arrastadas para o campo da Razão de Estado (FOUCAULT, 2008), um território geográfico disponível à manipulação das disciplinas sobre os mais variados recursos – clima, temperatura, relevo, saúde.

os comentários jurídicos, para as glosas, para os recursos, para as sub-rogações, para um ambiente de garantia dos privilégios e mercês adquiridos”. Ver: (SUBTIL, 2013, p. 262).

¹⁸ Segundo José Subtil, e pensando em termos de uma mudança significativa nos moldes governativos: “Nesta nova configuração política a definição dos limites do governo passou a fazer-se no interior da própria ação governativa, na avaliação sobre a utilidade ou não das medidas tomadas”. Ver: (SUBTIL, 2013, p. 263).

Os dois objetos maiores de intervenção do Estado, são, neste sentido, essas duas “entidades-objetos” – população e território. Em relação à essas dimensões os aparelhos governativos passaram a desenvolver novas técnicas de recolha de informação – fichas, registros, relatórios, estatísticas, mapas cartográficos, memórias e inquéritos – alinhadas ao programa estabelecido por Nicolas Delamare em seu célebre *Traite de la Police*, onde se preconizava diversas áreas sobre as quais intervir, e como fazê-lo, um manual *metodológico*, tendo como fim último o alcance da “felicidade geral” dos povos.

Os elementos de um modo geral tratados por Delamare discorrem sobre questões como: religião, costumes, defesa da moral, disciplina dos costumes, alimentos e víveres, saúde e salubridade, segurança, tranquilidade pública, ciências e artes liberais, manufaturas, comércio, artes mecânicas, pobres, mendigos, trabalhadores, sepultamentos, “qualidade” do ar, água e fermentos, “infraestrutura” de um modo geral etc. Muitas eram as temáticas perpassadas pela *police*, e todas elas faziam referência direta aos comportamentos sociais ou à uma intervenção no meio urbano.

No que concerne à realidade portuguesa, em particular, as experiências vivenciadas por situações como a colocada pelo sismo de 1755, bem como a atuação pombalina, ainda que inscritas em uma matriz jurisdicionalista, inserem-se em uma concepção mais reguladora e ativa no âmbito político. Certamente tais mudanças podem ser melhor observadas a partir do crepúsculo setecentista, por atuações como a da Intendência, e pela profusão de publicações da Academia Real de Ciências de Lisboa, que iram se proliferar nas últimas décadas do século XVIII, e nos anos iniciais do XIX, (SUBTIL, 2013) abordando os assuntos mais variados desde manufaturas, comércio, produção agrícola, saúde, medidas de salubridade, estatística, entre outros objetos interessantes ao novo maquinário governativo.

Referências Bibliográficas

CARDIM, Pedro. **A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos**. Tempo, VII, n. 13, pp. 13-57, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1987.

ESCUADERO, José António. **Los Secretarios de Estado y del Despacho (1474-1724)**. 1ª ed. Madrid: IEA, 1976.

FERNANDES, Renata Silva. **As províncias do Império e o “Governo por Conselhos”: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Minas Gerais (1825-1834)**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Martins Fonseca, São Paulo, 2008.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. **A Representação da Sociedade e do Poder. In História de Portugal, o Antigo Regime (1620-1807)**, quarto volume. Direção de José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

_____. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: **O Brasil Colonial 1443-1580**, volume 1. Organizadores: João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. 1ª edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 127-166, 2014.

_____. **Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política no Antigo Regime.** Anuário de história del derecho español, Madri, 1988.

_____. **Depois do Leviathan, almanack brasileiro [online], nº 5, 2007, p. 55-66; As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político (Portugal, séc. XVIII)**, Lisboa: Edição do Autor, 1986.

LEMPÉRIÈRE, Annick. **Entre Dios y el rey: la ciudad de México de los siglos XVI al XIX.** Trad. Ivette Hernández Pérez Vertti. México: FCE, 2013,

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José. Na sombra de Pombal.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

_____. **O Brasil na Corte Portuguesa do século XVIII. A Construção do Brasil (1500/1825)**, Lisboa: CNCDP, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo de. **Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime.** Revista Brasileira de História, Dossiê, vol. 25., nº. 50 São Paulo, pp. 217-238, julho/dezembro de 2005.

SUBTIL, José. **A administração Central da Coroa. História de Portugal.** Lisboa: Círculo de Leitores/Editorial Estampa, 1993, v. III, p. 78-90 e Governo e Administração. História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores/Editorial Estampa, 1993, v. IV.

_____. **Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo.** Biblioteca de História do Direito, coordenada por Ricardo Marcelo Fonseca, editora: Juruá, Curitiba, 2013.

_____. **O Direito de Polícia nas vésperas do Estado Liberal em Portugal.** In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). As formas do direito, ordem, razão e decisão. Ed: Juruá, pp. 275-332, 2013.

_____. **O Terremoto Político (1755-1759), Memória E Poder.** Lisboa: Edial, 2007.

Trejeitos de batuqueiros: agências africanas e afro-brasileiras nas crônicas de João do Rio

Thiago Campos da Silva,¹ UFF

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar se as crônicas de João do Rio fornecem pistas sobre as agências e práticas culturais da população negra na cidade do Rio de Janeiro durante a passagem do século XIX para o século XX. Como recorte analítico, delimito as crônicas presentes na série “As religiões no Rio”, publicada em 1904, transformando-as em fontes para a pesquisa histórica sobre grupos sociais subalternizados pelas relações de poder. Para isso, utilizo a micro-história como referencial metodológico, pois permite a aplicação de filtros que dão extensividade às crônicas, direcionando o olhar para casos particulares e, ao mesmo tempo, revelando as estruturas mais gerais da sociedade. Com isso, é possível investigar esses textos como registros das experiências da população negra na cidade, indicando as formas de territorialização de suas práticas culturais na produção do espaço social.

Palavras-chave: agências; africanos e afro-brasileiros; João do Rio; Rio de Janeiro.

Abstract

The objective of this article is to identify if the chronicles of João do Rio provide clues about the agencies and cultural practices of the black population in the city of Rio de Janeiro during the transition from the 19th to the 20th century. As an analytical excerpt, I delimit the chronicles present in the series “As religiões no Rio”, published in 1904, transforming them into sources for historical research on social groups subordinated by power relations. For that, I use micro-history as methodological reference, as it allows the application of filters that give extensiveness to these chronicles, directing the look to particular cases and, at the same time, revealing the more general structures of society. Thus, it is possible to investigate these texts as records of the experiences of the black population in the city, indicating the forms of territorialization of their cultural practices in the production of social space.

Keywords: agencies; africans and afro-Brazilians; João do Rio; Rio de Janeiro.

Introdução

“Cada coisa era infinitas coisas, porque eu a via de todos os pontos do universo”, diz o protagonista do conto “O Aleph” (1949), de Jorge Luis Borges. Sendo assim, o ponto de observação incide sobre aquilo que observamos, revelando seus diversos aspectos. Em relação à prática historiográfica, diferentes formas de trabalhar com os arquivos e de interpretá-los podem produzir diferentes histórias, logo, a perspectiva adotada configura o objeto e orienta a investigação.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de identificar se as crônicas de João do Rio² fornecem pistas sobre as agências e práticas culturais da população negra na cidade do Rio de Janeiro durante a passagem do século XIX para o século XX. Como recorte analítico, delimito as crônicas presentes na presentes na série “As religiões no Rio”, publicada em 1904,³ transformando-as em fontes para a pesquisa histórica sobre grupos sociais subalternizados pelas relações de poder. Para isso, utilizo a micro-história como referencial metodológico, pois permite a aplicação de filtros que dão extensividade às crônicas, direcionando o olhar para casos particulares e, ao mesmo tempo, revelando as estruturas mais gerais da sociedade (GINZBURG, 2006).

Trata-se de pensar na centralidade da cultura⁴ para a interpretação de processos históricos, observando as suas vinculações às dimensões sociais e políticas, sobretudo ao indagar sobre as formas por meio das quais as práticas e os costumes foram mobilizados pelos sujeitos históricos. Uma das formas de operacionalizar essa reflexão se dá por meio da inserção da cultura no espaço social em que ela se manifestava, pois isso pode desvelar as possibilidades (e limites) das agências populares.

A partir disso, analisar imprensa carioca pode trazer indícios das experiências sociais de territorialização da população negra no início do século XX, bem como a sua criminalização.⁵ Esses documentos, se não abrangem a totalidade dessas experiências, ao menos podem revelar nuances de suas práticas e dos seus modos de viver, no qual talvez encontremos um microcosmo de relações sociais de negros/negras, seus saberes e fazeres cotidianos. Como o nosso acesso ao passado é mediado pelos arquivos, ele é fragmentado e conjectural, o que nos leva a trabalhar com vestígios, extraindo seus significados e inserindo-os na sua especificidade histórico-temporal. Decifrando os arquivos a partir desses sinais, o “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989) persegue os indícios presentes nas fontes, ajudando a montar o quebra-cabeças do nosso problema de pesquisa e a revelar outros aspectos da realidade investigada.

² Pseudônimo adotado em 1903 por Paulo Coelho Barreto (1881-1921), jornalista e escritor carioca.

³ Tratam-se de 23 crônicas publicadas por João do Rio entre fevereiro e abril de 1904 no jornal *Gazeta de Notícias*. Em dezembro de 1904, elas foram publicadas em livro pela editora Garnier. Para as citações e referências neste trabalho, utilizarei a seguinte edição: RIO, João do. *As religiões no Rio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

⁴ Utilizo a perspectiva de E. P. Thompson (1998) sobre pensar a cultura pela dimensão contextual, considerando os comportamentos, costumes, valores e experiências como chaves explicativas dos processos históricos.

⁵ Dessa maneira, sob as lentes do microscópio é possível verificar as vinculações dessas experiências a um contexto, considerando que o nosso acesso ao passado é mediado pela documentação, portanto, ele é fragmentado, incompleto e conjectural (GINZBURG, 2007). Por isso buscamos os indícios e fragmentos do passado nas fontes com as quais trabalhamos, colocando-as em diálogo com outros arquivos para revelar as especificidades das tramas históricas e montar o “quebra-cabeças” das pesquisas (GINZBURG, 2007).

Com isso, se complexifica a análise social, já que nos “meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007, p. 11), isto é, as vozes dos sujeitos retratados na documentação. Logo, embora os arquivos sejam testemunhos da percepção de um sujeito/grupo/classe, eles possuem pistas para compreender as experiências populares, trazendo novos aportes à prática historiográfica. Como argumenta Carlo Ginzburg (2006):

O fato de uma fonte não ser “objetiva” (mas nem mesmo um inventário é “objetivo”) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta (GINZBURG, 2006, p. 16).

Esses testemunhos são elementos que escapam ao controle de quem produziu a documentação, deixando rastros que permitem diferentes interpretações. Temos acesso apenas a uma versão do acontecimento relatado, que é atravessada por intencionalidades e subjetividades. No entanto, o relato subjetivo está inserido na rede de significados culturais do seu tempo, logo, ele possui uma dimensão coletiva, sendo possível extrair as relações e expectativas do contexto cultural investigado, a partir de uma “etnografia nos arquivos” e do “estranhamento” do passado (DARNTON, 1986).

Nossos temas estão em um emaranhado de relações, com teias em constante movimento e que nos colocam em contato com outros quadros de referência. Unindo temporalidades, espacialidades e experiências sociais, as crônicas atraem a curiosidade para os eventos nelas descritos. Além disso, chamam a atenção para o contexto e o universo cultural nos quais foram elaborados, assim como possibilitam a reflexão sobre os processos historicamente condicionados de preconceitos a partir de marcadores de diferenças raciais e étnicas.

Cabe indagar, agora, se as crônicas de João do Rio podem ser um dos fios que conduzem a investigação sobre as práticas africanas e afro-brasileiras na cidade. Conseqüentemente, busca-se investigar se esses arquivos podem evidenciar as agências da população negra no início do século XX e, com efeito, as perseguições que sofriram das instituições de poder.

A cidade e as crônicas

As crônicas se tratam de um constante processo de reflexão e de consciência crítica sobre a sociedade em que atuam, constroem interpretações sobre a modernidade, e produzem imagens sobre as mudanças sociais e culturais. Em vista disso, esses registros são a

experimentação de uma temporalidade, visto que surgem com a intenção de serem elementos para a compreensão das cidades (RODRIGUES, 2002).

No final do XIX e início do XX, as crônicas adquiriram o caráter de jornalismo investigativo. Os literatos tinham a imprensa como seu principal palco de atuação, organizando um jornalismo literário (ou uma literatura jornalística), cuja narrativa recompõe um painel de informações sobre os eventos do seu tempo.⁶

As dinâmicas externas impactam os contextos que estudamos, de modo que, para o objeto aqui analisado, deve-se inserir o Rio de Janeiro na modernidade, e inserir a modernidade no Rio de Janeiro, buscando, assim, os entrelaçamentos e as singularidades da capital carioca. O “fenômeno urbano” fazia a cidade se transformar em personagem, sobretudo através dos cronistas (RODRIGUES, 2002), responsáveis por anunciar a modernidade, o cosmopolitismo e vida acelerada na multidão. João do Rio se coloca diante desse processo e das questões sociais da cidade: ainda que o autor não realize uma definição precisa do que seja esse “moderno”, os seus textos são alicerçados pela observação das mudanças e das novidades.

E, além disso, pela consideração da cidade como sujeito. De acordo com Robert Pechman (1997), as cidades são uma produção humana e social, de maneira que descrever uma cidade não é apenas citar sua arquitetura e seus espaços; na verdade, consiste em colocar profundidade na análise, revelando genealogias, memórias e experiências (PECHMAN, 1997).

Por conseguinte, a cidade inventa a crônica e é reinventada por ela, criando uma relação de afinidade. Reinventa-se a cidade ao compreender os sentidos produzidos pelos sujeitos e práticas que a constituem, elementos cujos indícios podemos inventariar a partir das crônicas de João do Rio (2012). Deslocando-se pelas ruas da cidade, João do Rio era o flâneur por excelência e, ao “perambular com inteligência” (RODRIGUES, 2000, p. 17), sua narrativa transformava os espaços urbanos em personagens históricas, produzindo o contexto da modernidade.⁷

⁶ Como afirma Antônio Edmilson Rodrigues (2002), a literatura é parte das mudanças da modernidade e, ao mesmo tempo, é indicadora das mudanças e das tensões existentes, ou seja, a imprensa é um lugar de vanguarda: ela é arauto da modernidade e se moderniza através dela. A razão técnica cria formas culturais novas para dar conta da multidão e da agitação nas grandes cidades, sendo a crônica uma dessas formas (BENJAMIN, 1991).

⁷ Para Walter Benjamin (1991), o lugar do flâneur é a multidão, ponto a partir do qual narra e capta tudo o que o instiga, e de onde ele vê as fantasmagorias, sendo caracterizado pela ambiguidade das imagens dialéticas que observa nas ruas. A escrita do flâneur cria um campo de relações, transborda a experiência de uma época ao destacar a cidade como objeto de discurso (BENJAMIN, 1991).

João do Rio (2012) demonstrava a capitalidade do Rio de Janeiro, destacando a influência exercida por uma cidade/espço em relação ao seu entorno.⁸ Nas suas crônicas, é possível notar a atração exercida pela capital carioca, bem como as tentativas de afirmar o poder do Rio por meio dos seus valores pretensamente “civilizados” e da cultura “moderna”.

Enquadrar essas crônicas como testemunho histórico valoriza a sua linguagem como uma experimentação para observar a sociedade. Filtros devem ser usados para lidar com essa tipologia documental –considerar as intenções do autor/autora, suas vinculações políticas, os fatos que selecionou e os que esqueceu, as relações de poder envolvidas –, assim como os seus meios de comunicar uma forma de perceber (e estar) no mundo (RODRIGUES, 2002).

Recorrendo a elas, nos deparamos com a imprensa como fonte crucial para a construção de problemas de pesquisa. Como prática social (DARNTON, 1990) e força social ativa da vida moderna (CRUZ e PEIXOTO, 2007), a imprensa é uma plataforma de interpretações sobre o presente, o passado e o futuro, mas também um ator político que pretende moldar a realidade que descreve. Isso porque os papéis sociais que cristaliza, e os modos de agir que enuncia, tentam dirigir os rumos tomados pelos grupos sociais do seu tempo.

Os registros produzidos socialmente não surgem com a intenção de serem fontes de informações para a pesquisa (DARNTON, 1986), portanto, critérios metodológicos são necessários para transformá-los em fontes. Essa seleção se baseia em escolhas e recortes e, principalmente, nas perguntas que formulamos e procuramos responder através desses testemunhos, tratamento metodológico que também se estende às crônicas publicadas nos periódicos.

Expressando as mudanças da modernidade ao mesmo tempo que são constituídas por elas, as crônicas são produções situadas historicamente. A partir de recortes e da construção de novos paradigmas interpretativos, podemos descobrir, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro que aparece nos textos de João do Rio (2012). E, partindo deles, ampliam-se os itinerários para a investigação das agências dos sujeitos históricos, seus comportamentos e costumes, desvelando novas redes de entendimento sobre o passado.

Como canais de investigação histórica, essas formas de narrar ampliam os horizontes possíveis de pesquisa. Os fios e entrelaçamentos costurados nesses textos singularizam, mas

⁸ João do Rio (2012) sugeria algumas “figuras” da modernidade na cidade, isto é, os elementos que sintetizavam as suas mudanças, como as sociabilidades burguesas; a moda; os bondes, os automóveis, os cafés, os teatros, a confeitaria Colombo, restaurantes. Sinais da modernidade, importados e disseminados entre as classes dominantes na cidade, mexendo com a subjetividade, com os hábitos e com as noções de tempo e espaço, sendo um fenômeno que aproxima a capital carioca e Paris, ambas marcadas pelo progresso exacerbado e por contrastes sociais.

também aproximam práticas sociais e experiências dos sujeitos históricos. Para o recorte estabelecido neste artigo, as ruas da cidade do Rio de Janeiro são o palco dessas interações e agências, pormenores traçados por João do Rio (2012) em suas crônicas.

Batuques e feitiços nas ruas do Rio

A cidade do Rio de Janeiro fornecia o material das crônicas de João do Rio (2012), nas quais encontramos a descrição minuciosa de alguns dos usos e costumes nela existentes. Observando o urbano como forma de pensar a modernidade, o cronista colocava a cidade em movimento, colocando uma lupa para perceber as histórias e particularidades guardadas pelas ruas do Rio – e pelos sujeitos que as constituíram.

Nesse panorama emergem as miudezas do cotidiano, com seu quadro de vivências e de relações. Convém reforçar que esse quadro é feito a partir das percepções do autor, logo, há a reprodução de racismos, machismos, etnocentrismos e eurocentrismos em seus textos. Em vista disso, o seu pensar sobre a espacialidade era atravessado por sentidos ainda tributários dos efeitos da colonialidade do poder e do conhecimento (QUIJANO, 2005).

Entre fevereiro e abril de 1904, no jornal *Gazeta de Notícias*, João do Rio publicou uma série com crônicas sobre as religiosidades e práticas de cura na cidade do Rio de Janeiro. À época, tais crônicas foram tratadas como reportagens e causaram um rebuliço na sociedade, o que conferia veracidade e legitimidade à descrição dos “mistérios da crença” na cidade (RIO, 2012, p. 15), fazendo da sua proposta a inauguração de um “jornalismo investigativo” conduzido por um “cronista-repórter” (FARIAS, 2010, p. 250).

No dia de sua estreia, a *Gazeta de Notícias* divulgava em sua primeira página: “Começamos hoje uma série de artigos de informações curiosas sobre as Religiões no Rio” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/02/1904). O cronista anunciava que a sua proposta surgia de uma inquietação, a saber:

Ao ler os grandes diários, imagina a gente que está num país essencialmente católico, onde alguns matemáticos são positivistas. Entretanto, a cidade pulula de religiões. Basta parar em qualquer esquina, interrogar. A diversidade dos cultos espantar-vos-á. (RIO, 2012, p. 15)

O próprio cronista afirma que não se tratava de um “trabalho completo”, dada a complexidade das religiões, mas mesmo assim, diz que escreveu seus textos com “desejo de ser exato” (RIO, 2012, p. 17). Ou seja, a sua investigação surgia de uma perspectiva crítica ao apagamento das crenças populares, sobretudo africanas e afro-brasileiras. Essa invisibilização

deliberada sugeria a imagem de um Brasil “civilizado” que almejava entrar no circuito das nações modernas, processo que se ancorava na exaltação de valores europeus e, ao mesmo tempo, na discriminação sobre as práticas sócio-culturais da população negra e, também, pela negação dos seus direitos de cidadania.

Muito embora João do Rio (2012) tenha investigado *candomblés* e *terreiros*, entrevistado *babalorixás*, *ialorixás* e *alufás*, a sua narrativa também estigmatizava, carregado por adjetivações preconceituosas em relação as expressões culturais associadas a negros/negras. Por extensão, investigar as suas crônicas requer uma postura crítica para evitar a reprodução de juízos discriminatórios. A descrição feita sobre os ritos de iniciação das *iaôs* (as filhas de santo) conjugam os elementos racistas com informações sobre os sobre os cultos africanos e afro-brasileiros, os endereços das casas e os nomes das lideranças religiosas.

As *iaôs* abundam nesta Babel da crença, cruzando-se com a gente diariamente, sorriem aos soldados ébrios nos prostíbulos baratos, mercadejam doces nas praças, às portas dos estabelecimentos comerciais, fornecem ao hospício a sua cota de loucura, propagam a histeria entre as senhoras honestas e as *cocotes*, exploram e são exploradas, vivem da credice e alimentam o caftismo inconsciente. As *iaôs* são as demoníacas e as grandes farsistas da raça preta, as obsedadas e as delirantes. [...] Nas *iaôs* está a base do culto africano. [...] todas elas estão ligadas ao rito selvagem por mistérios que as obrigam a gastar a vida em festejos, a sentir o santo e a respeitar o pai-de-santo. (RIO, 2012, p. 35-36)

A desqualificação da cultura afro-brasileira aparece como dimensão de hierarquia social, à luz das relações de poder no pós-Abolição. Ao classificar as *iaôs* como “primitivas”, em templos de “vícios”, “criminalidade” e “ignorância”, João do Rio (2012) subsidiava políticas de ordenamento social e repressão sobre os *candomblés*, *terreiros*, *batuques*, *casas de dar fortuna* e *zungus*, expressando um juízo particular sobre essas práticas. Por outro lado, esses espaços também eram frequentados por policiais, delegados, “senhoras que eu respeitava e continuarei a respeitar nas festas e nos bailes” e “cavalheiros” que chegavam em seus *tílburis*, “um resumo da nossa sociedade, desde os homens de posição às prostitutas derrancadas, com escala pelas criadas particulares” (RIO, 2012, p. 60-61).

Poucos anos após a Abolição (1888), pensar a produção da espacialidade da capital federal é considerar os marcadores de civilidade almejados pelo regime republicano, fundamentados pela ação policial sobre os costumes afro-brasileiros. Com isso, “tornou-se impossível, nestas circunstâncias, estabelecer o quadro urbano carioca sem assinalar a ação da polícia”, que culminou por criar uma “língua da civilidade popular e, ao mesmo tempo,

agiu como fundadora da cartografia da artificialidade da capital do Brasil República” (RODRIGUES, 2020, p. 25). Organizar o espaço passava pela regulação e controle do “como viver”, já que a cidade se tornava a expressão da “civilização” (PECHMAN, 1997), logo, também existia o “como não viver”, isto é, os comportamentos indesejados e incompatíveis com uma “identidade moderna” (RODRIGUES, 2002).

Apesar de a Constituição de 1891 assegurar a liberdade religiosa, as práticas afro-brasileiras eram criminalizadas pelo Código Penal de 1890⁹ e reguladas pelas Posturas Municipais decretadas desde 1890.¹⁰ Esses dispositivos jurídicos eram um dos eixos organizadores das relações sociais na República, sendo utilizados para ratificar políticas de controle sobre os costumes africanos e afro-brasileiros. Como exemplo disso, é possível destacar que os artigos 259 e 260 do Código de Posturas Municipais proibia determinadas práticas culturais “dentro das casas ou chácaras, como o brinquedo chamado batuque, com toques de tambor, cantorias e dança”, e também “as casas chamadas – zungus”, cujos donos seriam multados e presos por oito dias “e em cada reincidência com a multa de 30\$ e 30 dias de prisão”, com a apreensão de todos “os instrumentos e substâncias empregadas a título de exercício de feitiçaria”.

Tais leis incidiam particularmente sobre a população negra da cidade pois, ao criminalizar os batuques, zungus, a “feitiçaria”¹¹ e os candomblés, criminalizavam-se os sujeitos que exerciam essas práticas, afirmando a sua condição de “não-civilizado” e “não-cidadão” a esses sujeitos. Os “batuques” eram o termo que sintetizava as descrições da imprensa sobre os espaços culturais afro-brasileiros, englobando os candomblés e outros ritos de matriz africana, as atividades de curandeiros, pais-de-santo e mães-de-santo, além das macumbas, manifestações culturais que agiam como formas de reinterpretação do real.

Em suma, a tentativa de impor costumes expressa a intenção de consolidar um modo de legitimação da vida, de discursos, mentalidades e de funcionamento social (THOMPSON, 1998), ordenação baseada em parâmetros culturais, ou seja, o controle do espaço urbano passava pela repressão a bens simbólicos associados à população negra da capital. Desse modo, a produção do espaço social da cidade pode ser pensada como consequência de relações de poder, com a centralidade de questões raciais e culturais. Esses aspectos podem ser vistos nas

⁹ Código Penal de 1890 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acessado em 01/05/2021.

¹⁰ O Código de Posturas Municipais de 1890 foi publicado na *Gazeta de Notícias* do dia 15/02/1890, p. 3-4.

¹¹ À época, os termos “feiticeiro”, “feiticeira” e “curandeiro” eram empregados como referência aos pais-de-santo e às mães-de-santo, para deslegitimar as heranças culturais africanas e afro-brasileiras.

ruas descritas por João do Rio (2012), das quais emergem pistas de intrincadas relações de controle social e repressão policial, ao passo que outra realidade também aparece: a de experiências marcadas pela “circularidade” cultural (BAKHTIN, 2010).

Nesse sentido, a polícia atacava os espaços culturais afro-brasileiros, como podemos ver na *Gazeta de Notícias* do período: em abril de 1903 houve a prisão de 102 pessoas que praticavam o “culto à feitiçaria” em um terreiro no Engenho Novo, Zona Norte da cidade, “como se estivessem habitando o mais recôndito lugar da África” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 24/04/1903). Em outubro de 1905, o mesmo jornal noticiava a prisão de 37 pessoas em uma “zunga”, “baixas casas de depravação, frequentadas por uma sociedade mais que suspeita” na rua Senador Eusébio, no Centro do Rio de Janeiro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/10/1905). Portanto, a polícia, enquanto aparelho de repressão, invadia os candomblés e terreiros, ainda que alguns policiais também se consultassem no “mundo dos feitiços”.

As caracterizações encontradas nas notícias sobre as práticas culturais negras dão o tom do papel da imprensa como prática social, pois esta instigava diariamente campanhas repressivas e acompanhava as forças policiais durante as invasões a esses espaços. Outro aspecto a ressaltar é a correlação imediata entre as casas de cultos de matriz africana e a degradação moral, imaginário posto em debate em meio aos processos de “civilização” dos costumes na cidade, encabeçados pelos sanitaristas e autoridades políticas republicanas.

Dessa maneira, os relatos de João do Rio (2012) ancoravam um cenário de interações, com a circulação das classes dominantes entre os locais dos cultos afro-brasileiros, nas casas de “feiticeiros” e “feiticeiras”, mas apesar disso o cronista tratava os burgueses e as “senhoras de alta posição” como vítimas da exploração. Nessas passagens, é possível notar um olhar normativo produzido pelos “de cima” sobre os “de baixo”, já que, pela ótica do cronista, os costumes da população negra eram desvios e degenerações diante da modernidade, portanto, sinais de atraso. “Mas nós estamos no século XX!” (RIO, 2012, p. 217), exclama João do Rio, apontando para a incompatibilidade dessas práticas com o século que se iniciava.

Essa matriz de interpretação dos costumes da cidade é fundamentada pela ideia de cultura que, por sua vez, é associada à ideia de “civilização”, tratando as diferenças como exclusão, sobretudo ao racializá-las. De acordo com o cronista, os seus “olhos de civilizado” o colocavam como alguém de fora, realizando uma espécie de etnografia na cidade (RIO, 2012), reivindicando suas crônicas como um testemunho dos fatos de sua época. Por exemplo, quando em conversa com um poeta durante visita à “missa negra” (rituais satanistas), o flâneur lhe diz “Mas você está fazendo romance. Isso é literatura” (RIO, 2012, p. 205), ficando inconformado

com as informações que o poeta lhe passa sobre os frequentadores do local, vistas como literárias em vez de objetivas tais como as do próprio João do Rio.

De acordo com João do Rio (2012), a permanência de costumes africanos e afro-brasileiros impedia que todos os marcos da modernidade fossem implantados na cidade. Essa narrativa enxergava os saberes e práticas negras como a antítese da racionalidade moderna, sendo na descrição do “mundo dos feitiços” que encontramos a reprodução de racismo e hierarquizações que repercutiram na sociedade, como fica evidente ao consultarmos a imprensa do período. Em 16 de março de 1904, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* anunciava que:

O Dr. chefe de polícia expediu ontem circulares aos delegados mandando-os, na forma da lei, perseguir as cartomantes, os nigromantes e os feiticeiros. Parece que essa perseguição é devida ao inquérito da *Gazeta* sobre as Religiões no Rio. Ora, nós achamos que S. Ex. vai errar. [...] Nem os negros feiticeiros nem as cartomantes desaparecerão às violências de um punhado de policiais invadindo casas e arrolando bugigangas. [...] Antes pelo contrário, a perseguição – e é esse um fenômeno de psicologia conhecidíssimo – exasperará a credence, e pouco tempo depois, em lugar de duzentos feiticeiros, nós teremos os mesmos duzentos em outros lugares e mais outros duzentos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 16/03/1904).

Criticando a repressão, a coluna fala sobre a polícia ter ido atrás dos “feiticeiros” e das cartomantes depois da publicação das primeiras reportagens de João do Rio. Segundo a reportagem, embora os feiticeiros não chamassem ninguém, as pessoas é que iam atrás deles, logo, a crença seria resultado do “estado moral” da sociedade, na qual se convivia com os costumes afro-brasileiros, visto que babalorixás iam às casas de burgueses de Botafogo e Tijuca, “onde, durante o inverno há recepções e *conversations* às cinco da tarde como em Paris e nos palácios da Itália” (RIO, 2012, p. 61), características que marcariam a ambiguidade da modernidade carioca, segundo João do Rio (2012).

Em uma vivência diaspórica, desterritorializada, as memórias de práticas socioculturais adquiriam papéis fundamentais para a sobrevivência de identidades negras (GILROY, 2001). Os costumes se reinventavam e, atualizando-se, colocavam o tempo e a história em movimento, enunciando uma realidade baseada na interação, na solidariedade, e na circulação de ideias e práticas sociais. O sentido político da cultura pode explicar parte do medo proporcionado pelos batuques, já que a associação de negros/negras tensionaria a ordem estabelecida, sendo capaz de eclodir revoltas ou mobilizações coletivas.

O papel do controle social na organização da cidade carioca é um instrumento crucial para a melhor compreensão dos contornos das vivências africanas e afro-brasileiras no início

do século XX. Dentro disso, as tensões em torno de costumes e valores se manifestavam na realidade concreta, com embates envolvendo a legitimidade ou mesmo o direito de que esses grupos sociais realizassem suas práticas nas ruas e em suas casas.

Nesse percurso metodológico nos textos de João do Rio, podemos visibilizar as agências da população negra na cidade, dado que, nas visitas aos cultos afro-brasileiros, o cronista afirmava ter um informante, chamado apenas de Antonio. Mais uma vez recorrendo ao diálogo com a imprensa, verificamos que a *Gazeta de Notícias* informava, em 10 de março de 1904, que Antonio foi encontrado na cidade:

O artigo de ontem da série *Religiões no Rio*, em que se descrevem as cenas de animismo dos nossos pretos minas, causou tamanho sucesso que os proprietários das casas de fonógrafos andaram à procura de Antônio, o negro de Lagos, para lhes cantar as cantigas africanas.

Antônio foi encontrado mas recusou, receoso de que máquina que fala, ofendesse os orixalás (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10/03/1904).

Antonio nos é apresentado pelos textos do cronista, segundo o qual seu informante era “como aqueles adolescentes africanos de que fala o escritor inglês. Os adolescentes sabiam dos deuses católicos e dos seus próprios deuses, mas só veneravam o uísque e o xelim” (RIO, 2012, p. 19). Esse jovem africano foi responsável por conduzir o cronista pelas “casas das ruas de São Diogo, Barão de São Félix, Hospício, Núncio e da América, onde se realizam os candomblés e vivem os pais-de-santo” (RIO, 2012, pp. 19-20). A espacialização das casas de cultos africanos e afro-brasileiros cria um mapa do Centro do Rio de Janeiro, guiando investigações a partir dos endereços e dos nomes listados por João do Rio. Cruzando esses registros com as notícias publicadas pela imprensa da época, talvez seja possível revelar aspectos da existência social desses sujeitos. Como no dia 13 de março de 1904, quando a *Gazeta de Notícias* afirmava que:

Os nossos artigos sobre os pretos minas puseram em polvorosa os feiticeiros e as mães-de-santo. Essa pobre gente não sabe como esconder as sopeiras, os fetiches, as bugigangas, receando a visita da polícia. Ontem os feiticeiros reuniram-se, porque há entre eles uma espécie de maçonaria.

– Foi gente nossa que disse o *eró!*

– É preciso saber quem mostrou o segredo!

Para saber de tudo, os feiticeiros reunir-se-ão hoje à tarde na casa de Emmanuel Ojó, à rua dos Andradas próximo ao largo do Capim. Emmanuel Ojó é um preto que se veste de branco, fala inglês, para sempre à porta do Globo e é quem decide nos momentos de perigo. Ojó vai adivinhar quem é Antônio, o africano que nos tem contado e nos tem feito ver as cenas incríveis do culto bárbaro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/03/1904).

Para além da desqualificação em termos como “bárbaro” e “fetiches”, algumas reflexões podem ser postas com a leitura desse registro. Em primeiro lugar, revela os vínculos existentes entre os “feiticeiros” e líderes religiosos afro-brasileiros, indícios de canais de articulação e atuação, reduzidos pelo jornal como “espécie de maçonaria”. Talvez essas reuniões fossem frequentes e sobretudo necessárias para a preservação dos ritos e costumes diante da “visita da polícia”, isto é, o jornal e as crônicas trazem sinais de que o povo de santo tinha suas formas de politização do cotidiano, na qual a solidariedade coletiva aparecia em meio aos desafios da sobrevivência em meio à perseguição feita por policiais e pelas autoridades republicanas.

Isso leva a uma segunda reflexão, pois é possível que os líderes religiosos tiveram acesso às crônicas de João do Rio, logo, podemos pensar que os jornais circulavam entre eles, talvez por meio de práticas de leitura coletiva, visto que os índices de alfabetização eram muito baixos entre a população. De qualquer maneira, as pessoas reunidas na casa de Emmanuel Ojó souberam o teor dos textos e se mobilizaram a partir disso, elementos que podemos extrair numa leitura a contrapelo, contra as intenções de quem produziu a notícia (BENJAMIN, 1991).

Diante das dificuldades acesso a depoimentos e documentos produzidos pelos próprios africanos envolvidos nesse caso, interpretar as fontes a partir dessa abordagem abre caminhos para desvelar perspectivas contra-hegemônicas produzidas pelos sujeitos descritos nos periódicos cariocas. O valor simbólico desses testemunhos também pode ser encontrado nas falas transcritas por João do Rio (2012) e atribuídas às pessoas entrevistadas: em determinado momento, Antônio diz que as cerimônias dos alufás (africanos islâmicos) acontecem nas ruas, ao que João do Rio responde que essas passeatas seriam impossíveis na cidade. Antônio retruca, afirmando que as cerimônias “realizam-se sempre nas estações dos subúrbios, em lugares afastados” (RIO, 2012, p. 27), ou seja, as ritualidades associadas às tradições africanas precisavam se esconder, detalhe revelador do controle dos usos do espaço nas ruas centrais.

Outro aspecto relacionado ao filtro analítico se refere à fidelidade dos nomes apresentados por João do Rio. A própria *Gazeta de Notícias* alertava, no dia 15/03/1904, sobre possíveis “confusões nos nomes de certos feiticeiros” das crônicas de João do Rio:

Os minas têm apelidos muito parecidos. Assim, no artigo de ontem referimo-nos ao feiticeiro Horacio, mas ao Mama Horacio, *alufá* que mora na rua do Bom Jardim e não a um outro que nos veio pedir retificação. O mesmo aconteceu com o Sr. Abedé, que é um homem sério. Ontem chegou da África o negro Samim, um mina horrendo, feiticeiro convicto, que traz mulheres e novos feitiços. Samim está hospedado em casa de Ojó, o Emmanuel Ojó, o homem que descobriu o feitiço do marimbondo...

A casa de Ojó fica na rua dos Andradas n. 23 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/03/1904).

A notícia não é assinada, então não sabemos se foi o próprio João do Rio quem fez as retificações, mas é possível que, pelos detalhes mencionados e pela forma de escrita, que ele tenha redigido o texto e repassado as informações ao jornal. Novamente vemos um líder religioso incomodado com as crônicas, pois fora confundido com outro alufá, outro indício de que as crônicas circulavam para além das camadas médias urbanas.

Ao mencionar os nomes de feiticeiros na cidade, Antônio também mencionou a “célebre Xica de Vavá, que um político economista protege”. Segundo Antônio, essa “proteção política” aos feiticeiros viria de “homens importantes que devem quantias avultadas aos alufás e babalaôs que são grau 53 da maçonaria” (RIO, 2012, p. 24).

Naturalmente Antônio fez-me conhecer os alufás: Alicali, o lemano atual, um preto de pernas tortas, morador à rua Barão de São Félix, que incute respeito e terror; o Xico Mina, cuja filha estuda violino; Alufapão; Ojó; Abacajebu; Ginjá; Mané, brasileiro de nascimento, e muitos outros. (RIO, 2012, p. 25)

Nesse trecho vemos mais uma menção às interações culturais, com a filha de um dos alufás africanos tendo aulas de violino, algo valorizado como hábito burguês. Na rua, João do Rio encontraria o próprio Xico Mina: “Este veste, como qualquer um de nós, ternos claros e umas suíças cortadas rente. Já o conhecia de ver nos cafés concorridos, conversando com alguns deputados. Quando nos viu, passou rápido” (RIO, 2012, p. 29). Ao utilizar a expressão “como qualquer um de nós”, o cronista interpela seus leitores e se identifica com eles. Por sua vez, Xico Mina não é um dos integrantes do “nós” ao qual o cronista alude, mas circula nas sociabilidades modernas, e mantém ligações com políticos e burgueses, trajado com a última moda do seu tempo, “apesar da proibição da crença” (RIO, 2012, p. 28).

Em 29 de março de 1904, João do Rio conversou com o próprio Samim na casa de Emmanuel Ojó, o “Ojó da rua dos Andradas” (RIO, 2012, p. 55). Para o cronista, Samim é um “pobre diabo [que] vive assustado com a polícia, com os jornais, com os agentes. Para o seu cérebro restrito de africano, desde que chegou, o Rio passa por transformações fantásticas. É um malandro, orgulhoso do feitiço e com um medo danado da cadeia” (RIO, 2012, p. 81). O africano conta ao cronista que não queria ser entrevistado porque “andam a falar de nós, porque a polícia vem aí” (RIO, 2012, p. 86), ou seja, a sociedade carioca falava sobre os “feiticeiros” e a polícia fazia invasões frequentes às suas casas.

Sendo assim, as crônicas, ao instigar a repressão, interferiam na realidade que descreviam. Para dar ainda mais veracidade aos relatos de João do Rio, no dia 20 de março de 1904, a *Gazeta de Notícias* publicou retratos de três dos “feiticeiros” mencionados nas crônicas. Tratavam-se de recursos gráficos modernos, novidades incorporadas pelo jornal que ampliavam o alcance das crônicas.

Foi tal a curiosidade despertada pelos artigos de João do Rio sobre os nossos feiticeiros, que damos hoje alguns retratos dos mais temíveis exploradores da credulidade pública. O feiticeiro não tira nunca o retrato, para não ser vítima do feitiço em imagem. Uma dessas caras, incrivelmente feia, queimada e pulverizada ao vento com certas e determinadas rezas pode levar a morte aos indivíduos retratados. Sem o negro Miguel, que indicou ao nosso fotógrafo vários desses tipos para as instantâneas, seria impossível estampar hoje a fisionomia desses grandes salanhadores do tendal da crença (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20/03/1904).

Emmanuel Ojó, Abubaca Caolho e Zebinda são as três pessoas retratadas. Utilizando os recursos técnicos disponíveis à época, as imagens assemelham-se a retratos-falados, abaixo das quais há pequenas biografias contando as trajetórias individuais das três personagens, mas novamente a notícia não é assinada, muito embora os endereços e informações pessoais também possam ter sido escritas por João do Rio durante suas andanças pela cidade.¹²

O cuidado com os detalhes, aliás, fornece indícios das condições de vida dessa parcela da população nos cortiços e estalagens do Centro da cidade. Ao descrever as casas dos africanos minas, por exemplo, o cronista cita que elas “conservam a sua aparência de outrora, mas estão cheias de negros baianos e de mulatos”, e que os “pretos falam da falta de trabalho, fumando grossos cigarros de palha” e, também, de assuntos políticos do país (RIO, 2012, p. 29-31).

Emmanuel Ojó, por exemplo, com endereço na rua dos Andradas n. 23, na freguesia do Sacramento, Centro da cidade, seria “o consultor técnico dos pretos; na sua casa é que se dão as reuniões dos feiticeiros, que se resolvem as contendas, que se escrevem cartas, que se resolve quem há de morrer”. Abubaca, por sua vez, seria um “explorador inconsciente”, cujos feitiços e consultas aconteciam na casa de Alicali, na rua Barão de São Félix, mas ele mesmo morava em uma “baiúca” na rua do Rezende, associando o africano à bebedeira: “Abubaca bebe muito, já tem estado várias vezes na Detenção, por embriaguez. E é a esse homem que muita gente vai saber do futuro”. Finalmente, em relação a Zebinda, notamos estereótipos que estigmatizam as

¹² De acordo com Juliana Barreto Farias (2010), esses retratos seguem padrões similares aos da “Galeria do crime”, uma série de imagens dos principais “criminosos” da cidade estampadas pela mesma *Gazeta de Notícias*, induzindo os leitores dos jornais a associar os “feiticeiros” e “feiticeiras” aos criminosos da cidade.

mulheres negras como desviantes da moralidade desejada. Em 1904, ela foi descrita como “uma negra baixa, gorda e dada a festas” que, depois de morar “muito tempo na rua Senador Pompeu”, agora vivia na travessa das Partilhas, onde dava festas, danças e fazia seus candomblés.

João do Rio ainda localiza outros “feiticeiros” africanos nas ruas centrais da cidade, como “João Alabá, negro rico e sabichão da rua Barão de São Félix, 76” (RIO, 2012, p. 83); João Mussê, alufá que morava na rua Senhor dos Passos, 222 (RIO, 2012, p. 66); Tintino, da rua Frei Caneca; Obitaiô e a Dudu do Sacramento, ambos morando na rua Bom Jardim; Assiata (provavelmente a Tia Ciata), moradora da rua da Alfândega; Ogã-Didi, na rua da Conceição; Apotijá, “mina famoso pelas malandragens, que mora na rua do Hospício, 322, e finge de feiticeiro falando mal do Brasil” (RIO, 2012, p. 51-52).

Curiosamente, ao relatar o diálogo que teve com uma cartomante, o cronista transcreve uma fala em que é acusado de entregar informações à polícia. Diz a cartomante:

Diariamente, nas casas que tomou o número para indicá-las à polícia, encontram-se os conquistadores, os homens bem vestidos de que a polícia ignora os meios de vida, os senadores, os deputados, as pessoas notáveis, as atrizes, as cocotes, as senhoras casadas, os imbecis propondo coisas indecorosas e as damas dolorizadas. Nós a todos damos o favo da ilusão... (RIO, 2012, p. 237-238)

Mesmo sendo o autor da narrativa, o cronista manteve um trecho em que ele era associado à repressão. Talvez, aos olhos da sociedade da época, isso aumentasse a fama de João do Rio, pois se considerarmos que o público-alvo das crônicas eram os grupos escolarizados e burgueses (as classes dominantes como um todo), delatar esses espaços às forças repressivas poderia ser bem visto. Ainda que, como ressaltado pela cartomante, membros dessas classes abastadas também frequentassem esses locais, mas de forma escondida.

Perambulando pelas ruas da cidade nesses “turvos tempos” de vida agitada, da “perdição” e abandono de valores, o Rio, para o cronista, era uma “cidade do vício” (RIO, 2012, p. 181) que convivia com hábitos de distinção burguesa. Nela, João do Rio identifica o “espiritismo verdadeiro” como uma moda entre a “gente educada” da cidade, como os políticos, intelectuais, militares, burgueses e senhoras elegantes, todos estariam encantados pelos mistérios dessa fé, um resumo do “estado mental” da cidade. O cronista apontava a mediocridade e a ignorância dessas pessoas que, embora modernas e buscando a distinção pelo consumo, mantinham crenças e superstições incompatíveis com a sua posição. Essas pessoas “distintas” eram capazes de almoçar na Confeitaria Colombo e ir às óperas no Teatro Lírico, mas também de acreditar em revelações de médiuns e em curas milagrosas (RIO, 2012, p. 270).

Entretanto, o cronista advertia que seria necessário “não confundir o espiritismo verdadeiro com a exploração, com a falsidade, com a credence ignorante” do “baixo espiritismo” praticado por africanos, negros/negras brasileiros e pelos grupos populares (RIO, 2012, p. 283), integrantes do que o autor chama de “sociedade baixa”, repleta de “centenas de traficantes [que] enganam a credulidade com uma inconsciente mistura de feitiçaria e catolicismo” (RIO, 2012, p. 269).¹³ Assim, o olhar de João do Rio (2012), carregado por aspectos normativos, é representativo de uma posição colocada diante das relações raciais e culturais da cidade no início dos anos 1900.

Uma vez que os batuques, os candomblés, os feitiços, os zungus e os terreiros eram expressões culturais negras, teciam linguagens não-referenciadas nos padrões da “modernidade”. A mera menção ao samba, ao batuque e aos terreiros de candomblé e outros cultos de matriz africana produzia uma série de imagens sobre os frequentadores do local, mas também fornece detalhes sobre a espacialização das suas vivências na cidade.

Noções racializadas estruturavam as relações de poder nesse momento, estando na base de ordenação social da cidade do Rio de Janeiro, o que permitia a reprodução ideológica de preconceitos raciais. Dessa maneira, a preservação das práticas africanas e afro-brasileiras pode indicar redes de solidariedade e resistências à imposição de costumes e padrões de comportamento, formas de ação encontradas nas crônicas de João do Rio (2012) por meio de pistas deixadas pelo cronista durante a sua narrativa. Com isso, entrevemos alguns aspectos do viver e do fazer desses sujeitos históricos em meio às disputas pela legitimidade de suas práticas sociorreligiosas e dos seus costumes.

Essas práticas reforçavam laços de solidariedade inclusive durante as festividades cristãs do calendário nacional, como no “Natal dos Africanos” descrito por João do Rio na revista *Kosmos*, em novembro de 1904:

Os africanos do Rio festejam pelo Natal todos os seus santos. Os *candomblés*, os despachos, as grandes funções cheias de cerimônias lúgubres e ritos enervadores duram um mês menos dois dias, começam a quinze de Dezembro e terminam a treze de Janeiro com a apoteose do Senhor do Bonfim – entre os santos negros Orixá ou Oduduá. Nas fétidas chombergas das vielas centrais, nas baiúcas escuras, onde os feiticeiros prosperam com quatro e cinco mulheres, desde o dia quinze os *atabaques* e os *xequerês* destilam no corpo das filhas de santo a loucura e enfurecem de saudade os velhos *babalaôs*, os *açoba* e os *aboré* (KOSMOS, nov/1904).

¹³ O “baixo espiritismo”, a magia, os “sortilégios” e a “medicina ilegal”, todos associados às práticas de cura e religiosidades de matriz africana, eram proibidos pelo Código Penal de 1890, em seus art. 156, art. 157 e art. 158.

Tais festas duravam quase trinta dias nas ruas centrais do Rio de Janeiro, conduzidas por africanos com seus tambores, batuques e devoções às entidades do candomblé. Politizando o território a partir das práticas culturais, são detalhes de um conjunto de experiências diaspóricas. Em especial para os festejos descritos por João do Rio, os candomblecistas utilizavam o Natal para comemorar “um acontecimento especial da sua cosmogonia – a junção de Xangô, o deus do trovão com Oxum, a mãe d’água”, com a presença das lideranças religiosas locais – chamadas pejorativamente de “feiticeiros” pelo autor. Além disso, conseguimos filtrar informações sobre a espacialidade dessa celebração dos africanos nas casas das “vuelas centrais” da cidade, e não nas ruas, onde sofreria com a repressão policial.

Durante vinte e oito dias o olimpo africano desfila nas escuras casas da rua do Hospício, Barão de São Félix, Costa, S. Diogo, S. Jorge, arrastando a carnificina de centena de animais, em honra do casamento de Oxum e Xangô, o casamento que produziu a chuva. (*Kosmos*, “O Natal dos africanos”, novembro de 1904, p. 43)

Essas ruas eram as mesmas mencionadas por Antonio durante as visitas de João do Rio ao “mundo dos feitiços”, possivelmente definindo um perímetro em que se concentravam alguns dos africanos nas freguesias centrais, abarcando freguesias como as de Santana, Santa Rita e Sacramento. O próprio cronista dá a entender que as festas aconteciam em várias casas dessas ruas, de modo que essa “cidade negra” (CHALHOUB, 2011) podia ter pontos de referência espacialmente definidos, mas também estava em movimento, pelo trânsito entre diversas pessoas que construía suas redes de interações nesses espaços de fé, cultura e moradia.¹⁴

Portanto, apesar das discriminações e das perseguições, as crônicas são registros que também podem visualizar as agências e articulações da população negra para estabelecer contra-usos do território. Apresentando dinâmicas de frestas para encantar a vida a partir das práticas culturais, os textos de João do Rio vislumbram os impasses, as negociações e os conflitos para a sobrevivência dessas experiências. De pronto, detendo-nos sobre essas fontes, encontramos uma realidade de práticas moventes, eixo de laços de solidariedade que, a rigor, instituíam outros sentidos e percepções para vivenciar a cidade do Rio.

¹⁴ Em relato no jornal *A Notícia*, assinado por “B.”, temos a descrição de outro “batuque do Natal” desta vez em dezembro de 1905, onde “apertavam-se mais de cinquenta pretos” e “se cantava e dançava lá dentro, ao som dos pandeiros, dos tambaques e dos mutungos”. Ver: *A Notícia*, “Registro”, 26 e 27 de dezembro de 1905.

Com isso, é possível trazer os frequentadores dos batuques para o protagonismo da escrita histórica, demonstrando o papel das redes culturais africanas e afro-brasileiras como modos de significação da realidade no início do século XX. Trazendo essas vozes silenciadas à superfície por meio de uma análise cuidadosa das crônicas, localizamos esses textos como registros das agências da população negra, indicando as formas de territorialização de suas práticas culturais na produção do espaço social.

Considerações finais

No início do século XX, as experiências sociais dos africanos apareciam em meio às transformações urbanas, quando havia um conjunto de sujeitos e práticas que as autoridades republicanas queriam apagar da história e da imagem da cidade. Situar as identidades culturais negras como contraponto aos valores institucionalizados implica em estabelecer o apagamento de costumes indesejados como uma política de Estado.

Os textos de João do Rio podem comunicar diversos aspectos da tipicidade da modernidade carioca, abrindo janelas para a identificação de questões raciais, sociais e culturais do início do século XX. Por meio delas, identificamos a pluralidade das experiências dos sujeitos históricos, modos de pensar, práticas culturais, além das correlações de forças que elas expressam. Trata-se, sobretudo, de entendê-los à luz da sua especificidade histórico-temporal e cultural, constituindo novos aportes para a escrita da história, visto que podemos localizar as experiências de sujeitos historicamente marginalizados pelas estruturas de poder e conhecimento hegemônicas.

Conforme analisado neste artigo, investigar os indícios presentes nas crônicas de João do Rio pode revelar novas formas de compreender as agências da população negra na cidade do Rio de Janeiro, inventariando parte de suas agências por meio da interpretação desses arquivos. Enquanto um documento de época, esses relatos se inserem no contexto do pós-Abolição e de consolidação do regime republicano, momento em que as agências negras buscavam resistir e reexistir diante do processo de regulação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro.

Fontes

- Jornais e revistas:

. *A Notícia*: 26 e 27 de dezembro de 1905.

. *Gazeta de Notícias*: 15/02/1890; 24/04/1903; 22/02/1904; 10/03/1904; 13/03/1904; 15/03/1904; 16/03/1904; 20/03/1904; 18/10/1905.

. *Kosmos*: novembro de 1904.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin** – Col. Grandes Cientistas Sociais. KOTHE, Flávio (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1991.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35. p. 253-270. dez. 2007.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FARIAS, Juliana Barreto. João do Rio e os africanos: raça e ciência nas crônicas da *belle époque* carioca. **Revista de História**, São Paulo, USP, n. 162, 2010. p. 242-270.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

RIO, João do. **As religiões no Rio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

PECHMAN, Robert. Pedra e Discurso: Cidade, História e Literatura. **Revista Semear**, Departamento de Letras PUC-Rio, n. 3, 1997. p. 1-3.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RODRIGUES, Antônio Edmilson. Em Algum Lugar do Passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: **Anais do seminário Rio de Janeiro**: capital e capitalidade. Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. AZEVEDO, André Nunes de (Org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Valorização Social dos Percursos da Vida em Tempos de Alta Retórica do Idadismo

Artur Pereira Quinteiro Costa,¹ UFPB
Edilza Maria Medeiros Detmering,² UFPB

Resumo

O presente artigo traz uma reflexão acerca do processo de envelhecimento humano em diversas sociedades, e discute a construção social do fenômeno da ‘velhice’. Este fenômeno adquire significado e valor social diferentes nas várias sociedades, ou numa mesma sociedade em épocas diversas. Discute-se aqui se a valorização do processo de envelhecimento biológico de forma pejorativa acarreta segregação e exclusão social, situação caracterizada como ‘idadismo’ (CASTRO, 2015). A partir das contribuições seminais de Goldenberg (2021), Debert (2010), Foucault (2008) e Dumont (1983), analisa-se a valoração da pessoa humana ao atingir a chamada ‘terceira idade’. O idadismo, muito presente em discursos políticos no momento de pandemia por Covid-19, pode ser percebido até mesmo em grupos sociais nos quais o respeito à pessoa idosa aparece como uma das marcas mais fortes.

Palavras-chave: Idadismo; Envelhecimento; Juventude.

Abstract

This article presents a reflection on the human aging process in different societies and discusses the social construction of the ‘old age’ phenomenon. This phenomenon acquires diverse meanings and social values in different societies or in the same society at different times. It is discussed here whether valuing the biological aging process in a pejorative way leads to segregation and social exclusion, a situation characterized as ‘ageism’ (CASTRO, 2015). Based on the seminal contributions of Goldenberg (2021), Debert (2010), Foucault (2008) and Dumont (1983), the valuation of the human person upon reaching the ‘third age’ is analyzed. Ageism, very present in political speeches in times of the pandemic by Covid-19, can be perceived even in social groups in which the respect for the elderly people appears as one of the strongest marks.

Keywords: Ageism; Aging; Youth.

Introdução

A partir do momento em que o ser humano percebeu o seu protagonismo enquanto *ser-no-mundo*,³ houve um fortalecimento no desejo de explicar a natureza e o próprio fenômeno da humanidade inserida nesse contexto. A partir de uma curiosidade primordial, a humanidade, numa ampla riqueza cultural, vem fornecendo uma gama de explicações para o fenômeno humano e seus desdobramentos.

¹ Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: artur.costa@estudantes.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6348-1169>. Integrante do Grupo de Pesquisa GRUPESSC.

² Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: edilza.detmering@academico.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1693-7661>. Integrante dos grupos de pesquisa CNPq: AProjetaH, GRUPESSC e GUETU.

³ Aqui entendido, a partir da perspectiva filosófica do pensador alemão Martin Heidegger, como ser-existente em unidade com o mundo.

Diante da diversidade de perspectivas das mais variadas sociedades e épocas da existência do ser humano, nós elegemos alguns exemplos que ajudam a perceber como essas sociedades encaram (ou encaravam) o processo do envelhecimento humano, construindo de determinadas maneiras o fenômeno da “velhice”. Por uma questão de espaço neste artigo, não nos propomos a aprofundar a análise dessas sociedades. Pontuamos alguns aspectos que consideramos relevantes para alcançar nosso objetivo e fomentar um debate, sem de forma alguma esgotar a discussão sobre o tema ou generalizar nosso pensamento para outras realidades humanas.

Entre os diversos aspectos da natureza e das múltiplas categorias que compõem a concepção de humanidade, o tempo, o percurso da vida e a finitude foram elementos que sempre despertaram o interesse para uma explicação, seja ela mítica, religiosa ou racional. É esse movimento que nos propomos discutir, a partir de algumas sociedades distantes entre si, tanto do ponto de vista cronológico, quanto estrutural, a saber: sociedades antigas ou tradicionais (sociedades orientais e gregas; sociedade ioruba, yanomami e xinguana) e sociedades atuais (sociedades industriais e de consumo). No entanto, não é objetivo deste artigo aprofundar a complexidade do estudo do idadismo nas sociedades elencadas. Interessa-nos refletir com mais afinco sobre a sociedade pandêmica brasileira, para entender como vêm sendo pensados os direitos das pessoas idosas deste país, e assim oportunizar um debate.

É sabido que a partir dos anos 1948, a pessoa idosa começa a conquistar direitos, haja vista a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada naquele ano pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Na Declaração, os direitos conquistados se referem à previdência social, ao amparo familiar, à proibição de diferença salarial por motivo de gênero, idade, cor ou estado civil, dentre outros. Em seguida, a Constituição Brasileira de 1988 veio ampliar esses direitos em nosso país. Seguiram-se a ela o Código de Defesa do Consumidor em 1990, o Estatuto do Ministério Público da União e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a Política Nacional do Idoso (PNI) em 1994, o Estatuto do Idoso em 2003 e a Política Nacional da Pessoa Idosa em 2006. O Estatuto do Idoso dispõe no seu Art. 3º §2º que “dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos”. Ao citarmos tais instituições, intencionamos demonstrar que foi criado um amparo legal para a pessoa idosa, a partir da segunda metade do século XX, e dentro desse grupo, foi assegurada maior proteção aos de mais idade. Torna-se necessário perceber o quanto e como esse amparo vem sendo aplicado no contexto pandêmico que o país enfrenta.

Obviamente, sem abarcar toda a discussão que o tema suscita, ensejamos apresentar algumas perspectivas que nos ajudam a refletir sobre o processo de envelhecimento humano nas sociedades em pauta, na perspectiva do “idadismo” (CASTRO, 2015). Por definição, “idadismo” (*ageism*) é o preconceito baseado na idade, que ocasiona a discriminação de seres humanos – no presente debate, a população longeva – e contribui potencialmente para a segregação e exclusão social das pessoas em processo de envelhecimento (CASTRO, 2015).

Com isto em mente e sem mais delongas, observemos quais reflexões as sociedades elencadas anteriormente podem nos proporcionar. É digno de nota que as discussões a seguir se dão a partir dos estudos iniciais de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento.⁴ Reflexões mais densas serão construídas no percurso da pós-graduação.

A velhice sob o ponto de vista de sociedades antigas e/ou tradicionais

Sociedade Ioruba

A mitologia milenar dos povos iorubas contribui para a compreensão do tempo e das etapas da vida, oferecendo uma explicação para a temporalidade cíclica no mundo. Nesse contexto, uma das principais divindades iorubas, Exu, o mensageiro, um ser do panteão das divindades que é o intermediário entre os seres humanos e os deuses, tem uma dinâmica muito peculiar em relação ao tempo. Isso fica explícito numa das principais lendas que envolvem o orixá,⁵ em que ele mata um pássaro ontem com uma pedra que atirou hoje (VERGER, 1997). Essa lenda tem uma forte relevância na cultura desse povo, influenciando e trazendo a concepção de que o passado pode ser reinventado, pois o tempo segue uma rota circular, assim tudo na vida pode ser reinventado a qualquer momento (OLIVEIRA, 2015).

Os mitos também exercem um papel fundamental para a compreensão dos valores que o povo ioruba atribui às etapas da vida, como observado em outra lenda relatada por Verger (1997). Nela, os motivos de uma briga entre as divindades Exu e Oxalá⁶ deixam esses valores bem explícitos:

⁴ Em sua pesquisa de mestrado, o autor deste artigo objetiva estudar idosos asilados em Instituições de Longa Permanência (ILPIs) em Pernambuco. Na feitura deste artigo, o Mestrando conta com a colaboração da colega Doutoranda do mesmo programa na UFPB. A coautora estuda pessoas idosas que frequentam um curso de extensão para a terceira idade da instituição paraibana.

⁵ Segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, de Nei Lopes, o termo “Orixá” remete às representações dos ancestrais dos povos iorubas, que foram divinizados e que exercem forte influência nas mentes e ações dos seres humanos.

⁶ Principal divindade ancestral dos povos iorubas, conhecida como sendo o ‘criador dos homens’.

Oxalá e Exu discutiam quem era o mais antigo deles. Exu, decididamente, insiste ser o mais velho. Oxalá, decididamente também, proclama com veemência que já estava no mundo quando Exu foi criado. O desentendimento entre eles era tal que foram convidados a lutarem entre si, diante de outros Imalés, reunidos numa assembleia (VERGER, p. 80, 1997).

A narração desse conflito demonstra que “ser o mais antigo” é algo que estabelece um status no panteão sagrado das divindades, e influencia as relações entre os indivíduos iorubas. A ação do tempo sobre os seres humanos traz conhecimento e sabedoria e, conseqüentemente, poder para o mais velho, que vivencia ao longo da vida a repetição cíclica desse tempo. Nessas alternâncias, vão adquirindo experiências e, com isso, conhecimento.

Com a diáspora dos povos africanos através da escravidão em larga escala para o Novo Mundo, os mitos também atravessaram os oceanos, trazendo toda a cosmovisão e os valores ancestrais dos iorubas. Em solo brasileiro, os africanos escravizados formaram, ao longo dos séculos, as primeiras religiões com uma matriz africana, estruturada na crença das divindades ancestrais e no respeito aos valores vindos de além mar. Esse arcabouço cultural serviu de esteio para as religiões afro-americanas que se construíram em terras tão longínquas (como o candomblé, o xangô e o batuque, no Brasil; o vodu haitiano, no Haiti e na República Dominicana; e a santeria, em Cuba).

No Brasil, as religiões de matriz africana se propagaram por todo o país, sobrevivendo a toda tentativa de anulação perante as religiões dos povos dominadores. Entre os traços marcantes dessas religiões, há o culto aos ancestrais, bem como o modo pelo qual os seus adeptos estabeleceram uma relação com o processo humano de envelhecimento. Segundo o antropólogo e babalorixá Rodney William Eugênio, “A velhice é sempre um ideal a ser atingido” (EUGÊNIO, 2012, p. 8), uma dádiva oferecida pelas divindades ancestrais. Todas as características tidas como negativas pela sociedade industrial e de consumo ocidental, no processo de envelhecimento, tais como improdutividade, declínio físico e proximidade com o momento da morte, são encaradas como dádivas pelas religiões de matriz africana. Para Eugênio (2012), essas características aproximam os mais velhos da ancestralidade e são um símbolo de poder e um princípio sagrado dentro do candomblé. Logo, o idoso possui autoridade e força na vida social da comunidade.

E como a concepção do tempo para eles não é linear, mas cíclica, o envelhecer não está relacionado ao tempo cronológico, e sim ao conhecimento adquirido ao longo da vida. Esse conhecimento faz do velho um herói, pois ao envelhecer, venceu a morte que o rondava todos os dias na juventude (EUGÊNIO, 2012).

Sociedades indígenas: Xinguana e Yanomami

Interessa-nos dar uma breve atenção a povos de etnias indígenas, de comunidades tradicionais brasileiras, para ajudar a compreender o envelhecimento e a longevidade dessas populações que, geralmente, habitam territórios afastados do meio urbano.

Verificamos em trabalhos de indianistas (a exemplo de: Herrero, 2018, com a população Xinguana; Kopenawa, 2015, com a Yanomami) a confiança que os jovens e demais membros dessas comunidades têm em seus idosos e na medicina tradicional praticada por estes. Os longevos são respeitados pelos seus conhecimentos da medicina, como também das tradições, que visam à manutenção da identidade cultural transmitida através da oralidade. “O velho indígena é fundamental para a sobrevivência e a continuidade desses povos” (HERRERO, p. 94), aconselhando e inspirando os jovens da comunidade. Os mais velhos nunca representam “um fardo a ser carregado pelos mais jovens, eles e elas formam parte indispensável do tecido social de seus povos” (HERRERO, p. 97). Esse comportamento se verifica mesmo quando os grupos mais jovens mantêm algum contato com habitantes da área urbana mais próxima.

Na sociedade xinguana, as mulheres idosas não são diferenciadas das jovens em relação ao trabalho diário. Essas comunidades acreditam que a atividade física, mesmo que exija muito esforço, faz bem à saúde, e chegam inclusive a ultrapassar os 100 anos de vida. Assim, idosos e idosas se sentem parte da vida em sociedade, representam a sabedoria, são respeitados/as com seus cabelos brancos, são fundamentais na organização social e na sobrevivência do grupo que se posiciona sempre no coletivo, nunca no individual (o ‘nós’ é mais importante do que o ‘eu’). A ideologia empregada nessas comunidades faz recordar o modelo de sociedade “holística” pensado por Dumont (1983), levando-nos a perceber um espaço compartilhado de pertencimento, ou seja, um ‘todo’.

Entre os yanomami, quanto mais velho o xamã, mais respeitado ele é, e abre caminho para a religiosidade dos membros mais jovens. São esses xamãs que servem de elo entre os vivos e os mortos, os xapiri. Seus idosos atuam a partir de uma metafísica “distante da nossa”, como nos alerta Lévi-Strauss (*apud* KOPENAWA, p. 7, 2015), numa concepção de solidariedade e de “diversidade humanas, e de sua implicação mútua, que impressionam pela grandeza” (*apud* KOPENAWA, p. 07, 2015).

Em suma, para estas comunidades, ser velho pressupõe ser um sujeito com participação efetiva na sociedade, na vida do povo, na sobrevivência deste, preservando o passado e construindo o futuro dos mais jovens. Em outras palavras, não há evidências de que elas vivenciem o idadismo.

Sociedades orientais e gregas

Desde a Antiguidade, o povo chinês vem adotando uma atitude de respeito para com as pessoas mais velhas de sua população. Possivelmente, alguns personagens como Lao-Tsé e Confúcio se tornaram sérios influenciadores daquela civilização, expandindo suas filosofias para todo o mundo.

Lao-Tsé (604-531 a.C.), cujo nome significa ‘ancião’, começou a divulgar sua filosofia após a maturidade. Ele apregoava a velhice como um momento especial, supremo mesmo, quando o ser humano alcançaria a espiritualidade máxima, a liberdade e a santificação, a partir dos 60 anos de idade. A filosofia de Confúcio (551-479 a.C.), que seguia uma perspectiva idêntica à de Lao-Tsé, justificava a autoridade da velhice como um momento da vida marcado pela sabedoria adquirida. De acordo com Santos (2001), a idade dos 60 anos também era importante para este filósofo, e seria o momento de o ser humano ‘compreender’ o que ouve, sem necessidade de “refletir sobre”. Ainda de acordo com Confúcio, ao completar 70 anos, o ser humano já poderia seguir todos os desejos do seu coração, sem que isso significasse uma transgressão, vivendo em paz e sendo amado, pelos jovens principalmente.

Essas duas filosofias formaram a base da sociedade chinesa, em termos de valorização da experiência dos mais velhos, levando os seus jovens a reconhecerem a importância das vivências acumuladas por pessoas idosas, as quais adquiriram vasto conhecimento ao longo dos seus anos de vida. A filosofia de Confúcio, sobretudo, enfatizava a importância do amor dos filhos pelos seus pais, a quem esses jovens deveriam assegurar proteção e segurança na idade avançada, numa demonstração de amor e respeito.

Já na Antiguidade Clássica Grega, em que poderíamos observar certa pluralidade, percebemos uma perspectiva inversa à chinesa. A sociedade grega valorizava o corpo jovem e saudável, buscava cultivar e preservar a juventude, encarando a velhice com desprezo, por medo da morte e pela ausência do prazer que o corpo envelhecido viria a experimentar. Inúmeros filósofos gregos corroboravam esse ponto de vista, mesmo Homero que associava a velhice à sabedoria, admitia que até os deuses a odiavam.

O filósofo grego Platão na obra *A República* faz menção à velhice. Ao relatar o diálogo entre o pensador Sócrates e o idoso Céfalo, Platão enaltece a necessidade de se compreender o processo de envelhecimento, que para ele, será o caminho a ser percorrido pela humanidade. Ao questionar Céfalo sobre o seu processo de envelhecimento, fica transparente o

posicionamento dualista⁷ do pensador a respeito desse momento da vida, defendendo que este traria benefícios como a liberdade das paixões e dos desejos, mas também privações como a impossibilidade de desfrutar os prazeres proporcionados pela juventude. O diálogo mostra ainda que nas sociedades gregas daquele período já se fazia presente um forte idadismo, manifestado nas ofensas sofridas pela população idosa e que aparecem marcadamente pontuadas no diálogo por Céfalo. Sócrates vislumbrava algo semelhante ao que, hoje em dia, é defendido pela gerontologia,⁸ haja vista a ênfase dada por ambos aos benefícios que seriam decorrentes do engajamento dos indivíduos na adoção de um estilo de vida que preconiza um ‘novo modo de envelhecer’. O pensador enfatizava que para as pessoas prudentes e bem preparadas, a velhice não seria um peso, seria resultante de um conjunto de ações e preparativos adotados ao longo dos momentos anteriores da vida, e que determinariam como o último período da existência humana seria experimentado.

Da mitologia grega, podemos destacar o mito de Aurora (também chamada de Eos, filha de Téia e Hiperion) que, ao ser flagrada por Afrodite em conluio amoroso com Ares (deus da guerra e cônjuge da deusa da beleza e do amor), é amaldiçoada a se apaixonar eternamente por homens mais jovens. Ao longo de seus relacionamentos amorosos, Aurora se envolve com Titonus, por quem se apaixona loucamente ao ponto de pedir a Zeus a imortalidade para seu amado. Aurora esquece, porém de pedir junto com a imortalidade a juventude eterna, e vê seu amado envelhecer continuamente, sem poder morrer, o que causa sofrimento à deusa do alvorecer. Esse mito traz a ideia de que a vida deve ser conservada e não vivida em seu processo próprio de transitoriedade. Ainda, nos faz a refletir; i) se a possibilidade/certeza da morte abrandaria os infortúnios e sofrimentos causados pela velhice, vista como um momento de suplícios; ii) sobre a ideia que temos do envelhecimento, que transforma esse processo em fardo e em medo das limitações corporais.

Observamos, até este ponto, que o idadismo não é uma atitude recente na história da humanidade, e pode ter sua semente em civilizações milenares. Aqueles pensamentos e ideais podem ter inspirado o próprio pensamento ocidental, por este ter absorvido muito daquelas culturas. Elas influenciaram os romanos, que por sua vez motivaram a ideia ocidental de envelhecimento até chegarmos ao idadismo nos dias atuais.

Tanto a atitude de respeito para com as pessoas mais velhas, quanto o culto ao corpo jovem somado ao desprezo pela velhice nos informam sobre a maneira como cada uma dessas

⁷ Referente a dualismo. Posição que denota a existência simultânea de duas posições contraditórias numa mesma situação.

⁸ Estudo do envelhecimento nos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e outros.

civilizações lidavam com o que consideravam ser a fase final da vida, numa luta contra a realidade humana.

A velhice sob o ponto de vista das sociedades atuais

Sociedades industriais e de consumo

Analisando o processo do envelhecimento sob o prisma das sociedades industriais, encontramos algo bem distinto do que vimos nas sociedades orientais, e também nas sociedades milenares, a exemplo das oriundas dos antigos povos iorubas da África Ocidental. O cenário se distancia ainda mais do encontrado em comunidades indígenas xinguanas e yanomami, nossas contemporâneas. Nas sociedades que possuem uma grande influência das correntes ideológicas positivistas, há uma alteração de valores atribuídos aos percursos da vida, de forma similar à sociedade grega antiga, na qual a juventude é o ideal a ser alcançado e mantido. Por este motivo, vamos nos deter, a seguir, no estudo do idadismo perceptível nas sociedades do consumo.

A antropóloga Guita Grin Debert defende que a (hiper)valorização da juventude como uma fase da vida marcada pelo dinamismo e pela criatividade é algo novo nas sociedades notadamente consumistas. Quando do surgimento desses modelos de sociedades, entre os séculos XVIII e XIX, a altivez associada a uma aparência envelhecida era algo a ser conquistado para a garantia de status social. Debert (2010) traz na sua pesquisa alguns relatos de propagandas utilizadas por Nicolau Secvenko, com um trecho do artigo do autor, para demonstrar como o envelhecimento estava associado à ideia de estirpe, tradição e autoridade, muito em voga no grupo social hegemônico à época: “Somente o creme Barbalho/ Tornará todo grisalho/ Vosso cabelo juvenil/ Garantindo-lhe o respeito/ De um ar sisudo e senil/ Em cargos de grande efeito” (DEBERT, 2010, p. 50).

A mudança nessa concepção de juventude (‘como valor’; de algo a ser destacado para algo a ser mascarado) é bem recente dentro do nosso contexto histórico.⁹ A juventude enquanto sinônimo de rebeldia (com um valor social positivo) e de luta contra a hipocrisia latente nos valores da sociedade começou a ser produzida no contexto do pós-guerra. É a partir de então que, segundo Debert (2010), começamos a assistir a um duplo processo de redesenho das etapas que marcam o processo de envelhecimento, como também de um dissolvimento da vida adulta

⁹ Em seu livro *Adolescência em Samoa*, Margareth Mead (1928) relata que a adolescência não se configurava como um período de dificuldades para as jovens samoanas, assim como o é para as norte-americanas. Em relação às samoanas, a transição para a juventude não era traumática. Em relação às norte-americanas, conflitos, inseguranças e rupturas marcavam, e ainda marcam, a passagem da infância para adolescência.

em uma única etapa, vista como uma fase de maturidade, de responsabilidade e de compromissos. Não obstante, a juventude não teria mais ligação com uma determinada faixa etária específica, passando a um valor a ser atingido, algo que deve ser conquistado e mantido a qualquer custo e em qualquer momento da vida, inclusive na velhice. Em outras palavras, a juventude deve ser comprada através da oferta dos bens e serviços apropriados. Dessa forma, a antítese da juventude, a velhice, também perde conexão com uma determinada faixa etária específica, e passa a ser expressa como algo desprezível, tornando-se uma clara atitude de negligência com o corpo e com a mente, uma espécie de doença que poderia ter sido evitada, se os bens e serviços oferecidos, uma espécie de “pílulas da juventude”, fossem aceitos.

‘Envelhecer’ passa a ser um termo pejorativo e a soar como um insulto. É o que coloca a filósofa francesa Simone de Beauvoir no seu tratado sobre o processo de envelhecimento, “A velhice”, escrito em 1970. Beauvoir, que foi um ícone da juventude intelectual francesa no período pós-guerra juntamente com seu companheiro Jean Paul Sartre, arrastou multidões ávidas por ouvirem suas palestras. A autora relata algo que lhe chamou a atenção no vigor da sua produção intelectual aos 50 anos de idade:

Eu estremecei, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de uma colega: “Mas então, Simone de Beauvoir é uma velha”! Toda uma tradição carregou essa palavra de um sentido pejorativo — ela soa como um insulto (BEAUVOIR, p. 353, 1970).

A situação vivenciada por Beauvoir (1908-1986), que aconteceu por volta de 1958, e a mudança de valores atribuída ao processo de envelhecimento discutido por Debert, bem como a dissolução dos períodos da vida aglutinados numa nova concepção de juventude, nos levam a uma reflexão deveras relevante. Esta reflexão nos alerta para a necessidade de se ampliar o debate sobre o idadismo, como nos recorda Castro (2015).

Tanto Castro (2015) quanto Debert (2010) entendem que, na visão pejorativa do processo de envelhecimento, há um idadismo muito sutil, que pode ser visualizado na forma como os meios de comunicação tratam o envelhecer e os seus próprios atores, a população idosa. Para Castro (2015), o idadismo, que muitas vezes é absorvido, interiorizado e fica adormecido na mente humana, é acionado pelo processo comunicacional das mídias audiovisuais, trazendo à tona uma série de discriminações que incidem sobre a população em fase de envelhecimento. Esta autora faz então uma análise de como a indústria do cinema estadunidense escamoteia o envelhecer de seus principais atores escalados para dar vida a

personagens heroicos nas lucrativas sequências de *blockbusters*,¹⁰ tendo eles uma aparência manipulada de juventude, mesmo já estando em um processo latente de envelhecimento. Para a indústria cinematográfica, a maquiagem que esconde a passagem do tempo sobre os corpos de artistas é algo necessário para a constante obtenção de lucros. Observem-se, como exemplo, as sequências altamente lucrativas do filme *Duro de Matar*, que estrearam em 1988 e ganharam mais quatro continuações ao longo de 25 anos, período em que foi negado ao personagem principal, o policial estadunidense John McClane, interpretado pelo ator Bruce Willis, o direito de seguir o percurso natural da vida e envelhecer.

No Brasil, a indústria telenovelistas, reconhecida a nível internacional como umas das mais potentes, se viu obrigada a investir vigorosamente em recursos que também atenuassem o visível envelhecimento dos corpos de seus/suas principais artistas. Isso se deu com o advento da TV digital no país, visto que a nova tecnologia oferece cada vez mais aos telespectadores a visualização de imagens atrativas, com precisão de cores e riqueza de detalhes. Entretanto, essa nova forma de visualizar imagens trouxe consigo a fácil percepção das rugas e dos fios de cabelos brancos dos galãs e das musas da teledramaturgia. Na lógica do idadismo, tão sutilmente impregnado dentro dessa indústria do entretenimento, essa visualização não seria atrativa. Então, diversos recursos foram direcionados para esconder cada ruga e fio de cabelo que pudessem indicar um sinal de perda da juventude entre os nomes mais lucrativos da televisão brasileira.

Até os grupos sociais que são historicamente conhecidos pela valorização social dos seus membros mais velhos, como nas Comunidades de Terreiro, que são grupos familiares estruturados na tradição religiosa e cultural de matriz africana, já começaram a sofrer os impactos da influência das sociedades de consumo, e começam a refletir uma lógica positivista em seu cotidiano. Com isso, iniciam também um processo de negação dos valores ancestrais, em que há um afloramento sutil de comportamentos estruturados no idadismo.

O sociólogo Reginaldo Prandi (2001), referência nos estudos das religiões afro-brasileiras, analisa esse impacto nessas comunidades e afirma:

Os velhos do candomblé falam do passado como um tempo perdido, que já não se repete vencido por um presente em que impera a pressa, o gosto pela novidade, à falta de respeito para com as caras tradições e, sobretudo, o descanso para com os mais velhos (PRANDI, 2001, p. 56).

¹⁰ Qualquer tipo de entretenimento bem sucedido, do ponto de vista comercial, e que assim conquista bastante popularidade.

Ainda segundo Prandi (2001), há uma crescente e forte redução dos espaços de liderança nas comunidades, com a substituição dos membros mais velhos pelos membros mais jovens, muito disso em virtude da verticalização das ideias que não associam mais o envelhecimento à sabedoria, pelo fato de muitos jovens buscarem o conhecimento ancestral através das tecnologias atuais e não no conjunto das experiências dos mais velhos da comunidade. O autor indica uma mudança de perspectiva no tocante às tradições e ao respeito aos idosos, traços marcantes dessas religiões, como nos mostra Eugênio (2012). Logo, os jovens perdem a confiança nos mais velhos, contestando a sabedoria adquirida com um longo processo atemporal, baseado nas experiências (PRANDI, 2001). A busca pelo conhecimento passa a ser uma investida contra o tempo. Segundo este autor, as pessoas mais jovens, muitas vezes, fazem sua iniciação ritualística nas religiões afro-brasileiras com o intuito muito claro de serem líderes (pais e mães de santo) e obterem ‘um meio de vida’ e uma ascensão social. Portanto, fazendo uso do idadismo, esses e essas jovens burlam as tradições ancestrais, usando sua juventude como artimanha, ao proferirem um discurso idadista, e usando a visão positiva que a sociedade tem da juventude, como um artifício para a conquista de seus objetivos pessoais.

Sociedade brasileira – idadismo e coronavírus

O ano de 2020 trouxe consigo uma forma mais potente do idadismo que já se encontra arraigada nas bases da sociedade brasileira. Tão mortal quanto o vírus Sars-CoV-2, ela condenou milhares de idosos/as a uma situação de isolamento social e solidão. O ano de 2021 vem seguindo esse mesmo rumo, condenando ainda outros tantos milhares a uma morte extremamente cruel, em que a ação básica de respirar é impedida, muito em decorrência de uma contaminação alicerçada na recusa idadista em proteger as pessoas de mais idade (que, de acordo com a biomedicina, apresentam a chamada imunossenescência).¹¹

A vida da pessoa idosa vale menos que os prazeres alienantes proporcionados pela sociedade capitalista de consumo. O idadismo foi e está sendo bastante potencializado e propagado com a pandemia da Covid-19 em nosso país. Esse idadismo mortífero é subsidiado por um Estado que encara como vantajosa a economia nas contas da Previdência Social, gerada pelo número expressivo de mortes de pessoas idosas, e que menospreza o sofrimento *ante mortem* de adoecidos/as e de familiares enlutados, com a alegação de que a manutenção da economia importa mais do que a vida da população idosa, ainda mais quando pobre e negra.

¹¹ A imunossenescência caracteriza-se por um estado inflamatório crônico denominado “*inflamm-aging*” (AGONDI et al., 2012).

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) publicava em agosto de 2020 que 75% dos cidadãos vítimas da Covid-19 eram idosos.¹² Porém, é preciso mencionar que, em 2021 com o constante aumento no contágio, o coronavírus não tem levado a óbito apenas pessoas com mais de 60 anos. Agora, são as mais jovens que vêm sendo acometidas pelas novas cepas da doença e preenchendo os leitos de UTI a fim de seres intubadas. A Covid-19 deixou de ser “doença de velho”, segundo afirma a médica e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Margareth Dalcolmo.¹³ Somos todas e todos grupos de risco, vulneráveis, principalmente as gestantes, as pessoas com problemas cardíacos e respiratórios e/ou com outras comorbidades.

Esse inimigo invisível nos leva a questionar o idadismo, o preconceito, as falácias “velhofóbicas” (GOLDENBERG, 2020), e, em consequência, a problematizar questões que vão muito além. Como sabiamente pontua Beauvoir (1972, p. 68), “Il n'y a pas de mort naturelle: rien de ce qui arrive à l'homme n'est jamais naturel puisque sa présence met le monde en question”.¹⁴

O idadismo, apontado por Castro (2015) como uma forma de menosprezar a população idosa, potencializou-se em expressivo desprezo com a vida das pessoas de idade avançada. Isso traz também outras consequências para elas, que passam a viver um processo de angústia e sofrimento psíquico, desencadeando consequências tão graves quanto o contágio por Sars-CoV-2. Serve de exemplo aqui o caso do ator Flávio Migliaccio, ídolo da juventude dos anos de 1970 com o personagem Xerife, do seriado *Shazan, Xerife e Cia*, e que já vivenciava o processo de envelhecimento quando a pandemia se instalou no Brasil. O ator sentiu sobre si o peso das consequências do idadismo. E não se está tratando apenas do que é veiculado pelos meios de comunicação, como analisado por Castro (2015), mas também do comportamento enraizado numa parcela significativa da nossa sociedade, a qual desdenha o direito de proteção por parte da população idosa. O ator Flávio Migliaccio, que ainda estava em plena produção profissional aos 85 anos de idade, desistiu de viver, e deixou como suas últimas palavras o seguinte desabafo: “Me desculpem, mas não deu mais. A velhice neste país está um caos como tudo aqui. A humanidade não deu certo.” O ator tirou a própria vida, após um doloroso processo de depressão e desapontamento.

¹² Disponível em: <<https://sbgg.org.br/brasil-ultrapassa-100-mil-obitos-por-covid-19-idosos-sao-75-das-vitimas/>>. Acessado em 25/04/2021.

¹³ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/nao-e-doenca-de-velho-alerta-medica-capixaba-sobre-covid-19-no-brasil-0520>>. Acessado em 26/04/2021.

¹⁴ Tradução nossa: “Não existe morte natural: nada do que acontece ao homem é natural, pois sua presença [da morte] põe em questão o mundo” (BEAUVOIR, 1972, p. 68).

Esse quadro triste transparece nas palavras de Goldenberg (2020), uma pesquisadora que já se sente uma “nativa” entre seus/suas interlocutores/as. A antropóloga alerta que “mesmo antes da epidemia muitos sentiam que viviam uma espécie de morte simbólica. O valor que se dá a essas pessoas mais velhas é quase nulo, socialmente e dentro de casa”. Verifica-se em suas palavras que a primeira instituição a desprezar as pessoas idosas e coadunar com o idadismo é a própria família, propagada como um lugar de aconchego e proteção. Se este é o lugar familiar de muitos desses sujeitos, questiona-se qual seria seu lugar social. Como resposta a esse questionamento advêm inúmeras possibilidades.

O governo federal brasileiro, desde o início da pandemia causada pelo coronavírus, sempre deixou bem clara sua opinião. Como veiculado em dezenas de portais de notícias do Brasil e do exterior, o poder executivo enxerga e defende que cada família deve ser responsável por cuidar de seus idosos, e que essa missão não tem que ser repassada ao estado, enfatizando que “cada família deve colocar o vovô e a vovó lá no canto e é isso”.¹⁵ Recordemos então a PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006 que garante à pessoa idosa no Brasil “o acesso universal e equânime a serviços e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo a integralidade da atenção”. A incongruência entre lei, discurso e ações passou a fazer parte do cenário político brasileiro nos últimos anos. Consta-se que o idadismo atinge várias instâncias da política, da sociedade e das próprias famílias. Proteger o idoso é dever de toda a sociedade, inclusive do próprio idoso, porém até mesmo muitas pessoas com mais de 60 anos se posicionam contra a vacinação e alguns outros meios de proteção contra o coronavírus. Isso se dá com base na crença alardeada de que o que estamos enfrentando é apenas uma “gripezinha”.

Muitos dizem (médicos, psicólogos, antropólogos, familiares enlutados, etc.) que “o mundo não será mais o mesmo”, após o que vem acontecendo desde o mês de fevereiro de 2020, pois enfrentaremos um “novo normal” quando essa conjuntura caótica passar. E se essa situação catastrófica já não fosse difícil por si só, a sociedade mundial está sendo levada a conviver com o idadismo e com a pandemia ao mesmo tempo, suscitando de nós, cientistas sociais, a necessidade de problematização e de reflexão sobre o valor da vida, o direito de viver (com saúde) e a presença nefasta da morte. Sequer vivemos um luto coletivo. Se assim o fosse, não teríamos encerrado o primeiro quadrimestre do ano com o número de 3,14¹⁶ milhões de óbitos por Covid-19 no planeta.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil>>. Acessado em 10/03/2021.

¹⁶ Dados divulgados pela ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS).

A OMS divulgou no mês de abril de 2021 que o Brasil estava vivendo seu pior momento na pandemia. Esse quadro preocupante tem sido atribuído à falta de iniciativa do poder público federal em tomar medidas adequadas para o combate ao vírus em tempo hábil. Observa-se, no entanto, não apenas a falta de iniciativa, mas algumas falhas de entendimento dos gestores na condução e no enfrentamento do problema. Referindo-se à população brasileira, o ministro da Economia, afirmou que “Longevidade é ruim para os cofres [...] “Querem viver 100 anos”.¹⁷ Por sua vez, uma candidata do PSL-SP, deputada mais votada na história do país com mais de 2 milhões de votos, chega com uma recomendação no mínimo polêmica para se contornar o problema da superlotação das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) naquele estado. A deputada defende que as pessoas mais jovens tenham prioridade na busca por leitos, ou seja, que idosos na fila de espera por um leito de UTI cedam a vez para pessoas mais jovens, negando às idosas o direito fundamental e constitucional à vida. A morte de pessoas de idade avançada (algumas das quais podem, inclusive, ter apoiado a eleição da referida deputada) passa então a ser moralmente aceitável a partir de uma governamentalidade (FOUCAULT, 2008) que controla o “fazer viver” ou o “deixar morrer”.

Na contramão das falácias da necropolítica (MBEMBE, 2018) que se orienta por um idadismo arraigado, observamos inúmeros exemplos de realizações nos quais a pessoa idosa não vale menos, nem pode menos, que uma pessoa jovem. Uma postagem no Twitter¹⁸ nos apresentava com a seguinte mensagem: “Minha vó colando grau na faculdade com 80 anos. Só isso mesmo.” Essa postagem vem acompanhada da foto de uma senhora sentada em frente a um computador, participando da *live* de sua formatura. Tantas outras notícias semelhantes nos chegam através de portais na internet, “Idosa de 97 anos se forma em Direito junto com filha e neta em Valadares”, “Aos 71 anos, idosa se forma em Pedagogia na UFSM”, “Idosa realiza sonho e se forma em pedagogia aos 81 anos”. E muito mais, curiosamente: “Aos 71 anos, economista ocupa uma pasta ministerial em Brasília”, “ex-deputado federal assume a presidência da república aos 64 anos de idade”. Percebe-se assim que pessoas acima dos 60 anos, ou seja, idosas, continuam produzindo, se reinventando, alcançando seus objetivos e realizando sonhos. Questionamos aqui se a governamentalidade discutida por Foucault atinge a cada uma dessas pessoas na mesma extensão ou de forma diferente. A História nos mostra que sempre houve dois pesos e duas medidas, e o que o idadismo continua nos assombrando.

¹⁷ Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil>>.

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/ma_cla/status/1386507357539217413>.

Embora o idadismo seja um valor indubitavelmente arraigado na sociedade brasileira, os exemplos elencados (da deputada, do ministro, etc.) revelam uma postura não preocupada de gestores em disfarçar ou agir como se espera dos agentes públicos, que estão a serviço da sociedade, cujo salário é pago por esta. Questionar-se-ia neste ponto se houve uma efetiva preocupação ao se priorizar a vacinação de idosos, que numa primeira visada parece ser (e não é) uma iniciativa do governo vigente em relação a esse grupo de pessoas.

No entanto, o que efetivamente se deu foi o cumprimento de leis anteriores, algumas delas referenciadas na introdução deste artigo. Em outras palavras, houve o cumprimento da Constituição muito mais do que uma política de governo que estaria valorizando a vida de um grupo fragilizado na pandemia. Reiteramos que essas leis são anteriores ao governo vigente.

O mesmo acontece com a vacina para combater uma variação do vírus da gripe responsável por causar a gripe suína, o H1N1,¹⁹ em 2020. Na campanha de vacinação contra essa gripe, também foi priorizada a população idosa, posicionando-se na contramão do “colocar o vovô e a vovó lá no canto”, o que representa um avanço dentro das diversas políticas do governo.

Considerações Finais

Com o objetivo de fomentar uma reflexão sobre sociedades antigas e atuais na perspectiva do “idadismo”, e de observar como elas encaram o processo do envelhecimento humano, apresentamos alguns pontos de destaque das sociedades chinesa, grega, ioruba, xingwana, yanomami, industriais e a brasileira dos dias atuais que vivencia os transtornos causados por inúmeras cepas do coronavírus. Com isso, intentamos cotejar visões filosóficas com as de consumo, as da política e as religiosas, tendo em mente a relevância do debate iniciado em uma pesquisa de pós-graduação.

Vimos que tanto Beauvoir, como Castro e Debert, entendem que o processo de envelhecimento humano é um fenômeno biológico especial que traz a necessidade de uma série de adaptações para os que se encontram nesse momento da vida, mas as autoras também enfatizam que a categoria “velhice” é uma construção social bastante maleável no tempo e no espaço. Então, o entendimento da ideia de velhice ou “velhices” (HENNING & DEBERT, 2015), pode ter uma valoração inclusiva ou exclusiva, dependendo do grupo social em que é

¹⁹ O H1N1 é um tipo de vírus que também pode ser chamado de *influenza H1N1*, *gripe H1N1*, *influenza A* e de *vírus H1N1*.

acessada, podendo até mesmo sofrer mudança de valores dentro de um mesmo grupo com o passar do tempo, ou através da influência de outros grupos hegemônicos.

Castro e Debert ainda chamam a atenção para a forte valorização da fase da vida adulta entendida como juventude (aglutinação de diversos períodos da vida dos adultos), que vem a ocasionar o que para Debert representa “idadismo”, esse preconceito que exclui e segrega as pessoas em fase de envelhecimento biológico e que se torna altamente lucrativo para um determinado conjunto de industriais que se propõem a “vender a juventude” a quem está prestes a perdê-la. Dessa forma, em diferentes momentos da nossa história recente, Castro e Debert, assim como Goldenberg, contribuíram para o exercício da reflexão de processos excludentes, preconceituosos e nefastos. No momento de uma pandemia causada pela Covid-19, tais processos são cada vez mais potentes, bastando para chegar a esse entendimento a observação do comportamento de alguns órgãos governamentais e da sociedade civil, trazendo para o debate a governamentalidade a que se referia Foucault (2008). Como exemplo, algumas instâncias, ao defenderem o uso da “escolha de Sófia”²⁰ por profissionais de saúde, retiram dos idosos o direito à vida, dando aos jovens a preferência diante de um direito tão fundamental. As reflexões de pensadores/as se fazem extremamente necessárias nesse momento, quando o idadismo sutil serve de embasamento para atitudes tão graves quanto aquelas destacadas pela mídia e por familiares enlutados.

Ao refletirmos sobre o pensamento de Beauvoir, Goldenberg, Castro e Debert, e após analisar a maneira e o respeito como alguns povos encaravam ou encaram o envelhecimento (povos ancestrais iorubas ou o contemporâneo yanomami), e com o desdobramento das culturas e dos valores milenares desses povos em solo brasileiro, temos a possibilidade de refletir para problematizar uma série de preconceitos encobertos, muitas vezes veiculados sob uma forma de retórica humorística. O idadismo precisa ser percebido e discutido, como forma de se buscar uma sociedade mais inclusiva, em que a diferença seja apenas um detalhe a ser respeitado.

Esses preconceitos encobertos vêm se fortalecendo cada vez mais na sociedade brasileira, e aos poucos vão consolidando suas raízes, com a contribuição dos discursos políticos de representantes do governo, nos últimos anos inclusive, revelando “a atitude descomprometida de diversas autoridades políticas para com a vida em geral” (DUARTE,

²⁰ Uma expressão bastante utilizada para situações onde escolhas difíceis e sob bastante pressão devem ser tomadas. Na pandemia da Covid-19, essas escolhas vêm sendo utilizadas pelos profissionais de saúde como uma forma de orientação para momentos de indicação de vagas nas UTIs, quando muitas vezes há necessidade de decidir quem deve viver ou morrer. Nesses casos, a preferência vem sendo dada ao enfermo mais jovem que tecnicamente teria mais chances de sobreviver. Pode ser compreendida ainda como “escolha sábia”, fazendo-se uma ligação com o significado do nome “Sófia” que significa “sabedoria”.

2020). Ao ter um caráter de política governamental, a retórica idadista passa de uma visão preconceituosa de sociedade, alicerçada na juventude como um valor social, que pode vir a ser uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. Ao questionar os direitos fundamentais da população idosa, pode-se estar colocando em xeque a própria Carta Magna Brasileira. Ao cogitar a possibilidade, como fez a deputada mais bem votada no país nas eleições de 2018, abre-se um precedente perigoso para que no futuro outros segmentos da sociedade tenham seus direitos básicos negados e suas vidas sejam suplantadas, cedendo-se aos desejos e às necessidades de outros grupos que estejam em uma situação de privilégios na hierarquia de sociedades estruturadas em valores segregacionistas, a exemplo das sociedades idadistas.

Guardadas as devidas proporções, o universo ficcional vislumbrado na literatura da escritora canadense Margaret Atwood pode servir de cenário-exemplo para essa ameaça que nos ronda. No cenário retratado no seu romance *The Handmaid's Tale*, o mundo se vê assolado por uma drástica baixa nos índices de fertilidade feminina, e as mulheres capazes de reprodução tornam-se raras e necessárias para a continuidade da espécie. Dessa forma, teorias conspiratórias e fundamentalistas que propagavam o fim dos direitos democráticos fundamentais e defendiam que a mulher passasse a ser propriedade do seu marido e do estado, derrubaram “a maior democracia do planeta”, os Estados Unidos da América (EUA), e fundaram a *República de Gilead*. Nesta república, qualquer inadequação aos valores da nova nação fundada sobre valores religiosos ultra ortodoxos era punida com tortura, fuzilamento ou enforcamento. Essa sociedade estruturada em diversos tipos de preconceitos, apesar de ficcional, pode encetar a reflexão de que uma sutil ameaça aos princípios básicos constitucionais, como os que estamos vivenciando, pode servir de estopim para graves ameaças à humanidade. Resta-nos refletir e problematizar questões como essa para que a vida não venha a imitar a arte.

Esperamos, em síntese, que esse momento doloroso que o mundo inteiro vive, e mais drasticamente o nosso país, possa não vir a ser uma porta de entrada para a consolidação de valores segregacionistas, mas sim um espaço de abertura por meio do qual os preconceitos vigentes (como o idadismo) possam ser transpostos. Que a humanidade siga seu ciclo vital vencendo barreiras e minimizando possíveis retrocessos.

Longe de esgotar as discussões sobre o tema proposto, trouxemos impressões preambulares sobre o idadismo, a partir de exemplos de variadas sociedades para motivar outras problematizações e reflexões. Entendemos que o debate é relevante para a compreensão das construções sociais sobre o processo de envelhecimento humano, e que nem todas as reflexões

aqui postas podem ser generalizadas, demandando outros pontos de vista e um diálogo mais aprofundado. Afinal, compreendemos que negligenciar a população idosa é traçar um destino cruel para nós todos/as.

Referências Bibliográficas

- AGONDI, Rosana C. et al. Imunossenescência. **Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia**. 2012. Disponível em: <<http://www.sbai.org.br/revistas/vol355/Imunossenescencia.pdf>>. Acessado em 10/03/2021.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 2017.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2017.
- CASTRO, Gisela G. S. **Precisamos discutir o Idadismo na comunicação**. Ano 20 n. 02, pp.101-114, Comunicação e Educação, São Paulo, 2015.
- _____. **O Idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias**. N. 31, pp. 79-91, Galáxia São Paulo online, São Paulo, 2016.
- _____. Precisamos Discutir sobre o Idadismo, in: **Revista Mais 60-** Estudos Sobre Envelhecimento, vol. 28, n. 67, pp. 38-755, São Paulo, 2017.
- DEBERT, Guita Grin. A dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano. 16 n. 34, pp. 49-70, Porto Alegre, 2010.
- DUARTE, André. “E daí?” Governo da vida e produção da morte durante a pandemia no Brasil. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v.29, n.46, p.74-109, jan.-jun.2020.
- DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne**. Paris: Seuil (Esprit). 1983.
- EUGÊNIO, Rodney William. **A bênção aos mais velhos: poder e senioridade nos terreiros de Candomblé**. Mairiporã: Arole Cultural, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. Rev. Trad. Claudia Beliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOLDENBERG, M. “Lutar contra a velhofobia é lutar pela nossa própria velhice”. **Publica**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/mirian-goldenberg-lutar-contr-a-velhofobia-e-lutar-pela-nossa-propria-velhice/>. Acessado em 10/03/2021.
- GOMES, Sandra. **Políticas Públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios**. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta. São Paulo, 2009.
- HENNING, Carlos Eduardo; DEBERT, Guita Grin. **Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas**. Mais 60: estudos sobre envelhecimento, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 8-31, dez. 2015.
- HERRERO, Marina Marcela. Um olhar sobre o envelhecer numa aldeia indígena. In: **Revista Mais 60-** Estudos Sobre Envelhecimento. V. 29 | N. 72 | 2018.
- KOPENAWA, Davi.; BRUCE, Albert. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés: São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

MEAD, Margaret. A adolescência em Samoa. In: CASTRO, Celso. (org.). **Cultura e personalidade**: Ruth Benedict, Margaret Mead, Edward Sapir. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 17-65.

OLIVEIRA, Flávia. **As voltas que o mundo dá**. In: O Globo. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/flavia-oliveira/post/as-voltas-que-mundo-da-coluna>>. Acessado em 01/04/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Sobre Terceira Idade**. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>>. Acessado em 28/04/2021.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1997.

PRANDI, Reginaldo. O Candomblé e o Tempo: concepções de tempo, saber e autoridades da África para as religiões afro-brasileiras. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, n. 47, pp. 43-58, Brasil, 2001.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Envelhecimento: visão de filósofos da antigüidade oriental e ocidental. Rev. **RENE**. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 88-94, jul./dez./2001.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Lendas Africanas dos Orixás**. Corrupio: Editora Salvador, 1997.

Carucango, resistência quilombola no Rio de Janeiro

Gleidson Fernando Rocha dos Santos,¹ FAVENI

Resumo

O presente artigo analisa a história do quilombo de Carucango no início do século XIX em Macaé-RJ. Os quilombos foram as mais potentes formas de luta negra. Eles existiram não só no Brasil, mas em Cuba, Haiti, Venezuela e inúmeros outros países. A presente pesquisa contextualiza a escravidão e a resistência negra no Brasil e na América Latina, para então se debruçar sobre a situação do negro no Rio de Janeiro e a partir deste quadro geral analisar a história do Quilombo de Carucango. Seu líder foi um moçambicano que preferiu a luta aberta contra os senhores de escravos a qualquer forma de conciliação. Foi destruído por essa escolha, mas não sem antes deixar aterrorizados os poderosos de seu tempo ao desafiar com grande ousadia a ordem social escravista.

Palavra-chave: Carucango; Escravidão; Macaé; Quilombo; Século XIX.

Abstract

This article analyzes the history of the Carucango quilombo at the beginning of the 19th century in Macaé-RJ. Quilombos were the most potent form of black struggle. They existed not only in Brazil but in Cuba, Haiti, Venezuela, and countless other countries. The present research contextualizes slavery and black resistance in Brazil and Latin America, to then look at the situation of black people in Rio de Janeiro and from this general framework analyzes the history of Quilombo of Carucango. Its leader was a Mozambican who preferred the open fight against slave masters over any form of conciliation. He was destroyed by that choice, but not without first terrorizing the powerful lords of his time by boldly challenging the slave social order.

Keywords: Carucango; Slavery; Macaé; Quilombo; 19th century.

Introdução

Este estudo se debruça sobre um quilombo localizado em Macaé no início do século XIX, no norte do Rio de Janeiro, que ficou conhecido pelo nome de seu líder, o moçambicano Carucango.

O Brasil foi um dos países que mais recebeu negros sequestrados da África, foram quase quatro séculos de escravidão. Este artigo está dedicado ao processo de resistência negra através dos quilombos, a mais potente forma de luta negra que existiu não só no Brasil, mas em inúmeros outros países.

Iniciamos este artigo de revisão bibliográfica nos apoiando nas elaborações de Clovis Moura para contextualizar globalmente o processo de escravidão e resistência negra no Brasil e também fora do país, para afunilar o estudo sobre esta questão no Estado do Rio de Janeiro. Utilizamos como base o livro de Manolo Florentino. Em seguida, para localizar o leitor sobre

¹ Historiador formado pela Universidade Estácio de Sá e especialista em geografia, meio ambiente e história pela FAVENI.

a história de Macaé, no início do século XIX, nos valem de relatos de viajantes e naturalistas como Saint-Hilaire, Charles Darwin e outros. Por fim, para estudar especificamente o quilombo de Carucango no início do século XIX, recorreremos, especialmente, ao artigo de Márcia Amantino, o relato de Alberto Lamego e o registro da morte de dois escravos que constam no livro de registros eclesiástico da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé.

Até mesmo em Macaé, a história do quilombo de Carucango, que pode ter sido o maior do Rio de Janeiro, é pouco conhecida. Resgatar esta importante engrenagem da resistência negra brasileira é fundamental para a atual e as futuras gerações, para lhes mostrar que as transformações sociais não são obra do acaso, mas construída por homens e mulheres. Assim como os quilombolas de Carucango ontem deram sua contribuição para o fim da escravidão, cada um de nós também possui o poder de mudar o amanhã e acabar com o que consideramos injusto.

Quilombos: reação a brutal violência do escravismo

Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier pau há de levar...
Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
O diabo a de levar!
(MOURA, 1993, p. 63)²

O Brasil foi o país que mais recebeu negros escravizados nas Américas e provavelmente em todo o mundo. Em seu livro, *Quilombos Resistência ao escravismo*, Clovis Moura (1993, p. 7) cita autores como Rocha Pombo que estimam em 15 milhões o número de negros traficados ao país, porém acredito serem mais plausíveis os números também mencionados por Moura e levantados por Décio Freitas que indicam que os traficantes brasileiros importaram cerca de 40% dos 9,5 milhões de negros que tiveram como destino o continente Americano, o que é, ainda hoje, um número gigantesco e muito mais significativo para o período em que ocorreu. As estimativas de Freitas apontam ainda que 6% do tráfico americano de escravos, foram desembarcados nos Estados Unidos, 18% na América espanhola, 17% no Caribe inglês e 17% no Caribe francês.

² Auto dos Quilombolas, canção entoada ainda hoje na região de Palmares.

No início do século XIX, a população escrava no Brasil passou ser maioria e a parcela negra total alcançou quase dois terços. Dados de Veloso (apud MOURA, 1993, p. 6), para os anos de 1817 e 1818, calcula a população do território brasileiro em 3.817.000, sendo que, destes, 1.930.000 eram escravos e 585.000 negros livres.

Uma sociedade escravista, como a construída no Brasil durante quase 400 anos, que possuía grande parcela da população originária de um verdadeiro sequestro realizado na África e mantida escravizada, só pode se manter valendo-se da violência ampla e irrestrita contra negros e indígenas durante toda a nossa história.

Como exemplo da violência estatal para manter os negros subjugados temos o alvará Real, datado de 3 de março de 1741, o qual ordena as autoridades marcarem com ferro em brasa um “F” de fujão em todo o negro que fugisse e fosse encontrado em um quilombo e em caso de reincidência uma orelha deveria ser cortada (MOURA, 1993, p. 19-20).

Resistência negra em toda a América

O escravo foi marcado a ferro, chicoteado, estuprado, torturado de todas as formas possíveis. Seu dono tinha o direito de fazer o que bem quisesse dele, inclusive matá-lo. De acordo com Clovis Moura (1993), a vida média de um escravo era de apenas sete anos, devido ao trabalho extenuante e os maus tratos sofridos. O escravo foi desumanizado primeiro com a ajuda da igreja, que o colocou como um maldiçoado por Deus e escravizado para pagar seus pecados. Posteriormente, quem emprestou seu prestígio para manter os negros subjugados foi a pseudociência do darwinismo social, craniotomia e da eugenia.

Ao negro não restava outra saída se não reagir à violência individual e institucional que o combatia, militar, política e ideologicamente, que tentava impedi-lo até mesmo de usar sua língua e praticar sua religião. E as negras e negros reagiram desde o primeiro dia de cativo das mais diversas formas: matando senhores, abortando seus próprios bebês para que não fossem escravizados, organizando irmandades religiosas, inclusive para comprar alforrias, organizando fugas e construindo quilombos.

Os quilombos eram: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” de acordo com a resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740 (MOURA, 1993, p. 11). Moura afirma que eles existiam onde quer que a escravidão estivesse instalada, como na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas e Brasil.

Os quilombos eram conhecidos como palenques em Cuba. Fernando Ortiz (apud MOURA, 1993, p. 12) escreveu: “os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos, montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de se fazerem fortes e viverem livres [...] Os escravos, em tal estado de rebeldia, diziam-se apalencados e seus retiros, palenques”.

Houve, ainda, segundo Moura (1993) palenques na Colômbia, onde o mais famoso deles foi o de San Basílio que existiu no século XVII e foi liderado por Domingo Bioho. Na Guiana Francesa os “Busch Negroes”, um conjunto de quilombos que sobrevivem até hoje, e no Panamá, Clovis Moura cita o exemplo do líder quilombola Bayano, que levou pânico aos espanhóis.

No Haiti, os núcleos de negros fugidos cumpriram papel de destaque desde a primeira grande “revolta de Makantal, em 1758, até a libertação do país, em 1804” (MOURA, 1993, p. 12), único país do mundo em que uma revolta escrava foi vitoriosa conquistando a independência da França e o fim da escravidão.

C. R. L. James em seu livro sobre a história da independência do Haiti, “Jacobinos Negros”, nos dá um vislumbre da potência do estado de espírito dos negros naquele país, que não por acaso causava grande pavor na aristocracia de todo o continente americano. Um viajante citado por James (2007) chamado, Wimpffen, falava de como o escravo tinha uma dupla face: triste, sério, apenas sobrevivendo ao seu doloroso trabalho de dia, porém, a noite, junto à fogueira, se transformava conversando, brincando, argumentando, opinando, contando histórias, sonhando e se socializando, demonstrando toda sua capacidade cognitiva. James (2007), entanto lembra que não é necessária grande inteligência para se cultivar o sonho de destruir o estado de extrema violência em que os escravos viviam.

Na Venezuela, em 1795, tivemos o movimento de Coro, em proporções muito menores do que comparado ao Haiti, mas fortemente influenciado pelos escravos rebelados daquele país (MOURA, 1993).

Quilombolas por todo Brasil

Sobre a extensão no tempo e no espaço dos quilombos no Brasil, Clovis Moura afirma o seguinte:

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, sua presença é incontestável. Registra-se sua atuação de desgaste social durante todo o regime escravista, especialmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, [...] como ponto culminante, a República de Palmares, que vai de 1630 (aproximadamente) a 1695. Isso demonstra, de um lado, a existência de um sistema escravista de âmbito nacional, e, de outro, a participação do escravo rebelde, no sentido de querer

extinguir esse sistema, por ser agente histórico e social no qual a contradição fundamental do escravismo se manifesta mais agudamente. Dessa forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. **Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.** (MOURA, 1993, p.31, grifo nosso).

Para o autor, o aquilombamento tinha a capacidade de desgastar permanentemente a estrutura do escravismo. A República de Palmares, por exemplo, foi um gigantesco quilombo, que perdurou pelo menos 65 anos e estima-se que abrigasse entre 20 e 25 mil pessoas entre negros, indígenas e brancos pobres, divididos em torno de 16 aldeamentos, com organização política, social, econômica, militar e possivelmente até uma língua própria, claro que integrada à organização econômica e social de seu entorno necessária a sua sobrevivência, o que não negava, por isso, sua contraposição ao império escravista que o sitiava. O quilombo era um refúgio de marginalizados independente da raça. Era a materialização da democracia racial que nunca existiu no Brasil, com exceção dos quilombos (MOURA, 1993, p.37).

A historiografia que denuncia a profunda violência em que se baseou o estado escravista brasileiro, talvez o mais violento de todo o continente americano, e que impulsionou a proliferação dos quilombos é relativamente recente. Manolo Florentino em seu livro *Em costas negras* afirma:

O paradigma da leniência da escravidão brasileira começou a ser desmontado a partir de 1960 [...] O cotejo com os Estados Unidos tornou-se cada vez mais desfavorável [...] Desse modo, apesar de haver importado quase **4 milhões de africanos até 1850, em 1872 existia apenas 1,5 milhão de escravos no Brasil.** Enquanto isso, em **1860 os Estados Unidos possuíam mais de 4 milhões de cativos**, em que pese haverem conhecido o desembarque de apenas **um décimo desta cifra** em africanos (FLORENTINO, 1997, p.52, grifo nosso).

A seguir iremos analisar a situação do Estado do Rio de Janeiro na economia escravista do início do século XIX e a resistência escrava nesta região.

Escravidão no Rio de Janeiro no início do século XIX

Em seu livro, Manolo Florentino (1997, p. 66), afirma que o tráfico de escravos no Rio de Janeiro foi o mais importante do mundo entre 1790 e 1830, concentrou cerca de 50% de todo o tráfico brasileiro até 1810 e ampliou bastante sua importância entre 1811-1830, atingindo uma participação de 70 a 90% das importações de todo o país, variando de acordo com o autor adotado: Eltis ou Curtin.

Os escravos que chegavam ao porto do Rio eram redistribuídos pelo país, em especial na região Sudeste e Sul, sendo que uma parte importante ficava na própria capitania do Rio de Janeiro. No ano de 1789, a população do Rio de Janeiro era em torno de 170 mil habitantes, sendo 50% desses, escravos. Em 1823 só os cativos somavam 150 mil pessoas, um terço da população total, que por sua vez, deu um salto ainda maior estimulada pela chegada da família real em 1808. (LOBO, 1978, p. 135; IBGE, 1986, p. 29; NUNES, 1884, p. 27-29; BALHANA, 1986, p. 31-38 apud FLORENTINO, 1997, p. 33).

O Rio de Janeiro era uma região que além de receber muitos escravos, os concentravam em grandes números nos engenhos. De acordo com Santos (1981, p. 47 apud FLORENTINO, 1997, p. 28), em 1770, na capitania do Rio de Janeiro, havia 323 engenhos onde trabalhavam 11 mil escravos e produziam 200 mil arrobas de açúcar, o que dá uma média de 34 cativos em cada propriedade.

Em 1778 o relatório do marquês do Lavradio informava que os engenhos com mais de 41 escravos detinham 55% dos escravos rurais. Embora o número médio de cativos do agro açucareiro fluminense fosse, por então, inferior ao das áreas congêneres da Bahia, tratava-se de um panorama bem mais concentrado do que o de qualquer outra zona produtora de açúcar (COSTA, 1980, p. 133 apud FLORENTINO, 1997, p. 28-29).

No início do século XIX, avança a tendência de concentração dos escravos. Manolo Florentino (1997) classifica como pequenos proprietários aqueles que possuíam de 1 a 9 escravos, médios os tinham de 10 a 19, grandes proprietários aqueles possuidores de 20 a 49 escravos e plantation os que possuíam uma quantidade superior a esta. Sobre as plantations o autor afirma:

Assim, quanto aos escravos possuídos, a participação da faixa de mais de cinquenta cativos passou de algo em torno de 33% na década de 1790, para 46% no início dos anos 30 do século seguinte, tendo chegado a concentrar 63% de todos os cativos inventariados no período 1825-7. Frente aos outros proprietários rurais, a quantidade de proprietários de plantations passou de cerca de 7% na última década do século XVIII para uma média de 16% durante a década de 1820 (FLORENTINO, 1997, p. 29-30).

Na região Norte Fluminense estavam várias destas grandes propriedades escravistas. Em 1779, dos 323 engenhos que o Rio de Janeiro possuía, 52% estavam na região de Campos dos Goitacazes, assim como 44% dos 11.623 cativos, discriminados pelo Marquês do Lavradio em toda a capitania (SANTOS, 1981, p. 47 apud FLORENTINO, 1997, p. 30). Segundo Florentino (1997, p. 40), a vila campista de São Salvador, no final do século XVIII, possuía provavelmente o maior percentual de escravos de todo o Rio de Janeiro, 59% de sua população,

perdendo em números absolutos apenas para a capital e seu recôncavo. Lara (1988, p. 134-139 apud FLORENTINO, 1997, P. 40) afirma que, em 1816, a proporção de escravos em Campos, e não apenas da Vila de São Salvador, chegou a 55%.

Os dados de Feijó (1851) sobre a população do Rio de Janeiro em 1840, contidos no relatório do presidente da província da época, e que deram base para a confecção da Tabela 1, demonstram que o percentual de escravos em Campos chegou a 60% e o de negros a 73% da população.

Tabela 1 - População negra e escrava em números absolutos e relativos à população total em cada município das comarcas de Cabo Frio e Campos em 1840

Comarca e município	Total de Escravos	Total de Negros	População total	Escravos sobre a população (%)	Negros sobre a população (%)
Cabo Frio					
Macaé	6.173	7.355	10.051	61	73
Cabo Frio	15.145	21.707	32.577	46	67
Campos					
Campos	35.239	42.807	58.890	60	73
S. João da Barra	1.631	2.513	4.608	35	55
Total das Comarcas	58.188	74.382	106.126	55	70

Fonte: Mapa populacional de 1840, intitulado *Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840* (FEIJÓ, 1851).

Notas: O total de negros é igual ao número de escravos somado ao de pardos e pretos livres. Os cálculos necessários para a obtenção do total de escravos e total de negros em cada município foi realizada pelo autor deste artigo, assim como os percentuais relativos a população geral.

Analisando conjuntamente as comarcas de Campos (formada pelos municípios de São João da Barra e Campos) e a comarca de Cabo Frio (formada por Macaé e Cabo Frio),³ observamos que esta região possuía 58.188 escravos e a população negra era de 74.382 pessoas. Não era fácil encontrar brancos nessa região.

Macaé era a cidade que, proporcionalmente, possuía mais escravos na região analisada na Tabela 1, 61% da população, porém, em números absolutos, Macaé com seus 6.173 cativos ficava bem atrás do município de Campos que possuía 35.239 escravos e Cabo Frio com 15.145 cativos.

³ Macaé em 1840 era bem maior que hoje e incluía ao menos parcialmente os atuais territórios dos municípios de: Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã (IBGE, 2021a, 2021b, 2021c; RIO DAS OSTRAS, 2021; CARAPEBUS, 2021). Os 4 municípios da tabela 1 correspondiam naquela época a maioria do norte fluminense e da região dos lagos.

Para acessar mais um elemento que nos ajuda a ter um vislumbre do volume do tráfico de escravos no norte fluminense no final da primeira metade do século XIX transcrevemos a seguir um trecho do artigo *Silêncios Atlânticos*.

Estima-se, segundo os dados do The Trans-Atlantic Slave Trade Database, que 74 mil africanos tenham desembarcado entre Campos e Macaé entre 1836 e 1850, configurando a maior zona de recepção negreira no Brasil no período da clandestinidade. Cumpre salientar que cerca de 60% da população de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1836 e 1850, era composta de escravos. O contingente de 38 mil cativos, em 1850, aproximava-se dos 39 mil cativos existentes, naquele mesmo ano, nos municípios de Valença e Vassouras juntos. Esses números indicam que os principais complexos agrários fluminenses rivalizavam na demanda por africanos durante a ilegalidade (SOARES, 2015 apud PERREIRA E PESSOA, 2019, p. 89)

Os dados de Pereira e Pessoa complementam os de Florentino (1997) e indicam que, durante toda a primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro foi o epicentro do tráfico negreiro no Brasil, porém, após a lei Feijó (BRASIL, 1835, p. 182), de novembro de 1831, que deveria proibir o tráfico negreiro, a região entre Campos e Macaé ganha protagonismo no comércio ilegal de almas entre 1836 e 1850, pois apesar da lei não cessar o tráfico, mudou suas rotas para tentar fugir da fiscalização.

Este grande número de mulheres, homens e crianças escravizadas por toda a capitania e em particular no norte fluminense, inevitavelmente levou a eclosão de muitas revoltas negras. Afonso Arinos de Melo Franco nos conta que no Rio de Janeiro os escravos:

[...] atacavam aos próprios senhores. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins da Rocha foi morto por seus negros. Tentativas de morte também havia, como a que se deu com o fazendeiro Miguel Teixeira de Mendonça, de Barra Mansa, ou com o sinhô-moço filho do fazendeiro José Joaquim Machado, do local Murundu, em Campos (FRANCO, 1950, p. 230 apud MOURA, 1993, p. 17).

Um pouco da história de Macaé

A vila de Macaé foi fundada em 29 de julho de 1813, porém a região já era conhecida com este nome séculos antes. Alguns dos primeiros registros sobre Macaé foram feitos por membros da missão francesa liderada por Nicolas Durand de Villegaignon, que tinha como objetivo fundar a França Antártica na região da Baía da Guanabara, como André Thevet e Jean de Lèry, com obras publicadas respectivamente em 1555 e 1557, ambas citam a região de Macaé e os indígenas que viviam nas cercanias (THEVET, 1944; LÈRY, 1980 apud MACAÉ, 2014, p. 15-16).

Alguns dos povos originários que viveram na região da cabeceira dos rios Macaé, Macabu e São Pedro foram chamados de Guarus ou Guarulhos “demonimação genérica para várias tribos que possuíam algumas características linguísticas e culturais comuns. Para eles, seriam Guarulhos, os Coroados e os Sacurus.” (REYS, 1997 apud MACAÉ, 2014, p. 17). Para o historiador e pesquisador do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHBG), Joaquim Noberto de Souza Silva (1854 apud MACAÉ, 2014, p. 23), os índios Guarulhos seriam uma subdivisão dos Goitacás. A aculturação e a destruição das formas tradicionais de organização desses indígenas serviram de base para os primeiros núcleos populacionais de invasores europeus na região de Macaé, como a redução de indígenas Guarulhos, fundada por volta de 1750 pelo Missionário Antônio Vaz que originou a freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita (RUPERT, 1988 apud MACAÉ 2014, p. 31), localidade em que se desenvolverá décadas mais tarde o quilombo de Carucango.

No início do século XIX, momento de maior interesse desse artigo, um naturalista também francês, Auguste de Saint-Hilaire nos deixou um precioso registro de sua passagem pela região de Macaé em 1817, quatro anos após a cidade alcançar o status de vila.

Macaé situa-se em encantadora posição, à embocadura do rio de mesmo nome e é dividida por êsse rio em duas partes desiguais, A que fica à margem direita é a maior; entretanto não se compõe de mais de sessenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas umas das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria cobertas de colmos. Dêsse mesmo lado do rio, em uma grande praça ainda em formação, ergueram o marco da justiça destinado a tornar conhecida a classificação da cidade na ordem judiciária e administrativa. Ainda sobre a margem direita do Macaé foi a igreja construída, ao alto de um pequeno morro, a pouca distância das casas, assemelhando-se de longe a um pequeno castelo (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 363).

No relato que segue, o naturalista compara o núcleo de Macaé a uma pequena aldeia de seu país natal, porém também afirma que no Brasil a vila se destacava como poucas pela relevante quantidade de lojas e pelas diversas casas que demonstram a riqueza de seus donos, pelo cuidado de sua conservação. O pesquisador francês escreveu ainda que, em meio às florestas próximas a Serra do Mar havia muitos habitantes em localidades que antes foram missões indígenas e posteriormente deram origem a paróquias, apesar da rápida diminuição dos povos originários, a população se manteve com a vinda de brancos e negros. Por fim, lamenta que seu percurso não passe por estes lugares o que lhe permitiria o contato com civilizações indígenas que estavam na eminência de desaparecer (SAINT-HILAIRE, 1941).

De acordo com Saint-Hilaire (1941), a principal atividade econômica de Macaé, no final da segunda década do séc. XIX, era a extração de madeira, porém também havia nas

redondezas vários engenhos de açúcar, 20 ao todo, isto apenas no caminho que percorreu no litoral, entre o sítio do Paulista e o porto de São João da Barra. Região onde se iniciava a atividade cafeeira, além da produção para consumo doméstico de mandioca, milho, arroz e algodão.

Em 1832, Macaé recebeu a visita do mundialmente conhecido Charles Darwin, como parte de sua viagem de pesquisa ao redor do mundo que deu bases para a elaboração de seu revolucionário livro: *Origem das Espécies*. Aqui queremos destacar o relato do cientista de 14 de abril, quando analisa os maus tratos que os escravos recebiam do senhor da propriedade em que estava alojado.

[...] Deixando Sossego, dirigimo-nos a outra propriedade, no rio Macaé [...] Durante a minha permanência nessa propriedade, por pouco não fui testemunha-ocular de um desses atos de atrocidade que somente podem tomar lugar num país de escravos. Por questões de processo jurídico, o proprietário esteve prestes a tirar da companhia dos escravos todas as mulheres e crianças para vendê-las em separado nos leilões do Rio. **O interesse, e não um genuíno sentimento de compaixão, foi o que impediu a perpetração desse ato.** De fato, não creio mesmo que à mente do proprietário tivesse sequer ocorrido a idéia da covardia que seria separar trinta famílias, que há tantos anos viviam unidas. Posso assegurar, no entanto, que, **em matéria de humanidade e de boa índole, esse cavalheiro está acima da média dos homens** (DARWIN, 2013, p. 23, grifo nosso).

Neste pequeno trecho, o naturalista inglês constata a brutal violência empregada para a manutenção da escravidão no Brasil. É interessante notar que Darwin frisa que o “cavalheiro” responsável por quase cometer a terrível atrocidade de separar trinta famílias, estava acima da média no quesito “humanidade” e “boa índole”, o que nos leva a crer que a violência que estava submetida os negros em Macaé e em todo o Rio de Janeiro eram muito piores do que aquele episódio descrito.

A população negra em Macaé

A fonte de dados mais completa que encontramos para analisar a população de Macaé, no início do século XIX, foram os dados que já mencionamos anteriormente, o relatório do presidente da província do Rio de Janeiro para os anos de 1840 e 1841, porém ele é limitado, pois das seis freguesias que formavam o município ele só traz informações sobre metade destas, então sabemos que todos os números globais de população e de escravos apresentados serão menores do que a realidade.

Importante localizar que, em 1840, Macaé possuía uma extensão bem maior do que atualmente. Faziam parte de Macaé, em parte ou totalmente, os territórios atuais das seguintes

idades: Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã (INSTITUTO..., 2021a, 2021b, 2021c; RIO DAS OSTRAS, 2021; CARAPEBUS, 2021).

Tabela 2 - População negra e escrava em números absolutos e relativos à população total em cada freguesia de Macaé em 1840

Freguesias de Macaé	Total de escravos	Total de Negros	População total	Escravos sobre a população (%)	Negros sobre a população (%)
Freguesia da Senhora das Neves e Santa Rita	2.502	2.912	3.818	66	76
Freguesia da Sacra Família	2.542	2.936	4.201	61	70
Freguesia de São João Baptista	1.129	1.507	2.032	56	74
Freguesia do Barreto	0	0	0	0	0
Curato do Carapebus	0	0	0	0	0
Freguesia do Desterro de Quissamã	0	0	0	0	0
Total	6.173	7.355	10.051	61	73

Fonte: Mapa populacional de 1840, intitulado *Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840* (FEIJÓ, 1851).

Notas: O total de negros é igual ao número de escravos somado ao de pardos e pretos livres. Os cálculos necessários para a obtenção do total de escravos e total de negros em cada município foi realizada pelo autor deste artigo, assim como os percentuais relativos à população geral.

De acordo com os dados da Tabela 2, Macaé em 1840 possuía 10.051 habitantes, sendo 6.173 escravos e a população negra total, incluindo os livres, era de 7.355. Naquele ano, o município contava com a maior proporção de escravos das cercanias,⁴ 61%, e uma população negra de 73%.

A freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, onde se localiza boa parte da atual região serrana de Macaé, possuía relativamente à maior concentração de negros 76%, sendo 66% de sua população escravizada. Essa freguesia era a segunda maior concentração populacional no município em 1840, 3.818 pessoas.

Manuel Martins do Couto Reys (apud FERREIRA 2001, p. 30-31) nos conta que a freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1785 possuía apenas 23 habitantes, mas nos 14 anos seguintes experimentou uma explosão populacional de 4.228% enquanto o qualitativo de negros saltou em 2.687%. Isso significa, de acordo com nossos cálculos, que em 1799 a população desta freguesia alcançou mais de 970 pessoas e seguiu se ampliando ao longo do século XIX, se tornando a mais populosa em 1872 (INSTITUTO..., 1874).

⁴Levando em consideração as comarcas de Campos e Cabo Frio.

Uma explicação para essa explosão demográfica é dada por Sheila Castro Faria (1998 apud FERREIRA, 2001 p. 30) que afirma que esse fluxo de pessoas foi atraído provavelmente pelas boas condições do solo, favoráveis a produção de alimentos, atraindo em um primeiro momento pobres lavradores, comerciantes e imigrantes em busca de fortuna que foram seguidos após o sucesso inicial dos pioneiros por ricos senhores de engenho.

A freguesia da Sacra Família, que deu origem aos atuais municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, era o maior núcleo populacional de Macaé em 1840 com 4.201 habitantes, 61% eram escravos e 70% negros.

A freguesia de São João Batista, sede do município, onde se localiza o atual centro da cidade é das três localidades de Macaé que a Tabela 2 apresenta informações, a que possuía menor população. Os escravos eram 56% e os negros compunham impressionantes 74% dos habitantes.

Não temos informações sobre a população do Curato de Carapebus na década de 1840, mas para termos uma referência, no censo de 1872 a então freguesia de N. S. de Carabepus representava 10% dos escravizados de Macaé, 971 pessoas, e 14% dos negros (INSTITUTO..., 1874). Sobre a freguesia do Barreto infelizmente não temos dados nem de 1840 e nem de 1872.

Apesar de não possuímos dados demográficos da Freguesia do Desterro de Quissamã em 1840, sabemos de acordo com Ferreira (2001, p. 29) que essa é a freguesia mais antiga do município e abrigava uma importante classe senhorial desde sua incorporação a Macaé, como o Primeiro Visconde de Araruama e durante todo o século XIX teve proeminência sobre as demais freguesias, portanto, deveria ter uma população de escravos relevante. No censo de 1872 essa freguesia registra 21% dos escravos do município (1.944 cativos) e um quinto dos negros de Macaé (INSTITUTO..., 1874).

Macaé foi palco de uma resistência negra admirável

Como vimos, Macaé concentrava muitos escravos e como era de se esperar a resistência à escravidão era bastante intensa. A doutora em história social Márcia Sueli Amantino (2007) demonstra com base em diversos documentos do arquivo do Exército e do arquivo público do Rio de Janeiro parte dessa história da luta negra.

Na carta de 15 de janeiro de 1805, D. Fernando José de Portugal, vice-rei do Brasil para o Coronel José Caetano de Barcelos Coutinho, o primeiro reclama da presença de um grande quilombo no sítio de nome Lagoa e de vários outros, informa que os moradores de Macaé estavam pedindo ajuda para acabar com estes lugares, para onde estavam fugindo muitos

escravos e os acusa de assassinatos e furtos. Na carta, D. Fernando ordena ao Coronel destruir os quilombos, prender os escravos e punir os moradores que estivessem ajudando os fugitivos (AMANTINO, 2007, p. 633).

Em 1810 e 1811 cartas do Conde de Linhares para os responsáveis por manter a ordem pede a repressão contra diversos quilombos que se proliferavam em Macaé e redondezas, levando a população a insegurança e inúmeras dificuldades. Em carta para Manoel dos Santos Carvalho, ele se lamenta da situação da seguinte forma:

[...] repetidos fatos de devastação e rapina cometidos pelos negros aquilombados nas matas desse Distrito, e nos de Macaé, e Cabo Frio, de maneira que muito sofrem os Povos, e não podendo o Sargento Mor Comandante do Distrito de Macaé, talvez por falta de coadjuvação e auxílio, extirpar de uma vez aqueles receptáculos de crimes, e de roubos (Arquivo do Exército Brasileiro apud AMANTINO, 2001, p. 634).

Não foi por acaso, mas devido a esta intensa luta dos negros contra as desumanas condições imposta pela escravidão que em 1814, um ano após a cidade alcançar o status de vila, a câmara da Macaé criou o cargo de capitão do mato (MACAÉ, 2014, p. 53). Podemos afirmar que este foi um dos primeiros cargos públicos criado por aqui, mais um forte indício que as fugas eram uma realidade incômoda e permanente.

O código de postura macaense, aprovado pela câmara em 1820, avançou na repressão contra os escravos fugidos e contra qualquer um que prestasse auxílio a eles, indício que a rede de apoio anti-escravidão aumentava e, apesar das contradições, possivelmente contavam com a simpatia de parte importante dos negros livres, que certamente possuíam laços familiares com os escravizados, afinal os negros eram 3 em cada 4 habitantes do município em 1840 e os negros libertos eram 12% da população (FEIJÓ, 1851).

O código de posturas de 1820 proibia que produtos fossem comprados de escravos ou suspeitos de serem cativos. Se os compradores fossem escravos, a punição seria 200 açoites em praça pública, se fossem forros pegariam 30 dias de cadeia (MACAÉ, 2014, p. 53). Tal preocupação da legislação evidencia que o comércio era uma forma de sobrevivência dos escravos fugidos e que eles recebiam a solidariedade de outros negros que compravam seus produtos.

Para pessoas livres que ajudassem a esconder escravos o referido código previa pesadas multas, mas se o autor do delito fosse outro escravo, então, seria punido com 200 açoites e o seu senhor teria que pagar 640 réis pelo serviço do algoz (AMANTINO, 2007, p. 625).

Lima (2010) a partir da análise de três cartas escritas por colonos suíços entre 1822 e 1823 revela a existência de um quilombo ou talvez alguns na então freguesia da Sacra Família, próximo à fronteira com Nova Friburgo. Os colonos suíços que haviam recebido terras de D. Pedro I, nas proximidades do encontro do Rio Sana com o Rio Macaé, confessam que tomaram suas terras de maneira “reprovável”, pois destruíram quilombos que existiam por lá desde 1809, para então se apossar das terras férteis e já cultivadas com banana, cana de açúcar e café. As cartas registram ainda a prisão de 18 quilombolas pela autoridade da colônia dos suíços.

Apesar das leis da câmara de Macaé e da repressão constante, os negros nunca deixaram de resistir e muitos fugiram do cativeiro para formar quilombos durante todo o período da escravidão, como diversos registram demonstram.

Na Freguesia de Macabu, em 1876, o proprietário da Fazenda de Santo Antônio pede ajuda das autoridades para acabar com um quilombo que existia em suas terras:

O que é certo é que os quilombolas saem amiudamente dos seus esconderijos a fazerem correrias e roubos na Fazenda de Santo Antonio, donde tem já arrebatado cavalos de cela, bestas de carga, cavalos e outros animais e levam a ousadia ao ponto de em pleno dia dispararem as espingardas no pasto da dita fazenda, como em provocação e ameaça ao suplicante (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876 apud AMANTINO, 2007, p. 634).

O Quilombo de Carucango

Para estudarmos o quilombo de Carucango, nossa fonte central foi o artigo de 2007 da historiadora Márcia Amantino, o relato de Antão de Vasconcelos, neto do Coronel de mesmo nome, que teria liderado a destruição do quilombo em 1831, citado pelo advogado, jornalista e pesquisador Alberto Frederico de Moraes Lamego (1958) e o registro do óbito em 1831 de dois escravos do padre João Bernardo da Costa Resende, presente no livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, transcrito em Macaé (2014, p. 54).

De acordo com o relato de Vasconcelos apud (AMANTINO, 2007), Carucango foi um negro escravizado oriundo de Moçambique. Na travessia atlântica, os negreiros vindos dessa área tinham uma mortalidade três vezes superior daqueles oriundos da região Congo-Angola, devido ao maior tempo de viagem, que poderia chegar a 76 dias em péssimas condições (FLORENTINO, 1997, p. 146). Essa experiência traumática foi o cartão de “boas-vindas” para o futuro líder quilombola.

O moçambicano foi comprado pelo português Antônio Pinto, fazendeiro de família numerosa e com propriedades na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita em Macaé. Lamego dá destaque em seu relato para os constantes castigos que recebeu Carucango

enquanto esteve escravizado: “[...] vivia sempre no tronco e cortado pelo ‘bacalhau’” (LAMEGO, 1958, p.97). Bacalhau era uma espécie de chibata. Essa tortura recorrente deve ter sido responsável por algumas das características peculiares com que o líder negro foi descrito: um pouco corcunda, mancava de uma perna, baixo e atarracado (VASCONCELOS, 1911, p. 48 apud AMANTINO, 2007, p. 629).

Não suportando mais os castigos, Carucango organizou a fuga com outros escravos e em uma noite executou seu plano levando tudo o que podiam, especialmente alimentos e ferramentas, assim começava a organização de um numeroso quilombo na Serra do Deitado, perto da nascente do rio de mesmo nome, afluente do rio São Pedro, próximo dos limites de Macaé com Conceição de Macabu e Trajano de Moraes, no distrito de Crubixais (AMANTINO, 2007, p. 629).

Algum tempo após a fuga dos escravos, toda a família de Antônio Pinto aparece degolada, mas de acordo com Lamego (1958) não se achou a autoria do crime, mas muitos como Amantino (2007) atribuem o crime aos quilombolas, o que é muito provável. Outros roubos e assassinatos ocorreram, levando pavor à população que culpava os escravos fugidos pelos crimes, porém por anos não se soube a localização do quilombo.

Sobre a autoridade de Carucango Marcia Sueli defende:

Ele é um líder respeitado porque proclama uma justiça para seus companheiros mediante a fuga. Esta é encarada pelos escravos que o seguem como um mecanismo para a liberdade que Carucango afirma ser possível. Por isso, os negros das senzalas ajudam-no a fugir todo o tempo de seus perseguidores. Além disso, ele é um líder que os escravos em dificuldades procuravam a fim de resolver seus problemas (AMANTINO, 2007, p. 634)

Carucango, apesar de ter construído com seus companheiros um quilombo com uma boa estrutura de produção agrícola, como se descobriu quando o mesmo foi destruído, preferiu a luta aberta contra os senhores de escravos do que tentar manter uma convivência pacífica. À noite, percorria as fazendas próximas chamando os negros a se rebelarem, talvez tivesse a clareza que qualquer “negociação”, no máximo adiar a luta em uma região que a fronteira agrícola se expandia rapidamente, ou pela sua experiência pessoal chegou à conclusão que não valia à pena mediar com aqueles que tratavam seu povo pior do que animais.

Um fato curioso, mencionado por Lamego (1958, p. 99), e também uma forma de resistência, era a regra de não engravidar no quilombo, e caso engravidasse, os filhos eram mortos: “a nossa raça, dizia Carucango, deve extinguir-se para não ficar na mão do branco”.

Sem dúvida esse era um recurso extremo, porém útil em uma “cidade sitiada” que a todo o momento poderia exigir uma fuga rápida ou uma guerra sangrenta.

Nos relatos de Vasconcelos citado por Amantino (2007) e Lamego (1958), o contato de Carucango com o divino, seu papel de feiticeiro é sempre tratado de forma pejorativa. Estes repetem, mais uma vez, a estratégia cristã de demonizar as religiões dos negros, porém este papel de líder espiritual sem dúvida fortalecia o posto de líder político de Carucango frente aqueles que o acompanhavam e mesmo dos escravos que desde dentro das senzalas prestavam seu apoio aos quilombolas. O culto ao vudu foi parte fundamental da organização da vitoriosa revolução dos negros haitianos e deve ter tido também um papel muito importante na organização no quilombo em que Carucango era o líder militar e espiritual.

Voltando a trama que levou ao fim do quilombo, Lamego (1958, p. 97) conta que Francisco Pinto, português irmão do assassinado Antônio Pinto, possuía uma fazenda em Crubixais, entre a freguesia das Neves e o Frade, onde vivia com uma negra chamada Josepha. Um de seus escravos, chamado Domingos, após ser maltratado por Francisco ao ponto de ter que fugir, buscou a ajuda de Carucango e contou o que havia ocorrido.

Após alguns dias, os quilombolas foram à noite até a casa do sádico senhor para fazer o acerto de contas. O ex-escravo Domingos bateu na porta fingindo está arrependido da fuga, porém Francisco vê os quilombolas por uma fresta e consegue acertar um tiro de espingarda no braço do líder moçambicano que é forçado a recuar, mas prometeu retornar para concluir o que havia começado (LAMEGO, 1958).

Temendo por sua vida, Francisco Pinto deixa a fazenda e se muda com a família para a cidade. O poder e a ousadia crescente dos quilombolas de Carucango levam as autoridades a tomarem medidas enérgicas para tentar acabar de vez com o refúgio dos escravos revoltosos. A polícia local pede auxílio do chefe do distrito militar, o coronel Antão de Vasconcelos,⁵ que atende o chamado e reúne o maior número de soldados a sua disposição que se soma então a milícia civil formada por grande número de moradores da região, com seus empregados e escravos. A família Pinto, como era de se esperar, participa em grande peso da empreitada e a casa de Francisco vira uma espécie de quartel general (LAMEGO, 1958, p. 98).

Um dos quilombolas é preso por um dos vários sentinelas que foram espalhados na região e, certamente, após uma seção de tortura, os homens de Antão de Vasconcelos,

⁵ O neto de Vanconcelos, de mesmo nome, irá publicar as memórias do avô em um livro sob o título de *Evocações: Crimes célebres em Macaé de 1911* que é uma das principais fontes sobre a existência do Quilombo de Carucango.

conseguem arrancar a localização do quilombo. Os militares, junto aos milicianos chegam ao local de madrugada:

Um chapadão a perder de vista era a sede do Quilombo e se achava coberto, em grande parte, de muitas roças de milho, feijão e outros cultivos. Tudo oculto pela mata virgem circundante. No centro havia uma casa apoiada nos fundos por três grandes pedras. Como se sabia que no Quilombo existiam cerca de **duzentos escravos foragidos**, não era possível a tão pequena habitação abrigar tanta gente. Havia certamente algum mistério a ser desvendado (LAMEGO, 1958, p. 98, grifo nosso).

Com superioridade bélica e grande número de efetivo, que deveria ultrapassar bastante o número de 200, já que os milicianos e militares já tinham arrancado do prisioneiro o quantitativo de negros que enfrentariam, o quilombo de Carucango é derrotado pela tropa.

A única casa que existia é derrubada e se descobre em baixo um túnel onde os negros moravam. Ali havia muitos outros combatentes, os militares exigiram que eles se rendessem, após algum tempo, Carucango sai vestido de sacerdote e com um crucifixo de ouro no peito, todos baixam as armas que apontavam pra ele por um momento, instantes que o quilombola aproveita para se aproximar do filho do falecido Antonio Pinto, seu ex-senhor, e dispara dois tiros de pistola que escondia sob as roupas, matando o miliciano que acabara de massacrar inúmeros dos seus irmãos aquilombados.

Em seguida, depois deste último ato de bravura e sem ter como se defender, o líder negro foi assassinado ferozmente e decapitado, assim como os demais rebelados que ali estavam, diversas cabeças foram colocadas em estacas na beira da estrada geral e a de Carucango ficou exposta na encruzilhada do Chico Martins onde se encontravam três estradas: do Frade, de Macaé e do Furambongo. Apenas as mulheres foram poupadas, consideradas raptadas e com ordem da polícia para que seus donos não as punissem (LAMEGO, 1958).

Este tratamento condescendente com as quilombolas capturadas, era considerado normal e vantajoso aos senhores que não perdiam o seu capital e a possibilidade das mulheres de gerarem novos escravos. (Guimarães apud AMANTINO, 2007, p.632), porém, não tenho dúvida que muitas das quilombolas foram mortas lutando na batalha e inúmeras das que sobreviveram, estavam lá de espontânea vontade lutando bravamente ao lado dos homens pela sua liberdade, como foram Dandara, Aqualtune, Tereza de Benguela e Luiza Mahin, negras que lideravam e não apenas participavam da luta contra a escravidão. Essa ideia era inconcebível para a sociedade conservadora escravista do início do século XIX.

Considerações Finais

A escravidão foi um processo extremamente violento, porém não impediu a luta do povo negro que de todos os meios possíveis buscou resistir à desumanização imposta pelas leis, instituições do estado e pelos senhores de escravos. Os quilombos foram a maneira mais formidável e poderosa da luta negra e se disseminou endemicamente onde quer que houvesse escravidão.

Para os senhores de escravos da região Norte Fluminense Carucango foi um bandido, hoje talvez fosse chamado de terrorista, mas para os negros escravizados era um líder admirável, um herói solidário que morreu lutando pela liberdade de seu povo e contra a brutalidade da escravidão.

Referências Bibliográficas:

AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. Ilhéus: Editus, v. 10, n.18, jul.-dez., p. 623-647, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/777>. Acessado em 05/01/2021.

BRASIL. Poder legislativo. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1831**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, primeira parte, v. 1, 1875. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acessado em: 10/03/2021.

CARAPEBUS. Prefeitura. **Sobre Carapebus**. Disponível em: https://carapebus.rj.gov.br/site/pagina/sobre_carapebus/57/2. Acessado em: 26/04/2021.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Diários de pesquisa sobre a história natural e a geologia dos países visitados durante a viagem do Beagle. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-viagem-de-um-naturalista-ao-redor-do-mundo-charles-darwin-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>. Acessado em 10/10/2021.

FEIJÓ, Dionísio da Cunha Ribeiro. Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexo e cores. In: RIO DE JANEIRO. Província. **Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro**. O conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1840 a 1841. 2ª Edição. Niteroy: Typ. de Amaral & Irmão, 1851. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/771/000109.html>. Acessado em: 20/04/2021.

FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. **O Município de Macaé. Fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica e Social) – Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/historico> Acessado em 26/04/2021a..

_____. **História.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/conceicao-de-macabu/historico>. Acessado em 26/04/2021b

_____. **História.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/historico>. Acessado em 26/04/2021c.

_____. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro. 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. Acessado em: 15/02/2021.

JAMES, C R L. **Os jacobinos negros.** Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

LAMEGO, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: Serviço Gráfico do IBGE, n.11, 1958, p. 1-152. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/22/agerj_1958_n11.pdf . Acessado em: 19/02/2021.

LIMA, Renata Azevedo. Colonos suíços X quilombolas - A resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. **POLIS - Laboratório de História Econômica-Social.** Niterói. Texto de Discussão n. 24, 2010. Disponível em: http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_24.pdf. Acessado em: 05/05/2021.

MACAÉ. Prefeitura. Solar dos Mellos - Museu da Cidade de Macaé. **Relatos e personagens na História de Macaé.** Macaé: Solar dos Mellos, 2014.

MOURA, Clovis. **Quilombos.** Resistência ao escravismo. 3º Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro).** Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, jan.-abr., p. 79-100, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942019000100005>. Acessado em 07/02/2021.

RIO DAS OSTRAS. Prefeitura. **Conheça um pouco dessa história.** Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/historia/>. Acessado em: 26/04/2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** Com um “resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro”. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/294>. Acessado em: 05/02/2021.

A aprovação da lei do divórcio de 1977: uma revisão bibliográfica acerca do tema e as revistas *Manchete* e *Veja* como fontes para a pesquisa histórica

Lauren Cavichioli Quissini,¹ UPF

Resumo

Este artigo traz como objetivo principal uma revisão bibliográfica de estudos acerca da temática do divórcio no Brasil, evidenciando brevemente sobre os debates que ocorreram no período da década de 1970 em torno da questão. Junto disso, serão apresentados alguns pressupostos teóricos sobre a utilização da imprensa como fonte histórica, trazendo os exemplos das revistas *Manchete* (1952-2000) e *Veja* (1968-presente). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem bibliográfica qualitativa orientada, principalmente, pelos escritos de Moura (2010), De Senna (2006) e De Fáveri (2007). Os resultados indicam que a discussão e a ampliação de estudos sobre a aprovação da lei do divórcio no Brasil, mostram-se necessários para a compreensão de valores, questionamentos, permanências e mudanças assentes no meio social brasileiro.

Palavras-chave: Divórcio; Igreja Católica; História e Imprensa.

Abstract

This article has as main objective a bibliographic review of studies about the theme of divorce in Brazil, briefly highlighting the debates that occurred in the period of the 1970s around the issue. Alongside this, some theoretical assumptions about the use of the press as a historical source will be presented, bringing examples from the magazines *Manchete* (1952-2000) and *Veja* (1968-present). Methodologically, this is a qualitative bibliographic research, guided mainly by the writings of Moura (2010), De Senna (2006) and De Fáveri (2007). The results indicate that the discussion and expansion of studies on the approval of the divorce law in Brazil are necessary for the understanding of values, questions, permanence and changes based on the Brazilian social environment.

Keywords: Divorce; Catholic Church; History and Press.

Introdução

As discussões acerca da temática sobre a instituição do divórcio no Brasil, como bem aponta o estudo realizado por Maria Isabel de Moura Almeida (2010), estão presentes desde “no mínimo, o final do século XIX, com a instituição do casamento civil e o longo processo de reformulação do Código Civil, que entrou em vigor em 1917” (ALMEIDA, 2010, p. 9). Desse modo, essas discussões acirraram-se, principalmente de 1950 ao final da década de 1970, envolvendo uma linha divorcista e outra antidivorcista. A primeira, considera a aprovação do divórcio como ponto de partida para inserir o Brasil na modernidade. Já, a outra advinda de um tradicionalismo rígido, é fortemente influenciada pela ideologia católica e arraiga-se na defesa da família e das instituições cristãs, justificando sua oposição.

¹ Mestranda do PPGH\UPF na linha de pesquisa Política e Relações de Poder. Bolsista FUPF. E-mail: lauren.quiss@gmail.com

À primeira vista, o contexto nacional estando marcado por diferenças entre o Estado e Igreja, condenava-se uma negociação política em torno da causa antídívórcio e, para complementar a situação de desavenças, em 26 de dezembro de 1977, o presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei 6.515/77, tornando facultativo o divórcio no Brasil. Ademais, na condição de luterano, o presidente, não deixava de ser um desafio à doutrina matrimonial católica. Nesse sentido, a aprovação da lei, significou como bem apontou Almeida (2010, p. 9) “um forte golpe na hierarquia católica que por décadas conseguiu impedir a aprovação dessa lei, mantendo nas constituições brasileiras, o princípio da indissolubilidade do matrimônio”.

Dentro desse cenário em que posições antagônicas se sobressaem, estudos de diversificadas áreas como as Ciências Sociais, Direito e Psicologia suscitaram muitas interpretações e desdobramentos acerca da temática do divórcio, partindo dos olhares metodológicos de seus respectivos campos científicos. No entanto, entre as produções historiográficas, artigos científicos, bem como dissertações e teses foram encontradas, destacando-se entre estas, os escritos de Moura (2010), De Senna (2006) e De Fáveri (2007), trabalhos que orientarão as discussões de revisão deste artigo. A presente pesquisa, nesse sentido, buscará elucidar uma revisão de interpretações sobre a lei que instituiu o divórcio no Brasil, adentrando brevemente nos debates que tomaram destaque no período. Concomitante a este enfoque, serão abordados, alguns pressupostos teóricos da utilização da imprensa como fonte histórica e para além, se apresentará duas fontes de imprensa as revistas *Manchete* (1952-2000) e *Veja* (1968-presente), as quais tecerão as bases de uma dissertação e metodologicamente mostrarão as ampliações das possibilidades de pesquisa como fontes históricas.

As representações construídas sobre o casamento: antídívorcistas e divorcistas

“A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo” (MAKOWIECKY, 2003, p. 4). A autora atenta para o fato de que, para se compreender um determinado fato/contexto, faz-se necessário observar os campos das representações. Esses campos, manifestos nas noções de palavras, impressos, discursos, imagens, obras de arte, objetos e etc, apresentam uma natureza distinta daquilo que consideramos real, mas, por outro lado, fornecem um determinado significado à realidade, o que os fazem presentes no agora. Assim, sendo um campo privilegiado para a História, encontram-se os discursos acerca do divórcio, representando o

mundo social da década de 1970, através das revistas da própria época, possibilitando referenciar as expressões de tal contexto.

Os debates sobre o divórcio no Brasil, tocaram as subjetividades existentes na sociedade brasileira, visto que, existiam imagens cristalizadas onde a dissolubilidade do casamento configurava um pecado imperdoável às normas do catolicismo. Desse modo, De Fáveri (2007), nos apresenta uma interpretação sobre o conceito de casamento, essencial para a compreensão dos posicionamentos antagônicos tecidos nas discussões antidivorcistas:

Do latim medieval “casamentus”, o matrimônio vem até nós como um ato solene entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habitadas a coabitar, com legitimação religiosa e/ ou civil- “Até que a morte nos os separe”. Regra geral, casar pressupõe a indissolubilidade e a heterogamia, tendo como função básica e única a procriação, cujos limites do contrato são de obrigações, reciprocidades e deveres matrimoniais, pautadas na fidelidade- num ritual público, onde os convidados e testemunhas atestam a união e os autorizam a manterem relações sexuais. E desfazer este contrato envolve mais do que separação simples de corpos: há relações de jogo, posses, filhos, disputas de poder, de honra- a honra da família (DE FÁVERI, 2007, p. 338).

A partir da explanação, pode-se depreender alguns critérios pelos quais a linha antidivorcista embasava-se para defender a não aprovação da lei do divórcio no Brasil. Segundo os estudos apontados por Almeida (2010, p. 11) em sua tese que foca nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o tema foi amplamente divulgado pela imprensa escrita e também falada, considerando os contextos distintos de cada época. Intensas modificações sociais e culturais iniciaram-se na década de 50 e o país passou a viver em um processo de mudanças e desenvolvimento industrial. Essas mudanças, portanto, desembocaram não só no cotidiano e nas transformações de infraestrutura, mas acabaram tornando as relações sociais mais complexas, principalmente, a partir dos anos 60 e 70. Concomitante a isso, houve-se as influências do movimento feminista e dos protestos *hippies*, abrindo espaço para que as ditas “verdades absolutas” começassem a ser questionadas (CARVALHO, 2008, p. 161-162). Nessa lógica, o feminismo de “Segunda Onda”, (PEDRO, 2012, p. 243-244) foi um grande indicador para a ampliação de assuntos acerca da sexualidade e do corpo, respaldando na ampliação das consciências femininas sobre o planejamento de suas vidas com mais segurança, considerando um novo estilo de vida pautado na quantidade de filhos que queriam ter, carreira profissional e questões financeiras.

A linha antidivorcista, como ressaltado anteriormente, possuía traços tradicionais rígidos e era fortemente influenciada pela ideologia católica na defesa da família e das tradições cristãs. No que tange a seus argumentos de negação ao divórcio, desponta-se a ligação deste

com o imaginário comunista e a ameaça da destruição familiar e do casamento como uma instituição divina, pertencente a uma “ordem sagrada”. Nessa perspectiva, visto que na segunda metade do século XIX o divórcio fora aprovado em vários países de influência católica, observando-se assim o contexto internacional, o meio católico brasileiro vislumbrou “uma oportunidade para o surgimento de uma prolixa literatura de proselitismo, que se harmonizava com as doutrinas e leis católicas” (ALMEIDA, 2010, p. 37).²

Diferente das abordagens realizadas acima, tratar-se-á aqui sobre os debates e os argumentos divorcistas visualizados. No que concerne aos debates sobre o divórcio no Brasil, destaca-se a presença daquele que foi o mais enfático na defesa pela institucionalização do divórcio no país, o advogado Nelson Carneiro. Este, fora “deputado federal a partir de 1947 (senador em 1971, cadeira que ocupou até 1985); em 1952, apresentou proposta para retirar a expressão “vínculo indissolúvel” da Constituição, que foi rejeitada” (DE FÁVERI, 2007, p. 340). A partir daí, não foram poucas as discussões que se traçaram acerca de emendas e projetos que antagonizavam-se entre aqueles que defendiam ser direito do Estado trabalhar em prol das leis e aqueles que lutavam pela presença da religião na burocracia.

Ao ser eleito em 1971 senador da República, Nelson Carneiro retoma com mais força o projeto da emenda divorcista, resultando, em 1977, na sua aprovação. Por hora, esse processo não foi encarado com tranquilidade, considerando-se a pujança de forças ideológicas e políticas lideradas, principalmente, pela Igreja a qual insistia na manutenção da família através do casamento/sacramento. Contrariamente a esses posicionamentos, encontravam-se os argumentos divorcistas. Devido a sua experiência na área da advocacia, especialmente, em causas civis, o senador Nelson Carneiro tinha a clareza da necessidade de sensibilizar as mulheres a lutarem pelo divórcio, pois a situação de desquitadas acabava por marginalizá-las aos olhos da sociedade, levando até mesmo seus filhos a imoralidade. Nesse sentido, De Fáveri (2007, p. 343), expressa os argumentos divorcistas para o fato de que:

O recasamento seria uma forma de manter a família, fundamentando-se na mesma base conservadora de sustentação e reafirmação das estruturas familiares vigentes, proporcionando o re-enquadramento de homens e mulheres nos seus papéis essenciais dentro da sociedade.

Contudo, nesse cenário conflitivo de posições antagônicas mergulhadas em contexto de ditadura militar, e posterior a uma emenda que não vingou em maio de 1975, novas votações

² Para mais informações sobre essa literatura de proselitismo, consultar o segundo capítulo do trabalho de Maria Isabel de Moura, citado na bibliografia.

iniciam-se em 14 de junho de 1977. O clima de polêmicas acirra-se compulsoriamente. A imprensa destrincha com suas matérias de prós e contras em muitos jornais do país. A Igreja Católica põe-se em marcha “fazendo das procissões de Corpus Christi daquele ano verdadeiras passeatas contra o divórcio, distribuindo, em todas as missas de domingo, “panfletos, num total de 50 mil” (DE FÁVERI, 2007, p. 346).

Em síntese, os antagonismos e discussões, vieram a calhar na aprovação da emenda constitucional que implantou o divórcio no Brasil. As votações encerraram-se no dia 16 de junho de 1977, sendo aprovada por 219 votos a favor e 161 contras. Por fim, a lei foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel, no dia 26 de dezembro de 1977. A aprovação, minimizou os debates, mas não os encerrou por completo, pois, atualmente, a ideologia católica vez por outra se faz ainda latente nos assuntos que dizem respeito a família e principalmente os comportamentos femininos.

A imprensa como fonte de pesquisa histórica

Até aproximadamente meados da década de 1970, a quantidade de trabalhos que se valiam de jornais e também revistas como fonte para o conhecimento historiográfico brasileiro, eram ínfimos. Essa pequena produção desenvolvida está, sobretudo, vinculada a uma tradição que durante os séculos XIX e XX, apostava no ideal da busca da verdade dos fatos. Era uma questão que girava em torno dos métodos empregados pelos historiadores, onde apelavam para o fato de que “o historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar “objetivamente”, sem paixões, o seu objeto de estudo” (ABREU, 2008, p. 7-8). As fontes utilizadas por estes pesquisadores eram os arquivos escritos, portanto, as únicas reconhecidas como legítimas.

Nesse contexto, essa tradição mergulhada nos preceitos de objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade, acabavam por distanciar cada vez mais as fontes jornalísticas para a escrita histórica. Nas palavras de De Luca (2005, p. 112) sobre esse período: “essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sobre o influxo de interesses, compromissos e paixões” e, por isso, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado. A autora cita ainda, que foi através das alterações sofridas na prática historiográfica no século XX, com as contribuições advindas de outras ciências humanas como a Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica, concomitante a revolução temática, o fortalecimento da História Cultural além de uma

renovação teórica das correntes de pensamento como o marxismo, respaldaram em reflexões sobre as práticas metodológicas realizadas até então.

Ao encontro dessas explicações, Peter Burke (2005, p. 7), salienta a importância da redescoberta da história cultural como abertura para a valorização e incorporação de novas fontes, tais como a imprensa, até então negligenciada e que passa a ser considerada como documento. Apesar da ampliação das fontes, como já dito inicialmente, alguns pesquisadores só trabalhavam com a imprensa por falta absoluta de fontes e outros encaravam as recomendações com grande ceticismo (DE LUCA, 2005, p. 116).

Fazendo uma comparação com as produções dos anos 1970, pode-se dizer que a utilização da imprensa como fonte para a pesquisa histórica ampliou-se significativamente, visto que, segundo os apontamentos de Vavy Pacheco Borges (apud, DE LUCA, 2005, p. 130):

[..] nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da questão social, da Influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.

Por fim, cabe dizer que a escolha da imprensa como objeto de estudo, implica em considerar que seu contexto é envolto por manipulações de interesses, ambiguidades, subjetividades e, principalmente, não se desloca da realidade político social na qual se insere. Desse modo, Elmir (1994), apresenta orientações metodológicas que exigem do historiador uma atenção redobrada. Nesse sentido, afirma que “o jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade” (ELMIR, 1994, p. 21), e por isso, o pesquisador tem de compreender que o jornal que pesquisa, não circula mais e dessa maneira, deve ser lido meticulosamente, demoradamente e exaustivamente.

Nesse sentido, é importante considerar que nós historiadores, não somos os leitores modelos daquele jornal, mas sim, leitores empíricos. O leitor ideal, é aquele para quem o jornal se dirige, o leitor empírico, é aquele que realmente lê as matérias. Outrossim, uma questão fundamental para o trabalho de investigação com o jornal é a qualidade da interpretação. A partir dela se faz necessário saber distinguir o que é importante para meu objeto de pesquisa daquilo que é meramente casual e dessa forma, “enxergar no texto seu sintoma, o exemplo, a representação ou a ilustração da ideia que se quer provar, sem pecar por subestimar ou superestimar a matéria de nossa análise” (ELMIR, 2004, p. 23).

Manchete e Veja: surgimento e características peculiares

Buscando ressaltar a importância que a imprensa possui na investigação dos sinais comunicativos, os quais são caracterizados como, “rastros, restos e vestígios, ou seja, são ações e comunicações que chegam até o presente por inumeráveis razões (BARBOSA, 2012, p. 469), apresentar-se-ão, de maneira breve, os contextos de surgimento das revistas *Manchete* e *Veja*, bem como, suas respectivas caracterizações.

Para se compreender as influências que as revistas contempladas tiveram, é necessário levar em consideração o despontar de um grande número de trabalhos de imprensa no século XX. O surgimento de *O Cruzeiro* em 1928, pelo jornalista Assis Chateaubriand, atentando seu foco para as grandes reportagens e para a fotojornalismo, “atingiu na década de 1950, a marca de 700 mil exemplares por semana” (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 5). Esse padrão estabelecido pela revista, respaldou posteriormente na sua consolidação no mercado editorial, tornando-se uma grande referência nos setores gráfico, literário e jornalístico (MOURA, 2011, p. 34).

Desse modo, seguindo a mesma escola, a Editora Bloch do ucraniano naturalizado brasileiro Adolpho Bloch, lança em 1952 a revista *Manchete*. Segundo Baptista e Abreu (2010, p. 13), o elemento de destaque principal da revista era a fotografia. Direcionada para um grande público urbano, os assuntos abordados referem-se a temas relacionados a curiosidades da própria cultura brasileira. Por meio da perspectiva apresentada pelas autoras, nas décadas de 70 e 80, a revista tratava de assuntos mais amenos, simplórios e sem aprofundamento científico. Os textos apresentavam superficialidade e eram ausentes de esclarecimentos.

No entanto, para Nascimento (2015, p.14), independente da vertente ideológica de cada período, a revista adequava-se a política situacionista. Já, no plano internacional, mantinha uma posição firme e contrária a União Soviética e aos governos comunistas. Reconhecida pelo seu poder em publicar matérias de entretenimento, *Manchete* deixa de circular em 2000 por consequência de instabilidades administrativas.

Outra revista de grande importância, foi a criada em 1968 por Victor Civita, filho de imigrantes italianos na América, *Veja* é hoje considerada a revista semanal de maior circulação no Brasil, chegando a vender mais de 1.200.000 exemplares. E isso não é tudo. No mundo, é tida como a revista de maior circulação no mercado editorial de revistas semanais. Inspirada nos moldes das revistas estadunidenses *Look* e *Life* e na italiana *Oggi*, (ALMEIDA, 2008), seus primeiros anos não foram fáceis. Foi somente depois de dez anos de circulação que a revista conseguiu arrecadar mais do que gastava em produção.

Caracterizada por abarcar temas sobre política, economia, guerras, cultura, aspectos diplomáticos, entre tantos outros, *Veja* possuía seções específicas sobre cinema, música, literatura (as chamadas páginas amarelas), contendo especialmente, entrevistas e escritos de jornalistas. Nessa lógica, há destaque para a revista nas questões políticas, pois desde seu surgimento, sua linha editorial vincula-se aos acontecimentos políticos do momento. Por fim, no que tange à disposição redacional presente na revista, Benetti (2007, p. 42) guia seu olhar para o fato de que “sua redação, com ares de julgamento, mostra-se dotada de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem, utilizando-se de ironia para desqualificar pessoas, lugares ou acontecimentos”.

Considerações finais

Depois de realizado o levantamento bibliográfico dos estudos mais recentes acerca dos debates em torno da temática do divórcio no Brasil, a partir dos apontamentos de Moura (2010), De Fáveri (2007), e De Senna (2006) (em menor medida), considerou-se que o assunto “divórcio” no Brasil, mexeu com estruturas fortemente enraizadas e cristalizadas na sociedade. Essas estruturas estavam, sobretudo, ligadas à ideologia católica, as quais ditavam que o casamento era algo oriundo da “ordem divina” com a finalidade principal da procriação, concomitante a papéis definidos de submissão feminina e obediência ao homem, este último, delegado chefe da família e responsável pelo sustento da mesma. Para além, a ideologia católica era permeada pela imaginação de que o divórcio se vinculava ao comunismo e a destruição familiar. Tendo em vista a sua grande influência no país, a Igreja manifestou-se por meio da imprensa escrita e também falada em períodos distintos, iniciados, segundo as bibliografias levantadas desde a década de 1950, acirrando-se fervorosamente durante a década de 1970.

Em contraposição aos pressupostos católicos, situava-se a linha antídorcionista, liderada pela presença de Nelson Carneiro, o precursor da Lei do divórcio de 1977. Sobretudo, este direcionava seus pensamentos na busca de instigar as mulheres a lutarem contra o desquite que as marginalizavam, bem como os seus filhos. Defendia ainda o recasamento como forma de manter a estrutura familiar apostando em papéis conjugais responsáveis dos homens e das mulheres. Inspirado por sua própria profissão de advogado nas causas civis, Carneiro evidenciava a importância dessa conquista fundamental para o Estado brasileiro, que ia de encontro a presença religiosa em assuntos devidamente burocráticos.

Dessa maneira, a adesão às ideias do precursor, foram aos poucos propagando-se pela imprensa, a qual não poupava em identificar os antagonismos presentes no momento e que

viriam a calhar na aprovação da emenda constitucional que implantou o divórcio no Brasil. Assinada em 26 de dezembro de 1977, pelo presidente Ernesto Geisel, a sociedade brasileira via suas tradições rígidas com relação ao “casamento divino”, sendo quebradas no meio burocrático.

Nesse sentido, pensando a questão do divórcio como um tema que rendeu muitas discussões a respeito de sua aprovação no meio social, pois envolvia para além das manifestações políticas e burocráticas, questões religiosas e culturais enraizadas, a imprensa, mais precisamente aqui representada pelas revistas *Veja* e *Manchete*, vislumbram um caminho para a pesquisa histórica de relevância inquestionável para a produção do conhecimento. Essas fontes, possibilitam o contato com os períodos em que foram escritas, depreendendo-se como foram escritas e porquê ganharam, de fato, relevância na amostragem de seus temas (isso nos diz muito sobre os contextos). Ênfases, assim como lacunas, podem ser perceptíveis, considerando-se as vinculações de quem as escreve, isto é, os posicionamentos a que são relegados, constituindo-se como fonte de entendimento para o contexto histórico representado. Disponíveis no meio online para pesquisa, as revistas estão todas digitalizadas, respectivamente *Manchete*, no site da Biblioteca Digital Nacional e *Veja*, no site da própria revista.

Desse modo, a discussão e a ampliação de estudos sobre a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil, mostram-se necessários para a compreensão de valores, questionamentos, permanências e mudanças assentes no meio social brasileiro. Em parte, muitos elementos discutidos nas décadas de 1950 a 1970 se fazem presentes na atualidade do país, evidenciadas pelo conservadorismo, ideologias religiosas, imposição às mulheres ao ambiente doméstico, comportamentos individuais (principalmente voltados ao feminino), preconceitos diante das diversidades das composições familiares (sobretudo, homoafetivas), mesmo ressaltando suas dimensões. Em síntese, as fontes de imprensa, trilham possibilidades para o estudo histórico dessas posições ainda latentes, abrindo muitos campos possíveis para o desenvolver de novas pesquisas.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. **A imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2008.

ALMEIDA, MARIA ISABEL DE MOURA. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. 188f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

- BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz, ABREU, Karen Cristina Kraemer. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. **Revista Científica Plural**. Tubarão, n. 4, jul, p. 1-23, 2010.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. **Famecos**, v. 19, n. 2, maio/agosto, p. 458-480, 2012.
- BENETTI, Márcia. A Ironia como Estratégia Discursiva da Revista *Veja*. **Líbero**. São Paulo: Ano X, nº 20, dez, p. 37-46, 2007.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Maristela Moreira. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). **Esboços**. UFSC: Esboços, v. 9, n. 9, p. 159- 180, 2008.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ELMIR, Pereira Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, n. 13, 1994.
- FÁVERI, Marlene De. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, jan/jul, p. 335-357, 2007.
- KIVANSKI, Adriana. **As tentativas de implantação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa Rio- Grandina (1889-1916)**. 290f. Tese (doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MAKOWIECKY, Sandra. Representação: A palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 57, dez, p. 1-25, 2003.
- MOURA, Ranielle Leal. **Gêneros Jornalísticos na Imprensa Brasileira do Século XX**: Revista *O Cruzeiro*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011, Dissertação de Mestrado, p. 34.
- NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **“Aconteceu: Virou Manchete”**: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. Recife: UFPE, 2015, Dissertação de Mestrado, p. 14.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: UFSC, v. 26, n. 52, 2006.
- PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

A representação de Getúlio Vargas no jornal *A Federação* durante os anos de 1936 e 1937

Yuri Batista da Silva,¹ UFSM

Resumo

O presente artigo busca compreender de que maneira o jornal *A Federação* representou o presidente Getúlio Vargas durante os anos de 1936 e 1937. O recorte temporal escolhido justifica-se por serem os anos de maior intensidade da disputa entre o Executivo estadual rio-grandense, a quem o referido jornal estava submetido, e o Executivo Nacional ocupado por Getúlio Vargas. Optou-se por dividir o artigo em quatro partes: na introdução, buscaremos apresentar o referencial teórico adotado neste trabalho; na sequência, traçaremos o histórico do jornal *A Federação* e como este se inseria no contexto histórico dos anos de 1930; na terceira parte analisaremos as fontes primárias e buscaremos responder as questões que norteiam este trabalho; e, por fim, faremos as conclusões finais.

Palavras-chave: Representação; Getúlio Vargas; *A Federação*.

Abstract

This article seeks to understand how the newspaper *A Federação* represented the President Getúlio Vargas during the years 1936 and 1937. The chosen time frame is justified because it is the most intense years of dispute between the Rio Grande do Sul State Executive, to whom the newspaper was submitted to, and the National Executive occupied by Getúlio Vargas. We chose to divide the article into four parts: in the introduction, we will try to present the theoretical framework adopted in this work; next, we will trace the history of the newspaper *A Federação* and how it was inserted in the historical context of the 1930s; in the third part, we will analyze the primary sources and seek to answer the questions that guide this work; and, finally, we will present our conclusions.

Keywords: Representation; Getúlio Vargas; *A Federação*.

Introdução

Não são de hoje os trabalhos historiográficos no Brasil e no mundo que possuem os jornais como tema central de estudo ou fonte principal de pesquisa. A crença de que os periódicos se traduziriam como fontes inseguras para o ofício de historiador – ávido por respostas objetivas e irreversivelmente verdadeiras, demandas que a subjetividade e os interesses dos redatores responsáveis não poderiam ofertar – começa a perder espaço conforme a historiografia foi diversificando os seus problemas norteadores de pesquisa e ampliando seu escopo documental. Tal perspectiva começa a ganhar força a partir dos anos 30 com historiadores ligados a Escola dos Annales, no entanto, mudanças mais substanciais são perceptíveis a partir dos anos 70 com a incorporação de discussões vindas da sociologia,

¹ Graduando no nono semestre do curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria e integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

psicanálise, antropologia, linguística, semiótica e demais campos do conhecimento ligados as humanidades (CERONI, 2009, p. 24).

Com a inovação das temáticas de pesquisa cada vez mais diversificadas, reformulações do conceito de fonte histórica e a progressiva inserção de reflexões teórico-metodológicas provindas de outras áreas do conhecimento, os jornais passaram a ser cada vez mais aceitos por historiadores em suas pesquisas. Na prática, isso significou compreender que é necessário para o historiador manter um olhar crítico a respeito da fonte jornalística, buscando compreender todos os elementos que a compõem – desde quem redige, quem financia, como são diagramados os textos, como e onde é produzido, quantidades e etc. – e até mesmo aqueles que não estão presentes, deixando de lado a pretensão de alcançar um documento fornecedor de todas as verdades e buscando sempre o intercruzamento de fontes (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Os jornais e o seu potencial como fonte documental, além de em outros campos e temas de estudo, foram amplamente explorados pela história cultural e os estudos sobre as práticas de representações. Segundo, Roger Chartier, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Ainda segundo Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

Para compreender de que maneira determinados indivíduos e/ou grupos buscaram representar a si mesmos e aos outros, dando sentido a realidade que os circundava, os jornais passaram a ser uma das principais fontes de estudo dos pesquisadores. Ainda sobre os jornais, uma característica os torna marcantes: sua intencionalidade de ser lido ou ao menos transmitir o conteúdo desejado para um público incontável. Assim, os discursos e representações redigidos e disseminados pelos jornais – estes entendidos como representantes de grupos e indivíduos e inseridos “num campo de concorrências e de competições” – possuem uma outra capacidade que é de tornar-se um mecanismo de disputa pelo imaginário social.

O imaginário, elemento fundamental da condição humana, segundo Bronislaw Backzo, quando relacionado ao social refere um duplo fenômeno: de um lado, refere-se a produção de representações da ordem social, dos atores sociais e suas relações, e das instituições, especialmente aquelas voltadas ao poder; por outro lado, designa a atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo (BACKZO, 1985, p. 309).

Ainda segundo o autor, o imaginário social “trata-se, sim, de um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos” (BACKZO, 1985, p. 309). Os produtos aos quais o autor faz referência podem ser variados, como a criação da identidade coletiva, a distribuição dos papéis e posições sociais, formação de modelos de comportamento e muito mais.

Backzo, da mesma forma que Chartier no que tange as representações (CHARTIER, 2002, p. 17), defende que o imaginário social só é imaginário no que diz a sua condição, pois este repercute diretamente sob a ação dos indivíduos, revelando sua funcionalidade prática. Para o autor,

O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACKZO, 1985, p. 312).

Assim, acreditamos que a partir dos jornais, os grupos e/ou indivíduos buscam agir construindo representações de si e de seus inimigos, da sociedade, do passado, presente e futuro, das instituições e dos poderes que delas emanam, das ações realizadas e tudo mais que possa ser “útil”, com o intuito de disputar o imaginário social e orientar ações individuais e coletivas. Nesse sentido, o jornal *A Federação*, ao nosso ver, buscou cumprir o papel de mecanismo de disputa pelo controle do imaginário social, defendendo e agindo em prol do executivo rio-grandense durante a maior parte da sua existência, salvo alguns momentos que elucidaremos na sequência.

A Federação

Em 1883, durante o Congresso Republicano realizado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), foi aprovado o projeto de organização de um órgão jornalístico de cunho republicano que deveria expor os ideais daquele partido. Surgia assim o jornal *A Federação*, cuja circulação inicia-se em 1º de janeiro de 1884 e possuía as seguintes diretrizes:

I – Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil; II – Dentro da legitimidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo – empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade que tendam a efetuação dessas reformas; III – Expor, sustentar e promulgar ideias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiados ao sistema federativo, que sejam de real utilidade pública (VIZENTINI, 1980, p. 325, apud OSÓRIO, 1930, p. 18).

Assim surgia, cinco anos antes do fim do regime monárquico no Brasil, o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense, cujo principal objetivo era proclamar a República no Brasil. Os ataques à Monarquia e aos seus defensores eram construídos a partir de diversas questões e acontecimentos, como quando a Princesa Isabel e o príncipe consorte Conde D’Eu viajaram para Província do Rio Grande do Sul. Analisando a repercussão desse evento na mídia gaúcha por meio dos jornais *A Federação* e *Jornal do Comércio*, Francine Medeiros destaca a diferença de abordagens do tema nestes periódicos, o que ia desde o espaço destinado a falar do evento – muito menor no jornal *A Federação* – até as descrições do mesmo ao longo da viagem:

Um exemplo desta diferenciação na cobertura jornalística é demonstrado já na chegada da Família Imperial ao Cais do Porto em Porto Alegre no dia 02 de janeiro de 1885. O *Jornal do Commercio* do dia 03 de janeiro de 1885 relatou detalhadamente como foi a recepção aos viajantes, destacando a participação do povo na exaltação aos príncipes. Já *A Federação* do mesmo dia relatou a recepção como um fracasso, uma vez que foram poucas pessoas que estavam no Cais para recebê-los e também porque os príncipes não seguiram a pé até o palácio presidencial, decepcionando aqueles que lá foram vê-los (MEDEIROS, 2008, p. 44-45).²

Além dos ataques constantes à Monarquia e aos seus partidários em favor da República, o jornal *A Federação* foi árduo defensor da abolição da escravidão, defendeu os interesses militares diante das disputas destes com a Monarquia e difundiu a doutrina do partido de forte inspiração positivista.

Com o fim da Monarquia inicia-se um período conturbado da política rio-grandense, oscilando diversas vezes o ocupante do cargo de Governador do Estado, até que em 1893, Júlio Prates de Castilhos assume pela segunda vez. Em oposição, o Partido Federalista, liderado por Gaspar Silveira Martins, Gumercindo Saraiva e outros, buscou contestar o governo de Júlio de Castilhos por meio das armas, no que ficou conhecida como Revolução Federalista, uma das disputas mais sangrentas da história brasileira. Com a derrota dos Federalistas em 1895, o PRR

² Tanto notícia a do *Jornal do Comércio*, quanto a do *A Federação*, segundo a autora, foram publicadas no dia 03 jan. 1885.

foi capaz de solidificar sua posição à frente do Estado gaúcho, onde manteve-se até o início da década de 1930.

O jornal *A Federação* nesse contexto no que tange o regime instaurado, passa, com a ascensão do partido ao poder, de combatente para defensor da ação efetuada pelos governantes do PRR frente a administração pública estadual, além de manter seu caráter doutrinário e os ataques aos rivais que variavam dependendo do contexto. A fidelidade do *A Federação* aos governadores gaúchos do PRR – Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros – é destacada como *absoluta* por Cristina Jungmann (JUNGMANN, 1980, p. 393). A estes, ainda é possível adicionar a figura de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul de 1928 até 1930 (VIZENTINI, 1980, p. 328), o que nos permite concluir que até enquanto o PRR ocupou o Executivo Rio-grandense, o jornal *A Federação* atuou como mecanismo de disputa do imaginário social por parte do governo estabelecido, criando representações de si e de seus rivais, legitimando ações, difundindo a doutrina e as definições de certo e errado da e na sociedade, tudo isso para fazer a manutenção da posição estabelecida, demonstrando o caráter prático das disputas pelo imaginário.

No entanto, nos primeiros anos da década 30, as divergências internas do PRR começam a ser marcantes, e a distinção entre a *velha* e a *nova* geração do partido repercutem no jornal *A Federação*. Segundo Paulo Vizentini, após Borges de Medeiros – mais influente político da considerada “velha” geração do PRR – declarar em entrevista que aceitava o resultado favorável das eleições presidenciais para o candidato paulista Júlio Prestes que disputou com Getúlio Vargas,³ o então redator do jornal *A Federação*, Othelo Rosa – alinhado com a velha geração do partido –, renuncia ao cargo em 19 de março de 1930, e em seu lugar assume João Carlos Machado, ligado a nova geração do partido encabeçada por nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, entre outros (VIZENTINI, 1980, p. 329-330). Ainda segundo o autor, o jornal *A Federação* pouco menciona a respeito do assunto presidencial nos meses que se seguem; isso ocorre até outubro de 1930, quando os revolucionários depõem o presidente Washington Luís vinte e um dias antes de seu mandato terminar e, por tanto, antes de Julio Prestes assumir o cargo, fato que levou Getúlio Vargas ao Governo Provisório do Brasil onde nomeou Flores da Cunha como Interventor do Rio Grande do Sul e momento em que o *A Federação* passa a dar grande atenção e apoio ao Governo Provisório e a Interventoria do Estado (VIZENTINI, 1980, p. 330).

³ Candidato da Aliança Liberal que, no Rio Grande do Sul, conseguiu unir tanto o PRR quanto o Partido Libertador em torno da Frente Única Gaúcha cujo objetivo era eleger um candidato gaúcho para o cargo de Presidente do Brasil.

Já no final de 1931, *A Federação* começa a publicar artigos defendendo a volta do país a constitucionalidade, elemento defendido também pelos integrantes da Frente Única Gaúcha. O clima político no Estado se acirra a partir de março de 1932 com a renúncia da maior parte dos gaúchos que compunham o Governo Provisório de Vargas, chamado agora de ditadura nas páginas do *A Federação*. (VIZENTINI, 1980, p. 330). Apesar disso, quando em julho de 1932 inicia a Revolução Constitucionalista em São Paulo, o referido jornal adota uma postura favorável ao Governo Provisório, enquanto Flores da Cunha ressalta não possuir qualquer vínculo com os paulistas. (VIZENTINI, 1980, p. 332). O contrário ocorreu com as principais lideranças dos partidos que compunham a FUG – Borges de Medeiros pelo PRR e Raul Pilla pelo PL –, que declararam apoio incondicional aos paulistanos, culminando na organização de um levante no Rio Grande do Sul que não contou com o apoio da totalidade dentro dos próprios partidos; derrotadas, as principais lideranças dos dois partidos deixam o Estado em exílio.

Nesse contexto, envolvendo dissidentes dos antigos partidos, em novembro de 1932 é criado o Partido Republicano Liberal sob liderança de Flores da Cunha e com apoio de Getúlio Vargas, o que, nas palavras de Rafael Laupente, tratava-se de

Um partido criado às pressas, de improviso, para amparar àqueles que ficaram ao lado do então governo provisório e interventoria estadual, teriam em comum somente o fato de divergirem da FUG e apoiarem Getúlio Vargas e Flores da Cunha (LAPUENTE, 2016, p. 396).

A partir deste momento, o jornal *A Federação* rompe definitivamente com o PRR e torna-se não só *Órgão do Partido Republicano Liberal*, mas também *Diário Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, estendendo-se esta última característica apenas até 1935, quando é fundado o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. O jornal *A Federação* manter-se-á portanto vinculado ao executivo rio-grandense e atuará na criação, defesa e manutenção da imagem de Flores da Cunha frente aos acontecimentos do período. Toda essa trajetória, fez com que Francisco Rüdiger considerasse o *A Federação* como o maior exemplo de uma tendência do jornalismo chamada de política-partidária (RÜDIGER, 2003, p. 43).

Getúlio Vargas nas páginas do jornal *A Federação*

A partir do exposto, percebe-se como o jornal *A Federação*, historicamente vinculado ao PRR, passou para o controle do PRL e, mais importante ainda, tornou-se mecanismo de disputa pelo no imaginário social por parte do Interventor e, a partir de 1935, Governador eleito Flores da Cunha. Diante disso, o jornal passou a construir a imagem positivada de Flores da

Cunha, legitimar suas ações e atacar seus rivais. Nas palavras de Cristina Jungmann, “A Federação considera a pessoa de Flores da Cunha inatacável” (JUNGMANN, 1980, p. 395).

No entanto, a partir do primeiro semestre de 1935, começam os desacertos políticos entre Flores da Cunha e o poder central sob comando de Getúlio Vargas, encontrando nas eleições para governador do Rio de Janeiro de 1935, além de em outros assuntos político-administrativos, o ponto de cisão. Segundo Antônio Manoel Elíbio Junior,

As alterações políticas envolvendo a figura do governador cada vez mais colocavam-no em uma situação de constrangimento e divergências com Vargas. Parece-nos, com efeito, que a composição e nomeação para Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro e para o governo daquele estado causou-lhe muitos problemas e uma efetiva ameaça de rompimento com o Governo Federal (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 145).

Apesar disso, Elíbio Junior ressalta que as cartas e telegramas trocadas diretamente entre os dois políticos em finais de 1935 continham declarações que buscavam indicar que a relação permanecia alheia aos conflitos políticos do período:

Se Vargas em sua missiva reafirmava a “afetuosa” relação com Flores, dirimindo “as intrigas” e “as tramas subreptícias” que poderiam causar “melindres e ressentimentos”, também o governador do Rio Grande do Sul, procurava tranquilizar o “Caro Amigo”. Diante da escaldada situação do Rio de Janeiro, Flores não titubeava revigorar sua relação com Vargas (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 153).

Os grifos presentes no trecho acima, próprios do autor, estão presentes nas próprias correspondências trocadas entre os políticos. A mídia geral não tardou em expor os possíveis desentendimentos entre Vargas e Flores da Cunha, os quais, durante os primeiros meses eram respondidos como fruto de intrigas e tramas daqueles que buscavam jogá-los um contra o outro. Mas no âmbito pessoal, ambos mantinham um intenso canal de comunicação com aliados que agiam como informantes apresentando suas visões e acusando os planos de poder que estariam por trás das ações praticadas.⁴

Essa ação velada, imersa em intrigas, sem confronto direto assumido, sem exposição oficial na mídia, sem objetivos claros defendidos mas que refletiria em ações concretas cujas verdadeiras intenções motivadoras estariam disfarçadas – tais como na interferência na política de outros Estados, manejo de cargos e intenso diálogo com outras correntes políticas – acabava sendo percebida e/ou acusada pelos agentes envolvidos e por vezes foi nomeada de *hostilidade*

⁴ O subcapítulo 2.3, intitulado “A reaproximação com a FUG e a ruptura com Vargas” e pertencente ao já citado trabalho de Elíbio Junior é repleto dessas cartas acusando os planos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 134-161).

surda ou *luta surda*. A primeira menção que encontramos a isso foi em uma carta de Daudt D’Oliveira a Getúlio Vargas em novembro de 1935, onde o autor acusa Flores da Cunha de oferecer resistência a um acordo com FUG: “Com o Rio Grande unido, essa malquerença e hostilidade surda são inócuas e mesmo ridículas. Com a nossa scisão política, ellas se avolumam e ganham força, representando um grave perigo para nossa futura situação” (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 158-159).

Já em setembro de 1936 vemos uma outra menção. Dessa vez, em um editorial do jornal *A Federação* intitulado *Uma Atitude Nítida*, onde é feita uma descrição do período republicano anterior a Revolução de 30:

O confucionismo político das épocas passadas, o ar de mistério que envolvia os acontecimentos mais insignificantes da vida da primeira Republica, escondendo objetivos inconfessáveis, foi o que determinou, por certo, aquela atmosfera de desconfiança, a luta surda e velada de interesses particulares em jogo, a que se seguiram atitudes arbitrarías e violentas fazendo crescer nas massas um incoercível sentimento de injustiça a deflagrar depois no mais vibrante dos movimentos cívicos (A FEDERAÇÃO, n. 208, 1936, p. 1).

Vê-se como a questão da *hostilidade surda* ou *luta surda* permeia o debate político da época, e, indo além disso, tal conceito acaba sendo utilizado em alguns trabalhos que estudam a disputa que se dá entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha a partir de 1935. No entanto, sem que afirmem categoricamente, tais trabalhos, ao apenas mencionarem a *luta surda* quando explicam a referida disputa, deixam a entender que ela se aplica até o momento em que Flores da Cunha renuncia após a federalização da Brigada Militar, sua principal defesa e motivo de tantas acusações desde 1935 em torno dos interesses do Governador em fortificá-la.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para compreensão do período a partir da representação de Getúlio Vargas no jornal *a Federação*, sob editoração de Celestino Prunes, durante os anos de 1936 e 1937, levando-se em conta o referencial teórico adotado e exposto na primeira seção deste texto, onde consideramos o jornal *A Federação* um mecanismo de disputa pelo imaginário social utilizado pelo poder executivo gaúcho – salvo as exceções pontuadas na segunda seção do trabalho.

Como já mencionado, a disputa entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas começa já no ano de 1935, no entanto, buscavam os dois líderes negar qualquer conflito. Ao analisarmos os editoriais do jornal *A Federação* durante o ano de 1936, podemos concluir que o conflito entre ambos ainda não era totalmente exposto na mídia oficiosa. Apesar disso, sabendo da existência do conflito, é possível ver alguns elementos que indiretamente buscavam fazer críticas ao governo central e, junto com isso, buscavam construir uma certa imagem de Flores da Cunha.

No editorial de 24 de março de 1936, *A Federação* buscou justificar o apoio de Flores da Cunha contra a Revolução Constitucionalista de 1932 alegando que já naquele momento, o Interventor gaúcho, percebendo ser um “movimento contra homens, não a favor de princípios” precisou ficar ao lado de Getúlio Vargas para manter o que foi conquistado pela Revolução de 30:

Constitucionalista sincero, e já agora através das confissões do Sr. Assis Chateaubriand um dos poucos grandes chefes que desejavam ardentemente a instauração do regime legal para o Brasil, o General Flores da Cunha percebeu naquela época aquilo que somente hoje um revolucionário constitucionalista de S. Paulo vem dizer ao Brasil. Colocando-se em oposição àquele movimento o General Flores da Cunha foi coerente com as suas ideias, com os seus princípios e com os seus próprios anseios políticos (A FEDERAÇÃO, n. 70, 1936, p. 1).

Em defesa da Constituição e da democracia, o governador Flores da Cunha e o PRL se colocarão a partir da decretação do Estado de Guerra cada vez mais como os verdadeiros defensores dos ideais políticos da Revolução de 30. Apesar de apoiar Vargas quanto ao Estado de Guerra justificando ser necessário diante da ameaça comunista (A FEDERAÇÃO, n. 76, 1936, p. 1),⁵ Flores da Cunha e o PRL defenderam a volta das imunidades parlamentares alegando que a negação destas configurava-se como antidemocráticas:

Para o Rio Grande, naquele momento, como agora e sempre, **o equilíbrio do regime democrático vigente repousa, antes de tudo, no respeito aos órgãos da soberania nacional representados pelos três poderes independentes e coordenados entre si.** Desde que se atentasse contra um deles, como no caso do estado de guerra suprimindo as imunidades dos representantes do legislativo, já não era possível conceber-se o rime tal como a própria constituição estabelece e determina (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1936, p. 1, grifo nosso).

Ainda não se constata no discurso do *A Federação* ataques diretos a figura de Getúlio Vargas, mesmo que haja uma crescente defesa da democracia. Isso fica muito claro em um editorial intitulado *A Verdadeira Democracia* onde afirma-se a existência de forças que dizem defender a democracia, mas na verdade a atacam:

O momento que vivemos é, sem duvida alguma, desses que escondem, sob as camadas mais superficiais de fatos aparentemente insignificantes, um sentido profundo de tendências que se entrecrocaram num tremendo conflito. A democracia, ninguém ousará negar, se encontra ameaçada por todos os flancos. Pelas forças que a atacam e pelas forças que a defendem (A FEDERAÇÃO, n. 153, 1936, p. 1).

⁵ O apoio ao Estado Guerra muda conforme sucessivamente este vai sendo prorrogado por mais noventa dias, o que dura até junho de 1937.

Quanto a Getúlio Vargas propriamente dito, a um esforço de impor-lhe a obrigação de defender a democracia diante do contexto vivido, algo bem expresso nas felicitações pelo seu aniversário em um editorial que beira a ironia pura:

Centralizando em sua qualidade de primeiro magistrado da Nação, os ardentes desejos de paz, de ordem, de tranquilidade e de respeito fundamental às leis, que constituem as veementes aspirações do povo brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas deverá ter recebido, ao festejar sua data natalícia, as manifestações unânimes dos seus governados no sentido de prestigiar sua ação decisiva em defesa das instituições republicanas, que atravessam uma das quadras mais aflitivas de sua história (A FEDERAÇÃO, n. 92, 1936, p. 1).

Alguns outros editoriais ao longo do ano de 1936 poderiam compor esta parte do trabalho, no entanto, acreditamos que os acima mencionados sintetizam bem como *A Federação* criou um discurso que alertava sobre os perigos aos quais o regime republicano e a democracia brasileira estavam expostos, bem como quem eram seus verdadeiros defensores, a saber, Flores da Cunha e o PRL. Os tais inimigos, no entanto, ainda não são nomeados e a figura de Getúlio Vargas, quando surge, é em textos que buscam mais dizer o que ele deveria fazer como chefe da nação ou em notícias de conotação *neutra*, com informações mais técnicas. Existem nas páginas do jornal *A Federação* ao longo do ano de 1936 poucas menções diretas ao presidente Getúlio Vargas, o que nos faz acreditar que a disputa que ocorria entre os dois neste momento se caracteriza mais pelo silenciamento.

Essa forma de representar Getúlio Vargas mudará substancialmente em 1937. Sem obedecer a mera mudança de anos no calendário, já na segunda metade de dezembro de 1936 encontramos a reprodução de um discurso do Deputado Federal baiano João Mangabeira na tribuna da Câmara, acusando Getúlio Vargas de ele próprio ter enviado um telegrama aos governadores dos estados afim de que estes compelissem suas respectivas bancadas na Câmara a se posicionarem a favor da prorrogação do Estado de Guerra ocorrida em dezembro. O telegrama, considerado documento “da mais súbita importância para o estudo e debate do atual momento público e político” teve alguns trechos lidos e, obteve a seguinte resposta do Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte Café Filho: “E está condenado o regime democrático” (A FEDERAÇÃO, n. 288, 1936, p. 1). O discurso estampou a primeira página do jornal *A Federação*, ocupando o lugar do tradicional editorial de todas as edições. Mesmo não sendo um editorial do jornal, sua publicação em destaque não deixa dúvidas de que o jornal fazia coro com o discurso do referido Deputado.

A partir desse momento, ao nosso ver, já é possível perceber o início das acusações públicas de que Getúlio Vargas era uma ameaça à democracia. A crítica a Vargas nas páginas do *A Federação* recrudescer a partir da intervenção do governo central no Distrito Federal. Em editorial intitulado *A Intervenção no Distrito*, *A Federação* diz o seguinte:

Consumaram-se, assim, num curto lapso de tempo, e dentro da vigência do “estado de guerra”, **dois golpes sucessivos na soberania dos Estados, vibrado pelo poder central**. Se, porém, o caso de Mato-Grosso, pelas circunstâncias particulares de que se revestiu, podia até certo ponto justificar a medida extrema, embora tomada de surpresa, quando já não existiam os motivos a podiam ter determinado, o mesmo não se poderia dizer deste insólito atentado que se pratica contra a soberania do Distrito, onde a situação era perfeitamente regular em face da Constituição.

[...] O **princípio da autonomia dos Estados, que constitui a pedra angular do sistema republicano que nos governa está, pois, ferido de morte não se sabe com que finalidades subterrâneas**. O golpe foi por demais brutal para que se possa manter ilusões quanto aos rumos inquietantes que vai tomando a política brasileira. **Os quadros desoladores do velho regime deposto ainda estão bem vivos na memória de todos para que se possa avaliar dos perigos e das ameaças que pairam sobre a República**. Os clássicos despenhadeiros em que se precipitaram vertiginosamente todos os mais legítimos anseios do passado, parecem querer se abrir de novo sem que seja possível prever-se até onde nos levará o descontrole dos que persistem em atentar contra o espírito do regime (*A FEDERAÇÃO*, n. 63, 1937, p. 1, grifo nosso).

No editorial acima citado já fica claro que na visão do jornal, as ações praticadas pelo Governo Federal representam um sério risco para o regime republicano instaurado com a Revolução de 30. Mas os ataques a Getúlio Vargas se tornaram diretos de fato a partir de um editorial assinado pelo Deputado Federal gaúcho Pedro Vergara – ex-editor do *A Federação* – onde, falando sobre a questão da intervenção nos estados, ele retoma o período do Governo Provisório do presidente para dizer o seguinte:

O presidente, pois, não se desfez da sua alma de ditador; e por isso, a cada instante, esse ditador que permanece acordado e atento, no sr. Getúlio Vargas, reclama o seu lugar ao sol, se manifesta e avulta, nos atos do presidente, como alguém que se considera o dono da casa e se julga [ilegível].

[...] Mas é nesta diferença que reside todo o seu drama, o seu conflito íntimo; aqui, em verdade, o *querer* e o *poder* se engalfinham, numa guerra atroz; e só a capacidade de dissimulação do sr. Getúlio Vargas, poderia ter sublimado essa luta, para transformar esse desespero da alma, num sorriso que chega a ser, por vezes, um rito (*A FEDERAÇÃO*, n. 92, 1937, p. 1).

Nos trechos do longo editorial expostos acima, percebe-se uma representação de Getúlio Vargas como um ditador que, após ter governado sob a forma de uma ditadura por 4 anos, tornou-se incapaz de abandonar por completo a vontade presente dentro de sua *alma* de reaver

os poderes ditatoriais que possuía, algo profundamente mascarado por sua capacidade de dissimulação. A *alma de ditador* será uma das melhores explicações do porquê Getúlio Vargas gostaria de permanecer no poder, uma vez que no geral, as páginas da *A Federação* apenas vão pontuar os desejos inconstitucionais do então presidente, sem dar motivos mais precisos.⁶

Apresentando uma visão distinta da apontada por Pedro Vergara, o editorial de 5 de maio afirma que o período do Governo Provisório na verdade foi o melhor de Vargas, caracterizado pelo “timbre marcante de tolerância, de respeito fundamental aos direitos e às liberdades públicas e de honestidade nos processos políticos, os quais constituíam a pedra angular da campanha regeneradora levada a efeito pela Aliança Liberal” (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1937, p. 1). Isso teria gerado o carisma necessário para que Vargas fosse eleito pelo Parlamento. No entanto, segundo o mesmo editorial, seu governo constitucional foi o oposto:

Mas o homem que subiu ao Catete pelo voto do Parlamento, não foi o mesmo que chegou ao Rio levado pela vitória das armas revolucionárias. Em três anos de governo legal, o sr. Getulio Vargas apartou-se incessantemente daquela norma de ação que a mentalidade liberal e o espírito revolucionário criaram para o Brasil (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1937, p. 1).

Nesse editorial é evidenciado um dos grandes pilares aos quais a representação de Getúlio Vargas no jornal *A Federação* se assentará: ele não é mais o homem dos ideais revolucionários 30. Não sendo mais um representante da revolução de 30, *A Federação* buscará representar Vargas associando-o ao regime pré-revolução, ou seja, com a política da República Velha. Em novo editorial assinado por Pedro Vergara, é dito o seguinte:

Passados oito anos, qual é o quadro que temos diante dos olhos? Que estremeçam os mártires da campanha liberal e da revolução, que tremam os manes de João Pessoa, que a imagem da República curve a frente e leve a mão aos olhos, para não ver nem sentir. Hoje, o sr. Getulio Vargas exatamente quando pratica as mesmas violências, os mesmos atentados as mesmas arbitrariedades do adversário de 1929, se alia ao partido deste, faz com ele causa comum, reinstala, no país, o perrepismo, aquele perrepismo que não evoluiu e de que se apartam as suas próprias figuras mais dignas, mais humanas, mais altas! (A FEDERAÇÃO, n. 114, 1937, p. 1).

Endossando esse discurso, *A Federação* vai explorar em mais de uma oportunidade a possibilidade do ex-presidente deposto Washington Luiz estar apoiando Getúlio Vargas, o que

⁶ Isso evidencia-se já na próxima nota de autoria de Pedro Vergara onde o autor apenas pontua ser interesse do General Flores da Cunha defender os princípios da Revolução de 30, da Constituição de 1934 e prosseguir com a sucessão democrática do governo federal, ao passo que os interesses de Getúlio Vargas apenas seriam o contrário disso (A FEDERAÇÃO, n. 95, 1937, p. 1).

seria indicativo da proximidade ideológica existente entre os dois (A FEDERAÇÃO, n. 133, 1937, p. 3; A FEDERAÇÃO, n. 150, 1937, p. 1).

Representar Getúlio Vargas como um ditador inconstitucional associado à política da República Velha e que apenas busca se manter no poder será a grande tônica do jornal *A Federação*; ao mesmo tempo, contrapondo-se a isso tinha, segundo o jornal, a figura de Flores da Cunha, democrático, constitucional e aquele que encarnava os princípios da Revolução de 30. Em nota de 8 de julho, o jornal sintetiza o que distinguia a política pré-revolução:

Uma política nefasta de governos que se sucediam zombando da consulta necessária a vontade do povo. Não era democracia. Os presidentes da República indicavam seus sucessores, e os candidatos populares eram esmagados nas urnas pela máquina oficial. Pois bem. O que o sr. Getulio Vargas está fazendo hoje é tal qual o que faziam aqueles presidentes de ontem. Indicou seu candidato e está fazendo política favorável ao mesmo. Está, pois, repetindo a velha canção... (A FEDERAÇÃO, n. 154, 1937, p. 3).

O referido candidato oficial de Vargas para suceder-lo era José Américo de Almeida. No entanto, apesar de ter um candidato e tornar público este apoio, *A Federação* dizia que Getúlio jamais havia abandonado seu plano de ficar no poder (A FEDERAÇÃO, n. 153, 1937, p. 1). Isso, ao mesmo em que não media esforços para acusá-lo de repetir a velha prática da indicação, o que pode parecer contraditório. Ocorre é que nas páginas de *A Federação*, Getúlio é visto como extremamente manipulador, praticante de um “oficialismo crepuscular” que apenas usava grupos e pessoas para atingir seus objetivos, como ocorreria com a FUG após novo rompimento com o governo gaúcho (A FEDERAÇÃO, n. 141, 1937, p. 1); com sua tolerância às ações integralistas onde “a agitação integralista poderá ser útil ao presidente crepuscular, uma vez que constitua plausível pretexto para ulteriores atitudes de s. ex.” (A FEDERAÇÃO, n. 190, 1937, p. 3); e o próprio José Américo, considerado pelo jornal como candidato que Vargas foi obrigado a apoiar apenas enquanto seguia tramando seu plano de ficar no poder.

Outro elemento que foi importante na construção da imagem de Vargas neste jornal, refere-se a uma espécie de sadismo do presidente. A partir de acusações feitas pelo Deputado João Mangabeira – irmão do já mencionado Deputado Otavio Mangabeira – de casos de tortura praticados por Filinto Muller a presos políticos e com consentimento de Vargas, *A Federação* não deixou de fazer sua forte crítica ao presidente:

O povo já conhece os métodos de tortura empregados, os castigos odiosos que o governo federal mandou aplicar às vítimas indefesas de suas perseguições políticas, as cenas inacreditáveis, de assustadora torpeza, que foram levadas a efeito nos cárceres sombrios do governo pela polícia política do sr. Getulio Vargas. [...] Em verdade, constitui um pano de amostra muito expressivo essa

fase de perseguições em cuja atmosfera estava visivelmente satisfeito o governo. Enquanto no fundo das masmorras policiais os presos políticos sofriam toda sorte de vexames e suplícios físicos, como bem acentua o parlamentar baiano, o sr. Getúlio Vargas sorria e mamava aquele seu eterno e monumental charuto! Sendo o principal responsável pelos crimes que se praticavam à sombra do estado de guerra, o presidente mantinha aquela indiferença significativa, capaz de denunciar, mesmo num homem de sua tempera, mesmo numa criatura glacial, uma decomposição moral bastante adeantada (A FEDERAÇÃO, n. 157, 1937, p. 1).

O sadismo da governança de Getúlio associava-se a uma ideia muito presente nos editoriais do jornal de que Vargas, na sua sina por manter-se no poder, era capaz de qualquer coisa, inclusive iniciar uma guerra civil:

Porque a verdade, em última análise, é que o caso material bélico serve apenas de pretexto ao sr. Getúlio Vargas para dirigir contra o nosso Estado as baterias de sua política que pretende começar em sua própria terra e com o sangue dos seus patrícios a dar forma concreta ao sonho de ditadura que vem trabalhando de maneira tão alarmante o seu cérebro presidencial (A FEDERAÇÃO, n. 182, 1937, p. 1).

Todos esse discursos, todas essas formas de representar Getúlio Vargas serão reproduzidas incansavelmente ao longo do ano de 1937 nas páginas do jornal *A Federação*. Se por um lado, no ano de 1936, encontra-se poucas menções diretas a Vargas, no ano de 1937 não se pode falar o mesmo; os editoriais da primeira página criticando o poder central eram praticamente diários e foi extremamente comum a nota presente na página três trazer uma outra crítica. Além disso, discursos de políticos e reportagens de outros jornais do país que criticassem o presidente eram seguidamente reproduzidas nas páginas do jornal.

Assim, percebe-se como o jornal buscou construir uma representação de Getúlio Vargas como um ditador que representava a antiga política da República Velha, onde para isso, em sua sina de poder, não media esforços para manipular qualquer um e nem se importava com a vida de inocentes e com o bem-estar comum. Nas páginas do jornal *A Federação* no ano de 1937, ápice do conflito com Flores da Cunha, Getúlio Vargas é extremamente egocêntrico e seu único objetivo é se manter no poder a qualquer custo, desprezando para isso o que for preciso.

A ligação do jornal com Flores da Cunha se dará até o momento em que este, sem qualquer chance de encontrar apoio da FUG reorganizada, com o PRL dividido e em franca disputa com Vargas, renuncia em 18 de outubro de 1937 após a federalização da Brigada Militar. A Dissidência Liberal, facção dentro do PRL que apoiava o governo de Vargas, em acordo com os líderes da FUG, buscaram colocar Antunes Maciel no cargo de governador, no entanto, Getúlio Vargas intervém no Estado nomeando Daltro Filho como novo Interventor. A

Dissidência Liberal, além de ficar com outros cargos, assume o jornal *A Federação* sob direção de Moysés Vellinho (*A FEDERAÇÃO*, n. 237, 1937, p. 1). A partir deste momento, o jornal será caracterizado pelo apoio ao governo Vargas, ao Interventor Daltro Filho e ao clima de otimismo para com os novos rumos da política gaúcha, além das notícias sobre a ameaça comunista.

Diante do Estado Novo decretado em 10 de novembro de 1937 – o que concretizou as maiores acusações feitas por Flores da Cunha e pelo *A Federação* sob editoração de Celestino Prunes ao longo do ano de 1937 –, é interessante notar uma postura totalmente oposta daquilo que vinha sendo apontando. No editorial do dia 16 de novembro, *A Federação* (como acabamos de dizer, agora sob controle da Dissidência Liberal e com direção de Moysés Vellinho) justificando o apoio dado ao golpe de Vargas diz o seguinte:

Será porque o P.R.L. se formou com o objetivo de amparar e prestigiar a **ação do sr. Getúlio Vargas como chefe incontestável do movimento de renovação inaugurado em 30?** [...] Os sonhadores de 30 não se iludiram. Perfeitamente a altura da grave missão que lhe fora confiada pelo povo brasileiro em armas, o sr. Getúlio Vargas responde com desassombro aos reclamos da nacionalidade, lançando as bases de um regimen que fechou as portas ao profissionalismo político para que no seu recesso encontro eco apenas a voz das necessidades públicas. A Nação, dotada agora de instrumentos capazes de promover o seu bem estar dentro de um ambiente de ordem e de segurança coletiva, recupera-se a si mesma, num movimento de auto-defesa que é a mais alta expressão da sua vitalidade (*A FEDERAÇÃO*, n. 254, 1937, p. 1, grifo nosso).

Getúlio Vargas aparece novamente como um representante legítimo da Revolução de 30 e o decreto do Estado Novo é justificado como uma ação necessária diante da *politicagem profissionalizada* que ameaçava o país. Discurso totalmente oposto ao que se tinha até algumas semanas atrás.

No entanto, em decorrência do Estado Novo, o jornal *A Federação* por seu caráter político-partidário e assim como tantos outros jornais do período, precisa encerrar suas atividades junto com os partidos políticos agora proibidos, chegando ao fim após 53 anos de atuação no cenário político gaúcho.

Considerações finais

Considerando o jornal *A Federação* um mecanismo de disputa pelo imaginário social utilizado especialmente pelo Executivo rio-grandense ao longo dos anos, mantendo essa característica durante o período analisado, buscamos compreender de que maneira o referido

jornal representou o presidente Getúlio Vargas nos anos de 1936 e 1937, entendendo que uma das estratégias de disputa pelo imaginário é a criação de representações negativadas dos rivais.

Constatou-se que durante praticamente todo o ano de 1936, o que mais caracterizou o trato do personagem Getúlio Vargas foi justamente o silenciamento. Sem ataques diretos ao poder central, a disputa entre os dois políticos foi pouco tratada no referido jornal, fazendo a defesa da democracia e do constitucionalismo e alegando haverem forças que a atacam, mas sem esclarecer quais forças são essas. Faz sentido até este momento o conceito de luta surda onde, de forma dissimulada, se agia em prol dos seus interesses, buscando ampliar seus respectivos poderes ao mesmo tempo que busca minar o poder rival, mas sem declarar isso formalmente, não tornando uma luta pública.

Já no ano de 1937 a situação muda e os ataques diretos ao presidente se multiplicam, sendo praticamente diários após a intervenção no Distrito Federal. Nas páginas do jornal *A Federação*, buscou-se construir a imagem de um Getúlio ditatorial e inconstitucional, sedento por poder ao ponto de pagar qualquer preço e manipular o que e quem for necessário. Buscou-se exaustivamente desligar por completo a figura do presidente com os ideais da Revolução de 30 e ao mesmo tempo associando-o com a velha política que o movimento revolucionário combateu.

Por fim, com a renúncia e exílio de Flores da Cunha, o jornal *A Federação* passa a ser administrado pelo grupo dissidente dentro do PRL que apoiava Getúlio Vargas. Nesse curto momento até a extinção do jornal, buscou-se representar novamente Vargas com os ideias revolucionários de 30 e como aquele que, distante dos interesses políticos mesquinhos, deveria ter a carta branca para governar.

Fontes

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12685>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Referências Bibliográficas

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

CERONI, Giovani Costa. **A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação**. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha**: Governo, História e Política (1930-1937). 2006. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

JUNGMANN, Cristina. Os republicanos liberais e a nova fase de “A Federação” (1932/1937). In: TRINDADE, Hégio (org). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 393-402.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. Da ruptura ao exílio: o confronto político entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha em perspectiva (1935-1937). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 385-405, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p385>> Acesso em: 10 mai. 2021.

MEDEIROS, Francine Castoldi. A viagem da Princesa Isabel a Porto Alegre em 1885: a questão de gênero na imprensa escrita e a representação do gaúcho sob o olhar da princesa. **Textura**, Canoas, v. 10, n.18, p. 40-55, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/746/568>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.3, p.125-142, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6828/2614-7224-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Facundes. “A Federação” e os republicanos históricos rio-grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Hégio (org). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 325-333.

A importância da conservação e preservação de têxteis em instituições museológicas¹

Laiana Pereira da Silveira,² UFPel
Lilian Fetzer,³ UFPel

Resumo

Através do presente estudo é possível observar como o vestuário representa diferentes camadas da sociedade, principalmente, por meio de objetos de vestuário conservados e preservados nos acervos das instituições museológicas. Para evidenciar tal observação, a investigação apresenta - através de uma pesquisa bibliográfica - três estudos de caso em que o objeto principal é um artigo de vestuário, objetos pertencentes ao acervo de três museus nacionais distintos - Museu da Baronesa, Museu da República e o Museu Histórico Nacional - estes objetos musealizados representam épocas e personagens diferentes. O estudo conclui através da observação, a importância que existe na conservação e preservação de objetos têxteis nas instituições museológicas nacionais, visto que, são fontes ricas para estudos futuros sobre os costumes de uma determinada sociedade ou época.

Palavras-chave: Têxtil; Musealização; Museologia; Preservar; Conservar.

Abstract

Through this study it is possible to observe how clothing represents different layers of society, mainly by means of clothing objects preserved in the collections of museological institutions. To demonstrate such observation, the article presents, through bibliographical research, three case studies in which the main object is an article of clothing. The object belong to the collection of three different national museums - Museu da Baronesa, Museu da República and the Museu Histórico Nacional - these musealized objects represent different times and characters. The study concludes, through observation, the importance of the conservation and preservation of textile objects in national museological institutions, since they are rich sources for future studies on the customs of a certain society or time.

Keywords: Textile; Musealization; Museology; Preserve; Conserve.

Considerações iniciais

Pesquisar sobre vestuário é observar costumes, culturas, historicidade, formas de consumo e uso, tecnologias utilizadas no processo produtivo, matéria-prima, economia, classe social, entre outros aspectos. Todos estes fatores dizem muito sobre este campo de estudo. Pesquisas relacionando áreas como o vestuário e a museologia existem a muito tempo, mas nos

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. Designer de Moda, Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: laiana.silveira@gmail.com

³ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas. Designer de Moda, Universidade Católica de Pelotas. Docente dos cursos Técnico em Vestuário e Superior de Tecnologia em Design de Moda do Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: lilafetzer@gmail.com

últimos anos, no Brasil⁴ há uma identificação do aumento de pesquisadores que estão se dedicando a estas áreas, bem como, reflexões que trazem apontamentos sobre a importância da preservação e conservação de artigos têxteis em acervos de instituições museológicas. Dito isso, neste estudo o vestuário será compreendido pela definição de Nacif (2007):

O vestuário é um conjunto formado pelas peças que compõem o traje e por acessórios que servem para fixá-lo ou complementá-lo. Num sentido amplo do termo, **o vestuário é um fato antropológico quase universal**, uma vez que na maior parte das sociedades humanas antigas e contemporâneas são usadas peças de vestuário e acessórios que ornamentam o corpo humano (NACIF, 2007, p. 1, grifo nosso).

O vestuário pode ser um elemento utilitário para conhecer as sociedades que estão sendo estudadas, pois através dele é possível identificar características das condições econômicas, sociais, gênero, identidade, pertencimento a grupos específicos, entre outros elementos caracterizados pela comunicação que esta categoria traz sobre quem o veste.

Para os pesquisadores da área de o vestuário, entende-se que é importante estudar não apenas o desenvolvimento do produto e o consumo, mas também considerar a trajetória deste objeto no processo que antecede o desenvolvimento, como as referências utilizadas para sua criação, as pesquisas comportamentais que justificam sua criação, bem como, acompanhar o ciclo de vida do objeto quando ele não é mais útil, seu descarte ou a acumulação do mesmo, e essa conscientização deve ser disseminada para outras áreas de estudo que também interagem com objetos têxteis. Gonçalves (2005) complementa:

Desse modo, é necessário pesquisar como, por exemplo, as roupas são produzidas, como são adquiridas, e sobretudo como são usadas, por meio de quais técnicas corporais, como se desfazem das roupas, como elas deixam de ser usadas, como saem de moda, sendo reclassificadas (GONÇALVES, 2005, p. 23).

Pensando nisso, o presente estudo busca discutir as reflexões desenvolvidas acerca da temática do vestuário após o uso utilitário, mais precisamente, a importância da presença dele em instituições museológicas, considerando-o como testemunho de sua época, e também como fator em potencial, ligado diretamente a evocação de reminiscências. Entende-se que o objeto

⁴ Teresa Cristina Toledo de Paula lá em 2006 trazia em seus estudos, “no Brasil, ainda hoje, pouco sabemos sobre as coleções de tecidos preservadas nos museus: origem, natureza e abrangência ainda aguardam futuras pesquisas. Somente o estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem revelado coleções e histórias surpreendentes como as da Chácara da Baronesa, em Pelotas, ou a coleção, única, de trajes de banho, no balneário de Torres” (PAULA, 2006, p. 254).

têxtil⁵ também pode vir a concentrar informações de diferentes tempos, como o caso de quando ele é passado de geração para geração, mas neste estudo, o foco será nos objetos têxteis conservados e preservados em instituições museológicas.

Visto que, o vestuário é um elemento presente na maioria das culturas, e faz parte do nosso dia a dia, vivenciando e construindo junto ao seu portador uma linha temporal, onde ambos experienciaram as mesmas situações, Simili (2016) evidencia que:

As potencialidades das roupas nas pesquisas históricas sugerem múltiplos caminhos e abordagens. [...] Captar e acompanhar nas roupas os fluxos das mudanças históricas, sociais e culturais em diferentes tempos e espaços; dimensionar as histórias do vestir e das vestimentas que as indumentárias dos personagens carregam e comunicam; perceber os processos de significação do vestuário desenvolvidos pelas pessoas nas relações sociais, bem como as linguagens simbólicas que movimentam os usos das vestes, instituem-se como recursos para explorar os vestuários nas narrativas históricas (SIMILI, 2016, p. 237).

Diante disso, a investigação desta pesquisa concretizou-se através da análise de estudos de caso brasileiros, como o acervo têxtil do Museu da Baronesa, situado na cidade de Pelotas, ao sul do Rio Grande do Sul; o paletó do pijama que o ex-presidente da República Getúlio Vargas utilizou na noite de seu suicídio, peça pertencente ao acervo do Museu da República,⁶ localizado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, onde era a morada de Getúlio enquanto presidente; e o vestido de Maria Bonita, pertencente ao acervo do Museu Histórico Nacional, peça esta que havia perdido as informações de referência, não sabiam nem a quem pertencia (ABREU, 2002).

Sobre o primeiro caso, o acervo têxtil do Museu da Baronesa possui mais de 800 itens, datados entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Que expõem as modas e os costumes da elite pelotense em determinado período, dentre elas, fardas militares, paramentos religiosos, roupas íntimas, vestidos de baile e acessórios diversos. Enquanto o paletó do pijama do ex-presidente da República materializa uma memória nacional (POLLAK, 1989), através da musealização deste objeto. Em contrapartida, a história do vestido da Maria Bonita chamou atenção por trazer de certa forma o descaso com peças de vestuário mantidas em acervo, visto que, estava esquecido na reserva técnica e mantinha-se em anonimato (o vestido).

⁵ “O termo têxtil, bastante amplo, abrange, em nosso caso, todos os tecidos - planos ou não - produzidos em determinado momento histórico e toda a enorme diversidade de objetos produzidos a partir desses tecidos” (PAULA, 1994, p. 301).

⁶ <http://museudarepublica.museus.gov.br/>

Não se sabe sobre a perda de informações referentes ao vestido de Maria Bonita, assim como outros objetos têxteis que passam pela mesma precarização de conservação e preservação, se são ocasionadas por alguma ação de má fé ou se isso acontece devido à desvalorização do vestuário como parte da cultura material, como objeto de acervo nas instituições museológicas. Portanto, ao tomar conhecimento dessas três situações distintas envolvendo objetos têxteis, compreendeu-se que seria válido fazer a análise aqui proposta, devido a situações distintas nos três casos possibilitarem e ocasionarem observações comparativas.

Para dar continuidade a este estudo, é importante compreender as definições de fontes históricas, museologia e musealização. Barros (2020) define como fontes:

Fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história (BARROS, 2020, p. 1).

Para Waldisa Guarnieri (1979), “a museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento” (GUARNIERI, 1979, p. 78). Já a musealização, para Roque (2010), é caracterizada por:

Um procedimento de transferência: o objecto é retirado do espaço operacional, que lhe era próprio e para o qual fora criado, e é-lhe conferida uma nova funcionalidade, essencialmente visual ou estética, a que se anexa uma intenção pedagógica (ROQUE, 2010, p. 49).

Partindo das definições dos conceitos basilares para o entendimento desta pesquisa, podemos nos aprofundar nos estudos de caso selecionados para exemplificar o estudo aqui desenvolvido.

O papel das instituições museológicas e a musealização de objetos têxteis

As instituições museológicas dignificam as ações humanas, preservando referências culturais que permitem a construção de processos históricos e identitários; também, valorizam os espécimes da natureza, despertando o interesse sobre o meio ambiente e consagram a elaboração artística e o pensamento científico (BRUNO, 2006, p. 119).

A definição de instituição museológica trazida por Cristina Bruno evidencia a relevância que estes lugares de memória possuem à preservação do passado no presente pensando no

futuro. Conhecer e estudar os processos históricos e identitários nos permite compreender comportamentos, costumes e culturas de diferentes épocas vivenciadas pela humanidade.

Complementando, Cristina Bruno (2006) ressalta que:

Os museus são lugares da memorização, tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também evidenciam preconceitos e dogmas sobre as manifestações culturais (BRUNO, 2006, p. 121).

Azzi (2016) ressalta que:

O museu se apresenta sobretudo como mediador da relação entre cultura e sociedade, e não como um autoritário produtor de sentidos, permitindo-se novas linguagens que aproximem diferentes gerações e tempos históricos, fazendo uso de materiais capazes de alcançar simultaneamente crianças, jovens e adultos (AZZI, 2016, p. 267).

Estas instituições são, “o tempo e o espaço que as sociedades têm constituído para a preservação das suas representações” (BRUNO, 2006, p. 121). Entende-se o museu como o local que preserva objetos que representam o passado de tal sociedade, sociedade está que a instituição ou as políticas de preservação buscam representar, vê-se a importância em conservar e preservar o vestuário de diferentes épocas, pois é o testemunho que fornece informação de diversos segmentos diferentes como mencionado inicialmente. Toledo

Azzi (2016) também contribui trazendo a relação da historiografia e a importância da presença do vestuário nas instituições museológicas:

Se a historiografia tradicional se dedica a contemplar eventos, datas, fatos e personalidades, a roupa ou o acessório no museu remetem paralelamente ao individual e ao coletivo, ao cotidiano, à vivência do período, às dificuldades, às sensações do evento, provocando imediatamente empatia no público (AZZI, 2016, p. 265).

Corroborando com Azzi (2016), Simili (2016) aponta que “a historiografia da moda pode auxiliar no conhecimento e compreensão acerca da incorporação das roupas como documento histórico e como observatório da vida social, cultural e política” (SIMILI, 2016, p. 241), incorporar objetos de vestuário a historiografia,⁷ proporciona um aumento significativo à área de pesquisa voltada à cultura material, pois nos livros tradicionais de história da moda, utilizados nos cursos de formação dos profissionais da área de moda, concentrando informações ainda de uma história da moda eurocentrada, Andrade (2021) recentemente reflete sobre a

⁷ Estudo e descrição da história.

história da moda apresentada nas salas de aula como, “a história do vestir ensinada é uma história parcial que foi tomada como universal” (ANDRADE, 2021, p. 22).

Pensando neste estudo, voltado aos objetos têxteis que são considerados frágeis, deterioram-se com o tempo e se não estão acondicionados de maneira adequada, ocasiona-se a aceleração da sua degradação, diminuindo o tempo de vida da peça. Portanto, “o curador de museu tem duas opções de filosofia e de trabalho: dar prioridade à conservação das peças ou à sua exposição” (GUARNIERI, 1979, p. 79). Um exemplo de objeto têxtil musealizado que frequentemente é retirado de exposição e acondicionado na reserva técnica a fim de prolongar sua vida útil é o paletó do pijama usado pelo ex-presidente da República Getúlio Vargas na noite em que se suicidou.

Preservar tal peça significa preservar a memória nacional (POLLAK, 1989). O paletó do pijama possui um furo de bala e a mancha de sangue, e é considerado uma das peças mais emblemáticas da exposição “Saio da vida para entrar na memória”, que foi realizada entre os anos de 2014 e 2015. Diante da importância do objeto à preservação da memória de uma personalidade ilustre, a exposição dessa peça vem sendo de curta duração, visando desacelerar a degradação do tecido, visto que, é um material que em exposição prolongada a um acondicionamento não tão ideal como a grande incidência de luz, a umidade relativa do ar e a temperatura do ambiente, pode vir a acarretar numa má conservação, portanto, a peça passa mais tempo na reserva técnica, acondicionada de forma adequada, do que exposta ao público, como prevenção de risco.

Porém, considerando o caso exposto, o cuidado com a peça e o tipo de objeto que foi musealizado, artigo pessoal de um personagem histórico, é importante compreender que o museu é um espaço de disputa e interesse político (BRUNO, 2006). Maria Célia Santos (1996) aponta que:

O Estado brasileiro tem sido, ao longo dos anos, o principal mentor e “feitor” das instituições museais, o que, naturalmente, nos leva a analisá-los através do conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que têm orientado a política oficial do governo (SANTOS, 1996, p. 22).

Diante disso, vale ressaltar a importância da interação com a sociedade, para além dos grupos pertencentes às elites, visto que, escutar as demandas da comunidade, bem como, identificar as formas de representação que o museu pode servir a estas pessoas é parte fundamental da instituição. Já dizia Varine-Bohan (2008):

É necessário se perguntar qual é o lugar que a sociedade ocupa nesses museus, se ela os considera como verdadeiros meios de desenvolvimento, ou se ela os

deixa em um lugar de consumação cultural, para proveito das elites do território, dos grupos escolares enquadrados e dos turistas (VARINEBOHAN, 2008, p. 12).

É importante que, de tempos em tempos, seja realizada uma análise sobre os objetos em exposição e a forma como estão expostos (por exemplo, quais e como as informações estão disponibilizadas junto ao objeto), se estes continuam a representar a sociedade atual, contextualizando de forma esclarecedora as reais intenções de manter certos objetos em exposição enquanto outros não possuem o mesmo cuidado e espaço, como o caso do vestido da Maria Bonita.

Retratar o descaso com algumas peças de vestuário enquanto outras possuem acondicionamento adequado evidencia que ainda não existe um padrão ideal para o cuidado de objetos de tal categoria, mas há também a questão de investimento, pois, alguns museus podem vir a receber maiores investimentos do que outros, bem como, alguns acervos podem possuir uma quantidade maior de objetos a serem acondicionados, o que dificultaria a um tratamento igualitário entre os objetos têxteis independente de qual acervo pertencesse.

O caso do vestido de Maria Bonita chega a ser chocante, logo uma peça de uma das personagens mais famosas do cangaço nordestino, que se encontrava abandonado. Através de um pesquisador que contactou o museu e descreveu a peça minuciosamente, foi possível identificar a peça e tirá-la do esquecimento, voltando a compor exposições (ABREU, 2002), onde é seu lugar por direito, pensando na história nacional. Mas como uma peça, pertencente a uma personagem tão importante do imaginário coletivo brasileiro, perde-se de tal forma? É de se questionar as formas de conservação e preservação dos têxteis. Teresa Cristina Toledo de Paula (2006) fala sobre a dificuldade de explicar sobre uma categoria negligenciada:

O tecido, como assunto museológico, desperta tão pouco interesse, que fica mesmo difícil explicar àqueles não especialistas no assunto, a dimensão da falta de informação, o pouco que os acervos preservados informam, o quase tudo que está faltando: a dimensão do hiato (PAULA, 2006, p. 296).

Em contrapartida, ao falar do acervo têxtil do Museu da Baronesa, apontado anteriormente por Paula (2006), que é rico e diversificado em suas peças, de acordo com Bachettini, Gastaud e Serres (2017), “tem sofrido um processo de deterioração pela ação do tempo, condições climáticas e ação humana, agravados pela falta de políticas de conservação” (BACHETTINI; GASTAUD; SERRES, 2017, p. 157). As pesquisadoras ainda complementam evidenciando a importância na conservação adequada do acervo para a comunidade pelotense, “a adequada conservação deste acervo é imprescindível para a manutenção da memória artística

da região, e da própria história da comunidade pelotense” (BACHETTINI; GASTAUD; SERRES, 2017, p. 157). Através da pesquisa, pode-se perceber que houve o planejamento e execução de melhorias no acondicionamento destas peças, e no ano vigente há uma nova movimentação do acervo do museu para que sejam realizadas melhorias na estrutura do local.

Visto que o Museu da Baronesa e seu acervo, servem como fonte de pesquisa para inúmeros estudantes, entende-se a importância de um museu com têxteis de épocas passadas da sociedade de determinado lugar, porém, nota-se que são poucas as cidades que investem nesse tipo de preservação da história local. Apesar da ideia de o museu ser fomentadora de conhecimento, há um outro aspecto intrigante. Em pleno século XXI o museu segue os ideais do pioneiro na área museológica nacional, Gustavo Barroso, primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, atuante na área de museologia, que fundou o primeiro curso de museologia do país em 1979, idealizador de que a conservação e a preservação estavam ligadas a ideia da sociedade e amar a pátria e ao passado, Barroso deixava evidente a intenção de tornar os museus instituições de elite começando pela seleção dos objetos expostos (SANTOS, 1996).

O vestuário musealizado possui grande importância e representatividade para tal sociedade, visto que, é um testemunho significativo de costumes e culturas de sociedades passadas, e exposto ao público, cada visitante terá uma leitura sobre o objeto. Sobre a comunicação do museu e a interação com o visitante, “a recepção da mensagem resulta numa leitura e numa interpretação individualizada e diferente de indivíduo para indivíduo” (ROQUE, 2010, p. 59). Guarnieri (1979) complementa:

Num mundo cheio de tensões, em que as nações e os povos atravessam diferentes estágios em tempos sociológicos nitidamente desiguais e dos quais, cada vez mais, se tem consciência, numa época em que o homem se sente cada vez mais solitário e alienado, e mais consciente de sua finitude, cabe ao museu ser o reintegrador, o elemento de compreensão e o agente da Utopia (GUARNIERI, 1979, p. 85).

Vale refletir como se apropriar de algo tão rico que é o campo da museologia, e utilizar-se da musealização de determinados têxteis para representar a sociedade como um todo. Visto que, são objetos que a comunidade, ao entrar no museu, poderiam identificar-se rapidamente, pois eles usufruem do vestuário diariamente.

Andrade (2021) evidencia, “a formação de coleções têxteis nos museus tem um papel importante para os estudos sobre vestuário” (ANDRADE, 2021, p. 19), a autora também aponta que a história do vestir possui várias vertentes, mas devido a influência europeia, acaba-se estudando através da maior parte da bibliografia existente, uma história da moda eurocentrada,

e esse influência na formação de pesquisadores da história da moda, pode ser algo que se estende aos as seleções realizadas nos museus.

Considerações finais

Os três casos distintos apresentados neste estudo, sobre objetos têxteis em acervos brasileiros, evidenciam a necessidade de reformular a política de seleção do que conservar, preservar, acondicionar e expor ao público. Se antes, o que era guardado eram os vestuários mais pomposos e das elites, hoje deve-se repensar a forma de representar a sociedade como um todo através do que é musealizado. Desde o vestuário mais simples até o mais elaborado, dos tecidos refinados aos comuns, da silhueta volumosa e ornamentada a mais retilínea. Adereços de todas as classes sociais, se preservados, possibilitarão que estudos sobre a história da moda sejam efetuados de forma mais completa.

Vale ressaltar que, este estudo não é uma crítica ao que está sendo feito atualmente nas instituições museológicas nacionais, pois, acredita-se que sejam nas melhores intenções e estejam sempre em aprimoramento. Porém, é importante que haja uma melhoria tanto no compartilhamento de informações de objetos de vestuário quanto na seleção do que guardar para as futuras gerações, visto que, todo o vestuário é digno de estudo, todas as classes, épocas, costumes merecem ser perpetuadas na história nacional e na memória oficial, de forma que a sociedade se sinta representada unanimemente, cada conjunto de indivíduos com seus respectivos objetos têxteis.

É importante também, considerar como algo de extremo valor, a interação com a sociedade, a consulta popular e saber como eles querem ser representados, também é de grande importância inserir nas atividades referentes à educação patrimonial, assuntos pautados na categoria de objetos “vestuário”. Como forma de fazê-los compreender a importância de preservar e conservar algo que está tão próximo ao nosso corpo, de forma que, pensando nas gerações futuras, eles conheçam o que está sendo produzido pela sociedade hoje.

Também entende-se que o vestuário utilizado por personagens importantes da história, são objetos característicos de perpetuar suas histórias vivas, visto que, o vestuário é o primeiro objeto que avistamos junto ao sujeito, marca a presença junto de quem o usa, acontecimentos importantes requerem roupas adequadas a ocasião, logo, preservá-las, como é feito com o paletó do pijama do ex-presidente, o objeto que esteve junto a ele no momento de seu suicídio, é uma forma de preservar na história esse fato marcante vinculado ao sujeito que vivenciou.

Portanto, pode-se concluir que, enquanto na atualidade podemos observar a diferença de conservação e preservação atribuída a objetos de vestuário, de acordo com os personagens que estes objetos representavam, entende-se da importância de encontrar um padrão para cuidar destes objetos e expô-los. Visto que, estes objetos são fontes riquíssimas para estudo de pesquisadores que tenham como objetivo investigativo, saber sobre costumes, comportamento, consumo, hobbies de determinada sociedade ou sobre algum personagem específico.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. O vestido de Maria Bonita e a escrita da História nos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**. v. 34, 2002. p. 189-194.

ANDRADE, Rita Morais de. O vestuário como assunto: um ensaio. ANDRADE, Rita Morais de; CABRAL, Alliny Maia; CALAÇA, Indyanelle Marçal Garcia di (org.). **O vestuário como assunto: perspectivas de pesquisa a partir de artefatos e imagens**. [recurso eletrônico]. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. (Coleção Desenredos v. 13).

AZZI, Christine Ferreira. Do avesso: a roupa no museu e na ação educativa. **Revista Musas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, v. 2, n. 7, p. 264-267, 2016.

BACHETTINI, Andréa Lacerda; GASTAUD, Carla Rodrigues; SERRES, Juliane Conceição Primon. A Reserva Técnica do Museu da Baronesa. BACHETTINI, Andréa Lacerda; LEAL, Noris Mara Pacheco Martins (org.). **Anais da Semana dos Museus da UFPel**: 2015, 2016, 2017. Pelotas: UFPel, 2018. p. 157-167.

BARROS, José D'Assunção. Será a história uma ciência: um panorama de posições historiográficas. **Inter-legere**. v. 3, n. 27, jan/abr, p. 1-29, 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (org.). **As Várias Faces do Patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 119-140.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan/jun, p. 15-36, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e museu. **Jornal O Estado de São Paulo**, 1979. Acervo: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp/SP).

MUSEU DA REPÚBLICA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://museudarepublica.museus.gov.br/>>. Acesso em 13/04/2021.

NACIF, Maria Cristina Volpi. O vestuário como princípio de leitura do mundo. **XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2007, São Leopoldo. Anais [...]. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007, p. 1-10.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. Conservação de Têxteis Históricos: uma bibliografia introdutória. **Anais do Museu Paulista**. v. 2, São Paulo, 1994, p. 301-319.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. Tecidos no museu: argumentos para uma história das práticas curatoriais no Brasil. **Anais do Museu Paulista**. v. 14, n. 2, São Paulo, 2006, p. 253-298.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. Comunicação no Museu. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (org.). **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. 01ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v.1, 2010, p. 47-68.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “identidade nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. v. XXX, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-36.

SIMILI, Ivana Guilherme. As roupas como documentos nas narrativas históricas. **Patrimônio e Memória**. Assis, v. 12, n. 1, jan/jun, p. 237-261, 2016.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: um balanço crítico. BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões pedagógicas**. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. p. 11-20.

Anna Amélia: feminismo brasileiro à luz de um arquivo pessoal

Alessandra Nóbrega Monteiro,¹ UFRJ
Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa,² FGV

Resumo

Em combate ao silenciamento feminino dos registros históricos, o presente trabalho tem por objetivo central apresentar o arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça sob a luz da primeira tendência do feminismo, sobretudo das décadas de 1920 e 1930, no Brasil. A partir da seleção de documentos digitalizados do arquivo pessoal depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), abordaremos a militância feminista da titular segundo a ótica do conceito de *feminismo bem-comportado* da historiadora Céli Regina Jardim Pinto. Nossas expectativas com esse artigo são promover a visibilidade dos arquivos pessoais de mulheres e, em tempo, estimular a pesquisa científica nacional sobre mulheres e feminismos brasileiros.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Feminismos; Gênero.

Abstract

In the fight against the female silencing of historical records, the present paper has as main objective to present the personal archive of Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça in the light of the first tendency of feminism, especially between the 1920s and 1930s, in Brazil. Based on the selection of digitalized documents from the personal archive hosted at the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (FGV CPDOC), we will approach the holder's feminist militancy according to the perspective of the *well-behaved feminism*, concept of the historian Céli Regina Jardim Pinto. Our expectations with this article are to promote the visibility of women's personal archives and, in time, to stimulate national scientific research on Brazilian women and feminisms.

Keywords: Personal Archives; Feminisms; Gender.

Introdução

Depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), o arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (AACM) é composto por sete séries, dentre elas, *Militância Feminista* (AACM mf). Esta representa um aporte importante de fontes sobre o movimento e a ação feminista no Brasil, contendo documentos que demonstram a atuação de Anna Amélia na busca por direitos femininos e na defesa de uma maior autonomia da mulher na sociedade brasileira e no mundo.

¹ Alessandra Monteiro (alessandranmonteiro@gmail.com) é graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da mesma universidade. Atuou como estagiária no Programa de Arquivos Pessoais (PAP) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC) entre 2018 e 2020.

² Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa (costa.annab@outlook.com) é graduanda em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC) e bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Atuou como estagiária do Programa de Arquivos Pessoais (PAP) da mesma instituição entre 2018 e 2020.

Em termos institucionais, Anna Amélia integrou diversas entidades, com destaque para o cargo de vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), onde trabalhou na gestão de Bertha Lutz, e de presidente da Casa do Estudante do Brasil (CEB), entidade fundada no final da década de 1920. Dentre as pautas das quais fez parte estão a conquista do voto feminino, a presença das mulheres no ensino superior, o debate sobre o divórcio e a integração entre o Brasil e outros países no que tange as demandas das mulheres. Por esse ângulo, a titular foi nomeada como Delegada do Brasil no XII Congresso Feminino (Istambul, 1935), foi indicada pelo presidente Getúlio Vargas para representar o país na Comissão Interamericana de Mulheres (Washington, 1942), participou da Conferência Internacional sobre a Tarefa da Mulher na Batalha pela Paz e Desenvolvimento (Jerusalém, 1964) e firmou relações com outras ativistas em torno de uma aliança pan-americana focada nos direitos civis e políticos das mulheres.

Diferentemente de outros fundos femininos do CPDOC, o arquivo pessoal de Anna Amélia não veio como anexo do arquivo de seu esposo, Marcos Carneiro de Mendonça. Sua trajetória vai além do perfil de *filha de, esposa de, mãe de*, constituindo um acervo em que a titular é a protagonista (MONTEIRO et al., 2019). Além disso, o arquivo de Anna Amélia foi o primeiro a ser organizado e disponibilizado para a consulta após a inclusão do marcador de gênero na linha de acervo do CPDOC, em 2015 (MONTEIRO et al., 2019). Na medida em que evidenciamos a relevância do fundo AACM nesse trabalho, gostaríamos, em uma perspectiva mais ampla, de chamar a atenção para um problema grave, cuja abordagem também constitui o nosso intuito com o presente artigo, dentro dos arquivos e registros históricos: o silêncio feminino.

O arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça: A pessoa

Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça nasceu no Rio de Janeiro, em 1896, e faleceu em 1971. Uma das três filhas do casal José Joaquim de Queiroz e Laura Machado de Queiroz, sendo José Joaquim de Queiroz o engenheiro proprietário da Usina Siderúrgica Queiroz Júnior (antiga Usina Esperança), em Minas Gerais. Em 1917, casou-se com Marcos Carneiro de Mendonça e, do matrimônio, deu à luz a três filhos: Márcia Cláudia Carneiro de Mendonça, José Joaquim Carneiro de Mendonça e Bárbara Heliodora – expoente crítica teatral, ensaísta, tradutora e, segundo a crítica intelectual, uma das maiores autoridades brasileiras em literatura shakespeariana (MONTEIRO et al., 2019, p. 82).

Poetisa, tradutora, escritora e ativista política. Além de ter sido colaboradora em diversos jornais cariocas como *O Globo*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite* e a revista *O Cruzeiro* (MONTEIRO et al., 2019, p. 82), Anna Amélia publicou, dentre vários livros: *Poesias*, um compilado de poesias de sua autoria (ver AACM lit 1911.09.18), e *Quatro pedaços do planeta no tempo do zeppelin* (ver AACM lit 1972.07.15), um relato da viagem de zeppelin, de 1935, que realizou com o marido e a filha mais velha, Márcia Cláudia, pela África, Ásia e Europa. No campo político, a titular foi uma das fundadoras da Casa do Estudante do Brasil (CEB), em 1929, ocupando a presidência vitalícia da instituição, além de ter contribuído com pequenos financiamentos estudantis (ver AACM me 1928.10.02). Ainda, ativa militante do movimento feminista sufragista: vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) ao lado da presidenta Bertha Lutz, Anna Amélia foi uma das participantes da luta pelo voto feminino no Brasil – conquistado em 1927, no Rio Grande do Norte, e em 1932, em todo o território nacional.

Embora bastante da sua contribuição à conquista dos direitos das mulheres esteja expressa nos discursos públicos que escrevia (ver AACM mf 1936.03.11) e na correspondência que trocava com outras mulheres militantes,³ parte considerável dos documentos referentes aos direitos das mulheres são a respeito de eventos internacionais: por exemplo, Anna Amélia foi indicada duas vezes como representante do Brasil em eventos internacionais pelo presidente Getúlio Vargas, a primeira vez em 1935, no XII Congresso Feminino em Istambul (ver AACM mf 1935.04.18), e a segunda vez em 1942, na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em Washington (ver AACM mf 1942.07.15). Para além da Era Vargas, Anna Amélia também representou o país em 1964, na Conferência Internacional sobre a Tarefa da Mulher na Batalha pela Paz e Desenvolvimento em Jerusalém, Israel.

Era, também, com o marido, proprietária do Solar dos Abacaxis, famoso palacete histórico de arquitetura neoclássica localizado no bairro do Cosme Velho, na cidade do Rio de Janeiro (ver AACM vpr 1944.03.29). O casal Carneiro de Mendonça promoveu o lar a um ponto de encontro de artistas e intelectuais da época. Inclusive, a denominação de “Solar dos Abacaxis” ocorreu devido às grades das sacadas da fachada, que são todas adornadas de pequenos abacaxis de ferro. Além de colecionadora de joias, obras de arte, pratarias e objetos valiosos em geral (ver AACM vpr 1925.07.00), dois últimos fatos interessantes sobre a poetisa

³ Sugerimos que os leitores investiguem os quatro dossiês da série *Militância Feminista* (AACM mf), já que em todos pode-se encontrar alguma troca de correspondência que mesmo que possa, às vezes, deixar a desejar em matéria de conteúdo, por outro lado, compensa na informação do remetente que pode revelar o nome de uma outra personalidade feminista de destaque.

são que: como homenagem, seu nome e o nome do seu pai foram emprestados a duas Escolas Municipais do Rio de Janeiro, uma é a E.M. José Joaquim de Queiroz Junior no município de Praça Seca e, a outra, é a E.M. Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça no município de Bangu; e, segundo, em homenagem póstuma, em 1975, a Casa do Estudante do Brasil ergueu um busto em bronze de Anna Amélia em um largo em frente à sede da instituição – rebatizando o lugar de “Praça Ana Amélia” (com apenas um “n” mesmo), localizada próxima à Igreja Santa Luzia, no Centro do Rio de Janeiro. Destacamos que o arquivo AACM contém um álbum de fotografias a respeito da inauguração da Escola Municipal José Joaquim de Queiroz Junior e outro álbum fotográfico sobre a inauguração do busto em homenagem póstuma, embora, devemos alertar, até o presente momento as fotografias do arquivo não encontram-se digitalizadas, tornando a consulta disponível apenas presencialmente.

O arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça: o arquivo

O arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça foi doado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC) em 2010 por Priscilla Scott Bueno, neta da titular. Oito anos mais tarde, em 2018, teve a sua organização concluída e foi liberado para a consulta pública pela FGV CPDOC, que, em 2020, disponibilizou os documentos digitalizados no portal da instituição. O arquivo reúne cerca de 5 mil documentos textuais, além de um pouco mais de 300 fotografias de distintos períodos da vida de Anna Amélia. O fundo foi organizado em sete séries temáticas a respeito da atuação de Anna Amélia, são elas: *Recortes de Jornais*; *Documentos Póstumos*; *Vida Privada*; *Literatura*; *Militância Feminista*; *Militância Estudantil*; e, finalmente, *Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos*. Abaixo, segue uma tabela com informações a respeito da organização do arquivo.

Série	Sigla da Série	Descrição
<i>Recortes de Jornais</i>	AACM rec	Recortes de jornais diversos sobre a titular.
<i>Documentos Póstumos</i>	AACM pos	Cartas de pesar enviadas aos familiares de Anna Amélia pelo seu falecimento
<i>Vida Privada</i>	AACM vpr	Documentação de caráter pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça
<i>Literatura</i>	AACM lit	Documentos sobre a relação de Anna Amélia com o campo literário, com

<i>Militância Feminista</i>	AACM mf	<p>destaque para poesias, textos, traduções e livros de sua autoria.</p> <p>Documentos sobre a atuação de Anna Amélia na luta pelos direitos da mulher, com destaque para debates sobre a questão sufragista, saúde feminina e a importância da atuação política da mulher em tempos de guerra. Inclui documentos sobre a participação da titular como delegada no Congresso Feminino em Istambul e na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).</p>
<i>Militância Estudantil</i>	AACM me	<p>Documentos sobre a Casa do Estudante do Brasil (CEB), sobre a Casa do Estudante do Brasil na Cidade Universitária de Paris e documentos sobre a atuação de Anna Amélia no campo da educação.</p>
<i>Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos</i>	AACM pca	<p>Documentos sobre a participação e colaboração de Anna Amélia em diversas instituições como os Institutos Históricos, museus, associações culturais e educativas.</p>

Fonte: MONTEIRO et al., 2019, p. 85.

Como pode-se observar a partir dos dados da tabela, o fundo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça tem múltiplas possibilidades além da luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Como exemplos, temos a luta pelos direitos estudantis expressa na série *Militância Estudantil* (AACM me); a atuação da titular enquanto poetisa, tradutora e escritora, bem como sua relação com o meio literário brasileiro da primeira metade do século XX, na série *Literatura* (AACM lit); e registros a respeito da atuação pública de Anna Amélia enquanto membra ou colaboradora de instituições, associações e órgãos diversos, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e a Associação Brasileira de Educação (ABE), na série *Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos* (AACM pca).

Para o objetivo desse trabalho, selecionamos a série *Militância Feminista* (AACM mf). A série é dividida em quatro dossiês temáticos: AACM mf 1927.09.09, que trata de documentos referentes a eventos nacionais e internacionais, que discutiam a “questão da mulher” (como era falado naquela época), dos quais a titular participou; AACM mf 1935.04.18, dossiê sobre o XII Congresso Feminino em Istambul, de 1935, da qual a titular participou como Delegada do Brasil; AACM mf 1936.03.11, que reúne discursos e textos da autoria de Anna Amélia e outras militantes feministas a respeito da “questão da mulher” no Brasil e no mundo; e, por último, AACM mf 1942.07.15, dossiê que reúne correspondência e documentos diversos referentes à Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) de 1942, realizada em Washington, da qual a titular foi nomeada como representante do Brasil pelo presidente Getúlio Vargas.

Dos quatro dossiês que compõem essa série, selecionamos dois documentos do dossiê AACM mf 1936.03.11 para análise: a *Crônica de Atualidade*, ou, “Chronica de Actualidade”, do dia 11 de Março de 1936 e do dia 15 de Abril de 1936. São dois textos distintos que a titular produziu para veiculação em uma rádio nacional, com distância de um pouco mais de um mês entre o primeiro e o segundo – a *Crônica de Atualidade* do dia 15 de Abril é, aliás, documento anexo da *Crônica* do dia 11 de Março. Escolhemos esses documentos porque compreendemos que eles revelam aspectos característicos da primeira tendência do feminismo brasileiro, comum na primeira metade do século passado, os quais são do nosso interesse investigar – e o faremos em breve.

Primeiro, sigamos para a militância feminista de Anna Amélia.

Militância Feminista

Retomando o que apontamos na seção anterior, a série *Militância Feminista* (AACM mf)⁴ é composta por quatro dossiês: AACM mf 1927.09.09, AACM mf 1935.04.18, AACM mf 1936.03.11 e AACM mf 1942.07.15. O primeiro refere-se sobretudo a eventos, de porte nacional e internacional, voltados para a “questão da mulher”, incluindo documentos como convites e agradecimentos à Anna Amélia. O segundo contém documentos sobre o XII Congresso Feminino⁵ em Istambul (1935), onde Anna Amélia atuou como delegada do Brasil nomeada pelo presidente Getúlio Vargas. O terceiro reúne textos de Anna Amélia e terceiros

⁴Os documentos aqui explicitamente mencionados foram consultados virtualmente no portal da FGV CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

⁵Adotamos a terminologia “XII Congresso Feminino” por ser a expressão presente no resumo do dossiê AACM mf 1935.04.18. De acordo com o documento de nº 2, datado com o período do congresso (18-25 de abril de 1935), do dossiê AACM mf 1935.04.18, o nome completo do evento era *XIIº Congres de l’Alliance Internationale pour le Suffrage et l’Action Civique et Politique des Femmes* (em tradução livre: XIIº Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio e Ação Cívica e Política das Mulheres).

sobre a “questão da mulher” e figuras femininas de destaque na sociedade brasileira. Por fim, o quarto possui documentos sobre a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Apresentaremos elementos centrais de cada um desses dossiês a seguir.

Dentre os documentos do dossiê AACM mf 1927.09.09, por exemplo, há uma espécie de folheto da conferência “La mujer y su influencia en el futuro de un paiz” (1927), ministrada pelo tenente-coronel chileno Agustin Benedicto no Automóvel Clube do Brasil no Rio de Janeiro (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1927.09.09, nº 2, 15 set. 1927). Tal material contém retratos impressos de diversas figuras, como Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Jerônima Mesquita, e ressalta:

Las Señoras de la aristocracia, cediendo por otra parte a los nobles impulsos de sus corazones, han creado diversas instituciones, en bien de las clases necesitadas para aliviar su triste situación, y, además para hacer un noble uso de su tiempo y de su dinero (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1927.09.09, nº 2, 15 set. 1927).⁶

Em relação a esse trecho, é importante observar como as mulheres de elite são enquadradas em um posto de complacência, com os seus “nobres impulsos de seus corações” e pensando no “benefício das classes necessitadas”. Aqui, as instituições criadas por tais mulheres, “senhoras da aristocracia”, aparecem como meios solidários e como uma boa ocupação para o tempo e a fortuna das mesmas.

Ainda nesse dossiê, há registros sobre outro momento importante da atuação feminista de Anna Amélia: a Conferência Internacional sobre a Tarefa da Mulher na Batalha pela Paz e Desenvolvimento,⁷ que ocorreu em Jerusalém, Israel, em 1964. Segundo uma correspondência de Golda Méir enviada a Anna Amélia (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1927.09.09, nº 21, 25 ago. 1964), o objetivo da conferência era reunir mulheres que atuassem em pautas públicas no mundo, com o intuito de promover um intercâmbio de ideias sobre quais papéis poderiam ser desempenhados pelas mulheres para solucionar problemas enfrentados pela humanidade. No documento de programação do evento, por exemplo, há debates previstos sobre *Sharing Responsibilities*: a. in social affairs; b. in economic life; c. in politics, *Fulfilment through Education e Women in the Vanguard of Peace* (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC,

⁶Em tradução livre: “As senhoras da aristocracia, cedendo por outro lado aos nobres impulsos do seu coração, criaram várias instituições, em benefício das classes necessitadas para aliviar a sua triste situação, e, também para fazer uso nobre do seu tempo e de seu dinheiro”.

⁷Tradução literal do nome do evento, conforme o documento de nº 29, datado de 3 de março de 1965.

AACM mf 1927.09.09, nº 25, 29 nov. – 6 dez. 1964).⁸ Diante disso, percebe-se que Anna Amélia tinha um bom reconhecimento internacional.

Além disso, o dossiê AACM mf 1935.04.18 acentua a importância pública de Anna Amélia em relação às pautas femininas. Conforme mencionamos anteriormente, o eixo temático desse dossiê é o XII Congresso Feminino, que ocorreu em Istambul, na Turquia, em 1935, no qual Anna Amélia foi enviada como delegada do Brasil nomeada pelo presidente Getúlio Vargas. Em adição aos dados de estrutura, o documento de programação do evento apresenta informações interessantes sobre a descrição da *Union des Femmes Turques* (União das Mulheres Turcas) e a Declaração de Princípios proposta pela diretoria, cujas medidas foram agrupadas em cinco premissas: *Political Rights, Economic Rights, Moral Rights, Legal Rights* e *Peace and the League of Nations* (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, 1935.04.18, nº 1, 18-25 abr. 1935).⁹ Há também um documento que explicita parte da organização do congresso, mencionando, dentre outros elementos, o comitê executivo e os principais temas que seriam abordados no evento: o sufrágio feminino e os direitos políticos dos dois sexos, a cooperação entre Oriente e Ocidente e a igualdade das condições de trabalho para homens e mulheres (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, 1935.04.18, nº 2, 18-25 abr. 1935).

Por sua vez, o dossiê AACM mf 1936.03.11 está atrelado a diferentes produções intelectuais. Em relação aos textos de terceiros, por exemplo, há *O papel da mulher no desenvolvimento nacional* de autoria de Mrs. Mildred Marcy (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 11, impresso em nov. 1965), *A evolução da família e os direitos da mulher* de autoria de Zeia Pinho Rezende (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 12 A1, 1969) e *Women and the post-war world* de autoria de Katharine Mills (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 15, sem data). Sobre as produções de Anna Amélia, além da *Crônica de Atualidade*, que trataremos adiante, destaca-se a publicação *A mulher do Brasil*, na seção *Feminismo*, na qual a autora argumenta enfaticamente:

Eu amo com todo o meu affecto as mulheres de todo o Brasil. Amo-as pelo espirito e pelo sentimento, pelas características que fazem de todas nós irmãs de uma mesma família e pelas circunstancias que nos separam como

⁸Em tradução livre: “*Compartilhando responsabilidades*: a. em assuntos sociais; b. na vida econômica; c. na política, *Realização pela Educação e Mulheres na Vanguarda da Paz*”.

⁹Em tradução livre: “*Direitos Políticos, Direitos Econômicos, Direitos Morais, Direitos Legais e Paz e a Liga das Nações*”.

estranhas [...] (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 17, sem data).

Nesse excerto, Anna Amélia aponta uma semelhança entre as mulheres brasileiras: existem determinadas características que as fazem serem “irmãs de uma mesma família”. Esse argumento de similitude, de natureza e/ou de origem comum referente às mulheres é um recurso recorrente em certos discursos da autora sobre a situação feminina no Brasil.

Ademais, o dossiê AACM mf 1942.07.15 está voltado para a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Notoriamente, um documento importantíssimo desse conjunto é o de nomeação de Anna Amélia para representar o Brasil na CIM, assinada pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1942.07.15, nº 1, 15 jul. 1942). Nesse dossiê, encontra-se também um texto, sem título, com as propostas estabelecidas pela representante brasileira na Comissão, como por exemplo, a adoção do português, do inglês e do francês, em adição ao espanhol, como idiomas oficiais das reuniões, a defesa de igualdade em salário e em direitos para homens e mulheres e o debate de pautas sobre a guerra – a exemplo da vitória contra o Eixo, da junção da justiça social e da amizade internacional para a formação da paz e uso e aproveitamento de mulheres convocadas para cooperar com o conflito a partir de seus talentos individuais (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1942.07.15, nº 30, nov. 1942). Outro documento interessante é a crônica *O Congresso Interamericano de Mulheres*, que ressalta a importância da atuação de Anna Amélia na CIM:

Na segunda semana de novembro próximo, será realizado em Washington, o Congresso da Comissão Interamericana de mulheres, do qual participarão algumas das mais eminentes figuras do mundo feminino do nosso continente [...]. O Brasil estará representado nesse Congresso pela senhora Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, fundadora e presidente da Casa do Estudante, vice-presidente da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino e de outras instituições culturais e artísticas. A senhora Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça é uma figura preponderante no cenário social brasileiro e sua presença assegura, de antemão, o êxito da representação brasileira (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1942.07.15, nº 11, 23 de out. 1942).

Por fim, em termos de militância feminista, consideramos importante destacar a atuação de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça como vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A organização foi fundada em 9 de agosto de 1922 e tinha como objetivo a ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres a partir de uma perspectiva reformista, envolvendo a valorização feminina por meio do reconhecimento da

atuação da mulher na esfera pública e privada (TORRES et al., 2009, p. 2). Desde o início, a Federação tinha um caráter elitista, uma vez que era composta por mulheres dos estratos mais altos da sociedade brasileira, a exemplo de Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Carmem Velasco Portinho e Maria Luiza Bittencourt (TORRES et al., 2009, p. 2). Essa posição de prestígio das integrantes era usada estrategicamente para a consolidação da agenda e das reivindicações que a instituição defendia: “A FBPF se aproveitava da inserção e do prestígio social dessas mulheres e das sócias mais atuantes, buscando alcançar seus objetivos através do estreitamento das relações com os poderes estabelecidos” (TORRES et al., 2009, p. 2-3). Contudo, essa não era uma tarefa fácil:

Para alcançar seus objetivos, as feministas da Federação tinham que enfrentar um duplo desafio. De um lado estruturar uma entidade de caráter nacional, que almejava ocupar o lugar central de porta-voz das questões feministas no país, e que fosse reconhecida como tal pelas autoridades competentes, possuindo, principalmente, uma estratégia clara, eficiente e efetiva de ter abraçada cada uma de suas reivindicações. Do outro, legitimar-se com a sua base de sustentação – as mulheres –, incentivando-as a participar do movimento (TORRES et al., 2009, p. 5).

Mediante a conjuntura de sua criação, a bandeira mais cara da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi o sufrágio das mulheres. Nessa pauta, o estado do Rio Grande do Norte foi pioneiro: neste, o voto feminino foi estabelecido em 1927, ao passo que, em âmbito nacional, tal conquista foi outorgada pelo Código Eleitoral de 1932. Todavia, a atuação da Federação estendia-se para além do pleito: de acordo com o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV CPDOC), a instrução da mulher, a legislação do trabalho feminino e a proteção às mães e à infância eram pautas importantes para a instituição. Dessa forma, ao longo dos anos, as integrantes da FBPF mobilizaram-se por reivindicações em diferentes áreas sociais, tendo a mulher como escopo principal. Em particular, Anna Amélia foi uma grande ativista da Educação: foi presidente vitalícia da Casa do Estudante do Brasil (CEB), elegeu-se como Rainha dos Estudantes do Brasil, argumentou pelo ingresso da mulher no ensino superior e defendeu a tese *Mulher Cidadã*. Nas palavras de Céli Jardim Pinto:

A luta pelo direito ao voto da mulher chegou ao seu fim em 1932, quando o novo Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada. Mas a FBPF não diminuiu suas atividades nos primeiros anos da década de 1930: tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz para a Constituinte de 1934; pressionou parlamentares para incluírem na Constituição novos direitos para a mulher; promoveu uma convenção nacional na Bahia, que pretendia dar nova estrutura hierárquica e burocrática à federação com o objetivo de transformá-la em uma grande organização nacional. É bastante curiosa a forma como a federação pretendia se organizar: além de uma

estrutura fortemente hierarquizada com uma presidente, uma líder nacional e secretárias estaduais, foi indicado com detalhes o ritual que os encontros deveriam seguir, incluindo a execução de hino próprio. Também foi criada uma simbologia, com bandeira, distintivo e flor oficiais (PINTO, 2003, p. 28).

Diante disso, percebe-se o quanto a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) consistia em uma instituição altamente organizada. Na série *Participação e Colaboração em Órgãos e Institutos* (AACM pca), há registros específicos sobre as atividades administrativas da FBPF: por exemplo, há o documento “Resumo das atividades da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino de 9 de agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966”, que contém informações sobre eventos, como a eleição da nova diretoria e a reunião social na qual Bertha Lutz, Anna Amélia e Ruth Barbosa Goulart relataram suas viagens, e o movimento financeiro da instituição, com receita e despesa da mesma (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM pca 1926.10.13, nº 51, 9 ago. 1966). Há também outro documento sobre a FBPF que aborda a Assembleia Bienal de 1966, na qual comemorou-se os 44 anos de existência da Federação (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM pca 1926.10.13, nº 52, 11 out. 1966).

Feminismos brasileiros

Antes de abordar a *Crônica de Atualidade* (1936), cabe uma breve revisão para localizarmos historicamente tal documento. Lembremos que o voto feminino brasileiro havia sido conquistado há quatro anos, em 24 de fevereiro de 1932 com a publicação do Decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório; que em 1936, a Itália já havia assumindo a ditadura fascista há catorze anos, a Alemanha nazista sediava os Jogos Olímpicos (numa tentativa de promoção da identidade supremacista ariana a qual, diga-se de passagem, foi frustrada pela vitória do atleta afroamericano Jesse Owens) e, ainda no mesmo ano, a Guerra Civil Espanhola marca o início da ditadura franquista em território espanhol; e, por último, que a Segunda Guerra Mundial terá início, segundo a historiografia tradicional, dali a três anos, em 1939. Assim, assuntos relativos à diplomacia internacional e à paz universal eram temas comuns na década de 1930.

Nesse sentido, *Crônica de Atualidade* (1936) expressa perfeitamente as demandas do momento histórico: a reafirmação da inclusão da mulher no cenário político e as aflições a respeito da iminência de uma nova guerra mundial. Em adição, o documento aponta muitíssimo bem, na nossa avaliação, as demandas do feminismo “bem-comportado”, nas palavras da historiadora Céli Jardim Pinto, do movimento sufragista brasileiro. Expliquemos. Em *Uma*

história do feminismo no Brasil (2003), Céli Jardim Pinto destaca as principais tendências do feminismo brasileiro, situando-as em dois momentos distintos: “o primeiro, do final do século XIX até 1932, é o período tratado no primeiro capítulo; o segundo, do feminismo pós-1968, abordados nos outros três capítulos” (OTTO, 2004, p. 238). O feminismo da primeira metade do século XX tem, segundo a ótica da historiadora, duas tendências: o *feminismo bem-comportado* e o *feminismo malcomportado*.

A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Luz. Chama essa tendência de feminismo “bem-comportado” para sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher. Nesse sentido, a luta para a inclusão das mulheres à cidadania não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade (OTTO, 2004, p. 238-239).

Para a autora, o feminismo “bem-comportado” tem as principais características de ser uma vertente elitista, homogênea e conservadora (sendo cada uma das qualidades resultado da anterior). A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) é uma das maiores expressões do feminismo “bem-comportado” e mesmo o perfil socioeconômico das membras revela esse caráter elitista e homogêneo: “a maioria das mulheres que mais se destacaram na federação (...) tinha pais intelectuais, militares e políticos ou dedicados a profissões urbanas de elite, como medicina, direito, engenharia” (PINTO, 2003, p. 25); e, sobre essa afirmação, o cientista e intelectual brasileiro Adolfo Lutz, pai de Bertha, e o engenheiro proprietário de uma usina siderúrgica José Joaquim de Queiroz, pai de Anna Amélia, não podem contrariar. Eram mulheres com uma específica combinação de privilégios, o econômico e o intelectual, que por isso mesmo tinham uma confortável liberdade de trânsito na elite política da época. E porque o alvo da pressão do feminismo “bem-comportado” era precisamente a elite política, justificava-se o caráter conservador da luta: o discurso buscava um tom moderado para não associar o movimento feminista brasileiro às *suffragettes*, “que ameaçavam quebrar as vidraças da Avenida, demonstrando sua oposição a certas medidas que caracterizavam o feminismo inglês e norte-americano em determinadas fases” (SOIHET, 2000, p. 100) e garantindo não tocar em questões sensíveis para o conservadorismo da elite política.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar

nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26).

Já o feminismo “malcomportado” é a segunda tendência. É uma vertente mais heterogênea de mulheres que, para além do direito eleitoral, defendem também o direito à educação e “abordam temas que para a época eram delicados, como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio” (PINTO, 2003, p. 26). Céli Pinto fala, ainda, em uma terceira vertente intitulada “o menos comportado dos feminismos”, comum especificamente no Partido Comunista e no movimento anarquista brasileiro, tendo Maria Lacerda de Moura como expoente.¹⁰ Aliás, companheira de luta de Bertha Lutz, juntas as duas contribuíram com a fundação da *Liga pela Emancipação Feminina*, em 1919, até a dissociação de Maria Lacerda de Moura por divergências políticas internas.

Embora o destaque desse artigo seja o feminismo “bem-comportado” de Anna Amélia, consideramos cauteloso assinalar duas ressalvas a respeito do nosso recorte: o primeiro é que abordamos Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça avaliando-a a partir de sua condição econômica, de *status* e de raça, localizando-a e a sua produção textual dentro de um conjunto de privilégios, além de um contexto histórico; o segundo ponto é que o estudo da luta pelos direitos das mulheres não finda em recortes tradicionais. Tratando-se da trajetória do feminismo no Brasil, é mais justo falar em “feminismos”, preferindo o plural, no lugar de “feminismo”, preterindo o singular. Por essa mesma razão, as perspectivas, as agendas e as abordagens da luta feminista são múltiplas e interseccionais, conferindo uma tarefa deliciosamente inesgotável a quem quiser e puder investigar os feminismos brasileiros.

Vamos enfim à análise da *Crônica de Atualidade*, do dossiê AACM mf 1936.03.11, buscando expressões do feminismo “bem-comportado”.

Ce que femme veut, Dieu le veut

Do francês para a nossa língua: “O que uma mulher quer, Deus quer”. É o provérbio que Anna Amélia escolhe para iniciar a *Crônica de Atualidade*,¹¹ discurso veiculado em uma rádio nacional para os dias 11 de Março de 1936 (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro

¹⁰ Para combater o apagamento e silenciamento histórico que sofre a anarcofeminista, recomendamos a entrevista *Maria Lacerda de Moura: trajetória de uma rebelde* (disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a12.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2020) e, para uma investigação mais minuciosa, a edição fac-símile comentada do seu livro *A mulher é uma degenerada* (disponível em <https://tendadelivros.org/marialacerdademoura/wp-content/uploads/2020/03/MulherDegenerada_final_OK.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2020).

¹¹ Nas citações que destacamos da *Crônica*, adaptamos certos termos para a norma atual da língua portuguesa com o intuito de facilitar a compreensão do leitor. Por exemplo, nos documentos originais, o leitor encontrará “fallar” no lugar de “falar” e “microphones” no lugar de “microfones”.

de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936) e 15 de Abril de 1936 (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936). A poetisa apresenta um relato a favor da emancipação feminina por meio da ressignificação dos comportamentos, das imagens e das expectativas socialmente atribuídas às mulheres (MONTEIRO et al., 2019, p. 83). Aqui, vamos destacar alguns trechos que julgamos interessantes e, brevemente, analisá-los segundo o contexto histórico nacional e internacional, localizando-os dentro do conceito de *feminismo bem-comportado*, da historiadora Céli Jardim Pinto, apresentado anteriormente.

A *Crônica de Atualidade* aparenta ser uma das primeiras pronúncias de uma mulher em uma rádio brasileira. Não à toa, Anna Amélia inicia seu monólogo com ativa, mas bem-humorada, provocação:

Desde que o mundo é mundo que os homens acusam as mulheres de falar demais. Nos romances antigos, nas anedotas de sucesso, nos salões de nossos avôs, no tempo dos almanaques e das folhinhas, não têm conta as coisas engraçadas ou sem graça, que foram ditas em torna da loquacidade feminina. (...)

A verdade é que esse ataque à língua feminina não era propriamente uma censura – era um pouco de inveja. E no desejo de falar mais, de superar a mulher, multiplicando as palavras e alargando o alcance da voz, o homem inventou o rádio. Era uma vitória esmagadora. Qual a comadre indiscreta ou a vizinha intrigante que poderia propalar com a mesma rapidez a malícia de um boato? Agora sim, valia a pena falar. Mas a mulher não estava disposta a ceder à primazia e instalou-se junto aos microfones. (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936)

Na segunda pronúncia à rádio, do dia 15 de Abril, a titular começa em tom mais ameno. Observemos os primeiros parágrafos:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino comemorou ontem com um almoço de confraternização, a data Pan-Americana.

Essa reunião de mulheres em torno da ideia da paz é bem uma garantia de que a paz pode existir.

“Ce que femme veut, Dieu le veut”, diz um provérbio da doce língua de Musset. E desta vez a mulher quer com mais entusiasmo do que nunca (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936, grifo da autora).

A fim de defender os dois interesses, a reafirmação da inclusão das mulheres enquanto agentes políticos (com o direito de eleger e serem eleitas) e a necessidade de manutenção de relações internacionais pacíficas, todo o discurso de *Crônica de Atualidade* parece ser produzido para reafirmar e conjugar as duas questões. Uma das preocupações da poetisa parece

ser, em primeiro lugar, validar a inclusão das mulheres na vida política – direito conquistado no Brasil em 1932. Vejamos um dos trechos:

Depois que o feminismo é uma realidade, a paz universal não é mais impossível. Ela há de vencer os homens, como um filtro suave e envolvente, ensinando-os a amar em todos os povos, outros homens capazes dos mesmos ideais e do mesmo amor (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936).

Se há quem diga que a emancipação política feminina é incompatível com a ideia de uma sociedade em harmonia, a poetisa garante o caminho contrário: na realidade, a emancipação política feminina é condição indispensável para a manutenção da diplomacia internacional. Atenção ainda para os atributos que Anna Amélia confere à “paz universal”: “como um filtro suave e envolvente”, ora, consideramos não estarmos enganadas em supor que a titular propõe a paz universal enquanto um acordo mutuamente adotado por todas as sociedades (e não enquanto uma imposição, da ideia de pacifismo, de uma sociedade às outras). Tal proposta, no mínimo, é característica de um ensaio filosófico de Thomas More – embora não seja do nosso interesse avaliar a doutrina filosófica que Anna Amélia era adepta. A fala, enfim, contribui para a validação do sufrágio feminino conquistado em 1932 ao mesmo tempo em que está em consonância com as aflições históricas do momento pré-guerra.

Na primeira pronúncia, do dia 11 de Março, Anna Amélia também aproxima as ideias de “feminismo” e “pacifismo”. Em um comentário sobre o cenário nacional brasileiro, diz a titular que: “Antigamente, quando era moda dizer que as mulheres falavam demais, dizia que o Brasil estava à beira de um abismo. Agora ele está à beira de vários ismos” (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936, grifo da autora). Elenca alguns “ismos” brasileiros, como “o socialismo, o nacionalismo” e “o profissionalismo e o amadorismo”, “para não falar no nudismo que é a tendência da moda” (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936). Nas palavras da autora:

Mas, já que três minutos de rádio não chegam para comentar tudo isso e ainda olhar para o mundo todo, onde há a mesma complicação em escala maior, vamos escolher um ismo que, ao lado do feminismo, seja a razão destas palavras, um ismo que felizmente está bem vivo entre as mulheres do Brasil e que talvez cultivado com heroísmo, possa um dia, como eu desejaria agora, mais do que nunca, florescer por todo o mundo: o pacifismo (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936, grifos da autora).

A respeito desses dois trechos, de Março e Abril, nota-se que há um cuidado da poetisa em associar as duas ideias: feminismo e pacifismo. Associando-os enquanto elementos complementares, e não opostos, Anna Amélia ratifica uma militância feminista que não propõe opor-se às normas de relações de gênero, antes, reafirma a natureza binária dos gêneros, feminino e masculino, a fim de atingir seus objetivos. Dessa forma, ela atende aos critérios do feminismo “bem-comportado”, que não questionava a dominação masculina e, tampouco, afirmava uma postura “radical” como os movimentos feministas estrangeiros.

Também, afirma e reafirma uma “natureza”, uma “essência” feminina marcando o tom moderado e conservador do feminismo “bem-comportado”. Contudo, incorpora os signos de dominação para ressignificá-los a favor da emancipação política das mulheres: se a “natureza da mulher”, passiva e emocional (em contraposição à “natureza do homem”, ativa e racional), é discurso justificativo para excluí-las da esfera pública, “Anna Amélia defende pontualmente o contrário: é justamente pela sua docilidade e por prezar pela paz que a mulher deveria ter um maior protagonismo social” (MONTEIRO et al, 2019, p. 84). Vejamos:

A mulher quer a paz com todo o seu espírito e todo o seu coração. Quer a paz porque só lhe interessa o que é belo, o que é sereno, o que é harmonioso. E a guerra é a negação da ternura, e a ternura é a mais características das qualidades da mulher (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936).

A respeito da “essência feminina”, a titular afirma duas vezes o caráter pacifista das mulheres em rádio nacional. Primeiramente, Anna Amélia indicou esse pacifismo na *Crônica de Atualidade* de Março, quando pronunciou: “Que a primeira crônica de mulher levada por estas ondas poderosas para a amplitude de todas as distâncias, seja apenas um desejo, mas um desejo profundo de todas as mulheres: o desejo da paz” (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1, 11 mar. 1936). Aqui, cabe atenção ao aspecto universal que Anna Amélia confere ao discurso: “todas as mulheres”. A autora aponta essa dimensão pela segunda vez na *Crônica* de Abril:

Eu nunca pude compreender como é que existem homens que conseguem não viver em paz com as mulheres. Penso que as mulheres, pacifistas por índole e convicção, se às vezes se revelam um pouco belicosas deve ser apenas por reflexo do temperamento dos homens, que há tanto séculos se habituaram a ter como dominadores (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936).

O que a narrativa hegemônica das opressões pretende omitir é que no momento em que se afirma a natureza de uma outra identidade, reafirma-se, por consequência da lógica binária

de identidade, a natureza da própria identidade – a hegemônica.¹² Nesse caso, ao passo que afirmamos uma “natureza feminina”, por consequência da lógica binária de gênero, reafirmamos também uma “natureza masculina” e, nos termos da poetisa, na medida em que as mulheres são “pacifistas por índole e convicção”, os homens são, em contraponto, belicosos “por índole e convicção”. Ademais, Anna Amélia adianta-se às réplicas: “[...] se às vezes [as mulheres] se revelam um pouco belicosas deve ser apenas por reflexo do temperamento dos homens [...]” (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936). Ainda que as mulheres não apresentem-se pacifistas a todo momento “deve ser apenas por reflexo” à “natureza masculina” que tem o mau hábito do autoritarismo, uma vez que os homens “[...] há tanto séculos se habituaram a ter como dominadores” (*ibidem*). Anna Amélia, enfim, opera uma inversão dos signos de dominação e converte a “natureza da mulher” em um instrumento útil à política nacional e internacional atendendo, no entanto, ao critério de localizar a inclusão das mulheres à política “como um complemento para o bom andamento da sociedade” (OTTO, 2004, p. 239). Este é o penúltimo parágrafo do documento:

Entreguem às mulheres a solução dos desentendimentos internacionais, e verão como se ensina aos povos, a tolerância e o bom senso. Nada de canhões atreadores, gases asfixiantes, bombardeios aéreos. Mas palavras sinceras, corações abertos, mãos leais abertas para um gesto fraternal (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936).

Por fim, “Ce que femme veut, Dieu le veut”. Consideramos que o provérbio inocente contém, nas entrelinhas, uma proposta radicalíssima: é vontade divina a emancipação política e a liberdade das mulheres. Ir contra a emancipação política e a liberdade das mulheres significa, nessa equação, ir contra Deus. Para nós, o provérbio e, também, todo o conteúdo do discurso são um conjunto de ideais atrevidíssimos que, no entanto, atendem aos critérios do feminismo “bem-comportado” – o qual, embora seja limitado por um recorte socioeconômico e racialmente privilegiado, lançou mão de táticas criativas de subversão na medida em que reafirmava os signos de dominação, “pacifistas por índole e convicção”, para conquistar objetivos que escapam à subordinação, “Entreguem às mulheres a solução dos

¹² No artigo *Vidas e Saberes periféricos como Potências Transgressoras*, Mariane Biteti e Marcelo Moraes referem-se a esse aspecto, nos termos do filósofo Jacques Derrida, como *efeito de viseira*: “ao desmistificarmos o mundo dos segredos do pensamento universal europeu, que esconde o seu lugar num flerte metafísico, percebemos que a Europa sempre jogou com o efeito de viseira, procurando ver sem ser vista, uma tentativa de fazer reproduzir uma soberania absoluta, de um outro absoluto”. Em poucas palavras, “não vemos quem nos olha”.

desentendimentos internacionais, e verão como se ensina aos povos, a tolerância e o bom senso” (Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC, AACM mf 1936.03.11, nº 1 A, 15 abr. 1936).

Os documentos da *Crônica de Atualidade* são registros textuais de dois discursos veiculados em rádio nacional em 1936 por Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Ambos os textos têm tom moderado: zela-se pela paz, afirma-se uma natureza binária de gêneros, legitima-se a manutenção das relações de gênero e reafirma-se o papel social feminino (e, para repetir outra vez, sendo cada uma das qualidades resultado da anterior). Os documentos de AACM mf 1936.03.11 atendem ao critério moderado do feminismo “bem-comportado”, bem como revelam o lugar de fala de quem discursa: elitista. Somado a isso, reforçam a conquista de cidadania garantida pelo decreto 21.076 (1932) e traduzem satisfatoriamente um anseio do recorte histórico: a tensão política anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Não somente esses documentos de AACM mf 1936.03.11, mas todos os outros do dossiê, todos os outros dossiês de *Militância Feminista* (AACM mf) do arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e todas as séries do arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça revelam, em menor ou maior escala, algum traço do feminismo brasileiro “bem-comportado” da primeira metade do século XX.

Considerações Finais

O arquivo pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça constitui um importante marco por ter sido o primeiro arquivo feminino organizado após a inclusão do marcador de gênero na linha de acervo do CPDOC (MONTEIRO et al., 2019). Apesar do presente artigo ter como temática principal a militância feminista de Anna Amélia, gostaríamos de destacar que esse não é o único recorte possível, o público pode explorar as potencialidades desse fundo de diferentes formas, como por exemplo, a partir da literatura, da causa estudantil e do viés institucional.

A respeito da militância feminista, gostaríamos de destacar dois apontamentos: o primeiro é que a atividade política da titular é um assunto múltiplo e complexo e pode ser encontrado, com mais ou menos expressividade, em todos os dossiês do arquivo, e não apenas na série *Militância Feminista* (AACM mf). Sugerimos a quem se interessar pelo assunto que explore, por exemplo, a série *Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos* (AACM pca), pois lá encontrará documentos e registros diversos a respeito da atividade política e pública da titular. O segundo é que consideramos fundamental ressaltar que o arquivo de Anna Amélia revela o protagonismo público de uma mulher, demonstrando a relevância e a

magnitude da atuação dela por uma perspectiva que extrapola a ótica de *filha de, esposa de, mãe de* (MONTEIRO et al., 2019). Com isso, procuramos analisar os principais aspectos do feminismo de Anna Amélia, que, conforme explicitamos anteriormente, possui uma relação direta com o estrato socioeconômico e os anseios da elite na qual a titular enquadrava-se. Nesse sentido, partimos da categoria de *feminismo bem-comportado*, elencada por Céli Jardim Pinto, para localizar tal feminismo historicamente e em diálogo com os documentos presentes no arquivo pessoal da poetisa.

Assim, julgamos útil adiantarmo-nos às críticas: não é nossa intenção ir de encontro ao *feminismo bem-comportado* de Céli Pinto; ao contrário, nosso intento é reforçar o conceito e acrescentá-lo: feminismo “bem-comportado” não significa passividade. No mesmo sentido, o silêncio feminino dos registros históricos não significa passividade das mulheres ao regime patriarcal. Se existiu alguma verdadeira Amélia, nos termos do dicionário *Aurélio*, em 1970, uma “mulher que aceita toda sorte de privações e/ou vexames sem reclamar, por amor ao seu homem”, (FERREIRA, 2010 *apud* FARIA, 2014, p. 106), só existiu no samba de Ataulfo Alves e Mario Lago. Na realidade, a submissão nunca foi um adjetivo que coube ao sexo e ao gênero feminino. Diante disso, as titulares dos arquivos pessoais, embora encontrassem-se todas submissas a uma sociedade violentamente misógina e racista, não estavam resignadas – mais uma vez, subordinação não significa necessariamente passividade. A “simples” existência de seus arquivos, seus arranjos e suas múltiplas leituras (tanto por profissionais da área da Arquivologia quanto por pesquisadoras e pesquisadores) são a contraprova de um mito que se refere às mulheres como *simples* adornos de seus esposos.

Ao fim, convidamos mulheres, mulheres-pesquisadoras e toda a gente historicamente relegada ao campo da subordinação e da marginalização à investigação e ressignificação dos silêncios, dos silenciamentos e das lacunas históricas; que são, ao fim e ao cabo, raízes da manutenção de discursos e práticas opressivas e repressivas. *Ce que les gens veulent, Dieu le veut.*

Referências Bibliográficas

Arquivo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, FGV CPDOC: AACM mf 1927.09.09, AACM mf 1935.04.18, AACM mf 1936.03.11, AACM mf 1942.07.15 e AACM pca 1926.10.13. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acessado em 23 de agosto de 2020.

BITETI, Mariane. MORAES, Marcelo. Vidas e saberes periféricos como potências transgressoras. **Tlalli. Revista de Investigación en Geografía**. Universidad Nacional Autónoma de México, ano 1, n. 2, p. 79-96, jul./dez. 2019.

FARIA, Amanda. Amélias: Imagens da Mulher de Verdade na Canção de Ataulfo Alves. **Revista Brasileira de Estudos da Canção**, Natal, n. 6, p. 104-124, jul-dez. 2014.

FGV CPDOC. Verbete Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>>. Acessado em 25 de ago. de 2020.

MONTEIRO, Alessandra; COSTA, Anna Beatriz; ALVES, Carolina; MENDES, Juliana. Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). **Anais digitais do IX Seminário de Saberes Arquivísticos**. 2019. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/ixsesa/ixsesa/paper/view/4634>>. Acessado em 6 de ago. de 2020.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, ago. 2004.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97-117, 2000.

TORRES, Aline; MONTEIRO, Beatriz; OLIVEIRA, Carolina de; FONTES, Leonardo Augusto; MOURELLE, Rodrigo; LIMA, Sergio. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. **Anais digitais do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**, 2009. Disponível em: <http://www.coloquioconesul.ufsc.br/rodrigo_cavaliere.pdf>. Acessado em 23 de ago. de 2020.

Uma cidade sobre duas rodas: Ciclismo e gênero em Belém do Pará (1890-1910)

João Arnaldo Machado Gomes,¹ UFPA
Laura Camila Silva da Silva,² UFPA

Resumo

A chegada da bicicleta em Belém no início dos anos 1890 representou a inserção de um elemento que ajudou a produzir novas formas de sociabilidades. Como veículo de transporte, esporte e lazer, sua imagem, associada ao momento de riqueza e ostentação que a cidade vivenciava, foi utilizada como produto de movimentação do mercado e símbolo de progresso e modernidade. Notícias presentes em diversos jornais da época, divulgadas em suas seções esportivas e informes cotidianos dão uma ideia do uso disseminado que o veículo alcançou nos anos de 1890 a 1910, bem como dos debates entre autoridades da medicina que expunham algumas restrições de uso, em especial, às mulheres, as quais, já se fazendo presentes em passeios e modalidades específicas de competição, tiveram que lidar com algumas limitações na prática ciclística.

Palavras-chave: Bicicleta; Ciclismo; Gênero; Belém.

Abstract

The arrival of the bicycle in Belém in the early 1890's represented the insertion of an element that helped to produce new forms of sociability. As a vehicle for transport, sport and leisure, its image, associated with the moment of wealth and ostentation that the city was experiencing, was used as a product of market movement and a symbol of progress and modernity. News present in several newspapers of the time, published in its sports sections and daily reports give an idea of the widespread use that the vehicle reached in the years 1890 to 1910, as well as the debates between medical authorities that exposed some restrictions of use, in particular, to women, who, already taking part in outings and specific modalities of competition, had to deal with some limitations in cycling practice.

Keywords: Bicycle; Cycling; Gender; Belém.

Introdução

Ao fazer memória da última década do século XIX, em edição do jornal *Folha do Norte* de abril de 1909, um articulista, identificado apenas por Eurico (pseudônimo, provavelmente), refletindo sobre a efemeridade da moda no mundo dos esportes, lembra o deslumbre causado pela chegada da bicicleta em Belém. Segundo relata, mesmo a cidade já contando com variados espaços de lazer e entretenimento, foi um “entusiasmo indescritível” a sensação causada pelo aparecimento da máquina, a qual, por meio de um “espalhafatoso reclame”, rapidamente tornou-se conhecida e desejada por indivíduos de todas as classes sociais, a ponto de se lhe render uma espécie de “culto de quase idolatria”. Pelas avenidas, sob os “olhares múltiplos da

¹Doutorando em História Social da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFPA). Contato: joao01gomes@gmail.com

²Graduada em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Contato: lauracamilahist@gmail.com

multidão”, ciclistas com “gâmbias de aço” que produziam força de pulsão à máquina ao girar dos pedais, concentrados com “religiosa atenção” nas oscilações do seu movimento, desfilavam pelas avenidas da cidade em “marcha vertiginosa”.³

“Até mesmo entre as nossas formosas patrícias viram-se depressa entusiásticas adeptas do revolucionário esporte”⁴ – lembra Eurico, ressaltado uma certa coragem na iniciativa dessas mulheres que, não se importando com os possíveis comentários que poderiam provocar em virtude da inédita e escandalosa imagem de mulheres no comando de máquinas, não deixaram de aderir ao “impulso da moda”. De fato, em se tratando da moral social do final do século XIX, conduzir uma bicicleta exigia coragem das mulheres, antes de tudo, em vista do posicionamento necessário para o exercício de locomoção da máquina, incomum para elas. Mas ainda assim, em 1909, as memórias de Eurico, não reportando à lembrança ciclistas ousadas, atentas e competitivas, montadas em vertiginosas velocidades, limitam-se a descrever moças delicadas “deslizando graciosamente” pelas ruas da cidade a um compasso lento de bicicletas que, em marcha reduzida, eram movimentadas por “pezinhos [...] pousados placidamente sobre os límpidos e reluzentes pedais”.⁵

De lazer, esporte e inserção de mulheres na prática de esportes: O uso das bicicletas em Belém

Com razão, Eurico descrevia a “moda” da bicicleta como promotora de mais um divertimento esportivo em uma cidade que já contava com a prática de diversas modalidades de esportes entre as opções de lazer da população, como as touradas realizadas na arena do Coliseu Paraense,⁶ as corridas à cavalo, na pista do Jockey Club⁷ e as regatas a remo, na baía do Guajará.⁸ Modalidades que, embora vinculadas simbolicamente à modernidade por seu caráter de disciplinarização e desenvolvimento corporal, tinham suas práticas baseadas em uma técnica que se revelava no controle humano sobre animais e elementos da natureza, diferenciavam-se do ciclismo que, como uma nova modalidade de esporte que era introduzida no cotidiano da cidade, tecnicamente se exprimia pelo exercício do controle humano sobre uma máquina.

³Da bicicleta ao tiro. *Folha do Norte* (Belém), 05/04/1909.

⁴Da bicicleta ao tiro. *Folha do Norte* (Belém), 05/04/1909.

⁵Da bicicleta ao tiro. *Folha do Norte* (Belém), 05/04/1909.

⁶ Sobre touradas e Coliseu Paraense, ver: (SARGES, 2010, p. 201-218); (SARGES, 2010, p. 121-140).

⁷Notas Sportivas. *Folha do Norte* (Belém), 10/04/1896. Também conhecido como Prado Paraense ou Prado de São João, pertencente à associação Sport Club do Pará.

⁸Festejos de 15 e 16 de Novembro. *A Pátria Paraense* (Belém), 25/09/1894.

Em um contexto de avanço científico e tecnológico no qual a engenharia se consolidava cada vez mais por meio de técnicas de controle do homem sobre a natureza, o domínio da mecânica, que transformava a máquina em importante instrumento de superação dos limites do tempo e das distâncias por meio da interação entre artificial e natural, revela outro aspecto importante para o entendimento do ciclismo em sua representação simbólica da modernidade, que é o da relação entre uma máquina – a bicicleta, um produto industrializado composto de mecanismos sofisticados – e o homem – o corpo humano, considerado pelos cientistas da época, como uma outra máquina bem mais complexa (GOIS JÚNIOR, 2013, p. 107). Desse modo, a bicicleta aparecia não apenas como mais uma novidade entre as opções que os esportes ofereciam no final do século XIX, mas também como um símbolo daquele momento dominado pela ideologia do progresso e da modernidade.

Partindo dessas premissas, e pela constatação de novas experiências sensoriais que se tornaram possíveis com o final do século – como o aumento da velocidade adquirida pela potencialização de aceleração dos veículos –, que permitiram a superação de limites e a prática de proezas, tratando-se da bicicleta e do ciclismo esportivo como modalidade mais comum de sua prática de uso, o presente estudo pretende analisar como, na cidade de Belém, em pleno ritmo de mudanças urbanas físicas e culturais, se deu a introdução da novidade ciclística na última década do século XIX e primeiras do XX, desdobrando-se, com o auxílio da categoria “gênero”, na busca de um entendimento do porque esse novo esporte, que abria possibilidades mais promissoras de participação feminina, foi também afetado por preceitos sociais que limitaram sua prática mais competitiva às mulheres.

Os textos de nosso interesse foram encontrados em seções variadas de jornais da época, mas especialmente nas que tratavam de notícias relacionadas ao esporte, bem como nas de informes do cotidiano urbano, anúncios de compra, venda e aluguel de bicicletas, e de artigos médicos sobre a relação entre ciclismo e saúde (especialmente, saúde feminina), reproduzidos resumidamente e divulgados para o conhecimento do público leitor belenense sob comentários de articulistas locais. Reconhecendo, no entanto, as limitações próprias dos periódicos enquanto fonte histórica, observamos que em cada artigo, em cada notícia e mesmo em cada anúncio, há representações sobre a nova prática esportiva e sua relação com o masculino e o feminino, com diversificadas funções, segundo os valores morais dos médicos, articulistas e dos anunciantes que, a seu modo e com suas nuances próprias de interesse, também dialogavam com seu próprio tempo.

Em termos de delimitação cronológica, adotamos o recorte historiográfico de 1890 a 1910, particularmente por representar politicamente a consolidação da república em uma cidade

envolta a um processo de crescimento contínuo de sua representação econômica no contexto regional amazônico, o que permitiu uma disseminação das já existentes estruturas esportivas ligadas à prática de lazer das elites e o aparecimento de novas modalidades como o ciclismo, que logo se converteria, ao modo do hipismo e das touradas, em competições organizadas e abertas a um público espectador pagante, movimentando, inclusive, considerados valores em apostas, adquirindo sempre mais um caráter empresarial ao abranger maiores áreas de exploração econômica que iam muito além das simples transações comerciais do produto.

Eurico atribuía esse sucesso a um “espalhafatoso reclame” disseminado principalmente pela imprensa jornalística, onde os anunciantes das marcas como a francesa *Clement* e a americana *Gladiator*, com o objetivo de conquistar sempre mais adeptos, apresentavam suas máquinas como internacionalmente reconhecidas, oferecendo aos aspirantes do novo esporte os mais sofisticados atributos que se podia esperar em matéria de tecnologia, resistência e beleza. A americana *Águia*, por exemplo, à venda na Casa Pekin e amplamente anunciada no jornal *O Pará*, dizia-se ser a “melhor e mais elegante da América do Norte”⁹: “melhor”, por ser tecnologicamente armada com rodas de aros de *aluminiume* demais peças de aço batido delgado; e “mais elegante”, por ter sido reconhecida e pedalada por ilustres personalidades políticas do Ocidente e do Oriente, como o Rei da Grécia e o Príncipe Infante do Japão.

O anúncio da marca, embora estampasse em letras garrafais a visível legenda “PREÇOS AO ALCANCE DE TODOS” como recurso que visava tornar mais atraente economicamente seu produto aos aspirantes do esporte, não fazia referência ao custo da unidade que estava além do poder aquisitivo da maioria da população, formada por indivíduos pertencente a estratos mais pobres da sociedade, por ser um produto importado de preço muito elevado. Dessa maneira, a opção pelo expediente do aluguel, disponibilizado por representantes das marcas com oficinas instaladas na cidade, visava sanar parte do problema da inacessibilidade com preços mais módicos que variavam de 1\$000 (mil réis – hora) a 15\$000 (quinze mil réis – diária).¹⁰ Uma opção que podia poupar o usuário dos gastos com consertos e reposição de peças, também caras por serem importadas.

Assim, as bicicletas se faziam cada vez mais presentes no cotidiano urbano tendo em vista a adesão de novos ciclistas que circulavam pelas ruas e praças ou participavam de passeios em grupos que percorriam trajetos que ligavam o centro da cidade ao Bosque Municipal, no bairro do Marco da Légua. Era a constituição de novas práticas de lazer e sociabilidade em que

⁹Chegaram as Bicycletas “Águia”. *O Pará* (Belém), 04/03/1898.

¹⁰Agencia de bicycletas“Gladiator”. *O Jornal* (Belém), 01/12/1900.

a bicicleta, considerada “uma certidão de elegância do *chic*” pelo articulista do jornal *O Pará*,¹¹ se ajustou à paisagem urbana como elemento de reforço à imagem de modernidade de uma cidade que já ostentava construções imponentes, largas avenidas pavimentadas, iluminação elétrica, extensas linhas de bondes e linha de trem que a ligava ao interior do Estado.

Mandado confeccionar pelo governador José Paes de Carvalho, o *Álbum do Estado do Pará*, de 1899, com fotografias de Felipe Augusto Findanza, entre outras imagens que retratam paisagens do interior do Estado e da capital, tem destacado alguns momentos do cotidiano urbano belenense em que se pode notar o grau de presença que a bicicleta adquiriu na vida urbana do belenense. Conforme mostram as fotografias abaixo, é possível observar alguns ciclistas com suas máquinas figurando tanto no centro da cidade quanto nos seus arrabaldes, para onde seguiam grupos de passeantes em seus maquinários. Mais interessante, porém, é observar como ficou manifesto, nessas fotografias, um lugar de especial destaque para as bicicletas, registradas entre outros elementos símbolos da modernidade naquela época. Na Fotografia 1, por exemplo, vê-se a bicicleta figurando ao lado do suntuoso Teatro da Paz, visível, em parte, pelas suas colunas no lado esquerdo da imagem, enquanto que, na Fotografia 2, são os trilhos da Estrada de Ferro de Bragança que são mostrados avançando pela Avenida Tito Franco (hoje, Almirante Barroso).

Fotografia 1: Ciclistas estacionados na calçada da Praça da República.



Fonte: *Álbum do Pará* (1899), p. 46.

Fotografia 2 - Grupo de garotos ciclistas em frente ao Bosque Municipal.



Fonte: *Álbum do Pará* (1899), p. 38.

¹¹ **Belém Elegante.** *O Pará* (Belém), 09/01/1898.

De uma certa forma, essas imagens, que serviam como meio de divulgação da cidade de Belém, não deixavam também de fazer parte do “espalhafatoso reclame” ao qual Eurico atribuiu importante parte do sucesso da bicicleta. A máquina, já muito presente na imprensa diária em colunas que tratavam sobre ciclismo, ciclistas, velódromos e afins, figurava com certa frequência, inclusive, em anúncios de compra e venda, leilões de bens móveis, e dificilmente era ignorada em seções destinadas a noticiar eventos esportivos. Seções que, além de noticiar eventos locais, também reproduziam notícias de estados brasileiros do sul e informes estrangeiros, ressaltando aspectos positivos e negativos da tecnologia ciclística, bem como seus usos em variados tipos de eventos sociais, alguns, inclusive, pouco convencionais, a exemplo de um séquito de mais de 200 ciclistas que acompanhou o funeral de um “livre pensador do pedal” em Baltimore, nos Estados Unidos, que o articulista do jornal *Correio Paraense* temia virasse “moda” em Belém.¹²

Para seu alívio, a moda do séquito ciclístico chegou a Belém com outras funções. Ao modo de alguns torneios esportivos especiais organizados para comemorar feriados cívicos, como competições de remo realizadas na baía do Guajará em frente à doca do Ver-o-Peso, passeios em grupos e corridas de bicicletas também passaram a figurar nesses dias festivos. Em 1896, o Grupo Velocipédico da Associação Dramática, Recreativa e Beneficente, pioneiro na organização desses eventos em Belém, organizou um torneio entre ciclistas para comemorar o aniversário da Promulgação da Constituição do Estado do Pará.¹³ Três anos depois, o feriado da Proclamação da República no Brasil também mereceu, entre os diversificados eventos comemorativos realizados na cidade, uma corrida especial e passeios de bicicletas organizados por associações e clubes esportivos.¹⁴

Inserida nos calendários esportivo e cívico, a prática do ciclismo também começou a fazer parte de colunas médicas, transcritas de publicações estrangeiras, que colocavam o público belenense a par de debates sobre os benefícios ou danos que o exercício poderia conferir ao corpo humano. Entre a utilidade benéfica da bicicleta para o desaparecimento da hérnia inguinal¹⁵ à intoxicação do ciclista pelo próprio suor expelido durante o exercício,¹⁶ as matérias eram expostas com resultados variáveis, geralmente contraditórios. Nada, porém, mais enfático que a publicação em artigo da tese do médico francês Chambard, na qual, defendendo o uso da

¹²Yankee. **Um sahimento de bicycleta.** *Correio Paraense* (Belém), 06/07/1892.

¹³Cyclismo. *Diário de Notícias* (Belém) 21/06/1896.

¹⁴Sport. *República*, 28/10/1899.

¹⁵Receitas Diversas. *Diário de Notícias* (Belém), 11/05/1898.

¹⁶Notas Sportivas. *O Pará*, 14/07/1899.

bicicleta como um infalível aparelho de cura em diversos casos,¹⁷ ressaltava a prática também como promotora de benefícios nos aspectos fisiológicos, psicológicos, ecológicos e sociais de seus praticantes, ao regular as atividades nervosas, ocupar o espírito, desenvolver o sentimento da natureza e o instinto de sociabilidade, além de possuir uma função pedagógica moral, imprimindo no corpo não somente as marcas do esforço do estilo saudável, mas também, de uma moralidade, como defendia em artigo publicado pelo jornal *Folha do Norte*.

Não será preferível ver um mancebo associado a uma sociedade ciclista do que a um círculo de decadentes ou de jogadores e sabê-lo correndo no campo sobre o veículo inofensivo do que distraíndo o seu aborrecimento nos cafés e nos maus lugares? (Jornalzinho da Moda, *Folha do Norte* (Belém), 20/04/1897, p. 1).

Nesse sentido, dentro de um contexto elitista ao qual os esportes estavam associados, o ciclismo era apresentado pelo médico Chambard como uma opção para o preenchimento do ócio dos jovens de família abastadas quando sua prática é marcada como alternativa oposta a práticas consideradas moralmente nocivas, como participar da roda de jogadores de cartas entre frequentadores de botequins e prostíbulos, espaços propícios ao vício da embriaguez e de frequentes conflitos. Com regras que supostamente controlavam a violência e incutiam uma educação moral de respeito às normas sociais que deviam ser seguidas de forma rígida, o ciclismo, como uma modalidade esportiva reconhecida, por meio do ensino da disciplina e do autocontrole, supunha-se moldar o caráter do praticante, ensinando valores como justiça, obediência, disciplina, competição e cooperação (DUNNING; ELIAS, 1992).

Assim, temos em Belém competições ciclísticas espontâneas com desafios combinados entre duplas ou trio de ciclistas e campeonatos realizados em grupos maiores na pista hípica do Jockey Club. Servindo como teste de força, coragem, capacidade de controle e resistência no desenvolvimento da velocidade, os ciclistas, montados em suas bicicletas, saíam em disparada por percursos de que chegavam a medir 10 quilômetros. Organizados com alguma frequência, amplamente divulgados em cartazes e explorados por associações como o Sport Club do Pará e a Associação Dramática, Recreativa e Beneficente, esses eventos chegavam a reunir cerca de 300 ciclistas que, dias antes, se reuniam em praças como a Batista Campos, Saldanha Marinho e Da República para o *entrenaiment*de preparação para as corridas.

Embora a modalidade das porfias, muito frequente entre ciclistas, inicialmente realizadas nas pistas de corridas do Jockey Club, despertasse o interesse do público por se manifestar como uma competição envolvendo uma série de fatores ligados a superação de

¹⁷Jornalzinho da Moda. *Folha do Norte* (Belém), 20/04/1897.

limites, visível no embate travado com vigor entre os concorrentes como teste de força e perspicácia, consolidava-se também como embate entre os fabricantes das marcas vendidas em Belém na superação entre si em tecnologia, a exemplo das competições com tempo cronometrado para quebra de recordes de velocidade que cada vez mais diminuía o tempo percorrido de um determinado espaço.¹⁸ Com a bicicleta, velocidade se tornava sinônimo de virilidade, onde os recordistas eram festejados entre o público assistente das corridas, aclamados na imprensa com “hurras!” e exaltados com predicados de “heróis”, “destemidos” e “valentes”.¹⁹

Refletindo sobre o caráter masculinizado dos esportes como práticas corporais institucionalizadas, a exemplo das modalidades esportivas como touradas, hipismo, regatas e, posteriormente, o ciclismo, Melo destaca que foram poucas as atividades exercidas pelos homens que, além de oferecerem a alternativa de exercitarem o autocontrole corporal, submetiam os à demonstração pública de desempenho, resultados de um processo de disciplina e de submissão a condições de privação, adquiridos por meio da força física e determinação de espírito nos *entrainaments*, que estabelece não só parâmetros de diferença com as mulheres, como também de identificação intrínsecos ao mundo dos machos (MELO *apud* DEL PRIORE, 2013, p. 140).

Cartazes de anúncios de bicicletas frequentemente reproduziam essa identificação, atribuindo aos ciclistas e às ciclistas presentes nas imagens idealizações consolidadas socialmente com caracteres distintos no manuseio de seus produtos. Em cartaz de divulgação da fabricante francesa “Clement”, por exemplo, demonstrava-se um reforço na associação da imagem do ciclista com a figura masculina e as características que lhes eram tidas como inerentes e positivas, destacando-se a virilidade, os bigodes, os cavanhaques, as peras, as suíças e as barbas como atributos próprios de um exímio condutor de seu produto nas competições de velocidade e resistência (MATOS, 2011, p. 138). Ou seja, enquanto aos homens são relacionadas as características de força, atenção e habilidade na condução da bicicleta em alta velocidade, em cartazes com figuras de mulheres ciclistas, elas são retratadas por uma representante distraída e inábil que, montada no primeiro assento de um tandem (tipo de bicicleta de dois ou mais assentos) segue na “condução” da máquina acompanhada pelo olhar observador de uma figura masculina, ideia que podemos perceber presente nos Cartazes 3 e 4, os quais retratam, respectivamente, uma competição na qual não se pode observar figuras

¹⁸Cyclismo. *Folha do Norte*(Belém), 23/06/1897.

¹⁹Pelo Mundo Sportivo. *O Pará* (Belém), 13/09/1898.

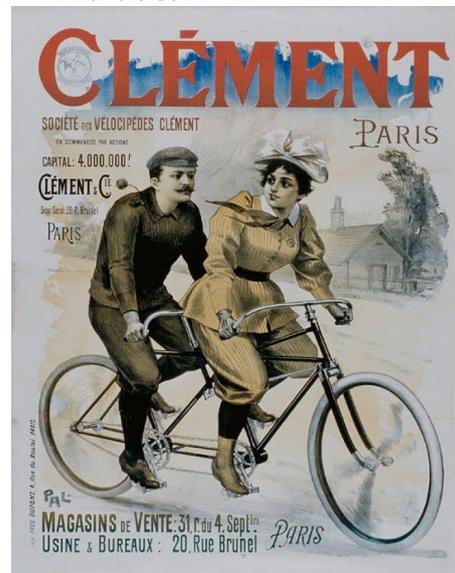
femininas e um momento de passeio de tandem no qual há uma jovem mulher que, embora estando na direção da máquina, segue acompanhada por uma tutela masculina.

Cartaz 3 - Anúncio das bicicletas “Clement”, 1891



Fonte: Coleção particular da Biblioteca de Arte The Bridgeman.

Cartaz 4 - Anúncio de bicicleta tandem “Clement”, s/d.



Fonte: Site “O Veterano Ciclista”.

Montar sozinhas em bicicletas de apenas um assento e participar de passeios ciclísticos não chegava a ser socialmente proibido às mulheres. Pelo contrário, sua presença nos meios ciclísticos era até elogiada pela imprensa, como a participação de algumas ciclistas em um grupo em passeio organizado por associados do *Sport Club do Pará*, que saiu da Praça da República em direção ao Bosque Municipal. Com atributos elogiosos de “corajosas” e “valentonas”, o articulista do jornal *O Pará* as exaltou por não desistirem da excursão, mesmo

diante do mau estado da estrada percorrida até o bosque. No entanto, não deixou também de registrar o modo como se apresentaram, vestidas em “*toilettes* claras”, e se comportaram, “rindo alegremente” em sua “*bavardage* encantadora”.²⁰ Com isso, supõem-se uma postura paradoxal em seu discurso sobre as mulheres envolvidas na prática do ciclismo, sendo que, se por um lado tece elogios a elas, igualando-as, em atributos, aos homens, por outro, mostra-se ainda em incisiva concordância com o discurso essencialista da época sobre a figura feminina, tida como vaidosa, distraída e tagarela.

De outra forma, a presença de mulheres entre os ciclistas, ainda que representasse uma iniciativa relativamente ousada para os parâmetros morais do final do século XIX, não deixava de sugerir um ingresso feminino representativo na formação de novas sociabilidades, mesmo que fosse condicionado por uma participação masculina, semelhante ao processo de inserção em outros setores sociais. No caso citado acima, a exemplo do que podemos observar em outros passeios recreativos organizados por clubes esportivos, uma das aderentes entre do novo *sport*, a jovem senhora Lalá White foi apresentada à sociedade belenense dias antes, pelo mesmo jornal, como a nova ciclista inscrita a participar do passeio pedalando sua própria bicicleta, mas na companhia de seu pai e seu marido.²¹

Para uma “moça de família”, considerada “bela, jovem e honesta”, o problema propriamente dito não estava no exercício do ciclismo, combatido por algumas vertentes médicas que o consideravam anti-higiênico e moralmente desaconselhado às mulheres,²² mas em circular pelas ruas da cidade desacompanhadas do pai, do irmão ou do marido. Caso ousasse nesse tipo de aventura, corria o risco de cair no infortúnio da mulher “mau falada”, associada à prostituta “suja, vulgar e pecadora”, ainda mais se se encontrasse pedalando em trajes típicos de homens, como ocorreu a algumas moças ciclistas que circulavam em suas bicicletas vestidas em calções pela avenida da República aos olhos escandalizados de “diversas pessoas”. Denunciadas à imprensa, que considerou justa a reclamação, o fato chegou ao conhecimento da polícia que, em nome das “famílias que não podem sentir-se bem com essas exhibições”, deu fim ao passeio das “mulheres de vida airada”.²³

O jornal *O Binóculo*, com seu humor cáustico, fazia constantemente a associação entre as imagens da ciclista livre e da prostituta, de forma breve, os passeios de algumas ciclistas pela

²⁰**Pelo Mundo Sportivo.** *O Pará* (Belém), 20/12/1897.

²¹**Pelo Mundo Sportivo.** *O Pará* (Belém), 17/12/1897.

²²Alguns médicos condenavam veementemente a prática, por questões anatômicas (causaria prejuízos físicos) e morais (criaria formas de excitação sexual). O dr. Philipe Tissiè, por exemplo, afirmava que as mulheres que se envolvessem com o ciclismo corriam o risco de abortar ou ficar estéreis, deixando, assim, de cumprir o que se pensava ser a sua principal função social, a maternidade. (MELO; SCHETINO, 2009, p. 117).

²³**Reclamação Justa.** *O Pará*, 29/07/1899.

capital, atribuindo-lhes, com exagero, um comportamento desastrado que casualmente resultava em acidentes;²⁴ e ressaltando anomalias em aspectos físicos, que por causa das vestimentas masculina com que saíam a passeio, deixavam os membros inferiores à mostra, como as “pernas finas da Dolores”.²⁵ Mais emblemático, entretanto, é uma representação dessas ciclistas, presente em um texto publicado na coluna *Retratos Instantâneos*, do jornal *O Binóculo*, as mulheres que se valiam do exercício desse esporte eram chamadas, dentre outros termos pejorativos, de “coitadinha”, “cara de fuinha”, “cara de beringela”, “delambida” e “nariz de taboca”.²⁶ A representação sugerida em texto para a chacota dos leitores do jornal, era reforçada pela imagem caricata, conforme se vê no Desenho 5, de uma ciclista que, montada em uma bicicleta, aparecia como uma figura masculina vestida em calças, camisa com mangas e bonnetna cabeça, apresentando aspecto levemente corcunda.

Desenho 5 - Representação de ciclista, divulgado na imprensa belenense.



Fonte: *O Binóculo*. Belém, 3 de maio de 1898, p. 1.

Em alguns países como França, Inglaterra e Estados Unidos, a bicicleta já se fazia presente na vida cotidiana de muitas mulheres e era motivo de debates entre feministas que defendiam seu uso como meio de aquisição de direitos igualitários entre gêneros. No Congresso Feminista Internacional, realizado entre os dias 9 e 11 de abril de 1896, em Paris e amplamente divulgado na imprensa belenense, Maria Pognon (LUZ, 2017) (DEL PRIORE, 1998, pp. 175-179), uma feminista, livre pensadora e membro da maçonaria exaltava, entre os diversos temas tratados em seus discursos referentes aos interesses femininos da época, o uso da bicicleta pelas mulheres, afirmando que a máquina ainda estava por fazer “[...] muito mais para a causa da igualdade dos sexos do que todos os congressos”.²⁷

²⁴ **Concurso de Bicycletas.** *O Binóculo* (Belém), 16/01/1898.

²⁵ **Mundo Social.** *O Binóculo* (Belém), 17/06/1897.

²⁶ **Ah!... Que pandega!...** *O Binóculo* (Belém), 03/05/1898.

²⁷ **Isto de Mulheres...** *Folha do Norte* (Belém), 29/08/1896.

Provavelmente, não tenha sido ao acaso o comentário de Pognon. Em Paris, à época do Congresso, o uso da bicicleta já se encontrava em franca popularização e cada vez mais as mulheres que, como muitos homens, faziam uso da máquina no dia a dia, em passeios e até em competições esportivas, de modo que, na França, bem como na Inglaterra, países nos quais as significações e materializações da modernidade precedem o Brasil, as mulheres se envolveram mais cedo e mais intensamente com o ciclismo atestando um avanço social utilizado como argumento “[...] para ampliar as suas possibilidades de presença social, sendo responsável por mudanças nos costumes, inclusive nas vestimentas, que contribuiriam para uma nova visibilidade pública feminina” (MELO; SCHETINO, 2009. p. 130).

Nesse sentido, a “igualdade dos sexos” começaria pelo modo de se vestir para a prática do ciclismo pelas mulheres, “autorizadas” já para o uso das calças bombachas que as deixavam com certo conforto para o assentar-se ao selim e mais livres para pedalar. Entretanto, o que Pognon sugeria ia mais longe, com a total dispensa de peças da indumentária feminina ainda obrigadas às mulheres, como o espartilho que forçosamente limitavam seus movimentos.

Pouco a pouco – defendia –, graças ao seu uso espalhado entre um como em outro sexo, chegar-se-á, sem se notar, à similitude dos vestuários, o que será um progresso imenso. Suprimir-se-ão essas toilettes tão incômodas, e que estas usam só para agradar aos homens (Congresso Feminino. *Diário de Notícias* (Belém) 13/05/1896, p. 2).

Em concordância com o pensamento vigente na sociedade em relação às mulheres ciclistas, a artista e escritora Therese Borghi, em carta dirigida e publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, em Portugal, e reproduzida pelo jornal *Diário de Notícias*, de Belém, discordando da posição de Pognon, questiona a necessidade das mulheres de imitarem os homens no que, considerava ela, eles tinham de feio e brutal no físico e no moral, roubando suas vestimentas como meio de ocultar as formas femininas. Para Borghi, imitar os homens seria esquecer da própria feminilidade do “ser” mulher, a qual, segundo defendia, tinha em seus “aspectos sedutores”, os atributos necessários para o ganho da causa feminista, depreendendo-se, daí que, “igualdade dos sexos”, seria as mulheres com a obrigação social de zelarem pelos seus encantos, em atividades e vestimentas, do mesmo modo que “[...] o homem tem o dever de zelar a sua energia, a sua força e a sua atividade”.²⁸ Finalizando com uma crítica irônica e desencorajadora, Borghi afirma ao jornal que é “muito errônea a opinião de madame Pognon, ou pelo menos, tão ligeira como a bicicleta a que alude”.²⁹ Entretanto, o que nos parece é que

²⁸Congresso Feminino. *Diário de Notícias* (Belém), 14/05/1896.

²⁹Congresso Feminino. *Diário de Notícias* (Belém), 14/05/1896.

Therese Borghi pensava de si e das demais mulheres o mesmo que os homens pensavam para elas, cumprindo e concordando com o papel ideal proposto.

Para o contexto em que Pognon expressa sua opinião sobre o uso da bicicleta pelas mulheres e as contribuições que esse uso poderia representar à causa feminista, a obrigação social das mulheres em utilizar camadas de roupas pesadas serviam como marco de separação nítida entre os gêneros, pois espartilhos e corseletes dificultavam as mulheres de respirar e causavam desmaios, retificando assim o mito da fragilidade do corpo feminino, reforçando a atribuição das características sociais de instabilidade e fragilidade, enquanto que a fisiologia corporal dos homens, cujos músculos constituíam importante componente do seu corpo, a temperatura interna, a estrutura óssea mais firme conferia as características sociais de bravura, honra e tenacidade (COVA, 2010, p. 7). Assim, conjuntos muito pesados de roupas que impediam a locomoção e sapatos apertados de saltos são questionados em detrimento de roupas leves com mobilidade e até o início da reivindicação pela igualdade de vestimentas, como o uso de calças (MACHADO, 2017, p. 4-5).

Os debates na imprensa belenense acerca do uso e das consequências do uso das bicicletas pelas mulheres não se limitaram aos comentários de feministas otimistas como Pognon ou de pessimistas como Borghi. Anos antes, comentários originados no meio científico da época, evocavam algumas restrições apresentadas originalmente em artigo pelo médico francês dr. Philippe Tissié à Sociedade de Biologia e divulgada em Belém por meio de resumo pelo jornal *Correio Paraense* em 1892. Segundo dissertava Tissié, a prática ciclística surgia como um excelente exercício promotor de benefícios inestimáveis à fisiologia e fisionomia corporais, ativando a digestão e combatendo a “gota”, o artrismo, o reumatismo e a obesidade. Porém, no que dizia respeito a sua prática pelas mulheres, deveria se tomar alguns cuidados, pois que, ainda que “o fabrico das novas máquinas permita à mulher este gênero de *sport* sem receio de acidente, [...] não convém que ela faça marchas superiores a 12 ou 14 quilômetros por hora”.³⁰

Algumas mulheres, talvez por causa da presença vigilante de suas “companhias”, ou preceitos de pudores internalizados, ou mesmo, talvez porque se sentissem mais à vontade, confortáveis e seguras, ou ainda, elegantes, na condução da bicicleta, tenham seguido as recomendações de limite de velocidade de médicos como Tissié e resumido sua prática de ciclismo apenas a passeios, onde compareciam risonhas e vestidas em *toilet* branca. Para estas, os ambientes competitivos das pistas dos clubes e velódromos representavam espaços dos quais

³⁰O **velocípede**. *Correio Paraense* (Belém), 14/12/1892.

eram mantidas à distância, podendo, frequentá-los apenas como espectadoras que, segundo Vitor Melo, sendo “[...] sim, bem-vindas, louvadas e reconhecidas, mas ocupando o lugar das tribunas” (MELO *apud* DEL PRIORE, 2013, p. 132), ornamentando e concedendo ao espetáculo um caráter familiar. Em campeonato realizado no Jockey Club, o articulista do jornal *Diário de Notícias*, exultou com o público que havia lotado as arquibancadas, especialmente, o “grande número de damas paraenses” que, em grande animação, “embelezaram” o festival.³¹

Mas houve aquelas, em Belém, ainda que em número diminuto, que se utilizando da bicicleta como um artifício para o alargamento de suas sociabilidades, ousaram se apresentar, concorrendo entre si, em disputas que se entrepunham aos páreos masculinos em alguns campeonatos.³² Embora tímidas e isoladas, com trajetos mais curtos e em menor velocidade, essas oportunidades não deixaram de significar a marcação de uma simbólica presença feminina entre os ciclistas por meio de participações que não deixavam de ser louvadas pelos articulistas dos jornais. Mas era apenas pela participação, sem uma grande valorização por se apresentarem como esportistas de caráter competitivo, vistas ainda mais como um “ornamento” delicado a desfilarem nas pistas para a admiração masculina do que propriamente por sua participação enquanto atletas.

Mesmo assim, não faltou na capital paraense, uma corrida de caráter mais competitiva e mais ousada, organizada apenas por mulheres e com participação somente de mulheres, ocorrida em um festival no Velódromo Paraense, no início de fevereiro de 1908. Uma corrida isolada, possivelmente, visto não encontrarmos outra do mesmo caráter durante nossas pesquisas, mas “renhida”, como se referiu o articulista de *A Província do Pará*. Divulgada com antecedência pelo jornal, contou com a participação da artista Prescott, conhecida como Diavoline, mlle. Maria Amélia, mme. Mondt e

mlle. Marthe [...] que, tendo lido na imprensa local que [...] haverá no Velódromo uma corrida para o sexo feminino, e que mme. Diavoline, depois do *match* com mlle. Laura, aceita todo e qualquer desafio, vem [...] declarar àquelas senhoras que está disposta a correr com elas, em grande ou pequena distância (Corrida de Bicycleta. *A Província do Pará* (Belém), 23/01/1908, p. 3).

A ausência de informações sobre outras corridas ciclísticas entre mulheres de caráter mais competitivo sugere que não houve iniciativas semelhantes durante o período pesquisado. Mas embora isso possa ser constatado, a possível não realização em Belém de mais eventos como o acima citado se deve menos a um eventual desinteresse por parte das mulheres

³¹ *Cyclismo*. *Diário de Notícias* (Belém), 26/06/1896.

³² *Secção Sportiva*. *O Pará* (Belém), 24/03/1899.

belenenses em pedalar, como ressaltou, em certa ocasião, um articulista do jornal *O Pará*,³³ do que em decorrência das normas morais impostas socialmente que dificultavam sua participação em competições de maiores distâncias e velocidade. Como bem observam Schetino e Melo, em se tratando de mulheres em competições ciclísticas no final do século XIX, “ainda que tenha rapidamente se propagado o uso de bicicletas nos momentos de lazer, no âmbito das competições as restrições permaneceram fortes” (SCHETINO; MELO, 2009, p. 130).

Considerações Finais

Em suas memórias, Eurico reproduz essa rigidez ao indicar comportamentos distintos entre homens e mulheres na prática do ciclismo em Belém: “religiosa atenção” e “marcha vertiginosa” para eles; “graciosidade” e “placidez” para elas. Mas, contrariamente ao que dizia ser apenas uma moda passageira, o impacto causado pela bicicleta aparentemente não foi uma questão isolada de um modismo, mas um conjunto de pontos, como o desejo latente de utilizar roupas que permitissem mover o próprio corpo, especialmente pelas mulheres, e aproveitar “a sensação física de flexibilidade e articulação dos membros e do tronco sem atividade vigorosa” (HOLLANDER *apud* FIGUEIREDO, 2015, p. 26), o próprio prazer da atividade, ao lado da curiosidade por explorar um mundo externo e as novas possibilidades de sociabilidade, por meio da introdução de uma modalidade de lazer inovadora e competições, onde, também elas figuraram com suas vivências, marcando de forma singular suas experiências e sua inserção em mais um dos mundos até então restritos aos homens: o dos esportes.

FONTES

Álbum

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ em 1899, mandado confeccionar na administração do Governador José Paes de Carvalho. Fotografias e composição de Francisco A. Findanza. [s.l.:s. n.], 18? Endereço eletrônico: <http://www.fcp.pa.gov.br/>. Acessado em 20 de junho de 2020.

Jornais

Festejos de 15 e 16 de Novembro. *A Pátria Paraense* (Belém), 25 de setembro de 1894, p. 2

Corrida de Bicicleta. *A Província do Pará* (Belém), 23 de janeiro de 1908, p. 3

O velocípede. *Correio Paraense* (Belém), 14 de dezembro de 1892, p. 2

Yankee. Um sahimento de bicycleta. *Correio Paraense* (Belém), 06 de julho de 1892, p. 2

Congresso Feminino. *DiáriodeNotícias* (Belém), 13 de maio de 1896, p. 2

³³Seção Sportiva. *O Pará* (Belém), 05/10/1900.

- Congresso Feminino.** *DiáriodeNotícias* (Belém), 14 de maio de 1896, p. 2
- Cyclismo.** *Diário de Notícias*, (Belém) 21 de junho de 1896, p. 2
- Cyclismo.** *Diário de Notícias* (Belém), 26 de junho de 1896, p.1
- Receitas Diversas.** *Diário de Notícias* (Belém), 11 de maio de 1898, p. 2
- Cyclismo.** *Folha do Norte* (Belém), 23 de junho de 1897, p. 2
- Isto de Mulheres...** *Folha do Norte* (Belém), 29 de agosto de 1896, p. 2
- Jornalzinho da Moda.** *Folha do Norte* (Belém), 20 de abril de 1897, p. 1
- Notas Sportivas.** *Folha do Norte* (Belém), 10 de abril de 1896, p. 1
- Ah!... Que pandega!...** *O Binóculo* (Belém), 3 de maio de 1898, p. 1
- Concurso de Bicycletas.** *O Binóculo* (Belém), 16 de janeiro de 1898, p. 4
- Mundo Social.** *O Binóculo* (Belém), 17 de junho de 1897, p. 2
- Agencia de bicycletas “Gladiator”.** *O Jornal* (Belém), 1 de dezembro de 1900, p. 4
- Belém Elegante.** *O Pará* (Belém), 9 de janeiro de 1898, p. 2
- Chegaram as Bicycletas “Águia”.** *O Pará* (Belém), 4 de março de 1898, p. 2
- Notas Sportivas.** *O Pará*, 14 de julho de 1899, p. 1
- Pelo Mundo Sportivo.** *O Pará* (Belém), 13 de setembro de 1898, p. 2
- Pelo Mundo Sportivo.** *O Pará* (Belém), 17 de dezembro de 1897, p. 2
- Pelo Mundo Sportivo.** *O Pará* (Belém), 20 de dezembro de 1897, p. 2
- Reclamação Justa.** *O Pará*, 29 de julho de 1899, p. 1
- Seção Sportiva.** *O Pará* (Belém), 5 de outubro de 1900, p. 2
- Secção Sportiva.** *O Pará* (Belém), 24 de março de 1899, p. 2
- Sport.** *República*, 28 de outubro de 1899, p. 2

Imagens:

Fotografia 1 - Ciclistas estacionados nas proximidades da Praça da República. Fonte: Álbum do Pará (1899), p. 46

Fotografia 2 - Grupo de garotos ciclistas em frente ao Bosque Municipal. Fonte: Álbum do Pará (1899), p. 38

Cartaz 3 - Anúncio das bicicletas 'Clement' em cartaz 1891 (litografia colorida), produzido por Lucien Baylac. / Coleção particular / Biblioteca de arte The Bridgeman. Fonte: https://www.bridgemanimages.us/enUS/search?filtertext=poster%20clement&filter_group=all&filterregion=BRA&sort=most_popular. Acessado em: 01-09-2020

Cartaz 4 - Anúncio de tandens “Clement” em cartaz, s/d, produzido por Jean Paleologue. Fonte: <https://pasteleiras.wordpress.com/2013/08/23/cycles-clement-a-historia-pelos-cartazes/>. Acessado em: 01-09-2020

Desenho 5 - Representação de uma ciclista. Fonte: *O Binóculo*, Belém, 3 de maio de 1898, p. 1.

Referências Bibliográficas

- COVA, Tatiane Paiva. **Corpo feminino no corpo social na passagem do século XIX ao XX na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio, 2010. Disponível em: www.encontro2010.rj.anpuh.org. Acessado em: 06-07-2020.
- DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Memória e história de mulheres: uma biblioteca feminina. **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 138, junho, pp. 175-179, 1998.
- DUBY, Georges. PERROT, Michéle. **Imagens da Mulher**. Edições Afrontamento. vol. 1, 1992.
- DUNNING, Eric. ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, vol. 19, n. 34, 2013, p. 45-52. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acessado em: 02-08-2020.
- GOIS JÚNIOR, Edivaldo. O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. Artigos Originais. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 04, out/dez de 2013, pp. 95-117
- HOLLANDER, Anne. O Sexo e as roupas: a evolução do traje moderno. In: SANTUCCI, Natália de Noronha; FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O feminino, o masculino e a bicicleta: paradigmas de gênero construídos no vestuário ocidental. **Revista Competências**, Porto Alegre, RS, v.8, n.1, p. 17-33, jan./jul. 2015.
- LUZ, Giselle Aparecida da. Escrita e resistência: em busca de Maria Pognon. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, n 44, 2017. 2, p. 37-52.
- MACHADO, Vivian da Silva Garelli. **A bicicleta como um veículo feminista: a relação entre o cicloativismo e o feminismo nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Congresso Munda das Mulheres (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br. Acessado em: 01-07-2020.
- MATOS, Maria Izilda. Cabelo, barba e bigode: masculinidades, corpos e subjetividades. Locus (UFJF): **Revista de História**, Juiz de Fora, v.17, n.02, p. 125-145, 2012.
- MELO, Victor Andrade de. **Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX)**. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. (Org.). História dos homens no Brasil. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, v. 1, p. 119-152.
- MELO, Victor Andrade de; SCHETINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, p. 111-134, janeiro- abril/2009.
- PERROT, Michelle. As mulheres. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 165-231.
- SANTUCCI, Natália de Noronha; FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O feminino, o masculino e a bicicleta: paradigmas de gênero construídos no vestuário ocidental. **Revista Competências**, Porto Alegre, RS, v.8, n.1, p. 17-33, jan./jul. 2015.
- SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: CHAMBOULEYRON, Rafael. ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Ed. Açaí, 2010, pp. 201-218.

SARGES, Maria de Nazaré. As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” – Belém XIX-XX. In: José Luis Ruiz-Peinado (Org.). **Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros**. Madrid (ESP): Editora do Ministério do Trabalho e Imigração Espanhol, 1ª ed., 2010, p. 121-140.

A violência contra mulheres e meninas indígenas durante o conflito armado interno peruano (1980-2000)

Heloisa Motelewski,¹ UFPR
Lucas José Mascarello de Jesus,² UFPR

Resumo

Este artigo procura propor uma reflexão sobre as questões de gênero e raça intrinsecamente associadas ao desenrolar do Conflito Armado Interno do Peru, ocorrido entre os anos de 1980 e 2000. Para isso, buscamos partir de uma perspectiva descolonial, considerando suas intersecções com os debates de gênero. Desse modo, com o uso de uma ampla bibliografia sobre a temática, ademais de relatos orais reunidos pela ANFASEP e de informações presente no Informe Final da *Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR)*, intencionamos mostrar as maneiras com que a violência contra mulheres e meninas indígenas se constituiu, nesse período, como uma violação sistemática dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Descolonialidade; Conflito Armado Interno; Comisión de la Verdad y Reconciliación

Abstract

This article intends to propose a reflection about gender and race questions intrinsically associated to Peru's Internal Armed Conflict, which occurred between the years of 1980 and 2000. In this regard, we aim to substantiate the analysis from a decolonial perspective, considering its intersections with the gender debate. Therefore, using an extensive bibliography about the theme besides oral accounts gathered by ANFASEP and information from the final report from the 'Comisión de la Verdad y Reconciliación' (CVR), we intend to show how violence against indigenous women and girls constitutes, in this period, a systematic violation of human rights.

Keywords: Human Rights; Decoloniality; Internal Armed Conflict; Comisión de la Verdad y Reconciliación.

Introdução

O presente trabalho busca analisar como se deu a violência contra mulheres e meninas indígenas durante o Conflito Armado Interno que assolou o Peru durante os anos de 1980 e 1990, usando, para isso, de uma perspectiva descolonial com enfoque no gênero. Este, seguindo o trabalho de Scott (SCOTT, 1990, p. 75), é por nós entendido como “[...] também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”. Diante disso, optamos por utilizar como fonte principal o informe final da *Comisión de la Verdad y Reconciliación*, que, sendo concluída ao

¹ É aluna do curso de Graduação em História – Licenciatura/Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Também atua como bolsista do Grupo PET História UFPR. Email para contato: heloisamotelewski@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7022532050657480>.

² É aluno do curso de Graduação em História – Licenciatura/Bacharelado da Universidade Federal do Paraná. Email para contato: lucasjesusemascarello3@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8844046568743555>.

ano de 2003, é, a nosso ver, um documento oficial que trouxe à luz as memórias daqueles que, por suas condições sociais menos favorecidas, foram os que mais sofreram com o conflito. Tendo em vista a importância dos relatos orais, pretendemos embasar nossa metodologia na atribuição de historicidade aos testemunhos, conforme a proposta de Venson e Pedro (VENSON; PEDRO, 2012). Sendo assim, seguimos à contextualização do conflito para, então, à discussão e, enfim, à conclusão de nossa proposta com as últimas considerações.

O Conflito Armado Interno no Peru (1980-2000)

O ano era 1968, as transformações percorriam o globo e no Peru não foi diferente. Pouco tempo antes de terminar o governo de Fernando Terry instaurou-se o golpe militar que colocaria Juan Velasco Alvarado no poder (FÁVARI, 2018). Mas, diferentemente do que acontecia nas maiorias das ditaduras na América do Sul, caracteriza Coggiola (COGGIOLA *apud* FÁVARI, 2018, p. 106), o governo militar peruano era de um projeto nacionalista e populista. Baseado nisso, o governo de Alvarado deu início a um grande número de reformas em todas as áreas. Em 1975, o General Francisco Morales Bermudez assumiu o poder, e mais tarde iniciou a reabertura democrática, que chegou em 1980 quando Fernando Terry venceu as eleições e tomou posse mais uma vez como presidente eleito democraticamente (PINTO, 2003). Inicia a partir daí um período conhecido como conflito armado interno (CAI), que será o ponto de partida para a discussão que virá posteriormente.

Coimbra (COIMBRA, 2015) apresenta a formação do CAI utilizando-se do documento escrito pela CVR, que o divide em três atores, agentes armados, agentes políticos e agentes civis. Com o enfoque de seu trabalho para os agentes armados, Coimbra introduz o PCP-SL (Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso), ou somente Sendero Luminoso, criado em 1970 depois de inúmeras divisões e rachas na esquerda peruana, e classificado mais tarde como o partido mais violento na história do Peru. Buscando migrar o Peru capitalista para uma sociedade socialista, o PCP-SL se utilizou dos espaços educacionais, desde universidades até escolas próprias, para convencer os jovens e camponeses a abraçarem sua causa, que passava principalmente pela questão da luta pela terra.

Em seu informe final, a CVR traz alguns dados que demonstram através de números o aumento dos ataques do SL e da letalidade destes:

Una de las manifestaciones que mayor impacto produjo en la ciudad fueron los ataques contra las redes de fluido eléctrico, con la intención de generar ‘apagones’. Así de cinco torres de alta tensión derribadas en 1980, se pasó a nueve en 1981, 21 en 1982, 65 en 1983, 40 en 1984 y 107 en 1985. [...] Asimismo, aunque no hay estadística desagregada que permita saber cuantos

‘atentados selectivos’ realizó SL en Lima durante los primeros años de su ‘guerra popular’, en 1980 hubo dos con el resultado de una víctima. En 1981 hubo nuevamente dos atentados selectivos, sin víctimas que lamentar. En 1982 fueron 46 atentados selectivos con 57 víctimas; en 1983 sumaron 33, con 37 víctimas; en 1984, el total fue de 25 atentados selectivos y 29 víctimas; y en 1985 fueron 38 y las víctimas 37 (CVR, 2003, Tomo II, p. 37-38).³

Tamanha violência fez com que o governo peruano tomasse uma série de atitudes. E o que poderia ser algo que buscasse trazer mais segurança e talvez paz a camponeses e indígenas, foi totalmente o contrário. A violência que se seguiu às Forças de Ordem foi desde a tomada de bens e terras a assassinatos e estupros. As comunidades indígenas que entraram em uma luta por direitos, se viram presas no meio do terror (COIMBRA, 2015).

Alguns sobreviventes escreveram suas memórias e, como podemos ver em Sánchez (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014), há duas questões bem claras presentes no relato do indígena que se colocou a lutar. Primeiramente, a esperança, “Podíamos caminhar descalços, com piolhos na cabeça, mas sem comer não se podia. Por isso pensávamos e sonhávamos: quando triunfamos, já na vida do comunismo, comeremos com fartura” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 9) e, em segundo lugar, o que Leite vai analisar como um desvio do caminho daquilo que lutavam, a violência, “[...] como sempre, vínhamos carregados de coisas saqueadas nas casas, pois assim era a ordem de nossos camaradas de maior hierarquia. Confiscar armas, alimentos e roupas” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 9). Mais tarde Sánchez foi preso pelo exército e, agora do outro lado, também vivenciava a forte violência e tristeza das famílias indígenas, como é possível ver no seguinte trecho, “[...] Alguns familiares vinham à porta do quartel perguntar pelos seus, vinham com medo [...] lhes diziam que ali não havia nenhum detido [...] os soldados só me contavam que haviam matado todos” (SÁNCHEZ apud LEITE, 2014, p. 10).

Uma questão que vale a pena ser levantada é a da própria terminologia de conflito armado. Para Oliveira e Kanashiro (OLIVEIRA; KANASHIRO, 2021), esta denominação nada mais é do que uma convenção adotada a partir da constituição da CVR, visando atender aos padrões do Tratado de Genebra em relação ao direito humanitário internacional. As autoras

³“Uma das manifestações que mais impacto produziu na cidade foram os ataques contra as redes elétricas, com a intenção de gerar ‘apagões’. Assim, de cinco torres de alta tensão derrubadas em 1980, passaram para nove em 1981, 21 em 1982, 65 em 1983, 40 em 1984 e 107 em 1985. [...] Da mesma forma, embora não exista uma estatística desagregada que permita saber quantos ‘ataques seletivos’ o SL realizou em Lima durante os primeiros anos de sua ‘guerra popular’, em 1980 houve dois que resultaram em uma vítima. Em 1981, houve novamente dois atentados seletivos, sem vítimas para se lamentar. Em 1982, houve 46 atentados seletivos com 57 vítimas; em 1983 somaram 33, com 37 vítimas; em 1984, o total foi de 25 atentados seletivos e 29 vítimas; e em 1985 foram 38 e as vítimas 37” (tradução nossa).

afirmam que dentro da sociedade peruana, durante essas duas décadas e ainda hoje, a terminologia utilizada é de um período de terrorismo, e que, ao chamar de conflito armado, muitos dos horrores e do medo que se viveu nessas duas décadas são amenizados.

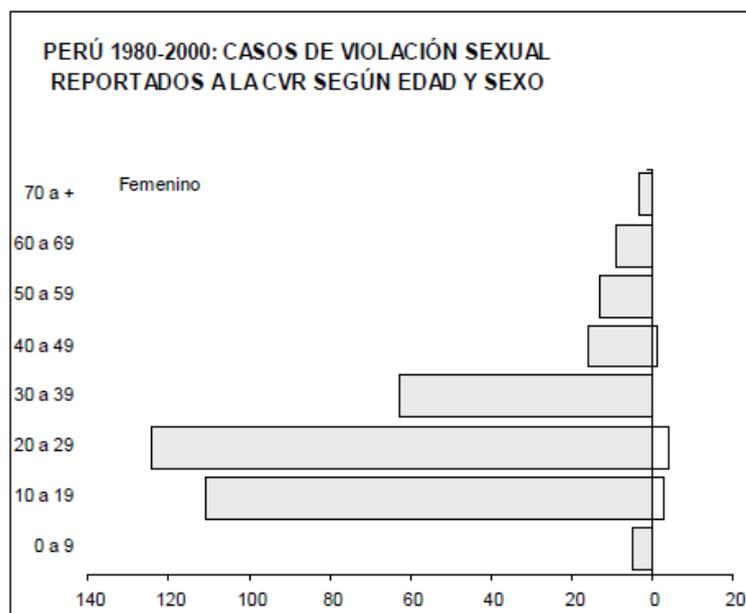
Além disso, as disputas por essa memória também estão evidentes dentro da sociedade peruana, seja na construção de memoriais para as vítimas, seja na própria construção da narrativa sobre o evento. Oliveira e Kanashiro (OLIVEIRA, KANASHIRO, 2021) também apresentam a ânsia do Estado peruano, na figura do então presidente Fujimori, em transformar os militares, já citados aqui como praticantes de atos violentos, em vítimas da ação desses grupos terroristas, como o Sendero Luminoso. Estas contestações das narrativas oficiais, difundidas pelo governo de Fujimori, após a abertura conferida pela CVR para novos relatos sobre o ocorrido, é o que podemos entender como um ato pela memória - onde se constatam segundo Degregori (DEGREGORI, 2004) convergências e divergências na variedade de versões históricas. Estreitamos a partir de agora nossa perspectiva, buscando analisar, de forma mais específica, a violência contra as mulheres, que, como veremos, foram vítimas das mais terríveis agressões.

A categoria de gênero e o Conflito Armado Interno peruano

Seguindo, então, para uma análise descolonial e de gênero sobre o referido período, consideraremos o expressivo destaque conferido pela CVR aos casos de violência sexual perpetrados contra mulheres e meninas durante o Conflito Armado Interno. Afinal, como retratado pelo próprio documento (CVR, 2003, Tomo VI, p. 275), infere-se que cerca de 81% das mulheres que se apresentaram como testemunhas tenham sido submetidas a essa forma de violência (o número de vítimas que relataram os abusos sofridos à CVR pode ser observado ao Gráfico 1). Entretanto, é importante pontuar que tal número configura-se como uma estimativa, havendo pouco conhecimento registrado sobre a real quantidade de mulheres que teriam sido vítimas. Nesse sentido, nos interessa aqui apontar, tal como Falcón (FALCÓN, 2010), justificativas para essa falta, relacionando-a com a impunidade, com o não reconhecimento individual de que a violência sofrida se enquadraria em uma situação violadora dos direitos humanos e com a recorrente discriminação sofrida pelas mulheres peruanas. Ainda nesse aspecto, é interessante notar como o silêncio daquelas que sofreram com algum tipo de abuso

pode demonstrar “la carga valorativa consrtuida sobre la sexualidad de las mujeres, así como el lugar e importancia de ésta dentro de relaciones de género” (JUAREZ, 2016, p. 72).⁴

Gráfico 1 - Casos de violência sexual reportados a CVR



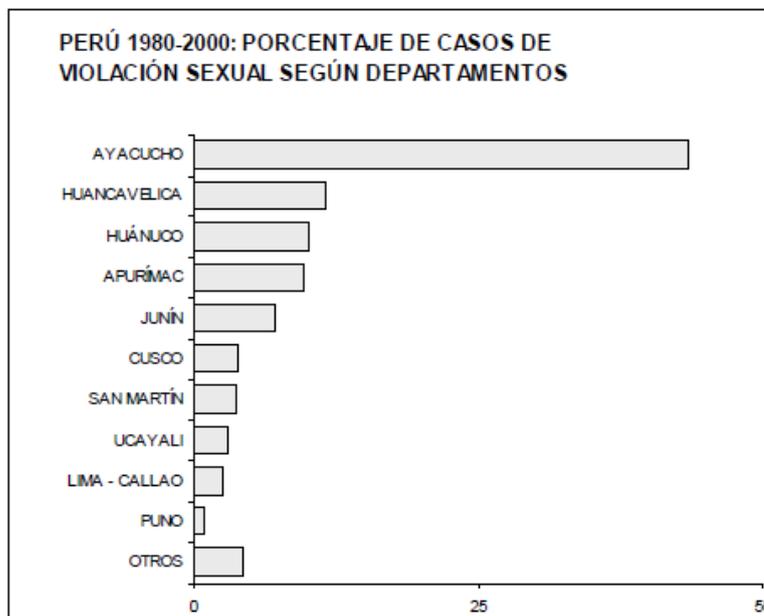
Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 276). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 4.

Dentre essas mulheres que padeceram por esse tipo de violação de direitos, é notável, como apresenta a própria CVR (CVR, 2003, Tomo VI, p. 276), a presença de falantes do quéchua e de habitantes de áreas rurais (segundo também informam através do Gráfico 2). Isso nos leva a reiterar, pois, a aplicabilidade da conclusão de que gênero, raça, classe social e sexualidade são interrelacionais em atos de inferiorização (FRASER *apud* BATANERO, 2004, p. 89) e a assegurar a existência de maior vulnerabilidade das mulheres indígenas nesse cenário. Passando, então, aos agentes de violações, constata-se que tanto os grupos vinculados ao Estado peruano quanto os relacionados às práticas subversivas foram responsáveis pela prática da violência sexual, o que pode ser evidenciando pelas conclusões da Comissão (CVR, 2003, Tomo VI, p. 277). Nelas, foram contabilizadas, respectivamente, um total de 83% e de 11% dos casos, marcando a prevalência, desse modo, da violência estatal (ver Gráficos 3 e 4). Por essa forma, concebemos que tal cenário se encontra, de algum modo, retratado nos testemunhos

⁴ “[...] a carga valorativa construída sobre a sexualidade das mulheres, assim como o lugar e importância desta dentro das relações de gênero” (tradução nossa).

dados à ANFASEP (ANFASEP, 2015), já que dos 37 analisados,⁵ cerca de 89% deles fazem menção a algum tipo de violação de direitos perpetrada por agentes oficiais.

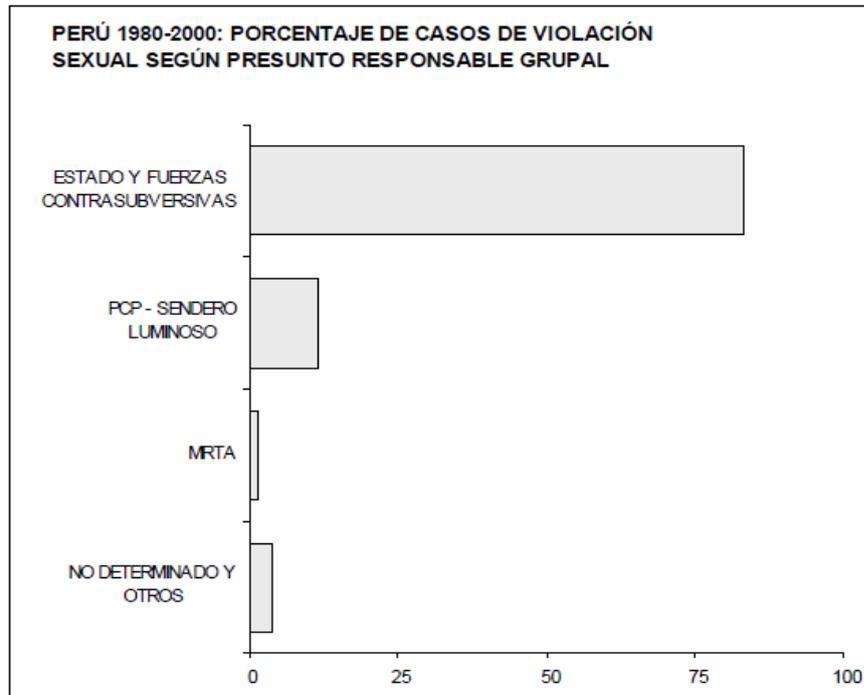
Gráfico 2 – Casos de violência sexual segundo regiões



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 277). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 5.

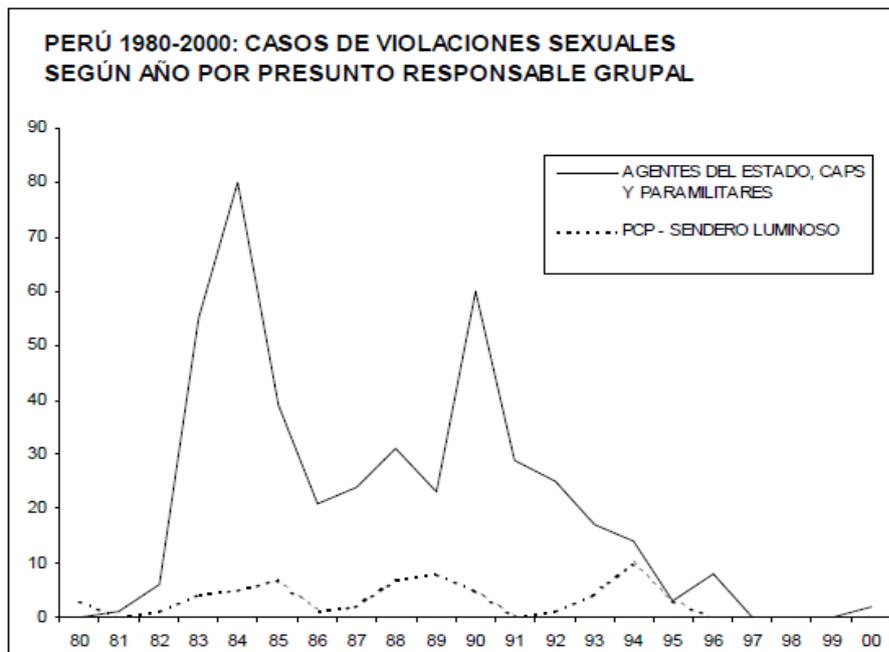
Gráfico 2 - Casos de violência sexual segundo o agente perpetrador

⁵ Foram analisados todos os testemunhos das partes posteriormente indicadas nas referências, com exceção de Severino Tenorio Alarcón devido a intenção de nos centrarmos em relatos oferecidos por mulheres.



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 278). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 6.

Gráfico 3 - Casos de violência sexual segundo o agente perpetrador



Fonte: (CVR, 2003, Tomo VI, p. 278). COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Final*. Tomo VI, *La violencia sexual contra la mujer*, Gráfico 6.

Por tais constatações, percebemos a intrínseca relação que a colonialidade estabelece com a violação de direitos consolidada pelo Estado, já que o consideramos, assim como Segato (SEGATO, 2012, p. 110), um sujeito da colonialidade primordialmente devastador. Temos, aqui, tal noção segundo a exposição de Ballestrin (BALLESTRIN, 2013). Expressando-se, fundamentalmente, nos eixos do poder, do saber e do ser, entendemos sua caracterização, portanto, enquanto parte da produção e reprodução dos meios opressão e exploração das ações modernas de colonização. Estas atingem, portanto, os âmbitos econômicos e naturais, os campos das subjetividades pela raça, gênero e sexualidade, além das esferas do conhecimento através da imposição de um saber eurocentrado. Nesse sentido, partimos da ideia de criação de um “sistema-mundo moderno/colonial” (BALLESTRIN, 2013, p. 102), reconhecendo nele a inserção primordial da América Latina, destacadamente no momento do advento da modernidade e do capitalismo.

Podemos desenvolver, por conseguinte, a concepção de colonialidade pelas informações introduzidas por Maldonado-Torres (MALDONADO-TORRES, 2019). Expressa em um sistema da modernidade ocidental, criador de distinções entre os seres humanos, compila, em seu exercício, mecanismos particularmente engendrados pelas ações de colonização, tais como a escravização e a violação. Por elas, criam-se, conforme defende, “linhas de desumanização”, tecendo as separações entre os indivíduos segundo preceitos de superioridade e inferioridade, definidas a partir de atributos raciais, mas não só. Afinal, concebemos também, assim como Lugones (2008), a importância de se pensar a interseccionalidade entre os fatores de exclusão. Vemos, destarte, como a raça, o gênero e a sexualidade, quando combinadas, contribuem para a construção e para a potencialização dos discursos coloniais pautados sobre a inferiorização de determinados grupos, não-europeus. Sendo assim, verificamos a criação de um padrão moderno de atuação individual e, portanto, de um sistema colonial de dominação, organizado segundo as concepções específicas de homens brancos e heterossexuais. Estes se tornam, por conseguinte, exploradores em potencial daqueles que não se assemelham a tal modelo comportamental eurocentrado, a saber, os indivíduos menosprezados em seus discursos de alteridade. Nesse sentido, destacamos aqui o sistema moderno e colonial de gênero, definido também por Lugones (2008). Por ele, admitimos, de igual modo que a autora, a expressão da colonialidade por meio de mecanismos de inferiorização. Estes são, então, projetados pelos ideais ocidentais de uma dualidade morfológica sexual, de uma formulação dicotômica entre os gêneros masculino e feminino, da heterossexualidade e da perpetuação das relações de poder patriarcais.

A vista disso, pontuamos a imprescindibilidade de se compreender o papel e a inserção do Estado no sistema colonial, enfaticamente de gênero, o reproduzindo e o legitimando em suas ações. Retomamos, portanto, aqui, a produção de Segato, pela qual se observa que:

Ambas [uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores e uma história das relações de gênero dentro do patriarcado] respondem à expansão dos tentáculos do Estado modernizador no interior das nações, entrando com suas instituições de um lado e com o mercado do outro: desarticulando, rasgando o tecido comunitário (SEGATO, 2012, p. 113).

Por esse modo, concluímos que as funções estatais, em suas associações coloniais, articulam-se de modo a romper com as formas de organização das sociedades locais através dos mecanismos modernos, acusados em suas formas institucionais e em suas pressuposições de mercado. Tal sentido de perpetuação estatal da colonialidade pode, a nosso ver, ser evidenciado e, até mesmo ampliado, através dos dados informados pela *Comisión de la Verdad y Reconciliación* sobre a violência de gênero, bem como pelos relatos oferecidos à ANFASEP, anteriormente mencionados. Afinal, através de sua análise, notamos como a instituição estatal militarizada, no caso do Conflito Armado Interno Peruano, perpetuou uma violência de gênero dirigida, pautando-se sobre outros fatores, notadamente a raça. Dessa maneira, trespassando os limites da modernidade e alçando a contemporaneidade, averiguamos como as estratégias de inferiorização da ordem colonial seguem presentes, mostrando, por meio das violências praticadas, as distensões do tecido comunitário, tal qual como denomina a autora, e, de certo modo, sua consolidação.

Mesmo assim, podemos observar como se rompe, ainda mais, a trama agregadora de tais comunidades pela configuração de uma ambivalência entre forças contrárias, manifestada nos conflitos entre o grupo Sendero Luminoso e as forças estatais. Isso, pois, localizando-se no entremeio dos conflitos, tais grupos vitimados tiveram suas vidas radicalmente alteradas em razão de sua inserção nos campos de poder conflitantes, de igual forma que em decorrência da violência por eles praticada. Esta, conforme já visto, tornou-se, nesse período traumático da história peruana, majoritariamente fomentada pelo Estado e suas Forças Armadas, o que reitera a condição de perpetuação das linhas de exclusão e violência coloniais pelas ações estatais. Além disso, se reafirma a predominância de um sistema colonial de gênero, já que um número elevado de mulheres que apresentaram seus testemunhos foram vítimas da violência sexual perpetrada pelas forças oficiais, das quais já se destacou a maior vulnerabilidade indígena. Essa constatação pode ser embasada, para além dos números inicialmente expostos, pelo relato de

Lorenza Quispe Romero, identificada como viúva e da região de Ayacucho. Dele, destacamos a predominância de uma violência sexual infligida por indivíduos associados às ações estatais:

En 1986 regresé a mi pueblo con mi hijo menor. Cuando estábamos durmiendo, entraron a mi casa tres militares, eran las 11 de la noche, me ordenaron que me levante. Allí intentaron violarme y yo empecé a defenderme; pero me ganaron porque ellos tenían más fuerza que yo. Allí me abusó de mí uno de los militares, eran unos malditos, mientras otro cuidaba la puerta. Luego conversaron entre ellos. No sé qué conversarían. Aproveché para escapar entre sus piernas. Allí me amenazaron: ‘Cuidadito que cuentes, cuidadito que denuncies, donde sea te vamos a buscar, porque te conocemos’” (ANFASEP, 2015, p. 149).⁶

Ou, ainda, por este relato apresentado à Comissão da Verdade por uma menina torturada pelas forças policiais:

[...] había un policía que tenía cara de drogado... le llamaban el buitre... me empezó a insultar a hablar groserías y me pusieron encima un fierro como cortapapel, [...] y me chancaron allí, me decían que si no hablaba me iban a seguir pegando, que me iban a violar. Después me llevaron donde estaba una mujer que estaban violando y le metían la pistola en la vagina y me dijeron que si no hablaba me iban hacer igual. [...] (CVR, 2003, Tomo VI, p. 599).⁷

Contudo, pensamos existir ainda a possibilidade de estender tal agência colonial a outros grupos que, da mesma forma, subjagam e violam o direito dos marginalizados sob suas formas de poder, como feito pelo Sendero Luminoso. Tal proposta pode ser elucidada contando com o sistema colonial enquanto forma de perpetuação de meios de exclusão, exploração e opressão dos indivíduos, sendo eles submetidos a diversas formas de violência. Logo, quando analisados os dados sobre a agressão senderista, evidenciamos uma contínua distinção, pautada em noções de superioridade e inferioridade, entre seus membros, e, de igual modo, entre seus integrantes e os indivíduos externos ao grupo. Da mesma forma, em tais organizações subversivas, torna-se possível encontrar a perpetuação de uma violência de gênero, similar à realizada pelo Estado, pela inferiorização das mulheres - estas, reiteramos, mais vulneráveis quando indígenas. As

⁶ “Em 1986, voltei ao meu povoado com meu filho menor. Quando estávamos dormindo, entraram em minha casa três militares, eram 11 da noite, me ordenaram que me levantasse. Alí tentaram me violentar e eu comecei a me defender; mas me venceram porque eles tinham mais força que eu. Alí me abusou um dos militares, eram uns malditos, enquanto outro cuidava da porta. Logo conversaram entre eles. Não sei o que estariam conversando. Aproveitei para escapar entre suas pernas. Alí me ameaçaram: ‘Cuidado em contar, cuidado em denunciar, onde quer que seja vamos te procurar, porque te conhecemos’” (tradução nossa).

⁷ “[...] havia um policial que tinha cara de drogado... o chamavam “*el buitre*”... começou a me insultar e falar grosserias e me colocaram em cima de um ferro como corta-papel, [...] e me golpearam ali, me diziam que se não falasse iam me continuar batendo, que iam me violentar. Depois me levaram onde estava uma mulher que estava sendo violentada e colocavam uma pistola na vagina e me disseram que se não falasse iam fazer o mesmo comigo [...]” (tradução nossa).

ocorrências que mais chamam atenção, nesse sentido, se remetem às uniões forçadas, como informa esse testemunho:

Otra testimoniante que vivió en las retiradas en Oronjoy narra las circunstancias en que conoció a su pareja. El la acosaba para tener relaciones sexuales cuando ella tenía catorce años. La entrevistada no quería comprometerse con él porque este era dieciocho años mayor. [...] Finalmente, la testimoniante accedió a unirse con el hombre, debido a la insistencia de los integrantes y jefes de PCP-SL, quienes le respondieron que la llevarían a otra zona. Su primo, que estaba en la Fuerza Principal de PCP-SL, le aconsejó que mejor se quedara con hombre, porque si cambiaba de grupo iba a vivir en cuevas y andar por zonas que no conocía, lo cual la ponía en peligro para protegerse de alguna incursión militar. Por ello, debía unirse con él “para sufrir menos” (CVR, 2003, Tomo VI, p. 293).⁸

E, ainda, segundo essa informante de Huancavelica:

Posteriormente, la llevó a la selva: me hacía entrar a las tiendas a pedir comida en nombre de los senderistas, me colgaba en los árboles con soga y me ponía un cartel que decía ‘así se jode a los soplones’, me violaba cuando quería, me torturaba, me insultaba, diario eran los golpes, sin comer me tenía, no quería que converse con nadie, siempre estaba a mi lado, toda la gente pensaba que él era mi marido, mi familia también pero no era así” (CVR, 2003, Tomo VI, p. 295).⁹

Ademais, verificamos em meio à violência sexual, incentivada e realizada por ambos os grupos, uma certa vinculação com a materialização do olhar pornográfico colonial. Afinal, igual ao referenciado pela autora (SEGATO, 2012, p. 120), suas atitudes intencionam trespassar pela objetificação sexual do corpo feminino. Outro ponto em que o trabalho de Segato pode ser aplicado, a nosso ver, está na afirmação da marginalização feminina dentro das próprias comunidades, presente no Informe Final da Comissão:

Como ellas mismas lo señalan las comunidades han marginado a las mujeres: ‘Quiero agregar, que en mi comunidad, casi la población general han marginado a las mujeres, es una marginación fuerte, inclusive como algunas mujeres han sido beneficiadas por las muertes de sus esposos quienes han sido reparadas

⁸ “Outra testemunha que viveu nas saídas de Oronjoy narra as circunstâncias em que conheceu seu companheiro. Ele a assediava para ter relações sexuais quando ela tinha quatorze anos. A entrevistada não queria se comprometer com ele porque este era dezoito anos mais velho. [...] Finalmente, a testemunha concordou em se unir ao homem, devido à insistência dos integrantes e chefes do PCP-SL, os quais responderam que a levariam a outra zona. Seu primo, que estava na Força Principal do PCP-SL, a aconselhou que melhor seria se ficasse com o homem, porque se mudasse de grupo ia viver em cavernas e andar por zonas que não conhecia, o que a colocava em perigo ao se proteger de uma incursão militar. Por isso, deveria se unir a ele ‘para sofrer menos’” (tradução nossa).

⁹ “Posteriormente, a levou a selva: “me fazia entrar nas lojas para pedir comida em nome dos senderistas, me pendurava nas árvores com cordas e colocava em mim um cartaz que dizia ‘assim se fode os delatores’, me violentava quando queria, me torturava, me insultava, cotidianas eram as pancadas, me tinha sem comer, não queria que conversasse com ninguém, sempre estava ao meu lado, toda gente pensava que era meu marido, minha família também, mas não era assim” (tradução nossa).

económicamente y por el apoyo de las instituciones a las viudas, ellas están siendo muy marginadas por la mayoría de la gente'. [...] Si sumado a todo esto reconocemos que no se escucha a las mujeres y que éstas son 'invisibles' para la toma de decisiones, podemos colegir rápidamente las terribles dificultades que enfrenta la mujer en la comunidad (CVR, 2003, Tomo IX, p. 45).¹⁰

Comprendemos, pois, tal aspecto como uma manifestação das tensões decorrentes do processo colonial de emasculação, resultante da “superinflação” masculina frente a sua colocação intermediária entre sua comunidade e os homens brancos (SEGATO, 2012, p. 120-121). Além disso, podemos reiterar, por essa alegação, a propensão a uma dissensão dos tecidos comunitários, segundo a mesma autora, ao percebermos uma ruptura do modelo de relações sociais desses grupos. Fomentada pela invasão de um sistema colonial de gênero, essa descontinuidade os modifica, inevitavelmente, através dos relacionamentos entre homens e mulheres, como também demonstra Segato (SEGATO, 2012).

Além do exposto, acreditamos ser imprescindível retomar um tópico já debatido por Maeso (MAESO, 2010). Sua crítica à ideia de alheamento político da população indígena deve servir como meio de reflexão sobre os relatos analisados, em especial por sua percepção de que “[...] los testimonios muestran diferentes modos de movilizar discursivamente la representación ideológica del campesino y del indígena como ‘ignorante’ y como ‘inocente’, y por tanto, ajeno a lo político” (MAESO, 2010, p. 36).¹¹ Isto posto, essa noção pode ser facilmente contestada na ampliação da perspectiva oferecida pelos estudos de gênero sobre a questão, pois, a partir do relatos apresentados ao trabalho de Batanero (BATANERO, 2004) e da ANFASEP (ANFASEP, 2015), percebe-se que as mulheres indígenas veem-se absolutamente cientes do aspecto político da situação em que estão envolvidas, bem como dos espaços de fala que lhes foram conferidos, ao referenciarem aspectos de seu passado e de seus familiares e ao reivindicarem reparações pelos danos causados pelo período conturbado em que viveram.

Concluindo essa seção, gostaríamos de afirmar que, embora as mulheres, em especial aquelas marginalizadas por serem indígenas, tenham sido vítimas de inúmeras outras formas de violência, não se deve esquecer que, em sua perpetuação, o gênero fez-se um fator determinante.

¹⁰ “Como elas mesmas o informam, as comunidades têm marginalizado as mulheres: “Quero acrescentar, que em minha comunidade, quase toda a população marginalizou as mulheres, é uma marginalização muito forte, inclusive como algumas mulheres foram beneficiadas pelas mortes de seus maridos as quais foram reparadas economicamente e pelo apoio das instituições das viúvas, elas estão sendo muito marginalizadas pela maioria das pessoas”. [...] Se somando a tudo isso reconhecemos que não se escuta as mulheres e que estas são ‘invisíveis’ para a tomada de decisões, podemos concluir rapidamente as terríveis dificuldades que enfrenta a mulher na comunidade” (tradução nossa).

¹¹ “[...] os testemunhos mostram diferentes modos de mobilizar discursivamente a representação ideológica do camponês e do indígena como ‘ignorante’ e como ‘inocente’, e portanto, alheio ao político” (tradução nossa).

Assim, percebe-se como a colonialidade fundamenta, através das violências perpetuadas pelo Estado e pelos demais grupos detentores de poder, em detrimento das qualificações de inferioridades dos indivíduos e sob uma percepção particular de gênero e sexualidade, pautada na humilhação e agressão, o uso intimidador e corretivo (CVR, 2003, Tomo VI, p. 284) da violência sexual em situações de conflito e acaba por determiná-la como uma violação sistemática dos direitos humanos. Ademais, nota-se, por conseguinte, a perpetuação de uma espécie de “colonialidade do poder e do ser”, esta segundo a exposição de Ballestrin (2013), ao passo que os mecanismos coloniais de autoridade acabam por trespassar os aspectos sexuais, raciais e de gênero das individualidades, perpetuando seu domínio, por esse modo, nas subjetividades. Dessa forma, também consideramos necessário que “[...] es importante que los debates que se desarrollan en cada sociedad previamente al establecimiento de las comisiones de la verdad, incluyan la importancia de la incorporación de la perspectiva de género como herramienta de análisis y trabajo” (FALCÓN, 2010, p. 211).¹²

Considerações finais

Dado o exposto e baseados nas formulações decoloniais feitas por Segato (SEGATO, 2012), intencionamos identificar a articulação entre as formas de produção e reprodução da colonialidade e a violência perpetrada contra mulheres e meninas indígenas durante o Conflito Armado Interno peruano. Assim, conforme o exposto, pudemos constatar que a colonialidade, seja ela produzida ou reproduzida pelo Estado ou outros grupos, exerce papel fundamental na prática de violência, em especial se considerada sua exponencial agressividade quando tratados os mecanismos coloniais de distinção pautados nas categorias de gênero e raça.

Por essas observações, gostaríamos, ainda, de reiterar como a violência de gênero, perpetuada deliberadamente contra grupos indígenas, se constituiu, ao referido conflito, como uma violação sistemática dos direitos humanos. Sendo assim, salientamos a importância e relevância da discussão acerca dessa temática, devido a sua essencialidade no que compreende a aplicação ou negligência dos direitos humanos no mundo prático. Reiteramos, portanto, o nosso desejo de que este artigo se constitua como uma incitação a novos debates sobre o tema, criando bases de reflexões sobre as relações entre colonialidade, raça, gênero e a manutenção dos direitos.

¹² “[...] os debates que se desenvolvam em cada sociedade previamente ao estabelecimento das comissões da verdade, incluam a importância da incorporação da perspectiva de gênero como ferramenta de análise e trabalho” (tradução nossa).

Enfim, agradecemos ao Professor Doutor Hector Guerra Hernandez pelas aulas ministradas na disciplina *História e Direitos Humanos*, ofertada pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Foram elas de grande contribuição para a formação da análise aqui empreendida.

Referências Bibliográficas

ANFASEP. Parte II: Testimonio de Valor y Coraje – Desplazamiento; Desapariciones Forzadas; Asesinatos; Matanza. In: ANFASEP. **¿Hasta cuándo tu silencio? Testimonios de dolor y coraje.** 2015, p.76-299. Disponível em: <http://archivos.memoria.website/ANFASEP_HastaCuandoTuSilencio_Web.pdf>. Acessado em: 08/01/2021.

BATANERO, Sofia Matcher. **Mujeres quechuas: agencia en los testimonios de las audiencias públicas de la CRV.** 2014. Tese (Mestrado em Estudos de Gênero) – Escuela de Postgrado, Pontificia Universidad Católica del Perú, Pando, 2004.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro descolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

COIMBRA, Angelo Anderson Andrade. **O conflito armado e a violência no Peru sob a ótica da Comisión de la Verdad y Reconciliación: informe final (1980 a 2003).** Tese (Mestrado em História e Culturas Políticas) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe final.** Lima: CVR, 2003. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/>>. Acessado em: 08/01/2021.

DEGREGORI, Carlos Iván. Heridas abiertas, derechos esquivos: reflexiones sobre la Comisión de la Verdad y Reconciliación. **Memorias en conflicto: Aspectos de la violencia política contemporánea.** Lima: Institut français d'études andines, 2004.

FALCÓN, Julissa Mantilla. La Comisión de la Verdad y Reconciliación en el Perú y la perspectiva de género: principales logros y hallazgos. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [S.l.], v.10, n.10, p.195-217, 2010.

FÁVARI, Flávia Eugênia Gimenez de. **A questão indígena na Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru.** 2018. 251 f. Tese (Mestrado) - Curso de Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

JUÁREZ, Sandra Marcela Arvesú. Los silencios de la memoria. Narrativa de la violencia sexual en la Comisión de la Verdad y Reconciliación de Perú. **EntreDiversidades Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 6, p.49-77, 2016.

LEITE, Verônica Gomes Olegário. **História e violência: a representação literária pós Conflito Armado Interno do Peru.** Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MAESO, Silvia Rodríguez. Política del testimonio y reconocimiento en las comisiones de la verdad guatemalteca y peruana: En torno de la figura del “indio subversivo”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.88, p. 23-55, mar. 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos Direitos Humanos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (Org.). **O Pluriverso dos Direitos Humanos - a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.87-110.

OLIVEIRA, Ana Claudia De; KANASHIRO, Lilian. LUM, presencias resignificantes del conflicto armado peruano. **Galáxia**, São Paulo, v. 46, n. 46, p. 1-19, 2021.

PINTO, Hugo Eduardo Meza. A Evolução da Economia Peruana no Período 1950-2000: Meio Século de Transformações e a Procura de Relações Internacionais. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 79-109, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.15, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, [S.l.], n.18, p.106-131, 2012.

VENSON, Anamaria Marcon. PEDRO, J. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v.15, n.2, p. 125-139, jul./dez. 2012.

Teoria pós-colonial, decolonialidade e a escrita da História: aproximações epistemológicas e demandas políticas subalternas em emergência

Kelvin Oliveira do Prado,¹ UESB

Resumo

A historiografia tem lidado com os múltiplos discursos que requerem inclusão e abrangência nas experiências antes silenciadas por narrativas ditas “oficiais”, em que novas propostas não universalistas apregoam outros olhares. Por isso, este trabalho objetiva pensar a escrita da História tendo em vista algumas proposições emergentes que adentram no campo, como no âmbito da teoria pós-colonial e das insurgências decoloniais. Outrossim, como reflexões de abrangência relativamente recentes, tais contribuições possibilitam evitar o olhar eurocentrado e totalizante na aprendizagem, no ensino e na escrita. Portanto, defende-se uma ótica que tenha em mente múltiplas experiências frente ao saber e ao fazer histórico alinhado às perspectivas que por muito tempo forjaram sujeitos ao espaço da subalternidade. Assim sendo, as novas bases teórico-conceituais possibilitam olhares descentralizadores nas narrativas históricas.

Palavras-chave: Historiografia; Desobediência Epistêmica; Decolonização; Subalternidade.

Abstract

Historiography is dealing with multiple discourses which require the inclusion of experiences previously silenced by the “official” narratives, in which new non-universalist proposals proclaim other perspectives. For this reason, this research aims to think about the writing of History in view of some emerging propositions entering in the field, such as the studies of post-colonial theory and decolonial thinking. Furthermore, being a relatively recent undertaking, such contributions make it possible to avoid the totalizing Eurocentric view in learning and writing. Therefore, we advocate a treatment which takes into account multiple perspectives when it comes to knowledge and the historical knowledge aligned with the perspectives that for a long-time forged individuals to the space of subalternity. In this way, the new theoretical-conceptual bases enable the decentralization of views in the historical narratives.

Keywords: Historiography; Epistemic Disobedience; Decoloniality; Subalternity.

Inquietações do presente

Dadas as reflexões epistemológicas que movem a produção de conhecimento, surgem debates sobre as relações que podem e que até mesmo “devem” ser estabelecidas entre o campo historiográfico e as discussões advindas do pensamento decolonial e da teoria pós-colonial, sinalizando, de antemão, que ambos não são sinônimos, mas não precisam se excluir na reflexão, sendo importante pensar no que pode levar a esse contato no âmbito da História.

Desse modo, a história, tanto no Brasil quanto no contexto em que se delineou a formação sociocultural da América, é importante. Ou seja, desde o processo de colonização ao

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisador e membro do LAPEH-UESB (Laboratório de Pesquisa em Ensino de História), grupo de pesquisas no campo educacional. E-mail: kelvinprado17@gmail.com

modo como a colonialidade se perpetua no período pós-colonial, em que o poder passa de uma elite para a outra. Afinal, essa colonialidade do poder – termo cunhado por Aníbal Quijano – permite classificações sociais de dominação em diversos segmentos, no âmbito político, econômico, epistêmico, da subjetividade, etc. (WALSH, 2006; QUIJANO, 2007; BALLESTRIN, 2013), demonstra-se que não há uma ruptura transgressora, dado que após a independência as influências coloniais continuam nas mentalidades, ações e formas de encarar o mundo.

O colonialismo é um processo histórico e temporal que é possível registrar, enquanto que a colonialidade vai além disso, no qual é possível refletir pensando na instalação de tal processo histórico na vida social, em como os sujeitos colonizados (e os colonizadores) pensam e caracterizam o mundo que os cerca, em uma espécie de lente, é aquilo que conformou o indivíduo na percepção de si e do “outro”.

Através da análise de alguns conceitos serão feitas reflexões tendo em vista possíveis perspectivas no que se refere ao processo de contribuições no campo da escrita e da abordagem da História. Nessa esfera, intenta-se notar como os argumentos de pensadores “pós e decoloniais” proporcionam maneiras “particulares” de encarar a história em processos e contextos insurgentes e emergentes. Assim, pensando na conjuntura da América Latina, África e Ásia, surgem argumentações que permitem pensar suas relações e impactos operacionalizados no âmbito histórico.

Pós-colonial e decolonial: algumas diferenciações

Nos Estudos Culturais, na Crítica Literária, nas Ciências Sociais e em outros segmentos é possível notar influências de autores como Edward Said, Franz Fanon, Aimé Césaire, Stuart Hall, Homi Bhabha, da autora Gayatri Spivak, entre outros, os quais têm origens que permitem visões que levantem proposições distintas, se comparadas ao olhar europeu. Ou seja, possuem experiências nas quais os sujeitos passam em suas subjetividades, como o fato de estarem ou virem de países que foram dominados tanto do ponto de vista do colonialismo americano quanto do neocolonialismo afro-asiático.

Nesse aspecto, a teoria pós-colonial é produzida por pensadores diaspóricos das ex-colônias inglesas, o pensamento decolonial é ligado aos intelectuais da América, enquanto que os Estudos Subalternos são desenvolvidos na Índia por historiadores que constroem uma historiografia divergente, tais “correntes” têm suas singularidades, bem como possíveis diálogos teóricos.

As teorias da descolonização têm se apresentado como um novo paradigma de estudos e de crítica aos estudos pós-coloniais (BERNARDINO-COSTA, 2007), pois ainda seriam colhidos resquícios do colonialismo. Portanto, seria enganoso falar em “pós”, dada a referida colonialidade perpetuada. O processo decolonial é, como é notado, diferente do pós-colonial, porque a teoria pós-colonial está entre “[...] entre la teoría crítica europea (Foucault, Lacan, Derrida) sobre cuyo pensamiento se construyó la teoría postcolonial y/o los estudios postcoloniales y las experiencias de la elite intelectual en las ex-colonias inglesas de Asia y África del Norte”. (WALSH, 2006, p. 83).² A crítica pós-estruturalista à racionalidade moderna influenciou, portanto, vários dos pensadores tidos como pós-coloniais.

Por outro lado, o pensamento decolonial emergiu desde o surgimento da modernidade/colonialidade, como sua contrapartida, sendo diferente do que é chamado de pós-colonial, porque a genealogia decolonial seria planetária e não se limitaria aos indivíduos, sendo incorporada, por exemplo, aos movimentos sociais amplos (WALSH, 2006, p. 102). Assim, pensa-se na materialidade de outros lugares, memórias, corpos e performances, daquilo que foi negado na retórica da modernidade. Portanto, o pensamento decolonial anuncia o fechamento da ideia hegemônica e eurocentrada da modernidade.

Quanto ao Grupo de Estudos Subalternos (no caso indiano) em seu projeto de escrever, a partir do sul da Ásia, os passados dos grupos subalternizados indianos, nota-se que:

“[...] Much of its early work, stimulated by the subaltern studies collective, focused on South Asia, but as a paradigm it soon began to be applied to other places, such as Latin America and Africa. [...] postcolonial scholars have not proposed any grand narratives of the history of the entire world. On the contrary, many are cautious to avoid sweeping generalizations and master narratives that culminate in the modern West, wary of a rhetoric of the “global” that they read as an imperialist discourse of domination [...] (CONRAD, 2016, p. 53).³

A teoria pós-colonial tem parte de seu trabalho concentrado em questões de discurso e representação, suas análises, às vezes, foram guiadas por uma imagem “idealizada” do passado pré-colonial e “pré-moderno”. Historiadores e membros de tais coletivos, como do *Subaltern*

² “[...] a teoria crítica europeia (Foucault, Lacan, Derrida, etc.) sobre cujo pensamento se construiu a teoria/estudiosos pós-coloniais e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas da Ásia e África do Norte” (tradução nossa).

³ “grande parte de seus primeiros trabalhos, estimulados pelo coletivo de estudos subalternos, se concentraram no sul da Ásia, mas, como paradigma, logo começaram a ser aplicados a outros lugares, como a América Latina e África [...] estudiosos pós-coloniais não propuseram grandes narrativas da história mundial. Pelo contrário, muitos são cautelosos em evitar generalizações abrangentes e narrativas mestras que culminam no Ocidente moderno, desconfiadas de uma retórica do “global” que enxergam como um discurso imperialista de dominação. Nesta visão, o que é chamado de “global” é essencialmente um produto do colonialismo” (tradução nossa).

Studies, tentam desalinhar tais rotulações de “nativismo”, “nacionalismo” ou mesmo de “nostalgia”, como ressalta o historiador indiano e membro do *Subaltern Studies*, Dipesh Chakrabarty (2000, p. 27).

[...] various forms of colonial rule, which range from extractive empires of the early modern era to complex structures of informal empire-building in the present day. Applying a homogenized concept of colonialism risks levelling the spatial and temporal specificity of different forms of rule, societal differences, and varieties of cultural dynamics [...] (CONRAD, 2016, p. 56).⁴

Nesse horizonte, estudiosos pós-coloniais têm falado das diferentes geografias do colonialismo, os latino-americanos viveram um colonialismo do ponto de vista imperialista ibérico que triunfou na Renascença e declinou politicamente no Iluminismo europeu. Em vista disso, são múltiplos os colonialismos, do neocolonialismo europeu do século XIX em África e Ásia até o surgimento da descolonização afro-asiática posteriormente, os quais permitem experiências múltiplas, isto é, colonialismos e colonialidades específicas no espaço e no tempo. Por isso, o problema de ir além das histórias eurocêntricas continua sendo compartilhado entre essas fronteiras. Não obstante, na crítica pós-colonial,⁵ Homi Bhabha evidencia e testemunha que as:

forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e as histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos [...] interior das “racionalizações” da modernidade (1998, p. 239).

Na ótica posta por Bhabha é possível notar alinhamentos que dialogam tanto na crítica pós-colonial e decolonial, esse é ponto de centralidade na discussão posta, são reflexões que podem propiciar novos olhares na escrita e nas visões de mundo dos estudiosos no campo historiográfico, mesmo com classificações mais gerais.

Dessa maneira, entende-se que a pós-colonialidade é um lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes, no qual a ótica pós-colonial – como são desenvolvidas por

⁴ “Há várias formas de domínio colonial, que variam de impérios extrativos do início da era moderna a estruturas complexas de construção informal de impérios nos dias atuais. A aplicação de um conceito homogeneizado de colonialismo arrisca nivelar a especificidade espacial e temporal de diferentes formas de regra, diferenças sociais e variedades de dinâmicas culturais” (tradução nossa).

⁵ Importante evidenciar que, aqui, essa “classificação” serve como ponto de referência, não propondo um fechamento do pensamento e da subjetividade do autor.

historiadores culturais e teóricos da literatura – abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento e da teoria da “dependência” (BHABHA, 1998, p. 241), resistindo à busca de formas holísticas de explicação social, que é uma das críticas que a escrita da História recebe ao visualizar contribuições no sentido de reconhecer fronteiras emergentes que a impactam.

“Silêncios”

Dadas as argumentações feitas, surge a necessidade da elaboração de estratégias que legitimem os discursos, como no caso dos grupos subalternizados (que não são homogêneos), ou do “subalterno” visto como o sujeito ou grupo que está excluído dos mercados e da representação política (SPIVAK, 2010), tal subalternidade não é apenas uma questão de classe, mas também está vinculada à colonialidade do poder e à formação do mundo colonial/moderno (BERNARDINO-COSTA, 2007). Torna-se evidente que as instituições de produção de conhecimento são, também, espaços de perpetuação ou problematização de tais pressupostos, visto que as narrativas da história são disputadas, escrevê-las é, assim, um ato de poder e de legitimação.

Isso não é algo dado, é um ato político, porque datas, memórias, lembranças e esquecimentos são parte de tradições seletivas perpetuadas no tempo por meio de escolhas, como em figuras que recebem tratamentos distintos ao longo da história. Assim, os nomes, os heróis e as figuras de prestígio, por exemplo, são símbolos de influência na imaginação coletiva e agem como instrumentos eficazes na legitimação política, lembrando da disparidade de representações, lembranças e discursos em figuras como Zumbi dos Palmares e Tiradentes, por exemplo.

Judith Butler (2015, p. 66) afirma que “o luto público está estreitamente relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável possui um enorme potencial político [...]”. Dessa maneira, há sujeitos que estão em estado socialmente morto, já que as suas vidas ou mortes não tomam posição nos cânones e lembranças, ou podem tomar de modos controversos e mistificados.

Nesse sentido, não é possível lembrar o nome de todos os mortos em guerras, mas existem maneiras simbólicas de não esquecer um passado significativo, que sempre o é, apenas é representado de formas distintas. Assim sendo, o silêncio imposto aos vencidos e as “verdades” que emergem a partir disso surgem de um “apaziguamento” permeado por violências e silenciamentos.

América Latina, colonialidade e eurocentrismo

Aníbal Quijano afirma que “[...] con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico patrón de poder” (2007, p. 94).⁶ Nesse sentido, novas identidades sociais surgem no entorno dessa colonialidade, nos quais as divisões geopolíticas e classificatórias do colonialismo se configuraram.

As relações que surgem e são permeadas pela dominação sob a hegemonia centrada na Europa, que depois passa a ser euroamericana,⁷ é essa modernidade na qual se consolida o Brasil. A colonialidade do poder abarca, portanto, a colonialidade do saber (que abrange o âmbito epistêmico, como visto anteriormente), no qual é formada uma produção de conhecimento que também está aliada ao processo de expansão colonial.

[...] las experiencias, identidades y relaciones históricas de la colonialidad y de la distribución geocultural del poder capitalista mundial. Ese modo de conocimiento fue, por su carácter y por su origen eurocéntrico, denominado racional; fue impuesto y admitido en el conjunto del mundo capitalista como la única racionalidad válida y como emblema de la modernidad [...] (QUIJANO, 2007, p. 94).⁸

Nem mesmo os autores do “iluminismo mouro e judaico”, como afirma Boaventura de Souza Santos (1993, p. 34), são conhecidos ou reconhecidos, a colonialidade é pautada nesse processo, ao passo que é um “Iluminismo” sem o qual, ironicamente, a Renascença não seria possível. Assim, instaura-se uma nova era de fanatismo, racismo e centrocentrismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e contextos fossem reduzidos, com as Ciências Sociais implicadas no processo.

Assim, demonstra-se que eurocentrismo não é a perspectiva apenas dos europeus, mas dos diversos grupos que tentam minar tais amarras, o que não significa abandonar o conhecimento institucionalizado, a modernidade em suas grandes narrativas e a razão, fomentando obscurantismos, o ponto é vê-lo de modo crítico e entendendo que outras possibilidades existem em consonâncias e coexistências, ou seja, que não há uma única história.

El mito del ancestro griego ha cumplido una función esencial en la construcción eurocéntrica. Se trata de un argumento emocional construido

⁶ “[...] com a América Latina, o capitalismo se torna global, eurocentrado e a colonialidade e a modernidade estão instaladas, até hoje, como eixos constituintes desse padrão específico de poder” (tradução nossa).

⁷ Estados Unidos da América, que segue enquanto potência sobre após a 2ª Guerra mundial.

⁸ “As experiências históricas, identidades e relações da colonialidade e a distribuição geocultural do poder capitalista mundial também foram formalmente naturalizadas. Esse modo de saber era, devido ao seu caráter e origem eurocêntrica, chamado racional, foi imposto e aceito em todo o mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade” (tradução nossa).

artificialmente para evitar la pregunta verdadera (¿por qué el capitalismo apareció en Europa antes que en otras partes?) sustituyéndolo en la panoplia de las falsas respuestas por la idea de que la herencia griega predisponía a la racionalidad. Según ese mito Grecia sería la madre de la filosofía racional, en tanto que “el Oriente” jamás habría logrado superar la metafísica [...] (AMIN, 1989, p. 88).⁹

Stuart Hall (2003) observa que o eurocentrismo está vivo nos pressupostos e discursos da mídia e da cultura de massa, em que a história colonialista se recicla nos discursos públicos contemporâneos. O eurocentrismo está presente não apenas na visão cognitiva dos europeus, como referido, mas também no grupo dos que foram educados sob sua hegemonia (QUIJANO, 2007), naturaliza-se, portanto, a experiência nesse padrão de poder.

Constata-se que “El eurocentrismo encuentra su expresión prácticamente en todos los dominios del pensamiento social [...]”¹⁰ (AMIN, 1989, p. 181) e está nas manifestações diárias, nas relações cotidianas, na política, nas opiniões, nas ciências e nas línguas acadêmicas, ou seja, também está na História, visto que implica uma teoria da história universal e um projeto político (ibidem, p. 75).

A escrita da História

Tendo em mente o que foi exposto até aqui, surgem evidências da necessidade de um deslocamento epistemológico que possibilite tecer novos olhares para além do perfil hegemônico, eurocentrado e universalista (que pretendia se camuflar enquanto tal). Passa a ser notável que os processos de construções históricos e historiográficos na América Latina carregam a carga do processo de colonização (GALVÃO, 2017).

É importante deixar evidente ao que o texto se refere, ou seja, à História-discurso: o trabalho do historiador no relato do acontecer humano e que usa a narrativa para reconstruir o acontecimento; e à Historiografia: a história da história-discurso, as maneiras de se escrever o relato (SILVA, 2014, p. 178). Esse conjunto demonstra parâmetros que configuraram a visão de mundo dos sujeitos quanto ao passado-presente e que consolidam suas consciências históricas, o que é “legítimo”, o que fala e o que se aquieta, o mártir e o herói.

⁹ “O mito do ancestral grego desempenhou um papel essencial na construção eurocêntrica. Trata-se de um argumento emocional construído artificialmente para evitar a questão real (por que o capitalismo apareceu na Europa mais cedo do que em outros lugares?), substituindo-o na panóplia de respostas falsas pelas evidências de que a herança grega predisponha à racionalidade. De acordo esse mito a Grécia seria a mãe da filosofia racional, e “o Oriente” jamais teria conseguido superar a metafísica [...]” (tradução nossa).

¹⁰ “O eurocentrismo encontra expressão em praticamente todos os domínios do pensamento social [...]” (tradução nossa)

Ou seja, ambos os elementos, o trabalho do historiador na escrita da história e a história da história-escrita revelam a permanência de configurações epistêmicas que subalternizam sujeitos, formam ou silenciam identidades e projetam visões de mundo cerceadoras mesmo com experiências sociais diversas. Desse modo, discussões no âmbito decolonial e pós-colonial evidenciam os aspectos cerceadores nas Ciências Sociais, na História, na linguagem, bem como nas humanidades mais amplamente.

O mundo dominado pela Europa forçou os sujeitos a se envolverem com as cosmologias e formas de interpretação europeias do passado, essas são as correntes teóricas, os autores e as interpretações que influenciam os colonizados. Nesses aspectos, pautadas sobre a lógica da unidade nacional e pela produção de apagamentos históricos, além de:

generalizações históricas e estáticas dos processos de divisão entre europeu e não-europeu, as identidades nacionais passaram a ser definidas não mais pelos europeus, porém por sujeitos da zona que estudaram e tiveram contato com formas e pensamentos europeus (GALVÃO, 2017, p. 77).

Said (2011) observa como o imperialismo influenciou a cultura, do romance do século XIX aos olhares do tempo recente no âmbito eurocentrado (AMIN, 1989), para a tese de Said a narrativa é o cerne do que é dito acerca do “Outro”, em tal raciocínio, surgem as posições de Bhabha (1998), em discursos do colonizador e que são usados pelos colonizados para afirmar a própria existência, como visto no trecho de Galvão (2017), os estudiosos colonizados passam a usar o arsenal alheio para se autodenominar e fazer descrições, surge a dependência e a subalternidade epistêmica, as quais serão esmiuçadas no fim deste tópico.

Em consonância a isso, a classificação e visão eurocêntrica contribui para a subalternização, no qual as representações surgidas servem para manter o subalternizado na mesma posição, transformada em “essência”. No período pós-colonial os sujeitos carregam noções de mundo adquiridas, bem como encaram rupturas, no entanto, a mudança de padrões e pontos de vista é gradual; ela dificilmente subverte ou suprime totalmente um ponto de vista aceito no passado (VEBLEN, 1980).

As narrativas convenientes surgem e são consolidadas por meio da força, como as ideias de nação, o conceito de tempo baseado na noção do progresso, as análises em que se privilegiava personagens com características adequadas ao momento, tudo isso possibilita relações de dominação e poder. Pois como forma de legitimação ou como uma outra maneira de escrita, o modo de escrever a história que se propõe dominante em um momento faz com que seus arautos tratem de caricaturar e desqualificar manifestações precedentes (SILVA, 2014).

O imperialismo do saber leva o indivíduo “a aceitar que não existem outras formas de pensamento, de teoria política e de política econômica, de ontologia [...]” (WALSH, 2006, p. 11) e impedem ou dificultam a discussão de temas fora do que é visto como legítimo. Entretanto, não se deve achar que só a Europa explica e influencia tudo e todos, dado que os contextos também possuem seus fenômenos, entre histórias locais e projetos globais existem nuances e entrecruzamentos além das generalizações e categorizações superficiais, visto que a colonialidade do poder age, mas também se transforma.

The establishment of a universally conceived world history in the late nineteenth and early twentieth centuries should not, therefore, be explained as simply a result of intellectual transfers originating in Europe, as is so often the case. Even when historians and social thinkers outside of Europe resorted to clearly Eurocentric representations based on the categories of Enlightenment thought, these narratives were not mere copies, but were often in sync with the reform interests of their authors, and with their perspective on the realities of global change [...] (CONRAD, 2016, p. 29).¹¹

A hegemonia da elite crioula latino-americana aderiu aos preceitos europeus, tais elites foram herdeiras do positivismo e de ideias de ordenamento epistêmico, da noção de progresso aliada ao continente europeu tendo em mente a perspectiva da modernização.

Assim, os “subdesenvolvidos” necessitam a todo custo alcançar os parâmetros do Outro, não é por menos uma burguesia que performa uma identidade que não possui, nem nunca poderá possuir, mas mimetizam hábitos e visões de mundo que foram estabelecidos como os “melhores” e “legítimos”. Por isso as histórias dos países colonizados são escritas dentro das problemáticas colocadas pela narrativa de transição e de constante tentativa de alcance, de parecer ser como o “Outro” que é idealizado em termos de desenvolvimento e modernização.

O efeito da mímica é a reprodução de uma imagem e a perpetuação da narrativa do colonizador, camuflando aquilo que realmente se é, a imitação repete, mas o sujeito também procura ser diferente ao estabelecer relações de dominação em seu microcosmo, mesmo estando dominado em uma outra instância, existe uma intersecção. Sendo assim, o colonizado imitador, que conseqüentemente reproduz uma relação de poder e se camufla, reproduz subalternizações.

A “[...] repetição da presença parcial, que é a base da mímica, articula essas perturbações da diferença cultural, racial e histórica que ameaçam a demanda narcísica da autoridade colonial

¹¹ “O estabelecimento de uma história mundial universalmente concebida no final do século XIX e no início do século XX não deve, portanto, ser explicado só como resultado de transferências intelectuais originárias da Europa, como é frequentemente o caso. Mesmo quando historiadores e pensadores sociais fora da Europa tenham recorrido a representações eurocêtricas baseadas nas categorias do pensamento iluminista; essas narrativas não eram meras cópias, mas estavam frequentemente sincronizadas com os interesses de reforma de seus autores e com sua perspectiva sobre as realidades da mudança global” (tradução nossa).

[...]” (BHABHA, 1998, p. 134), de forma que existe, assim, uma relação dialética, na qual o colonizador não existe por si e para si, porque o colonizado também a cria e a legitima.

O discurso jurídico é um suporte da linguagem que permite descontextualizar e negar a subjetividade do outro, designando e avaliando à luz de critérios pretensamente universais (SANTOS, 1991). Por conseguinte, as regras da lei delimitam o poder e há os sintomas dos efeitos da verdade que o poder produz e transmite, e que por sua vez reproduzem o poder.

Forma-se uma união entre poder, direito e verdade, dadas as assimetrias de poder, a narrativa eurocêntrica foi hegemônica, o que não significa que era a única alternativa ou que não estava recebera críticas. Nesse domínio, a historiografia possibilita o confronto de discursos e histórias, em que os autores da teoria pós-colonial fornecem reflexões na dialética colonizador e colonizado, ao lembrar que:

[...] the making of such a Europe was not an act of Europeans alone. This Europe was, in the sense in which Lévi-Strauss once used the word, a founding “myth” for emancipatory thought and movements in India. Thinking about modernization, about liberalism, about socialism—that is to say, about various versions of modernity—assumed this Europe into existence. This was the Europe that was seen as the original home of the modern [...] (CHAKRABARTY, 2000, p. 14).¹²

As interpretações da história respondem às mudanças no equilíbrio geopolítico de poder, é assim que hoje são observados grupos subalternizados conquistando espaços hegemônicos de poder e reivindicando a legitimação de tais conquistas, já que o espaço nas narrativas, nas memórias públicas, na cultura histórica e em outros segmentos são de extrema importância enquanto reconhecimento representativo e da própria existência, isto é, em sujeitos que não existam de forma “socialmente morta”, porque quando se está alijado dos lugares e dos espaços, por exemplo, condena-se e naturaliza a subalternidade e posicionamentos no mundo.

Em muitas ex-colônias a criação da história nacional estava no topo da agenda, no qual os historiadores dessas nações usaram o passado europeu como um parâmetro para medir a história de seus países (CONRAD, 2016, p. 32). Em tal raciocínio, as análises de Achille Mbembe (2014) corroboram as alegações anteriores na perspectiva da colonização, ao afirmar que o potentado colonial se reproduz de várias maneiras:

Primeiro, inventando o colonizado: Foi o colono quem fez e continua a fazer o colonizado. Depois, ao esmagar esta invenção de inessencialidade, fazendo

¹² “[...] a realização de tal Europa não era um ato só dos europeus. Esta Europa era, no sentido em que Lévi-Strauss usou a palavra, um “mito” fundador para pensamentos e movimentos emancipatórios na Índia. Pensando em modernização, liberalismo, socialismo - ou seja, sobre várias versões da modernidade – assumiu-se a existência dessa Europa. Isso foi a Europa que era vista como o lar original dos modernos [...]” (tradução nossa).

dela uma coisa, um animal, uma pessoa humana em perpétuo devir [...] o colonialismo compele o povo dominado a interrogar-se constantemente: na realidade, quem sou eu? (2014, p. 188).

Isto posto, desvenda-se que, com estes questionamentos de “quem sou eu? quem somos nós?” postos por Mbembe (2018), os líderes políticos e intelectuais, seja na descolonização americana do século XIX ou africana e asiática do século XX, por exemplo, usaram a Europa para resolver debates sobre tensões decorrentes das desigualdades e opressões em diversos níveis, do nacional ao internacional e esperaram o “retorno europeu” na forma de “democracia”, “civilização burguesa” “cidadania”, “capital” e “socialismo”. Contudo o colonizador europeu do século XIX pregou um humanismo iluminista no colonizado e ao mesmo tempo o negou na prática, dado que a própria concessão põe em tensão a posição do colonizador.

Tais líderes procederam dedutivamente buscando evidências para padrões universais de desenvolvimento em abstrato, o papel da pesquisa empírica era ajustar a realidade a uma teoria *a priori*, as metanarrativas estruturadas como uma hierarquia de etapas e apontando para a Europa foi informada em muitas variações, nivelamentos e contextos.

Por consequência, essas situações levam aos anseios de compreensão dos processos sociais nas totalidades, deixando que a violência homogeneizadora comprima o “diferente” conceituado por processos homogeneizadores, criadores da ideia de raça na modernidade/colonialidade. Nesse sentido, o nascimento da raça está ligado à história do capitalismo (MBEMBE, 2009, p. 299), a invenção da “raça”, segundo Asad Haider (2019, p. 87), foi uma forma de controle social, enquanto que para Hall (2003), é uma construção política e social.

[...] Historicism enabled European domination of the world in the nineteenth century. Crudely, one might say that it was one important form that the ideology of progress or “development” took from the nineteenth century on. Historicism is what made modernity or capitalism look not simply global but rather as something that became global over time, by originating in one place (Europe) and then spreading outside it [...] different non-Western nationalisms would later produce local versions of the same narrative, replacing “Europe” by some locally constructed center. It was historicism that allowed Marx to say that the “country that is more developed industrially only shows, to the less developed, the image of its own future [...] (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).¹³

¹³ “O historicismo possibilitou a dominação europeia do mundo no século XIX. De maneira grosseira, pode-se dizer que essa foi um importante forma que a ideologia do progresso ou “desenvolvimento” assumiu a partir do século XIX. O historicismo é o que fez a modernidade ou o capitalismo parecer não apenas global, mas como algo que se tornou global ao longo do tempo, originando-se em um lugar (Europa) e depois se espalhando para fora dele [...] diferentes nacionalismos não ocidentais produziram versões posteriores da mesma narrativa, substituindo “Europa” por algum centro construído localmente”

Portanto, para Chakrabarty o termo “historicismo” tem uma história complexa, sendo aplicado aos escritos de vários estudiosos que são diferentes e até opostos entre si, como Hegel e Ranke, mas observa-se que:

as grandes narrativas do historicismo do século dezenove, em que se baseiam suas pretensões ao universalismo – o evolucionismo, o utilitarismo, o evangelismo – também foram, em um outro/tempo textual e territorial, as tecnologias da governança colonial e imperialista. É o “racionalismo” dessas ideologias do progresso que vai sendo crescentemente erodido no encontro com a contingência da diferença cultural (BHABHA, 2006, p. 270-271).

Nesse sentido, os historiadores postularam o tempo histórico como uma medida da distância cultural entre os “Outros” e a Europa, estrutura-se o tempo histórico como “primeiro na Europa, depois em outros lugares”, espaços esses que mimetizariam a performance nos corpos, na episteme, na materialidade, na espiritualidade, etc., mas na medida em que a colonialidade do poder se assenta em dominações e classificações, os movimentos sociais identitários também são respostas e insurgências. Em tal perspectiva, a identidade em política pode ser crucial para a opção decolonial, porque sem a construção das teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas:

em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista (MIGNOLO, 2006, p. 289).

Na noção de tentativa mimética de se igualar ao “Outro”, visualiza-se uma subalternidade epistêmica, como foi brevemente referenciada e dito que seria melhor esmiuçada, uma subalternidade no qual os intelectuais das nações que foram colonizadas sentem uma necessidade constante de fazer referência aos autores europeus, caso contrário, entendem que o trabalho pode ser deslegitimado ou inferiorizado.

Assim, mesmo pensadores que deram forma à natureza das Ciências Sociais e que produziram teorias que supostamente abarcariam a totalidade da humanidade, por exemplo, não recebem desconfianças ou suspeitas, ao contrário, é pensado, no ponto de vista do colonizado, que tais teorias, apesar do desconhecimento ao não ocidental, serão úteis para compreender as suas próprias sociedades e experiências.

[...] the models of the historian's enterprise are always at least culturally "European." "They" produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that "we" cannot return. We cannot even afford an equality or symmetry of ignorance at this level without taking the risk of appearing "old-fashioned" or "outdated" (CHAKRABARTY, 2000, p. 28).¹⁴

Como evidencia Chakrabarty (2000), o movimento contrário por parte de grande parte dos intelectuais europeus não ocorre, e sendo europeus (ao menos culturalmente) os intelectuais mais respeitados, o círculo constante consolida essa estrutura nos cânones acadêmicos e, conseqüentemente, na influência social, dado que a academia é, ela mesma, um espaço de poder e de legitimação, porque se alguém cita e é respeitado por isso, é preciso imitar para não haver desrespeito.

Outras histórias?

Até aqui é notável que as articulações e críticas ao viés totalizador, ao âmbito da subalternização epistêmica e de uma historiografia em posições historicistas ganham visibilidade por parte da crítica, mesmo sabendo que não é fácil e simples partir para o julgamento de configurações sociais que quase sempre se teve como absolutas.

Nessa direção, abrem o debate em torno de uma perspectiva crítica e decolonial que surge como parte da desconstrução historiográfica e histórica, o que tem ocorrido não apenas na linha da História, mas também na Educação mais amplamente, inclusive na Literatura, que nas observações de Regina Dalcastagnè (2012), trata-se de um território contestado, hoje mais do que nunca.

Essa ideia de contestação, por exemplo, pode ser vista em torno das outras áreas e vertentes do conhecimento, como é notável na História, na Educação, nas práticas pedagógicas, na didática, entre outros, que comportam disputas de narrativas e de inserções de elementos que, vistos pela ótica daquele que é subalternizado, encontrava-se silenciado, de tal sorte que novas vozes são ouvidas; todavia, ocupações e discursos geram conflitos, desconfortos e insurgências.

Mesmo com a abertura e as problematizações possibilitadas, como foi apontado no âmbito das referências hegemônicas, não significa que espaços, vozes e performances obtenham a mesma valorização. Desse modo, é preciso refletir sobre os critérios de valoração,

¹⁴ "Eles' produzem seus trabalhos em relativa ignorância das histórias não ocidentais, e isso parece não afetar a qualidade dos seus trabalhos. Esse gesto, contudo, não podemos retrucar. Não podemos nem mesmo sustentar a equidade ou simetria de ignorância nesse nível sem correr o risco de parecer 'antiquado' ou 'fora de moda'" (tradução nossa).

em quais lugares surgem e como são mantidos (DALCASTAGNÈ, 2012), lembrando a referência feita aos espaços de produção de conhecimento como legitimadores de discursos, afetando a consciência social e a concomitante respeitabilidade e valoração, bem como a subalternização como contrapartida.

No Brasil, por exemplo, a professora e pesquisadora Vera Candau (2020, p. 680) afirma que o ponto de vista decolonial vai se afirmando com mais força, a autora parte de uma educação intercultural crítica e de perspectiva decolonial, no qual denomina por temas insurgentes. Para a pesquisa, advoga-se que tais estudos contribuem em termos teóricos e metodológicos.

Foucault (1998) foi continuador da tradição nietzschiana, buscando um antecedente que o levará além, no que ele denominará contra-história, esse processo é subversivo no sentido em que transgride a continuidade anunciada pela história, enunciando uma nova forma de continuidade histórica no direito à rebelião:

[...] La contrahistoria, la genealogía en general, expone el modo en que las relaciones de poder activan las reglas del derecho mediante la producción de discursos de verdad. Esto es lo que los sociólogos llaman “legitimidad” y Foucault dispositivos de saber-poder y políticas de la verdad (FOUCAULT, 1998, p. 8).¹⁵

As práticas discursivas constituem forças cuja direção é modificável, no qual o conhecimento ocupa um campo estratégico e é um elemento variável, pois as táticas discursivas e de legitimação (saber-poder) são variáveis, em que surgem outras formas de análise histórica, de escrita e de interpretação. Assim sendo, em confronto surgiram e surgem abordagens comparativas e transnacionais que tomam as nações individuais como pontos de partida; bem como a teoria dos sistemas mundiais, que faz a suposição inversa; a história global; as múltiplas modernidades, que apresentam críticas à noção de que todos seguirão o programa da modernidade europeia; e os próprios estudos pós-coloniais que embasam este texto.

Com isso, nota-se uma diversidade que vai surgindo, sendo que a intenção do trabalho não é esmiuçá-las, mas citá-las lembrando que corroboram a noção de que, ao lado das reflexões trazidas no debate decolonial e pós-colonial, também vão sendo formuladas novas críticas que, em consonâncias ou em confrontos, também promovem outras visões de mundo e impactam o campo historiográfico.

¹⁵ “A contra-história, a genealogia em geral, expõe a maneira como as relações de poder ativam as regras da lei através da produção de discursos da verdade. É o que os sociólogos chamam de “legitimidade” e Foucault dispositivos de saber-poder e políticas de verdade” (tradução nossa).

São demandas e apostas propiciadas por conjunturas, movimentos sociais e processos delineados pela própria “pós-colonialidade” no sentido temporal, os quais também geram novos conflitos, consensos e formas de organização social.

O “pós-colonial” não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra (HALL, 2003, p. 56).

Imaginar a desconstrução de mitos

Martin Bernal (1987) e Samir Amin (1989) demonstram que a entidade denominada “tradição intelectual europeia” e que remonta aos gregos antigos é, em suma, uma invenção da história europeia e que é relativamente recente, impulsionada sobretudo no século XIX com os movimentos românticos e o nacionalismo. A afirmação dos pensadores europeus da tradição ininterrupta seria, portanto, um mito construído e que é aliado ao eurocentrismo e aos preconceitos, ligado também ao que Said (2011) observou no âmbito do imperialismo e do orientalismo.

Tendo em mente os mitos envoltos nesses discursos, na gestação de ideias locais, que um dos já citados membros do coletivo *Subaltern Studies* (indiano), Dipesh Chakrabarty (2000), fala em “provincializar a Europa”, ou seja, evidenciar e descobrir como e em que sentido as ideias europeias que eram “universais” também eram, ao mesmo tempo, “particulares”, por serem extraídas de tradições intelectuais e históricas que não podem reivindicar validade universal em absoluto.

Para Hall (2003, p. 77), o universalismo pós-iluminista da cultura ocidental parece não menos significante historicamente, mas se torna menos universal. Walter Mignolo (2008, p. 290) revela um desvinculamento epistêmico que substitui a política de Estado do conhecimento e de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, de subjetividades negadas, o que possibilita refletir quanto ao paradigma do Ocidente como um fruto da dicotomia cartesiana.

Não é fomentada uma recusa para com a clareza e a ordem, apenas considera esses quesitos insuficientes, isso torna evidente que os desmembramentos aos preceitos universalizantes, da aspiração à totalidade hegeliana e ao dualismo cartesiano ganham sedimentação. Como põe Marc Bloch (2001, p. 68) se pede aos especialistas a lambança de que

“[...] as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade [...]”, é nesse ponto que a aliança aos pressupostos e problematizações dos autores e conceitos vistos até aqui impulsionam questionamentos e ampliações teórico-metodológicas no campo da História.

Boaventura de Souza Santos afirma que se vive uma fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, então é possível que seja o olhar que está mudando (SANTOS, 1993, p. 39). É impossível ignorar as contribuições do Ocidente para a história da humanidade, o que também significa uma reflexão crítica e que são dirigidas aos estudos pós-coloniais por conta da influência da teoria crítica europeia nas análises e interpretações de mundo que trazem, o que não significa que essas teorias não possam ser utilizadas em outros contextos, ou seja, tanto a teoria crítica quanto a pós-colonial. Não obstante:

o que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico [...] esta é uma manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro (BHABHA, 1998, p. 59).

Observa-se que a construção de um discurso que distancia epistemes e as “diferenças”, por exemplo, serve para limitar e impedir apropriações de conhecimento, o que pode ser uma manobra que age excluindo o “Outro” da apropriação do conhecimento. É parte desta estratégia de contenção onde o “Outro” texto é o horizonte da diferença e nunca é o agente ativo da articulação (ibidem, p. 59), com isso Bhabha demonstra um engajamento diferente na política em torno da dominação cultural.

São várias as possibilidades surgidas pelas contribuições de autores que partem ou tentam partir de reflexões não hegemônicas. Entretanto, também surgem novos questionamentos que podem ser pensados e deixados aos leitores. A ausência de um acordo mínimo sobre o que constitui fato, evidência e “verdades” não fragmentaria o corpo político prejudicando o funcionamento social? Recomenda-se uma ideia pragmática de “verdades viáveis”, que seriam baseadas em um entendimento racional e compartilhado de fatos e evidências históricas (CHAKRABARTY, 2000, p. 99).

Observando a História enquanto conhecimento institucionalizado que invoca o Estado-nação no século XIX, nota-se sua permanência naquilo que o imperialismo europeu e os nacionalismos das áreas colonizadas alcançaram, isto é, a universalização do Estado-nação. A

disciplina em sua forma autônoma está associada ao processo de formação dos estados-nação (SILVA, 2014). Assim, historiadores das periferias capitalistas reconhecerão esta “Europa” como o lar original dos “modernos”, voltando ao que foi esmiuçado anteriormente quanto aos pensadores europeus e não europeus e a legitimidade, isso leva ao questionamento quanto ao papel político e social dos intelectuais (SAID, 2011; SPIVAK, 2010) e abre espaço para discussões quanto aos seus impactos e suas tarefas em sociedade.

Conclusão

Torna-se evidente que é os pensadores moldaram a natureza das Ciências Sociais com base em teorias que supostamente abrangeriam a totalidade da humanidade. Logo, surge a necessidade das reflexões quanto aos discursos universalizantes, buscando problematizar a tirania das narrativas totalizadoras hierárquicas e em que ainda existe a busca da genealogia dessas mesmas narrativas nos confrontos entre elas, os quais podem revelar as lutas pela memória.

Ao fim, a reflexão está longe de chegar ao fim e nem mesmo pretende fazer isso, dadas as inconstâncias e conflitos postos por elementos deixados ou criados pelas descolonizações, os debates pós-coloniais e decoloniais fomentam, para a História, uma ampla variedade de questionamentos (diásporas, identidades, performances: suas ações na escrita da história e na leitura dessa escrita) nos quais aqui foi posta a pretensão de ser mais um debate entre os já existentes e os que serão possíveis.

Assim sendo, é importante afirmar que, mais que uma narrativa histórica unívoca, é importante que tenhamos várias delas em suas intersecções, vozes e subjetividades, as quais permitam comparações críticas entre elas, ao saber que esse diálogo é o fruto de avanços possibilitados pelas insurgências dos agentes da História e que, portanto, fazem parte dela.

Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, pp. 89-117, Maio - Agosto de 2013.
- BERNAL, Martin. **Black Athena**: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization, vol. I. Londres, Rutgers University Press, 1987.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Colonialidade do poder e subalternidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Brasileira do Caribe, vol. VII, núm. 14, pp. 311-345, enero-junio, 2007.

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora: UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CANDAU, Vera Maria. **Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes**. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2000.
- CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2016.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo, Editora Horizonte, Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Genología del racismo**. La Plata, Argentina, Editora Altamira, 1998. p. 27.
- GALVÃO, Cauê A. **Ressignificação histórica e historiográfica na américa latina: uma perspectiva decolonial da fundação do estado-nação e dos forjamentos das identidades nacionais na zona latino-americana**. Integración latinoamericana y caribeña: caminos, perspectivas y posibilidades, Espirales, v. 1, n. 1., Dez. 2017.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2014.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: ____ **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).
- SILVA, Rogério F. da. **A história da historiografia e o desafio do giro linguístico**. hist. historiogr., Ouro Preto, n. 17, abril, p. 377-395, 2015.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento** / Catherine Walsh: García Linera: Walter Mignolo - In ed. Buenos Aires: Del Signo. 2006.

Resenha**Ferreiros e fundidores da Ilamba:
uma abordagem social dos artesãos centro-africanos do século XVIII**Danilo Moura Monteiro,¹ UNIFESP*Obra resenhada*

ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. Agostinho Neto, 2018. 467 p.

Aos poucos, a historiografia vem dando novo enfoque à experiência que envolve os agentes transformadores dos processos políticos e econômicos que surgiram em fins do século XVIII, sobretudo a história das pessoas que operavam estas transformações diretamente no chão das fábricas e manufaturas. Vemos no trabalho de Elaine Santos (2010), que estudou os trabalhadores centro-africanos na expedição do militar Henrique Carvalho, o destaque dado aos homens e mulheres que não foram marginais à organização e sucesso das iniciativas dos portugueses.² Os empreendimentos setecentistas corporificavam os anseios das nações que recorreram às concepções fundadas no movimento ilustrado e no utilitarismo de recursos que garantiriam destaque às mesmas no cenário comercial. O perfil e a perspectiva das pessoas que estavam transformando as matérias primas em recursos para os anseios dos Estados têm tomado resultado nos trabalhos desenvolvidos por Crislayne Alfagali. Na sua dissertação *Em casa de ferreiro pior apeiro: trajetórias dos oficiais do ferro (Vila Rica, 1750-1795)* (2012), a autora lançou mão sobre uma abordagem social dos trabalhadores manipuladores do ferro na capitania de Minas Gerais.

Na dissertação citada, Alfagali apresentou um dos perfis desses trabalhadores que seriam mais tarde analisados ostensivamente no seu doutoramento: os centro-africanos que possuíam larga tradição na obtenção e manipulação de ferro em seus locais de origem na África. Essas pessoas eram os fundidores e os ferreiros da região conhecida pelos colonizadores por Reino de Angola.

¹ Mestrando em História pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: danilo.monteiro@unifesp.br

² Vale mencionar também a renovação historiográfica em relação à força de trabalho escrava apresentada no livro de CARVALHO (2015).

Na tese de doutoramento defendido em 2017 na Universidade de Campinas com o título *Ferreiros e fundidores da Ilamba: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII)*, Crislayne Alfagali pôde analisar detalhadamente o perfil social destes ferreiros e fundidores do Reino de Angola. O livro aqui resenhado foi publicado em 2018 com o mesmo nome da tese pela Fundação Dr. Agostinho Neto, de Luanda. Vale destacar que esta pesquisa foi ganhadora do prêmio internacional de investigação histórica Agostinho Neto (2017-2018).

Além da introdução e conclusão, o livro é composto por cinco capítulos. A introdução é bem clara e objetiva quanto aos pontos que vão ser apresentados ao leitor e leitora, de modo que ficam evidenciados os instrumentais metodológicos, importa dizer, uma escala de análise reduzida às personagens históricas tendo como pano de fundo o quadro teórico da micro-história. Ainda na introdução, Alfagali localiza na historiografia seus principais interlocutores e esclarece a novidade do seu olhar: não pretendeu escrever a história da fábrica Nova Oeiras – já bastante contada – mas sim uma história social dos *ambundos* no século XVIII, escapando também à história do tráfico, tema privilegiado pela historiografia africanista desse período. As fontes trabalhadas pela autora são numerosas documentações oficiais geradas pela administração portuguesa ultramarina coletadas nos arquivos de Portugal, Brasil e Angola, na forma de tratados, crônicas, memórias, instruções, cartas, leis, além de registros visuais, sendo estes plantas, desenhos e mapas.

Neste ponto, é importante ressaltar que Alfagali não pretende partir de uma análise das reformas ilustradas ocorridas na segunda metade do século XVIII, ou mesmo do cientificismo que moveu certas posturas da metrópole portuguesa, mas sim, observar as relações sociais dos agentes locais à serviço de Portugal usando da documentação oficial dos representantes da coroa. Assim sendo, buscou-se contribuir para um maior entendimento sobre os pontos de vista dos centro-africanos para com as dinâmicas impostas pelos portugueses ao que se referia à atividade tradicional destes povos na produção do ferro. Além disso, o livro também sublinha os conflitos entre os agentes colonizadores e os centro-africanos para a operação da Real Fábrica de ferro de Nova Oeiras. Entre esses conflitos, vale mencionar o choque das tradições ritualísticas locais para obtenção do ferro com as ambições dos representantes da coroa portuguesa para a produção em larga escala do referido elemento.

Num primeiro momento do livro, Alfagali fez um panorama sobre a instalação dos portugueses na região que viria ser conhecida como Reino de Angola, bem como elencou as características dos reinos locais, sobretudo o reino de Ndongo, o principal dominado pelos

colonizadores ibéricos. Além do tradicional mercado escravocrata, foram observados os potenciais usos comerciais das atividades dos *ambundos*, palavra esta usada à época para se referir aos centro-africanos e que a autora mantém para não gerar confusões com as diversas etnias locais. Ao longo dessa colonização, as chefias locais conhecidas como *sobas* foram sendo cooptadas junto aos domínios que estavam sob seu poder - os *sobados* – que logo passaram a ser colocados sob uma espécie de sistema de vassalagem junto à coroa portuguesa.

Os portugueses entenderam que a atividade tradicional dos *ambundos* de manipular o ferro, especialmente as técnicas dos ferreiros e fundidores, era estratégica e precisava ser controlada. Em outras palavras, o desejo dos portugueses de controlar o trabalho destas pessoas era uma forma de tentar incorporar a gerência de uma indústria plenamente estabelecida entre os povos locais, ainda que esta não tivesse o perfil de uma tradicional fábrica de produção em larga escala que surgiu na Europa nesta época.

No momento que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho assume o governo geral do Reino de Angola, os sentimentos de transformar essa indústria local em um empreendimento de larga escala passa também a ser uma das metas dos portugueses. A maior manifestação desse objetivo foi a construção da Real Fábrica de Nova Oeiras no ano de 1765, elevada na antes região denominada *Ilamba*, localidade rica em minério de ferro.

Os anseios dos colonizadores cedo divergiram com as tradições ritualísticas da produção de ferro pelos ferreiros e fundidores, o que deu curta vida à fábrica de Nova Oeiras (1765-1773). Os custos dos jornais pagos aos trabalhadores das fábricas e, por incrível que pareça, a falta de fundidores locais que se disponibilizassem para este trabalho também contribuíram ao fracasso da fábrica, o que minou o objetivo dos portugueses de serem grandes produtores de um minério de alto valor que não eram habituados a produzir na própria metrópole, o que possivelmente se bem sucedido, quebraria a dependência da compra de ferro europeu. Alfagali ressalta, no entanto, para outro sentido desse fracasso consensual apontado pela historiografia, mostrando que “os ferreiros, fundidores e tocadores de fole africanos com seus pequenos foles e fornos seguiram produzindo e vendendo barras de ferro à Fazenda Real” (p. 40) até meados do XIX.

Nesta obra que, sem sombra de dúvidas, já representa uma enorme contribuição para a bibliografia referente ao estudo da história da África, dos artesãos centro-africanos e da história da metalurgia, traz também uma nova perspectiva do que significou a experiência da Real Fábrica de Nova Oeiras. Outro ponto que vale destacar deste livro é que, mesmo alertando os leitores de que o estudo apresentado não pretende ser uma análise dicotômica entre dominados e dominadores, as formas de resistência que os *ambundos* manifestaram aos representantes da

coroa portuguesa esteve muito bem retratada, sobretudo pelo abandono progressivo dos centro-africanos aos projetos ilustrados comuns do século XVIII e início do XIX.

Apesar da autora não adentrar, por exemplo, em questões de como a tradição dessa manipulação do ferro pelos centro-africanos era passada de geração em geração, numa possibilidade de abordagem da tradição oral, o livro contribui para elucidar como os artesãos da África eram exímios mineralogistas e químicos (protegidos os limites para se usar para época esses termos), bem como produziam um ferro de altíssima qualidade. Isto ampara a construção de uma história capaz de sair dos grandes centros tradicionais e atende à justíssima necessidade de compreendermos como outros povos transformavam a natureza e o que os motivavam a fazer isto.

Em síntese, a autora contribui para renovar a discussão historiográfica africanista ao perscrutar a experiência social dos centro-africanos do século XVIII em relação ao projeto colonizador português, o que posiciona a análise para outro foco que não o do já abordado tema do tráfico de pessoas escravizadas, o que abre espaço para novas pesquisas que venham apresentar resultados que contribuam para melhor entender a história social das populações do continente africano.

Referências Bibliográficas

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Em casa de ferreiro pior apeiro:** os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII. 2012. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARVALHO, Flávia Maria de. **Sobas e os Homens do Rei.** Relações de Poder e Escravidão em Angola. Séculos XVII e XVIII. Maceió: Edufal, 2015.

SANTOS, Elaine R. S. **Barganhando sobrevivências:** os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique Dias de Carvalho à Lunda (1884-1888). 2010. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.